



ANA ISABEL DE MELO RIBEIRO

**ARQUITECTOS PORTUGUESES:
90 ANOS DE VIDA ASSOCIATIVA
1863-1953**

Volume I

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
EM HISTÓRIA DA ARTE CONTEMPORÂNEA

FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

1993

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
BIBLIOTECA



39666



60984 81800

ANA ISABEL DE MELO RIBEIRO

**ARQUITECTOS PORTUGUESES:
90 ANOS DE VIDA ASSOCIATIVA
1863-1953**

Volume I . Texto

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
EM HISTÓRIA DA ARTE CONTEMPORÂNEA
APRESENTADA NA FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Setembro de 1993



AGRADECIMENTOS

Não podemos deixar de agradecer em primeiro lugar à Professora Margarida Acciaiuoli que nos orientou na elaboração desta dissertação. Queremos registar aqui o nosso profundo reconhecimento pelo atento, diligente e precioso apoio que nos concedeu durante os longos meses de preparação e concepção do trabalho que agora se apresenta, bem como a sua disponibilidade e estímulo, sem os quais dificilmente teríamos atingido os objectivos que nos propusemos alcançar.

Agradecemos também à Associação dos Arquitectos Portugueses (AAP), especialmente ao seu presidente arquitecto Pedro Brandão, que desde a primeira hora nos disponibilizou incondicionalmente o acervo documental associativo sem o qual este trabalho não teria sido possível assim como as facilidades que nos concedeu para a sua realização. Estamos também muito gratos à Direcção e funcionárias da Secção Regional do Norte da AAP pelas colaboração prestada durante a pesquisa documental aí efectuada.

Queremos também registar um agradecimento às colegas - Fátima Cecílio, com especial gratidão e Fátima Coelho - que no nosso local de trabalho acompanharam pacientemente a evolução desta dissertação e que, por vezes em prejuízo das suas próprias actividades profissionais, nos libertaram das nossas obrigações para mais tempo dedicarmos àquela.

Ao Professor António Cardoso agradecemos também a atenção que nos dispensou e as informações que cordialmente nos transmitiu.

Agradecemos à Sociedade Nacional de Belas Artes na pessoa do Sr. António Silva que nos facilitou o acesso a documentação importante para o trabalho que apresentamos.

Por fim, mas não por menor importância, queremos registar ainda o nosso profundo e reconhecido agradecimento a todos os familiares, amigos e colegas de curso que atentamente seguiram a evolução deste trabalho, dando-nos o alento necessário e imprescindível para o concluir.

ÍNDICE GERAL

VOLUME I

AGRADECIMENTOS	I
INTRODUÇÃO	XV

I PARTE

DOS ARQUITECTOS E DA SUA REPRESENTATIVIDADE ASSOCIATIVA	1
---	---

Capítulo 1

A REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS CIVIS E ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES	3
1.1. Fundação e Estatutos	6
1.2. Actividades	12
Notas	23

Capítulo 2

OS ARQUITECTOS NO GRÉMIO ARTÍSTICO	31
Notas	39

Capítulo 3

A SOCIEDADE DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES	43
3.1. Fundação e Estatutos	43
3.2. Trabalhos associativos até à constituição do Sindicato	49
Notas	109

II PARTE

O SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS	131
---	------------

Capítulo 1

AS DISPOSIÇÕES LEGISLATIVAS E AS IMPLICAÇÕES LEGAIS DA TRANSFORMAÇÃO EM SINDICATO NACIONAL	145
---	------------

1.1. Os novos Estatutos e a representatividade da classe.....	158
---	-----

1.2. Da Delegação Norte à Secção Distrital do Porto do Sindicato Nacional dos Arquitectos	177
--	-----

Notas	225
-------------	-----

Capítulo 2

VECTORES DOMINANTES: 1934 - 1950	253
---	------------

2.1. Dinamização cultural, relações internacionais e congressos	299
---	-----

2.1.1. O 1º Congresso Nacional de Arquitectura	328
--	-----

2.1.2. Do Anuário à revista oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos	360
--	-----

Notas	385
-------------	-----

Capítulo 3

ESTATUTO PROFISSIONAL E EXERCÍCIO DA PROFISSÃO	433
---	------------

Notas	475
-------------	-----

Capítulo 4

CONCURSOS PÚBLICOS DE ARQUITECTURA E URBANISMO	493
---	------------

Notas	533
-------------	-----

Capítulo 5

RELAÇÕES COM A CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA	549
--	------------

Notas	585
-------------	-----

III PARTE

PARA ALÉM DAS DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS DO SER "ARQUITECTO"	599
Notas	629
ÍNDICE ONOMÁSTICO	631
BIBLIOGRAFIA.....	641

VOLUME II

A) DOCUMENTOS	1
I) SOCIEDADE DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES	1
II) SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS	95
III) DELEGACÃO NORTE DA SOCIEDADE DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES / SECÇÃO DISTRITAL DO PORTO DO SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS	189
B) DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA	199

ÍNDICE ANALÍTICO

I PARTE

DOS ARQUITECTOS E DA SUA REPRESENTATIVIDADE ASSOCIATIVA

Capítulo 1

A REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS CIVIS E ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

1.1. Fundação e Estatutos

Estatutos de 1864 e de 1879 (7) - Arquivo de Arquitectura Civil e Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses (10) - Museu Arqueológico do Carmo (11).

1.2. Actividades

Primeiras propostas de dinamização associativa (12) - Apreciação de concursos públicos (13) - Exposições (14) - Defesa dos Monumentos Nacionais (14) - Desmoronamentos de construções (16) - "Lições públicas" de Arqueologia (17) - Admissão de A. Bermudes (17) - Proposta de um Congresso Nacional de Arquitectura e Arqueologia por A. Bermudes (19) - Admissão de R. Carvalheira (19) - Arquitectura/Arqueologia (21).

Capítulo 2

OS ARQUITECTOS NO GRÉMIO ARTÍSTICO

Finalidades do Grémio Artístico (31) - Exposições Anuais (31) - Várias propostas de A. Bermudes (32) - Concurso para a reconstrução da Câmara dos Deputados (33) - Architectos nos cargos directivos (33) - Trabalhos preparatórios para a fundação da Sociedade dos Architectos Portugueses (34) - A Sociedade Nacional de Belas Artes e os architectos (36).

Capítulo 3

A SOCIEDADE DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES

3.1. Fundação e Estatutos

Estatutos (44) - Fins e fundos da Sociedade (45) - Admissão de sócios (46) - Atribuições da Assembleia Geral e do Conselho Director (47).

3.2. Trabalhos associativos até à constituição do Sindicato

Conselho Director: 1902-1903 (49) - **Conselho Director: 1903-1904 (50)** - VI Congresso Internacional dos Architectos (50) - **Conselho Director: 1904-1905 (51)** - O concurso da igreja-monumento à Imaculada Conceição (52) - Nomeação de architectos para o quadro das Obras Públicas (52) - Medalha Associativa (52) - Biblioteca (52) - **Conselho Director: 1905-1906 (53)** - **Conselho Director: 1906-1907 (55)** - Sócios correspondentes (56) - **Conselho Director: 1907-1908 (56)** - Apreciação de concursos públicos (56) - Apoio aos alunos de Architectura para a reforma do curso (57) - Conselho Superior de Higiene da Habitação (57) - Uso indevido do título de architecto (58) - Excursão associativa a Mafra (58) - VII Congresso Internacional de Architectura (58) - Exposição Nacional do Brasil (59) - **Conselho Director: 1908-1909 (59)** - Parecer sobre a organização do ensino de Architectura (59) - Projecto de lei sobre a estética da cidade de Lisboa (60) - Concurso para o Matadouro Municipal, Porto (61) - Regulamento para concursos públicos de Architectura (61) - **Conselho Director: 1909-1910 (61)** - Apreciação de concursos públicos (62) - Admissão de estagiários na Câmara Municipal de Lisboa (62) - Excursão associativa a Santarém (63) - **Conselho Director: 1910-1911 (63)** - Reorganização dos Serviços Artísticos e Arqueológicos (64) - Apreciação de medidas da Câmara Municipal de Lisboa (65) - Reforma dos serviços públicos de Architectura (65) - Reorganização dos serviços de obras públicas do Ultramar (66) - O concurso para o Monumento ao Marquês de Pombal e o da Cooperativa Predial Portuguesa (66) - **Conselho Director: 1911-1912 (67)** - Concursos públicos para monumentos comemorativos do triunfo da República (68) - Reforma dos serviços de Belas Artes (68) e de Architectura (69) - IX Congresso Internacional dos Architectos, Roma (69) - **Conselho Director: 1912-1913 (71)** - Criação do Ministério de Instrução e Belas Artes (71) - Criação de novas cadeiras na Escola de Belas Artes de Lisboa (72) - Reforma dos serviços de Architectura do Estado (72) e da Direcção Geral de Obras Públicas e Minas (73) - Conferências (73) - **Conselho Director: 1913-1914 (74)** - Apreciação de concursos públicos (74) - **Conselho Director: 1914-1915 (75)** - Apreciação de concursos públicos (76) - Serviços de Architectura no Ministério do Fomento (76) - Comissão de Estética da Câmara Municipal de Lisboa (76) - **Conselho Director: 1915-1916 (77)** - Estética municipal (77) - Concurso para os Paços do Concelho de Guimarães (78) - Participação dos sócios na vida associativa (78) - **Conselho Director: 1916-1917 (79)** - Aumento do quadro de architectos no Ministério do Fomento (79) - Estética da cidade de Lisboa (80) - Concurso para os Paços do Concelho, Porto (81) - Situação dos architectos nas colónias (81) - **Conselho Director: 1917-1918 (82)** - Plano de actividades (82) - Reforma geral do ensino (83) - Reformas dos serviços técnicos do Ministério do Comércio (83) - Construções em cimento armado (83) - **Conselho Director: 1918-1919 (84)** - Reorganização do Ministério do Comércio e Comunicações (85) - **Conselho Director: 1919-1920 (85)** - Participação dos sócios na vida associativa (85) - Quadro dos architectos no

Ministério do Comércio e Comunicações (86) - Câmara Municipal de Lisboa e as obras no Rossio (88) - Exposição dos trabalhos de Ventura Terra (89) - Sociedade Estoril (89) - Novo Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas (90) - Conselho Director: 1924 (91) Câmara Municipal de Lisboa (91) - Concurso para o monumento aos Mortos da Grande Guerra (92) - Real Instituto dos Arquitectos Britânicos (92) - **Actividades associativas: 1925** (92) - Decreto sobre o uso do título e exercício da profissão de arquitecto (93) - Postura da Câmara Municipal de Lisboa sobre construções urbanas (93) - Instabilidade política (93) - 28 de Maio de 1926 (94) - **Conselho Director: 1926** (95) - **Conselho Director: 1927** (97) - Concurso para o Mausoléu aos Mortos da Grande Guerra (98) - Propostas de dinamização da vida associativa (98) - Reingresso de sócios (99) - Representações a entidades oficiais (99) - Congressos (100) - Apreciação de concursos públicos (100) - **Ano social de 1928** (101) - **Conselho Director: 1929-1930** - (102) - Apreciação de concursos públicos (102) - Prémio José Luiz Monteiro (102) - Regulamentação do exercício da profissão (103) - **Conselho Director: 1930-1931** (104) - Apreciação de concursos públicos (104) - **Conselho Director: 1932-1933** (104) - Participação dos sócios na vida associativa (104) - Concurso para projectos de casaseconómicas, Lisboa (105) - Plano de urbanização da Praia do Cabedêlo, Viana do Castelo (105) - Representações a entidades oficiais (105).

II PARTE

O SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS

A Europa após a I Grande Guerra (133) - Portugal: 28 de Maio de 1926 (134) - Nova Constituição Política da República Portuguesa (138) - O Estatuto do Trabalho Nacional e o Decreto-Lei dos Sindicatos Nacionais (139) - Greve geral de 18.Jan.1934 (139) - I Congresso da União Nacional e Exposição Colonial, Porto (140) - Secretariado da Propaganda Nacional (141) - O Estado Novo e Oliveira Salazar (142).

Capítulo 1

AS DISPOSIÇÕES LEGISLATIVAS E AS IMPLICAÇÕES LEGAIS DA TRANSFORMAÇÃO EM SINDICATO NACIONAL

Estatuto do Trabalho Nacional (145) - Decreto-Lei nº 23.050, os Sindicatos Nacionais (146) - Deveres dos Sindicatos Nacionais (147) - Ordens e Sindicatos Nacionais (148) - Discussão na Sociedade dos Arquitectos Portugueses do Decreto-Lei nº 23.050 (149) - Os novos Estatutos e o parecer do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência Social (153).

1.1. Os novos Estatutos e a representatividade da classe

Nova definição dos Estatutos do Sindicato Nacional dos Arquitectos (158) - Fins (158) - Exercício da profissão (160) - Imposto profissional (162) - Admissão de sócios (163) - Deveres e direitos dos sócios (164) - Direcção (165) - Assembleia Geral (167) - Conselho Disciplinar (169) - Conselho Superior (171) - Secções Distritais (172) - Diferenças e afinidades dos Estatutos associativos de 1903 e de 1933 (172).

1.2. Da Delegação Norte à Secção Distrital do Porto do Sindicato Nacional dos Arquitectos

Fundação da Delegação da Sociedade dos Arquitectos Portugueses (178) - Bases para a fundação da Delegação (180) - Moção de Coimbra (184) - Extinção da Delegação (187) - Sociedade dos Arquitectos do Norte (189) - Reorganização da Delegação Norte (191) - Regulamento da Delegação (200) - Formação da Secção Distrital do Porto do Sindicato Nacional dos Arquitectos (208) - Regulamento da Secção Distrital do Porto do Sindicato Nacional dos Arquitectos (214) - Excursão comemorativa da fundação da Secção Distrital (216) - Primeira Direcção da Secção Distrital (217) - Actividades sindicais em 1941 (218) - Actividades sindicais em 1942 (218) - Dissolução da Secção Distrital (219) - A Direcção de 1944 (220) - A Direcção de 1945/1946 (221) - A Direcção de 1947 (221) - A Direcção de 1949 (222) - A ODAM e o movimento sindical (222).

Capítulo 2

VECTORES DOMINANTES: 1934 - 1950

Direcção de 1934 (253) - Direcção de 1935 (255) - Direcção de 1936 (256) - Biblioteca (257) - Revista "Arquitectos" (257) - Apreciação de concursos públicos (258) - Reforma dos Estatutos (259) - Constituição da Ordem dos Engenheiros (260) - Direcção de 1937 (261) - Imposto profissional (263) - Regulamento do exercício da profissão e protecção do uso do título de arquitecto (264) - Regulamentação da construção e a Câmara Municipal de Lisboa (264) - Outras actividades associativas (265) - Necessidade de um "programa concreto de realizações" (266) - Direcção de 1938 (267) - Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e Restauração da Nacionalidade (267) - Exposição de Arquitectura e 1º Congresso Nacional de Arquitectura (267) - Apreciação de iniciativas da Câmara Municipal de Lisboa (268) - Ordem dos Arquitectos (269) - Direcção de 1939 (270) - Relações com a Câmara Municipal de Lisboa (271) - Conferências e congressos (271) - Agravamento dos preços dos materiais de construção (272) - Exercício da profissão (272) - Direcção de 1940 (273) - Regulamentação de concursos públicos (274) - Carteira profissional (274) - Situação militar dos arquitectos e estudantes de Arquitectura (275) - Ordem dos Arquitectos (275) - Exposição do Mundo Português (276) - Sócios com quotas em atraso (277) - Eleição de sócios honorários (277) - Direcção de 1941 (278) - Condicionamento da actividade de

técnicos estrangeiros em Portugal (278) - Criação de um "atelier de Architectura privativo do Sindicato" (278) - Regulamento do exercício da profissão (279) - Participação dos sócios na vida sindical (279) - **Direcção de 1942** (280) - Solicitações à Câmara Municipal de Lisboa (281) - Efeitos da II Grande Guerra (282) - **Direcção de 1943** (282) - "Categoria" do curso de Architectura (282) - Apreciação de concursos públicos (283) - Novas construções no Parque Eduardo VII (283) - Relações com a Ordem dos Engenheiros (284) - **Direcção de 1944** (284) - Legislação de interesse profissional (284) - Apreciação de concursos públicos (285) - Dinamização da vida associativa (286) - **Direcção de 1945 a 1948** (286) - Apreciação de concursos públicos (287) - Organização de um "Curso de Urbanologia" (287) - Relações com a Câmara Municipal de Lisboa (287) - Exercício da profissão e ética profissional (288) - Revista "Arquitectos" (288) - **Ano social de 1946-1947** (290) - Conferências (290) - Regência das cadeiras de Urbanismo na Escola de Belas Artes de Lisboa (291) - Congressos (291) - Apreciação de concursos públicos (291) - 1º Congresso Nacional de Architectura (282) - Eleições para o triénio 1948/1950 (293) - Dinamização da vida associativa (293) - Exercício da profissão (294) - Regulamento Geral das Construções Urbanas (294) - Suspensão de Keil Amaral (295) - Caracterização das prioridades associativas (296).

2.1. Dinamização cultural, relações internacionais e congressos

Exposições (300) - Palestras (304) - Relações internacionais (308) - Congressos (312) .

2.1.1. O 1º Congresso Nacional de Architectura

As primeiras ideias de Congresso (328) - As hesitações em torno do Congresso de 1948 (331) - Acertos no seio da classe (336) - Eleição da "Comissão de Estudos" (340) - O projecto de programa (341) - O projecto do regulamento (342) - Eleição da Comissão Executiva (343) e as suas reuniões (347) - Inscrições (349) - Sessão de abertura (349) - Os temas em debate (351) "A Architectura no Plano Nacional" e "O Problema Português da Habitação" (353) - Sessão de encerramento (356) - O Sindicato, os arquitectos e o Congresso (357).

2.1.2. Do Anuário à revista oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos

O "Anuário" da Sociedade dos Arquitectos Portugueses (360) - A ideia da revista "Arquitectos" (361) - Pedido de colaboração aos sócios (362) - Publicação do primeiro (365) e do segundo números (368) - Dificuldades editoriais (369) - Contactos internacionais (369) - Problemas financeiros e apoios oficiais (371) - Suspensão da revista (374) - Tentativas de reedição (375) - Breve inventário das publicações periódicas portuguesas vocacionadas para a Architectura (379).

Capítulo 3

ESTATUTO PROFISSIONAL E EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

Regulamento do uso do título e exercício da profissão de arquitecto, engenheiro e construtor civil (436) - Ordem dos Arquitectos (440) - Regulamento dos honorários (444) - Regulamento do exercício da profissão de arquitecto (446) - Código dos Deveres Profissionais (448) - Regulamentação do exercício das profissões de arquitecto, engenheiro e construtor civil (450) - Projecto de lei de definição da profissão de arquitecto (452) - Regulamento da Carteira Profissional (453) - Projecto do novo edifício sede da Ordem dos Engenheiros (458) - Regulamentação das profissões de arquitecto e engenheiro (460) - Instituto de Colaboração Técnica (462) - Relacionamento com o Ministério das Obras Públicas e Comunicações (463) - Duarte Pacheco (466) - Situação dos arquitectos nas colónias (470) - A Direcção pós-Congresso de 1948 (472).

Capítulo 4

CONCURSOS PÚBLICOS DE ARQUITECTURA E URBANISMO

Proposta de Regulamento da Sociedade dos Arquitectos Portugueses para concursos públicos de Arquitectura (494) - A Sociedade dos Arquitectos e o concurso para o monumento ao Marquês de Pombal (497) e outros monumentos comemorativos da implantação da República (499) - Edifício dos Paços do Concelho para as cidades de Guimarães e Porto (499) - Monumento aos Mortos da Grande Guerra (500) - Concurso promovido pela Câmara Municipal de Lisboa para projectos tipo de casas económicas (500) - Monumento aos Mortos da Grande Guerra, Lamego; Monumento a João de Deus (500) - Padrão aos Mortos da Grande Guerra, Luanda; Edifício dos Paços do Concelho, Lobito; Monumento à Rainha D. Leonor, Caldas da Rainha; Pavilhões de Portugal na Exposição Internacional e Colonial, Paris (501) - Concurso para a construção de novos liceus (502) - Palácio da Agricultura; Cemitério Militar Português em Richebourg l'Avoué; Monumento aos Mortos da Grande Guerra, Braga (503) - Plano de Urbanização da Praia do Cabedêlo, Viana do Castelo (503) - Plano de Urbanização de Luanda (504) - Plano de Urbanização da Praia da Rocha (505) - Monumento ao Infante D. Henrique, Sagres (506) - Plano de Urbanização das Termas do Gerês (512) - Palácio do Comércio, Indústria e Agricultura, Luanda (512) - Casa de Repouso dos Inválidos do Comércio (514) - Monumento a Mouzinho de Albuquerque, Lourenço Marques (515) - Paços do Concelho de Almada (515) - Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Paris (516) - Proposta de Regulamento do Sindicato Nacional dos Arquitectos para concursos públicos de Arquitectura (517) - Edifício da Casa do Douro (522) - Ante-projecto de Urbanização da Praia de Santa Cruz (523) - Concurso "Bem-Estar Moderno" (524) - Sede e estúdios do Rádio Clube de Moçambique (525) - Arranjo arquitectónico da Praça dos Poveiros, Porto (526) - Ante-projecto da Igreja Paroquial de Santo António das Antas, Porto (527) - Arranjo do quarteirão Norte da Praça Gomes Teixeira

e fachadas dos edifícios com frente para esta Praça e para a de Carlos Alberto, Porto (528) - Hotel de 1ª classe nas Termas do Gerês (530) - Mercado municipal da Beira, Moçambique (531) - Concurso internacional de 1949 para a fabricação industrial de 50 mil vivendas destinadas a famílias espanholas (532).

Capítulo 5

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A institucionalização dos prémios Valmor (550) e Municipais de Arquitectura (551) - Comissão de Monumentos e Estética da Cidade de Lisboa (555) - Comissão de Estética (555) - Comissão de Estética Cidadina (558) - Extinção da 4ª Repartição (Arquitectura) (559) - Concurso para a entrada monumental do Parque Eduardo VII (561) - O programa do concurso de projectos de "Casas Baratas" (563) - Regulamento Geral da Construção Urbana para a Cidade de Lisboa (566) - Regulamento da Construção Urbana (569) - O exercício da presidência de Duarte Pacheco (570) - Jornal "A Construção" (573) - Venda de terrenos camarários em 1940 (574) - Venda de terrenos no Parque Eduardo VII (575) - Alteração ao Regulamento Geral da Construção Urbana para a Cidade de Lisboa (579) - Presidência de A. Salvação Barreto (580) - Regulamento Geral da Construção Urbana (580).

III PARTE

PARA ALÉM DAS DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS DO SER "ARQUITECTO"

Inserção profissional do arquitecto (601) - Arquitectura e arquitectos (602) - A ideia de arquitecto (602) - Tertuliano Marques, primeiro presidente do Sindicato (604) - Acção associativa de Pardal Monteiro (604) - Cottinelli Telmo, presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos (608) - Relações internacionais, Pardal Monteiro (609) e o III Congresso da União Internacional dos Arquitectos (611) - Eleições para o triénio de 1948/1950 (611) - Suspensão de Keil Amaral (612) e intervenção de Pardal Monteiro (613) - A classe e a defesa de Keil Amaral (617) - Esclarecimentos do presidente demitido (619) - Divergências e convergências das figuras associativas (620) - Contexto da actividade profissional nos anos 40 (622) - Pardal Monteiro e a justificação do abandono das actividades associativas (624).

INTRODUÇÃO

A escolha e delimitação de um objecto de estudo não é um acto gratuito e obedece a motivações geradas quer pela formação académica quer pelas condições específicas da actividade profissional. Neste caso concreto ambas as situações conduziram a uma escolha - olhar os arquitectos portugueses através das suas organizações profissionais e não da Arquitectura, que tal como a Pintura e a Escultura, é habitualmente entendida como o objecto formal da História da Arte e para o qual se sentia menor apetência.

O interesse particular por esta temática, em torno da qual se efectuaram as primeiras aproximações durante a parte curricular do Mestrado, criou desde logo expectativas, desencadeou curiosidades várias no sentido de aprofundar uma linha de leitura organizada e sistematizada da profissão do arquitecto gerada a partir de si própria, espécie de história paralela de uma outra história. Uma pesquisa bibliográfica centrada neste aspecto, revelou que a historiografia da Arte portuguesa, apesar das notáveis contribuições que nos últimos decénios têm sido produzidas, não tem dado o mesmo ênfase aos protagonistas das obras que situam e analisam e sobre as quais reflectem criticamente. Mesmo atendendo aos diferentes contextos da produção arquitectónica, parecem ser insuficientes os esclarecimentos fornecidos quanto ao trabalho continuado dos arquitectos organizados nas suas associações de classe que visavam não só promover a sua actividade, mas sobretudo melhorar e dignificar as condições do exercício da profissão.

Procurou-se recuar no tempo na busca de um fio condutor que permitisse estabelecer constantes de intervenção da classe formuladas pelos seus interlocutores reconhecidos oficialmente. Fixou-se então o ponto de partida em 1863, na Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses,

apesar da sua designação numa primeira leitura poder transparecer alguma indefinição no que se refere ao estatuto profissional dos primeiros. Inquiriu-se, em fontes impressas, sobre a actividade que aquela desenvolveu, quais as suas linhas mais vincadas de actuação, ao mesmo tempo que se procurou identificar propostas e proponentes, causas e efeitos. Mas, verificou-se, avançando ainda no século XIX, que houve uma bifurcação que encaminhou os arquitectos para outras agremiações e que se na primeira se identifica o perfil de um arquitecto-arqueólogo, na segunda, já no Grémio Artístico, desenha-se o arquitecto-artista.

Não deixa de ser importante sublinhar que foi próximo dos artistas e não dos arqueólogos e devido a novas exigências da própria sociedade em que se inseriam que obrigou a uma maior especialização do ramo de actividade, que os arquitectos portugueses sedimentaram maior consciência de classe que conduziu, em 1902, à fundação da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, algo tardia se comparada com o aparecimento das suas congéneres europeias.

Foi esta que, em acto pioneiro, empreendeu as primeiras reivindicações de fundo quanto ao exercício da profissão, estendendo a sua actividade a todos os domínios convergentes no fazer da Architectura, não só do ponto de vista interdisciplinar mas também institucional. Produziram regulamentação própria à qual pretenderam vincular todos os profissionais estivessem ou não inscritos no organismo de classe, empreenderam acções no sentido de aumentar a sua área de influência, desenvolveram actividades de âmbito cultural estabelecendo relações com associações internacionais congéneres, pugnaram pela defesa do uso do título e exercício da profissão de arquitecto, intervieram na maioria dos concursos públicos de Architectura e Urbanismo que então se realizaram, atentos, empenhados e convictos do seu papel pedagógico e cultural, protestaram ou elogiaram as medidas tomadas de alcance municipal. Desde logo ficaram traçadas linhas dominantes que se foram adequando, algumas até à actualidade, às transformações económicas, sociais, políticas e culturais da sociedade portuguesa,

prossequindo, a partir de 1934, no Sindicato Nacional dos Arquitectos, designação imposta pelo Estado Novo que sempre se negou a autorizar, com base numa tradição pouco explícita, o estatuto de Ordem, defendido e desejado por aqueles profissionais.

É a partir de então que com maior evidência se podem estabelecer relações entre dirigentes e rumos associativos, transparecendo contornos cada vez mais nítidos quanto à definição do estatuto da profissão. Destacam-se figuras que imprimiram marcas de longa duração no seu organismo de classe, sendo possível através delas eleger momentos de crucial importância para a história do movimento associativo que originaram como que ciclos que se abriam e fechavam em novas etapas eleitorais. Uma das figuras mais marcantes foi a de Pardal Monteiro que numa permanência continuada cumpriu como dirigente associativo um dos períodos mais complexos da História de Portugal contemporâneo, assegurando a passagem para os anos 50, anos pós 1º Congresso Nacional de Arquitectura que trouxeram para a primeira linha protagonistas outros, alicerçados numa oposição ao regime então fortalecida nos primeiros anos do pós-guerra, de alguma forma aglutinados em torno de Keil Amaral. O afastamento de Pardal Monteiro das actividades associativas em 1953, após a realização em Lisboa, do III Congresso da União Internacional dos Arquitectos, encerra um período da vida sindical que, por determinações conjunturais e de prática profissional, exigem um diferente questionar ao fio condutor inicialmente estabelecido. Por isso, termina aqui o inquérito iniciado 90 anos antes com a convicção, porém, de que heranças houve que transitaram e permaneceram como prioridades do movimento associativo cujos ecos ainda se fazem sentir na actual Associação dos Arquitectos Portugueses que agora cumpre e cumulativamente os seus 90 anos, contados a partir da primeira tomada de posse dos órgãos directivos da Sociedade dos Arquitectos Portugueses.

A dissertação que agora se apresenta resultou de uma pesquisa e compilação do espólio documental existente na Associação dos Arquitectos Portugueses, sendo

utilizadas como fontes manuscritas os livros de Actas das Assembleias Gerais e das Direcções da Sociedade e do Sindicato, bem como os seus relatórios anuais e correspondência enviada e recebida no período entre 1903 e 1953. Todavia, importa salientar que tal acervo, testemunho vivo e irrefutável da vida associativa, nem sempre apresenta com a mesma exaustão, descrição e autenticidade os factos a que se referem. Situações houve em que foram localizadas várias Actas da mesma reunião, resultando a sua leitura comparativa extremamente relevante, já que para os livros foram transcritas versões menos denunciadoras das divergências havidas quanto aos assuntos em debate, casos identificados ao longo do texto.

Importa ainda salientar que circunstâncias diversas, nomeadamente os poucos estudos existentes sobre o tema e o ineditismo da maioria das fontes documentais utilizadas, não catalogadas e dispersas e que por isso obrigaram à sua inventariação e ordenação no intuito de as agrupar num conjunto de reflexão coerente, foram factores que contribuíram para que fosse ultrapassado o número de páginas previamente aconselhado para trabalhos desta índole.

Apesar de toda a informação contida na presente dissertação se centrar em tais fontes, sempre que necessário recorreu-se a bibliografia complementar a fim de melhor esclarecer a exposição em curso, remetendo-se para notas as referências abreviadas de bibliografia específica. Optou-se remeter também para nota citações mais longas dos documentos que se pretende que venham a clarificar ou completar o próprio texto, mantendo-se então a sua ortografia original, alterada neste para maior facilidade e continuidade de leitura.

Ao longo da elaboração deste trabalho, descobertas sucessivas de documentação e de elementos recolhidos em bibliografia, vieram iluminar problemas que foram então ajustados e olhados de forma mais adequada, o que obrigou a que a sua temática fosse também ela sucessivamente recentrada em torno do objecto em

estudo. A primeira parte resultou assim num texto mais rígido e descritivo no qual se procurou reunir elementos sólidos e elucidativos dos aspectos de maior pertinência para a classe, depois ampliados e aprofundados através do movimento reivindicativo empreendido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, único organismo profissional existente a partir do início dos anos 30, pano de fundo mais movimentado e mais rigoroso, da segunda parte desta dissertação.

Em termos genéricos é este o conteúdo do volume I. Quanto ao II, de documentação, agrupou-se mais alguma informação sobre a vida associativa e ilustrações que completam o corpo do trabalho realizado. Para tanto partiu-se também de um pressuposto: a necessidade de dar a conhecer documentos até aqui só parcialmente divulgados e que se constituem como peças importantes para a construção de um todo que se crê poder ficar mais coerente e elucidado.

Por tudo isso, não parece excessivo aspirar a que o presente trabalho venha clarificar e trazer nova informação sobre a profissão de arquitecto em Portugal, sempre olhada e reflectida através da vida associativa que, secundando a já disponível, enforme mais capítulos da História da Arquitectura Portuguesa.

I PARTE

**DOS ARQUITECTOS
E DA SUA REPRESENTATIVIDADE
ASSOCIATIVA**

Capítulo 1

A REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS CIVIS E ARQUEOLÓGOS PORTUGUESES

A primeira organização de arquitectos portugueses foi fundada já na segunda metade do século XIX, em Lisboa, por Possidónio da Silva, arquitecto da Casa Real (1). Inicialmente autónoma em relação a quaisquer outras profissões, iniciou um vasto e irreversível processo reivindicativo, com a designação de Associação dos Arquitectos Civis Portugueses. Em consonância com o seu enquadramento romântico e reflectindo as hesitações inerentes a uma época em que o arquitecto procurava definir-se a si próprio, fez confluír na mesma direcção diferentes disciplinas como a Arquitectura, a Arqueologia, a construção e seus materiais, o património, a formação artística..., temáticas que, por ainda pertinentes, foram retomadas já no início do século XX pela Sociedade dos Arquitectos Portugueses.

As transformações económicas, políticas e sociais decorrentes da sociedade industrial do século XIX, alterando as antigas estruturas, inovando tecnicamente, provocando o nascimento e crescimento das cidades, representam para o arquitecto profundas mutações que passaram, entre outras, pela redefinição das suas competências profissionais. (2)

O novo contexto cultural e técnico tornou anacrónico o mito do arquitecto como "homem Universal", classificação renascentista que o acompanhou ao longo dos séculos. Entre as referências humanistas e científicas, o arquitecto procurou redefinir-se profissional e socialmente, confrontando-se agora com uma nova classe profissional - os engenheiros civis - resultado directo do desenvolvimento da ciência e da técnica. Por outro lado, surgiram também mediadores económicos ligados à especulação fundiária que de alguma forma chamaram a si competências dos arquitectos. O associativismo procurava ser então uma forma eficaz na defesa

dos seus direitos e interesses enquanto classe profissional. Se em outros países, como por exemplo em França (3), foi possível manter a vida associativa desde o primeiro decénio do século XIX, sempre e só em torno dos arquitectos, em Portugal tal não se verificou.

Em 1872, a Associação dos Arquitectos Civis Portugueses passou a designar-se Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, unindo-se assim uma nova especialidade emergente do contexto cultural oitocentista, ligada ao aprofundamento da antiguidade clássica e à descoberta da arqueologia medieval. A vertente humanista e o programa de estudos que interferiam directamente na formação do arquitecto, ligaram-no assim à história e à arqueologia. A difusão dos modelos e das referências históricas dos mais diversos monumentos, favorecida pelo desenvolvimento da imprensa, influenciou e marcou a produção arquitectónica de então, aproximando a investigação histórica e as escavações desenvolvidas pelos arqueólogos, dos levantamentos e maquetes realizadas pelos arquitectos, acompanhando as viagens de curiosos e amadores com poder económico.

O encontro das temáticas fundamentais destas duas disciplinas fazia-se por via de um passado que, em Portugal, acabou por ser determinante na evolução das estruturas representativas da classe dos arquitectos. Se na agremiação criada por Possidónio da Silva surgia claramente expressa e pela primeira vez, a vocação para a defesa da Architectura (4), secundando de forma algo lenta e difusa o enfoque cada vez mais explícito que os problemas inerentes a esta e àqueles que a exerciam como profissão obrigavam, na já então Associação dos Arquitectos e Arqueólogos foram incluídas preferencialmente questões mais abrangentes relacionadas com a defesa do património histórico e artístico, elas próprias reflexo da heterogeneidade dos seus membros (5). Ainda que com um certo desfazamento em relação ao contexto europeu, em Portugal, esta colaboração foi, como se verá, fecunda. (6)

O novo pano de fundo da criação arquitectónica foi enriquecido com novos materiais que proporcionaram e viabilizaram outros desenhos e outras expressões plásticas. Apesar do peso das referências arqueológicas ser detectável na Arquitectura do século XIX, as novas solicitações, implicando novos programas construtivos oriundos também eles de novos clientes, demonstravam que ser "arquitecto" era cada vez menos ser também "arqueólogo", ao mesmo tempo que o corpo teórico formativo e informativo de suporte a ambas as disciplinas se afastava e a formação do "arquitecto", enquanto tal, reclamava, por seu lado, contornos mais definidos.

Esta formação, recebida nas Escolas e Academias de Belas Artes, aproximava-os, em curriculum escolares comuns, dos pintores e escultores o que levou, por vezes, à valorização excessiva da vertente criativa e propriamente artística dos arquitectos, em detrimento dos seus conhecimentos técnicos. Mas, apesar destes reivindicarem as suas habilitações específicas neste domínio, constata-se que estes, do ponto de vista associativo, se aproximaram mais dos seus ex-colegas de aprendizagem. Assim, na ausência de uma associação própria ou paralelamente a esta e tal como se verá mais adiante, os arquitectos vão integrar e ter participação importante em associações como a Sociedade Promotora de Belas Artes e o Grémio Artístico, ou ainda na Associação dos Condutores de Obras Públicas (7), que congregava profissões próximas da do arquitecto e do engenheiro.

Neste sentido, importa percorrer e atentar nestas organizações, tanto nos seus fundamentos teóricos como práticos, procurando assim esboçar as linhas de força do movimento associativo dos arquitectos portugueses na segunda metade de oitocentos que culminaram, já no início do século XX, na fundação da Sociedade dos Arquitectos Portugueses que a partir de então e até à actualidade, assegurou a representatividade deste grupo profissional.

1.1. Fundação e Estatutos

Foi no dia 22 de Novembro de 1863, pelas 11 horas da manhã que o arquitecto da Casa Real Joaquim Possidónio Narciso da Silva convocou os seus colegas João Pires da Fonte e José da Costa Sequeira, ambos professores na Academia Nacional de Belas Artes de Lisboa, bem como Feliciano de Sousa Correia, Paulo José Ferreira da Costa, Valentim José Correia, Veríssimo José da Costa e Manuel José de Oliveira, todos arquitectos da Repartição de Obras Públicas, para uma reunião na Calçada do Combro, no Grémio Popular. Esta reunião, em que Possidónio da Silva apresentou um projecto de Estatutos como base de discussão, foi um momento decisivo para a formação da primeira associação de arquitectos em Portugal.

Todos responderam ao convite de se "conjugarem e reunirem, a fim de advogarem a nobre causa da Architectura" que, segundo era afirmado na "Sinopse dos trabalhos da Associação", andava "por assim dizermos - à *revelia*". Este grupo de arquitectos não hesitou assim "um momento em vir a dar o seu voluntario contingente de dedicação e esforço, apesar da arruinada saude de muitos, e do cansaço de todos, originado pelo grande número de anos gastos no serviço do Estado". (8)

Nesta primeira reunião Possidónio da Silva anunciou também a todos os presentes ter dirigido cartas-convite a Lucas José dos Santos Pereira, então director das obras do Mosteiro da Batalha, aos professores de Architectura da Academia de Belas Artes do Porto e aos arquitectos da Câmara Municipal da mesma cidade a fim de que estes se inscrevessem na Associação, vindo assim e desde logo descentralizar as suas acções. (9)

Dias depois, e após novas reuniões, foi eleita uma direcção provisória para orientar os trabalhos preparatórios, e da qual faziam parte: Possidónio da Silva, presidente, J. da Costa Sequeira, 1º secretário, P. J. Ferreira da Costa, 2º secretário e F. de Sousa Correia, tesoureiro. Foi também nomeada uma comissão incumbida de proceder à redacção definitiva dos Estatutos, composta por J. da Costa Sequeira, P. J. Ferreira da Costa e Valentim J. Correia.

A redacção e aprovação definitiva dos Estatutos teve lugar numa reunião realizada a 20 de Dezembro de 1863, sendo também deliberado que o presidente os submetesse à aprovação régia e que os trabalhos associativos tivessem início em Janeiro. A então Associação dos Architectos Civis Portugueses viu os seus primeiros Estatutos aprovados pelo Decreto de 30 de Janeiro de 1864 que, por Alvará Régio de 14 de Novembro de 1872, passou a designar-se Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses, o que deu origem à elaboração dos segundos Estatutos, reconhecidos a 30 de Setembro de 1879. (10)

Assim, se nos primeiros Estatutos a finalidade desta Associação constituída por architectos era "ocupar-se dos assuntos da sua profissão, tanto na parte teórica como prática" para além dos de "jurisprudência e administração relativa à Architectura civil, principalmente em relação aos interesses públicos e privados, que dizem respeito à classe" (11), nos segundos Estatutos são mais amplas as suas finalidades, perdendo-se assim a sua vocação primeira. A Real Associação passou a ser composta por "architectos, arqueólogos, e amadores de Architectura e arqueologia, de ambos os sexos", pretendendo contribuir para "aumentar o espirito de confraternidade" entre architectos e arqueólogos no sentido de promover "o progresso da Architectura e o estudo e conservação dos objectos arqueológicos". (12)

Aliás, nestes segundos Estatutos algo de mais concreto é definido em relação às formas de intervenção da própria Associação que passam pela discussão de

assuntos por ambos os grupos profissionais, pela promoção de trabalhos no âmbito da Arquitectura e do desenvolvimento de investigações arqueológicas, bem como pela realização periódica de "exposições de desenhos e modelos de Arquitectura, e de objectos de antiguidades de diversas épocas". Por último o empreendimento de "escavações no solo português para recolher as preciosidades arqueológicas que nele se encerrem", era também um dos fins da Real Associação. (13)

Quando da sua fundação e até à aprovação dos primeiros Estatutos, podiam inscrever-se na categoria de "sócios fundadores" todos os arquitectos que pertencessem "às Academias de Belas Artes de Lisboa e Porto, os empregados no Ministério das Obras Públicas, os da Casa Real, e todos aqueles que tiverem nomeação régia de arquitecto civil". De acordo com o Artº 3º do Capítulo I, podiam ainda inscrever-se como sócios os arquitectos que não se encontravam em nenhuma das situações anteriores mas que tivessem "mais de 25 anos de idade, e houverem delineado e dirigido obras cuja importância os constitua dignos de serem propostos". (14)

Para se ser admitido como membro da Associação era necessário ter nacionalidade portuguesa ou tê-la pelo menos adquirido à três anos. Era também condição "possuir os conhecimentos indispensáveis para exercer a Arquitectura civil, adquiridos pelos estudos regulares nesta arte" e, finalmente, "ter dado provas de capacidade e experiência em trabalhos teóricos e práticos". Este Capítulo II dos Estatutos de 1864 que diz respeito à "Eleição dos Sócios, suas qualidades e atribuições", refere também as várias qualidades que estes poderiam ter: "membros residentes, e não residentes" e "sócios correspondentes nacionais, e estrangeiros". Estes últimos poderiam ainda ser admitidos como "sócios extraordinários" durante o tempo de permanência no país. Eram também previstos os "sócios amadores", ou seja, "pessoas conhecedoras e amadoras de Belas Artes, ou as dedicadas ao estudo de Arquitectura civil, devendo ter pelo menos 18 anos de idade, e ser de abonada conduta" (15), que viriam a constituir a grande maioria dos associados.

Nos Estatutos publicados em 1879 são mais explícitos os direitos e deveres dos sócios, agora já divididos em quatro grandes grupos: os efectivos, os correspondentes, os honorários e os beneméritos. Na primeira categoria eram incluídos, para além dos architectos que pertencessem ou tivessem pertencido às Academias de Belas Artes de Lisboa e Porto e dos empregados no Ministério das Obras Públicas e da Casa Real, todos os outros "que tenham diplomas da sua profissão, embora não pertençam às duas categorias precedentes" e também os "arqueólogos e os amadores de arqueologia, que por meio de publicações, colecções arqueológicas, escavações, impulso, ou protecção dada aos estudos respectivos, se tomarem conhecidos" (16). Como sócios correspondentes são considerados os architectos, arqueólogos ou amadores de arqueologia que não residissem em Lisboa, bem como os estrangeiros que profissionalmente se destacassem em ambos os domínios.

Ainda que não esteja explícito quem deverá avaliar ou indicar os sócios que devem receber o título e diploma de "sócio honorário", sabe-se, contudo, que estes eram "os individuos que possuirem elevados conhecimentos de belas artes ou de arqueologia". Por outro lado, o título e diploma de "sócio benemérito" seria entregue àqueles "que houverem prestado serviços relevantes à Associação, como tais apreciados e reconhecidos em Assembleia Geral". (17)

O Capítulo III dos Estatutos de 1864 diz respeito aos "Trabalhos artísticos da Sociedade, e das secções em que se divide". Partindo do principio de que os sócios architectos civis "se occuparão de todos os assuntos ou projectos próprios da sua profissão, tanto no que diz respeito às regras da arte de edificar, como da história da Architectura e arqueologia nacional" (18), os membros desta sociedade eram divididos em três secções.

Tal como em outros aspectos, os Estatutos de 1874 são mais explícitos quanto ao conteúdo destas. Assim, a primeira secção, ainda de acordo com o estabelecido

em 1864 tratava "dos estudos pertencentes à teoria da Architectura; sua história, e arqueologia nacional", passando depois pela alteração estatutária a ter um conteúdo mais concreto: ocupar-se da "história e teoria da Architectura, da construção e decoração architectónica, e da apreciação das obras de arte em projecto ou em execução". De salientar que estas questões pertenciam, ainda na Associação dos Architectos Civis à 2ª Secção de trabalhos que se ocuparia precisamente da "Estética, das decorações architectónicas, e da apreciação das obras de arte em projecto ou em execução" (19). Tal fusão das temáticas deve-se ao facto da 2ª Secção ter passado a ser referente à "arqueologia em geral e do desenvolvimento desta ciência no nosso país". (20)

A 3ª e última Secção não são também coincidentes nos dois Estatutos. Enquanto no primeiro abrangia os "ramos de construção em geral, e aos princípios de higiene aplicada às construções" (21), nos segundos, a esta Secção cabia também dedicar-se à "análise química dos materiais empregados nas construções em Portugal" (22). Cada Secção elegia entre si e para o mandato de um ano um presidente, um secretário e um vogal, sendo o seu presidente o representante junto do Conselho Consultivo.

No intuito de divulgar os trabalhos realizados no âmbito associativo, em 1865 foi criado o "Archivo de Architectura Civil" (23) que, em 1874, deu lugar ao "Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes" (24). Tal pretensão esteve presente desde o início, sendo mesmo o assunto do Artº 13º do Capítulo III dos Estatutos aprovados em 1864, bem como do Artº 16º do Regulamento Interno, aprovado nesse mesmo ano. (25)

Do conjunto das acções concretas desenvolvidas a partir da sua sede social, instalada nas ruínas do Convento do Carmo, destaca-se a criação do Museu Arqueológico e a formação de uma Biblioteca que desde logo beneficiou do contributo dos seus associados e de outras instituições congéneres estrangeiras.

Com efeito, a fundação do Museu Arqueológico do Carmo resultou de uma iniciativa concreta da parte da Direcção da Associação, directamente promovida por Possidónio da Silva e decorrente do próprio desenvolvimento do trabalho associativo. Aliás, no intuito de constituir um Museu, ainda que só com funções de recolha de peças, foi solicitado ao Governo, em 1864, a entrega das ruínas do antigo Convento do Carmo. (26)

Tal como as publicações periódicas, a ideia de criar uma biblioteca na Associação esteve presente desde o início, sendo determinado nos Estatutos de 1864 que o sócio "mais moço" que integre a Mesa da Assembleia Geral seja simultaneamente o Bibliotecário (27). Ainda que inicialmente fosse prevista uma biblioteca de carácter especializado, o crescimento do seu fundo documental veio provar o contrário. (28)

Ainda que os Estatutos de qualquer Associação sejam um documento que lhe confere uma base legal de existência, servindo ao mesmo tempo como a primeira declaração de intenções e princípios que a orientam e promovem, tal como se verá mais adiante, os primeiros passos dados pela Associação dos Architectos Civis Portugueses estão em absoluta conformidade com tudo aquilo que foi delineado nos seus Estatutos de 1864. As alterações posteriores resultam de ajustamentos necessários inerentes ao desenvolvimento de actividades concretas, traduzindo também, uma maior abertura aos "curiosos" das belas artes, tomando assim evidente a inexistência de uma especialização profissional da qual resultaria uma especificidade de problemas que só aos architectos diria directamente respeito.

1.2. Actividades

Na sessão solene da Real Associação, de 6 de Maio de 1875, Possidónio da Silva afirmava que quando esta foi criada "reciavam os seus sócios não podesse ter vida duradoira" pois poderia não ser "considerada de grande utilidade para o país", dado que em Portugal ainda "não havia despertado o devido apreço que dão as nações civilizadas ao desenvolvimento das Belas-Artes". Acrescentava também que as associações deste tipo "servem sem dúvida para o adiantamento da civilização", pois a classe dos architectos "coopera no aperfeiçoamento dos ramos das Belas-Artes, e sem artes, sem monumentos e sem construções grandiosas para uns e confortáveis para outros, não pode haver civilização". (29)

Deste modo, se por um lado, transparece um certo cepticismo relativamente ao sentido e expressão dos primeiros passos dados pela Associação, por outro posiciona o architecto como um agente activo que pode contribuir para o avanço da cultura e civilização. De facto, este sentido de pluridisciplinaridade de intervenção está patente nas primeiras propostas de trabalho da Associação, na sua maioria do seu próprio presidente, Possidónio da Silva. (30)

Do primeiro ano de actividade são várias as ideias avançadas a fim de serem discutidas ou ainda para que em torno delas se formem comissões específicas que, redigindo documentos sobre as conclusões alcançadas, se pudesse dar a conhecer publicamente a opinião da Associação. Os seus principais proponentes são Possidónio da Silva e P.J. Ferreira da Costa (31) que sugerem temáticas como o estudo de habitações operárias, sobre edifícios religiosos, higiene nas edificações, memórias sobre edifícios a designar, recolha a nível nacional de amostras dos materiais de construção ou ainda questões de índole teórica, como por exemplo a definição de uma nomenclatura específica da Architectura. (32)

Directamente relacionado com as construções de novos edifícios para Teatros, foi também proposto que a Associação se debruçasse sobre os problemas inerentes à ventilação deste tipo de edifícios (33). Ao mesmo tempo eram apresentados nas Assembleias Gerais esboços de Bairros Operários por J. Costa Sequeira (34), Lucas J. Santos Pereira (35) e Possidónio da Silva (36). Neste ano foi iniciado um curso de estereotomia da responsabilidade do presidente (37) que teve 47 alunos inscritos e o curso de física e química aplicada à indústria, por Francisco José de Almeida. (38)

Cerca de meio ano passado sobre o início da actividade da Associação foi decidido por unanimidade que esta oferecesse publicamente os seus préstimos à população, procurando-se assim sensibilizar a opinião pública para os problemas relacionados com a Arquitectura e também da necessidade de que certos trabalhos fossem desempenhados por pessoas competentes e deles conhecedoras. (39)

Ainda em 1864, foi discutida com mais empenhamento a questão dos concursos públicos, temática desencadeada pelo monumento a D. Pedro IV e ainda pela construção do edifício destinado aos Paços do Concelho em relação ao qual a Associação representou junto da Câmara Municipal no sentido de ser aberto um concurso público de acordo com a proposta do Marquês de Sousa Holstein. Na mesma altura foi feita uma outra representação ao governo na qual se defendiam as várias vantagens existentes na abertura de concursos públicos (40). A própria Associação tomou a iniciativa de abrir um concurso entre estudantes de Arquitectura cujo tema seria um projecto de construções rurais (41). Também em 1872 foi solicitada a realização de concursos em relação à construção do Palácio da Justiça e da Prisão Penitenciária. (42)

Logo no ano seguinte, em 1865, foi apresentado em Assembleia Geral por P.J. Ferreira da Costa, um relatório referente aos "estudos que deverão ter os architectos portugueses", que deixa transparecer uma preocupação específica no

âmbito formativo e que dentro em breve iria ser alvo de atenções como temática importante a debater no seio da classe. (43)

A Associação fez-se representar na Exposição Internacional Portuense a convite da secção de Architectura, delegada da Comissão Central de Belas Artes, que solicitou o envio de "objectos e obras de Architectura civil representando o estado de adiantamento desta arte em Portugal" (44). Surgindo na continuidade da proposta de formação de um Museu Arqueológico Nacional apresentou publicamente a Associação dos Architectos que pouco depois valorizaria com maior premência aspectos relacionados com a Arqueologia. Aliás, a primeira Exposição que aquela se propôs realizar incidia exactamente nesta temática (45), ainda que em 1871 fosse também proposta por Possidónio da Silva a realização de exposições públicas trimestrais de projectos de Architectura "segundo os novos sistemas de construção" e de "vistas fotográficas de países estrangeiros". (46)

O ano de 1866, coincidente com o início do protectorado do Rei D. Fernando à Associação, foi marcado pelas primeiras discussões de temáticas em torno de questões relativas à defesa dos monumentos nacionais. Foram então enviadas duas representações ao governo, uma solicitando a reposição da legislação de D. João V sobre este assunto (47) e outra, mais genérica, sobre a "conservação dos monumentos históricos e arqueológicos". Neste sentido, já no final do ano, o Marquês de Sousa Holstein propôs a nomeação de uma comissão que se ocupasse unicamente da conservação dos monumentos históricos (48). A partir de então foi em torno daquela temática que se centraram a maior parte das propostas internas e as reivindicações da Associação. Se, por um lado, tal facto significa que os estudos arqueológicos faziam parte integral dos de Architectura, por outro reflectem uma nova preocupação expressa em torno do "objecto" monumento e uma diferente abordagem às questões do património edificado. (49)

Nos finais do decénio de 70 foi novamente colocada a questão dos monumentos, tendo sido proposto em Assembleia Geral a elaboração de um mapa com a sinalização dos edifícios públicos nacionais de interesse histórico, sendo criada para o efeito uma comissão formada por arquitectos e arqueólogos (50). O reconhecimento do trabalho desenvolvido pela Associação está patente na solicitação feita a 24 de Outubro de 1880 pelo Ministério das Obras Públicas, no sentido desta elaborar uma lista dos edifícios que deveriam ser considerados monumentos nacionais (51). A resposta foi dada em Março do ano seguinte e redigida por uma comissão criada para tratar deste assunto composta por J. Silvestre Ribeiro, presidente; A. Pedro de Azevedo, secretário; Possidónio da Silva, A. C. Teixeira de Aragão, V. José Correia, vogais; e I. Vilhena Barbosa, relator (52). No seu relatório final a comissão lamenta o curto espaço de tempo concedido para o seu trabalho o que impediu ter sido feita uma "classificação científica, qual seria para desejar" (53), propondo a classificação dos edifícios através da criação de "seis classes" (54). Ao mesmo tempo recomenda que seja sempre realizado o estudo prévio do edifício, averiguando as suas partes primitivas e só depois proceder à sua classificação, princípios metodológicos que demonstram a influência de Viollet-le-Duc (55). Na mesma linha de influência está a recomendação feita para que o governo recorra à "legislação moderna das nações mais cultas, e nomeadamente nas ordenações francesas" de 1839 e 1841, que serviriam de "excelente guia para se dirigir na organização de regulamentos para a conservação de monumentos nacionais".

Após a realização deste trabalho pioneiro o governo nomeou Possidónio da Silva pela portaria de 21 de Outubro de 1882, para coligir notícias sobre o estado dos monumentos, procedendo simultaneamente ao levantamento de plantas e alçados dos edifícios monumentais, tarefa de certo modo complementar à proposta da Associação e que iria servir de base para serem tomadas decisões quanto à sua conservação e restauro. (56)

Até ao início do decénio de 70 mais dois cursos foram propostos. O primeiro por João Maria Feijó, que se propôs fazer "prelecções elementares de Architectura Civil" e, mais tarde, D. José de Saldanha solicitou autorização para proferir conferências "elementares sobre geometria descritiva". (57)

Algo marcadas pelos princípios democráticos liberais e defendendo a fraternidade dos ofícios, foram as propostas feitas nos anos 70 por Possidónio da Silva, no sentido de se instituir em Lisboa uma "Associação Filantrópica Portuguesa de Artes Liberais" (58) e uma outra para que a Associação passasse um "certificado de aptidão" aos operários que se distinguissem pela qualidade de execução das obras (59), proposta que pode também ser encarada como uma forma de procurar estimular a qualificação da mão-de-obra.

Na reunião de 24 de Março de 1879, o sócio D. José Saldanha propunha que a Associação estudasse as causas que originaram os recentes desmoronamentos de edifícios dentro e fora de Lisboa. Estando nela contida uma alusão indirecta à torre construída no Mosteiro dos Jerónimos e que ruira no ano anterior, não deixa de ser curioso o facto desta proposta não ter partido de um arquitecto. Este assunto foi abordado de Março a Novembro, culminando o trabalho de uma comissão criada para este fim e composta por Possidónio da Silva, V. José Correia e D. José Saldanha, na aprovação da representação a enviar ao governo. Esta refere que para a sua elaboração foi ouvida a opinião dos sócios que apresentaram vários exemplos confirmando a ideia inicial da comissão redactora. Era ainda feita uma chamada de atenção para o "abandono completo dos princípios mais elementares de higiene pública e particular, o emprego, nas coberturas, de alguns materiais completamente impróprios para isso no nosso país, e a falta de proporção entre as alturas dos edifícios e a largura das ruas e das Praças" por parecer oportuno alertar o governo dado estar em curso a reforma dos serviços dependentes do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. (60)

No decénio de 80 foram dadas "lições públicas de arqueologia" (61) e foi feita uma proposta para que fosse solicitado aos "Prelados portugueses que estabelecessem nos Seminários do reino cursos de arqueologia religiosa". Pretendia-se que os "párocos tivessem algumas noções da arqueologia religiosa" que é "um estudo muito limitado, fácil e agradável" (62). Acima de tudo a Associação pretendia promover uma ampla campanha esclarecedora e informativa, evitando, por ignorância, o abandono, a destruição ou o despojamento de objectos dos edifícios religiosos.

Nos anos 90 surgiram propostas que vão incidir sobre outras temáticas, de novo mais directamente relacionadas com a Architectura. E foram os jovens Adães Bermudes e Rosendo Carvalheira que as introduziram em Assembleias Gerais já maioritariamente compostas por arqueólogos e sócios amadores.

O discurso proferido pelo primeiro quando foi admitido membro da Associação em 24 de Março de 1895 é bastante elucidativo dos propósitos que o animavam (63). Começando por afirmar que "é urgente e indispensável reunir todas as boas vontades num comum e desinteressado esforço pelo progresso e prosperidade da pátria", enumera depois os "muitos e relevantes serviços" que a Associação prestou, nomeadamente a classificação e defesa dos monumentos nacionais, a fundação do Museu Arqueológico, a participação em Congressos estrangeiros e a edição do Boletim. Contudo, acrescentava "se esta associação muito tem feito, muito lhe resta ainda fazer", afirmando que esta "tem de ocupar-se activa e desveladamente do ensino da Architectura em Portugal, dos monumentos nacionais, da estética e da higiene das nossas cidades, dos concursos públicos, do provimento dos lugares de architectos do Estado, da legislação dos edifícios, das prerrogativas e direitos dos architectos e da consideração oficial e pública que lhes é devida". Trazendo para primeiro plano os problemas inerentes à sua profissão, aponta três condições indispensáveis para o desenvolvimento da Architectura: um acordo sobre os principios fundamentais da vida colectiva e social, para que possa

haver uma "comunhão" de ideias "que o artista possa traduzir, condensar, cristalisar em uma nova forma Arquitectural"; um ensino "sólido, integral e livre" baseado "em todas as tradições e em princípios rigorosamente científicos" visando o envolvimento das faculdades estéticas, emotivas e imaginativas do indivíduo; e, por fim, a necessidade de uma "recompensa moral e material, garantida ao exercício da profissão, pela consideração do público e pela protecção do estado".

De facto, até este momento nunca tinha sido colocada com tanta frontalidade a questão da formação dos arquitectos que discutida nos anos 60 não seria mais referida, nem o problema dos honorários da classe. A essa questão refere-se de novo A. Bermudes em outro ponto do seu discurso, acusando o Estado de "fechar as portas" ainda que seja obrigado por lei a ter um corpo de arquitectos ao seu serviço, preferindo recrutar "esse corpo entre indivíduos geralmente estranhos à Arquitectura", obrigando a "clientela escolar", após dez anos de estudos a "morrer de fome". Prossequindo, acrescenta ainda que "o Estado não tendo, por não querer, um corpo de arquitectos competentes, vê-se obrigado a recorrer, a cada passo, a arquitectos estrangeiros" que exigem remunerações mais elevadas. Segundo A. Bermudes o Estado é também o responsável da atitude do "particular" que segue o seu exemplo e "chama para o seu serviço mestres de obras ou engenheiros".

Porém, o que está em causa para este arquitecto não é a concorrência mas sim a qualidade da arte portuguesa que "nunca chegou a completar uma evolução, a fundir-se numa perfeita unidade estética, sem a qual não há arte nem estilo possíveis". Tal situação resulta na imagem de cidade com "construções duma banalidade cretina, exasperadora, inverosimel!".

Parece, assim, que A. Bermudes tinha perfeita consciência do seu próprio tempo e que os ensinamentos recém adquiridos em Paris lhe davam, comparativamente ao seus colegas, maior lucidez no diagnóstico que fez a cerca de cinco anos da

viragem do século. Aliás, este discurso reveste-se de maior importância se se pretender detectar quais os problemas então considerados mais prementes para o exercício da profissão e quais as vias concretas para os tentar resolver. Como se verá, estas prioridades então referidas por A. Bermudes irão transitar, numa hierarquização bastante próxima, para a Sociedade dos Architectos Portugueses.

Em 1896, um ano após a sua entrada na Real Associação, propôs a realização de um Congresso de Architectos Portugueses por ocasião das Comemorações do Centenário da Índia (64), proposta que vai repetir no ano seguinte, agora já como um "Congresso Nacional de Architectura e Arqueologia" (65). Em Fevereiro de 1898 era aprovado em Assembleia Geral o parecer da Comissão Organizadora deste Congresso mas, esta ideia parece ter sido abandonada pois não é de novo referida nos extractos das Actas seguintes. Curiosamente, A. Bermudes viria a falecer em 1948, ano em que teve lugar o 1º Congresso Nacional de Architectura, do qual se falará mais adiante.

O discurso de Rosendo Carvalheira, admitido no mesmo ano que A. Bermudes, é bastante mais moderado nas acusações e na forma como coloca os problemas (66). Referindo-se à intervenção do seu colega, afirma que "na doutrina exposta no seu discurso, muita coisa vejo que intimamente perfilho, porque sinto de igual modo", ainda que mais adiante consteste as afirmações referentes à deficiente formação dada pelo Instituto Industrial, ao qual esteve ligado. Contudo, concorda que se os professores estrangeiros foram contratados para aí ensinarem afim de que um "renascimento industrial e artístico" fosse possível, tal não aconteceu, "nada se viu de extraordinário que justifique a permanência de estrangeiros nas escolas industriais". Com um sentido muito menos pragmático em relação à sua profissão, R. Carvalheira não propõe nada de concreto nem isola as questões fundamentais ao longo do seu discurso, proferido numa linguagem profundamente humanista que contrasta com uma certa vivacidade de A. Bermudes.

Aliás, a primeira proposta concreta feita por R. Carvalheira está ainda em absoluta conformidade com as temáticas dominantes discutidas pela Real Associação, dado que sugere que sejam enviadas circulares a todas as entidades interessadas na conservação dos monumentos nacionais afim de criar uma forte corrente de opinião para a sua salvaguarda (67). Mais tarde, em 1899, apela de novo para que sejam feitas recomendações às Câmaras Municipais para a conservação dos pelourinhos.

As assimetrias de posicionamento destes dois arquitectos são elucidativas da situação que se vivia em Portugal na viragem do século relativamente à Arquitectura: constatação de problemas e impotência para os resolver para melhorar as condições de trabalho presentes e futuras; concentração de atenções no património edificado, preservando o passado para o transmitir ao futuro, ainda que esses futuros não fossem, na sua essência, os mesmos.

Até à fundação da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, acontecimento que não é mencionado nos extractos das Actas publicadas no Boletim, facto que não deixa de ser significativo, as temáticas dominantes em discussão são as referentes aos monumentos nacionais. Ainda que outro tipo de questões fosse discutido, como por exemplo as relacionadas com o ensino e formação dos arquitectos, estas foram abandonadas ao longo dos anos. Parece claro que a partir do momento em que a Associação foi ouvida oficialmente num assunto, precisamente os monumentos nacionais, aí se concentraram todas as energias, tomando-se esta área o seu espaço de intervenção possível no seio da cultura e sociedade portuguesa.

A avaliação da globalidade dos trabalhos desenvolvidos pela Real Associação passa necessariamente pela aferição das propostas que uma vez aprovadas, tiveram ou não concretização. Contudo, e porque este aspecto transcende o propósito deste estudo, elas são aqui entendidas como um conjunto de intenções que deixam transparecer áreas de intervenção, por um lado e, por outro como uma

síntese das ideias veiculadas por aqueles que se encontravam à frente de organismos responsáveis.

De ambos os aspectos não se pode dissociar a figura do primeiro presidente da Associação, Possidónio da Silva, então arquitecto da Casa Real, que beneficiando de alguma influência junto dos poderes instituídos, era uma espécie de validação das propostas apresentadas.

Quanto a estas e numa primeira instância, parecem revestir-se de um carácter disperso: reflexo inevitável da heterogeneidade dos próprios membros que compunham a Associação; consonância e inserção da prática profissional numa sociedade em mutação lenta, abandonando referências românticas e acusando os primeiros sintomas da convivência com os recentes efeitos da industrialização.

No entanto, não deixa de ser curioso verificar que no momento que em França - país para onde partiam preferencialmente os bolseiros portugueses - arquitectos e arqueólogos demarcavam as suas áreas de intervenção, em Portugal tal só irá acontecer cerca de dois decénios mais tarde. Arquitectura e Arqueologia confundem-se e fundem-se nas propostas da Real Associação. A primeira disciplina é valorizada enquanto fornece à segunda objectos passíveis de leitura e inserção históricas, auxílio precioso na sedimentação dos valores culturais nacionais, afligidos e assaltados num passado recente, pelos invasores franceses. Mas, se tal fusão de temáticas e disciplinas se verifica, constata-se igualmente que foi decrescente, logo no primeiros anos de existência, o número de arquitectos inscritos na Associação. Entre 1864 e 1866, do total de 107 sócios (68), só 23 eram arquitectos, assim: 16 em 1864 (69); seis em 1865 (70); e somente um em 1866 (71). Deste modo, poder-se-á aferir que tal situação resulta da indefinição do estatuto e profissão de arquitecto o que implica a inexistência de uma consciência de grupo profissional autónomo.

A consciencialização da classe que conduziu à formação da Sociedade dos Arquitectos, resultou assim e sobretudo de pressões exteriores inerentes a um novo contexto sócio-cultural. À viragem do século correspondeu uma mudança no mercado de trabalho que se traduziu num aumento de encomendas públicas e privadas, também diversificadas nos seus programas.

NOTAS

(1) A primeira referência a agremiações onde estivessem envolvidos arquitectos remonta ao início do séc. XVII (1602), com a criação da Irmandade de S. Lucas, associação religiosa de arquitectos e de outras profissões artísticas, que um século depois irá ter papel importante na defesa das obras de arte portuguesas durante as Invasões Francesas. Também com denominação específica da profissão foi fundada no Porto, em 1835 a Associação Portuense dos Artistas de Pintura, Escultura e Architectura ou dos Amigos das Artes. Cf. LOBO, J.H.; DIAS, F. da Silva - Associações de Arquitectos em Portugal, in *Revista Arquitectos*, nº 0, Out. 1983, p. 3.

(2) De facto, foi ao longo do séc. XIX que foi estabelecido o estatuto da profissão de arquitecto, incluída num grupo mais vasto, também ele de formação recente, das profissões liberais: "L'autonomie de l'architecte face aux différents professions du bâtiment est le résultat d'une lente évolution, amorcée au XVème siècle en Italie et qui se poursuit jusqu'à la fin de l'Ancien Régime en France: deux époques-clé de l'histoire du monde occidental où la réflexion sur le rôle de l'individu dans la société, et plus précisément celui de l'artiste précède la formulation officielle d'une spécificité socio-professionnelle". MOSSER, M. et al. - "L'Académie Royale et l'enseignement de l'architecture au XVIIIème siècle", in *Archives d'Architecture Moderne*, nº 25, 1983, p. 48.

(3) Parece interessante referir o exemplo francês dada as profundas ligações culturais então existentes com Portugal. Assim, a primeira associação de arquitectos criada em Paris data de 1811, ainda que durasse apenas 5 anos. Mais tarde, em 1843, foi criada a "Société Centrale des Architectes", a primeira que teve um papel fundamental na história da profissão ao longo do séc. XIX. Anos depois, em 1877, surgiu uma nova agremiação denominada "Société des Architectes Diplômés par le Gouvernement" que teve papel essencial na organização e na defesa da profissão. Quanto às organizações dos arquitectos na província, a mais antiga foi a de Lyon (1839), agrupando-se 27 delas, em 1907, numa federação que contava com cerca de 700 arquitectos.

(4) O surto de formação de associações em Portugal, sobretudo a partir de 1851 com a Regeneração, surge como um eco da Revolução Francesa de 1848. Englobando diversos grupos e extractos sócio-culturais, revestem-se de diferentes formas, como por exemplo, cooperativas, associações mutualistas, ateneus, grêmios, sociedades, etc. Contudo, a partir dos anos 30 tinham-se já constituído associações de carácter científico e/ou profissional, tais como a Associação dos Advogados (1835), a Sociedade de Ciências Médicas (1835), a Sociedade Farmacêutica Lusitana (1838), a Real Associação Central de Agricultura Portuguesa (1860), a Associação dos Artistas de Coimbra (1861), etc.

(5) Os sócios admitidos na Real Associação, eram, na sua grande maioria, amantes das belas-artes e eruditos que nela se inscreviam unicamente movidos por interesses de índole cultural, não procurando qualquer tipo de apoio, mas antes apoiando as actividades por esta desenvolvidas, participando assim numa acção que não pode ser dissociada das noções de "patriotismo", "civilização", "cultura", etc.

(6) Em França, até cerca de 1860, isto é, três anos antes da fundação da Associação dos Arquitectos Civis Portugueses, os arquitectos tiveram um papel científico importante no domínio da arqueologia. Contudo, serão eles próprios que a partir dessa altura, trabalhando nos monumentos românicos "révèlent le clivage qui commence à exister entre architectes et archéologues: l'essentiel des grandes monuments de Rome avait déjà été dessiné par les générations précédentes; les nouvelles fouilles ne révèlent plus d'ensembles monumentaux équivalents à ce que l'on connaissait déjà. Aussi, les architectes se sentent-ils inutiles, mis à l'écart par les archéologues qui se revendiquent à partir de cette période comme des historiens autonomes", in JACQUES, A. - *La carrière de l'architecte au XIXe siècle*, p. 45

(7) A Associação dos Condutores de Obras Públicas, viu os seus Estatutos reconhecidos pelo Alvará de 25 de Julho de 1883. Os fins desta Associação são definidos nos seus

Estatutos no sentido de "consolidar os sentimentos de confraternidade" entre os seus membros"; "desenvolver a sua instrução científica, pratica e administrativa"; "promover os interesses dos associados nos limites das leis vigentes, e com abstenção completa de meios políticos"; "crear e distribuir periódicamente aos socios uma publicação tecnica". Integravam esta Associação três tipos de sócios: os titulares ("constructores de obras publicas que pertençam ao corpo auxiliar de engenharia civil; individuos habilitados com o respectivo curso, independentemente do serviço a que pertencem"); os honorários ("engenheiros civis ou militares; outros individuos que pela sua posição social, nas sciencias, nas artes ou na industria, tenham prestado ou possam vir a prestar serviços importantes à Associação"); e finalmente os sócios livres ("constructores de obras publicas ou particulares, agentes de serviços municipais que desempenharem funções de conductores"), in *Associação dos Conductores de Obras Públicas: Estatutos*, 1901, p. 5-6.

(8) "Synopsis dos trabalhos da Associação lida na primeira sessão de Assembléa Geral", in *Archivo de Architectura Civil*, nº 1, 1865, Col. 1.

(9) Cf. *Idem*, Col. 2.

(10) Contudo, e apesar da Sociedade dos Architectos Portugueses ter sido criada em 1902, só em 1910 é que passou a designar-se "Associação dos Arqueólogos Portugueses", por um lado devido à implantação da República e, por outro, rectificando titularmente a vocação associativa.

(11) *Estatutos*, 1864, p. 5.

(12) *Estatutos*, 1879, p. 5.

(13) *Idem*.

(14) *Estatutos*, 1864, p. 6.

(15) *Idem*, p. 6-7.

(16) *Estatutos*, 1879, p. 6.

(17) *Idem*, p. 7.

(18) *Estatutos*, 1864, p. 7-8.

(19) *Idem*, p. 8.

(20) *Estatutos*, 1879, p. 8.

(21) *Estatutos*, 1864, p. 8.

(22) *Estatutos*, 1879, p. 11.

(23) O "Archivo de Architectura Civil", foi publicado na qualidade de órgão oficial da Associação, e nele deveriam ser tratados assuntos de "philosophia da arte, apreciação das construcções dos edificios públicos e particulares, estereotomia, história monumental, decoração pertencente á architectura; construcções urbanas e rurais, archeologia, biographia dos architectos nacionaes e estrangeiros e finalmente revista estrangeira sobre o progresso das bellas-artes", in SILVA, J.P.N., *Memória Histórica...*, 1889, p. 12.

(24) Este Boletim foi dirigido por Possidónio da Silva até 1890.

(25) Estatutariamente a Associação comprometia-se a utilizar "todos os meios que estivessem ao seu alcance para fazer publicações por meio d'escriptos uteis, illustrados com

desenhos, dos trabalhos elaborados nas secções, dando um folheto em cada trimestre, que se intitulará: - 'Archivo artistico da Sociedade dos architectos civis portuguezes' - n'estes folhetos se poderá fazer a apreciação de todas as obras architectonicas em projecto ou em execução em nosso paiz; assimcomo se noticiarão os aperfeiçoamentos que na architectura civil e nas modernas construcções tenha havido em que as nações estrangeiras mais adiantadas nas Bellas-Artes", in *Estatutos*, 1864, p. 9.

(26) Esta proposta foi feita por Possidónio da Silva na reunião de 26 de Fevereiro de 1864 nos seguintes termos: "Que a Associação solicitasse do governo a entrega das ruínas da antiga igreja do Carmo de Lisboa para se mandarem ali recolher os fragmentos architectonicos dignos de conservação, formando-se uma collecção dos existentes na capital e seu termo e reservando-se para mais tarde fazer-se o mesmo com os outros fragmentos que se encontrassem nas provincias em estado de abandono; dando-se assim começo a um 'museu de antiguidades' pertencentes á Architectura", in *Boletim de Architectura e Archeologia*, nº 1, t. XI, 1907, 4ª série, p. 126.

(27) Ver *Estatutos*, 1864, p. 11. Também o Regulamento Interno se referia à Biblioteca no Artº 12º, em que era afirmado: "A Associação empregará o maior cuidado em instituir e ampliar uma Bibliotheca composta das melhores obras antigas e modernas, relativas á architectura civil nos differentes ramos das suas subdivisões; podendo desde já dar-lhe começo, pelos generosos offerecimentos que cada um dos seus membros fizer de alguma obra da sua escolha, ou da própria producção na arte que cultiva", in *Regulamento Interno*, p. 5-6.

(28) As obras aí existentes abrangiam as temáticas mais variadas, tais como: história, geografia, numismática, ciências naturais, botânica, agricultura, artes, viagens, legislação, geologia, higiene, poesia, etc. Cf. os Relatórios da Biblioteca incluídos no *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses*.

(29) "Alocução do presidente da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses Joaquim Possidónio Narciso da Silva, na sessão solenne de 6 de Maio de 1875", in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses*, nº 6, 2ª série, p. 84-85.

(30) Joaquim Narciso Possidónio da Silva (15.5.1806-25.3.1896), architecto impulsionador e fundador da Associação dos Architectos Civis, partiu com um ano de idade para o Brasil onde viveu até 1821, regressando a Portugal. Iniciou então os estudos regulares com o pintor Domingos de Sequeira, determinantes para que, um ano depois se matriculasse na Aula Régia do Risco onde estudou Architectura Civil (discípulo de Germano Xavier e do pintor Mauricio José Sandim). Em 1826 partiu para Paris, sendo um dos primeiros portugueses a concluir aí a sua formação, em 1828, na Academia de Belas Artes, após o que realizou diversas viagens de estudo, nomeadamente a Itália. De regresso a Portugal (1830), D. Pedro encarregou-o de elaborar o projecto de conclusão do Palácio da Ajuda, recebendo em 1833 o título de "Architecto da Casa Real", ano em que colaborou na reforma dos estudos de Belas Artes. Desenvolveu a partir de então intensa actividade no domínio da Architectura, remodelando edificios ou palácios e decorando ou intervindo nos Paços Reais. Para além disso, escreveu numerosos livros e artigos, efectuou comunicações sobre temáticas nacionais em vários congressos internacionais, participou em concursos internacionais de escultura, dedicando-se também à Arqueologia. A sua formação académica e internacional permitiu-lhe uma intervenção coerente na capital, contribuindo sobretudo para a renovação do vocabulário decorativo (nomeadamente nas lojas), surgindo isolado no panorama nacional "como um artista mal empregado em Portugal" (J.-A. França, *A Arte em Portugal no Séc. XIX*, Vol. I, p. 321), que aliou à sua actividade de architecto a de arqueólogo, e à qual se dedicou quase exclusivamente no âmbito da Real Associação

(31) Paulo José Ferreira da Costa (?-20.1.1880) sócio fundador e 2º secretário da Associação dos Architectos Civis, pertenceu ao Ministério das Obras Públicas onde chegou a ser architecto de 1ª classe. Foi recordado por Possidónio da Silva como um "militar

servindo nas fileiras constitucionais em pró da liberdade" e "cidadão prestante e um distincto architecto, que serviu a pátria e a arte com amor e intelligencia" e que tomou "sempre parte nas discussões as mais importantes, das quaes resultassem progresso da nossa arte e engrandecimento do nosso Instituto". SILVA, J.P. - "Paulo José Ferreira da Costa", in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses*, nº 1, tomo I, 1880, p. 16.

(32) Cf. "Synopse dos trabalhos da Associação lida na primeira sessão de Assembléa Geral", in *Archivo de Architectura Civil*, nº 1, 1865 [propostas apresentadas na reunião de 22 de Jan. de 1864].

(33) Idem [proposta apresentada na reunião de 21 de Março de 1864].

(34) José da Costa Sequeira (21.2.1800-6.11.1872) é, entre os architectos fundadores da Associação, uma das figuras de maior prestígio na época. Sobrinho do pintor Domingos de Sequeira, aos 15 anos, possuindo já estudos preparatórios de desenho, foi admitido como praticante da Casa do Risco das obras do Palácio da Ajuda, onde teve como mestres Francisco Xavier Fabri e António Francisco Rosa, sendo em 1821 promovido a "ajudante-arquitecto supranumerário" e três anos mais tarde entrou para a repartição das Obras Públicas (onde em 1832 foi nomeado "ajudante-arquitecto"). Em 1835 foi promovido a architecto de 1ª classe, ano em que foi nomeado vogal da comissão encarregada de elaborar um projecto de Estatutos para a Academia de Belas Artes (foi seu 1º secretário de 1837 a 1846 e depois de 1865 a 1870) e inicia a sua carreira pedagógica nas antigas aulas de Desenho de Figura e de Architectura Civil, anexas à Intendência das Obras Públicas. A partir de 1837 enveredou definitivamente pela sua carreira no ensino, desligando-se do quadro do Ministério das Obras Públicas, continuando, no entanto, a exercer a sua actividade de architecto. Publicou artigos de história e crítica, elaborou diversos manuais, sistematizando tratados e estudos teóricos, preciosos contributos no âmbito da teoria da Architectura, da geometria, do desenho e da estética. Inicialmente destinados ao uso interno da Academia de Belas Artes, foram adoptados noutros estabelecimentos de ensino como a Academia do Exército e também no Rio de Janeiro, na Escola de Desenho e na Academia Imperial. Numa tentativa de sintetizar a sua dupla vertente de architecto e docente, poder-se-á afirmar que a sua obra "parece encerrar um ciclo que se liga a modelos e influências tradicionais retardadas" e que "como teórico e pedagogo, a acção é mais profunda e perdurará algumas gerações". CALADO, Maria - *José da Costa Sequeira, architecto e professor*, p. 15.

(35) Lucas José dos Santos Pereira (?-6.9.1884) ingressou na Associação em 1864. Grande amigo de J. Costa Sequeira, tiveram um início de carreira semelhante, encontrando-se ambos em 1820-1821 na Casa do Risco do Palácio da Ajuda. Em 1836 participam também na organização da Academia de Belas Artes (um ano depois Santos Pereira foi nomeado seu Bibliotecário e em 1842 eleito académico de mérito), sendo também ambos professores de Architectura. O seu trabalho mais importante foi desenvolvido ao serviço do Ministério das Obras Públicas, após 1852 e durante 32 anos, quando foi nomeado para dirigir as obras de restauro do Mosteiro da Batalha, então elogiosamente referenciado pelas Associações dos Architectos Britânicos e Franceses. Em 1865 foi promovido a architecto de 2ª classe e em 1876 a 1ª, sendo chefe da secção da Direcção das Obras Públicas do Distrito de Leiria. Tal como o seu amigo Costa Sequeira, teve também uma acção pedagógica, criando por iniciativa própria, uma aula para ensinar desenho de ornato aos aprendizes em serviço nas obras da Batalha. Faleceu a 6 de Setembro de 1884.

(36) Cf. "Synopse dos trabalhos da Associação lida na primeira sessão de Assembléa Geral", in *Archivo de Architectura Civil*, nº 1, 1865 [projectos apresentados, respectivamente, nas reuniões de 26 de Jan. e 21 de Março de 1864].

(37) Cf. "Assembléa Geral do segundo trimestre, 3 de Julho de 1864", in Idem, nº 4, Abr. 1866 [proposta apresentada na reunião de 26 de Fev. de 1864].

(38) Cf. "Assembléa Geral do terceiro trimestre", in *Ibidem*, nº 6, Out. 1866 [proposta apresentada na reunião de 1 de Set. de 1864].

(39) "Apresentou o sr. presidente uma proposta por elle feita, em a qual por certas considerações e utilidade que julga de muito interesse para a associação, para que se annunciasssem nos principaes periodicos do paiz, offerecendo-se a associação dos architectos civis portuguezes ao publico para dar os riscos, quer sejam para as obras urbanas, quer seja para as obras ruraes, que precisarem os proprietarios; e por este modo se executassem as edificações conforme as regras da arte e as prescripções do bom gosto, etc.", in *Ibidem*, nº 3, Jan. 1866 [proposta apresentada na reunião de 6 de Maio de 1864].

(40) Ver "Synopse dos trabalhos da Associação na sessão de Assembléa Geral, do segundo trimestre...", in *Ibidem*, nº 4, Abr. 1866 [proposta apresentada na reunião de 2 de Jun. de 1864].

(41) *Ibidem* [proposta apresentada na reunião de 16 de Jun. de 1864].

(42) Propostas apresentadas na reunião de 14 de Nov. de 1872. No âmbito dos concursos importa ainda assinalar outros dois, também promovidos pela Real Associação em 1884, embora se reportem a temáticas de carácter teórico. Tratam-se dos: "Concurso de memorias sobre assumptos de architectura e de Archeologia"; e do "Concurso de um vocabulano de termos de architectura". Ver *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portuguezes*, nº 6, t. IV, 1884, p. 81-82.

(43) Ver "Synopse dos trabalhos da Associação dos Architectos Civis Portuguezes lida na sessão de 27 de Julho de 1865", in *Archivo de Architectura Civil*, nº 9, Jun. 1867 [proposta apresentada na reunião de 12 de Jan. de 1865].

(44) "Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes", in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portuguezes*, nº 3, t. XI, Jul.-Set. 1907, p. 172.

(45) [24.Ag.1865]: "Proposta de Possidonio da Silva para se nomear uma commissão encarregada de organizar uma exposição archeologica de objectos de arte, durante 30 dias, a começar em 22 de janeiro proximo", in *Idem*, nº 3, t. XI, Jul.-Set. 1907, p. 173.

(46) [26.Jan.1871]: "Propostas de Possidonio da Silva: (...); 3.ª, para a Associação realizar em cada trimestre, durante quinze dias, uma exposição publica de projectos de architectura segundo os novos systemas de construcção e de vistas photographicas de paizes estrangeiros", in *Ibidem*, nº 3, t. XI, Jul.-Set. 1907, p. 179.

(47) O alvará de D. João V data de 1721 e "atribuia à Academia Real da História, de fundação recente, o exame dos 'monumentos antigos que havia e podiam descobrir no reino dos tempos em que n'elle dominaram os Phenices, Gregos, Persas, Romanos, Godos e Arabios'. O considerável alargamento do próprio conceito de património carreu para a atenção dos académicos, além dos edificios, 'estatuas, marmores, cippos, laminas, chapas, medalhas, moedase outros artefactos'", SOROMENHO, M.; SILVA, N. V. - "Salvaguarda do património, antecedentes históricos: da Idade Média ao século XVII", in *Dar futuro ao passado*, p. 28.

(48) Ver *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portuguezes*, nº 3, t. XI, Jul.-Set. 1907, p. 174-175; 177 [propostas apresentadas, respectivamente, nas reuniões de: 8 de Fev. de 1866; 6 de Dez. de 1866].

(49) Em Portugal, tal como em outros países da Europa, até ao século XVIII não houve grande cuidado nos critérios de intervenção em edificios antigos aos quais foram feitos acrescentos e outras alterações sem atender ao seu estilo original. Apesar do Alvará de D. João V de 1721 que denota uma preocupação com o estado dos monumentos revelando

consciência da sua importância histórica, admitindo penas para quem transgredisse os seus pressupostos, o que é certo é que se verificaram alterações e demolições, como por exemplo na capela-mor da Sé de Évora, na Sé do Porto, de Lamego, etc.. No início do século XIX, foram Almeida Garrett e Alexandre Herculano os primeiros a manifestarem publicamente a sua preocupação em relação aos monumentos nacionais. O primeiro fundamentando-se numa argumentação de cariz romântica, o segundo que motivado pelas ideias nacionalistas e liberais, se interessou pelos vestígios edificados do passado.

(50) [8.Mar.1878]: "Proposta para ser nomeada uma comissão composta de architectos e archeologos, que num mappa de Portugal, da maior escala que estivesse publicado, indicasse, por meio de signaes convencionaes, e o local, a qualidade e importancia dos edificios publicos nacionaes, e bem assim elaborasse um catalogo de objectos de bellas artes", in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses*, nº 3, t. XI, Jul.-Set. 1907, p. 183.

(51) Cf. Idem, p. 185.

(52) O relatório desta comissão, entregue ao Ministério das Obras Públicas, foi publicado no Diário do Governo, nº 62 de 1881.

(53) Ver *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses*, nºs 6, 7 e 9, t. III, 1881.

(54) Estas "seis classes" eram as seguintes: 1ª - "monumentos historicos e artisticos, e tambem os edificios que sómente se recomendam pela grandeza da sua construcção, ou pela sua magnificencia, ou por encerrarem primores d'arte", sendo imóveis que deveriam "ser conservados, e restaurados os que demandarem restauração"; 2ª - "edificios importantes para o estudo das artes em Portugal, ou sómente historicos, mas não grandiosos, ou simplesmente recommendaveis por qualquer excellencia d'arte". Para estes edificios era proposta "desvelada conservação, sem onus, ou quasi sem onus, para o thesouro publico, porque têm pela maior parte quem por obrigação e interesse particular ou de corporação, vele pela sua conservação; 3ª - "monumentos de arte militar antiga, castellos e torres"; 4ª - "monumentos levantados em logares publicos pela gratidão nacional em honra de homens, que bem mereceram da patria" e cuja conservação "deverá estar a cargo das municipalidades, exceptuando os que foram erigidos á custa do thesouro publico"; 5ª - "padrões de mui differentes generos importantes para a historia e para as artes"; 6ª - "monumentos prehistoricos (dolmens ou antas, men-hirs, manunhas, etc.)", in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses*, nº 7, t. III, 1881, p. 100 - 103; nº 9, t. III, 1881, p. 135 - 140.

(55) Importa referir que não só Viollet-le-Duc era sócio da Associação como existia na Biblioteca a sua obra fundamental, o "Dictionnaire raisonné de l'architecture française", onde o teórico francês expunha a necessidade do architecto conhecer profundamente o edificio onde ia intervir, abdicando de ideias pessoais e suas contemporâneas. Este deveria antes colocar-se "no papel" do primeiro construtor tentando solucionar os problemas como este o faria. Esta teoria levada às últimas consequências, conduzia à destruição de todos os acrescentos feitos ao edificio de modo a este ficar na sua pureza estilística original. Sobre a influência de Viollet-le-Duc nas ideias defendidas em Portugal neste dominio ver: CUSTÓDIO, J. - "Salvaguarda do património, antecedentes históricos: de Alexandre Herculano à Carte de Veneza", in *Dar futuro ao passado*, p. 51 e segs.

(56) É também de realçar que foi neste decénio que a Associação recebeu pedidos de informação por parte do Ministério do Reino sobre a Sé Velha de Coimbra e sobre as ruínas de Cetobriga (1.Jun.1871) e também por parte do Ministério das Obras Públicas sobre a igreja de Santa Maria do Castelo em Abrantes (13.Jul.1871) e ainda sobre uma lápide encontrada durante os trabalhos de escavação para a construção de uma ponte sobre o rio Paiva (13.Out.1877). Tais consultas podem ser entendidas como um espaço ganho pela

Associação junto dos organismos oficiais, fruto do trabalho de sensibilização que sempre desenvolveu.

(57) Cf. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses*, nº 3, t. XI, Jul.-Set.1907, p. 178 [propostas apresentadas, respectivamente, nas reuniões de 5 de Nov. de 1867 e 2 de Abr. de 1868].

(58) Idem, p. 179 [proposta apresentada na reunião de 25 de Jan. de 1872].

(59) Ibidem, p. 181 [proposta apresentada na reunião de 27 de Nov. de 1874].

(60) Segundo era afirmado na representação as causas fundamentais dos desmoronamentos não resultam da utilização de técnicas e materiais de construção de importação recente, mas sim "da não observancia de preceitos e processos sancionados pela pratica e pela experiencia, o que equivale a ignorancia, porque, em trabalhos praticos, nos quaes se requer em primeiro logar a estabilidade das construcções, a não observancia do que a pratica, a experiencia e até a theoria aconselham, só pôde ter esse nome - visto a hypotese de uma intenção malevola não dever, nem poder entrar em linha de conta". Após estas considerações eram enumerados 22 pontos a fim de provar a "falta de atenção, tanto dos directores ou fiscaes das obras, como dos trabalhadores e tambem preparadores e fornecedores dos materiaes de construcção", Representação, in Ibidem, nº 12, t. II, 1897.

(61) [15.Mar.1885]: "Declarou o Presidente, sr. Possidonio da Silva, que S.A.R. o Principe Senhor D. Carlos resolvêra promover e auxiliar uma série de lições publicas sobre archeologia, no Museu do Carmo, e que encarregára o mesmo sr. Possidonio da Silva de as fazer e de distribuir um certo numero de premios pecuniaros (um de 50\$000 réis e dois de 25\$000 réis cada um) pelos alumnos que mais aproveitassem com essas lições", in Ibidem, nº 3, t. XI, Jul.-Set. 1907, p. 188.

(62) Cf. Ibidem, nº 2, t. V, 1886, p. 20-22 [proposta datada de 27 de Abr. de 1886].

(63) Ver Ibidem, nº 3-4, t. VIII, 1895, p. 33-35.

(64) Cf. "A Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses desde o XXV anniversario da sua fundação", in Ibidem, nº 12, t. IX, 1903, p. 34.

(65) Cf. Ibidem, nº 10, t. VII, 1897, p. 146-147 [proposta apresentada em Assembleia Geral de 1 de Ago. de 1897].

(66) Ver Ibidem, nº 5, t. VII, 1896, p. 65-67.

(67) Cf. "A Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses desde o XXV anniversario da sua fundação", in Ibidem, nº 1, t. X, 1904, p. 34.

(68) Ver "Relação dos nomes dos sócios que pertencem á Associação dos Architectos Civis Portuguezes conforme as datas das suas admissões desde a fundação, até ao último de Dezembro de 1866", in *Archivo de Architectura Civil*, nº 7, Dez. 1866.

(69) Pela ordem de inscrição, os 16 architectos eram os seguintes: Joaquim Possidónio Narciso da Silva, João Maria Feijó, José da Costa Sequeira, Paulo José Ferreira da Costa, Feliciano de Sousa Correia, João Pires da Fonte, José da Costa Lima, Lucas José dos Santos Pereira, Manuel José Cameiro, Manuel José de Oliveira Cruz, Valentim José Correia, Veríssimo José da Costa, José Geraldo Felgueiras, Pedro Augusto Serrano, Rafael da Silva Castro e António Tomás da Fonseca.

(70) Em 1865 inscreveram-se: Emiliano Augusto Bettencourt, Pedro José Pezerat, Joaquim da Costa Cascais, Luís Caetano Pedro d'Ávila, José Maria Caggiani e Domingos Parente da Silva.

(71) Tomaz José Ribeiro foi o único arquitecto que se inscreveu em 1866.

Capítulo 2

OS ARQUITECTOS NO GRÉMIO ARTÍSTICO

O Grémio Artístico, fundado em Lisboa em 1890, reuniu associativamente o grupo de dissidentes "naturalistas" (1) da já inoperante Sociedade Promotora das Belas Artes (2) e até então designados por "Grupo do Leão" (3). Apesar de contar essencialmente com membros ligados ao mundo da pintura, desde a primeira hora a ele pertenceram alguns arquitectos, cuja participação raramente é referida. Entre estes contam-se: José António Gaspar, Leonel Gaia e Francisco Carlos Parente, logo em 1890 e, no ano seguinte, Serafim de Sousa Neves e A. Bermudes, os dois últimos na qualidade de sócios correspondentes, o primeiro residindo em Viana do Castelo e o segundo em Paris (4). Posteriormente outros arquitectos também se inscreveram no Grémio, como foi o caso de Álvaro Machado, António do Couto, Miguel Ventura Terra e Rosendo Carvalheira. (5)

Esta nova agremiação que pretendia catalizar todos os artistas nacionais, mesmo a residir no estrangeiro, tinha "por fim promover a cultura das artes plásticas em todas as suas manifestações, e defender os interesses da arte nacional" (6). Estatutariamente previa a existência de quatro categorias de sócios - efectivos, correspondentes, beneméritos e honorários - sem que para cada uma delas fosse exigida alguma ligação efectiva ao mundo das artes ou qualquer tipo de provas curriculares.

À semelhança da Sociedade Promotora, propunha-se realizar anualmente uma "exposição de arte" que, tendo início em 1891, se prolongaram com a regularidade prevista até 1899, apesar do seu impacto junto do grande público nunca ter alcançado o êxito das organizadas pela Promotora. A estas exposições poderiam "concorrer todos os artistas portugueses, e os estrangeiros residentes em

Portugal", sendo assinalado "o mérito das obras mais notáveis" apresentadas "com prémios honoríficos". O júri, "ao qual incumbirá apurar os trabalhos que possam ser expostos, tratar da sua colocação, e escolher os que devam ser premiados", era eleito pelos expositores "de entre os sócios artistas de profissão" que, sempre que possível, representariam a pintura, a escultura e a Architectura, dado serem estas as principais secções previstas. (7)

Das nove exposições anuais realizadas durante a existência do Grémio, sendo a de 1898 considerada "extraordinária" por ter a designação de "Comemorativa do 4º Centenário do descobrimento do caminho marítimo da Índia", cinco delas tiveram uma Secção de Architectura e nelas participaram A. Bermudes (8), Leonel Gaia (9), Augusto Carvalho da Silva Pinto (10), José Alexandre Soares (11), Júlio César Bizarro (12), António do Couto (13), Álvaro Machado (14) e Eduardo Alves (15).

Mas, a participação dos architectos no Grémio Artístico não se limitou às exposições, alargando-se a questões mais pertinentes não só da sua própria organização interna mas também da defesa dos seus interesses e dos de todos os artistas nacionais.

Curiosamente, dias antes de A. Bermudes ter proferido o discurso que assinalou a sua entrada como sócio da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses (16) e a cuja importância se fez referência no ponto anterior, ele teve uma participação muito activa na Assembleia Geral do Grémio em que foi discutido o projecto de reforma dos Estatutos elaborado pela Direcção (17) e pelas eleições realizadas também em 1895, ficou a fazer parte da Direcção do Grémio (18). Contudo, no ano seguinte não obteve nenhum voto, enquanto que M. Ventura Terra teve 2 votos para a Direcção. (19)

Mas a acção de A. Bermudes foi mais longe, tendo defendido na Comissão Executiva do 7º Centenário de Santo António, da qual fazia parte, os protestos apresentados, separadamente, pelo próprio Grémio, pela Comissão dos

Monumentos e pela Real Associação dos Architectos e Arqueólogos, contra a construção em torno da estátua do Terreiro do Paço, de uma "barraca de madeira" destinada à quermesse que aí teria lugar dado que entendiam que "semelhante construção iria destruir a harmonia, e anular o efeito, desse belo monumento". Porém, e apesar da defesa de A. Bermudes, tais intentos foram "baldados", ainda que tivessem sido "calorosamente secundados por quasi toda a imprensa" (20). A publicação da portaria que abria o concurso para a reconstrução da Câmara dos Deputados foi motivo para que o Grémio apresentasse o seu protesto, devido não só a este não se limitar a architectos portugueses, mas também por considerar "inaceitáveis muitas outras cláusulas do programa". A representação entregue ao ministro das Obras Públicas foi redigida por A. Bermudes "cuja competência especial o indicava naturalmente para esse encargo" (21). Também a proposta apresentada pela Comissão dos Monumentos sobre a conclusão do mosteiro dos Jerónimos foi alvo de críticas do Grémio que apresentou uma outra proposta no sentido de ser aberto um concurso entre os artistas portugueses. No seguimento desta foi posteriormente entregue um "projecto, fundamentado, de regulamento para os concursos de arte". Também desta vez "tanto o projecto de regulamento como a representação acerca das obras do convento de Belém foram elaboradas pelo sr. A. Bermudes". (22)

Embora os livros de Actas existentes não sejam relevantes no que diz respeito às informações que contêm sobre a participação continuada dos architectos no Grémio, os resultados dos actos eleitorais, vêm, por seu lado demonstrar que a sua presença deveria ter alguma importância. Assim, nas eleições de 1897 surge novamente o nome de A. Bermudes a par com o de Álvaro Machado que foi então eleito para 2º vice-secretário da Mesa da Assembleia Geral (23). No ano seguinte, para além destes (24), surgem os nomes de Rosendo Carvalheira (25), F. Carlos Parente (26) e novamente M. Ventura Terra (27), sendo votados tanto para cargos da Direcção como para os da Mesa da Assembleia Geral. Em 1899 parte destes

arquitectos são novamente votados (28), sendo Álvaro Machado eleito para 2º secretário da Mesa da Assembleia Geral e F. Carlos Parente para a Direcção.

Mas, paralelamente a esta participação e inserção dos arquitectos na Grémio Artístico, verifica-se que estes, pelo menos a partir de 1898, iniciaram o que se poderá designar de trabalhos preparatórios a fim de constituírem o seu organismo profissional autónomo.

Pela documentação existente depreende-se que foi enviada uma carta a vários arquitectos em diversos pontos do país, comunicando a ideia de formação de uma Sociedade dos Arquitectos Portugueses, ao mesmo tempo que era pedida a adesão dos colegas e talvez também a sugestão de outros nomes a serem contactados para o mesmo fim. Tendo como destinatários Álvaro Machado, A. Bermudes e Ventura Terra, foram localizadas as cartas enviadas por: Augusto Cintês (29), Júlio César Bizarro (30), António Peres Dias Guimarães (31), J. Teixeira Lopes (32), L. Caetano Pedro d'Ávila (33), J. Marques da Silva (34) e José da Silva Ferreira. (35)

De acordo com a datação destas cartas, que vão de Julho a Outubro de 1898 e observando as que lhe são posteriores, tudo leva a crer que após as respostas recebidas tiveram efectivamente início diligências no sentido de concretizar a ideia exposta que mereceu o apoio incondicional dos colegas contactados, excepto de L. C. Pedro d'Ávila (36). Na ausência de outra documentação com a qual este conjunto de cartas possa ser confrontado, esclarecendo-o e completando-o, já que, como foi referido, a documentação disponível do Grémio Artístico é omissa nesta matéria, parece não ser errado supor que tal iniciativa partiu de Adães Bermudes, Álvaro Machado e Ventura Terra, ainda que o primeiro se tenha de alguma forma destacado, situação a que não deve ser alheio o facto deste pertencer nesse mesmo ano à Direcção do Grémio.

Efectivamente, foi A. Bermudes quem solicitou àquela, a autorização para que se

realizassem reuniões de "sócios architectos" o que não teria "nenhum inconveniente". Aliás, a Direcção, através do seu 1º secretário, D. José Pessanha, aproveitou a ocasião para formular "sinceros votos pelo bom êxito dos esforços que V. Exª e os seus dignos colegas deliberaram envidar em favor dos interesses da classe de que tão distintamente fazem parte". (37)

No início de Novembro já existia um presidente da Mesa Provisória da Sociedade dos Architectos Portugueses pois José Alexandre Soares dirigiu-lhe uma carta na qual autorizava F. Carlos Parente a representá-lo "nos trabalhos relativos a essa associação, todas as vezes que me não seja possível intervir nelas directamente por motivos de ausência". (38)

Pouco se conhece dada a falta de informação, da evolução dos trabalhos. Contudo, através de uma carta de A. Bermudes, já de 1899 e dirigida a um grupo de colegas, sabe-se que estes se reuniram a fim de procederem à "adaptação de parte dos estatutos do Grémio Artístico ao estatuto da nossa projectada associação", devendo, por isso, "ser lidos um por um e modificados todos aqueles que disso carecem". Acrescentava que seria conveniente dar conhecimento "desse projecto de estatutos à Assembleia Geral" (39). Ao mesmo tempo, surge um outro nome directamente associado aos trabalhos preparatórios da formação da Sociedade dos Architectos: F. Carlos Parente que, de acordo com o teor de uma carta enviada a A. Bermudes, foi o responsável pela marcação de uma reunião à qual não pôde comparecer deixando por isso "no Grémio a acta da última sessão e a compilação dos artigos aprovados para os estatutos". (40)

A última carta localizada respeitante a este conjunto é já datada de 1901 e enviada por A. P. Dias Guimarães, referindo-se à convocação de uma reunião na Sociedade Nacional de Belas Artes, que tem por finalidade "a discussão dos estatutos e eleição dos corpos gerentes". Dado que não poderia estar presente, solicitava então a A. Bermudes para em seu nome comunicar aos colegas que

concordava "com todas as deliberações dessa reunião". (41)

Efectivamente, em 1901 tinha sido fundada a Sociedade Nacional de Belas Artes, que viria a ter "papel semelhante ao do Grémio (...), criada (...) por fusão do Grémio (...) e da velha Promotora - o primeiro em decadência, com dificuldades financeiras, a segunda em ciosa inactividade há catorze anos já, mas ainda capaz de impor a sua vontade em negociações demoradas" (42). Estas foram conduzidas por Simões de Almeida (tio) e Nunes Junior, por parte da Sociedade Promotora e, por parte do Grémio por Veloso Salgado (presidente da Direcção), Luciano Lallement, Costa Mota (tio), Conceição Silva, D. José Pessanha, F. Carlos Parente e Rosendo Carvalheira. Com os cargos de 1º e 2º secretários estes arquitectos transitaram para a primeira Direcção da Sociedade de Belas Artes, eleita a 22 de Março de 1901 e presidida pelo pintor José Malhó. (43)

Assim, em 1901 e até à fundação definitiva da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, foi a partir daquela nova associação que os arquitectos continuaram a fazer as suas reivindicações. Por exemplo, em Junho, Rosendo Carvalheira propôs em reunião de Direcção que fosse pedida uma audiência ao ministro das Obras Públicas a fim de solicitar "que na reforma que vai fazer no seu Ministério seja alargado o quadro dos arquitectos", por um lado e, por outro, que fossem "definidas as atribuições dos arquitectos que entrem em tirocínio nas obras dependentes daquele Ministério" (44). No mês seguinte esta questão foi de novo abordada, insistindo-se na necessidade do "alargamento do quadro dos arquitectos que sem razão alguma possui o irrisório número de sete artistas", resolvendo-se "procurar" o ministro das Obras Públicas. (45)

De facto, assuntos deste teor continuavam a ser discutidos no âmbito das reuniões da Sociedade de Belas Artes apesar de na Acta da reunião de 8 de Agosto de 1901, secretariada por F. Carlos Parente, ser mencionado um officio de Alfredo Maria da Costa Campos "participando que numa reunião de arquitectos

portugueses (...) fora resolvido lançar na acta um voto de congratulação pela parte activa que esta direcção tem tomado na defesa dos interesses dos artistas portugueses" (46). Parece não ser errado depreender destas afirmações que existiram já reuniões regulares dos architectos ainda que as suas decisões não tivessem qualquer efeito prático uma vez que a Associação não se encontrava ainda legalizada, o que pode também explicar o facto de ser a Direcção das Belas Artes, através dos architectos que dela faziam parte, a colocarem as questões que de alguma forma só a esta classe profissional diziam respeito.

Aliás, esta situação é ainda notória em Junho de 1902 quando F. Carlos Parente propôs que fosse entregue uma representação ao ministro do Reino "protestando contra a ilegalidade" do concurso aberto pela Câmara Municipal de Lisboa para o preenchimento de uma vaga "visto o programa ser propositadamente feito de forma a só poderem concorrer empregados da Câmara que não possuem curso e por consequência habilitações artísticas e profissionais de espécie alguma". (47)

Como se pode verificar, os problemas inerentes ao exercício da profissão, ganhavam contornos cada vez mais definidos, constituindo-se como um impulso determinante para a consciencialização do grupo profissional dos architectos. Para além disso e também como causa e efeito desta mesma atitude importa ter presente que "a novos tempos e a novas necessidades tinha que corresponder uma instrumentação social mais aperfeiçoada e mais exigente" (48). Cerca de quatro anos decorreram entre os primeiros contactos para a formação da Sociedade dos Architectos Portugueses e a sua concretização em Setembro de 1902, anos propedêuticos para a sedimentação das próprias regras internas do movimento associativo que se pretendia em permanente diálogo reivindicativo com o poder vigente.

NOTAS

(1) Cf. FRANÇA, J.-A., "Agrupamentos artísticos", in *Dicionário da Pintura Universal*, Vol. III, p. 18-19.

(2) A Sociedade Promotora das Belas Artes, fundada em 1861, surgiu como obra fundamental dos românticos, pretendendo ter uma acção efectiva no seio dos artistas portugueses ao mesmo tempo que procurava colmatar as carências então apontadas à Academia de Belas Artes. Assim, de acordo com o Artº 1º dos seus Estatutos de 1862, orientava a sua acção no sentido de "excitar a emulação entre os artistas portugueses, propagar o conhecimento e facilitar a venda das suas obras, por meio de exposições públicas anuais; e protegê-los com a aquisição de objectos de arte expostos". Aliás, estas exposições viam a substituir as irregularmente organizadas pela Academia que a partir de então se circunscreveram ao seu âmbito escolar.

(3) Este grupo era assim denominado por reunir na cervejaria "Leão", depois restaurante "Leão d'Ouro". A esta tertúlia pertenciam: João Ribeiro Cristino da Silva, Columbano, José Malhõa, Silva Porto, João Vaz, Moura Girão, Rodrigues Vieira, Henrique Pinto, Rafael Bordalo Pinheiro, António Ramalho, Cipriano Martins e o jornalista Alberto de Oliveira.

(4) Ver "Lista de sócios do Grémio Artístico: 1890-1895", Biblioteca da Sociedade Nacional de Belas Artes.

(5) Ver *Anuario do Gremio Artístico relativo a 1896-1897*.

(6) Artº 1º, *Estatutos do Grémio Artístico*, 1895, p. 7.

(7) Ver "Capítulo VI - Das Exposições", in *Estatutos do Grémio Artístico*, 1895, p. 14-18.

(8) A. Bermudes é o primeiro e único expositor em 1891, enquanto aluno da Escola de Belas Artes de Paris, apresentando um projecto de museu (nºs 199 a 201 do catálogo). Na mesma qualidade expõe novamente em 1895, os seguintes trabalhos: projecto de museu para a cidade de Évora - fotografia do conjunto - e que esteve no Salon de Paris; projecto de catedral, com o qual obtém a 2ª medalha desta Exposição; um projecto de decoração de um vestibulo e um estudo sobre Architectura grega (nºs 200 a 204 do catálogo).

(9) Participa somente na segunda Exposição do Grémio, em 1892, onde obtém uma Menção Honrosa com o projecto de uma biblioteca pública (nºs 221 a 223 do catálogo).

(10) A.C. da Silva Pinto participa só na segunda Exposição do Grémio, em 1892, onde obtém a 3ª medalha com o projecto de uma catedral (nºs 224 e 225 do catálogo).

(11) J. Alexandre Soares participa na quinta Exposição, em 1895, expondo o projecto de uma igreja paroquial duma terra de provincia (nºs 206 a 208 do catálogo) e um projecto de Biblioteca pública duma capital de distrito (nºs 209 a 211 do catálogo), com o qual obteve a 3ª medalha. Participou também em 1898, na Exposição Comemorativa do 4º Centenário onde foi distinguido com a 2ª medalha pelo projecto de uma igreja paroquial em terra de provincia - estilo românico (nºs 208 a 210 do catálogo).

(12) Residente em Leiria, J. César Bizarro, participou na Exposição Comemorativa do 4º Centenário, em 1898, onde obteve a 2ª medalha. Apresentou um projecto-esboceto de um farol para o porto de Lisboa (nº 198 do catálogo) e o projecto de uma Escola Industrial para Leiria (nºs 199 e 200 do catálogo).

(13) A. Couto participou pela primeira vez em 1898, na Exposição Comemorativa do 4º Centenário, onde obteve a 3ª medalha com o projecto de um Tribunal de Justiça (nºs 201 a 203 do catálogo). Voltou a expor em 1899, apresentando o projecto de um anfiteatro de história natural (nºs 103 a 105 do catálogo).

(14) Tal como os colegas anteriores, expõe pela primeira vez em 1898 na Exposição Comemorativa do 4º Centenário, alcançando a 2ª medalha com o projecto de uma estação terminus de caminho de ferro (nºs 204 a 207 do catálogo).

(15) Eduardo Alves, residente no Porto, expôs na Exposição do Grémio de 1899, apresentando o projecto de uma capela funerária (nºs 101 e 102 do catálogo).

(16) A entrada de A. Bermudes na Real Associação teve lugar a 24 de Maio de 1895.

(17) Ver 23ª Sessão de Assembleia Geral do Grémio Artístico em 11 e 12 de Março de 1895, in *Grémio Artístico - Livro de Actas da Assembléa Geral* (Biblioteca da Sociedade Nacional de Belas Artes).

(18) A. Bermudes foi o único arquitecto votado, obtendo 1 voto para vice-secretário da Mesa da Assembleia Geral e 10 votos para a Direcção. Cf. Idem, 24ª Sessão de Assembleia Geral do Grémio Artístico em 18 de Maio de 1895.

(19) Ver Ibidem, 26ª Sessão de Assembleia Geral do Grémio Artístico em 22 de Maio de 1896.

(20) Ver *Anuario do Gremio Artístico relativo a 1895-96*, p. 5-6.

(21) Idem, p. 6.

(22) Ibidem, p. 8.

(23) Obtêm, respectivamente: 1 voto para 2º vice-secretário da Mesa da Assembleia Geral e 2 votos para o Conselho Fiscal; 5 votos para os cargos de 1º e 2º vice-secretário da Mesa da Assembleia Geral, sendo eleito como 2º vice-secretário. Ver Acta da Assembleia Geral do Grémio Artístico em 26 de Julho de 1897, in *Grémio Artístico - Livro de Actas da Assembléa Geral*.

(24) Em 1898 A. Bermudes obteve 1 voto para 1º secretário da Mesa da Assembleia Geral e 21 votos para a Direcção. A. Machado teve 1 voto para 1º secretário da Mesa da Assembleia Geral; 18 votos para 1º vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral; 2 votos para 2º secretário e 2º vice-secretário da Mesa da Assembleia Geral. Ver Acta da Assembleia Geral do Grémio Artístico em 31 de Outubro de 1898, in Idem.

(25) R. Carvalheira teve 2 votos para 1º secretário da Mesa da Assembleia Geral e para 2º secretário da Mesa da Assembleia Geral; 1 voto para o Conselho Fiscal e para a Direcção. Ver Ibidem.

(26) Este arquitecto teve 1 voto para 1º secretário da Mesa da Assembleia Geral e para 1º vice-secretário da Mesa da Assembleia Geral; 2 votos para 2º secretário da Mesa da Assembleia Geral; 11 votos para a Direcção. Ver Ibidem.

(27) Ventura Terra obteve 4 votos para a Direcção. Ver Ibidem.

(28) A distribuição de votos no ano de 1899 foi a seguinte: A. Machado - 9 votos para 2º secretário da Mesa da Assembleia Geral (eleito); 7 votos para 1º vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral; 3 votos para 2º vice-secretário da Mesa da Assembleia Geral. F. Carlos Parente - 1 voto para 1º vice-secretário da Mesa da Assembleia Geral e para 2º vice-secretário da Mesa da Assembleia Geral; 12 votos para a Direcção (eleito). A. Couto - 1 voto para 1º vice-secretário da Mesa da Assembleia Geral e para 2º vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral. R. Carvalheira - 10 votos para a Direcção (eleito). Ventura Terra - 1 voto para a Direcção. Ver Ibidem, Acta da Assembleia Geral do Grémio Artístico, 19. Maio. 1899.

- (29) Carta de Augusto Cintês para Álvaro Machado; Coimbra, 28.Jul.1898. Ver Doc. nº 1.
- (30) Carta de Júlio César Bizarro; Lisboa, 30.Set.1898. Ver Doc. nº 2.
- (31) Carta de António Peres Dias Guimarães; Porto, 30.Set.1898. Ver Doc nº 3.
- (32) Carta de J. Teixeira Lopes para Adães Bermudes; Porto, 3. Out.1898. Ver Doc. nº 4.
- (33) Carta de L. C. Pedro d'Ávila; Lisboa, 4.Out.1898, Ver Doc. nº 5.
- (34) Carta de J. Marques da Silva para M. Ventura Terra; Porto, 8.Out. 1898. Ver Doc. nº 6.
- (35) Carta de José da Silva Ferreira; Porto, 8.Out.1898. Ver Doc. nº 7.
- (36) Ver nota (33).
- (37) Carta do 1º secretário do Grémio Artístico, D. José Pessanha a A. Bermudes; Lisboa, 6.Out.1898.
- (38) Carta de J. Alexandre Soares ao presidente da Mesa Provisória da Sociedade dos Architectos Portugueses (em formação); Lisboa, 11.Nov.1898.
- (39) Carta de A. Bermudes; Lisboa. s.d. [Mar.1899].
- (40) Carta de F. Carlos Parente para A. Bermudes; Lisboa, 9.Mar.1899.
- (41) Carta de A. P. Dias Guimarães para A. Bermudes; Porto, 3.Nov.1901.
- (42) FRANÇA, J.-A., *A Arte em Portugal no séc. XIX*, Vol. 2, p. 87.
- (43) Apesar de decorrerem as negociações durante 1900 prosseguiram as actividades do Grémio Artístico, havendo em actas algumas referências a architectos, nomeadamente ao officio de Alfredo Costa Campos pedindo a cedência de uma sala do Grémio para se efectuarem "reuniões de carácter e interesse artístico (acedeu-se ao pedido)", cujo teor não é explicitado, isto na mesma reunião em que foi aprovado sócio efectivo Manuel Joaquim Norte Junior (sessão de 6.Mar.1900); ao pedido de Alvaro Machado para que numa das salas do Grémio fosse feita a "abertura das propostas apresentadas pelos empreiteiros para a construção ao monumento ao Visconde de Valmor" (sessão de 16.Jun.1900); e, finalmente, a nomeação de Rosendo Carvalheira, por unanimidade, para representante do Grémio na Comissão de Festas da Cidade (sessão de 7.Ago.1900).
- (44) *Livro de Actas da Direcção do Grémio Artístico*, de 13 de Outubro de 1899 a 5 de Junho de 1902, Acta da reunião da Direcção da SNBA, sessão de 20 de Junho de 1901, (Bib. SNBA).
- (45) Idem, sessão de 11.Jul.1901.
- (46) Ibidem, sessão de 8.Ag.1901.
- (47) Ibidem, sessão de 5.Jun.1902.
- (48) FRANÇA, J.-A., *A Arte em Portugal no séc. XIX*, Vol. 2, p. 184.

Capítulo 3

A SOCIEDADE DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES

3.1. Fundação e Estatutos

A fundação da Sociedade dos Architectos Portugueses em 1902, como se procurou demonstrar, representa, por um lado, o culminar de uma nova consciência profissional, e por outro "o reconhecimento da necessidade de criar normas mais eficazes de controlo e dignificação próprias" (1). Propunha-se, assim, e desde o seu início, resolver problemas directamente relacionados com as atribuições e condições do exercício da profissão.

F. Carlos Parente, um dos architectos fundadores, num texto publicado sobre este assunto (2), explana as importantes motivações que levaram à sua constituição. Numa hierarquização de causas, coloca em primeiro lugar "o incremento constante que a classe dos architectos portugueses tem manifestado nos últimos tempos, [que] impôs, naturalmente" que fosse "seriamente" resolvido o problema "de que a Architectura é da exclusiva atribuição do architecto", assistindo a este "artista", "o dever incontestável de reclamar com a energia de que o reveste a justiça da sua causa, o lugar que lhe compete no meio artístico e intelectual do país".

Reconhece que esta "matéria" que "talvez pareça nova no ambiente acanhado e confuso em que vivemos", era, "nas civilizações de além fronteiras", um assunto já há muito "decidido e fora de discussão". Contudo, perante esta espécie de inércia, este architecto não acusa ninguém, referindo subjectivas "razões de carácter enigmático", como a causa fundamental para este estado de coisas. Neste sentido chama a atenção para a necessidade da convergência de esforços dado terem existido "respeitáveis, mas infrutíferas, tentativas individuais, que vêm de longe, e

que por isoladas se têm tomado improficuas". Continuando o seu diagnóstico refere as "condições pouco escrupulosas e impensadas como eram cuidadas as exigências architectónicas do país" bem como "a incuria a que era votada a classe dos architectos". (3)

Perante este quadro tornava-se absolutamente necessária a criação de uma "associação de classe", consciente dos seus deveres e direitos e que "inspirada numa orientação moderna", conduzisse os seus trabalhos com "denôdo e perseverança", terminando com "este irregularíssimo estado de coisas", procurando ao mesmo tempo atrair as atenções "para a causa justa e simpática porque pugnava". Era assim imprescindível que a nova Sociedade que "secundando as iniciativas individuais dessiminadas, coadjovasse, incitando-a, a infalibilidade da evolução natural, já atrasadíssima, e o aperfeiçoamento do gosto público, que, evidentemente, será um poderoso incentivo para a compreensão exacta da missão que nos cumpre exercer na sociedade". Nestas afirmações está subjacente a necessidade de trazer para o seu lado a opinião pública que pudesse funcionar como um grupo de pressão junto dos poderes instituídos, previamente sensibilizados para os seus problemas, clarificado o seu papel interveniente na sociedade e cultura de então. É relevante que este architecto, envolvido em movimentos e associações artísticas anteriores à formação da Sociedade dos Architectos Portugueses, tenha consciência do anacronismo existente em relação a outros países no que diz respeito não só ao reconhecimento público do papel da Architectura, mas na própria constuição de uma associação profissional. Mas só então foi possível criá-la em Portugal, beneficiando de um contexto em que "os architectos usavam da necessidade pública e privada que deles havia, para se imporem, estabelecendo assim novas relações sociais". (4)

Os Estatutos da Sociedade, datados de 15 de Julho de 1902, assinados por A. Bermudes, F. Carlos Parente e A. Machado e aprovados por Alvará Régio de 11 de Dezembro do mesmo ano, são bastante próximos quanto à sua estrutura e

disposições, dos do Grémio Artístico. Aliás, tal facto é coincidente com uma carta de A. Bermudes de 1899 e referente à sua adaptação (5). Neste sentido, foi suprimido um dos capítulos sobre as "Exposições" anuais do Grémio, inexistentes como objectivo específico dos arquitectos. (6)

De acordo com o seu Capítulo I - Dos fins e fundos da Sociedade (7) - esta associação de classe, com sede em Lisboa, destinava-se "ao estudo e defesa dos interesses morais e materiais, comuns aos seus associados". Definia como "meio de acção" para atingir aquele fim o "concorrer para os progressos da Architectura em Portugal" através de congressos, exposições, prelecções, conferências, publicações, excursões, concursos e "por todos os meios legais que possam atingir o mesmo fim". Aponta como "2º" meio, o prestar aos seus sócios "o apoio necessário para a defesa dos seus interesses profissionais, quando o julgar útil aos interesses gerais da Classe". Propunha-se também promover "por todos os meios a união e confraternidade" dos arquitectos portugueses, bem como "a elevação do conceito moral da classe". Os Estatutos previam ainda a realização anual de uma "reunião solene" de todos os sócios que "alternadamente, terá lugar em Lisboa e Porto ou outras terras do reino". Como última finalidade, a Sociedade propunha-se atribuir prémios aos colaboradores dos arquitectos - "mestres, aparelhadores e operários" - que se distinguissem "pelas provas de competência e probidade que tenham dado no exercício dos seus mistéres".

Deste enunciado dos "fins" da Sociedade podem detectar-se pela sua ordenação que a prioridade era então a defesa do próprio grupo profissional na sua dupla vertente moral e material, propondo-se para tal contribuir para o progresso da Architectura nacional. A defesa dos interesses individuais é contemplada enquanto dela beneficiar a classe no seu conjunto. Por outro lado, está claramente expressa a intenção desta nova associação de catalizar a nível nacional tudo o que diga respeito à Architectura e aos arquitectos.

Dela poderiam fazer parte como "sócios efectivos" não só os architectos diplomados em Architectura pelas Academias e Escolas de Belas Artes nacionais e estrangeiras e os que por "concurso tenham estudado Architectura no estrangeiro como pensionistas do Estado", como também todos aqueles que "propondo-se a obter o diploma de architecto pelas Escolas de Belas Artes do país, tenham já completado, pelo menos, dois anos de especialidade", tendo estes últimos o estatuto de "sócios agregados". A admissão dos sócios, quer efectivos quer agregados, dependia do Conselho Director, tendo a proposta que ser assinada por três sócios efectivos. Ambas as categorias têm os mesmos direitos, apesar dos segundos não poderem votar nem serem votados para os corpos administrativos, tendo porém "voto consultivo, em todas as Assembleias Gerais".

Existem ainda mais duas categorias de membros: os correspondentes e os honorários (8). No primeiro grupo eram incluídos os architectos estrangeiros não residentes em Portugal mas que "possam prestar serviços" à Sociedade, no segundo aqueles que a Sociedade "queira distinguir excepcionalmente" quer por "serviços prestados à Architectura em geral" quer "à Sociedade em particular". A sua nomeação era feita por proposta do Conselho Director, rectificada em Assembleia Geral e os seus direitos eram iguais aos dos sócios agregados.

O Art.9º e o seu § único prevêm ainda a exclusão dos sócios que só pode recair sobre aqueles que "promovam o descrédito da Sociedade ou prejudiquem os interesses gerais da classe". Nesse caso, "podem todos os sócios usar do direito de defesa verbal ou por escrito".

Dois deveres assistem aos membros da Sociedade: participar nas Assembleias Gerais e actos solenes promovidos internamente e, aceitar os cargos e comissões para que forem nomeados ou eleitos pelo Conselho Director ou pela Assembleia Geral, "salvo impedimento justificado" ou no caso de reeleição.

O Capítulo III dos Estatutos diz respeito à Assembleia Geral, órgão associativo máximo (9). Esta é definida como "a reunião de todos os sócios que estiverem no pleno gozo dos seus direitos" (10). A Mesa que dirige os seus trabalhos tem menos dois elementos em relação aos previstos pelos Estatutos do Grémio Artístico: um presidente, um vice-presidente e dois secretários (11), que têm a seu cargo a convocação das reuniões. Estão previstos dois tipos de Assembleias: as extraordinárias "de carácter urgente" que podem ser convocadas pelos corpos gerentes ou por "requerimento fundamentado e assinado por oito sócios" e as "ordinárias" que reúne até ao dia 10 de Julho de cada ano, a fim de "tomar conhecimento do relatório do Conselho Director", elegendo também a Comissão Revisora de Contas a quem compete "examinar as contas do Conselho Director e dar sobre elas o seu parecer". Até um máximo de 20 dias esta Assembleia volta a reunir para "discutir e votar" o relatório e parecer da Comissão Revisora e proceder à eleição dos novos corpos gerentes. Quanto às eleições, também definidas neste Capítulo, são feitas por "escrutínio secreto", tendo duas listas: uma para a mesa da Assembleia Geral (com a especificação dos cargos) e outra para o Conselho Director.

À Assembleia Geral, como órgão soberano compete: eleger os corpos gerentes, discutir e votar relatórios e pareceres aí apresentados, proceder à exclusão de sócios, "fazer cumprir rigorosamente os estatutos pelos sócios e corpos gerentes", autorizar despesas extraordinárias "superiores a cem mil réis" e nomear os sócios honorários e correspondentes.

Tal como a Mesa da Assembleia Geral também o Conselho Director tem menos dois elementos do que aqueles que estavam previstos nos Estatutos do Grémio Artístico, tendo aí este órgão social a designação de "Direcção". Quanto às suas competências elas são muito próximas em ambos os textos (12). Estas constam de nove pontos dizendo respeito, entre outros: à nomeação de todas as categorias de associados; à administração dos fundos da Sociedade; à apresentação do relatório

e contas da respectiva gerência à Assembleia Geral; à elaboração e afixação de balancetes mensais; ao registo num livro de actas de "todas as deliberações tomadas"; ao estabelecimento de relações com "colectividades análogas" nacionais e estrangeiras "fazendo com elas troca de publicações"; à nomeação e demissão de funcionários; à elaboração de "regulamentos necessários para o bom funcionamento da Sociedade"; a cumprir e fazer cumprir os Estatutos e regulamentos.

Não deixa de ser relevante que estatutariamente não seja tarefa do Conselho Director de, no início de cada mandato anual, estabelecer um plano de actividades ou quaisquer prioridades de acção, aspecto ausente de todos os capítulos do Estatuto, sendo assim as suas funções pré-definidas meramente administrativas. Mesmo os regulamentos previstos para o "bom andamento da Sociedade", parecem ter um carácter normativo, não se referindo a aspectos profissionais.

Do último capítulo dos Estatutos constam "Disposições diversas" (13), definindo aspectos como por exemplo o diploma de admissão de sócio; a criação de uma medalha (de aquisição facultativa) que pudesse ser usada pelos associados "como distintivo nos actos oficiais" em que a Sociedade se fizesse representar. Deste modo, também nada é definido em moldes estatutários quanto à organização de uma biblioteca própria nem às publicações, preocupação que, tal como foi referido, estiveram desde logo presentes na Real Associação. Talvez estas omissões se justifiquem na medida em que a Sociedade recém formada visava principalmente a defesa do exercício da profissão, aspecto reforçado na sua designação de "associação de classe", deixando para além das suas competências e prioridades aspectos formativos e informativos ainda que do âmbito dos seus interesses mais genéricos.

3.2. Trabalhos associativos até à constituição do Sindicato

A primeira reunião do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, então presidida por M. Ventura Terra, teve lugar no dia 7 de Janeiro de 1903, mandato que se prolongou até Junho do mesmo ano (14). Nos seus corpos sociais participaram os architectos que no Grémio Artístico desencadearam e promoveram a sua fundação, chamando a si José Luís Monteiro para a presidência da Mesa da Assembleia Geral, architecto de prestigio consensual para assegurar tal cargo. (15)

De acordo com o relatório do Conselho Director de 1902-1903, apresentado em Assembleia Geral no final da gerência, era então afirmado que a sua preocupação inicial foi respeitante aos aspectos relativos à "instalação e organização social", chegando a acordo com a Sociedade Nacional de Belas Artes no aluguer de uma sala na sede daquela associação. (16)

Uma das primeiras intervenções da nova Sociedade foi junto do Ministério das Obras Públicas, a propósito da nomeação de uma comissão para fazer o projecto de restauro da igreja de Santa Cruz de Coimbra, na qual não figurava nenhum architecto, mas sim um artista cenógrafo estrangeiro (17). Em Maio foi iniciada a discussão do estudo das bases para uma tabela de honorários dos architectos, cuja aprovação só teve lugar em Fevereiro do ano seguinte. (18)

O primeiro protesto no respeitante aos concursos públicos foi dirigido à Câmara Municipal do Porto, relativamente ao programa por esta elaborado para a construção de um bairro operário para 15 famílias. O Conselho Director comunicou à referida Câmara "não poder (...) recomendar o concurso aos seus consócios, enquanto não forem feitas as alterações necessárias que se impõe e de reconhecida justiça". (19)

Desta primeira Direcção da Sociedade dos Architectos podem reter-se três pontos fundamentais da sua actuação, ainda que pontual: defesa do exercício da profissão, honorários e concursos públicos de Architectura. Contudo, se estes aspectos são relevantes na leitura das actas das reuniões do Conselho Director, este não os menciona no seu relatório de final de gerência, dando antes maior ênfase ao trabalho feito no sentido de "promover a máxima propaganda e estabelecer relações com sociedades similares nacionais e estrangeiras" (20); à publicação de um "livro de bases de preços para a construção em Lisboa, à semelhança do que existe em França" (21); e o programa do curso de engenharia sanitária, no qual só se poderiam matricular médicos e engenheiros, apresentando os seus protestos no sentido de serem também admitidos architectos. (22)

O Conselho Director, correspondente ao ano social 1903-1904 iniciou os seus trabalhos a 14 de Agosto de 1903, dando continuidade às propostas anteriores. Assim, e um ano depois da atribuição do primeiro Prémio Valmor, a Sociedade vem reclamar a necessidade de aumentar o quadro dos architectos no Ministério das Obras Públicas (23) e comentou a "situação insustentável e deprimente" dos colegas em tirocínio nesse mesmo Ministério. (24)

A necessidade "imperiosa" de reformar o curso de Architectura da Escola de Belas Artes de Lisboa, foi colocada pela primeira vez em Outubro de 1903, resolvendo-se então "fazer algumas diligências nesse sentido", procurando obter o apoio da Academia de Belas Artes. (25)

A gerência de 1903-1904 ocupou-se fundamentalmente com a discussão de dois assuntos: conclusão da "tabela oficial associativa dos honorários dos architectos" (26), iniciando-se então a elaboração de "uma legislação das garantias e deveres dos architectos e proprietários", assunto que não teve seguimento (27); representação portuguesa e associativa no VI Congresso Internacional dos Architectos a realizar em Madrid (28), sendo designado como delegado oficial A.

Bermudes, acompanhado dos seus colegas A. Machado e F. Carlos Parente (29), tendo a discussão sobre "a atitude dos delegados da Sociedade no Congresso de Madrid" sido prolongada em várias sessões (30), facto que se explica dado ser a primeira reunião internacional após a constituição da Sociedade, ou seja, a primeira representação oficial da também primeira organização de arquitectos portugueses. Aliás, a importância desta participação é manifesta no relatório do Conselho Director relativo à gerência de 1904-1905 que refere que "aproveitando ainda os últimos aplausos e entusiasmos do último congresso internacional de arquitectos em Madrid", procuraram "alargar a esfera das relações com colectividades similares" estrangeiras "transportando além fronteira o nome da nossa associação". (31)

Outros assuntos no âmbito de actividades culturais paralelas foram abordados, como a elaboração de um "Dicionário Tecnológico" (32); a excursão associativa ao Mosteiro da Batalha (33) e a exposição dos trabalhos de Domingos Parente da Silva (34). Uma última questão foi ainda lançada por esta gerência: a publicação de um boletim que deveria divulgar os relatórios de 1902-03 e 1903-04. Dado que a ideia partiu de F. Carlos Parente, foi este membro do Conselho Director que ficou encarregue de o organizar. (35)

Em 5 de Agosto de 1904 tiveram início os trabalhos da gerência de 1904-1905, tendo-se verificado uma alteração na presidência da Sociedade que passou a ser assumida por A. Bermudes, tendo Ventura Terra ocupado o cargo de vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral. Logo na segunda reunião do Conselho, F. Carlos Parente e Costa Campos ficaram encarregues de preparar a publicação do boletim e a exposição de Domingos Parente da Silva, então marcada para Dezembro.

Foi em 1904 que surgiram as primeiras demissões de sócios com certo prestígio. Trata-se de F. Carlos Parente (36) e de Rosendo Carvalheira (37), ambos alegando

motivos pessoais que parecem insuficientes como justificação desta atitude, sendo as verdadeiras causas pouco claras. J. Alexandre Soares ficou encarregue de falar com o primeiro e A. Bermudes com o segundo, tentando demovê-los das suas posições, o que de algum modo foi conseguido: F. Carlos Parente acedeu em colaborar na realização da exposição dos trabalhos de seu pai (38) e Rosendo Carvalheira retirou o seu pedido de demissão. (39)

Um dos primeiros assuntos focados no relatório desta Direcção é relativo ao concurso, então já realizado, para a construção da igreja-monumento à Imaculada Conceição, cujas bases foram aprovadas em Assembleia Geral da Sociedade. Aliás, o Conselho considera que "o grande número de concorrentes foi uma consequência" da "missão associativa e os seus resultados foram igualmente um poderoso factor para o prestígio" da classe (40). Recorde-se que os três premiados foram Frederico E. da Silva Gomes, Álvaro Machado e F. Carlos Parente, todos membros da Sociedade.

Durante esta gerência foi também alvo de atenções a nomeação de architectos para os quadros das Obras Públicas, sendo Adães Bermudes, Lino de Carvalho e J. Alexandre Soares convidados pela Direcção para "elaborarem uma representação aos poderes constituídos expondo o estado actual da má organização dos serviços de Architectura em Portugal". (41)

Tentando dinamizar a vida da Sociedade, o Conselho Director, de acordo com os Estatutos, convidou todos os seus membros a apresentar um projecto para a medalha associativa. Contudo, apenas dois responderam a este apelo: Tertuliano de Lacerda Marques e Alfredo M. Costa Campos (42), facto que este mesmo Conselho lamenta profundamente no seu Relatório. Também outros aspectos de índole cultural foram tratados, dando-se um impulso definitivo e determinante para a constituição e organização da Biblioteca associativa, da qual ficou encarregue J. Lino de Carvalho e publicando-se o primeiro número do Anuário (43) ao mesmo

tempo que foram feitos os preparativos para a segunda excursão, desta vez a Évora. (44)

Os trabalhos associativos referentes ao ano social de 1905-1906 continuaram a ser dirigidos por A. Bermudes, reconduzido no cargo de presidente do Conselho Director. O Relatório apresentado à Assembleia Geral em Junho de 1906 é o primeiro cujo preâmbulo é bastante optimista ainda que seja referido que é necessário não "adormecer sobre os louros colhidos". Assim, é considerado que a "agremiação tem tido um desenvolvimento tão animador" que permite "agourar-lhe um futuro brilhante" pois "muito se tem alcançado já" apesar de "muitíssimo" ainda haver "para conseguir". Tal facto deve-se sobretudo à alteração do "conceito" em que era tida a classe dos architectos portugueses 20 anos antes e com o que "actualmente lhe é tributado", tomando-se imperioso reconhecer - de acordo com o texto do referido Relatório - que "muito tem avançado", por um lado e que, por outro "imensos têm sido os esforços empregados para fazer compreender qual a importância da nossa missão civilizadora e o valor incontestável da nossa profissão no engrandecimento moral e económico do país" (45). Contudo, pelos factos relatados, este optimismo parece um pouco excessivo...

Da actuação deste Conselho Director, vários pontos importam salientar: o apoio à proposta de A. Bermudes para a formação de um comissão organizadora de propaganda e defesa da arte nacional (46); intervenção directa junto do Ministério da Justiça no sentido de "ficarem garantidos os direitos dos concorrentes" no concurso que este pretendia abrir entre architectos portugueses para a elaboração de projectos destinados às cadeias civis do Porto, que nunca chegou a realizar-se. (47). Tal como os Conselhos anteriores e demonstrando assim na prática que persistiam o mesmo tipo de problemas, esta Direcção também representou junto dos titulares da pasta das Obras Públicas, "instando por uma reforma equitativa e justa do quadro dos architectos daquele Ministério, terminando de vez com o caos em que têm vivido os serviços de Architectura no país, com prejuizo inestimável da

arte e da economia nacional". Neste sentido, os dirigentes da Sociedade tinham "esperanças fundamentadas" que na próxima reforma dos serviços daquele Ministério fossem consideradas as suas "reclamações, ficando bem definidas as atribuições dos seus funcionários técnicos" (48). A Sociedade elegeu durante esse ano um delegado - A. Bermudes - a fim de estar representada na comissão nomeada pelo governo para o estudo e alteração do regulamento do serviço de inspecção e vigilância para a segurança dos operários nos trabalhos de construção civil. (49)

Um esforço concreto de reflexão interna e cujas consequências não são passíveis de avaliar, está patente numa iniciativa desta Direcção que consistiu na distribuição pelos seus membros do "estudo de várias teses" - conservação de monumentos; ensino da Architectura; ensino dos operários da construção civil; direitos de propriedade artística; regulamentos sobre edificações; séries de preços da construção; e congressos, exposições e excursões de estudo - que, após serem interna e colectivamente discutidos seriam tomados públicos, procurando-se por este meio chamar a atenção dos poderes constituídos para assuntos de que "é preciso cuidar e cuja legislação é da máxima conveniência promover". (50)

A necessidade da constituição de uma "comissão artística" junto da Câmara Municipal de Lisboa que teria poderes para "aprovar ou rejeitar os projectos sob o ponto de vista estético", foi a conclusão alcançada por este Conselho Director "para resolver o desideratum na actualidade". Neste sentido e para "a realização deste momentoso assunto, vários trabalhos e negociações há feitas que a seu tempo serão do conhecimento público". (51)

O Conselho congratulou-se ainda com o resultado da excursão associativa anual a Évora, apesar de ser menor o número de sócios participantes (52) e com a abertura, pela Direcção da Sociedade Nacional de Belas Artes, do concurso para a elaboração de projectos para o edifício da sua sede social (53). A Sociedade

inscreveu-se ainda como membro da Sociedade Propaganda de Portugal (54) e contribuiu para as subscrições dos monumentos a Camilo Castelo Branco e a Marquês de Pombal.

O Relatório da Direcção seguinte (55) - 1906-1907 - ainda presidida por A. Bermudes, não é tão positivo quanto o anterior, deixando claro que "é a falta de educação do povo português, a qual só poderá suprimir-se por um longo, tenaz e perseverante esforço", a "insuperável barreira" que os separa do seu ideal (56). Constata-se, apesar desta afirmações, uma maior abertura e relacionamento institucional da Sociedade como por exemplo a participação na comissão encarregada da revisão do "Regulamento de segurança dos operários" (57); o convite para se fazer representar na Comissão de Monumentos e Estética da Cidade de Lisboa, criada pela Sociedade Propaganda de Portugal (58); o convite da Câmara Municipal de Lisboa para eleger um delegado ao júri para a adjudicação do Prémio Valmor. (59)

Foi ainda alvo de atenções o novo regulamento de admissão dos alunos architectos na Escola de Belas Artes de Lisboa, questão que não pôde ser resolvida "devido à intransigência das estações oficiais, e só o poderá ser com a reforma do ensino da Architectura". Sendo um dos assuntos que "mais profundamente interessam ao futuro" da classe, solicitam aos seus sucessores o "máximo empenho" na sua resolução (60). Na continuidade das Direcções anteriores, foi decidido que o Conselho Director entregasse uma representação ao Parlamento "instando pela reforma dos serviços oficiais de Architectura", o que não chegou a ser concretizado "em vista do encerramento das Cortes" (61). Dois aspectos são ainda relevantes neste Relatório: a publicação de um "jornal de Architectura" (62) e o VII Congresso Internacional de Architectos, realizado em Londres, em Julho de 1906. Nele participaram Ventura Terra, Teixeira Lopes, J. Lino de Carvalho e J. Alexandre Soares, este último na qualidade de delegado da Sociedade dos Architectos Portugueses (63), sendo o envolvimento oficial muito

mais reduzido do que no Congresso anterior. Ainda durante esta gerência e na Assembleia Geral de 26 de Março de 1907, foram eleitos sócios correspondentes vários architectos estrangeiros: John Belcher, W. John Locke e J. Nixon Horsfield, de Inglaterra; S. Chuso, do Japão; Hans Peschl e Otto Wagner, da Áustria e Virgil Nagy, da Hungria.

Em 1907 J. Alexandre Soares assumiu a presidência do Conselho Director, enquanto que J. Luís Monteiro se manteve no cargo de presidente da Mesa da Assembleia Geral. Relativamente ao Relatório da Direcção anterior, o então apresentado por esta gerência no fim do seu mandato que decorreu entre 1 de Julho de 1907 e 30 de Junho de 1908, abordava questões relacionadas mais directamente com o exercicio da profissão, reflectindo também a agudização dos problemas respeitantes à inserção profissional dos architectos, sobretudo em organismos do Estado. A Sociedade queixava-se da dificuldade de "demover processos antiquados e rotineiros" que constituíam "entraves" para a realização das suas justas aspirações e que ao mesmo tempo resultava no "manifesto atraso" do país. Reconheciam a "necessidade de leis e regulamentos oficiais" que impedissem a "liberdade inconsciente com que se desvaloriza a estética das cidades", principalmente da capital. Neste sentido a Sociedade uniu os seus esforços à Sociedade Propaganda de Portugal, a fim de elaborarem um projecto de lei que "regulamentasse a estética das construções nas principais cidades". Assim, o Conselho Director representou junto da Câmara Municipal de Lisboa, sendo o documento entregue ao vice-presidente da sua Comissão Administrativa que o recebeu com "palavras elogiosas" e com a promessa de se empenhar neste assunto "que de há muito reconhecia de grande utilidade para o embelezamento" da cidade de Lisboa. (64)

Foi esta gerência que iniciou os protestos mais sistemáticos no referente aos concursos públicos de Architectura, quer defendendo a sua promoção (65), quer solicitando que o projecto do novo edificio do Instituto Industrial e Comercial de

Lisboa, se não fosse alvo de um concurso nacional, "como seria para desejar em nome da arte", fosse, pelo menos, entregue a um architecto, quer ainda solicitando ao Governador Civil do Porto a abertura de um concurso público para o projecto do novo teatro lírico que então se pretendia construir naquela cidade em substituição de teatro de S. João, destruído por um incêndio. O Conselho Director ofereceu ainda à Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal, "a sua colaboração profissional na elaboração do programa do concurso" do referido monumento.

No âmbito das iniciativas junto das entidades oficiais, para além de ter oferecido os seus serviços à comissão promotora dos melhoramentos a realizar em Sintra, esta Direcção, tal como as anteriores, apelou junto do ministro das Obras Públicas para a "necessidade imprescindível de uma reorganização dos serviços de Architectura" naquele Ministério dado que "como actualmente se encontram, em nada correspondem aos modernos processos de administração e às exigências da arte".
(66)

Não podendo ficar "indiferente" ao assunto, esta Direcção secundou a petição de alguns alunos da Escola de Belas Artes sobre a reforma do curso de Architectura, dado que "esta não (correspondia) também às exigências dos seus programas" obrigando os estudantes "a preferirem, na maioria dos casos, o ensino particular". Neste sentido, J. Alexandre Soares, Ascensão Machado e Costa Campos foram nomeados pelo Conselho Director para elaborarem uma representação ao governo.

Outra representação foi dirigida ao ministro do Reino a propósito da lei apresentada ao Parlamento sobre a "construção de casas baratas para as classes menos abastadas", dado que "sem dúvida, por um simples esquecimento (...) não se referia aos architectos entre as diferentes entidades técnicas que constituíam o Conselho Superior de Higiene da Habitação" (67), reclamação que veio a ser atendida. Não deixa de ser curiosa a forma como a questão foi colocada, optando a

Direcção em entender este facto como um "esquecimento" e não como uma exclusão ou como consequência da pouca clarificação existente do seu campo profissional de intervenção. Aliás, esta é uma temática em relação à qual a Sociedade dos Arquitectos denota uma certa preocupação atendendo aos vários artigos publicados até então no seu "Anuario" versando exactamente questões de salubridade e higiene nas habitações (68), existindo mesmo um artigo sobre o 1º Congresso Internacional do Saneamento e da Salubridade da Habitação, realizado em Paris em 1904 (69). Ainda sobre este assunto, o Conselho Director respondeu positivamente ao convite da Comissão de Propaganda contra as Habitações Insalubres, tendo sido A. Bermudes, Lino de Carvalho e Costa Campos os colegas eleitos como delegados ao congresso então promovido.

Outra das questões que esta Direcção enfrenta com maior clareza diz respeito ao uso indevido do titulo de architecto. Neste sentido empreendeu a organização de "um cadastro com as habilitações e profissões de todos aqueles que têm levado a sua audácia a apresentarem-se como architectos, preparando assim a associação elementos para, tomando-os públicos, contra eles proceder judicialmente". (70)

Para além da realização da excursão associativa anual que teve lugar ao convento de Mafra (71), dois importantes acontecimentos internacionais ocorreram durante esta gerência: o VIII Congresso Internacional de Architectura, em Viena de Áustria (72) e a Exposição Nacional do Brasil de 1908, sendo eleito por unanimidade F. Carlos Parente para representante da Sociedade no referido Congresso. Nesta mesma Assembleia Geral foi também proposta e discutida a necessidade de que o Conselho Director "inste com o Governo para nomear um delegado oficial" a Viena (73). Este Congresso foi preparado no seio da Sociedade com alguma antecedência, tendo a Secção Portuguesa da Comissão Internacional Permanente dos Congressos de Architectura - da qual faziam parte A. Bermudes, J. Luís Monteiro, R. Carvalheira, Ventura Terra e J. Alexandre Soares - promovido a constituição da "Comissão Portuguesa de Patronato" do mesmo, envolvendo

entidades oficiais e associações directamente ligadas ao mundo artístico (74). Quanto à Exposição Nacional do Brasil, para a qual Portugal foi "exclusivamente convidado", foram numerosos os artistas participantes. O júri de admissão (75) seleccionou 75 dos 344 trabalhos apresentados entre pintura a óleo, escultura, Arquitectura, pastel e desenho, aguarela e arte aplicada, sendo seis arquitectos premiados durante a exposição com Medalha de Ouro e três com Medalha de Prata. (76)

Se, tal como foi referido, o Conselho Director que esteve em exercicio no ano social 1907-1908, se defrontou com problemas mais directamente relacionados com o exercicio da profissão, os dois mandatos seguintes, o primeiro ainda presidido por J. Alexandre Soares e o segundo por F. Carlos Parente, viram agudizar-se as pressões exteriores que conduziram, como se verá, a uma maior estruturação da Sociedade, processo que de alguma forma culminou na aprovação das bases do regulamento para os concursos públicos de Arquitectura e no anúncio dos trabalhos preliminares para a alteração dos Estatutos associativos. Aliás, parece que de alguma forma a Sociedade teimava em manter o seu caminho reivindicativo, um tanto ou quanto à margem da situação política do país. Não há assim referências às implicações, mesmo que indirectas, de em 1908 ter sido esmagado o movimento republicano de 28 de Janeiro, nem ao regicídio de D. Carlos ou ainda ao facto dos candidatos do Partido Republicano terem saído vitoriosos das eleições para a Câmara Municipal de Lisboa.

Resultado da acção que a Sociedade vinha desenvolvendo junto dos organismos oficiais que, finalmente, pareciam dispostos a ouvi-la, foi o pedido da Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, no sentido desta dar o seu parecer sobre a organização do ensino de Arquitectura em Portugal. Após várias discussões internas foi eleita uma comissão final de redacção da resposta da qual faziam parte A. Bermudes, J. Alexandre Soares e Costa Campos. Este Parecer que foi cuidadosamente preparado e defendia a necessidade da reforma do ensino de

Arquitectura e apontava os principais defeitos da organização em vigor, propunha um programa de curso dividido em dois módulos: um primeiro de três anos (curso preparatório) e um segundo de cinco anos (curso especial). Este visava assegurar a criação de cadeiras científicas e técnicas, então consideradas ausentes do currículo existente, sendo extensivo às Escolas de Belas Artes de Lisboa e Porto (77). Ainda o âmbito dos convites oficiais, importa acrescentar o pedido de nomeação de um delegado da Sociedade feito pelo Ministério das Obras Públicas, para integrar a comissão que deveria proceder ao estudo da regulamentação dos processos de construção a adaptar em terrenos sujeitos a abalos sísmicos, sendo designado o então presidente em exercício, J. Alexandre Soares.

Para além de manifestarem a sua satisfação por ter sido aprovado o Regulamento de segurança dos operários (78) - assunto que se arrastava desde 1905 e no qual a Sociedade tinha participado directamente através de A. Bermudes - e de nova representação ter sido enviada ao Ministério das Obras Públicas defendendo uma reforma equitativa e justa dos arquitectos ao seu serviço, outros aspectos importa ainda salientar do Relatório do Conselho Director de 1908-1909.

Um dos assuntos ultimados mas não concluídos por esta gerência foi o projecto de lei sobre a estética da cidade, tarefa iniciada pela Direcção transacta. Em face da lentidão com que o assunto estava a ser tratado pela Secção dos Monumentos da Sociedade Propaganda de Portugal e da deliberação tomada na Assembleia Geral (extraordinária) de 28 de Dezembro de 1908, o Conselho Director resolveu "tomar sobre si o encargo de representar ao Governo pedindo para que sejam criadas comissões especiais junto das principais Câmaras Municipais do país para a defesa dos interesses estéticos das cidades". Contudo, e devido a "absoluta falta de tempo", este trabalho não chegou a ser discutido e foi por isso especialmente recomendado ao futuro Conselho Director. (79)

Por mera coincidência cronológica ou em consequência de mais um concurso cujas condições eram inaceitáveis para a classe, verifica-se que na mesma Assembleia Geral em que foi "largamente" discutido o programa do concurso para o projecto do Matadouro Municipal aberto pela Câmara Municipal do Porto, foi resolvido que a Sociedade elaborasse um regulamento para concursos públicos de Arquitectura (80). O Conselho Director, considerando que este programa "pela forma vaga e incompleta como estava redigido" não podia ser aceite pelos architectos, tinha convocado uma Assembleia Geral extraordinária para que uma decisão colectiva fosse tomada sobre o assunto. Foi então aprovada por unanimidade a proposta de A. Bermudes no sentido de serem dados plenos poderes ao Conselho para "protestar energicamente perante a Municipalidade" portuense sobre "a forma como o programa está elaborado", resolvendo ainda que "os architectos portugueses não concorram áquele concurso, se as reclamações apresentadas não forem atendidas" (81). Contudo, segundo se pode depreender do Relatório apresentado pela Direcção, esta reclamação foi demasiado tardia: estando a decorrer o concurso, a Câmara Municipal do Porto escusou-se de o suspender, afirmando que só poderia atender as reclamações da Sociedade se este ficasse deserto (82). Tal como o Conselho anterior, foi novamente pedido, também à Câmara Municipal do Porto, a abertura de um concurso entre architectos nacionais para a construção do novo teatro de S. João naquela cidade, solicitação que veio a ser satisfeita.

Outros concursos foram anunciados ou realizados durante esta gerência: construção de um Palácio de Exposições no Parque Eduardo VII (83); elaboração do programa do concurso para o Monumento ao Marquês de Pombal (84); e o concurso para o Monumento da Guerra Peninsular. (85)

Foi no Relatório do Conselho Director de 1909-1910 que surgiu a primeira referência à participação dos sócios nos trabalhos desenvolvidos pela Sociedade. Se por um lado agradeciam a todos aqueles que "com reconhecido interesse acompanharam e colaboraram" com a Direcção, por outro lamentam que "esse

número seja tão limitado e que a maioria se afaste quasi por completo, da frequência das salas" da associação (86). Este problema, como se verá, foi uma invariante com que se debateram sucessivamente todas as Direcções...

Mais uma vez foram os concursos públicos e a colaboração com as entidades oficiais os aspectos fulcrais em torno dos quais se desenvolveu a vida desta agremiação. Assim, se o Conselho Director transacto manifestou o seu contentamento face à abertura do concurso para o projecto do Teatro Lírico do Porto, o seu sucessor lamentou a "má organização dos programas" sobre os quais recaíram "reparos" que no entanto não puderam evitar que este concurso se realizasse de acordo com as bases estabelecidas. O Conselho foi igualmente convidado pela Cruz Vermelha a nomear um delegado para o júri do concurso por esta promovido para um projecto de enfermaria-modelo, tendo a escolha recaído em A. Bermudes. A Sociedade também divulgou o programa do Concurso Internacional para o Monumento Comemorativo da União Telegráfica em Berna (Suíça), do qual teve conhecimento através da Direcção Geral de Instrução Pública. (87)

Junto da Câmara Municipal de Lisboa foi apresentada uma representação "afim de serem admitidos ao serviço da mesma (...) architectos tirocinantes, como já se tem praticado nas obras de Estado", proposta que foi "muito agradavelmente" recebida pelo vice-presidente do município. E, de facto tal pedido veio a ser satisfeito, de acordo com as informações contidas no Relatório da gerência seguinte. (88)

Ao terminar o seu mandato, o Conselho Director deixou iniciados alguns trabalhos que de alguma forma reflectiam diferentes condições de inserção profissional e, por outro, a necessidade de adequação dos instrumentos legais de intervenção: o regulamento interno, a reforma dos Estatutos, o diploma de sócio e o regulamento para as recompensas a conceder a operários. Contudo, importa ainda salientar a colaboração prestada por alguns sócios à Associação dos Canteiros que se

concretizou na regência gratuita das cadeiras de desenho geométrico, desenho ornamental e modelação de ornato, num curso especial dirigido aos operários da construção civil e ainda a excursão associativa anual. Esta, que se realizou à cidade de Santarém (89), permitiu a concretização de uma das principais intenções das visitas aos monumentos nacionais: lançar o alerta para "os actos de vandalismo revoltantes, praticados nalguns padrões da arte nacional, muito principalmente no Convento de S. Francisco". Chamando a atenção para este facto ao Presidente do Conselho de ministros, solicitaram o apoio de outras organizações relacionadas com a arte e os monumentos. (90)

Inevitavelmente, o Relatório da Direcção dos anos de 1910-1911 reflecte os acontecimentos políticos nacionais mais recentes, procurando a Sociedade dos Architectos Portugueses adaptar-se após o "ressurgimento da nossa querida pátria" - como é então afirmado - à dinâmica institucional decorrente da implantação da República. Tal acontecimento teve como consequência o facto de o Conselho Director "ter de orientar por outra forma assuntos já tratados (...), estudando-os sob outras bases", ao mesmo tempo que pugnaram "pelos legítimos interesses da Architectura nacional" através da "reivindicação dos direitos dos architectos" junto do Governo Provisório da República. (91)

Contudo, não deixa de ser curioso verificar que nas reuniões do Conselho Director imediatamente a seguir à proclamação da República a Sociedade, em atitude deliberada, não pretendia assumir posições de alguma forma comprometedoras. Assim, se a 12 de Outubro de 1910, por proposta de F. Carlos Parente foi resolvido cumprimentar o Presidente do Governo Provisório bem como o ministro do Interior e que esse mesmo Conselho se fizesse representar nos funerais nacionais, na sessão seguinte foram tomadas posições de principio mais radicais, tendo como base um documento apresentado por J. Lino de Carvalho, cujo o teor não foi possível apurar. Deste modo, na reunião de 17 de Outubro, já com a presença de A. Bermudes que se encontrava afastado da vida associativa por

questões da sua actividade profissional, os membros da Direcção presentes foram de opinião que a Sociedade se deveria "conservar estranha" aos assuntos de "carácter político". (92)

A Monarquia tinha então caído definitivamente em Portugal, herdando uma difícil situação económica e social, reflexo do débil desenvolvimento do capitalismo industrial e da desvalorização da moeda. Por outro lado, o comércio estagnara nas mãos de uma burguesia em busca do seu próprio estatuto social e cultural, a agricultura rudimentar não permitia o sustento de mais de 60% da população que dela dependia. A herança era pesada: cerca de 70% de analfabetos ficavam nas mãos dos republicanos. Neste sentido, "os salvadores, cheios da melhor vontade, legislaram - e, embora sem real mudança de estruturas económicas, numa república imediatamente burguesa por força do seu idealismo francês e dos interesses que se conjugavam, grandes reformas institucionais se esboçaram". (93)

Inevitavelmente, a instrução pública e as belas artes foram alvo de reformulações. Assim, em 26 de Maio de 1911 foi publicado um projecto de lei sobre a Reorganização dos Serviços Artísticos e Arqueológicos, assinado por António José de Almeida então ministro do Interior, e que desde logo implicou o desaparecimento da Academia de Belas Artes, substituída pelo Conselho de Arte Nacional. Este projecto de lei preconizava os princípios da descentralização da política artística, desdobrando o Conselho dos Monumentos Nacionais em três Conselhos de Arte e Arqueologia sediados em Lisboa, Porto e Coimbra. Quanto ao ensino, estava prevista a existência de maior número de professores e uma nova divisão dos cursos que passava também pelo curso de Architectura que terminava com a prática de dois anos em obras do Estado ou de particulares, legislando também sobre a atribuição do diploma aos architectos. Também por este projecto lei foi alterado o regime de pensões no estrangeiro, sendo estas substituídas por bolsas de viagem. Ainda de acordo com o espírito que enformou este texto, também os

museus se previram descentralizados e criados de novo em capitais de distrito, ao mesmo tempo que se preconizava a remodelação dos já existentes em Lisboa e Porto. Contudo, se a 1ª República desde logo apostou numa alteração profunda no domínio cultural herdado da monarquia, verifica-se que "apesar de tudo, isto, a falta de meios materiais impediu a efectivação de muitas medidas preconizadas, pelo menos com aquela velocidade que tanto os governantes como a opinião pública desejavam". (94)

De facto, este parece não ter sido ainda o *tempo dos architectos*, a julgar pelo texto síntese das suas actividades consignadas no Relatório. Se, por um lado, o Conselho Director registou "com louvor" a proposta da Câmara Municipal de Lisboa "para serem retiradas diversas instalações que cercam a histórica torre de Belém", "louvando", igualmente o interesse que a Vereação da mesma Câmara vinha manifestando relativamente às "questões de arte" (95), por outro "fez sentir o seu pesar" por terem sido nomeadas comissões de estudo dos melhoramentos a empreender nalgumas cidades "e que tendo sem dúvida de apreciar assuntos de ordem estética fosse nelas esquecida a representação da classe dos architectos". Exceptua-se a Câmara de Vila Nova de Gaia, à qual foram "consignados votos de louvor e congratulação" devido à resolução por esta tomada no sentido de que na Avenida da República só fossem autorizadas construções cujo projecto fosse assinado por "arquitecto de reconhecida competência e merecimento". (96)

Continuaram a ser tratados os assuntos relativos à reforma dos serviços públicos de Architectura sendo apresentado ao ministro do Fomento um projecto "contendo as bases em que se julga dever assentar a reforma dos serviços públicos de Architectura", bases essas cujo desenvolvimento se encontrava ainda em estudo. Assegurando o bom relacionamento institucional, mais uma vez outro ministro fez "a promessa de se interessar pelo importante assunto" e de auscultar a Sociedade quando dele tratasse.

Resultados mais imediatos e positivos parece terem sido alcançados junto do Ministério da Marinha e Colónias. Com efeito, tinha sido criada no âmbito deste Ministério uma comissão para o estudo da reorganização dos serviços de obras públicas do Ultramar na qual a Sociedade dos Architectos não estava representada. Chamando a atenção para "a conveniência da classe dos architectos ser consultada", tal pedido foi satisfeito, tendo-se iniciado os estudos das propostas já elaboradas. Apresentou então a Sociedade "diversas reclamações", sendo posteriormente comunicado pelo referido Ministério que estas "tinham sido tomadas na devida consideração e na sua maior parte aceites pela comissão incumbida de dar parecer sobre o assunto". (97)

Preocupação desta gerência foram também os monumentos nacionais, alertando para a sua salvaguarda (98), para a necessidade das suas obras serem dirigidas por architectos, como no caso da Sé de Lisboa (99), e ainda mencionada a lei de separação do Estado das Igrejas. (100)

Severas críticas foram feitas à comissão executiva do Monumento ao Marquês de Pombal que "exorbitando das suas atribuições", resolvera abrir o referido concurso para apresentação de maquetes. Dado que o programa incluía "cláusulas inaceitáveis para a dignidade dos artistas", estes decidiram não participar, "considerando sem efeito a abertura desse concurso, que sempre lhes despertára grande entusiasmo e pelo qual ansiavam há muito, tomando públicas as causas que assim os levaram a proceder" (101), questão que se arrastará por muito tempo.

Ainda no âmbito dos concursos importa referir o promovido pela Cooperativa Predial Portuguesa para a aquisição de projecto de tipos de construção económica. Após a discussão do seu programa o Conselho Director decidiu que a Sociedade não participasse "por ele não estar nas condições estabelecidas no nosso Regulamento de concursos" e também por considerar que "a natureza e importância dos projectos a adquirir dispensa a abertura de um concurso público".

Neste sentido, foi enviada uma circular a todos os sócios pedindo que não concorressem ao referido concurso, reafirmando a necessidade da sua solidariedade com as decisões do Conselho Director. (102)

Um dos acontecimentos mais relevantes ocorridos durante esta gerência do ponto de vista da vida associativa foi a constituição da Delegação da Sociedade dos Architectos Portugueses no Norte, com sede no Porto, acontecimento que enalteceu a excursão associativa anual realizada à cidade de Coimbra e de cuja importância e desenvolvimento se falará mais adiante.

Curiosamente, o preâmbulo ao Relatório da gerência seguinte, de novo presidida por A. Bermudes, retoma uma tônica algo negativa quanto à concretização das justas aspirações da classe. Contudo, e como se verá, foram tomadas importantes resoluções nesta matéria.

Os dois anos seguintes à implantação da República foram de agitação e contínuas mudanças. Assim, em 1911 foi eleito o primeiro Presidente constitucional, Manuel de Ariaga, cabendo a João Chagas a chefia do primeiro governo, também este constitucional. Nesse mesmo ano foi promulgada a já mencionada Lei de Separação do Estado das Igrejas, da autoria de Afonso Costa. Num país então de 5 547 708 habitantes, com uma elevada taxa de analfabetismo, foram criadas as Universidades de Lisboa e Porto, a par da reforma do ensino primário e universitário. Em 1912, ano assinalado com o Salão dos Humoristas, assiste-se ao recrudescimento da tática de agitação social permanente que entre outras se manifestou através de uma greve de trabalhadores rurais em Évora, secundada por uma greve geral em Lisboa e em outras localidades, implicando o encerramento da Casa Sindical e a prisão de dezenas de militantes que aí se encontravam reunidos. Foi também o ano da segunda incursão armada dos monárquicos vindos de Espanha, o denominado combate de Chaves.

Os factos considerados mais importantes no relatório referente ao período entre 1911 e 1912 foram então os seguintes: concurso do Monumento ao Marquês de Pombal; lei de protecção às Belas Artes (103); reforma dos serviços de Belas Artes e dos serviços públicos de Arquitectura, nomeadamente na Câmara Municipal de Lisboa; IX Congresso Internacional dos Architectos em Roma e a colaboração prestada a entidades estatais.

Quanto ao primeiro assunto, ainda que venha a ser retomado em ponto específico, importa desde já salientar que face ao resultado do concurso então realizado, ao qual só se apresentou um concorrente, a Sociedade representou ao Governo pedindo novamente a anulação do mesmo. Ainda no âmbito dos concursos para monumentos, o Conselho Director protestou violentamente contra aquele que foi aberto pela Câmara Municipal do Porto para aprovação do projecto do Monumento Comemorativo do Triunfo da República. Em virtude do programa do mesmo não ter sido elaborado de acordo com o disposto no Decreto de reforma dos serviços de Belas Artes, a Sociedade representou junto da referida Câmara a fim de serem alteradas as condições nele impostas e, "não tendo sido atendida nas suas justas reclamações", recorreu ao ministro do Interior. Paralelamente foram lançados apelos à opinião pública e os artistas nacionais recusaram-se a participar no concurso. Contudo, e tal como em Lisboa, apareceu um único concorrente que viu o seu projecto aprovado por um "júri ad hoc". (104)

Situação paradigmática da marginalização da Sociedade feita pelas instituições emergentes da República é o que ocorreu em torno da lei da reforma dos serviços de Belas Artes. O Conselho Director afirmava-se então "surpreendido, com essa publicação pois supondo que, se tratava do projecto elaborado pela Escola de Belas Artes julgara satisfazer às aspirações e interesses dos estudantes e artistas, o que não sucedeu". Deste modo, iniciaram de imediato o estudo da reforma promulgada pelo Governo Provisório da República, a fim de o apresentarem ao Parlamento, do qual dependia a sua aprovação definitiva.

Quanto à reforma dos serviços de Architectura a situação parece ser menos criticável por parte da Sociedade já que o ministro do Fomento nomeou uma comissão "a fim de propôr as modificações que deve sofrer a actual organização destes serviços", da qual faziam parte A. Bermudes, Leonel Gaia e Álvaro Machado. Apesar dos trabalhos desta comissão estarem ainda em curso, foi salientado no Relatório que esta tem "procedido sempre de acordo, nas suas resoluções com o Conselho Director, a fim de que as regalias a que a classe tem incontestavelmente direito sejam respeitadas" (105). No âmbito da projectada exposição hispano-portuguesa "de produtos industriais, comerciais e agrícolas e em que figuraria também uma secção artistica", o mesmo Ministério convidou a Sociedade a nomear um representante para assistir às reuniões preparatórias desta iniciativa que não teve continuidade, sendo escolhido para esse fim A. Bermudes. (106)

No entanto, o facto mais importante ocorrido para a classe durante esta gerência foi a reforma dos serviços de Architectura da Câmara Municipal de Lisboa, na qual foram criadas distintamente a Repartição de Architectura e a de Engenharia, estando os architectos confiantes de que os resultados desta medida "beneficemente influirão no futuro embelezamento da cidade". No entanto, para que tal medida - que ficou a dever-se à "aturada persistência" de Ventura Terra - fosse concretizada, era ainda necessária a aprovação prévia pela Câmara dos Deputados e pelo Senado de uma proposta de Abel Botelho sobre as atribuições das comissões de estética municipal "além de outras providências de reconhecida vantagem para o desenvolvimento estético da cidade" (107). Ainda devido ao facto desta Câmara ter "manifestado desejos" de que fosse alterado o regulamento de adjudicação do Prémio Valmor, o Conselho iniciou estudos neste sentido, tendo-se realizado várias assembleias para tratar deste assunto. (108)

A propósito da realização do IX Congresso Internacional dos Architectos, em Roma (109), de cujo "resultado prático (...) é óbvio encarecer as vantagens", a Direcção

lamentava não poder "empreender a tarefa de levar a cabo em Lisboa uma das reuniões desse Congresso" com a qual "lucraria não só a Capital mas o país", pois considerava não estarem "convenientemente preparados" para esse fim. A Sociedade dos Architectos fez-se representar por A. Bermudes neste Congresso integrado no jubileu da proclamação do Reino de Itália e que foi inaugurado a 3 de Outubro de 1911, sob a presidência do architecto francês Daumet. No grupo dos participantes portugueses encontravam-se, entre outros, Ventura Terra, Rosendo Carvalheira, F. Carlos Parente, Artur M. Rato, J. Alexandre Soares, J. Inácio dos Santos e J. Marques da Silva, tendo o primeiro deles tomado parte na mesa da 4ª sessão do Tema II do Congresso, dedicada aos "Direitos e deveres dos architectos para com o seu cliente", sessão em que também intervêm A. Bermudes e Marques da Silva. Este último procurou demonstrar "que a confusão entre engenheiros e architectos em Portugal mais complica os aspectos relacionados com compensações ilegítimas e emolumentos e o pagamento dos architectos", procurando, por outro lado, "obviar-se à multiplicação das compensações de diferente origem, moralizando a profissão" (110). Foi durante a discussão do Tema V - "Da organização dos trabalhos de Architectura do Estado e de outras administrações públicas", especialmente grato à Sociedade dos Architectos Portugueses - que Ventura Terra fez a sua alocução ao Congresso de Roma. Reflectindo a sua experiência pessoal ao serviço da Câmara Municipal de Lisboa, defendeu a separação dos serviços de Architectura e Engenharia e a entrega aos architectos de todos os trabalhos de Architectura do Estado, fazendo de alguma forma eco das ideias e posições assumidas pela organização profissional a que pertencia. (111)

De acordo com a hierarquização dos assuntos ocorridos entre 1911 e 1912 feita no Relatório da Direcção, o assunto focado depois deste Congresso Internacional foi a "circular-convite" recebida do Ministério da Justiça, no sentido da Sociedade "se fazer representar em algumas reuniões de diversas colectividades, dando o seu

parecer sobre as reformas das leis fundamentais do país". Para o efeito foram designados J. Lino de Carvalho, A. Ascensão Machado e F. Carlos Parente que, no final do seu mandato e "devido aos seus muitos afazeres não puderam ainda terminar os seus trabalhos" (112). Durante este ano social foi ainda criado no seio da Sociedade um "cofre de assistência", a fim de auxiliar famílias de sócios falecidos e no qual se inscreveram a maioria dos associados.

O Relatório da gerência de 1912-1913, mais do que o anterior, reflecte no seu conteúdo a consolidação de uma jovem República algo hesitante nas suas formulações institucionais, enfrentando ainda uma certa agitação social, marcada por vários atentados. A mudança súbita do pano de fundo em referência ao qual se tinha desenvolvido a praxis associativa, constituiu-se num estímulo na produção interna de propostas, ainda que multiplicadas as frentes de intervenção. Neste sentido, é ainda interessante verificar que apesar da Sociedade dos Architectos ter continuado a bater-se pelos problemas que diziam respeito aos profissionais que congregava, ela encontrou novos aliados, os "artistas", aos quais se associou não só em termos logísticos - a Sociedade Nacional de Belas Artes.

De facto, ambas as Sociedades subscreveram uma representação apresentada no Parlamento, uma vez aí iniciada a discussão da proposta de criação do novo Ministério de Instrução e Belas Artes - que veio a denominar-se Ministério da Instrução Pública - proposto no âmbito do programa do primeiro governo partidário que subiu ao poder chefiado por Afonso Costa que avançava também com a criação das Faculdades de Estudos Sociais e de Direito, em Lisboa. Esse documento, além de expressar "o modo de ver dos artistas sobre a organização dos serviços de Belas Artes", fazia propostas concretas, como a criação de uma Direcção Geral especial à qual ficariam subordinadas três repartições: uma referente ao ensino das Belas Artes; uma segunda abrangendo exposições, museus, congressos de arte e arqueologia, direitos de propriedade intelectual, entre outros e, por fim, outra que teria a seu cargo assuntos relativos à construção,

conservação e restauro do património artístico e monumental do país (113). Tais perspectivas de mudança funcionaram como que pequenos focos de esperança que, pouco depois esmoreciam dado que, frequentemente, e como aconteceu também neste caso, as reclamações não eram tidas em consideração nas decisões finais. Contudo, os arquitectos depressa aprenderam a contentar-se com pequenas vitórias como a criação, dentro deste novo Ministério, de uma repartição autónoma dos serviços do ensino artístico.

Motivo de "maior regozijo" por concretizar uma das antigas aspirações da classe, foi a criação de duas novas "cadeiras científicas" na Escola de Belas Artes "para complemento do ensino profissional da Arquitectura". Segundo o Conselho Director afirmava no seu Relatório, a partir de então os alunos "sairão também da Escola com conhecimentos teóricos indispensáveis, o que aumentará o seu prestígio profissional". Contudo, consideram que nem tudo está conseguido no ensino profissional e que por isso a Sociedade devia continuar a ocupar-se do assunto "vigilando a qualidade e quantidade do ensino científico que se vai fornecer aos arquitectos". Era assim necessário "fiscalizar os programas dos novos cursos e evitar que os respectivos professores vão para ali com a preocupação de criar matemáticos ou engenheiros, sacrificando a educação artística dos alunos". (114)

Também não foi satisfeito o pedido da Sociedade no respeitante à reforma dos serviços de Arquitectura do Estado e que consistia na transferência dos serviços dos edifícios públicos para o novo Ministério (115). O Conselho Director justificava o seu empenhamento na resolução desta questão dado que afectava os "interesses morais e materiais da classe" e atingia "profundamente os interesses da arte e do país".

Mas não foi só junto do Parlamento que a Sociedade dos Arquitectos procurou interferir a fim de promover a reforma dos serviços dos edifícios públicos. A. Bermudes e Leonel Gaia, seus delegados na comissão oficial nomeada pelo

ministro do Fomento, Aurélio da Costa Ferreira, para estudar a reforma dos serviços da Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, procuraram, dentro das suas possibilidades, "modificar a situação deprimente em que se encontram os architectos do Estado". Contudo, e mais uma vez, não foram satisfeitas todas as reclamações apresentadas a essa comissão e a Sociedade limita-se a reconhecer que "pelo menos" conseguiram que "as outras classes ali representadas concordassem em introduzir na reforma desses serviços" algumas propostas por esta apresentada e que "modificariam favoravelmente os serviços de Architectura oficial". (116)

Exposições e concursos foram outros dois tópicos que orientaram a acção deste Conselho. Quanto ao primeiro, esta representou junto do Governo a propósito da exposição de S. Francisco, Califórnia, defendendo a necessidade de promover um concurso para o projecto do pavilhão português, dado que este já tinha tomado pública a sua adesão à referida exposição, enviando então um delegado "marcar oficialmente o local onde deve ser construído" o mesmo pavilhão (117). Foi também durante esta gerência que a sede social da Sociedade transitou definitivamente para o novo edifício da Sociedade Nacional de Belas Artes, ocupando uma parte do mesmo, conforme o acordo estabelecido entre as Direcções de ambas as Sociedades. (118)

Procurando dinamizar a vida associativa através de vários acontecimentos, para além da excursão anual que teve lugar à cidade de Setúbal e arredores, a Direcção pretendeu organizar na sua sede uma "série de conferências, utilizando projecções luminosas" sobre Architectura, convidando depois a assistir "indivíduos e colectividades que preponderam no nosso meio intelectual e bem assim o público que temos todo o interesse em educar" (119). Apesar de vários sócios se terem inscrito para realizar essas conferências, elas não chegaram a realizar-se devido ao "acabamento do edificio social" e à "exposição de Belas Artes". Ainda no âmbito das actividades lúdicas, importa referir o convite dirigido à Sociedade pela Câmara

Municipal de Lisboa para esta se fazer representar na Comissão Organizadora das Festas da Cidade, sendo designado para esse efeito J. Lino de Carvalho.

De menor alcance foi a actividade desenvolvida pelo Conselho Director seguinte, presidido por F. Carlos Parente e cuja acção se limitou à intervenção nos concursos públicos, a apelos dirigidos aos sucessivos titulares da pasta do Fomento, insistindo na necessidade da reorganização dos serviços públicos de Arquitectura (120) e a promoção de banquetes mensais - que intitulou de "confraternização" - com a finalidade de "unir mais estreitamente a família artística" (121), para além da habitual excursão associativa, desta vez a Alcobaça.

Quanto aos concursos, são vários os referidos no Relatório da Gerência de 1913-1914: Monumento a Camões, a erigir em Paris; projecto para o Pavilhão de Portugal na Exposição Panamá-Pacífico; e, novamente o do Monumento ao Marquês de Pombal. Apesar da intervenção atenta e continuada da Sociedade, esta parece não ter saído reforçada em nenhum deles.

De facto, e de acordo com a lei de 26 de Maio de 1911, foi solicitada a indicação dos architectos que representariam a Sociedade no júri do concurso para o Monumento a Camões, a erigir em Paris, tendo estes acompanhado também a elaboração do respectivo programa (122). Contudo, se a lei foi respeitada neste sentido, não o foi ao ser modificada a composição do júri, alegando a impossibilidade de se concretizarem reuniões. Devido a este facto, o Conselho manifestou junto do presidente da Comissão Executiva do Monumento "a impossibilidade de continuar a representação da Sociedade nas condições propostas, contra a expressa disposição da lei". Ainda que até ao final do seu mandato o Conselho não tivesse obtido qualquer resposta, acrescenta que continua a ser da opinião que as "Sociedades artísticas não deverão permitir que tal iniciativa persista, devendo recorrer a todas as instâncias afim de evitar que a lei seja desrespeitada". (123)

Posição curiosa foi a assumida pela Direcção da Sociedade face à proposta do delegado da Sociedade Nacional de Belas Artes junto da Comissão Executiva da Exposição Panamá-Pacífico. De facto, este consultou verbalmente a Direcção "sobre a possibilidade de se efectuar um concurso para a elaboração do projecto para o Pavilhão Português a figurar nessa Exposição", tendo-lhe sido respondido que não havia "tempo material para esse efeito" mas, mesmo que o houvesse o Conselho Director considerava que "não devia interferir no assunto" pois estava incumbido um colega de elaborar esse mesmo projecto. (124)

Relativamente ao concurso para o Monumento ao Marquês de Pombal, a Direcção insurgiu-se contra a recente "campanha" da qual consideram ter sido "gravemente molestado e afrontado" o seu júri presidido por J. Luís Monteiro (125). A Sociedade manifestou-se também contrária à alteração do artº 61º da lei de 26 de Maio de 1911, então proposta no Parlamento devido ao andamento deste concurso e que visava a constituição de júris "para apreciação de todos os concursos de arte, por forma que tende a terminar com a realização desses concursos", dado "essa constituição não merecer confiança aos artistas e daí resultar a sua abstenção" (126). Reafirmando-se contrária a qualquer alteração à referida lei, mesmo junto do Parlamento, convidou a Sociedade Nacional de Belas Artes a secundar a sua posição.

O Conselho Director seguinte que assumiu funções a 6 de Agosto terminando o seu mandato a 30 de Junho de 1915, limitou-se, de alguma forma, a dar frustrada continuidade aos assuntos da Direcção anterior, apesar de "com boa vontade e desejo de levantar" o prestígio da classe se terem ocupado de todas as suas justas aspirações, "ora representando aos poderes públicos, reclamando a publicação de leis tendentes a regularizar os serviços públicos de Arquitectura, ora demonstrando" a sua "lealdade" em todos os assuntos de interesse colectivo. No entanto, e tal como já tinha acontecido, também este Conselho Director lamenta o reduzido

número de sócios que com ele colaboraram e que a maioria deles "continuasse a afastar-se do meio associativo, não frequentando as salas desta Sociedade". (127)

Assim, e relativamente ao concurso para o Monumento ao Marquês de Pombal, fazem no seu Relatório o historial dos acontecimentos, justificando as suas posições, nomeadamente o facto de terem feito parte do segundo júri constituído e dando conta das críticas feitas ao parecer da Procuradoria Geral da República a propósito da alteração da lei de 26 de Maio de 1911, numa representação entregue ao ministro da Instrução (128). Também o concurso iniciado na Direcção transacta para o Monumento a Camões a erigir em Paris foi aberto sem a participação da Sociedade no júri, pois estava "fora das normas estabelecidas" (129), não sendo igualmente cumprido o disposto na lei de 26 de Maio de 1911.

Tal como vinha acontecendo desde 1903, este Conselho Director manifestou novamente junto dos vários titulares do Ministério do Fomento a "antiga e justa pretensão de regularizar os serviços públicos de Architectura", não deixando no entanto de lamentar que "apesar dos esforços empregados e as promessas obtidas, nada se tenha conseguido até agora" (130). Mais dois aspectos pontuaram este mandato: o apelo feito junto da Câmara Municipal de Lisboa para que esta "envidasse os seus esforços com o fim de regularizar o funcionamento da respectiva comissão de estética", conferindo-lhe poderes para "interferir na apreciação dos projectos submetidos" à sua aprovação, no sentido de "evitar que por falta de regulamentos, continue o actual estado de coisas" (131); e a reunião com o representante das Associações de Construtores Civis, Mestres de Obras e Mestres de Obras de Construção Civil sobre o horário do trabalho neste sector de actividade (132). Era ainda feita uma breve alusão à I Grande Guerra, "manifestando o desejo de que essa calamidade não se prolongue", lamentando a morte de numerosos artistas e condenando a "série inúmera de desastres" e "vandalismos" que então assolavam quase toda a Europa. (133)

Portugal, geograficamente afastado do conflito, debatia-se, no plano interno, com várias convulsões políticas que impediam o normal funcionamento do aparelho de Estado. Assim, se em 1914, Bernardino Machado assumiu a primeira presidência de governo, logo no ano seguinte foi substituído por José de Castro, resultado da ditadura de Pimenta de Castro que implicou a renúncia de Manuel de Arriaga à presidência da República. Após a realização de eleições gerais, assistiu-se ao regresso de Bernardino Machado, agora como Presidente da República. Mas, em 1916, ano em que foi criado o Ministério do Trabalho e Previdência Social, a Alemanha declarou guerra a Portugal, regido então pelo governo da União Sagrada de Afonso Costa e António José de Almeida.

Relativamente à evolução dos trabalhos associativos, pouco ou nada foi avançado durante o ano social 1915-1916 pela Sociedade dos Arquitectos Portugueses que pela primeira vez se confessava cansada do "constante e já intolerável jogo de boas palavras" em que se viu envolvida face às expectativas sucessivamente criadas no que diz respeito à reorganização dos serviços de Arquitectura sob a tutela do Estado cujo quadro de arquitectos estava "reduzido ao inverosímil número de sete, para todo o país". Este Conselho Director presidido por Leonel Gaia, foi o primeiro a assumir o desalento causado pela frustração continuada das reivindicações feitas assim em vão, o que o levou à conclusão de que "tantos anos de infrutuosos trabalhos e o insucesso dos nossos esforços, trouxeram-nos a convicção de que esta Sociedade, só por um novo caminho, decidido e enérgico, logrará fazer respeitar as suas reivindicações, impondo-se aos Poderes Públicos, fazendo reconhecer os arquitectos como factor valioso e indispensável no Trabalho Nacional" (134). Mas, como se verá, este *novo caminho* só foi, e mais tarde, pontualmente encontrado...

As queixas contidas neste Relatório não recaem somente sobre o Ministério do Fomento mas também sobre a Câmara Municipal de Lisboa que tem, por inércia legislativa, permitido os "vandalismos que, em matéria de arte, se tem praticado e

continuam praticando nas modernas construções" da cidade e nas quais "a estética sofre verdadeiros atentados por parte de indivíduos das mais variadas profissões". O Conselho Director vai mesmo mais longe, afirmando que "tanto por incúria como por ignorância, a Estética Municipal, falha de devida protecção oficial", continuando deste modo "à mercê das mais criminosas extravagâncias", ao mesmo tempo que a profissão de architecto é "usurpada por indivíduos sem escrúpulos artísticos, ao abrigo da impunidade oficial". (135)

É no âmbito dos concursos que se encontra o único aspecto que pode satisfazer minimamente a Sociedade. Efectivamente, a Câmara Municipal de Guimarães submeteu à sua apreciação o programa do concurso para a elaboração de um projecto para os Paços do Concelho e de outras dependências a construir naquela cidade. Após uma Assembleia Geral, foi dado parecer favorável ao referido programa, apesar de serem indicadas algumas modificações "tendo-se aberto o referido concurso, em harmonia com esse parecer" (136). A Sociedade também esteve representada - por Adolfo Marques da Silva - no júri do concurso para a estátua da República a ser colocada numa sala das sessões da Câmara dos Deputados, "o qual foi anulado por deficiência das maquetas apresentadas" (137). Também foi solicitado ao ministro da Instrução, numa acção conjunta com a Sociedade Nacional de Belas Artes, a "solução do concurso do monumento ao Marquês de Pombal, respeitando-se as deliberações dos júris respectivos, em harmonia com a lei". (138)

Neste Relatório é feita nova referência ao desinteresse dos associados que não frequentavam a sede social então dotada durante esta gerência de mobiliário e "artigos que julgou indispensáveis ao conforto das salas", a fim de as tornar "um ponto de reunião agradável para os sócios, cuja ausência habitual bastante contraria o desenvolvimento e o espírito associativo" (139). Também a interrupção da publicação do "Annuario", desde 1911; não se ficou a dever a dificuldades financeiras, falhas de tipografia ou desinteresse da sua comissão redactora, mas

antes à "falta de colaboração artística que [a comissão redactora] julgou indispensável a qual tendo sido solicitada em repetidas circulares dirigidas a todos os consócios, não lhe foi concedida" pois estas ficaram sem resposta (140). Assim, o hiato entre dirigentes e massa associativa ia aumentando - há dois anos que também não eram organizadas por exemplo, as habituais excursões aos monumentos históricos - avolumando o número de problemas, sucessivamente herdados pelas Direcções futuras.

O Conselho Director seguinte - 1916-1917 - ainda presidido por Leonel Gaia, segundo as afirmações feitas no seu Relatório, dispendeu a maior parte do tempo do seu mandato, dedicando "toda a solicitude", a "máxima inteligência", a "boa vontade" e o seu "carinho" ao projecto do aumento do número de architectos no Ministério do Fomento. De acordo com a ideia de que era necessário um "novo caminho" para que a Sociedade fosse ouvida - conclusão retirada durante a gerência anterior - este Conselho, considerando que não abdicou dos seus direitos reformulou as suas propostas iniciais, relativamente a este assunto, "sobretudo, nas condições difíceis do momento". Assim, o seu projecto foi reduzido "de forma a tornar viável um pequeno aumento do quadro, que, a realizar-se, melhoraria a situação dos antigos architectos e daria ingresso ao mesmo quadro de mais cinco", possibilitando ainda "preparar campo para a realização das definitivas aspirações da classe" (141). Mas, e como verá, mais uma vez o Conselho Director viu gorados os seus propósitos.

A revisão das propostas iniciais mereceu o "perfeito acordo" das "autoridades superiores de obras públicas" que, segundo é salientado no Relatório, demonstrou sempre "a melhor boa vontade" com a Direcção da Sociedade, chegando mesmo ao acordo "num projecto de lei que elevaria a doze o actual quadro dos architectos em número de sete" (142). Contudo, foi então que surgiu o primeiro obstáculo: tal opção implicava um aumento das despesas anuais, tendo por isso que ser também aprovada por Afonso Costa, então ministro das Finanças, apesar da concordância

prévia do ministro do Fomento, Fernandes Costa. O Conselho Director encetou então um período de entrevistas com outras individualidades, procurando o seu apoio a fim de ver o seu projecto de lei aprovado no Parlamento (143). Assim, encontraram-se com o próprio ministro das Finanças e com o Chefe de Estado ao qual retribuem a "gratidão" pela forma como este os acolheu, "penhorando-nos pela boa vontade que manifestou, mostrando-se conhecedor perfeito do assunto que íamos tratar".

Contudo, "infelizmente, os bons desejos de Sua Ex^a não tiveram um resultado prático para nós, pois, apesar das suas recomendações ao seu governo, nós não vimos coroados de bom êxito os nossos esforços". Ainda após a crise ministerial, em resultado da qual a pasta do Fomento passou a pertencer a Herculano Galhardo, o Conselho Director tentou junto do novo ministro fazer vingar os seus propósitos, num encontro em que este "achou óptimo tudo o que se lhe apresentou, mas das suas palavras nada resultou". Rapidamente o desânimo se instalou de novo no seio da Sociedade que no seu Relatório se manifestou nestes termos: "Dir-se-ia que forças ocultas se opõem ao desenvolvimento oficial da classe dos architectos, mas sejamos menos supersticiosos e mais inteligentes, e concordemos que só há uma razão que pode tentar impedir esse desenvolvimento. Essa razão não pode ser outra, e não é, certamente, senão a profunda ignorância e apatia em que vivemos" (144). De facto, em 1917 - ano da realização do "Inquérito Industrial" e da criação do Ministério do Comércio - triunfou a revolta militar comandada por Sidónio Pais que então assumiu a presidência da República, resultado da destituição de Bernardino Machado do mesmo cargo.

Apesar das energias associativas se terem concentrado neste assunto, outros houve que também mereceram as atenções e interesse da Direcção, como a "estética da cidade" de Lisboa, dado que "é desolador constatar o ponto a que chegou a construção moderna em Lisboa". Para os architectos não estavam somente em causa os "mais rudimentares princípios de estética", mas também

questões de carácter técnico, afirmando que as mais recentes construções na capital são "tudo quanto há de mais perigoso em matéria de estabilidade", sendo ambos os aspectos consequência da "ignorância completa da ciência de construir" e de uma "ausência absoluta de sentimento artístico" (145). Tentando, pelo menos, travar esta situação, o Conselho Director apresentou várias reclamações junto da Vereação Municipal.

Mais uma vez foi um concurso realizado no Porto que desencadeou nova onda de protestos da Sociedade. Tratava-se do concurso para o projecto do novo edifício para os Paços do Concelho, promovido pela Câmara Municipal do Porto, que elaborou um programa "absolutamente inconveniente e inaceitável", tendo os arquitectos se absterido de nele participarem, à excepção de dois. Dado que o júri onde a Sociedade se encontrava representada propôs a abertura de um novo concurso - pois "foi da opinião que os trabalhos não satisfaziam" - mas, desta vez com um novo programa estabelecido de acordo "com as instâncias oficiais", a referida Câmara contactou o Conselho Director a fim de que este indicasse as alterações que eram necessárias introduzir "no primitivo programa, tão absurdo como atentatório do brio e da dignidade dos arquitectos" (146). Entretanto, continuava ainda por resolver a questão do concurso para o Monumento ao Marquês de Pombal...

Devido a questões de ordem interna, não foi ainda publicado o "Annuario" nem houve excursão associativa dadas as "condições anormais provocadas pela guerra europeia". (147)

Neste Relatório surge ainda, e pela primeira vez, uma referência concreta aos engenheiros devido ao facto do Governador de Moçambique ter solicitado ao ministro das Colónias "autorização para promover a engenheiros indivíduos diplomados com o curso de Architectura civil". Tal pedido originou um protesto na imprensa no qual eram feitas "apreciações desprimorosas para a classe dos

arquitectos". De imediato o Conselho Director entregou uma representação ao ministro das Colónias na qual repudiava a "invasão das atribuições que se pretendia estabelecer, perigosa para as duas classes", demonstrando também "não ser essa a forma mais justa de recompensar os bons serviços de qualquer funcionário". Parece assim não ser incorrecto deduzir que o estatuto de engenheiro era já assumido como uma promoção - social e material - ficando os architectos numa posição subalterna, numa hierarquização entre as duas profissões (148). Resolvido este equívoco, também através da imprensa, o Conselho Director fez votos para que o seu "bom exemplo frutifique" e que de uma vez por todas sejam definidos os direitos de cada uma das classes, "devendo ser energicamente repelida a menor tentativa de invasão de atribuições, combatendo-se toda a causa que possa dar lugar a perigosas confusões entre a classe dos architectos e engenheiros". (149)

O Relatório do Conselho Director da gerência de 1917-1918, cuja presidência foi assumida por J. Alexandre Soares, é o primeiro em que surge claramente delineado o que poderá denominar de "plano de actividades". Este, constituído por três pontos fundamentais - "Reorganização dos serviços de Architectura, tanto no Estado como nas Câmaras Municipais do País. Desenvolvimento do ensino da Architectura nas nossas Escolas de Belas Artes. Organização periódica de congressos nacionais de Architectura, com o fim de congregar todos os esforços individuais num sistemático corpo doutrinário de defesa dos interesses morais e materiais da classe" (150) - era especialmente recomendado à Direcção a eleger, sobretudo tendo em conta "o que o estado social do tempo presente exige dos architectos e da Architectura". (151)

No entanto, outros assuntos ocuparam o Conselho Director como a resposta ao questionário do inquérito feito à Sociedade dos Architectos pela Direcção Geral de Previdência Social e Subsistência do Ministério do Trabalho e Previdência Social (152) "com o fim de fornecer informações para o estudo do problema económico e

social". Nesta resposta, o Conselho aproveitou assim para enunciar mais uma vez as suas preocupações que incidiam, entre outros, na situação dos architectos ao serviço do Estado (153). Por outro lado a Sociedade também colaborou, através de J. Alexandre Soares e J. Marques da Silva, na reforma geral do ensino empreendida pelo Governo da República, na parte que dizia respeito à reorganização do Curso de Architectura Civil. Contudo, e para que tal acontecesse, foi necessário o Conselho Director solicitar ao Ministério da Instrução Pública "que na comissão oficial encarregada desse reforma, tivesse representada a classe dos Architectos Portugueses". (154)

Verifica-se também a intervenção da Sociedade junto de outro Ministério, o do Comércio, no sentido de serem reformados os seus serviços técnicos no que diz respeito às funções dos architectos. Assim, solicitaram ao Director Geral das Obras Públicas que "na projectada reforma (...), fosse consultada esta associação de classe". O Conselho manifesta uma "animadora esperança" de que sejam atendidas as reclamações que "há muito tempo, são constante preocupação justa de todos". (155)

Durante esta gerência e devido ao decreto relativo às futuras construções em cimento armado, parece ter sido produzido o primeiro texto "sobre os direitos que cabem aos architectos, construtores civis e engenheiros portugueses". De facto, e dado que o referido decreto "delega nos engenheiros, como únicas entidades técnicas, a responsabilidade das construções em cimento armado", o Conselho Director elaborou a já mencionada reclamação, conjuntamente com delegados do Grémio Técnico Português "e de outras colectividades". Esta medida é mesmo designada como uma "antipática prerrogativa, que só tem a justificá-la a desmedida pretensão de uma classe que se julga com o direito de dominar o seu e o alheio" (156). Esta situação, constitui-se como um dos primeiros pronúncios de outros futuros e mais radicalizados confrontos, referenciando-se sempre às áreas específicas de cada uma das profissões.

Dois colegas foram ainda alvo de elogios deste Conselho: A. Bermudes, eleito como representante da classe para senador no próximo Parlamento (157) e A. do Couto Abreu, pela sua acção enquanto Vereador da Câmara Municipal de Lisboa. (158)

O Conselho Director que entrou em funções a 2 de Agosto de 1918, terminando-as em Junho do ano seguinte, viu "a perturbar o regular funcionamento dos seus trabalhos (...) frequentes alterações de Ordem Pública com suspensões de garantias que, durante muito tempo, proibiram as reuniões". (159)

De facto, estes foram anos especialmente conturbados da vida política nacional em que Sidónio Pais foi vítima mortal de um atentado, tendo então Canto e Castro assumido o cargo de Presidente da República substituto, isto no mesmo ano em que foi assinado o Armistício entre os Aliados e a Alemanha, marcando o fim da I Grande Guerra. Ainda no plano interno, foi criado o Ministério da Agricultura e das Subsistências e Transportes, mais tarde dos Abastecimentos e Transportes. O ano de 1919 ficou assinalado por intensa agitação política e social acompanhada de vários atentados, num país debilitado pelo surto de gripe pneumónica que matou centenas de pessoas. É também o ano do movimento revolucionário de Santarém tendente ao estabelecimento da Constituição republicana de 1911, da Monarquia do Norte, da Revolta de Monsanto que conduziu ao esmagamento das sediações monárquicas em todo o país e em que António José de Almeida foi eleito Presidente da República. Do ponto de vista social e cultural foram emitidos decretos organizando o seguro social obrigatório na doença e na invalidez, velhice e sobrevivência, foi criada a Faculdade de Letras do Porto e instituído o ensino primário superior que vinha a ser extinto em 1926.

Contudo, e para além destas questões de alguma forma alheias à própria Sociedade dos Architectos, o Conselho Director viu-se, primeiro reduzido a três membros dado dois sócios eleitos se terem "abstido dos respectivos trabalhos" e

mais tarde a dois, devido ao estado de saúde de José Coelho. Neste contexto, "foi forçado a interromper as suas reuniões habituais durante tanto tempo quanto durou a enfermidade daquele nosso colega" (160), limitando-se sobretudo a desenvolver um trabalho de carácter administrativo. Ainda a nível meramente interno, verificou-se a demissão de Leonel Gaia como delegado da Sociedade junto da Comissão de Estética Municipal. Aliás estes anos ficaram ainda assinalados pelo falecimento de Ventura Terra e Rosendo Carvalheira, em Lisboa e no Porto de José Teixeira Lopes e Eduardo Alves (161). Talvez por isso não foram feitos comentários à criação, no âmbito da Câmara Municipal de Lisboa, de uma subcomissão destinada ao estudo das medidas de carácter urgente no que dizia respeito ao saneamento e abastecimento da cidade de Lisboa, nem ao Decreto 4.137, de 25 de Abril de 1918, que visava regular a construção dos bairros sociais.

Contudo, um facto importante ocorreu durante esta gerência que foi a reorganização do Ministério do Comércio e Comunicações que aumentou o quadro dos arquitectos bem como as suas remunerações. Apesar de não terem sido contempladas todas as reclamações da Sociedade "é justo reconhecer que ela trouxe vantagens apreciáveis", podendo assim concluir-se que não resultaram "completamente inúteis os constantes esforços da Sociedade para colocar a classe dos arquitectos, oficialmente, no nível a que tem direito" e "isso deve servir-nos de incentivo para trabalhos futuros" (162)

O Relatório da gerência seguinte - 1919-1920 - reflecte todas as dificuldades inerentes aos acontecimentos ocorridos no mandato anterior, só que ainda mais agudizadas. Este Conselho Director atravessou assim um período que de alguma forma pode ser entendido como uma viragem na Sociedade dos Arquitectos. O texto deste Relatório, que não está isento de um certo desespero e dramatismo, deixa transparecer duas vertentes da vida associativa que, como se procurará demonstrar, se prolongarão continuamente num registo de longa duração: de um lado estão os corpos dirigentes, sempre arquitectos de prestígio, pelo menos a

nível da capital, que se disponibilizam para exercer os seus cargos e dispostos a desenvolver acções e actividades sempre orientadas num único sentido - a defesa dos interesses dos architectos face a tudo e face a todas as outras profissões; do outro a massa associativa que não corresponde, não acompanha, nem secunda estas iniciativas. Como se verá mais adiante, são várias as acusações dirigidas aos sócios que preferem agir individualmente, alheando-se deliberadamente da sua associação de classe, em detrimento das acções colectivas, de certo mais proficuas no seu alcance. Deste modo, parece que a Sociedade dos Architectos até então não tinha conseguido encontrar formulações adequadas aos profissionais que representava, de forma a poder vir a constituir-se como uma Sociedade coesa. Contudo, tudo leva a crer que o que está em causa não são divergências de fundo, ou seja, os sócios não discordavam das posições assumidas pelos seus dirigentes. Não foram encontradas quaisquer críticas ou observações neste sentido, havendo mesmo situações em que não foram tomadas decisões devido à impossibilidade de reunir o quorum necessário para a realização das Assembleias Gerais.

Neste sentido, o Relatório desta gerência de 1919-1920, presidida por Artur Manuel Rato e secretariada por Pardal Monteiro, limitou-se a fazer "a descrição de trabalhos que se não terminaram, de assuntos que ficaram por resolver e oxalá ele não seja também o *Requiem* da Sociedade dos Architectos Portugueses". (163)

Efectivamente, esta Direcção viu frustradas quase todas as suas iniciativas aos mais variados níveis. Por exemplo, tentou várias vezes encontrar-se com o ministro do Comércio e Comunicações, "sem nunca o conseguir", a fim de oferecer os seus préstimos e colaboração na reforma do Regulamento de Segurança dos Operários, naquilo que dizia respeito aos construtores civis (164), resolvendo por isso dirigir-lhe um officio nesse sentido, não tendo ainda obtido qualquer resposta. O Conselho recomendava aos futuros corpos gerentes a atenção para este assunto "porque se trata de defender o prestígio e bom nome da classe (...), tão injustamente caluniada

e responsável do estado vergonhoso a que chegou a capital do país no referente a estabilidade e estética das edificações urbanas". (165)

A Direcção encontrou-se ainda duas vezes com o ministro do Comércio e Comunicações solicitando o preenchimento das vagas de architectos nesse Ministério. A primeira entrevista realizou-se quando era titular daquela pasta Anibal Lúcio de Azevedo que "prometeu atender ao nosso pedido na medida do possível, resposta aliás corrente a todos os pedidos que se não pensa em atender", manifestando também "a sua estranheza por haver um considerável número de architectos ao serviço do Estado" (166). A segunda destas entrevistas deu-se já com um novo ministro, Velhinho Correia, que aceitou receber um delegado da Sociedade para com ele conferenciar sobre a reforma dos Serviços de Edifícios Públicos e Monumentos Nacionais, mantendo "todavia, a liberdade de aceitar ou não os alvitres apresentados". Aliás, o titular da pasta do Comércio concedeu audiência aos architectos "na véspera da publicação da citada Reforma" (167). Dado que a aprovação desta representou para a Sociedade a perda de "mais uma regalia que tanto custou a conseguir, que se perde quem sabe por quantos anos, senão para sempre", o Conselho Director apelou novamente para que fosse tomada uma posição sobre tal assunto. Vai mesmo mais longe nas suas críticas afirmando que se tal situação se verificar "é absolutamente necessário que o digamos, é principalmente devido à perniciosa intriga que indirectamente a própria classe dos architectos fez frutificar num campo propicio". Apesar de um pouco extensas parece importante transcrever ainda as observações finais feitas no Relatório sobre este assunto que reflectem a desagregação da massa associativa: "É que a classe em vez de se unir e gritar em uníssono as suas reivindicações representando sempre conjuntamente, se divide e procede individualmente, com prejuizo de todos nós e principalmente dos interessados que a Sociedade dos Architectos Portugueses como única colectividade representativa de classe dos architectos tem o dever indeclinável de defender". (168)

A Câmara Municipal de Lisboa foi alvo de um "voto de reprovação" que incidiu contra as obras por esta iniciadas no Rossio pois a Sociedade entendia "que esses trabalhos obedecem a um projecto que não resolve o problema da circulação" ao mesmo tempo que lamentava o não ter sido ouvida a Comissão de Estética Municipal (169) sobre este assunto.

Importa agora referir as várias actividades não concluídas ou nem sequer iniciadas devido à falta de colaboração dos sócios, ainda que por várias vezes solicitada. Aliás, este foi o motivo pelo qual o vogal da Direcção, Cosmelli de Sant'Ana, pediu a sua renúncia do cargo para que tinha sido eleito. (170)

Uma das primeiras tentativas de reorganizar internamente a Sociedade visou a convocação de uma "sessão magna" para a qual foram convidados a assistir todos os arquitectos residentes em Lisboa a fim de o Conselho Director tentar "o reingresso dos colegas que por quaisquer motivos se encontravam afastados do meio associativo". Tal iniciativa ficou bastante aquém dos seus objectivos pois à sessão só compareceram dois sócios nessa situação e que se recusaram a entrar novamente na Sociedade. (171)

Tendo sido proposta a formação de uma comissão para estudar a Lei de Autonomia das Comissões de Estética, proposta pelo então já falecido crítico de arte, Abel Botelho, esta nunca se chegou a constituir pois os sócios convidados para esse efeito recusaram tal incumbência, alegando motivos de carácter particular "e por não terem nunca comparecido nesta Sociedade, à excepção de um" (172), este assunto foi remetido à futura gerência.

O Conselho Director também tentou organizar uma forma de manifestar junto de J. Luís Monteiro "o regosijo da classe" por este se ter mantido no lugar de professor da cadeira de Architectura da Escola de Belas Artes, apesar de ter atingido o limite de idade. Contudo, tal manifestação não se concretizou "por não se ter reunido oportunamente a Assembleia Geral em que se pretendia propôr a nomeação dos

delegados da Assembleia que conjuntamente com os deste Conselho deveriam ir junto de S.Ex^a felicitá-lo" (173). Ainda devido ao facto de só se ter realizado uma reunião plenária "em que não foi possível tratar do assunto por falta de tempo", também não foi por diante a "ideia da formação de um congresso Nacional de Architectura, para o que o Conselho chegou a elaborar um programa que a Assembleia apreciaria". (174)

Uma outra proposta deste Conselho era a organização de uma exposição de trabalhos de Ventura Terra, tendo obtido da Sociedade Nacional de Belas Artes a cedência de uma sala para a sua realização. Para o efeito foi também contactado o secretário da Escola de Belas Artes do Porto a fim de solicitar a autorização da vinda para Lisboa dos trabalhos do architecto aí existentes. Para a resolução deste assunto a Direcção aguardou uma reunião de Assembleia Geral que "não se chegou a efectuar por a ela faltarem até os membros da Mesa". Na impossibilidade de tratar da exposição por esta via, o Conselho Director resolveu organizar uma "grande comissão" presidida por Anselmo Braamcamp Freire e composta por Veloso Salgado, Francisco dos Santos e Norberto Correia, por parte da Sociedade Nacional de Belas Artes e ainda por A. Bermudes, A. Rato, Miguel Nogueira e Pardal Monteiro, como delegados da Sociedade dos Architectos. (175)

Uma Assembleia Geral foi especialmente convocada para se debruçar sobre o protesto a enviar à "Sociedade Estoril" (176) relativamente "ao contrato recentemente feito com um architecto espanhol para dirigir as suas obras". O Conselho mostra-se particularmente desiludido com o eco que este assunto teve junto dos associados pois, e tal como afirma no seu Relatório, "teve a ingenuidade de [o] julgar de grave importância para a classe e que dava ocasião, no momento oportuno a que esta se manifestasse dignamente contra a afronta recebida". Mas a Assembleia nunca se chegou a realizar e face a esta situação o Conselho "limitou-se" a officiar ao director da Sociedade Estoril "manifestando-lhe o seu pesar pelo facto apontado". (177)

Finalmente, o último dos assuntos mais importantes cujos objectivos não foram cumpridos devido à falta de participação da classe, foi a organização de uma comissão encarregue de estudar as bases em que deveria assentar o novo Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas. De acordo com o parecer emitido pela Direcção, esta deveria ser presidida por J. Luís Monteiro, mas a comissão nunca chegou a constituir-se dado esse mesmo Conselho "não ter querido assumir perante a classe responsabilidade da nomeação de colegas para a elaboração dessa reforma" (178), aguardando por isso a realização de uma Assembleia Geral.

Este Relatório, comparativamente aos anteriores, é bastante extenso devido à sua parte final que constitui um diagnóstico da situação interna da Sociedade, ao mesmo tempo crítico e apelativo para que fosse inflectido o rumo em que se encontrava. Procura assim denunciar "verdades" que "é preciso que haja coragem de as dizer, aqui, na nossa casa, onde os estranhos e inimigos não nos ouvem". (179)

Este texto está pontuado com referências elogiosas aos fundadores desta associação criada "por esforços titânicos, num período dos mais ingratos e difíceis" para o exercício da profissão, mas que "se conseguiu impôr e fazer admirar durante tantos anos como uma associação com vitalidade e acção", sendo também "o resultado do esforço heróico, (...), de uma dúzia de homens tenazes e de rija tèmpera a quem, felizmente, ainda hoje se não pode chamar de velhos". Segundo afirmam, a luta iniciada por estes colegas permitiu aos "novos um futuro mais risonho e desembaraçado, mais livre do que aquele que a Providência lhes destinou, seguiram firmes e unidos". Em contraste absoluto, o Conselho afirma que naquele momento a Sociedade "quasi não é mais do que a sombra do que foi nesses tempos ainda tão próximos" e isto devido ao "espírito de classe" que "parecer ter desaparecido da geração actual". A coesão de todos os architectos tomava-se indispensável pois "a classe tem um programa cada vez mais vasto e

complexo diante de si a resolver e para isso precisa de estar forte e orientada" (180). O Conselho procurava assim exortar os seus colegas, tendo sempre o cuidado de frisar que do seu programa de acção não foram cumpridos todos os pontos porque "para isso lhe faltou completamente a colaboração dos colegas" (181) desejando por isso à futura Direcção "um ano social mais feliz e de melhores resultados práticos do que o que acaba de findar". (182)

Do resultado imediato deste discurso não é possível aferir dado que o próximo Relatório localizado é referente à gerência de 1924, presidida por António do Couto e secretariada por Pardal Monteiro. No entanto, parece não ter havido grande alteração pois no início deste Relatório é afirmado que "se sentiu por vezes abandonado dos seus consócios, cuja frequência da sede associativa foi quase sempre mínima" (183). Mais uma vez foi feito um apelo à "união e boa harmonia" entre a classe que se iria reflectir no alcance da sua acção pois que a "nossa aparente desunião ou pelo menos a divergência de opiniões tornada pública, só pode prejudicar as fracas regalias até hoje conquistadas". A situação então existente levou a que muitas vezes a Sociedade fosse "colocada em plano secundário mercê da inércia dos seus componentes do que seu valimento próprio" (184). Neste sentido, a palavra *união* é constantemente repetida pois esta "se não deve apenas apregoar em conversas de grupo e quando os nossos interesses estão em jogo, mas (...) deve ser efectiva, permanente e a resultante da assistência moral que todos devemos uns aos outros, (...)". (185)

Tal como a gerência de 1919-1920, também esta tentou o reingresso de vários colegas através de circulares, tendo alcançado algum êxito neste sua iniciativa, elegendo também J. Luís Monteiro para Presidente Honorário da Sociedade em Assembleia Geral convocada para esse fim. (186)

Outras acções foram empreendidas por este Conselho que junto da Câmara Municipal de Lisboa protestou contra as "más construções" que se estavam a

realizar em quase toda a cidade e procurando pressionar no sentido de ser promulgada a lei que regulamentava a assinatura dos projectos de Architectura - que até ao fim do seu mandato foi publicada (187) -, bem como a regulamentação sobre a estabilidade das construções civis.

Importa ainda salientar que a Sociedade participou no júri de apreciação das maquetes apresentadas ao concurso público para o Monumento aos Mortos da Grande Guerra, através de F. Carlos Parente e Miguel Nogueira Junior. Tendo o primeiro deles falecido, foi substituído por Pardal Monteiro. (188)

Do resumo dos acontecimentos feitos neste Relatório é ainda de se referir o convite do Real Instituto dos Architectos Britânicos para a Sociedade se fazer representar no Congresso Internacional do Ensino da Architectura, a realizar em Londres, em Maio de 1924. Devido a "motivos vários" nenhum architecto português participou neste Congresso nem a Sociedade "se pôde portanto fazer oficialmente apresentar", cabendo a A. Bermudes a recolha de toda a informação sobre este assunto junto do Real Instituto.

Dada a inexistência do Relatório da gerência de 1925, a acção por esta desenvolvida só é passível de ser avaliada e seguida pelas Actas das suas reuniões. Desde logo, o Conselho Director tratou da apreciação do Decreto nº 10.663, do Ministério da Instrução Pública que proibia o uso do título de architecto ou o exercício da profissão aos indivíduos que não possuissem o diploma do curso oficial professado nas duas Escolas de Belas Artes do país (189), cujo teor da discussão, lamentavelmente, não foi transcrito em Acta. Contudo, o Conselho recebeu "a urgente necessidade de actuar junto do ministro da Instrução, no sentido de serem ressalvados os direitos adquiridos da maioria dos seus consócios", ao mesmo tempo que convocou uma Assembleia Geral extraordinária para discussão colectiva deste diploma (190). Das suas conclusões nada se sabe devido à inexistência de Actas dessas reuniões, apesar de tudo levar a crer que

houve, de facto, algumas críticas, pois em Agosto a Direcção teve uma entrevista com o titular da pasta da Educação "acerca do título de architecto e do uso da profissão, sendo-nos prometido que a solução nos seria favorável" (191). Com efeito, a 17 de Setembro de 1925, foi publicado um novo Decreto (192) "que legaliza o título de architecto e o exercício da profissão, perfeitamente de harmonia com a nossa exposição de 25-6-1925, entregue pelos corpos gerentes desta Sociedade ao Sr. ministro da Instrução". (193)

A postura, emanada da Câmara Municipal de Lisboa sobre as construções urbanas foi também alvo das atenções desta gerência que sobre ela enviou officio ao seu presidente ao mesmo tempo que solicitou uma entrevista "afim de lhe salientar a conveniência de bem se regulamentar a inscrição dos construtores, para o efeito de projectar e edificar, e no sentido de prevenir abusos de indivíduos não habilitados" ao mesmo tempo que pugnavam, mais uma vez pela organização geral dos serviços municipais (194). Ainda neste sentido e "julgando interpretar a opinião da maioria" dos associados "de que a classe dos architectos não pode deixar de tomar parte na vereação da Câmara Municipal de Lisboa" o Conselho Director resolveu "adoptar os meios necessários para obter a realização desta legitima causa" (195). A Sociedade manteve assim junto da Câmara o pedido de que "fiquem os serviços da 4ª Repartição [Arquitectura] unicamente subordinados aos respectivos vereadores daquela Câmara" (196). Outra representação foi ainda entregue por este Conselho ao ministro do Comércio e Comunicações (197), tendo este ainda participado, através de J. Alexandre Soares, na comissão incumbida do estudo do ante-projecto das obras de reconstrução da parte incendiada da ala oriental da Praça do Comércio (198).

Durante 1925 eclodiram em Lisboa revoltas militares apoiadas por elementos monárquicos, republicanos históricos e outros sem filiação partidária, então controladas pelo governo, mas que traduziam as afinidades crescentes de alguns sectores da vida política nacional para com os regimes ditatoriais de inspiração

italiana e espanhola. Pelo seu lado, a opinião pública "não deixou de encarar com simpatia estas e outras tentativas de pôr fim à 'desordem' reinante, aliás extremamente exagerada por todos aqueles que visavam liquidar a experiência republicana ou que tinham ambições de mando inconfessáveis" (199). Os democráticos saíram mais uma vez vitoriosos das eleições gerais legislativas realizadas em Novembro, conquistando metade dos lugares na Câmara de Deputados e maioria absoluta no Senado, sendo chamado António Maria da Silva para organizar aquele que foi o último governo da República. No final do ano, Teixeira Gomes resignou à Presidência e Bernardino Machado foi eleito pelo Congresso para o substituir.

A situação geral do país melhorara desde 1923 o que permitiu que "a efectivação de obras públicas e de reformas sociais avançadas" que "fazia parte dos programas governativas do centro-esquerda", começasse "timidamente a tomar-se uma realidade" (200). Porém, tal não foi possível sem custos económicos e sociais que atingiram sobretudo os proprietários rurais, os capitalistas, a Igreja e a classe média das cidades. Esta última que em Lisboa "fôra a grande obreira e sustentáculo da República, estava saturada das constantes revoluções e aruaças, que sempre na capital se verificavam, receando o anarquismo e o bolchevismo e ansiando por um governo forte que restaurasse a ordem e a tranquilidade. Todos se queixavam do *statu quo*, até mesmo uma facção dos democráticos". Entre os partidos políticos vivia-se então um clima conspiração, "não vendo saída senão na violência. E como gigantesco pano de fundo, existia a Nação agrária, a Nação conservadora, a Nação das mulheres, a maioria da Nação, em suma, em reacção contra a minoria progressiva dos grandes centros urbanos" . (201)

A 28 de Maio de 1926, teve início em Braga uma revolta militar comandada pelo general Gomes da Costa, prestigiado herói de guerra que iniciou uma marcha sobre Lisboa, mantendo-se as restantes forças do exército ou neutrais ou aderindo àquele movimento. Dias depois o governo demitiu-se, ficando o comandante

Cabeçadas com plenos poderes e no início de Junho o Parlamento foi dissolvido. Estava assegurado o triunfo da revolução que logo depois foi sinónimo de ditadura militar cujas implicações económicas, sociais, políticas e culturais tiveram efeitos de longa duração na sociedade portuguesa.

O Relatório da gerência de 1926, presidida por A. Marques da Silva, o primeiro após tais acontecimentos, tem uma pontuação política relevante, ainda que omisso de referências concretas ao novo rumo imposto ao País. Da sua leitura retem-se a sensação de deliberadamente tais questões terem sido deixadas à margem, optando-se antes por tecer críticas profundas mas não perspectivadas, em relação ao passado recente. De facto, apesar de ser afirmado que "não vão os tempos para lóas ou discursos de brilhantes fraseados" ou "não vão os tempos para ânsias de perfeição, ilusões ou artifícios de doirados, num país que se esfalfa numa luta extenuante de *primeiras necessidades*", ou ainda "não vão os tempos para hinos gloriosos, para festas ou para brindes entre artistas, numa época em que todos se debatem numa crise angustiosa de abandono e desprestígio social", não há qualquer alusão directa aos acontecimentos políticos nacionais, à semelhança do que aconteceu e, como se verá, em Relatórios contemporâneos de movimentações que implicaram transformações estruturais mais profundas na sociedade portuguesa. Apenas referem que "o momento é de luta - de muita luta e sacrificio", acrescentando que só a imposição estatutária da apresentação do Relatório os fez parar "em plena efervescência de combate, para contarmos o passado em amena reunião" (202). E, de facto e tal como já foi referido, é de *passado* que se trata, pois não há nenhuma indicação do trabalho desenvolvido durante este ano social.

Queixam-se que os tempos são "de muita luta, porque circunstâncias, mais do que nunca lastimosas, do ambiente de ignorância em que vivemos, a isso nos impeliram, já que os códigos não garantem a liberdade da nossa Arte e o respeito dos seus cultores". Queixam-se de que "o que existe sobre Arte, é negativo pelo menos o que depende das entidades oficiais, que em tudo representam a Nação".

E atribuem as culpas aos serviços das Obras Públicas, que há medida que os anos foram passando, foram reduzindo o número de architectos ao seu serviço "até ao ponto escandaloso, incrível mas possível, duma falada extinção absoluta dos serviços de Architectura nas Obras Públicas" (203). Acusam os serviços municipais que criaram a Repartição de Architectura mas que "para vergonha de todo o português normalmente inteligente, e num apogeu de obra negativa nunca vista, é dissolvida e tresmalhada, (...), sob pretextos idiotas que envergonhariam qualquer tólo!". Tendo em conta este quadro, considerado pelo Conselho Director como "uma fantasia, um impossível", parece-lhe ilógico o Estado "reconhecer, por outro lado a necessidade de manter duas Escolas de Architectura em Portugal", sem que "delas tire algum proveito!". É mesmo afirmado que "por toda a parte, a obra negativa das entidades oficiais se patenteia". (204)

As suas críticas são ainda extensivas às "sucessivas baralhadas de reformas de Instrução", preocupando-os o que dizia respeito ao ensino do Desenho (205), através do qual seria possível "criar o necessário ambiente a toda a Arte". Em suma, as obras públicas do Estado e dos municípios, o ensino público do desenho e das Belas Artes são, para este Conselho Director "as fundações sobre o que assenta a liberdade de desenvolvimento duma bela Architectura, a que aspiram os architectos, para a segurança, comodidade, florescimento e felicidade das nações" (206), o que justifica terem sido estes os tópicos preferenciais das críticas feitas neste Relatório (207).

Uma nota foi ainda acrescentada relativa ao falecimento de três architectos: Artur Moreira Rato, Alfredo d'Ascensão Machado e João Lino de Carvalho (208), bem como uma referência à única acção concreta deste Conselho referida neste Relatório - a elaboração de um Diploma. Este serviria para distinguir os sócios honorários eleitos e também para "substituir os diplomas de architecto conferidos pela Escola de Belas Artes, tão pouco dignos de atenção daqueles que procuram, como estetas, envolver-se de coisas belas ou simpáticas". (209)

O Conselho Director seguinte tomou posse a 25 de Março de 1927, terminando o seu mandato em 7 de Janeiro do ano seguinte. Segundo se pode depreender do seu Relatório, a situação parece, de facto, ter estagnado e por consequência manteve-se o mesmo pano de fundo: o "completo abandono" dos sócios que "triste é dizê-lo", deixaram de ter pela associação de classe "a mais pequena afeição". Lamentando "ter de repetir o mesmo" que outros Conselhos Directores no final dos seus mandatos, também este afirma que "sai das cadeiras directivas, completamente desiludido e altamente aborrecido pela atitude" assumida pelos sócios (210). Novos argumentos são lançados, criticando-se o facto destes não terem ligado "importância alguma" ao trabalho desenvolvido pelos colegas que eles próprios elegeram. Assim, o Conselho Director afirma que isto "é proceder desumanamente, porque se vós sedes pobres e preciseis de trabalhar, para angariar os recursos necessários à vida, também nós estamos nas mesmas condições e com o maior dos sacrifícios, prestámos o nosso esforço, à causa que esta Sociedade defende". (211)

Estas observações ganham um outro sentido se se tiver em consideração que em 1927 passavam 25 anos sobre a fundação da Sociedade dos Architectos, acontecimento comemorado com um banquete. A Direcção procurou que todos os architectos, mesmo que na altura não fossem sócios nele participassem mas "infelizmente, muitos não quiseram associar-se". No entanto, salientam que "foi a primeira vez que conseguiu reunir o maior número de colegas, o que certamente será inesquecível para todos que a essa festa assistiram". (212)

A estrutura deste Relatório é diferente dos anteriores, tendo este Conselho optado por nele transcrever parte das circulares enviadas aos sócios durante o seu mandato, presidido ainda por A. Marques da Silva e secretariado por José Coelho. Apesar de todas as críticas feitas aos sócios e que impediram o desenvolvimento de um maior número de actividades, a acção deste Conselho descrita no Relatório é considerável sobretudo se referenciada ao ano transacto. Contudo, não deixa de

ser relevante o facto de não haver referência ao relatório de Forestier sobre a urbanização da cidade de Lisboa, nem à nova política de permuta de terrenos iniciada pela Câmara Municipal de Lisboa, sistema que manterá até 1937.

No sentido de obviar os equívocos derivados do uso indevido do título de architecto, esta Direcção enviou a todas as Câmaras Municipais, Associações Comerciais e Industriais, Associações de Classe, Cooperativas de Construção, etc., uma "lista oficial de todos os architectos portugueses". (213)

Foi também comunicado aos sócios por circular (214) a posição da Sociedade face ao concurso aberto pela Câmara Municipal de Lisboa entre architectos portugueses para a elaboração do projecto do mausoléu à memória dos Mortos da Grande Guerra, a erigir no cemitério do Alto de S. João. Ainda que a ideia "merecesse a sua patriótica simpatia", o Conselho recordava aos sócios as deliberações tomadas em Assembleia Geral aquando da extinção da 4ª Repartição (Architectura), sendo que por um "dever de dignidade e de coerência", convidava-os a "não participar" nesse concurso. Era ainda mencionado o facto da referida Câmara não ter "jamais" atendido as reclamações da Sociedade e, por isso "nenhum colega deverá pelo seu próprio brio profissional de se apresentar ao referido Concurso e de prestar ao mesmo Município, o mais insignificante serviço que seja".

Este Conselho Director empreendeu a constituição de uma comissão permanente composta por Francisco dos Santos, Luís Cunha e Norberto Correia "para solucionarem todos os litígios que possam aparecer entre os architectos, architectos e clientes, entre architectos e o Estado ou ainda fornecedores, operários, etc." (215), contudo não há qualquer notícia através da qual seja possível saber-se se esta chegou ou não a entrar em funções.

Várias solicitações foram dirigidas aos sócios a fim de os interessar no movimento associativo: a criação de uma exposição permanente dos seus desenhos de Architectura a estar patente numa das salas da Sociedade (216) e a organização

de uma série de conferências "sobre assuntos de interesse geral, educativo e artístico, ligados à função exercida pelos architectos no nosso meio, em qualquer época, ou escola, nas suas várias manifestações e tendências idealistas" (217) e para as quais convida os sócios a inscreverem-se como conferencistas, repetindo assim uma ideia já lançada e tentada pelo Conselho Director de 1912-1913. A primeira e única conferência realizada (218), cerca de um mês depois de ter sido anunciada esta iniciativa (219), foi proferida por um sócio do Norte, Emanuel Ribeiro, então Director e Professor da Escola Industrial Faria de Guimarães. O Conselho, apesar de considerar que esta iniciativa "foi coroada do melhor êxito", não deixa no entanto de lamentar "a ausência dos consócios", realçando a participação de várias entidades oficiais, nomeadamente do Presidente da República.

Pela primeira vez foi referido num Relatório o movimento de sócios, tendo-se verificado o reingresso dos antigos membros F. Soares Parente, Jorge Pereira Leite e Alfredo d'Assunção Santos, a admissão de Raul Lino e as demissões de Leonel Gaia e António do Couto Abreu (220), bem como foram especificadas cronologicamente todas as representações feitas durante esta gerência, às entidades oficiais (221). Estas, todas datadas de 1927, foram as seguintes: à Comissão dos Padrões da Grande Guerra sobre a construção do projectado Arco do Triunfo (25.Abril); ao ministro da Instrução Pública sobre o concurso aberto para o preenchimento das duas vagas de architectos existentes na Direcção Geral de Belas Artes (4.Maio); ao ministro do Comércio e Comunicações sobre a reorganização do Ensino Técnico Elementar (7.Maio) e ainda uma outra sobre os serviços de Obras Públicas no que dizia respeito aos architectos (28.Dez.); finalmente, ao ministro do Interior sobre a Regulamentação do Jogo (20.Abril e 14.Dezembro), sobre a indústria hoteleira (2.Agosto e 26.Dezembro) e ainda sobre o Turismo (19.Dezembro).

A fim de ser elaborado um projecto da nova organização dos concursos para pensionistas de Architectura no estrangeiro a apresentar ao ministro da Instrução e à Escola de Belas Artes de Lisboa, foi nomeada uma comissão constituída por Paulino Montês, Eugénio Correia e João Antunes, que nunca chegou a apresentar o seu estudo. (222)

A temática dos congressos foi também abordada no plano internacional e nacional. No primeiro caso tratou-se do XI Congresso Internacional de Architectos, na Holanda (223) e, no segundo, e mais uma vez, a tentativa de realizar o 1º Congresso Nacional "pois é indiscutível, a importância para o País e para a classe, um Congresso desta natureza". Contudo e "por falta de tempo", o Conselho não pôde iniciar os trabalhos sobre este assunto que, certamente a Direcção seguinte "não descurará" (224). O Conselho Director tentou relançar as excursões anuais associativas com uma deslocação a Évora, tendo enviado "circulares a todos os consócios e com tristeza participa que nem um consócio se dignou a inscrever-se, tendo portanto de desistir do empreendimento". (225)

Esta gerência teve também em atenção os concursos para a elaboração dos projectos do Palácio da Justiça e dos Pavilhões para a Exposição de Sevilha, defendendo que os "projectos de construções de certa importância, fossem sempre feitos por concursos", o que equivalia a defender "os interesses da Architectura e dos próprios architectos" (226). A Sociedade participou também no júri de classificação das "montras ornamentadas" a convite da Liga dos Amigos dos Hospitais e da Associação dos Lojistas de Lisboa e, conjuntamente com a Sociedade Nacional de Belas Artes "organizou e dirigiu o grande cortejo alegórico de apóteose à província". (227)

Dado que o Anuário associativo não era publicado desde 1911, tentaram organizar uma revista mensal que o substituisse e que fosse o órgão da Sociedade (228). A

sua não publicação ficou a dever-se à inexistência de meios monetários, mas a sua capa já tinha sido concebida pelo sócio Francisco dos Santos.

Assuntos de carácter interno foram ainda tidos em consideração por esta gerência, como por exemplo, os novos Estatutos a serem aprovados em Assembleia Geral visto o actual "ser deficiente e omissivo", a nomeação de um advogado, José de Azerêdo Perdigão, que estaria ao dispor da Sociedade, exercendo o cargo gratuitamente, tendo já entre mãos o estudo relativo à contribuição industrial dos arquitectos. Neste Relatório é ainda referido que este Conselho não procedeu ao estudo da Tabela dos Honorários em vigor, mas participava "que existe um grupo de consócios que elaborou uma nova tabela e que a usa". (229)

Relativamente ao ano social de 1928 não só não existe o Relatório do Conselho Director, como o livro de Actas deste só registou duas das reuniões. Quanto às Assembleias Gerais, realizaram-se um total de oito, sendo os seus trabalhos de rotina administrativa, excepto o que diz respeito aos assuntos em tomo da Exposição de Sevilha e à eleição dos delegados para a apreciação dos projectos de urbanização da Figueira da Foz. Contudo, e pelo teor das Actas da gerência seguinte, verifica-se que durante 1928 tinha sido iniciado um trabalho conjunto com a Direcção dos Engenheiros do Sul, sobre o exercício das profissões de arquitecto e engenheiro. Não são ainda visíveis no seio da classe as implicações directas da transformação que ocorria a nível do aparelho de Estado, já com A. Oliveira Salazar na pasta das Finanças e com o general O. Fragoso Carmona na presidência da República.

No triénio que antecedeu a criação do Sindicato Nacional dos Arquitectos, foram desenvolvidas diversas actividades pelas diferentes Direcções - presididas, a primeira por A. Marques da Silva e as duas últimas por T. Lacerda Marques - que se centraram sobretudo nos concursos públicos de Arquitectura e de monumentos promovidos por todo o país.

A gerência de 1929-1930 participou nos júris de oito concursos públicos: no destinado à elaboração de projectos tipo de casas económicas, promovido pela Sociedade de Casas Económicas, sendo a Sociedade representada por Raul Lino; no concurso de maquetes para um Monumento aos Mortos da Grande Guerra a erigir em Lamego, aberto pela Liga dos Combatentes da Grande Guerra e para o qual foi nomeado A. Marques da Silva; no organizado pelo Grupo dos Amigos de João de Deus para a elaboração de maquetes de um Monumento a João de Deus, sendo o delegado da Sociedade A. Marques da Silva e José Coelho (230); no concurso para apresentação de maquetes para o Padrão a erigir em Luanda, aberto pela Comissão dos Padrões da Grande Guerra e o da apresentação do projecto para os Paços do Concelho de Lobito, aberto pela respectiva Câmara Municipal e que mereceram algumas críticas do Conselho Director ainda que nunca divulgadas (231), excepto no primeiro em que foram propostas algumas alterações à Comissão Promotora do mesmo, não sendo estas atendidas (232); no concurso aberto, entre architectos portugueses para um projecto para a Entrada Monumental do Parque Eduardo VII, no qual a Sociedade, de acordo com a decisão tomada em Assembleia Geral, decidiu não participar (233); no concurso, entre artistas portugueses, para o Monumento à Rainha D. Leonor, a erigir nas Caldas da Rainha, sendo nomeado A. Marques da Silva e Pardal Monteiro para fazerem parte do júri; e, finalmente, no concurso para a elaboração de projectos de três pavilhões a construir em Paris, na Exposição Internacional e Colonial, a ter lugar em 1931, estando então ainda por eleger em Assembleia Geral o representante da Sociedade.

Para além destas colaborações, este Conselho Director concluiu um projecto associativo - a criação do prémio José Luís Monteiro, na Escola de Belas Artes de Lisboa, "com o fim de galardoar o aluno que mais se distinga durante os anos no curso de Architectura Civil" (234). Promoveram ainda um sessão solene de homenagem a Carlos e Guilherme Rebelo de Andrade, architectos autores do

projecto do Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Sevilha que, e por esse mesmo motivo, tinham sido condecorados pelo Governo com a Comenda da Ordem de Santiago.

Devido a um ofício do ministro do Comércio e Indústria que dava conhecimento de que "desejava propor para que fossem galardoados alguns cidadãos, nossos consócios que dentro da sua esfera de actividade, mais se tenham distinguido", o Conselho Director promoveu um "plebiscito entre todos os Architectos Portugueses", tendo então sido designados J. Luís Monteiro, J. Marques da Silva e Adães Bermudes. (235).

Dois assuntos de grande interesse e importância para a classe foram também tratados por esta Direcção: a regulamentação do exercício da profissão de architecto e a criação da Ordem dos Architectos "a fim de pôr cobro à confusão injustificada que, há muito, no nosso país, se mantem entre a profissão artística do Architecto e as de outras classes técnicas, de carácter científico ou industrial". Neste sentido, e contando com a "valiosa colaboração" de A. Bermudes, o Conselho Director submeteu à aprovação do Ministério do Comércio um projecto de lei que até ao fim do seu mandato não teve qualquer resposta oficial. (236)

Foi também apresentada uma "reclamação" junto da Câmara Municipal de Cascais contra a aprovação de uma postura "que restringia aos Engenheiros a assinatura de cálculos e respectivos projectos de obras metálicas, madeira, cimento armado, etc.", na qual eram solicitados os mesmos direitos para os architectos. (237)

Apesar de nos Relatórios da Direcção não serem óbvios os motivos que levaram à demissão ou reingresso de sócios, algo parece ter mudado, ainda que muito pouco, pois, e à semelhança do que tinha ocorrido em 1927, A. Bermudes e António do Couto Martins deram novamente entrada nas fileiras associativas. Como sócios agregados inscreveram-se Victor Manuel Piloto, Able da Silva Pascoal e Baltazar de Castro (238). Aliás, A. Bermudes foi desde logo convidado a representar a

Sociedade no IV Congresso Pan-Americano de Architectos, realizado em Junho de 1930, no Rio de Janeiro.

Mas, "a falta de interesse associativo manifestada por alguns dos presados colegas", era ainda uma lamentação do Conselho Director eleito para o ano social 1930-1931, cuja acção se confinou, praticamente e mais uma vez, aos concursos públicos. Contudo, se anteriormente a colaboração da Sociedade se tinha limitado à sua presença nos júris, fazendo também algumas propostas de alteração dos seus programas, agora tratou-se da elaboração desses mesmos programas "abertos entre architectos portugueses diplomados". Entre estes e de acordo com o descrito no Relatório desta gerência, encontram-se os seguintes: Palácio da Agricultura (239), Cemitério Militar Português em Richebourg l'Avoué, em França, e o do Monumento aos Mortos da Grande Guerra, a erigir em Braga (240). Ainda por pedido da Comissão Promotora do Monumento a António José de Almeida, o Conselho Director nomeou Lacerda Marques para fazer parte do júri desse concurso.

Neste Relatório, aliás muito menos extenso do que qualquer um dos anteriores, o Conselho Director "congratula-se sinceramente" pela forma como Portugal foi "tão brilhantemente enaltecido" em França por Raul Lino, autor do projecto do pavilhão português na Exposição Colonial em Paris "em que mais uma vez demonstrou o seu grande valor, honrando a classe a que pertence que é a nossa". (241)

A gerência de 1932-1933 retoma duas das questões tratadas pelos seus colegas das duas Direcções anteriores: a ausência de sócios e a lei de regulamentação do uso do título de architecto e o exercício da profissão. Quanto ao primeiro assunto, o Conselho reconhece que na maioria das colectividades e associações de classe "se vem notando ultimamente, um desinteresse pelos assuntos associativos" que designa como "um marasmo colectivo, um abandono quase completo da Associação". Deste modo, a Sociedade dos Architectos não podia "fugir a esse

fenómeno social" que, segundo afirmam, poderia ser "justificado talvez pela celeridade da vida actual, mercê possivelmente dos afazeres profissionais dos seus associados" (242). Quanto à promulgação de uma lei de defesa dos seus interesses profissionais, este Conselho Director insistiu nesse sentido junto do Ministério das Obras Públicas e Comunicações então criado e chefiado pelo jovem engenheiro Duarte Pacheco, que em 1928 fora já ministro da Instrução e cuja acção como titular das Obras Públicas entre 1932 e 1936 e depois de 1938 até à sua morte, em 1943, agora também como presidente da Câmara Municipal de Lisboa, foi determinante à escala nacional, do qual "apenas" obtiveram "a promessa de que logo que lhe fosse possível trataria desse assunto com a maior atenção e com todo o interesse". (243)

Vários trabalhos foram ainda realizados por esta gerência como o protesto, junto da Câmara Municipal de Almada, contra a construção do novo mercado municipal (244), a representação na Comissão do Monumento a António José de Almeida para a escolha definitiva do local onde deveria ser construído o monumento (245) e na comissão encarregue de dar parecer sobre o projecto de Luís Cristino da Silva para o "prolongamento da Avenida da Liberdade e urbanização do Parque Eduardo VII" (246), sendo a Sociedade representada por T. Lacerda Marques.

A abertura de um concurso para apresentação de projectos de Casas Económicas pela Câmara Municipal de Lisboa, devido à falta de programa, foi motivo de críticas por parte da Sociedade. Assim, junto do presidente do município o Conselho Director solicitou que o "concurso fosse aberto novamente, e baseado num programa de normas aceitáveis" (247). Ainda no âmbito dos concursos e a pedido da Câmara Municipal de Viana do Castelo, o Conselho Director organizou o programa referente ao que aquela pretendia promover para o projecto de urbanização da Praia do Cabedêlo. Contudo, e "infelizmente, (...) o programa definitivo não foi o elaborado por esta Sociedade, programa esse que salvaguardava bem os interesses dos architectos". (248)

Esta Direcção representou ainda à Câmara Municipal de Lisboa solicitando a reorganização dos serviços de Arquitectura naquele município, aos ministros da Instrução, das Finanças e das Obras Públicas e Comunicações para que fosse garantido o direito ao título de arquitecto e o exercício da sua profissão e também que fosse aberto concurso entre os arquitectos portugueses para a elaboração dos projectos dos dois hospitais modelo a construir em Lisboa e no Porto. (249)

Os anos de 1932-1933 revelaram-se fundamentais na reestruturação do aparelho de Estado que, apostando no *Ressurgimento Nacional*, se defendia e impunha através das obras públicas. Oliveira Salazar, Presidente do Conselho até 1968, tinha então constituído o seu primeiro governo provisório, colocando à frente do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco, um jovem e dinâmico engenheiro da sua confiança política e que ao mesmo tempo lhe oferecia garantias de dar cumprimento aos seus intentos neste domínio. No mesmo intuito foi criado o Fundo de Desemprego, administrado pelo Comissariado do Desemprego, cujos fundos e mão de obra foram determinantes para a concretização dos projectos preconizados pelo Estado. Aliás, 1932 foi o primeiro recuo possível, assumido como baliza cronológica para celebrar numa imensa exposição, no Instituto Superior Técnico, as suas realizações no domínio das obras públicas (250). De alguma forma, os novos governantes vieram a beneficiar do planeamento das infra-estruturas concebido mas não concretizado pela 1ª República, entre as quais e na cidade de Lisboa, o caso mais evidente foi o Bairro do Arco do Cego que, iniciado em 1919, se encontrava ainda por terminar nos finais do decénio de 20. Após a instauração da ditadura militar em 28 de Maio de 1926, foram mais sistematicamente promovidas iniciativas no domínio das obras públicas entre as quais se encontram o plano portuário, iniciado logo nesse ano, a criação da Junta Autónoma das Estradas (1927), sendo também iniciadas, em 1928 as obras do Arsenal do Alfeite que em 1933 passaram para a alçada do Ministério das Obras Públicas e Comunicações (251) e contraído em 1929 um empréstimo interno para

obras portuárias, no mesmo ano em que era projectado o Instituto Superior Técnico (252) e no ano seguinte, inaugurada a estação Sul e Sueste. (253)

Em 1933, a Sociedade dos Arquitectos Portugueses deixou de ter existência jurídica, transformando-se compulsivamente em Sindicato Nacional, por imposição da Constituição Política do Estado Novo, aprovada nesse mesmo ano e de acordo com o Estatuto do Trabalho Nacional. O movimento associativo dos arquitectos portugueses entrou assim numa nova etapa. Mas, como se verá nos capítulos seguintes, houve continuidade nas linhas reivindicativas fundamentais em torno das questões relacionadas com o exercício da profissão, ainda que num outro contexto e com diferentes interlocutores.

NOTAS

- (1) ALMEIDA, P. Vieira et al. - *História da Arte em Portugal*, Vol. 14, p. 11.
- (2) PARENTE, F. Carlos - "Fundação da Sociedade", in *Anuario da Sociedade dos Architectos Portuguezes*, Ano I, 1905, p. 2-3.
- (3) Não deixa de ser curioso a forma verbal utilizada por F. C. Parente: "era", pressupõe aquilo que já não "é", parecendo assim que o quadro que descreve tinha então sido substancialmente alterado...
- (4) FRANÇA, J.-A. - *A Arte em Portugal no séc. XIX*, Vol. II, p. 184.
- (5) Ver Capítulo 2 - Os architectos no Grémio Artístico, nota (39).
- (6) Ver "Capítulo VI - Das Exposições", in *Novos Estatutos do Grémio Artístico*, 1895, p. 14
- (7) *Estatutos da Sociedade dos Architectos Portuguezes (Associação de Classe)*, 1903, p. 5-6.
- (8) Apesar de no Grémio e na Sociedade existirem 4 categorias de sócios, a sua designação não é a mesma. No primeiro caso existem sócios efectivos, correspondentes, beneméritos e honorários e, no segundo, efectivos, agregados, correspondentes e honorários. Ver *Novos Estatutos do Grémio Artístico*, 1895, p. 8-9 e *Estatutos da Sociedade dos Architectos Portuguezes*, 1903, p. 6-8.
- (9) Capítulo III - Da Assembléa Geral, in *Estatutos da Sociedade dos Architectos Portuguezes*, 1903, p. 8-10.
- (10) Ou seja, os sócios que tivessem pago a jóia e não tenham mais do que seis meses de cotas em atraso. Ver Capítulo II, Art.12º, in *Idem*, p. 8.
- (11) Ver Capítulo III, Art.11º, in *Novos Estatutos do Grémio Artístico*, 1895, p. 11.
- (12) Ver Capítulo IV - Da Direcção, in *Idem*, p. 12-13 e Capítulo IV - Do Conselho Director, in *Estatutos da Sociedade dos Architectos Portuguezes*, 1903, p. 10-11.
- (13) Capítulo VI - Disposições diversas, in *Idem*, p. 11-12.
- (14) O primeiro Conselho Director da Sociedade era constituído por M. Ventura Terra, presidente; F. Carlos Parente, secretário, A. Ascensão Machado, tesoureiro; e pelos vogais J. Alexandre Soares e Rosendo Carvalheira. A Mesa da Assembleia Geral teve como primeiro presidente J. Luís Monteiro e A. Bermudes como vice-presidente, sendo os dois secretários A. Machado e Leonel Gaia.
- (15) Mestre Monteiro (25.Out.1848 - 27.Jan.1942) foi um dos primeiros pensionistas do Estado (concurso da Real Academia de Belas Artes de Lisboa, de 1871) que completou os seus estudos de Architectura na "École Nationale et Spéciale des Beaux-Arts de Paris" (1873-1878), iniciados na Academia de Belas Artes de Lisboa (1860-1867). Regressando a Portugal em 1880, após uma viagem a Itália (1879), foi nesse mesmo ano nomeado architecto chefe da 1ª secção (de Architectura) da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa, ano em que a Real Academia o elegeu seu Académico de mérito. Em 1882 iniciou a sua longa carreira docente com a indigitação para professor da cadeira de Architectura Civil da Academia. São de sua autoria três importantes edifícios que marcaram na capital os últimos dois decénios do século XIX: a estação do Rossio (1886), o Hotel Avenida Palace (1890) e a Sociedade de Geografia (inaugurada em 1897). Até à sua nomeação para presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade (cargo que ocupou

de 1903 a 1910-11), integrou o júri do concurso da Pavilhão Português na Exposição Universal de Paris (1899), sendo, em 1900, nomeado presidente de Honra do Conselho de Arte e Arqueologia.

(16) "Continuando as negociações encetadas pela comissão organizadora dos estatutos, com a direcção da Sociedade Nacional de Belas Artes, para que a Sociedade dos Architectos Portuguezes ficasse instalada na sede d'aquella, cedendo-se-lhe para esse fim uma sala, o Conselho Director concluiu essas negociações de maneira a ficar plenamente satisfeito, conseguindo obter d'aquella prestantissima Sociedade não só o aluguer da sala para sua installação, como também o podermo-nos utilizar do salão onde se realisam as reuniões das suas assembléas geraes, pagando mensalmente a quantia de cinco mil réis, verba em que estão incluídas as despesas de agua e gaz que as nossas necessidades associativas exijam", in *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, 1902-03* [manusc.].

(17) *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 7 de Janeiro de 1903 a 30 Junho de 1910, Acta de 6.Mar.1903.

(18) Ver Idem, Actas de: 22.Maio.1903; 20.Jun.1903; 21.Ago.1903; 23.Out.1903; 15.Jan.1904; 23.Jan.1904; 29.Jan.1904; 5.Fev.1904; 12.Fev.1904; e 26.Fev.1904. Contudo, a "Tabela dos Honorários dos Architectos" só foi aprovada na Assembleia Geral de 28 de Julho de 1904, Cf. *Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses*, Ano I, 1905, p. 27.

(19) *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, Acta de 22.Maio.1903.

(20) Foram enviados exemplares dos estatutos a todos os jornais e revistas do país e a "associações cujos caracteres mais se coadunam com o da nossa, recebendo da sua maioria felicitações que muito nos penhoram, assim como algumas publicações com que presentearam a nossa bibliotheca", in *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, 1902-03* [manusc.].

(21) Tanto a "base de preços" como a "tabela dos honorários" foram então iniciadas mas "demandam cuidadosa applicação e muito tempo, principalmente o primeiro que se apresenta de grande responsabilidade, com sentimento o dizemos, não estão ainda em adeantamento tal que os possámos apresentar, esperando, no entanto, que o Conselho Director que nos succeder continuará esses trabalhos, completando-os, o que será de grande utilidade para os nossos consocios e cuja publicação elevará sem dúvida o bom nome e credito da Sociedade", in Idem. Também no *Relatório 1904-05* a organização desta "série de Preços em Lisboa" foi referida como uma tarefa que veio das Direcções anteriores mas que ainda não se encontrava concluída. Esta gerência convidou os sócios Dias da Silva, António do Couto, Ferreira da Costa, António Piloto e Artur Rato a formarem uma comissão para o seu estudo. Contudo, "da muita dedicação d'estes nossos collegas muito ha a esperar pois que os trabalhos que lhes estão confiados são de natureza a requerer longo tempo de estudo e applicação e a elles não lhes falta interesse em levar a cabo tão escabrosa tarefa", in *Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses*, Ano I, 1905, p. 8.

(22) Dirigindo-se ao Dr. Ricardo Jorge, inspector dos serviços de sanidade, este aconselhou o Conselho Director da Sociedade "que se representasse a el-rei n'este sentido, o que se fez o mais fundamentadamente possível, tendo nós a promessa de que em muito breve serão satisfeitas as reclamações apresentadas. A única concessão feita immediatamente, foi o poderem os architectos assistir como ouvintes às prelecções do curso, o que até ahi não era permitido. Esperamos, fiados na promessa formal feita que o assumpto será resolvido segundo os nossos desejos", in *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, 1902-1903* [manusc.].

(23) Esta reclamação era baseada no facto do número de architectos ao serviço do Ministério ser "diminutíssimo para as exigências do serviço de Architectura, que esta

entregua a entidades desconhecedoras deste ramo de Belas-Artes, com grave prejuízo para a Arte Nacional", in *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 7 de Janeiro de 1903 a 30 Junho de 1910, Acta de 28.Ago.1903.

(24) "Falou-se da situação deprimente em que se encontram os architectos em tirocinio do Ministério das Obras Públicas, e da necessidade de pedir ao governo que regularize a sua estada, quando em tirocinio naquele ministério", in *Idem*, Acta de 30.Out.1903. Este assunto voltou a ser comentado na reunião de 23.Dez.1903.

(25) *Ibidem*, Acta de 30.Out.1903.

(26) Ver nota (18).

(27) *Ibidem*, Acta de 23.Jan.1904. Este assunto só foi novamente referido na reunião de 4.Mar.1904.

(28) O convite de participação da Sociedade dos Architectos Portugueses foi apresentado na reunião do Conselho Director de 22.Maio.1903. Na segunda metade do séc. XIX o aumento das associações profissionais vieram incrementar a organização de congressos nacionais e internacionais como uma tentativa de criação de uma frente comum na defesa dos direitos dos architectos, servindo ainda de palco para reflexões sobre o ensino da Architectura e da teoria subjacente a esta enquanto integrada nas disciplinas de expressão artística. O I Congresso, com a denominação de "Conferência Internacional", ficou a dever-se à iniciativa da Sociedade Central dos Architectos Franceses e teve lugar em 1867 durante a Exposição Universal em Paris e no qual Portugal esteve representado por Possidónio da Silva. Outros se seguiram ainda em Paris (II - 1878; III - 1889; V - 1900), em Bruxelas (IV - 1897), Madrid (VI - 1904), Londres (VII - 1906), Viena (VIII - 1907) e Roma (IX - 1910). Neste VI Congresso para além da delegação associativa "os nomes dos architectos nacionaes que ali vão representar o Governo Português, a Camara Municipal de Lisboa, a Sociedade Nacional de Bellas Artes. (...), a Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, e dos adherentes individualmente, são: Rozendo Carvalheira, Ventura Terra, Pedro d' Ávila, Ascensão Machado, (...), José Teixeira Lopes, Lino de Carvalho, Raul Lino e A. Peres Dias Guimarães" (in *A Construcção Moderna*, 1.Abr.1904, nº 127, p. 51). Este acontecimento foi acompanhado de perto pela única publicação específica que então existia e que já em 1903 tinha anunciado a sua realização (Ver: nºs 93 e 95, Ano IV), "*A Construcção Moderna*" que então assegurou a sua representação no Congresso através de R. Carvalheira (Ver: nºs 129 a 133; 135; 139 e 140; 142; 151 a 153 de 1904 e nºs 154 a 156 de 1905), sendo também dos artigos mais extensos do primeiro "Anuario" da Sociedade dos Architectos Portugueses, este da autoria de A. Bermudes. Por estas notícias verifica-se que foi no tema II que os participantes portugueses mais intervieram, nomeadamente A. Bermudes e Ramalho Ortigão.

(29) *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 7 de Janeiro de 1903 a 30 Junho de 1910, Acta de 7.Jan.1904.

(30) Ver *Idem*, Actas de 15.Jan.1904; 12.Fev.1904; 4.Mar.1904; 18.Mar.1904; e 25.Mar.1904.

(31) in *Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses*, Ano I, 1905, p. 7.

(32) Proposta de Rosendo Carvalheira apresentada e aprovada na reunião do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses de 23.Jan.1904.

(33) A escolha do local da excursão anual prevista nos Estatutos da Sociedade dos Architectos Portugueses, teve lugar na reunião de 11.Mar.1904. Este assunto foi ainda abordado nas reuniões de: 18.Mar.1904, na qual A. Bermudes se ofereceu para, aquando da excursão, fazer uma conferência sobre o monumento; de 6 e 13.Maio.1903, sendo o seu programa aprovado a 20 do mesmo mês. Contudo, ainda a 27.Maio esta voltou a ser

referida e a 9.Jun. foi decidido o seu adiamento para 19.Jul. Não deixa de ser relevante o cuidado posto na preparação desta excursão, bem como a escolha do próprio monumento, referido como "incontestavelmente uma obra prima de architectura original admirada pelas maiores capacidades artisticas nacionaes e estrangeiras", in *Relatório da Gerência de 1903-1894* [manusc.]. Tendo, na véspera "já alguns (...) collegas (...) partido para Leiria, a visitarem os monumentos historicos d'aquella cidade", deslocaram-se à Batalha 14 sócios: Ventura Terra, Rosendo Carvalheira, Adães Bermudes, Ascensão Machado, Carlos Parente, Alexandre Soares, António Couto, Ezequiel Bandeira, Artur Rato, António Piloto, Evaristo Gomes, Peres Dias Guimarães, Jaime dos Santos e Alfredo M. Costa Campos. Ver: CAMPOS, A.M. Costa - "A excursão à Batalha", in *Anuario da Sociedade dos Architectos Portuguezes*, Ano I, 1905, p. 90-92.

(34) A proposta de realização desta exposição foi feita por Ventura Terra na reunião de 11.Mar.1904, sendo aprovada por unanimidade. F. Carlos Parente, filho do homeangeado pôs à disposição da Sociedade dos Architectos Portuguezes os projectos que possuía. Este assunto foi novamente debatido na reunião de 18.Mar.1904; 6 e 13 de Maio.1904, sendo deliberado a 27.Maio que fosse pedido ao Director Geral das Obras Públicas o empréstimo dos trabalhos do architecto que pertenciam ao Ministério. Contudo, a 22.Jun.1904, foi decidido adiar a exposição devido à proximidade das eleições associativas, não se tendo nunca realizado. A Direcção eleita, ainda que tivesse discutido e aprovado as bases para a realização desta exposição também não chegou a concretizá-la, justificando-se então "pelas pequenas hesitações de momento, difficuldades em reunir trabalhos por alguns fazerem parte de archivios officiaes" e, posteriormente "a serie de exposições nas salas da Academia", in *Idem*, Ano I, 1905, p. 8. Esta questão voltou a ser colocada na Assembleia Geral de 25 de Julho de 1908 que "resolve recommendar ao Conselho Director a realisação de uma Exposição do Trabalho do fallecido architecto Domingos Parente da Silva, em tempos proposta pelo socio Ventura Terra", in *Ibidem*, Ano IV, 1908, p. 2.

Domingos Parente da Silva (1836-1901) era então um architecto muito estimado pelos seus colegas, cujo apreço é manifesto, entre outros, por ser este que deu início à secção de "Biographias" no Anuário da Sociedade (artigo de R.Carvalheira, Ano I, 1905, p. 31-34), sendo autor, entre outros, de dois importantes e algo polémicos projectos para a capital: os Paços do Concelho (posteriormente alterado) e a reconstrução dos Jerónimos (igreja e museu). Pertenceu ao quadro do Ministério das Obras Públicas desde 1884. A exposição que a Sociedade dos Architectos Portuguezes pretendia organizar constituia-se como uma homenagem àquele que aos jovens colegas "aconselhava sempre que se agremiassem em classe unida e firme" e que "quando se iniciaram os trabalhos para a organização da *Sociedade dos Architectos Portuguezes* (...), a elles se associou, manifestando o seu decisivo apoio a essa idéa", CARVALHEIRA, Rosendo. - "Domingos Parente da Silva", in *A Construcção Moderna*, nº 46, Ano II, 16.Dez.1901, p. 3.

(35) Ver *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portuguezes*, de 7 de Janeiro de 1903 a 30 Junho de 1910, Acta de 27.Maio.1904.

(36) Na reunião do Conselho Director de 1.Dez.1904 foi lido o seu officio "declarando que por motivos imprevistos não podia desempenhar-se da missão que esta sociedade o tinha incumbido, de coligir os trabalhos destinados à Exposição das obras do seu falecido pae. (...); (...) pelos mesmos motivos não poder colaborar no boletim". F. Carlos Parente era 1º Secretário da Mesa da Assembleia Geral, in *Idem*, Acta de 1.Dez.1904.

(37) Rosendo Carvalheira dirigiu duas cartas lidas também na reunião de 1.Dez.1904: uma ao presidente do Conselho Director "depondo nas suas mãos a sua demissão de socio e director desta Sociedade alegando motivos inteiramente pessoais"; e uma outra ao presidente da Mesa da Assembleia Geral "pedindo a sua demissão de sócio d'esta Sociedade á qual diz ter indevidamente pertencido". Era então vogal do Conselho Director, in *Ibidem*

(38) Cf. *Ibidem*, 10.Dez.1904.

(39) Cf. *Ibidem*, Acta de 22.Dez.1904. De acordo com o texto da carta que lhe foi dirigida por A. Bermudes, depreende-se que os motivos que o levaram a demitir-se estavam relacionados com a concurso para a igreja da Imaculada Conceição.

(40) in *Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses*, Ano I, 1905, p. 7. A representação da Sociedade dos Architectos Portugueses entregue à Comissão Organizadora do Concurso no sentido de serem alteradas algumas cláusulas do programa foi aprovada na Assembleia Geral de 9.Jul.1904 e publicada no Anuário da Sociedade Ano I, 1905, p. 23-26. Neste mesmo número foi ainda divulgado o programa alterado de harmonia com as modificações propostas (p. 51-54) e o Parecer do Júri encarregue de proceder à classificação dos projectos apresentados ao concurso (p. 55-57). Este, presidido pelo Cardeal Patriarca, teve como vogais: J. Luís Monteiro, A. Ascensão Machado, Ventura Terra e J. Alexandre Soares. Também *A Construcção Moderna* deu grande divulgação a este concurso, publicando a representação da Sociedade dos Architectos Portugueses (Ver: nº 139, Ano V, 1.Ago.1904, p. 150-152), anunciando os concorrentes (Ver: nº 148, Ano V, 1.Nov.1904, p. 219), informando sobre o seu andamento (Ver: nº 150, Ano V, 20.Nov.1904, p. 255), transcrevendo o Parecer do Júri (Ver: nº 154, Ano V, 1.Jan.1905, p. 267-268) e dando a conhecer os projectos premiados com comentários de R. Carvalheira (Ver: nº 151, Ano V, 1.Dez.1904, p. 242-244; nº 155, Ano V, 10.Jan.1905, p. 274-275 e nº 156, Ano V, 20.Jan.1905, p. 282-283).

(41) "Relatório do Conselho Director, relativo á gerência de 1904 e 1905", in *Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses*, Ano I, 1905, p. 7. Na reunião de Direcção de 5.Jan.1905, Costa Campos propôs que essa representação "pela sua importância deva ser um trabalho de estudo visando principalmente tres pontos: 1º o alargamento dos quadros; 2º o crear uma categoria de architectos auxiliares para os tirocinantes que tenham tres anos de serviços officiaes e 3º garantir aos alunos que tenham os cursos de Architectura os logares de tirocinantes no ministerio das obras publicas".

(42) "Emblema associativo", in *Idem*, p. 69-70; Ano II, 1906, p. 37-38; Ano III, 1907, p. 34-36.

(43) Este foi alvo de recensão em *A Construcção Moderna*. Ver artigo de Mello de Matos - "Sociedade dos Architectos Portugueses - Anuario 1905, Ano I", nº 180, Ano VI, 10.Out.1905, p. 191-192.

(44) Pretendiam então que esta excursão fosse "mais uma bella demonstração da nossa vida associativa, do nosso trabalho, da nossa missão educativa, do nosso interesse e carinho pelos monumentos nacionaes, tradições inextinguiveis dos feitos brilhantes com que Portugal assombrou o mundo inteiro", in *Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses*, Ano I, 1905, p. 10.

(45) "Conselho Director - Relatorio", in *Idem*, Ano II, 1906, p. 3. De facto, "progressivamente, e á medida que se estruturam os nexos do modelo económico capitalista, desenvolvem-se em paralelo uma pequena e média burguesia que virão a constituir a principal base de apoio republicana e a protagonizar de facto a nível urbano, em Lisboa e no Porto, os aspectos essenciaes do desenvolvimento para a ocupação dos planaltos interiores, constituindo a base genérica de futura clientela da Architectura, impondo novas tipologias, novos gostos, novos hábitos", in ALMEIDA, P. Vieira de et al. - *História da Arte em Portugal*, Vol. 14, p. 36.

(46) Esta proposta foi publicada em *A Construcção Moderna*, Ano VI, 1.Jul.1905, nº 170, p. 3. Ao serem iniciados os trabalhos da sua fundação foram convidados para a presidência e secretariado, respectivamente, Ramalho Ortigão e José de Figueiredo. Após a realização de várias reuniões, estes dois elementos "por questões ponderosas tiveram que suspender a sua collaboração nos trabalhos", o que levou ao seu adiamento, "devendo recommençar com a publicação dos estatutos, que ficaram a cargo do sr. Adães Bermudes, e com um manifesto ao paiz, de cuja elaboração está incumbido o sr. Ramalho Ortigão", in *Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses*, Ano II, 1906, p. 4.

(47) "Constando a abertura do concurso, representámos desenvolvidamente ao titular da respectiva pasta, pedindo-lhe a inclusão no programma de varias clausulas, de forma a ficarem garantidos os direitos dos concorrentes. Infelizmente, todas as diligencias empregadas não produziram o effeito devido, por se não ter até hoje aberto concurso, ficando assim prejudicada a idéa louvavel que pretendia destruir as prisões actuaes que teem as mais perniciosas condições de salubridade", in *Idem*, p. 5. Na mesma reunião de Direcção em que foi apresentado este Concurso (20.Nov.1905), A. Bermudes apresentou uma proposta, aprovada por unanimidade, no sentido da Sociedade dos Architectos Portugueses elaborar um programa modelo de concursos que podesse servir de norma para qualquer concurso público que se realizasse no país.

(48) *Ibidem*.

(49) Na reunião do Conselho Director realizada a 20.Nov.1905, sobre este assunto A. Bermudes afirmou que "segundo opiniões suas já expostas e que estão no animo de todos os consocios, o Conselho Director só pugnará pela situação intelectual do operário e não da sua situação economica e social, que não está nas atribuições da Sociedade", in *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 7 de Janeiro de 1903 a 30 Junho de 1910, Acta de 20.Nov.1905.

(50) *Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses*, Ano II, 1906, p. 4. Estes temas tinham sido propostos com ligeiras alterações de formulação logo na primeira reunião deste Conselho, sendo propostos por A. Bermudes. De acordo com o estabelecido, cada membro da Direcção ficaria com um ou mais temas a seu cargo, podendo pedir a colaboração de outros colegas, que ficaram assim distribuídos: comissão de arte; propriedade artistica e VII Congresso Internacional dos Architectos, A. Bermudes; conservação dos monumentos e caixa de defesa mútua, F. Carlos Parente; ensino da Architectura e Congressos e exposições, A. Machado; série de preços em Lisboa e excursões de estudo, Marques da Silva; boletim, Costa Campos.

(51) Esta conclusão é baseada no facto de o Conselho se ter occupado "do estudo de medidas que possam evitar a continuação do que se passa na cidade de Lisboa com referencia á construcção de edificios sem os mais rudimentares principios de esthetica, isentos por completo da mais infima particula de bom gosto, e que teem convertido a capital do paiz, tão ostensivamente dotada pela natureza, na mais anti-esthetica e mal cuidada das capitais do mundo civilisado", in *Idem*, p. 4-5. Ver também "Esthetica da capital - Representação á Camara Municipal de Lisboa", in *Ibidem*, Ano III, 1907, p. 21-22.

(52) A excursão realizou-se em 27 e 28 de Maio de 1905, tendo A. Bermudes, Costa Campos e F. Carlos Parente feito as descrições de alguns dos monumentos visitados, respectivamente: templo romano, Sé e igreja de S. Francisco. Entre associados e familiares, os inscitos foram os seguintes: Artur Rato, F. Carlos Parente (e esposa), A. Ascensão Machado, A. António Marques da Silva (e esposa), A. Bermudes (e esposa), J. Alexandre Soares, J. Lino de Carvalho (e irmão), A. Machado (e esposa), J. Inácio dos Santos e A. Maria Costa Campos. Ver artigo "Excursão a Evora", in *Ibidem*, Ano II, 1906, p. 56-58.

(53) Ver "Sociedade Nacional de Bellas Artes: sede social - salão de exposições", in *Ibidem*, p. 24-27.

(54) Esta Sociedade, fundada em 28.Fev.1906 tinha por finalidade "promover, pela sua acção propria, pela intervenção junto dos poderes publicos e administrações locais, pela collaboração com estes e com todas as forças vivas da nação, e pelas relações internacionaes que possa estabelecer, o desenvolvimento intellectual, moral e material do paiz e, principalmente, esforçar-se por que elle seja visitado e amado por nacionaes e estrangeiros", in *Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal*, nº 1, Jul.1907, p. 7. A sua Comissão de Monumentos era presidida pelo engº Mello de Matos, então também director de "A Construcção Moderna" que fez eco do trabalho por este desenvolvido no seio dessa

Comissão, da qual faziam parte 8 engenheiros, 5 construtores, 1 escultor, 1 arquitecto (R. Carvalheira, colaborador na publicação citada), vários artistas e escritores. Sobre este assunto ver in *A Construção Moderna*, nºs 210 a 212, Ano VIII, Jan. e Fev. 1906, e nºs 214 e 215, 1907.

(55) Esta, tal como a anterior, logo na sua primeira reunião (21.Set.1906), procedeu à distribuição dos pelouros, da seguinte forma: A. Bermudes - comissão de propaganda e defesa da arte nacional; propriedade artística; regulamentos administrativos sobre edificações / F. Carlos Parente - conservação dos monumentos; caixa de defesa mútua / Marques da Silva - séries de preços em Lisboa; regulamento interno / Costa Campos - ensino dos operários da construção civil; Boletim / Evaristo Gomes - ensino da Arquitectura; congressos, exposições e excursões de estudo, in *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses*, de 7 de Janeiro de 1903 a 30 de Junho de 1910, Acta de 21.Set.1906.

(56) *Anuario da Sociedade dos Arquitectos Portugueses*, Ano III, 1907, p. 12.

(57) "Para esse fim elegeu o Conselho Director o seu presidente, Sr. Adães Bermudes, que junto d'essa comissão empregou toda a energia da sua actividade, na defeza dos nossos interesses profissionaes, cooperando igualmente na legitimidade dos interesses da classe dos operarios das construcções civis", in *Idem*, p. 10.

(58) Foram eleitos para representar a Sociedade dos Arquitectos Portugueses: Costa Campos, F. Carlos Parente e A. Bermudes "que ali teem advogado com o maior fervôr os interesses da arte portugueza, afim de manter o bom exemplo de serem os architectos, os primeiros a occuparem-se dos assumptos que fundamentalmente interessam á nossa profissão", in *Ibidem*.

(59) O delegado da Sociedade dos Arquitectos Portugueses foi F. Carlos Parente.

(60) *Anuario da Sociedade dos Arquitectos Portugueses*, Ano III, 1907, p. 10

(61) *Idem*, p. 11.

(62) "Tendo o sr. Nunes Collares proposto ao Conselho Director a publicação d'um jornal d'architectura de que elle seria editor e que se apresentaria como orgão official d'esta Sociedade foi o assumpto largamente discutido em Conselho, resolvendo-se em vista da sua importancia submeter-o á apreciação da Assemblêa Geral", in *Ibidem*.

(63) O convite do Comité Permanente de Londres foi apresentado na reunião do Conselho Director de 3.Abr.1905, sendo resolvido na reunião de 17 do mesmo mês enviar officios à Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses e à Sociedade Nacional de Belas Artes, para que estas nomeassem os seus delegados para com os delegados permanentes procederem à criação de uma "comissão de patronage" executiva do Congresso. A primeira indicou António Couto e a segunda F. Carlos Parente. Ver artigo de J. Alexandre Soares - "VII Congresso internacional de architectos", in *Anuario da Sociedade dos Arquitectos Portugueses*, Ano II, 1906, p. 41-50. Os temas deste VII Congresso foram os seguintes: I - Da execução de edificios importantes destinados ao Estado e às municipalidades por funcionários assalariados; II - A propriedade artistica das obras de Architectura e a propriedade dos desenhos de Architectura; III - As construcções de aço e de cimento armado: a) considerações gerais - b) Casos especiais relativos à estética e à hygiene nas construcções de grande altura; IV - A educação do público em Architectura; V - O título e o diploma de architecto; VI - Do architecto artífice: até que ponto o architecto deve receber a educação teórica e prática do artífice?; VII - Da disposição e do desenvolvimento das ruas e dos espaços livres nas cidades; VIII - Até que ponto e em que sentido deve o architecto exercer a sua fiscalização sobre os demais artistas e artífices durante a construção de edificios destinados ao Estado e ao serviço público?; IX - A responsabilidade dos governos na conservação dos monumentos nacionais; X - Da organização dos

concursos públicos internacionais de Architectura. Também *A Construcção Moderna* noticiou o Congresso, ver: nº 208, Ano VIII, 20.Dez.1906, p. 122-123.

(64) "Conselho Director - Relatorio", in *Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses*, Ano IV, 1908, p. 4. De acordo com a Acta da reunião do Conselho Director (20.Ago.1907), esta representação foi proposta por Costa Campos que se encarregou da sua redacção. Recorde-se que em 1907 a vereação monárquica da Câmara Municipal de Lisboa, protestou contra a ditadura de João Franco que levou à dissolução do Parlamento, sendo demitida.

(65) "Por varias vezes o conselho director teve que chamar a atenção, quer dos poderes publicos, quer das iniciativas particulares, para a construcção de varios edificios que, pelo seu character e importancia, deviam ser motivo d'um concurso publico entre os architectos portuguezes", in *Idem*, p. 5.

(66) *Ibidem*.

(67) "Casas baratas - Representação ao Governo", in *Ibidem*, p. 17-18.

(68) Ver: MACHADO, A. Ascensão - "Legislação Portuguesa sobre edificação", in *Ibidem*, Ano I, 1905, p. 64-69; *Ibidem*, Ano III, 1907, p. 27-28; *Ibidem*, Ano IV, 1908, p. 31-32. CARVALHO, J. Lino de - "A Habitação", in *Ibidem*, Ano II, 1906, p. 30-31; *Ibidem*, Ano III, 1907, p. 23-25; *Ibidem*, Ano IV, 1908, p. 25-29.

(69) CARVALHO, J. Lino de - "A Habitação", in *Ibidem*, Ano I, 1905, p. 57-63. Este Congresso abordou questões relativas às habitações urbanas, rurais, baratas, mobiladas e flutuantes, os locais hospitalares, militares e escolares e ainda o abastecimento de água potável nas cidades e evacuação das matérias servidas. O 2º Congresso, realizou-se em Genebra, em 1906, não tendo Portugal nenhuma representação oficial sobre este acontecimento. Ver *A Construcção Moderna*, nº 195, Ano VII, 10.Ago.1906, p. 22-23 e os artigos de Mello de Matos, nº 199, Ano VII, 20.Set.1906, p. 51-52 e nº 213, Ano VII, 10.Fev.1907, p. 162-163.

(70) *Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses*, Ano IV, 1908, p. 6

(71) "Excursão a Mafra", in *Idem*, p. 37-48.

(72) Os temas a debater neste Congresso eram os seguintes: I - Regulamento da tutela dos monumentos artisticos e da arte em geral por parte do Estado; II - Regulamentação das leis de protecção da propriedade artistica; III - Regulamento dos concursos internacionais de obras de Architectura; IV - Sobre o diploma legal e honorários dos architectos; V - Conservação dos monumentos artisticos; VI - Sobre as construcções em cimento armado. Ver artigos in *A Construcção Moderna*, nºs 268 a 270, Ano IX, Ago./Set. 1908.

(73) Cf. *Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses*, Ano IV, 1908, p. 1. Numa outra Assembleia Geral (16.Jul.1908), F. Carlos Parente justificou a sua ausência do Congresso de Viena - "motivos de força maior", de acordo com o Relatório do Conselho Director -, sendo as suas conclusões apresentadas na Assembleia Geral de 9.Nov.1908. O Congresso realizou-se de 18 a 23 de Maio de 1907.

(74) Esta Comissão ficou constituída pelos ministros dos Negócios Estrangeiros e das Obras Públicas e ainda pelo ministro Português em Viena de Áustria. Para além da Sociedade dos Architectos Portugueses integravam ainda a mesma Comissão a Sociedade Nacional de Belas Artes (representada por Artur Rato, arq.), a Sociedade de Belas Artes do Porto (representada por Marques da Silva, arq.) e a Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses (representada por A.M. Costa Campos, arq.). Ver artigos: SOARES, J. Alexandre - "VIII Congresso Internacional dos Architectos", in *Idem*, Ano III, 1907, p. 42-44; MACHADO, A. Ascensão - "VIII Congresso Internacional dos Architectos em Vienna d'Áustria", in *Ibidem*, Ano IV, 1908, p. 75-83.

(75) O júri de admissão dos trabalhos foi composto pelos pintores Jorge Colaço, José Veloso Salgado e Constantino Sobral Fernandes, pelo escultor José Simões de Almeida, pelo arq. F. Carlos Parente e ainda Jorge Colaço, eleito delegado da secção portuguesa de Belas Artes.

(76) Receberam medalhas de ouro: M. Ventura Terra, J. Marques da Silva, F. Carlos Parente, M. Joaquim Norte Junior, Raul Lino e Álvaro Machado. As medalhas de prata foram entregues a: A. do Couto Abreu, F. Evaristo da Silva Gomes e A. Manuel Rato. Cf. SILVA, Adolfo A. Marques da - "Exposição Nacional do Brazil de 1908", in *Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses*, Ano IV, 1908, p. 32-36.

(77) Ver "Ensino de architectura (Parecer da Sociedade dos Architectos Portuguezes)", in *Idem*, p. 19-24. De acordo com o Relatório do Conselho Director de 1909-1910 e devido ao pedido de intervenção da Sociedade dos Architectos Portugueses por parte dos alunos do curso especial de Architectura Civil no sentido de ser reformado o ensino de Architectura, este Parecer foi novamente entregue. Cf. *Ibidem*, Anos V e VI, 1911, p. 17-18.

(78) Sobre este assunto ver: Mello de Matos, "O novo regulamento de segurança dos operarios em construcções civis", in *A Construcção Moderna*, nºs 294 a 298, Maio/Jun.1906, Ano X; nº 302, 1.Set.1909; nº 304 a 307, Out.1909.

(79) *Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses*, Anos V e VI, 1911, p. 8-9.

(80) Sessão de Assembleia Geral (extraordinária) de 22.Maio.1909. Cf. *Idem*, p. 1. Parece importante salientar a rapidez com que este Regulamento foi elaborado, comparativamente ao arrastar de outros assuntos. Efectivamente, a sua discussão iniciada a 22 de Maio de 1909 foi retomada a 16.Jul, sendo as bases do regulamento aprovadas, também em Assembleia Geral, de 2.Ag. do mesmo ano. No Relatório referente a 1909-10 é referido que a ele aderiram "incondicionalmente, quasi na sua totalidade" todos os sócios. Acrescenta ainda que "com restricções áquelle documento, do nosso digno presidente da Meza da Assembleia Geral, José Luiz Monteiro, não tendo ainda enviado as suas respostas, apesar das instancias do Conselho Director, os seguintes consocios: Augusto Carvalho da Silva Pinto, F. Evaristo da Silva Gomes, José Casimiro Fernandes, José C. P. Ferreira da Costa, José Marques da Silva, José Teixeira Lopes e Rozendo Carvalheira", in *Ibidem*, p. 18.

(81) Sessão de Assembleia Geral de 25.Maio.1909. Cf. *Ibidem*, p. 2.

(82) De facto, no Relatório da gerência de 1909-10, pode ler-se que o concurso resultou "improductivo, conforme este Conselho previra", in *Ibidem*, p. 17.

(83) "Tomou conhecimento da deliberação da Camara Municipal de Lisboa, para ser aberto concurso entre os architectos, para a construcção do Palacio d'Exposições, que a mesma Camara pretende construir no parque Eduardo VII, por proposta do nosso consocio e vereador Ventura Terra, congratulando-se com esta resolução", in *Ibidem*, p. 11-12.

(84) "Solicitado pela Comissão Executiva do Monumento ao Marquez de Pombal, afim de eleger um delegado para fazer parte da commissão elaboradora do programma para o concurso d'este monumento, elegeu o Sr. José Alexandre Soares", in *Ibidem*, p. 12.

(85) "Congratulou-se pelo resultado geral do concurso realizado para o Monumento da Guerra Peninsular, onde a quantidade e qualidade dos trabalhos enviados attestam o evidente progresso da arte em Portugal", in *Ibidem*. Os projectos premiados neste concurso foram publicados in *A Construcção Moderna*, nº 290 a 293, Ano IX, Abr./Maio.1909. Posteriormente foram divulgados grupos escultóricos destinados ao monumento: nº 424, Ano IX, 25.Ago.1914, p. 127; nº 427, Ano XIV, 10.Out.1914, p. 157.

(86) *Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses*, Anos V e VI, 1911, p. 16.

(87) Idem, p. 17. Ver artigo: RATO, A. - "União Telegraphica internacional: concurso para o monumento commemorativo da sua fundação", in *Ibidem*, p. 75-76.

(88) "Esta Camara, accedendo a um pedido feito na gerencia passada, admittiu ao serviço da sua secção de architectura, architectos-tirocinantes, pelo que este Conselho Director lhe consigna os seus agradecimentos, que opportunamente lhe apresentou", in *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, 1910-1911 [dact.], p. 3.

(89) CAMPOS, A. Maria Costa - "Excursão a Santarem", in *Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses*, Anos V e VI, 1911, p. 67-72.

(90) Foi solicitada a interferência das Academias de Belas Artes de Lisboa e Porto, da Comissão dos Monumentos Nacionais, da Real Associação dos Arqueólogos, das Sociedades de Belas Artes de Lisboa e Porto, da Câmara Municipal de Santarém, da Liga de Educação Estética e da Sociedade Propaganda de Portugal. Cf., Idem, p. 19. Efectivamente, parece que este alerta surtiu algum efeito, dado que o Conselho dos Monumentos Nacionais fez uma consulta à Sociedade dos Architectos Portugueses "acerca dos objectos que deviam ser retirados do recinto em que se acha instalado o quartel de artilharia e que pertence ao antigo convento de S. Francisco (...). A essa consulta, respondemos indicando a forma de isolar a parte do edificio que julgamos de interesse architectonico e historico", in *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, 1910 - 1911 [dact.], p. 2.

(91) *Ibidem*, p. 1.

(92) Neste sentido, e procurando ainda demonstrar que a Sociedade se inseriu na vida política nacional mas somente defendendo questões relacionadas com os architectos bem como outras mais genéricas, mas sempre no plano cultural, pode referir-se um dos exemplos mais significativos, ou seja, o convite da União das Classes de Construtores Civis, para que a Sociedade dos Architectos Portugueses se fizesse representar num comício em que seria elaborada uma representação a enviar ao governo. A. Bermudes, presente na reunião do Conselho Director esclareceu que se tratava de um "pedido de promulgação das leis sobre a salubridade da habitação" e a "aprovação do regulamento de segurança dos operários". Após ampla discussão, foi decidido officiar à União, pedindo informações concretas sobre os assuntos a tratar nesse comício "afim de podermos dar ou não a nossa adesão". Na reunião seguinte e já em posse da resposta foi deliberado não participar no comício por divergências na apresentação dos assuntos. Cf. *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 6 de Junho de 1910 a 30 Junho de 1915, Acta nº 14, 25.Nov.1910 e Acta nº 15, 28.Nov.1910.

(93) FRANÇA, J.-A. - *A Arte em Portugal no Séc. XIX*, Vol. II, p. 290.

(94) MARQUES, A.H. de Oliveira - *A Primeira República Portuguesa*, p. 94.

(95) Tratam-se de propostas aprovadas na Câmara Municipal de Lisboa para "aquisição d'obras de escultura afim de decorarem os jardins e praças publicas da capital; para aquisição d'uma lapide commemorativa da proclamação da Republica; e para a execução do busto da Republica", in *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, 1910 - 1911 [dact.], p. 2.

(96) *Ibidem*, p. 4.

(97) *Ibidem*, p. 6-7.

(98) "Constando que se projectava instalar um posto de telegraphia sem fios no Castello dos Mouros em Cintra, foi officiado ao Excellentissimo Ministro do Fomento, pedindo a attenção

de Sua Ex^a para esse facto e lembrando a conveniencia de salvaguardar aquelle monumento, de qualquer installação menos propria", in *Ibidem*, p. 7.

(99) Foi solicitado ao ministro do Fomento "que a direcção das obras da restauração da Sé de Lisboa, vaga pelo fallecimento do engenheiro Augusto Fuschini, fosse entregue á competencia profissional de um architecto, o que foi satisfeito, sendo nomeado para esse cargo o nosso consocio Alvaro Machado", in *Ibidem*, p. 8.

(100) "Tendo sido publicada a lei de separação do Estado das Egrejas, em que são cuidadosamente acautelados os interesses da arte, procurou este Conselho Director o Exmo Ministro da Justiça, congratulando-se com Sua Ex^a por esse facto e solicitando que se dignasse ordenar a publicação dos inventarios, em occasião opportuna, para conhecimento de todos os interessados", in *Ibidem*, p. 7-8.

(101) *Ibidem*, p. 9.

(102) Cf. *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 6 de Junho de 1910 a 30 Junho de 1915, Acta nº 35, 6.Mar.1911 e Acta nº 36, 10.Mar.1911.

(103) "Apesar do Governo Provisorio ter promulgado uma lei de defesa, adherindo assim á convenção de Berna, conforme as resoluções em diversos congressos, não ficou definida a situação das Obras d'Arte, tendo-se representado novamente acerca d'este assumpto que tanto interessa aos artistas nacionaes", in *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, 1911-1912 [dact.], p. 2.

(104) De acordo com a descrição feita no Relatório da Direcção o programa deste concurso "exigia que o monumento dominasse todos os outros e os mais altos pontos de vista da cidade", tendo que albergar escadas e um "ascensor com cabines para 20 pessoas sentadas". A reclamação feita ao ministro do Interior visava assim protestar "contra a offensa que se pretendia infligir á Arte, á briosidade do Porto e á ideia da Republica, erigindo em uma das mais bellas praças da Capital do Norte, como consagração do Triumpho da Republica, uma torre de character inteiramente industrial, com ascensor para viagens pagas, toleravel quando muito, n'uma feira como exploração mercantil, mas concepção pueril, absolutamente indigna de commemorar um dos factos mais culminantes da nossa historia", in *Idem*, p. 1-2.

(105) *Ibidem*, p. 3.

(106) *Ibidem*, p. 6

(107) *Ibidem*, p. 3. Com efeito, a 8 de Julho de 1912, foi publicada no Diário do Governo (nº 158), uma lei do Ministério do Interior, da Direcção Geral da Administração Política e Civil, assinada por Manuel de Arriaga, Duarte Leite Pereira e António Aurélio da Costa Ferreira. Era então "reconhecida à Câmara Municipal de Lisboa a faculdade de desdobrar a sua 3ª Repartição em duas repartições, uma destinada aos serviços de engenharia e outra aos serviços de architectura, e a criar um lugar de chefe de repartição", ficando "revogada a legislação em contrário".

(108) *Ibidem*, p. 5-6.

(109) Os temas do IX Congresso Internacional dos Architectos eram os seguintes: O cimento armado, seu emprego nos diferentes paises, da oportunidade da sua applicação ás construções artisticas, sob o ponto de vista técnico e decorativo; Direitos e deveres do architecto para com o seu cliente; Educação técnica e artistica e diploma de architecto; Exercício da profissão fora da pátria do architecto; Considerações sobre a Architectura moderna; Da execução dos trabalhos de Architectura do Estado e de outras administrações públicas; Da utilidade de um dicionário dos termos comparados em Architectura; As academias estrangeiras em Roma, sua história, os estudos e os projectos académicos,

influência exercida por estas escolas nos países que elas representam. Uma pequena notícia sobre a realização deste Congresso foi publicada em *A Construção Moderna e As Artes do Metal*, nº 348, Ano XI, 20.Jun.1911, que mais tarde divulgou extractos da circular enviada de Roma, no nº 350, Ano XI, 20.Jul.1911, p. 106.

(110) CARDOSO, António - *O arquitecto José Marques da Silva...*, I Vol., Dissertação de Doutoramento, Porto, 1992, p. 228.

(111) Ver. *Atti del IX Congresso Internazionale degli Architetti, Roma 2-10 Ottobre, 1911*, Roma, 1914.

(112) *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, 1911-1912* [dact.], p. 4.

(113) As "providências" que a Sociedade e a Sociedade Nacional de Belas Artes pediam para serem adoptadas pelo Parlamento sobre este assunto eram as seguintes:

"1ª) Que os serviços de Belas-Artes fossem confiados a uma Direcção Geral especial a cargo de um artista arquitecto, pintor ou escultor, escolhido pelo Gooverno de entre os vogais dos Conselhos de Arte e Arqueologia que lhe seriam propostos, em lista triplíce, pelo Conselho de Arte Nacional.

"2ª) Que a essa Direcção Geral ficassem subordinadas três repartições abrangendo os seguintes serviços:

"a) Ensino das Bellas-Artes, - Architectura, escultura, pintura e gravura; ensino da arte decorativa nas suas applicações industriais; ensino normal do desenho, ensino da arte musical e das artes do teatro; pensões de estudo;

b) Organização e conservação dos museus e colecções de arqueologia; aquisição de obras de arte; organização das exposições e congressos de arte e arqueologia; defesa contra a exportação de antiguidades artísticas; direitos da propriedade intelectual; fiscalização das instituições artisticas officiais subsidiadas pelo Estado;

"c) Construção e conservação dos edificios públicos; conservação e restauração dos monumentos nacionais; organização do cadastro monumental e artístico do país; fiscalização estética das cidades e locais pitorescos; organização de festas e solenidades nacionais. - Cada uma destas repartições compreenderia as secções que fossem necessarias para uma racional distribuição dos serviços e seria provida do pessoal que actualmente desempenha identicas funções nos Ministérios do Interior e do Fomento.

"Para a repartição c) seria transferido, nos termos dos regulamentos a editar, todo o pessoal técnico e auxiliar presentemente occupado no serviço dos edificios públicos. O referido Ministério foi efectivamente votado na ultima sessão do Senado e as nossas reclamações não foram atendidas. Cumpre, pois, aos artistas insistirem, tanto mais que aquêl diploma legislativo é manifestamente deficiente sob muitos pontos de vista e só se justifica a título de começo e de experiencia", in *Idem*, 1912-1913 [manusc.], p. 1-2.

(114) *Ibidem*, p. 3.

(115) Segundo é affirmado "parece que o Senado teve receio de autorizar essa transferencia, porque, como nos foi dito, devendo o novo Ministro ser um pedagogo, não convinha ir perturbá-lo, desde logo, com a questão para ele desconhecida, dos graves conflitos dos operarios sem trabalho", in *Ibidem*, p. 3.

(116) A organização dos serviços de obras públicas e minas proposta pela Sociedade dos Arquitectos Portugueses, para além de definir as atribuições das inspecções especiais de edificios públicos, contemplava ainda outros tópicos, a saber: organização do pessoal, distribuição do pessoal pelos serviços, sua admissão e vencimentos. Cf. *Ibidem*, p. 4-5.

(117) "Esta Associação resolveu representar ao Govêmo, a propósito da exposição de S. Francisco da Califórnia, para que oportunamente se nomeie uma Comissão que fomule o programa da secção portuguesa, sobre o qual deve ser aberto, com a maior antecipação possível, c concurso para o projecto das nossas instalações". Defende ainda a preparação

atempada da participação portuguesa "para não se chegar à última hora sem nada ter feito, e, como é costume entre nós, proceder-se às instalações atabalhoadamente e com excessivo dispendio, porque nessas ocasiões os preços dos materiais e especialmente os preços da mão de obra costuma triplicar", in *Ibidem*, p. 6.

(118) Este acordo vem transcrito no Relatório do Conselho Director, p. 8-9. Contudo, logo no ano seguinte houve a mudança "da ala esquerda, para a ala direita do edifício", in *Ibidem*, 1913-1914 [manusc.], p. 5.

(119) *Ibidem* 1912-1913 [manusc.], p. 6.

(120) "Durante o período da nossa gerencia succederam-se na pasta do Ministerio do Fomento alguns estadistas, a quem este Conselho se dirigiu, instando pela antiga e justa pretensão de regularizar os serviços publicos de arquitectura, sem que ainda possa dar a satisfação de ter conseguido o *desideratum*, porque ha muito vem lutando a classe e que representa, apesar da justiça da sua causa", in *Ibidem*, 1913-1914 [manusc.], p. 2.

(121) *Ibidem*, p. 5.

(122) Foram indicados para integrar este júri: J. Luís Monteiro, J. Alexandre Soares, António do Couto, A. Bermudes, Leonel Gaia e A. Machado, tendo a escolha final recaído no dois últimos. Cf. *Ibidem*, p. 1.

(123) *Ibidem*, p. 2.

(124) *Ibidem*. Efectivamente o projecto tinha sido entregue a António Couto.

(125) "(...) o Conselho Director aproveitou o ensejo para promover uma manifestação de homenagem ao ilustre e distinto artista, embora modesta, mas significativa, e que consta da realização de uma mensagem, contendo as assignaturas dos colegas e discipulos, e que brevemente lhe será entregue, resolvendo outrosim envidar os seus esforços para que seja levada a efeito, a construção de um seu projecto para uma fonte monumental, trabalho valiosissimo, executado em Paris e que ali obteve o prémio Rugevin", in *Ibidem*, p. 4.

(126) *Ibidem*, p. 4.

(127) *Ibidem*, 1914-1915 [manusc.], p. 5.

(128) Cf. *Idem*, p. 4.

(129) *Ibidem*. O concurso foi efectivamente realizado tendo sido atribuído o 1º Prémio a Artur Teixeira, o 2º a Simões de Almeida (sobrinho) e Tertuliano Marques e o 3º a Diogo de Macedo. Os projectos foram publicados in *A Construcção Moderna*, respectivamente, nº 437, Ano XV, 10.Mar.1915, p. 39; nº 438, Ano XV, 25.Mar.1915, p. 47 e nº 439, Ano XV, 10.Abr.1915, p. 55.

(130) *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, 1914-1915 [manusc.], p. 4.

(131) *Idem*, p. 5.

(132) O Conselho Director "aconselhou a conveniencia de se não promoverem alterações no referido horario", in *Ibidem*.

(133) *Ibidem*, p. 6.

(134) *Ibidem*, p. 3.

(135) Ibidem, p. 3-4.

(136) Ibidem, p. 4-5. Leonel Gaia foi o representante da Sociedade dos Architectos Portugueses no júri que unanimemente considerou "todos os trabalhos apresentados (...) julgados fora do concurso, por excesso de verba, tendo sido feita uma classificação condicional com relação ao mérito artístico", in Ibidem, 1916-1917 [manusc.], p. 4.

(137) Ibidem, 1915-1916 [manusc.], p. 3-4.

(138) Ibidem, p. 5.

(139) Ibidem, p. 6.

(140) Ibidem, p. 7.

(141) Ibidem, 1916-1917 [manusc.], p. 1.

(142) O quadro dos architectos ficaria formado assim, por 4 architectos de 1ª classe, 4 de 2ª classe e 4 de 3ª classe. Cf. Ibidem, p. 2.

(143) "A intervenção do Chefe de Estado, as conferências com os ministros do Fomento e das Finanças, e outros funcionarios superiores, e até pedidos de natureza particular, fôram incessantes, diários, quasi de toda a hora, (...)", in Ibidem.

(144) Ibidem, p. 3.

(145) Ibidem, p. 4.

(146) Ibidem, p. 5.

(147) Ibidem, p. 7.

(148) Aliás, tal principio parece estar subjacente às afirmações contidas no Relatório a propósito deste assunto: "Protestando contra toda e qualquer invasão de attribuições, embora como n'aquelle caso, isso podesse trazer algumas vantagens materiaes a qualquer architecto, o Conselho quiz garantir aos architectos o direito moral de igualmente protestar todas as vezes que sejam os nós as victimas da falta do respeito devido às regalias collectivas", in Ibidem, p. 8.

(149) Ibidem, p. 9.

(150) Ibidem, 1917-1918 [manusc.], p. 2.

(151) Ibidem.

(152) "A criação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, em 16 de Março de 1916, trouxe consigo o alargamento dos serviços de assistência dispensados pelo Estado. No novo ministério passou a funcionar uma Direcção-Geral de Previdência Social e Subsistências, uma Inspecção de Previdência Social e um Conselho Superior de Previdência Social, por onde corriam a prestação de serviços que outra coisa não eram que de assistência (socorros mútuos, seguros, caixas de pensão e económicas, cooperativas, etc.), in MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) - *Nova História de Portugal*, Vol. XI, p. 235.

(153) De acordo com o texto do Relatório, a resposta ao questionário versou os seguintes pontos: "-Desenvolvimento e autonomia dos serviços technicos de architectura, tanto no Estado como nas Camaras Municipaes do Paiz. - Ampliação do quadro dos architectos no Ministerio do Commercio. - Creação d'um quadro de architectos no Ministerio das Colonias. - Equiparação dos vencimentos dos architectos e engenheiros, tanto no Estado como nas

Camaras Municipaes. - Passagem dos serviços relativos aos Monumentos Nacionais e edificios publicos, modernos de accentuado valor artistico, para o Ministerio da Instrução Publica. - Creação d'uma secção technica de conservação e restauração dos Monumentos Nacionais, dependentes exclusivamente do Conselho de Arte Nacional e da Commissão dos Monumentos Nacionais. - Representação da classe dos architectos no Conselho Superior de Obras Publicas. - Creação de commissões de esthetica local nas principaes Camaras Municipaes do Paiz, constituídas na sua maioria por artistas nacionaes, de preferencia architectos, com plenos poderes para a rejeição das futuras construcções municipaes ou particulares que impliquem com as leis estheticas da architectura. - Designação de *Curso Superior de Architectura* do actual *Curso Especial de Architectura* professado na Escola de Bellas-Artes de Lisboa. - Creação d'um Museu Nacional de Arte Decorativa, com o fim de constituir um nucleo de preciosidades artisiticas decorativas, e aonde estejam expostas reproduções plasticas de trechos architectonicos dos nossos edificios que testemunham um caracter artistico nacional ou regional, com o fim de permittir um estudo consciencioso sobre a importancia da Arte Portuguesa. - Representação official dos architectos portugueses em todos os congressos internacionaes de architectura. - Aceitação official de todas as conclusões estabelecidas e approvadas nos Congressos internacionaes de architectura. - Auxilio moral e material do Governo para a realização periodica de 5 annos de Congressos Nacionais de architectura. - Aceitação, pelo menos em principio, das aspirações definidas e approvadas n'esses Congressos. - Impressão e publicação de todos os trabalhos de investigação architectonica que mereçam approvação da Sociedade dos Architectos Portuguezes. - Reconhecimento official da limitação do titulo e das funções dos architectos aos profissionaes saídos das Escolas de Bellas-Artes nacionaes ou estrangeiras de reconhecido merito.

"Entendeu este Conselho Director que satisfazia, por esta forma, ás instantes aspirações da classe e que orientava cabalmente a Direcção Geral de Previdencia Social do Ministerio do Trabalho, com as referidas informações, contribuindo assim, com o maior interesse, para o estudo do problema economico-social que o Governo se propõe resolver". in *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, 1917-1918* [manusc.], p. 3-5.

(154) *Ibidem*, p. 6.

(155) *Ibidem*, p. 9

(156) *Ibidem*, p. 7. Recorde-se que este foi um dos temas tratados no IX Congresso Internacional dos Arquitectos, em 1910.

(157) Afirmavam então que A. Bermudes muito "tem contribuido, com a sua elevada intelligencia e saber, para o levantamento moral da nossa classe, (...)". Não duvidam que "o vigor das suas poderosas qualidades hão de conseguir vencer quantos obstaculos se opponham á sua inquebrantavel vontade", prestando assim ao "querido collega a sua homenagem de profunda admiração e respeito". *Ibidem*, p. 10

(158) O Conselho Director "tendo acompanhado de perto os relevantes serviços" que prestou à "causa, defendendo tenazmente todas as questões que, directa ou indirectamente nos dizem respeito, entendeu, interpretando o sentimento geral da nossa classe, dever consignar n'este modesto relatorio, o reconhecimento d'esta Sociedade, por tão exaltados serviços", *Ibidem*, p. 10-11.

(159) *Ibidem*, 1918-1919 [manusc.], p. 2.

(160) *Ibidem*, p. 3. Este Conselho era presidido por J. Alexandre Soares e secretariado por F. Evaristo da Silva Gomes, sendo tesoureiro Artur Manuel Rato e vogais J. António Piloto e A. do Couto Abreu.

(161) São considerados "quatro vultos da architectura Portuguesa, que, no seu paiz, prestaram relevantes serviços, enriquecendo, com as suas obras, o patrimonio Artistico Nacional", in *Ibidem*, p. 5.

(162) Ibidem, p. 4.

(163) Ibidem, 1919-1920 [dact.], p. 15.

(164) Esta proposta foi feita pelo vereador Dagoberto Guedes, em sessão camarária de 10.Jul.1919.

(165) *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, 1919-1920* [dact.], p. 3.

(166) Sobre este assunto era ainda afirmado: "Quer isto dizer que foi mais um Exmo. Ministro que nada fez no sentido de fazer justiça á nossa classe concedendo-lhe os logares que de direito lhe pertencem e que ainda hoje estão por preencher com manifesto prejuizo do paiz, continuando a priva-lo oficialmente duma classe que lhe é indispensavel e util", Idem, p. 9.

(167) Ibidem, fl. manusc. intercalar, p.8-9. Por esta reforma, publicada no Diário do Governo de 17.Out. e rectificada a 22.Out., o quadro de architectos passou de 15 a 9 lugares, havendo ainda 2 por preencher.

(168) Ibidem, p. 10.

(169) Ibidem, p. 3.

(170) No pedido de recusa de Cosmeli de Sant'Ana apresentado a meio do mandato, "declarava aquele consocio não poder continuar a desempenhar o cargo para que fora eleito em virtude de se sentir desanimado e desgostoso pela manifesta falata de colaboração por parte dos colegas", in Ibidem, p. 10.

(171) Cf. Ibidem, p. 3-4.

(172) Ibidem, p. 4-5.

(173) Ibidem, p. 5.

(174) Ibidem, p. 6.

(175) Ibidem, p. 6-7.

(176) "Em 1918, a CP decidiu dar de renda à Sociedade Estoril, poucos anos antes constituída, a linha férrea do Cais do Sodré (Lisboa) a Cascais. Um dos objectivos desta Sociedade era proceder à electrificação de todo o percurso da linha - ideia que vinha já de 1914, do deputado e ministro Aquiles Gonçalves -, o que veio a conseguir algum tempo depois, inaugurando-se o melhoramento em 1926. O número total de passageiros demandando a chamada Costa do Sol justificava, na verdade, esta e outras inovações, visto ter passado de cerca de dois milhões em 1900 para mais do dobro ao findar da década de Vinte", in MARQUES, A. H. Oliveira (coord.) - *Nova História de Portugal*, Vol. XI, p. 149-150.

(177) *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, 1919-1920* [dact.], p. 7-8.

(178) Idem, p. 8.

(179) O texto continua: "Fora das portas deste palacio não ha o direito de as revelar, mas aqui dentro onde todas as questões de character associativo devem ser postas com clareza e sinceridade no seu verdadeiro pé, é que ha o dever indeclinavel de as dizer e discutir com lealdade para se assentar dignamente n'um caminho que todos possam trilhar com prazer. É

necessário proceder para com os nossos sucessores, como os nossos antecessores procederam connosco!...

"A classe não está suficientemente unida para amanhã se defender briosamente de qualquer ataque!...", in *Ibidem*, p. 13-14.

(180) Acrescentavam ainda: "Todos nós sabemos que a classe dos architectos tem um papel de grave responsabilidade a desempenhar no mundo civilizado e que para o resolver convenientemente precisa de olhar com interesse e carinho pelos assuntos que colectivamente lhe dizem respeito", in *Ibidem*, p. 14.

(181) "Quando o Conselho tomava a iniciativa de convidar qualquer colega a colaborar nos seus trabalhos era porque por si só não podia abraçar todos os assuntos que interessam á classe.

"Não era abusivamente nem para se livrar de trabalhos que o Conselho convidava colegas a desempenhar cargos da Direcção dos quais poderiam ser conquistadas para a classe algumas regalias a que tem incontestavel direito e que tão injustamente lhe tem sido recusadas em beneficio de outras classes que a elas não tem nenhum direito", in *Ibidem*, p. 14-15.

(182) *Ibidem*, p. 15.

(183) O Conselho Director aproveita a ocasião "para insistir na conveniencia de se estabelecer nesta casa uma maior convivencia dos architectos para que não sejamos constantemente surpreendidos com resoluções officaes que interessam profundamente a nossa classe, sem que o Conselho Director possa com segurança seguir o caminho que a todos mais convenha", in *Ibidem*, 1924 [dact.], p. 2.

(184) *Ibidem*.

(185) *Ibidem*.

(186) A essa Assembleia Geral, realizada na Sociedade Nacional de Belas Artes, "assistiram quasi todos os architectos Portuguezes e um grande numero de artistas de todas as classes, além de um grande numero de amigos e admiradores do homenageado", *Ibidem*, p. 6. O seu elogio histórico foi feito por J. António Piloto.

(187) "É caso para nos felicitarmos porque embora esta lei seja ainda incompleta e dê grande latitude no que diz respeito ás individualidades com autoridade legal para assinar projectos para construções civis, é em todo o caso já de grande vantagem para a nossa classe", *Ibidem*, p. 5.

(188) Pardal Monteiro, na reunião do Conselho Director de 11.Mar.1925 pediu a demissão do cargo que foi aceite "em vista dos motivos expostos e perfeitamente justificados" que não são descritos na Acta desta mesma reunião, sendo posteriormente eleito em sua substituição, Marques da Silva, Cf. *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 11 de Março de 1925 a 26 Janeiro de 1927, 1ª Sessão, 11.Mar.1925.

(189) Decreto nº 10:663, publicado no *Diário do Governo*, nº 70, I série, de 31 de Março de 1925.

(190) A primeira Assembleia Geral teve lugar a 2.Jun.1925, prolongando-se ainda nas sessões de 5, 6 e 25 de Junho, registando grande afluência de sócios, respectivamente, 19, 17, 14 e 14, totais bastante significativos tendo em conta o registo de presenças em reuniões anteriores. Ver Vol. II - Documentação, Doc. nº 11.

(191) Cf. *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 11 de Março de 1925 a 26 Janeiro de 1927, Acta nº 17, 29.Ago.1925.

(192) Decreto nº 11.089, *Diário do Governo*, nº 199, I série, de 17.Set.1925.

(193) *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses*, de 11 de Março de 1925 a 26 Janeiro de 1927, Acta nº 18, 17.Set.1925.

(194) *Idem*, Acta nº 16, 19.Ago.1925.

(195) *Ibidem*, Acta nº 21, 21.Out.1925.

(196) *Ibidem*, Acta nº 23, 4.Nov.1925. Este assunto transitou para a Direcção seguinte que se congratulou pelo facto que teve "conhecimento pela imprensa" da Câmara Municipal de Lisboa ter deliberado que a "fiscalização das obras projectadas ou executadas sob a direcção de architectos, sejam exclusivamente da competência do architecto chefe da 4ª Repartição ou dos seus delegados, architectos municipaes, exara na presente acta um voto de congratulação por este facto, e resolve communicar-o ao vereador Snr. António Rodrigues de Almeida Santos, auctor da proposta, abstendo-se de votar o snr. director Paulino Montez, por fazer parte de uma comissão de fiscalização de obras", in *Ibidem*, Acta nº 5, 3.Mar.1926.

(197) Esta exposição era sobre ajudas de custo aos architectos do quadro daquele Ministério. Cf. *Ibidem*, Acta nº 12, 12.Jun.1925. Este assunto foi ainda tratado na Direcção seguinte, que elaborou no mesmo sentido nova representação. Cf. *Ibidem*, Acta nº 4, 24.Fev.1926.

(198) Cf. *Ibidem*, Acta nº 20, 10.Out.1925.

(199) MARQUES, A. H. - *Nova História de Portugal*, Vol. XI, p. 735.

(200) "A República evoluía logicamente para um radicalismo de feição socializante. Reforma agrária, aumento da tributação sobre os possidentes, nacionalizações, desenvolvimento da assistência social e melhoria do nível de vida das classes populares contavam-se entre os assuntos em discussão e inseriam-se na agenda dos partidos, quando não se achavam já em vias de efectivação. Era o resultado óbvio da gradual industrialização do País e da lenta alfabetização das massas", in *Idem*, p. 736.

(201) *Ibidem*, p. 737

(202) *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses*, 1926 [dact.], p. 1.

(203) "Pois á medida que os anos foram passando, á medida que se foi apregoando uma política levantada de progresso, de liberdade, de felicidade, ministros sucessivos, suggestionados por políticas mesquinhas de indignos informadores que detêm a podridão dos Ministérios, e num descuido certamente da ignorancia destes assuntos, reduziam mais a mais o curto quadro de architectos existente, até ao ponto escandaloso, incrível mas possível, duma falada extinção absoluta dos serviços de Architectura nas Obras Públicas", in *Idem*, p. 2-3.

(204) *Ibidem*, p. 3-4.

(205) "E até nas sucessivas baralhadas de reformas de Instrução - na parte que se refere so ensino de Desenho - as reduções de tempo de aulas e outras supressões tão felizes como seria, por exemplo, a de mandare fechar as escolas por espirito de economia, denuncia sobejamente a competencia de todos os reformadores da Educação, especialmente em matéria de Belas Artes", in *Ibidem*, p. 4.

(206) *Ibidem*, p. 4-5.

(207) Facto não mencionado mas no entanto relevante, foi a impossibilidade do Conselho Director se reunir entre 5 de Agosto e 12 de Outubro e depois entre 20 e 27 de Outubro de 1926 devido à falta de quorum. Cf. *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 11 de Março de 1925 a 26 Janeiro de 1927.

(208) "A João Lino de Carvalho, a quem nos habituamos a respeitar e muito estimar pelas suas excepcionais disposições associativas, tratando dos assuntos desta Sociedade com um metodo, uma disciplina, um cuidado e um carinho que decerto não excedia ao tratar dos seus interesses particulares, e fazendo do seu logar um exemplo de honestidade, de esforço e de sacrificio pela classe. A esse architecto, falecido em pleno exercicio das suas funções de Director-Presidente, queremos nós aqui deixar vincada, como pávida homenagem á sua memória, a confirmação de todo o nosso pesar, do nosso mais profundo sentimento e reconhecimento", in *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, 1926 [dact.].

(209) *Ibidem*, p. 6.

(210) *Ibidem*, 1927-1928 [manusc.], p. 2. O Conselho acrescenta ainda que "bem sabe, que todos teem a sua vida, os seus afazeres, mas é verdadeiramente imperdoavel, que não queiram prestar uns momentos de atenção á vida associativa".

(211) Neste sentido o Conselho declara ainda à Assembleia não precisar do "voto de louvor, que por dever de officio, tendes conferido ás gerências anteriores. A nossa consciencia vive tranquila, por termos cumprido o nosso dever, trabalhando intensamente e sempre com a melhor das intenções. Isso nos basta e nos consola", in *Ibidem*, p. 2-3.

(212) *Ibidem*, p. 15

(213) Circular de 4.Jun.1927, Cf. *Ibidem*, p. 5.

(214) Circular de 6.Jul.1927, Cf. *Ibidem*, p. 5-6.

(215) *Ibidem*, p. 12. Ver Circular de 27.Set.1927.

(216) Com esta exposição pretendiam "quanto possivel, contribuir para o progresso e levantamento da profissão do architecto em Portugal", in *Ibidem*, p. 7. No entanto, só Norberto Correia correspondeu a este apelo.

(217) *Ibidem*. Estas conferências "serão mensais e nocturnas, feitas na sede da Sociedade Nacional de Belas Artes, em virtude da Séde desta Sociedade, não ter as condições necessarias para esse fim".

(218) "Em virtude da falta de acôrdo entre esta Sociedade e a Sociedade Nacional de Belas Artes, não poderem as conferencias continuar, apesar de haver conferentes inscriptos", in *Ibidem*, p. 14.

(219) Circular de 15.Out.1927. Cf. *Ibidem*, p. 7-8

(220) *Ibidem*, p. 10.

(221) Cf. *Ibidem*, p. 11-12.

(222) Cf. *Ibidem*, p. 12.

(223) "O Conselho Director, logo que recebeu o respectivo convite, mandou afixar no quadro social, um exemplar do mesmo, para que todos os consocios, dêle tomassem conhecimento e solicitou do Snr. Ministro da Instrução, que Portugal se fizesse representar por delegados-

arquitectos, pedindo-lhe todas as facilidades para a representação desta Sociedade. Independentemente disto, conseguiu que a Imprensa publicasse noticias circunstanciadas sobre a realização do Congresso, interessando as entidades oficiais no assunto. De todo o trabalho havido, nada conseguiu", in *Ibidem*, p. 13

(224) *Ibidem*.

(225) *Ibidem*.

(226) *Ibidem*, p. 15. O anúncio do concurso para a elaboração do projecto do pavilhão português para a Exposição Ibero-Americana, a ter lugar em Sevilha, foi publicado no *Diário do Governo*, nº 6, II série, de 9.Jan.1928.

(227) *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, 1927-1928* [manusc.], p. 13.

(228) "Essa revista, órgão desta Sociedade, trataria não só dos assuntos que directamente lhe dizem respeito, como também de todas as outras artes plasticas, carpintaria, marcenaria, ourivesaria, artes applicadas, etc., etc.", in *Idem*, p. 16.

(229) *Ibidem*.

(230) Por falecimento do escultor Costa Mota (tio) a quem tinha sido atribuído o 1º Prémio, foi depois aberto um novo concurso, sendo então a Sociedade representada por Eugénio Correia e Pardal Monteiro.

(231) "Destes concursos teve conhecimento este Conselho Director, pela imprensa, dos respectivos programas, e não concordando com algumas das clausulas, resolveu levar o assumpto a uma sessão de Assembleia Geral, para o que pediu a respectiva convocação, não se realizando essa sessão por ausencia de colegas. Verificando o Conselho Director que por este facto todos estavam de acordo com as condições do referido concurso, entendeu desnecessario apresentar quaesquer projectos ou reclamação", in *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, 1929-1930* [manusc.], p. 5.

(232) "(...) o Conselho Director, entendeu que o programa do Concurso do Padrão de Luanda fosse alterado com vista de não estar de acordo com as bases do concurso. Solicitou da respectiva Comissão uma pequena alteração, no que não foi atendido, alegando a Comissão dos Padrões da Guerra, que isso iria prejudicar, talvez, alguns concorrentes por terem iniciado, já, os seus trabalhos, argumento de que o mesmo Conselho discorda", in *Idem*, p. 6.

(233) "O Conselho Director tendo tido conhecimento do respectivo programa e verificando que algumas das condições apresentadas não deviam satisfazer ao brio e dignidade dos Arquitectos, resolveu consultar os consocios sobre o caminho a seguir. Para esse fim solicitou a reunião da Assembleia Geral, na qual, depois de varias discussões sobre o assumpto, ficou resolvido que os Arquitectos não participassem a esse concurso. O Conselho Director deu conhecimento aos seus colegas, por meio de circular e pela imprensa", in *Ibidem*.

(234) *Ibidem*, p. 2. O primeiro concurso deste Prémio, aberto de acordo com o programa elaborado pela Sociedade dos Arquitectos Portugueses e ligeiramente alterado por proposta da Escola de Belas Artes, realizou-se em 1930. "O ponto deste primeiro concurso foi: *Um Arco de Triunfo*, tendo-se inscrito varios alunos do curso de Architectura, sendo classificado o projecto do aluno do 4º ano, Snr. António de Brito Macieira Lino", in *Ibidem*, 1930-1931 [manusc.], p. 2. O Decreto nº 18:411, *Diário da República*, I série, de 2.Jun.1930. publicou o regulamento do mesmo.

(235) *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, 1929-1930* [manusc.], p. 2-3.

(236) "A representação e o referido projecto de lei foram entregues em Abril do corrente ano [1930], mas, infelizmente, devido á nossa burocracia ou á má vontade das entidades por onde correm estes assumptos, não viu este Conselho Director realizadas as suas aspirações que devem ser as de todos os Architectos Portugueses", in *Idem*, p. 7.

(237) Postura de 20 de Janeiro de 1930. Cf. *Ibidem*, p. 9.

(238) Cf. *Ibidem*.

(239) O anúncio definitivo deste concurso foi publicado no *Diário do Governo*, nº 295, III série, de 19.Dez.1930, emanado do Ministério da Agricultura, anulando o já divulgado no nº 289, III série de 12 do mesmo mês. Estava prevista a realização de um concurso em duas fases (ante-projecto e projecto), bem como a formação do seu júri, constituído pelo secretário Geral do Ministério da Agricultura (presidente), dois artistas nomeados por esse Ministério, um architecto da Sociedade dos Architectos Portugueses, um architecto da Sociedade Nacional de Belas Artes, um delegado da Escola de Belas Artes e um delegado do Conselho de Arte e Arqueologia, da 1ª circunscrição.

(240) "Este ultimo concurso não foi ainda tomado publico pela Camara Municipal d'aquella cidade e nos outros dois alem de bastante concorridos foram apresentadas provas que honraram mais uma vez a nossa classe e os seus auctores", in *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, 1930-1931* [manusc.], p. 2.

(241) *Idem*, p. 3.

(242) *Ibidem*, 1932-1933 [manusc.], p. 1.

(243) *Ibidem*, p. 2.

(244) O projecto do mercado, segundo é afirmado "primava por inestético, sem caracter e de um mau gosto desconcertante". Dado que já estava feita a adjudicação da sua construção, este protesto só teve o mérito da Sociedade dos Architectos Portugueses ter conseguido do Presidente da Câmara Municipal de Almada a "promessa de que de futuro teriam o cuidado de se dirigir a esta Sociedade para obras que porventura venham a fazer", in *Ibidem*, p. 2.

(245) Ficou "definitivamente assente que seria na placa circular da Avenida Miguel Bombarda, junto ao edificio do Instituto Superior Técnico", in *Ibidem*. A Sociedade dos Architectos Portugueses foi representada nesta comissão pelo então seu Presidente, T. Lacerda Marques.

(246) *Ibidem*.

(247) *Ibidem*, p. 2-3.

(248) *Ibidem*, p. 3.

(249) Cf. *Ibidem*

(250) A exposição "15 Anos de Obras Públicas - 1932-1947", foi inaugurada a 28 de Maio de 1948 e permitiu ao Estado Novo efectuar o balanço da sua actividade. A sua cronologia realçava assim um período considerado único em termos de realização, tendo ao mesmo tempo subjacentes três sentidos fundamentais: homenagear Salazar (1932 foi o ano em que este assumiu a Presidência do Conselho); homenagear Duarte Pacheco (falecido á quatro anos ainda não tinha sido dado ênfase ao conjunto da obra que promoveu e viabilizou); homenagear os engenheiros (entendidos como técnicos fundamentais para a efectivação

dos projectos oficiais) e, de certo modo por arrastamento, também os arquitectos. Ambas as classes realizaram então o II e I Congressos Nacionais. Ver *Livro de Ouro da exposição 15 Anos de Obras Públicas - 1932-1947*, 2 vols.

(251) O Arsenal do Alfeite era constituído por um conjunto de edifícios, dos quais dois foram projectados por Carlos e Guilherme Rebelo de Andrade: o edifício do Comando e o da Direcção das Construções Navais. Ver *Arquitectos*, nº 2, Março 1938, p. 35-42.

(252) O projecto do Instituto Superior Técnico integra-se num plano mais vasto de construções delineado por Duarte Pacheco enquanto ministro da Instrução Pública (cargo que ocupou em 1928). Concretizava-se assim uma antiga ideia - já Ventura Terra em 1915 tinha sido encarregue de estudar um projecto que não teve continuidade - no desenho de Pardal Monteiro. Tratava-se da primeira realização com um sentido monumentalista aplicado a uma escola, cuja expressão arquitectónica assegurou a dignificação de uma ideia e de uma classe profissional. Contudo, o I.S.T. foi também o pretexto em torno do qual Duarte Pacheco pôs em prática as suas ideias de urbanismo, transformando-o no primeiro foco de desenvolvimento urbano da capital.

(253) A Estação Sul e Sueste, construída em 1931 e aberta ao público no ano seguinte, foi projecto de Cottinelli Telmo enquanto arquitecto da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses (1927-1948). Ainda que há muito fosse sentida a necessidade de substituir as velhas instalações do Terreiro do Paço, tal medida só foi tomada tendo em vista a Exposição de Sevilha de 1928, fundamentada na expectativa da passagem de milhares de visitantes a Lisboa, dirigindo-se ao Barreiro.

II PARTE

O SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS

Ainda que se tenha já procurado pontuar e elucidar os grandes acontecimentos da vida política nacional que tiveram implicações directas ou que apenas se reflectiram no seio da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, importa agora atentar de forma mais sistemática e sob pena de cair nalgumas repetições, no novo regime político que saído do movimento militar de 28 de Maio de 1926, se consolidou na Constituição Política da República Portuguesa de 11 de Abril de 1933 (1). Deste modo e contornando deliberadamente os aspectos que conduziram a uma designação formal desta ideologia oficial de Estado, pretende-se observar mais de perto as modalidades e ritmos de fascização da sociedade portuguesa que, caracterizando-a do ponto de vista social, político-institucional e ideológico, permitem que Portugal seja incluído numa matriz de análise mais complexa, esta a das ditaduras europeias e extra-europeias que foram os modelos dominantes de governação política então vigentes.

Portugal, geograficamente afastado de uma Europa atenta a equilíbrios decisivos do ponto de vista económico e social, sofreu, por via directa ou indirecta, os efeitos da crise geral acelerada pela I Guerra bem como foi atingido pelas consequências da Revolução de Outubro de 1917 e pelas resultantes da crise económica de 1921. O recrudescimento e endurecimento do movimento operário ameaçava os interesses dos grupos económicos dominantes já que representavam também a defesa de correntes liberais assentes na soberania popular, no sufrágio directo, no parlamentarismo e ainda na liberdade política que, no seu conjunto, promoviam transformações mais profundas nas estruturas económicas e sociais.

A crise internacional que se seguiu à I Grande Guerra teve como consequência a redefinição do papel do Estado que então se desejava forte e interventor. Neste sentido, "em reacção à ameaça 'vermelha', e para responder aos efeitos económicos e sociais da crise internacional, agravados pela desmobilização dos

"exércitos, pelas devastações da guerra ou pela dificuldade de reconversão das economias às condições de paz, a Europa vai assistir à vaga inicial do estabelecimento de regimes autoritários em quase todos os países do Centro-Leste e do Sul, ou seja, da sua 'primeira periferia'" (2). Assim, o recurso a regimes autoritários antiparlamentares tiveram sobretudo expressão nos países onde as "economias eram mais vulneráveis e dependentes" e também onde "os sistemas liberais eram mais frágeis, menos representativos e integradores" e que por consequência eram "menos capazes de gerir o agravamento das dificuldades e das tensões económicas, sociais e políticas". (3)

Assiste-se assim a uma primeira fase de instauração, em território europeu, de regimes autoritários que nas suas características dominantes visavam desde logo cercear e preferencialmente travar ou mesmo aniquilar, os movimentos sociais e políticos tendentes à manutenção de teorias mais liberalizadoras (4). A depressão económica mundial de 1929 resultante da quebra da bolsa de Nova Iorque, agudizou as tensões sociais já que atingiu drasticamente os interesses de clientelas ligadas ao comércio e à indústria. Estas, cansadas da instabilidade parlamentar eram como que empurradas para as fileiras daqueles que, como alternativa, defendiam a centralização do poder e o fortalecimento do Estado como medida mais eficaz para pôr fim às crescentes agitações sociais.

Mais concretamente em Portugal, a proclamação da República em 1910 não significou "uma ruptura estrutural com o passado próximo" (5), o que inviabilizou a consolidação de um regime democrático tal como foi definido na Constituição republicana. Durante o período que medeia até ao pronunciamento militar de 28 de Maio de 1926, questões de ordem interna e externa conduziram a uma instabilidade crescente do ponto de vista social e político que se materializou na eleição, derrube e imposição de sucessivos governos, ministros e ministérios. O descontentamento generalizado entre todas as camadas da população, sobretudo nas classes médias e na pequena burguesia rural e urbana que aspiravam à

tranquilidade e ordem públicas, à segurança e à estabilidade política e social, era assim um terreno fértil e permeável a qualquer alternativa. A Ditadura Militar instaurada a partir de 1926, hesitante, ambígua e contraditória nos seus passos iniciais, visava assim consubstanciar-se nessa alternativa sólida e duradoira, permitindo "a convergência e a consolidação de forças fundamentalmente tradicionalistas - a burguesia rural, a Igreja Católica - que se aglutinaram, politicamente, no idiário do 'Estado Novo', (...)" (6)

Tal situação conferiu um golpe profundo nas estruturas operárias e partidárias republicanas que viviam então e também, uma crise de carácter ideológico e estratégico, já que muitos dirigentes e filiados no Partido Republicano Português, aderiram ao movimento de 28 de Maio. Contudo, a implantação de uma *nova ordem* que permitisse o restabelecimento da deficitária situação económica do país, não foi isenta de algumas dificuldades, reflectindo também e por outro lado, a sua natureza heterogénea e "as contradições resultantes de distintas perspectivas quanto ao regime que haveria de suceder à Ditadura Militar" (7). Neste sentido, importa agora atentar com algum detalhe nos principais momentos que foram definindo e estururando a sociedade portuguesa desde 1926 até à aprovação da nova Constituição política, em 1933.

Logo nos finais de Maio de 1926, o comandante Cabeçadas que dirigiu o movimento insurreccional no centro do país, concentrou em si todos os poderes após a demissão do 45º Governo desde a proclamação da República e do seu Presidente, Dr. Machado dos Santos. No mês seguinte, a 3 de Junho, foi constituído um novo Governo (8) e dias depois era dissolvido o Congresso da República. A 12 de Junho, o Prof. António de Oliveira Salazar, então com 37 anos, assumia a pasta das Finanças. No mês seguinte, em Julho, o general Óscar Fragoso Carmona encabeçava um golpe de Estado que teve como consequência o exílio do general Gomes da Costa e a dissolução dos órgãos de todas as

colectividades locais. Em Setembro verificou-se outra tentativa falhada de golpe de Estado, desta vez por parte de militares democratas.

No ano seguinte, em 1927, a 3 de Fevereiro, teve início no Porto nova revolta militar que conduziu ao exílio de muitas das figuras importantes da vida política nacional, o que acentuou a crise no seio dos Partidos vindos da 1ª República e que foi apoiada por uma parte do exército comandada pelo general Sousa Dias. Este movimento foi secundado por uma greve de ferroviários e alastrou a Lisboa onde houve violentos combates, mesmo depois da rendição, a 8 de Fevereiro, dos rebeldes do Porto. A 15 do mesmo mês foi desde logo interditado o direito à greve. Em Agosto, foi travado mais um novo golpe de Estado, de tendência integralista e no qual estava envolvido o capitão Henrique Galvão. Tal movimento, levou a outra remodelação governamental e à supressão do cargo de vice-presidente, criado no início do mês de Agosto.

Em Janeiro de 1928, Oliveira Salazar publicava um estudo financeiro que em Março se traduziu num empréstimo de 12 milhões de libras vindas da Sociedade das Nações. Os acontecimentos sucediam-se: a 25 de Março o general Óscar Carmona, candidato único, foi eleito Presidente da República, a 18 de Abril o coronel Vicente de Freitas foi nomeado chefe do Governo e a 26 do mesmo mês, Oliveira Salazar foi novamente nomeado para a pasta das Finanças, agora com plenos poderes. Em Agosto, publicadas as contas de Estado referentes a 1928 e 1929, era apresentado um excedente de 1500 contos que, em 1929-1930, seria de 8500 contos. No entanto, no início de Novembro, o Governo demitiu-se, sendo o coronel Vicente de Freitas nomeado para Presidente do Conselho, mas Oliveira Salazar manteve-se na pasta das Finanças.

O ano de 1929 ficou também assinalado por grave crise ministerial que levou a exoneração do Governo, a 5 de Julho. O general Artur Ivens Ferraz foi nomeado Presidente do Conselho e dos antigos ministros só Oliveira Salazar conservou a

sua pasta. No início do ano seguinte, nova crise ministerial culminou na demissão do Governo, ficando o coronel Passos e Sousa encarregue de formar um novo, tarefa a que renunciou a 20 de Janeiro de 1930. No dia seguinte, o general Domingos Oliveira, foi nomeado Presidente do Conselho enquanto que Oliveira Salazar permanecendo no Ministério das Finanças, assegurava também interinamente - até Julho desse ano - a pasta das Colónias, tal como já tinha acontecido em 1929. O ano de 1930 ficou também assinalado pela publicação do Acto Colonial e pelo anúncio, por parte do Presidente do Conselho, da preparação de uma nova Constituição, bem como foram proclamadas as bases orgânicas da União Nacional, resultado de proposta governamental que remontava a 1927. Este partido único e única organização política autorizada no país até 25 de Abril de 1974, era concebida como uma associação cívica cuja estrutura organizativa estava inteiramente submetida ao poder.

O ano de 1930, já considerado "um ano decisivo", definindo "o encerrar de hesitações no interior da Ditadura Militar quanto à natureza do regime que lhe haveria de suceder e o início da construção, sob a direcção efectiva de Oliveira Salazar, dos fundamentos do Estado Novo" (9). A criação de "alicerces fundamentais", foi possível em parte devido à "apatia das oposições à Ditadura" e concretiza-se entre outros acontecimentos, na entronização como patriarca de Lisboa de Gonçalves Cerejeira (10), no falecimento do general Sinel de Cordes, militar de prestígio que "poderia sempre constituir-se como alternativa credível à direcção de Oliveira Salazar". (11)

Mas, e apesar destas medidas intercalares que conduziam à afirmação de uma nova prepotência política exercida pelo Estado, 1931 ficou também assinalado por uma nova crise ministerial, agravada pelo levantamento da Madeira, em Abril, dirigido pelo general Sousa Dias, para lá deportado com residência fixa após Fevereiro de 1927. Esta revolta antecedeu em dez dias a proclamação da II República em Espanha, o que lhe conferiu maiores dimensões e provocou uma

nova vaga de manifestações contra o Estado Novo, centradas sobretudo em Lisboa. De facto, graves tumultos ocorreram na capital no dia 1 de Maio, durante os quais a polícia e a Guarda Republicana foram alvo de atentados bombistas. No dia seguinte, capitulava a "República da Atlântida" bem como terminava o levantamento militar na Guiné portuguesa, este iniciado a 17 de Abril. Até ao fim do ano, novos acontecimentos ocorreram que contribuíram para a consolidação do Estado Novo: Oliveira Salazar fez a sua primeira intervenção oficial na União Nacional com o discurso que intitulou "O Interesse Nacional na Política da Ditadura"; a oposição constituiu a Aliança Republicana Socialista, presidida pelo general Norton de Matos e pelo comandante Cabeçadas; lutas violentas ocorreram de novo em Lisboa, nos finais de Agosto, resultantes de mais um levantamento militar; e, foi criado um organismo com funções consultivas junto do Presidente da República, denominado Conselho Político Nacional, encarregue de elaborar o novo texto constitucional.

Exactamente seis anos após o golpe militar de 28 de Maio, foi publicado na imprensa o projecto da nova Constituição, o que não se traduzia num abrandamento das convulsões governativas. Com efeito, nova crise ministerial levou o Governo a demitir-se em bloco, o que veio permitir uma maior concentração de poderes nas mãos de Oliveira Salazar: a 5 de Julho foi nomeado Presidente do Conselho, continuando com a pasta das Finanças e interinamente com a da Guerra; foi-lhe dada a presidência da Comissão Central da União Nacional, constituída em Novembro e cujos restantes membros foram escolhidos pelo mesmo estadista.

Só em Março do ano seguinte é que a Constituição foi submetida a um plebiscito (12), ano em que Oliveira Salazar presidia a um novo Governo, em que chegava a Lisboa o primeiro navio de guerra previsto no plano de reforço do exército nacional e em que se assistia às primeiras grandes manifestações organizadas pela União Nacional. O ano de 1933 ficou ainda assinalado pela institucionalização do Estado

Corporativo através da publicação do Estatuto do Trabalho Nacional e do Decreto Lei que criava os Sindicatos Nacionais. A conjugação destes dois documentos jurídicos definia, na especialidade, os aspectos da organização corporativa consignados na nova Constituição. Os poderes conferidos às Federações, aos Grémios, às Uniões e aos Sindicatos, cujas Direcções teriam de ser obrigatoriamente sancionadas pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, asseguravam, por via directa, a participação e submissão das forças produtivas à nova ordem política vigente em igualdade de circunstâncias, independentemente da profissão exercida. Foi neste contexto, e como se verá mais adiante, que se verificou a transformação da Sociedade dos Arquitectos Portugueses em Sindicato Nacional que, tal como outros organismos profissionais, viu posta em causa a sua continuidade por força da legislação referida.

Pode considerar-se que entre 1930 e 1933, o Estado, através da União Nacional, do Acto Colonial, da nova Constituição e depois com o Estatuto do Trabalho Nacional (13), ficou dotado de instrumentação fundamental para o controle jurídico, político, colonial e económico de toda a nação. Contudo, tais medidas foram ainda completadas com outras reformas administrativas e financeiras - como por exemplo o saneamento político do funcionalismo público -, com a institucionalização da censura prévia à imprensa e aos espectáculos, bem como foram reorganizadas as forças policiais. Destaque terá de ser dado à criação do Secretariado da Propaganda Nacional junto da Presidência do Conselho, dirigido pelo jovem jornalista António Ferro, pela importância que teve como promotor e transmissor da cultura oficial junto de vários estratos da população. (14)

Contudo, a contestação à implantação destas medidas fez-se ainda sentir, demonstrando ser real uma oposição ao regime que não tinha sido até então completamente aniquilada. Tal é o caso da "greve geral insurreccional" de 18 de Janeiro de 1934, organizada pelo Comité Confederal da Confederação Geral dos Trabalhadores, já na clandestinidade, de inspiração anarco-sindicalista, e na qual

participaram alguns militantes do Partido Comunista Português e que visava protestar contra a criação dos Sindicatos Nacionais corporativos que implicavam a extinção dos sindicatos tradicionais (15). Este movimento, que deveria coincidir com uma revolta militar contra o regime, fracassou, por um lado devido à detenção dos seus principais organizadores alguns dias antes e, por outro, pela mudança da coligação do poder em Espanha, de onde eram esperados importantes apoios, com a vitória da direita e do Partido Radical, em Novembro de 1933. A repressão desencadeada sobre as forças democráticas a partir destes acontecimentos, desferiu o golpe fatal numa já debilitada oposição, com o exílio, deportação ou prisão de dirigentes operários e militantes republicanos e mesmo de militares envolvidos na luta contra a ditadura.

Assim, a entrada em vigor do novo texto constitucional, em 1933, conferiu ao Estado Novo uma certa margem de tranquilidade que lhe permitiu no ano seguinte e após o esmagamento do movimento de 18 de Janeiro, a realização do I Congresso da União Nacional e a inauguração, no Porto, da Exposição Colonial. Em Outubro verificou-se nova remodelação governamental e, no mês seguinte, realizaram-se eleições para a Assembleia Nacional, às quais concorreu uma só lista apadrinhada pela União Nacional. Neste sentido, pode considerar-se que "o ano de 1934 representou de facto o coroar final do processo de implantação e consolidação do Estado Novo" (16), processo este que só foi seriamente ameaçado dois anos mais tarde pelos efeitos directos das eleições legislativas espanholas, em Fevereiro de 1936, e das quais saiu vitoriosa a Frente Popular, coligação de partidos republicanos, socialistas e comunistas. Tal acontecimento levou ao reforço do poder de Estado que se concretizou na criação de novas estruturas organizativas de fácil controle e com o intuito de apoiar a ideologia oficial, como foi o caso da Mocidade Portuguesa e da Legião Portuguesa e ainda o reforço das estruturas policiais repressivas, bem como a criação da Colónia Penal do Tarrafal, em Cabo Verde, para presos políticos e delitos sociais.

Como contraponto à situação vivida na vizinha Espanha, verdadeira ameaça para a ordem interna, o Estado Novo empenhou-se também no reforço da difusão e propaganda do ideário nacionalista, criando uma imagética própria de acentuado historicismo, processo em que se revelou fundamental a actividade do Secretariado da Propaganda Nacional. Até ao eclodir da II Guerra, procurou-se criar uma coesão e gerar uma unidade espiritual da Nação portuguesa, para aquém e para além do mar, numa série de manifestações públicas (17) que, estabelecendo um diálogo referencial com o passado, fez emergir um Portugal guerreiro, marinho e colonialista, reinventado em heróis, enfabulado nas descobertas e reafirmado num Império dilatado pela fé, numa iconografia e historiografia renovadas, que trouxeram aos olhos dos portugueses um país geograficamente pequeno mas grande na sua História e feitos, orgulho e legitimação dos governantes e por isso também dos governados. Como se verá, esta política que visava enformar o espírito, teve o seu ponto alto nas Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e Restauração da Nacionalidade, sobretudo na Exposição Histórica do Mundo Português que teve lugar em Lisboa, em 1940.

Em todo este processo de consolidação e estruturação do Estado Novo surgem como pontos de apoio fundamentais, não só o Exército mas também a Igreja Católica que viu alargada substancialmente a sua vigilância tutelar da sociedade portuguesa, legitimando o poder do Estado, mas salvaguardando sempre a sua independência face ao mesmo.

Esta espécie de trilogia tácita - Exército, Igreja e Governo forte - foi determinante para que o Estado Novo cumprisse o seu "duplo pragmatismo": o "político-institucional" e o "económico e social", de acordo com uma expressão já utilizada. Assim, o primeiro aspecto levou o Estado "a combinar e a compor na matriz corporativa, antidemocrática e antiliberal do catolicismo social salazarista os contributos do ultramontanismo integralista e os do republicanismo liberal conservador". O segundo vector apontado, ou seja o "pragmatismo, (...), do ponto

de vista económico e social", utilizou processos complexos de estruturação que viabilizaram o próprio regime de cuja "estabilidade nascerá a organização corporativa, geneticamente marcada, (...), pelo seu carácter de instrumento central de intervenção económica e social do Estado". (18)

O Estado Novo, sabendo responder aos anseios das classes médias e das pequenas burguesias (urbana e rural; assalariada e proprietária), centrou-se em valores de carácter moral sendo estes desde logo revestidos de intenções políticas. Neste sentido, foi fundamental a fabricação de uma imagem carismática, centrada sempre e só em Oliveira Salazar que se assumiu como um líder em continuidade do próprio Estado Novo. Apesar de não ser um político teórico, entendido no sentido tradicional, já que o seu pensamento doutrinar foi construído e modelado no exercício do poder, o Presidente do Conselho revelou-se sempre hábil, consciencioso e reflectido na (re)estruturação da vida política nacional, cujos efeitos de longa duração permanecem ainda. De tal situação não é alheio o facto da "raiz matricial do seu pensamento" se ter construído "no seminário de Viseu, nas leituras de Valois, Maurras, Sorel, das Encíclicas Papais, na meditação sobre Oliveira Martins (claramente percursor da defesa de um *Estado forte*). Não foi como Mussolini ou Hitler um homem que cresceu e ganhou dimensão como *membro de partido*, forjando-se na luta política, articulando o pensamento com a acção de massas". (19)

Por outro lado, a necessidade do regime de implantar modelos universalistas, entendendo Portugal como um universo deliberadamente fechado sobre si próprio, levaram à instrumentalização e submissão dos veículos de transmissão cultural aos interesses do Estado. Caminhando para a criação de hegemonias em termos não só políticos, mas também e por isso, culturais e mentais, o Estado, assumindo-se como elite esclarecida, impôs sempre a sua onnipresença intimidante, nomeadamente através dos Sindicatos Nacionais, sobre aqueles que afinal tinham,

pretensamente, uma única missão a cumprir: obedecer e executar as tarefas e missões que as altas esferas lhes definiam.

Salvaguardado por um poder implantado verticalmente e criando para isso estruturas político-administrativas específicas, o Estado Novo garantiu para o exercício da sua acção a inexistência de zonas de sombra, num desenho governativo cauteloso e escrupulosamente esboçado e passado a limpo.

Capítulo 1

AS DISPOSIÇÕES LEGISLATIVAS E AS IMPLICAÇÕES LEGAIS DA TRANSFORMAÇÃO EM SINDICATO NACIONAL

O texto constitucional de 1933, por si só, não garantia ao Estado o controle absoluto de todas as actividades económicas, sociais e culturais desenvolvidas ou não no âmbito associativo e que existiam ou poderiam vir a ser criadas. Legislação complementar, cuja existência fora prevista na Constituição, veio a assegurar uma onnipresença tentacular do Estado Novo sobre a vida do País.

Neste sentido, e para o assunto em estudo, interessa fundamentalmente a publicação de dois Decretos-Lei, no mesmo dia - 23 de Setembro de 1933. Um deles - o Decreto-Lei nº 23.048 - criava o "Estatuto do Trabalho Nacional" e, o outro - o Decreto-Lei nº 23.050 - legislava especificamente sobre a criação de "Sindicatos Nacionais".

O primeiro destes diplomas versava já no seu Capítulo III, Título III, "A organização Corporativa", definindo os seus princípios fundamentais e considerando que a organização profissional não só dizia respeito ao "domínio económico", mas englobava também "o exercício das profissões livres e das artes". Contudo, a sua acção seria subordinada "neste caso a objectivos de perfeição moral e intelectual que concorram para elevar o nível espiritual da Nação" (20). A "organização profissional" não era considerada obrigatória, excepto "disposição especial aplicável a indivíduos que exerçam determinadas actividades", incumbindo ao Estado "reconhecer os organismos que a representam e promover e auxiliar a sua formação".

Neste sentido, foi criada uma estrutura que assentava em dois tipos de organizações consideradas "o elemento primário da organização corporativa": os

Sindicatos Nacionais - "de empregados e operários" - e os *Grémios* - "formados pelas entidades patronais". Estes, por sua vez, agrupar-se-iam em *Federações* - "regional ou nacional e constituída pela associação de sindicatos ou grémios idênticos" - e em *Uniões* - "conjuga as actividades afins já organizadas em grémios ou sindicatos nacionais, de modo a representar em conjunto todos os interessados em grandes ramos de actividade nacional" -, definidos como "elementos intermédios da Corporação que realiza a última forma daquela organização unitária das forças da produção e representam integralmente os seus interesses". (21)

Tanto os Sindicatos Nacionais como os Grémios, representando "patrões, empregados ou assalariados do mesmo comércio, indústria ou profissão, estejam ou não neles inscritos", cumpriam exactamente as mesmas funções, sendo investidos de "personalidade jurídica" (22). Contudo, dos Sindicatos era ainda "atribuição (...) a defesa dos direitos e legítimos interesses dos seus membros, e dos que exercem na sua área a mesma profissão, em tudo o que se refere à aplicação dos preceitos legais de protecção aos trabalhadores". (23)

No entanto, foi no Decreto-Lei nº 23.050 que o Governo definiu exactamente o que entendia e esperava dos "Sindicatos Nacionais". Ao longo de cinco capítulos concretizam-se princípios apontados de forma sumária no "Estatuto do Trabalho Nacional" e determinam-se, entre outros, os seus deveres e direitos bem como as disposições estatutárias. Genericamente, o texto só era flexível na medida em que era heterogénea a população activa que visava abarcar e organizar, pois, e de resto, não deixava entrelinhas no respeitante ao tipo de actuação que lhes era autorizada, num contexto de Estado centralizado e em pleno reforço e afirmação de poder. Por outro lado, estes "agrupamentos de mais de cem indivíduos que exercem a mesma profissão" e que tinham por finalidade "o estudo e a defesa dos interesses profissionais nos seus aspectos moral, económico e social", englobavam todos aqueles que trabalhassem "por conta de outrem" ou que exercessem "profissões livres". (24)

Tal enunciado não poderia deixar de constituir um aliciante para os arquitectos que desde a fundação da Sociedade dos Arquitectos Portugueses - que à data da publicação deste Decreto cumpriam trinta anos de existência legal - lutavam por ser reconhecidos como parceiros sociais, tanto mais que os Sindicatos Nacionais gozavam de "personalidade jurídica, podendo exercer todos os direitos legítimos do seu instituto, incluindo o de representação dos interesses profissionais da respectiva categoria, demandar e ser demandados". (25)

Contudo, tais concessões não eram, e naturalmente, isentas de "deveres" que vinculavam, de modo inequívoco, os Sindicatos à política que lhes deu origem: os seus interesses deveriam ser subordinados "aos interesses da economia nacional, em colaboração com o Estado e com os órgãos superiores da produção e do trabalho" (26); a sua actividade era exercida "exclusivamente no plano nacional e com respeito absoluto pelos superiores interesses da Nação", sendo-lhes por isso "vedada a filiação em quaisquer organismos de carácter internacional, ou a representação em congressos ou manifestações internacionais, sem autorização do Governo", autorização também necessária para poderem "contribuir monetariamente para a manutenção de organismos estrangeiros" e para "receber deles quaisquer donativos ou empréstimos" (27); era também obrigação dos Sindicatos "exercer as funções políticas conferidas pela Constituição Política da República Portuguesa aos organismos corporativos" (28). Tudo isto contribui e enforma a logo célebre frase do Presidente do Conselho, por inspiração mussoliniana: "Tudo pela Nação, nada contra a Nação"...

Outros aspectos importa realçar por de alguma forma fundamentarem as esperanças depositadas pelos arquitectos aquando da estricte obediência a este Decreto-Lei. Assim, era ainda obrigação dos Sindicatos Nacionais "dar parecer sobre assuntos da sua especialidade, acerca dos quais forem consultados pelos organismos corporativos de grau superior ou pelo Estado", especificamente sobre a "situação, condições e necessidades da respectiva profissão e modo de promover o

seu aperfeiçoamento ou suprir as insuficiências" e ainda sobre as "condições económicas e sociais dos seus associados" (29). No entanto, se a inscrição nos Sindicatos assim criados era livre, "os contratos de trabalho e regulamentos por eles elaborados" após sanção dos órgãos corporativos superiores e aprovação pelo Subsecretariado das Corporações e Previdência Social, "obrigam igualmente os inscritos e os não inscritos". (30)

Antes de se observar mais de perto o que então se passou no seio da Sociedade dos Arquitectos logo após a publicação deste Decreto, importa atentar num aspecto, ainda que de carácter formal, mas elucidativo quanto à ilusória opção concedida pelo Estado Novo aos grupos profissionais. Assim, era determinado que todas as "associações profissionais de empregados e de operários ou trabalhadores" existentes e constituídas ao abrigo do Decreto de 9 de Maio de 1891, situação em que se encontrava a Sociedade dos Arquitectos Portugueses, deveriam a partir de então "organizar novos estatutos" de acordo com a nova lei e submetê-los à aprovação do Subsecretariado das Corporações e Previdência Social até ao fim do ano de 1933 - restavam assim cerca de três meses - "data em que lhes será retirada a aprovação se não estiverem nestas condições". (31)

De um modo geral, e como se verá em seguida, só um aspecto deste Decreto-Lei foi contestado pelos arquitectos: o facto de os Sindicatos Nacionais "dos advogados, dos médicos e dos engenheiros" poderem desde logo "adoptar a denominação de *Ordens*", enquanto que às restantes "profissões livres" era somente reconhecido o direito de se organizarem "num único Sindicato Nacional, com sede em Lisboa, podendo criar secções distritais em tudo sujeitas à disciplina do Sindicato" (32). Ganhava assim forma de letra num texto legal emanado pelo Governo, o reconhecimento público do nobre estatuto social, económico e cultural de classes profissionais livres e liberais, ultrapassando, mas de algum modo marginalizando e gorando as expectativas de anos de luta pelo reconhecimento da profissão de arquitecto, luta essa empreendida e promovida pela Sociedade dos

Arquitectos, ainda que "Ordem" e "Sindicato" fossem regidos e sujeitos aos restantes artigos estipulados por este Decreto-Lei.

Uma vez publicado a 23 de Setembro de 1933, o Decreto-Lei nº 23.050 sobre os Sindicatos Nacionais, este assunto foi levado à discussão da Assembleia Geral da Sociedade dos Arquitectos imediatamente a seguir e que teve lugar a 2 de Outubro do mesmo ano. Esta sessão coincidia com o fim de um mandato do Conselho Director, procedendo-se assim à leitura do seu Relatório e balancete e elegendo-se a Comissão Revisora de Contas.

Foi após estarem cumpridos estes aspectos definidos na convocação desta Assembleia que A. Bermudes teceu longas considerações sobre a vida associativa, aos nove sócios participantes nessa reunião, referenciadas à intervenção de J. Urbano de Castro, também em Assembleia Geral anterior, que "se viu obrigado a exprobar a indiferença dos sócios pelos interesses associativos e a apelar para a solidariedade da classe, sob pena de mais graves perigos" (33). Para o orador, tal situação era "o reflexo de uma crise geral que avassala o Mundo", sendo necessário contrariá-la no seio da classe porque a atitude dos colegas demonstrava o seu descontentamento face ao seu organismo de classe que na opinião daqueles "para nada serve" devido à "ineficácia da sua actuação". Segundo se depreende das palavras de A. Bermudes, era cada vez mais notória a opção por iniciativas individuais que em tudo contribuíam para a "dissociação das forças" e para "enfraquecer a classe, colocando-a à mercê de quaisquer outras classes mais numerosas e organizadas". (34)

O discurso oficial de um Estado recém consolidado e fortalecido com a aprovação da sua Constituição Política sedimentou-se numa lógica de inevitabilidade, penetrando agora e também na Sociedade dos Arquitectos Portugueses pela voz de um ex-vereador da Câmara Municipal de Lisboa eleito pelo Partido Republicano. "Espírito corporativo" e a "imperiosa necessidade de promover a solidarização

nacional", reconhecidos na nova Constituição de um Estado também ele auto-denominado Novo, eram noções generalistas que se adequavam à situação vivida nas fileiras da Sociedade dos Arquitectos.

Ainda nesta reunião A. Bermudes leu os aspectos fundamentais do Decreto-Lei nº 23.050, "comentando alguns", ao mesmo tempo que fez "sentir a urgência de se proceder ao estudo e reforma dos actuais Estatutos (...), submetendo-os à aprovação das estações oficiais competentes dentro do prazo legal". Contudo, e como já foi referido, uma observação foi desde logo feita: se a designação de "Ordem" foi atribuída aos engenheiros, médicos e advogados, esta também deveria ser reclamada para os arquitectos. Tal aspiração, e como se verá, pontuou o discurso de diversas Direcções associativas e só foi cumprida em 1982, com a aprovação do Estatuto de Associação Pública, reconhecido à Associação dos Arquitectos Portugueses, designação assumida pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos após 1974. (35)

A. Bermudes procurou, com certa destreza discursiva, fazer coincidir a necessidade de rever os Estatutos no respeitante à reorganização da Sociedade, facto que a classe já tinha reconhecido, com as imposições estabelecidas no Decreto dos Sindicatos Nacionais. A oportunidade serviu também ao orador para "fouvar" o facto de o Estado procurar "estimular a actividade nacional e a organização das classes, sob os pontos de vista moral, económico e social", à qual a Sociedade dos Arquitectos não poderia (nem deveria, talvez se possa acrescentar) ficar indiferente, devendo assim "prestar uma dedicada colaboração, no seu próprio interesse". Neste sentido, Bermudes propôs no final da sua longa intervenção que este assunto "seja presente à próxima Assembleia Geral, afim de que ela resolva o que tiver por conveniente". (36)

De acordo com o relato da Acta da reunião, a exposição de A. Bermudes foi "apreciada" e o próprio presidente da Mesa, J. Urbano de Castro a elogiou "pela

análise clara que fez do diploma em questão", concordou com a marcação de uma nova reunião, solicitando ao colega "a sua comparência a essa sessão e para até lá estudar as doutrinas do citado documento por forma a esclarecer todos os colegas que a ela compareçam". Cottinelli Telmo, também presente, realçou "a acção prestimosa do ilustre consócio Adães Bermudes, a quem a Sociedade muito deve no que diz respeito à sua revivescência". (37)

A nova reunião então prevista teve lugar no dia 11 de Outubro de 1933 comparecendo treze sócios, ou seja, mais quatro do que na sessão anterior e da sua ordem de trabalhos constava o estudo das bases do Decreto-Lei nº 23.050, para além da votação do Relatório apresentado pela Direcção cessante e a eleição dos novos corpos gerentes. Após a resolução destas questões, foi novamente A. Bermudes que tomou a palavra procedendo mais uma vez à leitura dos principais artigos do referido Decreto. A sessão pautou-se pelos vários esclarecimentos que este arquitecto deu aos seus colegas, tendo o presidente da Mesa da Assembleia Geral recomendado aos presentes "a máxima atenção" para os mesmos "porquanto a gravidade do assunto que se ventila exige a máxima ponderação". (38)

As questões colocadas foram de varia ordem, entre as quais se salientam, o cumprimento do prazo imposto pelo Decreto para a constituição dos Sindicatos (Eugénio Correia); as vantagens da criação da Ordem (Tertuliano Marques), (39); a competência dos engenheiros para projectar edificios públicos e particulares, quer seja aprovado o Sindicato ou a Ordem (Eugénio Correia e Tertuliano Marques), (40). Verifica-se assim que não foram colocadas questões concretas que de alguma forma deixassem transparecer a preocupação das futuras dependências em relação ao poder central, aliás explicitas no texto oficial em discussão, que limitariam as áreas de intervenção da estrutura organizativa a criar. Constata-se, por outro lado, uma crença sincera na legalidade, isto é, que uma vez consignados os direitos e deveres dos arquitectos num Estatuto organizado de acordo com uma

legislação que o promovia ficaria assegurada a defesa do exercício da profissão, afastando assim a ingerência de outras áreas profissionais, sobretudo os engenheiros.

Após terem sido esclarecidas as questões colocadas por alguns dos presentes na reunião, o presidente da Mesa considerou o assunto "já suficientemente elucidado e discutido", colocando então duas questões à Assembleia: "1º Deve ou não a Sociedade dos Architectos Portugueses transformar-se em Sindicato, conforme a determinação do Decreto nº 23.050 de 23 de Setembro de 1933? - 2º Deve ou não proceder-se imediatamente ao estudo e elaboração dos Estatutos do novo Sindicato?" (41). Uma vez feita votação nominal foi aprovado por unanimidade que a "Sociedade se transformasse em Sindicato" e que também se "procedesse com urgência ao estudo e elaboração dos Estatutos do Sindicato Nacional dos Architectos Portugueses" (42). Neste sentido, J. Urbano de Castro, propôs a nomeação de uma comissão "para proceder ao estudo desses Estatutos afim de serem presentes as suas conclusões na próxima sessão que terá lugar antes do fim do ano". C. Rebelo de Andrade sugeriu então que esta fosse constituída por "A. Bermudes, J. Urbano de Castro e Cottinelli Telmo, o que foi aprovado por todos os presentes". (43)

Por fim, A. Bermudes expressou a opinião de que a Direcção recém eleita deveria solicitar junto do secretário de Estado das Corporações e Previdência que "à semelhança do que foi determinado para as classes dos médicos, engenheiros e advogados, seja criada também a Ordem dos Architectos". Baseava tal opinião em dois argumentos essenciais: "duração, dificuldade e especialidade" do curso de Architectura e no facto de "ter sido superiormente e oficialmente indicado no Diário do Governo a criação da referida Ordem". (44)

Lamentavelmente, a única notícia que há da reunião em que a Comissão encarregue de redigir os Estatutos do Sindicato apresentou o seu trabalho, é o

registo de sócios presentes, não estando a Acta no respectivo livro (45). Assim, a Assembleia Geral realizada a 3 de Abril de 1934 visava já o estudo das emendas ao Estatuto previamente entregue às instâncias superiores e que foi depois remetido pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, acompanhado de um ofício em que era afirmado que aquele só poderia ser aprovado após terem sido introduzidas alterações, então especificadas. (46)

Estas, num total de vinte, baseavam-se num Parecer dado pelo director de Serviços da Repartição do Trabalho e Corporações do referido Instituto no qual se reconhecia que os requerentes exerciam "uma profissão diferenciada, com o necessário carácter de efectividade, justificando-se a bem dos interesses económicos e sociais da comunidade, a projectada organização sindical", bem como que "esta organização seja feita através dum Sindicato único com sede em Lisboa e secções distritais, visto tratar-se de uma profissão livre". Após estas considerações, o Parecer referia ainda que apesar dos Estatutos não terem "matéria contrária à Lei Geral", não estavam "elaborados em conformidade com o Decreto-Lei nº 23.050, e contrariam nalgumas das suas disposições o Estatuto do Trabalho Nacional", concluindo-se, portanto, que a Direcção de Serviços só os poderia aprovar depois de lhe terem sido introduzidas as alterações. (47)

Tal como era referido no citado Parecer, algumas das alterações - importa salientar que estas não tinham o carácter de propostas sendo antes imposições, pois se não fossem respeitadas os Estatutos não seriam aprovados - visavam adequar o texto apresentado pelo arquitectos aos principais diplomas legais sobre esta matéria, por um lado e, por outro, prendiam-se sobretudo com o funcionamento da própria estrutura sindical, incidindo na sua maioria, como se verá, no capítulo "Da Assembleia Geral". Dada a sua importância, importa agora observar mais de perto cada uma das referidas alterações. (48)

A 1ª emenda feita ao Estatuto proposto era referente ao seu Capítulo I, no qual era necessário "dar execução ao disposto nas alíneas b) e c) do Artº 15º do Decreto-Lei nº 23.050" (49): era assim obrigatório, como disposição estatutária, que os arquitectos afirmassem o "respeito pelos princípios e finalidade da colectividade nacional" e que declarassem expressamente a renúncia "a toda e qualquer forma de actividade, interna ou externa, contrária aos interesses da Nação Portuguesa". Por outro lado, era imposto o reconhecimento de que o Sindicato "constituia factor de cooperação activa com todos os outros factores da economia nacional e, consequentemente, o repúdio da luta de classes" (50). Tais emendas foram feitas constando das alíneas a) e b) do Art. 1º dos Estatutos do Sindicato. Talvez se possa considerar que a ausência inicial destas especificações no texto proposto esteja mais directamente relacionado com o tipo de actividade profissional exercida pelo arquitectos, menos vocacionada para a promoção de lutas sociais, do que represente uma tentativa de contornar por omissão a co-responsabilidade das organizações sindicais na construção da nova ordem económica e social então em curso.

Se a 1ª emenda proposta não tinha uma relação imediata com as futuras atribuições do Sindicato em relação ao exercício da profissão e ao alcance deste organismo, o mesmo já não se verificava em relação à segunda objecção feita pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência. Assim, este impunha que no Art. 4º, incluído no Capítulo III - Da profissão e do seu exercício, fosse eliminada a "obrigatoriedade de inscrição no Sindicato para exercício da profissão por ser contrária ao disposto no Artº 33º e 42º do Estatuto do Trabalho Nacional e ao disposto no Artº 22º, do Decreto-Lei nº 23.050". De facto, o primeiro artigo evocado refere que os "contratos colectivos de trabalho (...), obrigam os patrões e trabalhadores da mesma indústria, comércio ou profissão, quer estejam ou não inscritos nos grémios e sindicatos nacionais respectivos" (51) e o segundo, conferindo personalidade jurídica aos Sindicatos e Grémios, previa que estes

representassem legalmente "toda a categoria dos patrões, empregados ou assalariados do mesmo comércio, indústria ou profissão, estejam ou não neles inscritos" (52). Por outro lado ainda, o Art. 22º do Decreto-Lei nº 23.050 era claro ao estipular que "é livre a inscrição nos Sindicatos Nacionais" mas que os contratos de trabalho e regulamentos por estes elaborados "obrigam igualmente os inscritos e os não inscritos". De facto e como não podia deixar de ser, tal emenda foi feita ao Estatuto, retirando aos arquitectos a possibilidade de legalmente poderem obrigar os profissionais da Arquitectura a organizarem-se em torno de um único organismo de classe. Ficou assim gorada uma já quase secular expectativa radicada num certo romantismo de confederação de ofício, apesar do novo contexto da prática profissional dar então novos argumentos a esta aspiração, ou seja, era necessário disciplinar a classe, tomando-a num corpo coeso de pressão, a fim de poderem ser satisfeitas as principais reivindicações manifestadas e veiculadas pela Sociedade dos Arquitectos Portugueses. Neste sentido, importa ainda salientar que contrariamente ao que aconteceu com estes profissionais, a inscrição na Ordem dos Engenheiros era obrigatória (53), residindo aqui a principal diferença entre a força representativa de uma classe organizada em Ordem ou em Sindicato. Mas deste assunto se falará ainda.

A 3ª emenda, feita no Art. 12º, tal como a anterior incluída no capítulo referente à profissão e ao seu exercício, veio também de algum modo retirar força ao Sindicato como parceiro social, já que obrigava a substituir a palavra "deverá" por "poderá", no aspecto referente à consulta a fazer a este organismo nos concursos para o preenchimento de cargos, "a fim de que as bases que se publiquem, se encontrem de acordo com o Regulamento Orgânico dos Concursos". (54)

Um total de cinco emendas eram feitas a artigos do Estatuto referentes à Assembleia Geral, o que não deixa de ser significativo tendo em consideração as rigorosas medidas tomadas pelo Estado Novo quanto à liberdade de expressão e nomeadamente, ao direito de reunião. Assim, estas incidindo nas Assembleias

extraordinárias, corrigiam o número de sócios que a poderiam convocar, isto é, "um terço dos sócios no pleno gozo dos seus direitos" e não "pelo menos por dez" como tinha sido proposto (55), a 7ª emenda eliminava o nº 1 do Art. 40º (56), a seguinte, suprimindo no nº 2 do mesmo artigo a expressão "ou do Conselho Fiscal", retirava a este órgão a possibilidade de convocar uma Assembleia Geral extraordinária, ficando só a Direcção com poderes exclusivos para tal. Outra emenda - a 9ª - era ainda sobre este assunto e no sentido deste tipo de reuniões serem convocadas por 1/3 dos sócios e não "pelo menos por uma quarta parte" como tinha sido previsto no texto inicial (57). A 6ª emenda exigia que o Art. 39º fosse redigido "de harmonia com o disposto no § 2º do Artº 15º, do Decreto-Lei nº 23.050", versando a matéria a tratar em sessão ordinária de Assembleia Geral. (58)

Outro grupo de emendas referia-se à constituição de Secções Distritais do Sindicato. A primeira feita neste sentido - a 5ª - previa que fossem incluídas "as regras para a eleição dos representantes das secções na Direcção", o que veio a ser feito no Art. 26º, parágrafo 1º (59). Enquanto que a 13ª emenda se referia à definição destas Secções, que passaram a ser "agrupamentos de todos os Arquitectos que exercem a sua profissão no mesmo distrito" e não "ou grupo de distritos", como tinha sido proposto (60), a 14ª visava "modificar a denominação das Secções", no parágrafo 3º do Art. 73º, que então passaria a "Sindicato Nacional dos Arquitectos, Secção Distrital de..." (61). Os requisitos necessários para a criação destas também foram alterados pela 15ª emenda que a limitou aos "Distritos" eliminando a possibilidade de tal ser feito também nos "grupos de distritos", passando de quinze para vinte o número de arquitectos neles residentes para a constituição destes agrupamentos (62). A última emenda a este capítulo era referente à indicação da contribuição das Secções para as despesas do Sindicato, o que foi especificado no Art. 78º do Estatuto. (63)

Outras emendas mais gerais eram feitas, nomeadamente quanto à eleição dos três vogais para a Comissão Revisora de Contas (64), à exclusão da parte final do Art.

81º referente à cobrança do Imposto Profissional (65), aspecto do Estatuto que como se verá, gerou uma situação embaraçosa para o Sindicato e para o próprio Instituto Nacional do Trabalho e Previdência. Quanto ao último capítulo, sobre "Disposições gerais e transitórias", a 19ª emenda previa a eliminação, no Art. 94º, da "parte referente à Secção do Norte" (66), sendo ainda necessário acrescentar e de acordo com a 20ª emenda a importância e prazo de pagamento das quotas sindicais, o que veio a ser incluído no capítulo dos Estatutos relativo aos sócios. (67)

Restam ainda mencionar as duas emendas - 11ª e 12ª - feitas ao Capítulo VIII - Do Conselho Disciplinar, bastante rígido e complexo, como se verá, e que visavam eliminar três alíneas do Art. 59º respeitantes às penalidades a aplicar por este Conselho aos "infratores e delinquentes", que ficou assim reduzido a quatro pontos, sendo a segunda emenda decorrente desta visto prever a modificação do "§ 2º do Artº 59º de forma a eliminar as referências dos nºs 5º, 6º e 7º do Artº 59º". (68)

Por nada constar em Acta sobre as repercussões que estas vinte emendas tiveram no seio da classe, sabe-se somente que após alguns dos presentes na Assembleia Geral terem "falado" sobre o assunto, estas foram "aprovadas por unanimidade" (69). Ainda que o capítulo seguinte incida exactamente no conteúdo dos Estatutos do Sindicato Nacional dos Arquitectos finalmente aprovados após as alterações referidas, importa salientar desde já que o que foi posto em causa pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, exceptuando o disposto quanto à obrigatoriedade de inscrição neste organismo, não foram questões de fundo ligadas a aspectos mais teóricos, como sejam a definição e atribuições profissionais dos arquitectos, ou ainda de indole mais prática como por exemplo as manifestações públicas dessa actividade profissional.

1.1. OS NOVOS ESTATUTOS E A REPRESENTATIVIDADE DA CLASSE

Os Estatutos do Sindicato Nacional dos Arquitectos foram aprovados por Alvará do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, datado de 29 de Junho de 1934 (70), constando de catorze capítulos e 99 artigos. Na sua estrutura e conteúdo genérico seguem de perto o estabelecido no Decreto-Lei nº 23.050, Capítulo III, referente às "Disposições Estatutárias".

Deste modo, logo no seu Art. 1º, os Estatutos definem o Sindicato Nacional dos Arquitectos como "o agrupamento de todos os arquitectos portugueses", em "substituição" da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, tendo "carácter oficial" e "personalidade jurídica" e ficando dependente "para todos os efeitos administrativos" do Subsecretariado das Corporações e Previdência Social e Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (71). As duas alíneas seguintes são quase uma transcrição das publicadas no Decreto-Lei nº 23.050, dizendo respeito à afirmação da "renúncia a toda e qualquer forma de actividade, interna ou externa, contrária aos interesses da Nação Portuguesa" (72) e ao repúdio da "luta de classes, porquanto cada uma deve ter as suas atribuições completamente definidas e distintas" (73), aliás e como se viu, inteiramente de acordo com as emendas impostas ao Estatuto.

A sua finalidade é o assunto de todo o Capítulo II que consta de um só artigo com doze alíneas. Contudo, o seu fim enunciado em primeiro lugar é, mais uma vez, a transcrição do Art. 2º do Capítulo I do Decreto-Lei nº 23.050 (74), só após o que são definidas as suas competências específicas que seguem pontualmente o estipulado na legislação dos Sindicatos Nacionais quanto aos deveres e direitos destes organismos. Assim, cabe-lhe "emitir normas, informações e pareceres" que sejam solicitados quer pelo Estado, pelas Corporações oficiais, pessoas, entidades

particulares ou quer ainda pelos associados (75). Seguidamente, é reconhecido ao Sindicato Nacional dos Arquitectos a capacidade de "intervir na redacção e modificação dos regulamentos ou posturas que digam respeito à Architectura". Para cumprimento deste objectivo, poderão dirigir-se às Corporações ou entidades oficiais, propondo "as reformas e novas orientações que tendam a melhorar, nos vários aspectos, as condições em que se exerce a actividade profissional dos seus associados" (76). A grata temática dos concursos públicos é o assunto de outra alínea deste artigo do Estatuto, em que o Sindicato terá competência oficial para "nomear" os seus representantes para os júris dos concursos "oficiais ou particulares, e para os organismos e Comissões para que forem solicitados pelo Estado, Corporações Officiais ou particulares" (77). Prevendo-se a existência de "causas judiciais", este organismo terá a finalidade de "facultar aos Tribunais e aos particulares" a indicação de "peritos" que nelas devem intervir. (78)

Se estas quatro primeiras alíneas são de carácter genérico, as seguintes dizem mais directamente respeito às finalidades específicas deste Sindicato. Assim, este deverá "defender os direitos e interesses profissionais e velar pelo prestígio, independência e decore da classe", no respeitante às relações entre associados "com os elementos oficiais e particulares", bem como "estabelecer normas para os contratos de trabalhos profissionais", aspecto claramente definido no Decreto 23.050 (79). Era também este organismo que ficava encarregue de "distribuir equitativamente" entre os seus associados "a taxa do imposto profissional que lhes caiba" de acordo com os trabalhos feitos por cada um e de organizar a "Tabela Oficial dos Honorários dos Arquitectos", "referente aos seus trabalhos profissionais e submetê-la a aprovação superior". (80)

Um dos aspectos mais importantes que os arquitectos queriam ver consignados nos seus Estatutos com vista à defesa efectiva do exercício da profissão, integra ainda este Capítulo II. Deste modo, compete ao Sindicato "processar e perseguir perante os Tribunais quem, não sendo Arquitecto ou associado, use o respectivo

título ou exerça funções que sejam da exclusiva competência dos seus associados, reclamando que lhe sejam aplicadas" sanções (81). Neste sentido, deveria "fazer cumprir as normas a que deve obedecer o exercício profissional, tanto no que diz respeito à organização de projectos, como na direcção e fiscalização de obras e intervenção na qualidade de peritos"; velar pelo cumprimento dos Estatutos impondo "penas disciplinares" aos associados que não agirem de acordo com as suas determinações, bem como "àqueles cuja acção possa prejudicar, directa ou indirectamente, os interesses e o prestígio profissional"; e ainda "resolver, por meios conciliatórios, as divergências que possam produzir-se entre os arquitectos, ou entre estes e os seus clientes, a pedido das partes ou por mandato judicial" (82). Importa ainda salientar que o Sindicato tinha também por finalidade a concretização de acções de "carácter científico, cultural e de propaganda profissional, que considere convenientes", entre os quais eram desde logo previstos cursos, publicações, exposições e congressos. (83)

O Capítulo III do Estatuto do Sindicato Nacional dos Arquitectos diz respeito à profissão e ao seu exercício. Na ausência de um código deontológico, este capítulo visava assim estabelecer algumas regras que vinculavam todos aqueles que possuissem o diploma do curso de Arquitectura, quer fossem ou não sócios do Sindicato, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 23.050 (84). Desde logo são definidas como "condições obrigatórias" para o exercício da profissão de arquitecto em Portugal não só a posse do respectivo diploma - "passado por qualquer das Escolas de Belas Artes do País, ou escolas estrangeiras de idêntica categoria, dos países que admitam a reciprocidade" (85) - mas também "o cumprimento de todas as prescrições" dos Estatutos, bem como "contratos de trabalho, e mais regulamentos elaborados pelo Sindicato". (86)

O artigo seguinte, visa definir em cinco alíneas no que consiste a profissão de arquitecto. Como se verá em seguida, as atribuições estabelecidas reflectem uma tentativa de alargar o âmbito da sua actividade profissional, chamando a si os

trabalhos de urbanismo, adequando-se às novas exigências e encomendas externas, resultantes de uma dinâmica que então se anunciava, sobretudo a nível oficial. Deste modo, na primeira alínea deste artigo, é referida a situação comum de um projecto de Arquitectura, de cujo estudo e elaboração se encarrega o arquitecto, para além dos "orçamentos e cadernos de encargos" e da " direcção e fiscalização dos trabalhos de construção e decoração", ficando por saber se este último aspecto se refere à fachada do edifício ou se antes pelo contrário, abrange também o seu interior (87). A profissão do arquitecto, assim definida, consiste também no "estudo e organização dos programas, elaboração de projectos" e ainda, "com a colaboração de outros técnicos especialistas, a direcção do conjunto dos trabalhos de urbanização das aglomerações citadinas, estações termais e centros de turismo", no intuito de as adaptar "às condições da vida contemporânea", por um lado e, por outro, "preparar e disciplinar a sua expansão futura, assegurando-lhes o máximo de higiene, de conforto e de Beleza" (88). Deste modo, e tal como foi referido, os arquitectos procuravam salvaguardar o seu lugar nos futuros planos de urbanização municipais. Mantendo a sua já quase secular preocupação, estes profissionais especificaram também nos seus Estatutos que um dos aspectos da sua actividade consistia no estudo, projecto e direcção de "trabalhos de conservação dos monumentos históricos, como o património artístico mais valioso da Nação" (89). Por fim, dois aspectos foram ainda considerados: a intervenção "nos assuntos de arquitectura legal, que digam respeito aos serviços atrás mencionados" e também "realizar arbitragens e intervir como peritos e avaliadores de trabalhos peculiares à sua profissão". (90)

O Estatuto do Sindicato confere de algum modo ao arquitecto individualmente, um papel fiscalizador dos seus próprios interesses profissionais, esperando que estes, sobretudo os que trabalham para o Estado ou Municípios, participem "todos os casos de infracção dos regulamentos que digam respeito ao exercício da profissão

de architecto, quer se trate de indivíduos que exerçam ilegalmente a profissão, quer dos próprios associados". (91)

Apesar de haver nestes Estatutos um capítulo específico sobre a admissão, direitos, deveres e regalias dos sócios do Sindicato, que como se verá, criam algumas aliciantes e oferecem uma certa protecção aos seus membros, é ainda no capítulo respeitante à profissão e ao seu exercício que são estipulados princípios que contribuem, de forma inequívoca, para o controle do trabalho efectivo dos architectos por parte do Sindicato devido à distribuição da taxa do imposto profissional. Deste modo, "o associado é obrigado", por intermédio do seu organismo de classe "a tomar efectivos os honorários que lhe correspondam, segundo a Tabela Oficial", sendo também "obrigado" a "comunicar ao Sindicato os trabalhos profissionais de que for incumbido, descriminando os acordos estabelecidos entre ele e a entidade proprietária, os quais deverão sempre obedecer às disposições dos regulamentos respectivos". Tal comunicação, no caso de ser um cliente particular, deveria ser assinada por este e pelo técnico, mas se se tratasse de uma entidade oficial, bastava enviar uma cópia do acordo estabelecido. A falta desta comunicação implicava "procedimento disciplinar". (92)

O "Imposto Profissional" é definido como "o único imposto especial" que incide sobre o architecto "pelo exercício comprovado da sua profissão" e correspondia a uma percentagem sobre "todos os honorários por ele cobrados sobre os seus trabalhos profissionais efectuados", sendo "cobrado por meio de selos fiscais apostos" sobre os mesmos, tarefa que competia à Direcção do Sindicato (93). Só os architectos que faziam parte "como funcionários, dos quadros fixos dos serviços do Estado e das Câmaras Municipais ou Empresas de reconhecida utilidade pública", estavam isentos do pagamento do Imposto Profissional "pelo exercício da sua profissão adentro dos seus cargos", sendo os descontos previstos por lei feitos nos seus vencimentos. (94)

Do mesmo modo, quando um arquitecto deixasse de exercer o "cargo de fiscal Director de uma obra", independentemente do motivo, deveria também comunicá-lo ao Sindicato. Ainda a sua substituição por outro colega não poderia ter lugar "sem obter a autorização do Sindicato, que não lha dará sem previamente ter chegado a um acordo para a liquidação dos honorários que caibam ao seu antecessor" (95). Também o acordo entre arquitectos que solicitassem "a ajuda" de colegas no âmbito profissional, deveria passar pelo estabelecimento de um contrato "ajustando-se às condições fixadas no Regulamento correspondente", que deveria ser aprovado pelo Sindicato ou respectiva Secção (96). O último dos artigos que decorre ainda da lógica dos anteriores prevê que "todos os projectos e documentos técnicos da autoria dos associados", deveriam ser apresentados ao Sindicato, "a fim de que por este sejam vistos, registados e selados com a respectiva estampilha fiscal". (97)

O Sindicato poderia intervir nos concursos para o preenchimento de cargos, sendo para isso "consultado a fim de que as bases que se publiquem, se encontrem de acordo com o Regulamento Orgânico dos Concursos". (98)

Tal como foi anteriormente referido, o Capítulo IV trata da "Admissão, direitos, deveres e regalias" dos sócios do Sindicato, de acordo com as instruções do Decreto Lei nº 23.050 (99). Assim, verifica-se que só podem ser admitidos como sócios, os arquitectos diplomados nas condições já referidas no Art. 4º, ou seja, aqueles que por direito podiam exercer a profissão. Contudo, a Direcção era o órgão estatutariamente autorizado a admitir os sócios, através de propostas assinadas por dois proponentes, sendo inteiramente responsabilizados nesta sua acção pelo Decreto dos Sindicatos Nacionais (100). A recusa ou suspensão da admissão dos propostos, poderia ser fundamentada na não apresentação pelo candidato dos documentos necessários ou "oferecer dúvidas a autenticidade dos mesmos", para além do facto "de haver sofrido pelo Sindicato ou Tribunais de

Justiça qualquer penalidade que implique a inabilitação profissional" (101). Neste último caso, a admissão era imediata, uma vez obtida a reabilitação.

Para além de outros deveres dos sócios apontados já em capítulos anteriores, como por exemplo, a observância e cumprimento dos Estatutos, Tabelas e Regulamentos do Sindicato, cabia-lhes também colaborar para a realização de todos os fins do Sindicato. Somente por "impedimento de absoluta força maior" (102), poderiam recusar "os cargos ou Comissões para que forem eleitos ou nomeados pela Assembleia Geral ou pela Direcção" (103). Para além do dever de pagar as quotas e jóia de admissão, de participar nas Assembleias Gerais e actos solenes do Sindicato e de declarar todas as obras ou projectos de que forem incumbidos bem como fazer as respectivas declarações, o Estatuto determina ainda neste âmbito que os architectos não deveriam "exercer qualquer profissão que pertença a técnicos de outras profissões afins legalmente reconhecidas". (104)

Satisfazendo todos estes requisitos, vários eram os direitos que assistiam aos membros do Sindicato, como votar e serem votados para diversos cargos e comissões, participar com os seus trabalhos nas exposições organizadas internamente, frequentar e assistir gratuitamente às exposições e conferências, também promovidas pelo Sindicato, receber por metade do preço todas as publicações e boletins editados por este organismo, proporem a admissão de sócios, solicitar a convocação da Assembleia Geral, "apresentar extraordinariamente na sede social, pessoas das suas relações, conforme o disposto no respectivo Regulamento" e podendo ainda utilizar-se de todas as obras existentes na Biblioteca do Sindicato. (105)

Se quem cumpria os deveres tinha direitos, quem usufruía do pleno gozo desses mesmos direitos tinha, por sua vez, regalias. Efectivamente, tratava-se da "protecção legal do exercício da Profissão, libertando-a da invasão de todas as concorrências ilegítimas"; da possibilidade de reclamar a "intervenção oficial" do

Sindicato "como seu representante, sempre que os seus interesses morais ou materiais sejam prejudicados"; era também permitido ao associado "recorrer colectivamente junto dos Tribunais e das Estações Oficiais", dado o reconhecimento da "personalidade jurídica da classe" e finalmente, a última regalia concedida visava o "estabelecimento das normas que devem reger o exercício legal da profissão, reconhecidas e aprovadas pelo Estado". (106)

Quatro eram as causas previstas no Estatuto para a perda da qualidade de sócio: o pedido de demissão, com motivos justificados; o atraso por mais de seis meses no pagamento de quotas; a promoção do "descrédito da classe" por "actos ou palavras"; e, por último, aquele que "foi atingido pela pena de expulsão". (107)

O Capítulo V dos Estatutos do Sindicato Nacional dos Architectos é referente à constituição da sua Direcção, bem como das suas atribuições. O procedimento para a escolha dos seus cinco membros - três eleitos em Assembleia Geral entre os sócios do Sindicato e dois designados pelos presidentes das Direcções das Secções Distritais - bem como a indigitação dos seus cargos - escolhidos na primeira sessão entre os cinco sócios eleitos - estão redigidos em inteira conformidade com o Decreto-Lei 23.050 (108). Os cargos eram exercidos gratuitamente e os membros eleitos "não podem delegá-los, salvo caso de força maior reconhecido superiormente" (109). As eleições para a Direcção realizavam-se anualmente até 10 de Janeiro de cada ano e a validade do acto eleitoral só era efectiva após a sanção do Subsecretariado das Corporações e Previdência Social (110). Caso este recusasse todos ou alguns dos eleitos, teria lugar uma nova eleição num máximo de quinze dias. Era ainda previsto, no sentido de "estabelecer sequência na acção directiva e administrativa do Sindicato", que as Direcções não fossem substituídas integralmente mas que "pelo menos, dois dos antigos directores", fizessem parte da Direcção a eleger. (111)

Apesar de, como se verá, cada um dos cargos directivos ter atribuições específicas, importa agora atentar o que no seu conjunto compete à Direcção, para além do que pontualmente foi já referido. Esta teria de reunir em sessão ordinária uma vez por semana, ainda que sempre que o seu presidente considerasse conveniente se pudesse efectuar uma reunião extraordinária, "só podendo deliberar estando em maioria" (112). Era à Direcção sindical que cabia "velar pela elevada conduta social e profissional dos associados entre si em relação aos clientes e ao Sindicato", bem como "impedir e perseguir perante os Tribunais os casos de invasões da profissão e do exercício da profissão, em que se não cumpram as disposições legais" (113). Para além de ser o pilar fundamental da organização administrativa tinha também importantes funções de dinamização da vida associativa dado que era a Direcção que deveria "organizar exposições, conferências e quaisquer manifestações públicas da actividade profissional que julgue convenientes, destinadas a difundir a educação estética e promover a propaganda da classe" (114). Neste âmbito poderia ainda "estabelecer relações com as colectividades análogas do País e Estrangeiro, fazendo com elas troca de publicações, consultas, pareceres, etc." (115)

Era também a Direcção que tinha competência para convocar a Assembleia Geral à qual deveria submeter à apreciação - bem como das "Estações Superiores" - todos os Regulamentos previstos no Estatuto e "todos aqueles que pelo mesmo forem considerados indispensáveis, bem como quaisquer modificações ao mesmo" e por si elaborados (116). Cabia-lhe ainda, entre outras, duas importantes funções: "prestar às Estações Oficiais a coadjuvação da sua especial competência, quando lhe seja reclamada, e intervir junto das mesmas sempre que os interesses da Architectura ou os dos seus associados assim o exigirem" (117) e do ponto de vista interno, a competência para "funcionar como Conselho Disciplinar (1ª Instância) sempre que as circunstâncias o exijam" (118). No entanto, esta função disciplinar da Direcção "limita-se a casos simples" pois todos os outros de "reincidência ou

maior gravidade, de que tenha conhecimento por denúncia, queixa ou informação directa, e que estejam fora da sua alçada" (119) deveriam ser remetidos ao Conselho Disciplinar que, por sua vez os conduziria ao Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

Necessariamente, era ao presidente da Direcção que competiam tarefas de maior responsabilidade e importância como por exemplo "tomar a iniciativa para o cumprimento de todos os fins do Sindicato" e "dar execução às deliberações da Direcção e da Assembleia Geral" (120). Na ausência deste era ao secretário que cabia assumir as suas funções, o qual deveria ser um seu "assíduo colaborador". Ao secretário competia também dirigir e redigir todo o expediente do Sindicato bem como, e de acordo com os restantes membros da Direcção, o Relatório da respectiva gerência a apresentar à Assembleia Geral (121). Hierarquicamente o cargo de Direcção mais importante depois do presidente e do secretário era o de tesoureiro ao qual competia, "colaborar com os restantes membros da Direcção em todas as suas iniciativas e fins do Sindicato". Este tinha também a seu cargo a guarda dos valores deste organismo bem como procedia ao arrecadamento das receitas e ao pagamento das despesas autorizadas pela Direcção (122). Por fim, aos dois vogais competia "serem dedicados colaboradores e auxiliares da Direcção, comparecendo a todas as sessões e reuniões e tomando parte activa da gerência e administração do Sindicato". O Estatuto previa "para melhor realização dos fins em vista" que cada um dos vogais fosse agregado ao secretário e tesoureiro, ficando, respectivamente, com as funções de 2º secretário e vice-tesoureiro, "colaborando com eles intimamente e substituindo-os nos seus impedimentos". (123)

Depois da Direcção, a figura jurídica de maior importância era a Assembleia Geral, "constituída por todos os sócios do Sindicato em pleno gozo dos seus direitos", sendo por isso o "órgão soberano da expressão da vontade do Sindicato". Neste sentido, as decisões aí tomadas eram vinculativas a todos os sócios e como tal deviam ser cumpridas, "mesmo por aqueles que contra elas se tenham manifestado

e votado" (124). Os seus trabalhos eram dirigidos por um presidente e dois secretários, competindo ao primeiro, entre outros, a convocação das Assembleias, a presidência do Conselho Disciplinar, "como vogal inato do mesmo", sendo também este que dava posse aos novos corpos gerentes "no prazo de sete dias após a sua eleição" e, na sua ausência, era substituído pelo "sócio mais antigo que estiver presente, excluindo os dois secretários da Mesa e os membros da Direcção". (125)

A Assembleia Geral reunia em sessão ordinária "uma vez até 10 de Janeiro de cada ano" para apreciação e votação do Relatório, Contas e Parecer do Conselho Fiscal e também para eleger os novos "cargos administrativos do Sindicato e do Conselho Disciplinar" (126). Estas eleições eram feitas por "escrutínio secreto" mediante a apresentação de três listas: uma para a Mesa da Assembleia Geral, outra para o Conselho Fiscal, ambas com indicação dos cargos e uma terceira, esta só nominal, para a Direcção (127). A Assembleia Geral podia também reunir em sessão extraordinária ou a pedido da Direcção ou ainda por "requerimento fundamentado dirigido ao presidente da Assembleia Geral, assinado por mais de um terço dos sócios em pleno gozo dos seus direitos, que deverão assistir na sua maioria à reunião, sem o que a Assembleia não tomará conhecimento do assunto" (128). Contudo, esta só se poderia ocupar do "assunto ou assuntos da respectiva convocação" (129) e também só estes poderiam ser sujeitos a votação, aspectos já referidos no Decreto-Lei nº 23.050. (130)

Para além de "discutir e pronunciar-se sobre todos os assuntos que considere de interesse profissional" (131), deliberando sobre todas as "propostas, pareceres e Regulamentos" que lhe forem submetidos "tendo sempre em vista os fins do Sindicato", outras competências eram estatutariamente atribuídas à Assembleia Geral. Assim, e para além das já mencionadas, era soberana para "proceder às substituições e dissoluções dos Corpos Gerentes", conceder ou negar aos sócios o pedido de recusa dos cargos ou comissões para que tenham sido eleitos ou

nomeados, procedendo à sua substituição, "eliminar" os sócios que tenham promovido o "descrédito da classe", por "actos ou palavras", tanto por proposta da Direcção como por requerimento fundamentado de um quarto dos sócios em efectividade de direitos, aos quais era "facultada, antes de qualquer deliberação, a sua defesa verbal ou escrita". Era também à Assembleia Geral que competia "julgar os desacordos entre os sócios e os Corpos Gerentes" bem como "fiscalizar a rigorosa observância dos Estatutos e Regulamentos e proceder ao seu estudo e reforma, em harmonia com os fins do Sindicato, quando a maioria dos associados o julgue conveniente" (132). No entanto, à Assembleia Geral "é absolutamente vedado ocupar-se da apreciação da aplicação de penas disciplinares" (133), assunto da exclusiva competência da Direcção e do Conselho Disciplinar.

Efectivamente, o Conselho Disciplinar era um órgão do Sindicato com atribuições estatutárias bastante específicas e, como se verá, também com obrigações para os seus membros um tanto mais rígidas relativamente aos restantes corpos sociais. Actuando no âmbito sindical, as suas cláusulas não deixam de ter uma tónica um tanto ou quanto intimidatória parecendo até que se previam desobediências graves aos princípios éticos estabelecidos pelos Estatutos discutidos e aprovados no seio da classe. Este Conselho estava "encarregado de estudar superiormente todos os casos de indisciplina dos associados e as infracções cometidas contra prescrições" do Estatuto e dos Regulamentos e de "aplicar as respectivas sanções disciplinares". (134)

Constituído por três vogais efectivos e dois suplentes (135), eleitos pela Assembleia Geral (136), a sua acção era "completamente autónoma", podendo o Conselho Disciplinar "requisitar da Direcção, associados ou quaisquer entidades que entenda necessário, todos os dados e informações de que careça", sendo da sua inteira responsabilidade as deliberações tomadas (137). Tal como na Direcção, também os cargos deste Conselho não eram remunerados, sendo "obrigatória" a comparência às suas sessões, "mesmo para aqueles que residam fora da sede do

Sindicato" e cujas despesas de deslocação seriam pagas por este organismo. Só eram admitidas faltas por "motivo de força maior devidamente comprovado" (138) sendo as restantes punidas com "multas que podem variar de 50\$00 a 200\$00". Nas reuniões deste Conselho "não se admitem abstenções nem declarações de voto" (139) e os "acordãos disciplinares" estabelecidos só eram válidos se "votados por maioria absoluta em sessão secreta e com a comparência de todos os vogais que constituam o tribunal". (140)

Cabia à Direcção, como foi anteriormente referido, dar conhecimento oficial das "infracções e delitos cometidos" ao Conselho Disciplinar que depois organizava os respectivos processos e proferia as sentenças "quando a gravidade das faltas o justifique" ou devolvia as participações à Direcção "quando se trate de simples advertências a efectuar". Diferente rumo teriam os casos considerados "delitos de maior gravidade" que quando a Direcção e o Conselho se considerassem "impotentes para punir ou corrigir convenientemente" seriam remetidos para os Tribunais ou para o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, "conforme a natureza do delito" (141). Tendo uma acção autónoma, o Conselho Disciplinar poderia anular ou agravar, "como for de justiça", as penalidades propostas pela Direcção. (142)

As penalidades aplicadas aos "infractores ou delinquentes" eram de dois tipos: as que recaiam sobre as "simples infracções" (143) e aquelas que visavam as "infracções de maior gravidade". Esta última, da "alçada exclusiva" do Conselho Disciplinar, consistia na "admoestação" por ofício deste mesmo Conselho que seria "afixada por oito dias na sede social e publicada no Boletim do Sindicato" (144). Nos casos de reincidência as sanções poderiam ser acrescidas de multas (145), mas nenhuma das sanções disciplinares podia ser aplicada "sem que o interessado seja convidado a comparecer perante as entidades julgadoras e a apresentar todas as provas que julgue convenientes e a defender-se pessoalmente ou por intermédio dum sócio do Sindicato" (146). Contudo, e enquanto o veredicto do

Conselho não fosse pronunciado, eram "respeitados todos os direitos do associado, salvo caso de extrema gravidade em que o Conselho, a título preventivo, delibere o contrário". (147)

O último dos órgãos criados por este Estatuto é o "Conselho Superior", constituído pela Direcção do Sindicato e de todas as suas Secções. Como uma das principais finalidades deste Conselho estava o estreitamento de "laços" entre Direcções, procurando-se assim a "unificação de critérios e a coordenação de esforços indispensáveis a toda a acção eficaz" (148). As suas atribuições tinham um carácter mais nobre do ponto de vista do enquadramento social e cultural do arquitecto, não estando directamente relacionadas com a prática profissional excepto no que diz respeito à organização de congressos de Arquitectura se considerados "necessários e vantajosos" (149) para o desenvolvimento desta disciplina. Neste sentido, o Conselho Superior tinha também por fim "fundar e dirigir uma Associação de Previdência e Auxílio aos Arquitectos inválidos e velhos, suas viúvas e orfãos"; "cooperar no melhoramento e aperfeiçoamento do ensino da Arquitectura tanto no que diz respeito aos Arquitectos como aos seus auxiliares técnicos e organizações operárias"; e ainda "empregar todos os esforços julgados necessários para que o Sindicato tenha os seus representantes nos altos organismos consultivos e legislativos do Estado". (150)

Era ao presidente da Assembleia Geral que cabia a convocação deste Conselho que teria por 1º secretário o presidente da Direcção do Sindicato, prevendo-se nos Estatutos reuniões alternadas em Lisboa e Porto, para facilitar o seu funcionamento. Deveria haver pelo menos uma sessão ordinária por ano à qual era indispensável a comparência da maioria dos vogais de cada Direcção, devendo entre eles contarem-se os respectivos presidentes e secretários, sendo que as deliberações tomadas neste Conselho obrigavam "igualmente todas as direcções na parte que lhes diz respeito, e têm poder executivo". (151)

Previsto no já citado Decreto-Lei nº 23.050, estava a criação de "Secções" dos Sindicatos, nas sedes dos Concelhos desde que aí o número de associados fosse superior a vinte. Contudo, só através dos Sindicatos estas podiam "usar do direito de representação e de todos os outros que por lei lhe sejam conferidos". Estava ainda previsto que estas Secções tivessem regulamento próprio bem como uma Direcção composta apenas por três elementos (152). O pedido de autorização para a sua formação era feito junto do Subsecretariado das Corporações e Previdência Social, tendo este que ser já acompanhado "de dois exemplares do regulamento da secção projectada" (153). No entanto, este regulamento teria obrigatoriamente de estar em harmonia com o Estatuto do Sindicato a que pertencia e com o referido Decreto-Lei.

Embora no Estatuto do Sindicato Nacional dos Architectos estivesse previsto que este procuraria criar "de preferência para que o país fique o mais breve possível dotado com os indispensáveis serviços de Architectura", secções nos concelhos de Braga, Coimbra, Évora e Faro (154), só a do Porto foi de facto criada. Dada a sua importância e especificidades no plano mais geral de afirmação da classe, e como se verá, transcendendo mesmo meras questões de carácter organizativo embora reflectindo uma outra coesão profissional, tal questão será tratada no capítulo seguinte.

Uma vez apontados os aspectos fundamentais consignados nos primeiros Estatutos do Sindicato Nacional dos Architectos (155), parece importante estabelecer algumas relações com os também primeiros Estatutos da Sociedade dos Architectos Portugueses (156). De certo, que entre um e outro houve ajustamentos pontuais fruto da transformação do contexto profissional, mas que serão, deliberadamente, omitidos. Tal opção deve-se à valorização de dois momentos, por isso considerados fundamentais para a vida associativa: ambos os Estatutos representam a afirmação da classe no seu próprio espaço e tempo cronológicos e a sua leitura simultânea resulta, por isso e inevitavelmente,

anacrónica. No entanto, esta poderá ter alguma expressividade atendendo a duas linhas fundamentais: a sua estrutura enquanto texto e a segunda, de maior importância, em termos de grandes linhas de conteúdo.

No primeiro caso, a diferença do número de capítulos entre um e outro é notória - seis nos Estatutos da Sociedade, catorze nos do Sindicato - reflectindo desde logo uma maior complexidade da estrutura associativa. Por outro lado, parece ainda relevante a hierarquização e número dos órgãos sociais existentes. Assim, e por exemplo, verifica-se que nos Estatutos da Sociedade dos Architectos Portugueses, o capítulo referente à Assembleia Geral antecede o que diz respeito à Direcção (então denominada Conselho Director), sendo que nos do Sindicato a ordem é exactamente a inversa. Também no primeiro texto não existem mais órgãos sociais do que os já referidos - Conselho Director e Assembleia Geral - enquanto que no segundo e para além destes, existe ainda o Conselho Disciplinar e o Conselho Superior.

Verificam-se também diferenças no que diz respeito aos associados que na Sociedade eram agrupados em quatro categorias - efectivos, agregados, correspondentes e honorários - e no Sindicato tal situação não se verifica, sendo somente considerado um único grupo de sócios em igualdade de deveres, direitos e regalias. Assim, se na primeira era possível uma convivência mais estreita entre architectos e estudantes de Architectura, criando de alguma forma laços de camaradagem e solidariedade profissionais, no Sindicato e por este ser uma organização à qual só se tinha acesso após a obtenção do diploma do curso de Architectura, tal não acontecia. De algum modo, de uma para outra situação diluiu-se o sentido de corporação de ofício sendo o Sindicato um organismo mais exclusivista, valorizando o architecto enquanto profissional em exercício. Contudo, e se em ambas as organizações era inevitável uma certa heterogeneidade entre os seus membros, no Sindicato tal situação será ainda mais notória enquanto este reúne indivíduos de iguais habilitações que se subalternizam nas suas relações de

trabalho, isto é, colocam-se lado a lado empregadores e empregados vinculados a um princípio mais vasto - dignificação da Arquitectura e defesa da profissão - sentido e vivido quotidianamente em diferentes registos, o que de alguma forma coincide com a linha mais demagógica subjacente à criação dos Sindicatos Nacionais pelo Estado Novo. Neste sentido, os Estatutos de 1933 são suficientemente expressivos pelo número de alíneas que se referem aos sócios que se vissem impedidos de pagar as suas quotas (157), o que de alguma forma visava contornar uma realidade que tinha de ser desde logo tomada em consideração a fim de que a inscrição no Sindicato não constituísse um encargo demasiado pesado.

O enunciado das finalidades fundamentais quer da Sociedade dos Architectos quer do Sindicato são em parte coincidentes, revelando nalguns casos a actualização das suas formulações: "estudo e defesa dos interesses morais e materiais dos seus associados", no primeiro caso, "estudo e defesa dos interesses profissionais, nos seus aspectos moral, económico e social, para a elevação e prestígio da classe", no segundo. Como se verifica, os objectivos primeiros são convergentes no seu conteúdo, sendo as diferenças mais notórias quanto aos meios propostos para atingir tais fins. Globalmente, a Sociedade dos Architectos Portugueses propõem-se actuar de forma abrangente, sem especificar em torno de quem ou de que organismo incidiriam os seus esforços nem quais as formas concretas através das quais pretendia sensibilizar o poder central e a opinião pública para as questões da Arquitectura e do exercício da profissão. Nos seus Estatutos, este organismo não se assume como um potencial órgão consultivo sobre tais assuntos.

Pelo contrário, os Estatutos do Sindicato são mais objectivos e positivos quanto ao espaço que os architectos pretendiam ocupar junto das entidades oficiais. Se para tal situação contribuíram os já cerca de trinta anos de diálogo, por vezes quotidiano, com as instâncias superiores, por outro lado é necessário não esquecer que este novo órgão representativo dos architectos portugueses tinha a força e a expressão

legal autorizada e conferida pelo próprio Estado, como se um limite máximo tivesse sido estabelecido, para além do qual não era possível avançar. Neste âmbito, as competências atribuídas ao Sindicato são importantes enquanto argumentos legais passíveis de serem utilizados face a quaisquer anomalias verificadas, ainda que de forma velada ou indirecta no intuito de não hostilizar o Estado ou os agentes económicos e sociais que interferiam directamente com o exercício da profissão.

Tendo em consideração o teor das emendas impostas pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência aos primeiros Estatutos aprovados pela classe e dado que estas, tal como foi referido no capítulo anterior, não interferiram nos aspectos mais gratos aos arquitectos, como seja a definição das suas atribuições profissionais, nem cerceavam à partida a possibilidade do Sindicato elaborar os regulamentos que regessem o exercício da profissão que por sua vez seriam extensivos a todos os arquitectos quer estivessem ou não inscritos naquele organismo, parece possível concluir-se que apesar de ser um Sindicato possível no quadro legislativo vigente, ele correspondeu também nos seus aspectos fundamentais, pelo menos, ao desejo daqueles que promoveram a sua constituição (158). Importa ainda salientar que exibindo a desejada denominação de "Ordem" ou assumindo obrigatoriamente a de "Sindicato", e pelo teor do Decreto-Lei nº 23.050, esta era a única forma oficial para os arquitectos portugueses poderem manter o seu organismo de classe. Neste sentido é legítimo questionar: o Sindicato pretendia servir a classe e colocar-se ao seu serviço ou antes, e em consonância com o poder vigente, criar um alinhamento possível dessa classe com esse mesmo poder numa busca de uma proximidade institucionalizada?

A inclusão nos Estatutos do Sindicato de um capítulo sobre a profissão e o seu exercício, reflectiam a sedimentação de uma maior consciência de classe que caminhava a par de uma também maior e mais clara definição do papel profissional dos arquitectos. Contudo, este caminho não conduzia a massa associativa a expressar-se de forma coesa e a demonstrar a sua disponibilidade para colaborar

com o seu organismo representativo. Atendendo ao número de participantes nas Assembleias Gerais (159), verifica-se que o ponto de partida do Sindicato foi exactamente o ponto de chegada da Sociedade. Só futuramente, com a renovação dos corpos dirigentes, os arquitectos se voltaram para a sua associação, respondendo, mas sempre de forma desigual, aos apelos lançados pelas sucessivas Direcções. Assim, pode considerar-se que entre a dissolução da Sociedade e a constituição do Sindicato há como que uma espécie de compasso de espera, que se traduziu num mutismo atento da massa associativa que aguardava e concedia o benefício da dúvida à eficácia do seu organismo representativo então radicalmente reestruturado.

Contudo, e como se verá nos próximos capítulos, o Estatuto teve sempre um carácter normativo com valor de referência. A actividade desenvolvida pelas diferentes Direcções resultou mais ou menos eficaz de acordo com o contexto em que se inseriam e foram sobretudo determinadas e reguladas pelo Estado, mais do que pela promoção efectiva dos fins estatutariamente propostos que em muitos casos não chegaram nunca a ser cumpridos.

1.2. Da Delegação Norte à Secção Distrital do Porto do Sindicato Nacional dos Arquitectos

A constituição de um núcleo de arquitectos no Norte do país, como extensão da única estrutura existente deste grupo profissional sediada em Lisboa, foi um processo lento e descontínuo. Este longo caminho de formação da Delegação do Norte da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, remonta a 1911 e prossegue até 1933, com a passagem a Secção Distrital do Norte por imposição estatutária resultante da transformação da Sociedade dos Arquitectos em Sindicato Nacional. Tal percurso pode ser abordado em três momentos fundamentais: o primeiro, compreendido entre 1911 e 1916 e que corresponde à primeira tentativa de fundar a Delegação no Norte que pouco tempo depois veio a ser extinta, mas cujos efeitos se fizeram sentir até 1919-1920, com a formação da Sociedade dos Arquitectos do Norte; o segundo que teve início em 1923 com uma carta assinada por 14 arquitectos do Porto que pretendiam ingressar na Sociedade dos Arquitectos Portugueses. Trata-se de um período de consolidação e definição, no qual assentou a futura evolução da Delegação que viu o seu primeiro Regulamento aprovado em 1926. Esta segunda etapa termina com a passagem da Sociedade a Sindicato Nacional dos Arquitectos em 1933 cuja transformação teve implicações no núcleo do Porto. Por fim, um terceiro momento que a partir precisamente de 1933 assinala a passagem da "Delegação" a "Secção Distrital", o que, como se verá ainda, representa mais do que uma alteração na sua designação pois interferiu no âmbito das suas funções e responsabilidades, inclusivamente face ao Estado.

Formada em 1902, a Sociedade dos Arquitectos Portugueses contava entre os seus associados com arquitectos residentes no Porto que tanto quanto foi possível apurar através da documentação consultada, em 1909 eram em número de cinco

(160). Porém, e de acordo com acontecimentos que tiveram lugar logo no ano seguinte, estes eram de certo em maior número, ainda que não estivessem inscritos no seu organismo de classe.

A primeira notícia localizada neste sentido remonta ao final de 1910, quando um grupo de architectos do Norte cujos nomes não são referidos em Acta, realizou uma reunião para tratar dos "interesses gerais da Classe" e em que foi também discutida a situação dos sócios da Sociedade dos Architectos Portugueses. Adões Bermudes, formado pela Academia Portuense de Belas Artes tendo por isso conhecimentos pessoais e profissionais no Porto e encontrando-se nessa cidade, foi convidado a assistir a essa reunião relatando-a depois ao Conselho Director. Assim, era intenção daquele grupo de architectos "formarem uma nova Sociedade", iniciativa que aquele tentou persuadir, "fazendo-lhes ver os inconvenientes que traria a dessiminação" das "forças associativas". (161)

Estes argumentos deveriam ter sido tomados em consideração já que em Fevereiro do ano seguinte um grupo de architectos do Porto enviou um officio ao presidente da Sociedade solicitando a formação de uma delegação naquela cidade. Era então reconhecida a utilidade da criação desse núcleo "atentas as enormes vantagens que adviriam para a classe, vantagens que só (poderiam) obter-se pela coesão eficaz de todos os elementos dispersos". Os seus signatários - José Teixeira Lopes (162), Eduardo da Costa Alves Junior, António Peres Dias Guimarães (163), António Correia da Silva, Francisco de Oliveira Ferreira (164), António Bravo, Carlos de Sousa (165) e Emanuel Ribeiro (166) - solicitavam aos colegas de Lisboa "o seu valioso apoio" e "(ousavam) apresentar este desígnio, cuja efectivação coincidiria com um já por (eles) projectado congresso de architectos nacionais, a realizar então e que marcaria o primeiro passo para futuros e mais amplos empreendimentos". (167)

Se na reunião do Conselho Director em que A. Bermudes relatou o encontro a que assistiu no Porto tal assunto não suscitou quaisquer tipo de comentários, sendo só através daquele pedido que a Direcção da Sociedade se debruçou concretamente sobre ele. Foi novamente A. Bermudes que considerando o assunto "melindroso" tendo por isso que "ser tratado com toda a prudência" quem, após ter relatado novamente os factos que presenciou no Porto, fez "ver a conveniência" que havia "em formar essa delegação", na qual deveriam ser empregues "todos os esforços para que esse núcleo não se (desligasse) da (...) Sociedade". Na sua opinião, a iniciativa proposta deveria ser apoiada pois "não sendo em número suficiente para formarem uma Associação de classe no Norte" teriam "de facilitar a entrada a outras classes" e daí poderiam advir "grandes inconvenientes". Ainda segundo aquele architecto, as atribuições dessa Delegação "seriam o estudo das questões que interessassem a classe e em especial esse núcleo" que apresentaria depois ao Conselho Director "os assuntos já discutidos, e ao qual a Sociedade desse o seu apoio". (168)

Generalizada a discussão entre os restantes membros do Conselho, verifica-se que houve unanimidade quanto à formação da Delegação do Norte, sendo notória uma certa apreensão quanto ao modo em que esta se poderia constituir. J. Alexandre Soares, por exemplo, julgava "necessário muito tacto", argumentando que pelas várias notícias publicadas parecia que "esse núcleo de Architectos (julgava) já a delegação formada o que (trazia) inconvenientes pela orientação que tem seguido nos seus trabalhos". Por outro lado, F. Carlos Parente, então presidente do Conselho Director, defendia que a Delegação "não (podia) ter plenos poderes" e deveria "sujeitar todo o seu trabalho à apreciação do Conselho Director que depois de o discutir lhe (daria) o destino conveniente", devendo também ficar "sempre sujeita aos nossos Estatutos". Após demorada discussão cujo teor não é explicitado na Acta da sessão, A. Bermudes propôs que o seu colega J. Lino de Carvalho - figura que como se verá voltou a ter grande importância nos anos 20 quando da

nova discussão em torno do Regulamento da Delegação - ficasse encarregue de confirmar se estatutariamente haveria alguma disposição contrária à criação dessa delegação e de apresentar na reunião seguinte "as bases com que deve funcionar essa delegação", redigidas de acordo com o critério estabelecido pelo mesmo Conselho Director. (169)

Não havendo quaisquer impedimentos legais para a constituição da Delegação, o assunto foi levado à Assembleia Geral de 6 de Fevereiro de 1911 que não só aprovou a iniciativa, como deu autorização ao Conselho para empreender as diligências necessárias para a sua concretização. Uma vez desencadeado o processo, as bases da formação da Delegação foram discutidas nas sessões de Direcção de 10 e 17 de Fevereiro de 1911 (170). Na segunda reunião aquelas foram "aprovadas por unanimidade", excepto a 3ª base, dado que o presidente da Sociedade, F. Carlos Parente, não votou favoravelmente por entender que o Conselho "(perdia) a sua autonomia e que (assumia) responsabilidade, sem que previamente [fosse] consultado", sendo assim este ponto aprovado por maioria de votos. (171)

A 2 de Março foi enviada uma carta a todos os sócios residentes no Porto acompanhada de uma circular "contendo as bases em que este Conselho Director entende dever fundar-se a delegação". Naquela, ainda dirigida a A. P. Dias Guimarães, dado que tinha sido até então o representante da Sociedade no Porto, era solicitada a convocação de uma reunião de todos os sócios aí residentes "a fim de discutirem o assunto e enviarem-nos as suas deliberações" (172). Eram então indicados os nomes dos architectos a serem convocados: Eduardo da Costa Alves Junior, Francisco Soares Parente, José Marques da Silva, José Teixeira Lopes e Leandro de Moraes (173). Não deixa de ser curioso verificar que os nomes atrás mencionados não são coincidentes com aqueles que subscreveram a carta solicitando a formação da Delegação no Porto. Apenas três nomes são comuns (174), e os outros três sócios aos quais deveria ser feita a convocação para a

discussão das bases não integravam o primeiro grupo (175). Deste modo, os outros cinco arquitectos interessados na constituição da Delegação do Norte não estavam ainda inscritos na Sociedade dos Arquitectos Portugueses, podendo aferir-se que houve contactos mais amplos antes de ter sido formulada a proposta apresentada à Direcção.

As Bases enviadas são de carácter genérico não se substituindo à elaboração posterior de um Regulamento Interno, como aliás é referido na proposta apresentada e aprovada na Assembleia Geral de 6 de Fevereiro de 1911. Destas, o mais importante a reter é o facto de garantirem o controle por parte do Conselho Director da vida associativa que se viesse a desenvolver no Norte, abrangendo aspectos que iam desde a admissão de sócios às posições públicas que aquela Delegação viesse a assumir. As Bases aprovadas em Lisboa são ligeiramente diferentes das que foram enviadas para o Porto para discussão, sendo ambas constituídas por nove alíneas. Contudo, se a Proposta foi redigida de forma a deixar transparecer um certo imediatismo na concretização dos princípios aí estipulados, utilizando expressões como "constitua desde já" ou "elegerá imediatamente", estas estão ausentes na circular enviada aos arquitectos do Norte.

Assim, na 1ª base é desde logo estabelecido que os sócios residentes no Porto, apesar de constituírem uma "comissão delegada" ou "delegação" com sede no Porto, ficariam, logicamente, sócios da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, regendo-se pelos mesmos Estatutos e regulamentos. A segunda é referente à eleição dos corpos sociais cujo resultado deveria ser desde logo comunicado ao Conselho Director. A 3ª base, sobre a qual recaiu a discordância de F. Carlos Parente, é aquela que, ligeiramente alterada, confere alguma autonomia à Delegação. Assim, na Proposta era atribuída a esta a representação da "Sociedade em todos os actos que pelo Conselho Director lhe forem designados" e nas Bases enviadas através da circular este sentido é alargado para a representação "em todos os actos correntes". As acções a desenvolver pela Delegação é assunto da

4ª base, sendo mais indefinidas as consignadas pela Proposta do Conselho Director. Enquanto esta determina que lhe caberá estudar "todos os assuntos que, localmente, se relacionem com a arquitectura", propondo aos órgãos directivos "tudo quanto julgar util á defesa dos interesses morais e materiais da classe, para este lhe dar oportuno e devido expediente", na circular é reforçado, por um lado, a participação nos assuntos gerais da classe e, por outro, a atenção especial aos problemas específicos do Norte do país. (176)

Também a 5ª base foi alterada do primeiro para o segundo documento, não sendo tanto uma questão de formulação mas de conteúdo, visto esta também se relacionar com questões de autonomia conferidas pela sede à sua Delegação. Deste modo, ambas são concordantes em que qualquer deliberação tomada deve ser comunicada ao Conselho Director e acompanhada da respectiva Acta da sessão. Contudo, as Bases da circular acrescentam que tal só terá lugar sempre que essas deliberações não sejam votadas por unanimidade. Enquanto que na Proposta esta base, em parágrafo único estipula que ao "Conselho Director da Sociedade, porém, competirá a sua votação definitiva", na circular, este designio é incluído no conteúdo da base, constando do seu parágrafo único que "nenhuma deliberação poderá ser tomada que contrarie a intenção dos estatutos da Sociedade dos Architectos Portugueses". A admissão dos sócios é o assunto da 6ª base e a seguinte é referente aos fundos resultantes da cobrança de quotas, dos quais dois quintos deveriam ser enviados à sede.

A 8ª base é de teor semelhante na Proposta e na circular, dizendo respeito à obrigatoriedade da Delegação elaborar e enviar anualmente ao Conselho Director da Sociedade o "relatório dos trabalhos e contas da sua gerência". No primeiro texto é afirmado que é "para ser publicado no Anuário da Sociedade" e, no segundo, "para serem incluídos no relatório que o mesmo Conselho Director apresenta anualmente à assembleia geral". A 9ª e última base, é mais extensa na Proposta visto ser nela que foi incluído o pedido à Assembleia Geral para que o

Conselho Director ficasse autorizado a enviar para o Porto as Bases apresentadas, uma vez aprovadas, e também que esta lhe conferisse plenos poderes para "apreciar", "aprovar ou rejeitar" o regulamento a enviar pelos colegas do Norte. Deste modo, na circular, a 9ª base refere somente que a Delegação "submeterá, logo que se encontre constituída, à apreciação do Conselho Director da Sociedade, o seu regulamento privativo".

Enviada a circular a 2 de Março de 1911, um mês depois ainda nada de concreto tinha sido resolvido e foi novamente A. Bermudes que na sessão do Conselho Director declarou "ter recebido uma carta do Porto insistindo pela resolução do assunto *delegação do Porto*". Apesar de não ser mencionado quem escreveu a carta, nessa mesma reunião foi decidido "oficiar neste sentido ao sócio Peres Guimarães, pedindo-lhe para convocar sem demora os sócios residentes naquela cidade" (177). Não foram localizadas mais referências em Actas da Direcção ou qualquer correspondência pela qual se possa aferir da evolução dos acontecimentos. A 30 de Maio foi enviada uma circular a todos os sócios residentes em Lisboa, Porto e Aveiro, anunciando a realização da próxima excursão associativa a Coimbra. A escolha desta cidade era justificada dado que o Conselho Director tinha "o maior empenho em tratar directamente" com os architectos "assuntos que muito especialmente os interessam" e a sua localização no centro do país facilitava "essa aproximação necessária". Pela primeira vez uma excursão associativa tinha no seu programa a realização de sessões para "acordar em importantes assuntos que ainda não poderam ter solução" e ainda para "combinar uma acção e uma orientação comum" pois era também a primeira vez que tal iniciativa tinha um carácter nacional. Outra novidade era o pedido feito a todos os colegas para que procurassem "convencer" o maior número de architectos "sejam ou não sócios". (178)

A realização desta excursão nos dias 10 e 11 de Junho de 1911, veio a ser posta em causa dado o reduzido número de participantes, "mas atendendo a que

(estavam) inscritos muitos Arquitectos do Norte foi resolvido que ela se efectuasse" (179). Apesar do entusiasmo posto na sua preparação e da importância das decisões aí tomadas, tudo leva a crer que esta teve apenas 20 participantes arquitectos, sendo 10 de Lisboa e 10 do Porto (180). Na reunião do Conselho Director efectuada após a excursão não foram feitas grandes considerações sobre o modo como aquele decorreu. O presidente deste órgão associativo, limitou-se a apreciar o seu "êxito", congratulando-se com as resoluções consignadas na Moção aí aprovada, fazendo "votos para que as aspirações na acta de Coimbra se tornassem em breve um facto". (181)

A Moção apresentava três considerações prévias que eram entendidas como as "bases" de um "pacto" que os arquitectos presentes na reunião de Coimbra desejavam que se mantivesse "integral, para os interesses futuros materiais e morais da classe". Estas, referiam-se à "reivindicação" dos seus "incontestáveis direitos", "sistematicamente menosprezados pelos poderes constituídos": julgavam ter "chegado o momento de por forma positiva e prática, exigir completa autonomia para si". Porém, no sentido de salvaguardar estas e "outras aspirações legítimas, (careciam) congregar-se num só esforço, num só desejo e numa só aspiração", resolvendo portanto apoiar todos os "actos realizados nestes intuitos pela Sociedade dos Arquitectos Portugueses" e "encorporar e integrar" num só organismo todos os arquitectos do país organizando a Delegação do Norte. Foi num voto de "unânime acordo" que todos os arquitectos presentes assinaram este "compromisso", transformando-se assim "num bloco disciplinado e forte de indissolúvel solidariedade sem a qual não se poderá tomar viável a sua acção colectiva". (182)

Em Coimbra foram empossados os sócios eleitos para dirigir a Delegação até ao final do ano social 1910-1911 (183), que tiveram desde logo o propósito de iniciar os seus trabalhos (184). Durante o mês de Agosto e até ao final do ano, ou seja, no mês imediato à constituição da Delegação então já com corpos directivos ainda que

provisórios e que coincide com o início da presidência de A. Bermudes, constata-se que o envolvimento entre esta e a sede é real e pressupõe um trabalho concreto desenvolvido no Norte, traduzindo o acompanhamento destes organismos às reformas que no domínio das Belas Artes foram desde logo empreendidas após a implantação da República, em 1910. As solicitações de colaboração foram mútuas, versando assuntos que mobilizavam a classe, como a reforma dos cursos de Belas Artes (185), o concurso para o Monumento ao Triunfo da República, a erigir no Porto do qual ainda se voltará a falar (186) e, por fim, o pedido de apoio a Lisboa, para que fosse secundada a iniciativa conjunta da Sociedade de Belas Artes do Porto e da Delegação a fim de que o edifício do Paço Episcopal fosse cedido para a instalação da Escola e Museu de Belas Artes. (187)

Só em finais de Junho de 1912 é que nas Actas das sessões do Conselho Director aparecem novas referências à Delegação do Norte. Trata-se da admissão de seis propostas para sócios efectivos e uma para sócio agregado, todas elas assinadas por J. Teixeira Lopes, Jaime Inácio dos Santos e Leandro de Moraes (188) e que foram aprovadas na reunião realizada em 27 de Junho desse mesmo ano. (189)

No início do mês seguinte foram eleitos os novos corpos sociais, tendo A. Bermudes continuando como presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses. No Porto este cargo foi ocupado por J. Teixeira Lopes, sendo secretário F. Soares Parente, tesoureiro Eduardo Alves e vogais Carlos Leituga e Emanuel Ribeiro. Todavia não é perceptível através da documentação consultada, apurar de que forma a sede fazia o acompanhamento ao trabalho desenvolvido pela Delegação. Aliás, parece que a preocupação desta se centrava mais nas questões de carácter económico (pagamento de quotas) do que nas acções em preparação ou em curso, sobre as quais o silêncio é absoluto. Assim, de Agosto a Novembro nada foi registado em Acta, surgindo então nessa altura uma proposta de A. Bermudes no sentido "que se verifique se a delegação que esta Sociedade tem no Porto se encontra organizada em condições regulares" (190).

sendo interessante registar que tal proposta teve lugar na terceira reunião da sua gerência. De facto, tudo leva a crer que esta "verificação" se realizou, dado que mais tarde é mencionado que se resolveu "promover a regularização da delegação" (191), sem que contudo transpareçam quais os aspectos considerados irregulares.

Em 1913 também são escassas as referências à Delegação cuja dinâmica inicial parece ter abrandado. Em Janeiro desse ano, A. Bermudes comunica "ter recebido notícias da delegação do Porto, manifestando a intenção de entrar em actividade de trabalho" (192). Tal intento é de algum modo confirmado pela carta enviada por F. Soares Parente que então afirmava estar "animado das melhores intenções de fazer tudo" o que lhe couber, a bem da "digna classe". Comentava ainda a propósito da Delegação: "peço que suspendam os seus juízos sobre a sua atitude, pois o que tem havido é um pouco de indolência. Espero que desta vez seja ouvido pelos meus colegas e que a Delegação cumpra os seus compromissos" (193). Contudo, o desenrolar dos acontecimentos vem demonstrar que a situação evoluiu em sentido inverso.

É através do Relatório do Conselho Director referente à gerência de 1912-1913 que se pode observar como a Delegação era um assunto com alguma importância para os corpos sociais em exercício, talvez por esta ser presidida por A. Bermudes que, como já foi referido, acompanhou desde o início a iniciativa dos seus colegas do Norte. Foi com uma certa pena que a direcção associativa anunciou na Assembleia Geral em que foi apresentado o Relatório que apesar dos seus "esforços aquela delegação ainda não conseguiu entrar em plena normalidade de trabalhos". Por outro lado, era também afirmado que "as bases em que foi constituída não têm sido inteiramente cumpridas, como seria para desejar", sem que tal enunciado seja concretizado. Talvez se trate da inexistência de um Regulamento próprio que, de acordo com as bases referidas, já deveria ter sido elaborado. Apesar destas críticas, naquele Relatório eram apontados dois factos que deveriam ser "atribuídos principalmente" à "directa intervenção" daquele núcleo: trata-se da inclusão de dois

arquitectos na Comissão Administrativa do Município do Porto e da criação da Comissão de Estética Municipal que à semelhança do que já acontecera para a capital, era agora criada naquela cidade. Atendendo a estes, o Conselho termina as suas referências à Delegação, afirmando que esta "merece a nossa benévola expectativa" ao mesmo tempo que "convém auxiliar aquele órgão de propaganda e defesa dos nossos interesses profissionais". (194)

Parece que esta "benévola expectativa" foi uma espécie de "benefício da dúvida" concedido à Delegação pois, embora o resumo apresentado à Assembleia Geral sobre a sua situação deixe transparecer algum desânimo, não propõe ainda nenhum tipo de intervenção directa por parte do Conselho Director. Este assunto continuou a ser alvo das preocupações dos dirigentes da Sociedade dos Arquitectos Portugueses que logo no início de 1914 o levaram como temática a discutir em Assembleia Geral (195). Quando em Maio desse ano a Câmara Municipal do Porto enviou um ofício à Sociedade em que a convidava a nomear "um delegado para o júri que deve proceder à aquisição de obras de arte" para os jardins públicos daquela cidade, medida também empreendida pelo município de Lisboa dentro do novo espírito de promoção e valorização das Belas Artes, foi deliberado submeter o assunto à Assembleia Geral, "atendendo à anormalidade associativa em que se encontram" colegas do Porto" (196). Não se sabe se por decisão dessa Assembleia, embora pelo teor da Acta da sessão do Conselho Director tudo leva a crer que foi aí que esta resolução foi tomada (197), foi indicado para representante da Sociedade no referido júri o sócio A. P. Dias Guimarães, certamente um arquitecto da inteira confiança dos dirigentes associativos pois foi aquele que sempre se encarregou de todos os assuntos da Sociedade no Norte.

Embora nada conste em Actas do Conselho Director quanto à decisão de extinção da Delegação, esta veio a acontecer no final de 1914, pois a 26 de Dezembro foi enviada uma carta a doze sócios do Norte indagando se estes queriam ou não continuar a ser membros da Sociedade (198). Só no Relatório da gerência de 1913-

1914 é que foi dada à Assembleia Geral uma justificação desta medida, fundamentada no facto de "se reconhecer que a sua existência não correspondia, de modo algum, aos fins para que fôra instituída, pois não produzira, com magua o declarámos, os resultados que dela se esperava" (199). Mais uma vez não são explicitadas as razões concretas nem são feitas quaisquer críticas nominais que permitam avaliar melhor esta decisão. Nos dois anos seguintes - 1915 e 1916 - a direcção resolveu apenas questões referentes à regularização dos aspectos decorrentes da extinção da Delegação mas do ponto de vista económico (200). Também vários sócios do Norte manifestaram junto do Conselho Director, após proposta deste, a sua vontade de continuarem a ser membros da Sociedade dos Arquitectos Portugueses. (201)

- Já nos finais de 1919 numa reunião de Direcção, o vogal Cosmeli de Sant'Ana fez referência à situação dos arquitectos do Norte pois tinha conhecimento de uma "tentativa de formação de uma associação de classe dos arquitectos do Porto". Segundo a sua opinião, a Sociedade deveria entrar em contacto com estes colegas a fim de que eles ingressassem na mesma (202). Mais uma vez os argumentos repetem-se e a preocupação pela necessidade e vantagens da classe estar unida em torno de uma só associação, foi o pano de fundo da troca de impressões havida durante essa reunião. Foi o então presidente da Sociedade, A. Manuel Rato, que esclareceu os restantes membros do Conselho Director que "já em tempos" tinha existido uma Delegação da Sociedade no Porto, mas que esta "deixou de existir em consequência do atraso no pagamento das quotas". Segundo afirmou, já tinha conhecimento "que há muito era intenção dos arquitectos do Norte formarem uma associação de classe" e que ainda não o teriam feito devido ao "diminuto número de colegas naquela cidade" (203). Porém o argumento da extinção da Delegação por falta de pagamento de quotas, que parece ser insuficiente tendo em conta a multiplicidade de aspectos envolvidos na existência desse núcleo, foi também repetido por José Coelho que então afirmou estar inteiramente de acordo com

Cosmeli de Sant'Ana. Por outro lado, Alfredo Santos, secretário da Mesa da Assembleia Geral, propôs que o Conselho Director entrasse novamente em contacto com os seus sócios no Porto, sugerindo-lhes "que em vez de formarem uma nova associação", constituíssem antes naquela cidade uma "delegação" da Sociedade dos Architectos Portugueses.

Todavia, a proposta aprovada nessa reunião para ser apresentada à Assembleia Geral, foi a de Pardal Monteiro que pela primeira vez assumia ali cargos directivos. Este sugeria que fosse "levado a efeito a realização de um congresso nacional de architectos", para o qual seriam convidados todos os architectos do país e durante o qual "se discutiria a maneira de solucionar este problema de capital importância para a (...) classe" (204). Não deixa de ser curioso assinalar que a ideia subjacente a esta proposta de Pardal Monteiro é a mesma que tinha o primeiro grupo de architectos do Porto que, em 1911, se propunha fundar a Delegação da Sociedade naquela cidade. Pelas afirmações feitas no Relatório da gerência de 1919-1920, houve efectivamente contacto com os sócios do Norte ainda que o Conselho Director não tivesse obtido qualquer resposta às propostas então formuladas. (205)

Este silêncio estava de certo relacionado com a constituição da Sociedade dos Architectos do Norte, reconhecida por alvará da Presidência da República de 14 de Julho de 1920 assinado por António José de Almeida e José António da Costa Junior e cuja comissão organizadora dos estatutos foi constituída por J. Marques da Silva, presidente, António Correia da Silva, vice-presidente, V. Borges de Oliveira e Baltazar de Castro, secretários, A. Peres Dias Guimarães, tesoureiro e ainda pelos seguintes vogais: F. de Oliveira Ferreira, Leandro de Moraes e Rogério de Azevedo (206). Importa salientar que a documentação consultada não esclarece os motivos pelos quais os architectos que até então tinham estado em contacto directo com a Sociedade dos Architectos Portugueses com vista à formação de uma delegação desta, optavam agora por congregar os seus esforços em torno de J. Marques da Silva, que tanto como architecto e como pedagogo desenvolvera já uma actividade

renovadora de importante projecção e que tal como foi referido, se encontrava há muito afastado da agremiação de classe. Tal atitude poderá eventualmente explicar-se pelo desejo de autonomia perante a sede associativa radicado em divergências pessoais e não pelos objectivos específicos desta nova organização de Arquitectos no Porto, que são expressos no seu Estatuto, este bastante próximo em estrutura e conteúdo do aprovado em 1903 pela Sociedade dos Arquitectos Portugueses. Tratava-se de "uma associação de classe, destinada ao estudo e defesa dos interesses comuns dos seus associados, mormente no norte do país", cujos fins enunciados em sete alíneas introduziam somente dois novos aspectos: o "fomentar o desenvolvimento dos estudos de Architectura sob o duplo ponto de vista da arte e da técnica" (Art. 1º, 2º) e "incutir no espírito público a noção exacta da Architectura, que, sendo uma manifestação essencial da Arte, só a artistas compete exercer" (Art. 1º, 3º). No entanto, a prática e as diligências efectuadas a partir de Lisboa eram também coincidentes nestes aspectos, podendo assim considerar-se que a partir de 1920 e até cerca de 1923, existiram em Portugal duas organizações profissionais de arquitectos, sendo uma delas especificamente vocacionada para o estudo e defesa da classe no norte do país (207). Apesar de não ter sido localizada qualquer referência concreta à constituição desta nova Sociedade na documentação consultada da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, o seu Conselho Director manteve vários contactos com a direcção daquela. (208)

Porém, a 14 de Junho de 1923, foi enviada uma carta ao presidente da Sociedade assinada por 14 arquitectos do Porto que reunidos em Assembleia Geral, "resolveram por unanimidade o seu ingresso nessa Associação de Classe". Fundamentavam esta decisão nas "vantagens que adviriam para a classe da união dos arquitectos de Portugal". por um lado, e, por outro, "por julgar que inúmeros beneficios resultam para ela da veemente coesão dos artistas". De salientar que deste grupo só três arquitectos - Emanuel Ribeiro, V. Borges de Oliveira e Leandro

de Moraes - pertenceram ao grupo que cerca de doze anos antes tinha proposto a formação da Delegação no Norte e ainda que os dois últimos pertenceram à comissão organizadora dos Estatutos da Sociedade dos Architectos do Norte. (209)

Só a 19 de Outubro é que o Conselho Director respondeu a este officio, agradecendo e congratulando-se com "tão boa noticia e com a futura camaradagem dos novos sócios", prometendo enviar em breve "os boletins das propostas" de acordo com os Estatutos (210). Um mês depois "um grupo de architectos do Porto" - Leandro de Moraes, José Emílio da Silva Moreira, Aucíndio Ferreira dos Santos, Rogério Vidigal e Joaquim Gonçalves de Oliveira - respondeu a esta carta, agradecendo a receptividade do Conselho Director à proposta apresentada. Acrescentavam ainda que na "Assembleia Geral preparatória" que realizaram foi "lavrado na acta um voto de louvor à Sociedade dos Architectos Portugueses". Tudo leva a crer que este mesmo grupo ignorava deliberadamente a Sociedade dos Architectos do Norte que se encontrava em actividade (211), já que naquele officio era também afirmado que antevendo "um largo futuro de camaradagem entre architectos portugueses", estavam "convencidos do triunfo de uma classe que no Norte, principalmente, tão abandonada tem sido". (212)

No início do ano seguinte, Leandro de Moraes, F. de Oliveira Ferreira e Emanuel Ribeiro enviaram nova carta à Direcção da Sociedade dos Architectos, na qual participam que na sessão efectuada no dia anterior fôra "resolvido tratar da reorganização da *Delegação Norte* da Sociedade dos Architectos Portugueses", iniciativa para a qual solicitavam "bom acolhimento" dado que daí "resultaria sem dúvida engrandecimento para a classe" (213). Verifica-se assim que houve uma alteração quanto aos propósitos inicialmente anunciados por estes architectos: não pretendiam já ingressar na Sociedade como seus sócios mas sim reorganizar no Porto uma Delegação dessa mesma Sociedade. Deste modo, parece não ser errado depreender que houve neste período movimentação entre os architectos daquela cidade que se encontrariam com certa regularidade para discutirem

problemas relativos à constituição do seu organismo de classe. Por outro lado, é curioso que não haja nas Actas do Conselho Director quaisquer referências à alteração das intenções dos 14 architectos nem comentários referentes à reorganização da Delegação. Na resposta àquele officio assinada por Pardal Monteiro na qualidade de secretário do Conselho Director, esta questão é omissa pois apenas versava a readmissão e admissão de colegas do Porto, ao mesmo tempo que era manifestada a convicção "do forte apoio que o ingresso de tão ilustres colegas vem trazer" à Sociedade, "evidenciando mais uma vez o excepcional espírito de camaradagem" da classe (214). Ao contrário do sucedido quando da primeira Delegação, foram os architectos do Norte que, de alguma forma, pressionaram a sede para a rápida resolução dos problemas inerentes à reorganização da Delegação, como se depreende pelo telegrama enviado por Oliveira Ferreira e cujo teor é o seguinte: "Devido proposta pendente Câmara Municipal urgência fundação delegação dessa sociedade aqui". (215)

Com efeito, esta mensagem urgente acelerou o processo e a 1 de Abril de 1924, o então presidente do Conselho Director, António do Couto, enviou uma carta ao seu colega Leandro de Moraes em que lhe comunicava as decisões tomadas na Assembleia Geral de 7 de Março no que dizia respeito à readmissão dos sócios que pertenciam à anterior Delegação (216). Eram também incluídas nesta carta as "Bases" aprovadas na Assembleia Geral de 6 de Fevereiro de 1911 e os boletins para a inscrição de sócios, ao mesmo tempo que era solicitado o rápido envio do projecto de Regulamento da mesma Delegação. No final do mês, os architectos do Porto tinham não só nomeado uma "Comissão Instaladora da Delegação" - composta por F. Oliveira Ferreira, presidente, Joaquim Gonçalves de Oliveira, secretário, Emanuel Ribeiro, tesoureiro (217) - como tinham também angariado nove novos sócios efectivos. (218)

Até ao final de 1924 apenas foram localizadas mais duas referências à Delegação no Norte, sendo a primeira respeitante à entrada em vigor "do decreto sobre as

más construções". Dado que este iria interferir directamente no exercício da profissão, a Direcção do Norte desejava ser informada sobre o que deveria fazer o "norte a respeito de tão importante assunto" (219). A segunda consta de um ofício no qual a Comissão Instaladora da Delegação comunicava ao presidente do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses os resultados da eleição dos corpos gerentes para o ano de 1924 a 1925. Pela primeira vez foram eleitos arquitectos para todos os corpos sociais - Mesa da Assembleia Geral, Conselho Director e Comissão Revisora de Contas - que aproveitaram para comunicar que a Direcção no Norte "se encontra animada da melhor das vontades para com o seu esforço e com sincera camaradagem concorrer para o triunfo" da classe (220). Ainda este ano F. Oliveira Ferreira veio a Lisboa a fim de resolver assuntos relacionados com a reorganização da Delegação o que até então nunca tinha sucedido. Contudo, é algo estranho verificar que no seu Relatório final o Conselho Director refere que "supõe" ser este o colega presidente da mesma Delegação dado a correspondência ser por ele assinada, uma vez que a sua eleição para este cargo fôra já comunicada à sede. (221)

Mas mais uma vez parece que tal empenhamento não representou o acelerar do processo da constituição da Delegação, apesar de ter merecido alguma regularidade nos contactos entre Norte e Sul. Em 1925, quando J. Lino de Carvalho iniciou o seu mandato de presidente da Sociedade, verifica-se que este se preocupou directamente com o assunto, tendo mesmo escrito, cartas de carácter particular para o seu congénere portuense, o que se justifica na medida em que aquele arquitecto esteve directamente ligado à Delegação de 1911, sendo o autor das Bases então aprovadas para a sua fundação. Porém, não deixa de ser relevante constatar que enquanto o Conselho Director estava preocupado na formalização daquele núcleo, o que passava pela aprovação do seu regulamento próprio, aquele encontrava-se em actividade, verificando-se mesmo algumas intervenções concretas junto de entidades oficiais a propósito da construção do

"edifício de Encomendas Postais" e da Faculdade de Medicina, ambos no Porto e que não tinham sido projectados por architectos (222), registando-se também pelo menos um contacto directo com a Delegação por parte da Federação dos Amigos das Escolas Primárias. (223)

Outro assunto tratado pela Direcção do Norte incidiu sobre a situação dos architectos diplomados face à reforma do curso de Architectura. Numa carta então enviada para a sede na qual eram feitos elogios nominais à actividade de alguns colegas que exerciam a profissão no Norte ou em África, alertava-se o Conselho Director para a situação em que estes ficaram face à nova legislação em vigor. Assim, solicitavam "para num movimento comum por idênticos serem os interesses" que a todos os architectos inscritos na Sociedade "seja passado o Diploma sem mais formalidades" (224). Contudo, e apesar da exaltação que era feita na longa introdução deste officio em torno da defesa da profissão de architecto e da Architectura, este só foi levado a reunião do Conselho Director em 6 de Maio de 1925. Pela mão de J. Lino de Carvalho foi então acrescentado à carta uma nota referindo que "Atendendo à importância do exposto, e de conformidade com a deliberação já tomada sobre este assunto", esta deveria ser enviada à Mesa da Assembleia Geral. No entanto, na Acta da reunião de 4 de Maio foi lida a "representação da Delegação do Norte sobre o decreto nº 10.663" e foi resolvido "tratar-se da regulamentação e maior aproximação da mesma Colectividade" (225). A avaliar pela documentação consultada para o resto do ano, parece que este Decreto foi a preocupação dominante da Delegação que a partir de então começou cada vez mais a espaçar as suas respostas à correspondência enviada de Lisboa.

Tal situação levou a que J. Lino de Carvalho escrevesse no final de Abril uma carta dirigida ao seu colega F. Oliveira Ferreira que, apesar de abordar assuntos da Sociedade, tinha uma anotação de "Particular". Tratava-se de um pedido de confirmação dos sócios pertencentes à Delegação que, de acordo com a contagem da sede, seriam então um total de 18, tendo em conta a "eliminação por falta de

pagamento de quotas" de J. Marques da Silva e a admissão de sete novos sócios. Era ainda solicitada informação sobre quatro arquitectos dos quais não existia qualquer referência em Lisboa (226). Contudo, em Junho ainda não havia resposta àquela carta, tendo J. Lino de Carvalho contactado por escrito Serafim Martins de Sousa que conhecia pessoalmente o que não acontecia com o presidente da Delegação, a fim de lhe pedir que esclarecesse "as causas, que possam ter dado lugar" ao silêncio de F. Oliveira Ferreira, dado que o seu ofício ia "exactamente ao encontro dos desejos da delegação do norte" (227). Mas parece que nem esta carta, apelando a conhecimentos particulares, foi eficaz. Porém, pelas Actas da Delegação do Norte, verifica-se que exactamente em finais de Abril, Serafim de Sousa lembrara "a conveniência de ser tratado junto da sede em Lisboa o assunto referente à boa organização" daquele núcleo, tendo então sido designado pelos seus colegas como "delegado" para tratar de tais assuntos (228). Por outro lado, a documentação da sede não refere a vinda a Lisboa daquele colega que, com os membros do Conselho Director "tratou e resolveu a maneira de pôr em ordem os trabalhos da Delegação". (229)

Nos finais de Setembro foi enviada nova carta de carácter pessoal para F. Oliveira Ferreira, desta vez por António Couto, então tesoureiro do Conselho Director em exercício e que tendo sido o presidente da gerência anterior, tinha já contactado directamente com o referido arquitecto do Porto. Neste ofício transparece já alguma impaciência relativamente ao silêncio em que se mantinha a Direcção da Delegação no Norte. Após historiar os acontecimentos e referindo-se às várias tentativas feitas no intuito de ser obtida alguma resposta, A. Couto afirmava que o Conselho Director não se deveria "apresentar à Assembleia Geral sem a poder informar acerca da Delegação, e para findar a gerência pouco (faltava)". Por outro lado, referia ainda que "a pequena troca de correspondência (tinha) sido feita apenas por intermédio do presidente da Assembleia Geral", que era então A. Bermudes, acrescentando que certamente F. Oliveira Ferreira não ignorava "que o

Conselho Director (carecia), e terá nisso muito prazer, de regular os assuntos pendentes". (230)

Deste modo, a situação da Delegação foi de novo debatida no seio do Conselho Director (231) e, dois meses depois, o presidente J. Lino de Carvalho oficiou mais uma vez ao seu homólogo no Porto. Afirmando que a gerência a que presidiu sempre se orientou com "correcção, zelo" e "lealdade", chamava a atenção para a difícil situação em que a mesma se encontrava perante a classe dado "o silêncio da delegação do Norte" que a impedia de "regular os negócios pendentes, que lhe dizem respeito". (232)

E o "silêncio" persistiu sem que, contudo, o Conselho Director desistisse de resolver a situação. Neste sentido foi novamente J. Lino de Carvalho quem escreveu ao presidente da Mesa da Assembleia Geral expondo os factos ocorridos. Afirmando que o Conselho não se julgava "agravado" com a ausência de resposta do Norte, antes lamentava "profundamente o facto", solicitava a convocação de uma Assembleia Geral a fim de que esta se pronunciasse sobre o exposto dado que a Direcção considera o assunto "fora das suas atribuições administrativas" (233). Mas quando esta carta foi escrita tinham sido enviados para Lisboa três ofícios do Porto esclarecendo o sucedido e que foram lidos na sessão do Conselho Director de 28 de Outubro (234), dois dos quais dirigidos ao presidente da Direcção e outro a António do Couto.

É curioso que o teor da carta enviada pelo presidente do Porto não reflecte qualquer inquietação, antes mesmo alguma tranquilidade. Segundo afirma, a Delegação do Norte "só tem emprestado a sua fraca colaboração" no sentido de melhorar a situação dos architectos em Portugal, mas que esta "tem sido sempre leal e sincera o que consiste para nós um orgulho". Não há qualquer alusão ao hiato de contactos existente até aquele momento, reconhecendo mesmo que têm recebido "de cada um dos membros" da Delegação "provas de que estão dispostos

a trabalhar pelo bem da classe". Reconhece que se "algumas faltas tem havido elas não representam um propósito" sendo antes o "resultado de várias circunstâncias muitas delas estranhas à nossa vontade", esperando que a partir de então a "troca de correspondência" se faça "com a devida regularidade". Justificava o facto de ainda não ter enviado a relação dos sócios que integravam a Delegação pois desejava que nela "figurasse o maior número dos nossos colegas" ou seja "os nomes de todos os architectos do Norte". No entanto, na impossibilidade de o fazer, considera que "já (era) consolador saber que temos connosco a maior parte". (235). Juntamente com esta carta eram enviadas dezasseis propostas de sócios já aprovadas pelo Conselho Director da Delegação (236), bem como o mapa da contabilidade de Abril a Dezembro de 1924. Além disso, era solicitado à Direcção da Sociedade a dispensa de entregar à sede os dois quintos da receita obtida, de acordo com o que tinha sido anteriormente estabelecido, a fim de terem possibilidades de proceder a "alguns melhoramentos que possam oferecer" aos sócios "um certo bem estar, num ambiente que lhes agrade, em uma casa só nossa" (237). No outro officio dirigido ao presidente do Conselho Director da Sociedade, também assinado por F. Oliveira Ferreira, era pedida a sanção da proposta apresentada pela Direcção da Delegação e aprovada pela Assembleia Geral da mesma, no sentido de nomear E. Bianchi da Câmara, advogado (238), sócio honorário da Sociedade (239). Tanto esta proposta como o pedido de isenção do pagamento dos dois quintos, após terem sido abordados em reunião do Conselho Director, foram assuntos posteriormente debatidos em Assembleia Geral, de acordo com o comunicado à própria Delegação (240). O terceiro e último officio enviado do Norte era dirigido a António do Couto e procurava justificar o atraso verificado na resposta às cartas enviadas de Lisboa, argumentando que "nem toda a correspondência chega aos seus destinos". (241)

Estas cartas foram respondidas a 5 de Novembro de 1925, solicitando uma delas ao presidente do Norte a "organização definitiva" da Delegação para o qual conviria

que fosse enviado o projecto de Regulamento já pedido pela sede (242), o que viria a melhorar "as condições de funcionamento" (243). Outra das cartas versava a inscrição de sócios, acusando a recepção das propostas enviadas e pedindo a confirmação de alguns arquitectos inscritos. Na mesma era esclarecido que, de acordo com o que "em tempo a Sociedade deliberou", a área geográfica abrangida pela Delegação "para os efeitos da sua acção colectiva, é a que se compreende entre os rios Minho e Mondego", de forma que "os sócios nela residentes poderão, querendo, inscrever-se na dita Delegação" (244). Não deixa de ser curioso que só nesta altura do processo de consolidação do núcleo do Norte, tal aspecto tenha sido esclarecido.

As diferentes questões colocadas pela sede foram respondidas no mês seguinte. A primeira e a mais importante era a referente à elaboração de um Regulamento próprio, tarefa que a Delegação dispensava dado ter decidido em reunião de Direcção "não modificar" as Bases aprovadas em 1911 que, "juntamente com os estatutos" da Sociedade, "devem constituir o regulamento da Delegação" (245). Esta posição não deixa de parecer algo estranha dado que as Bases conforme anteriormente descritas, referem somente princípios genéricos não tendo expressas atribuições de funções específicas que delimitariam e definiriam o âmbito e propósitos de actuação deste núcleo de arquitectos (246). Em outro ofício da mesma data, o Conselho Director do Norte manifestou o desejo de que "a aplicação dos dois quintos da importância das quotas dos sócios" da Delegação "não dever ser somente durante o ano de 1925 (...) mas também em mais alguns anos seguintes", dado que estava estabelecido que "todos os valores adquiridos pela Delegação serão pertences da Sociedade" (247). Contudo, a sede só no início do ano seguinte, tomou decisões não só sobre este assunto mas também quanto ao propósito da Delegação relativamente à elaboração do Regulamento, devido à proximidade da eleição dos novos corpos gerentes. (248)

No Relatório da Direcção, com data de 31 de Dezembro de 1925 e apresentado à Assembleia Geral em 26 de Janeiro de 1926, foi feito mais uma vez o ponto da situação no que diz respeito ao núcleo do Porto. Os corpos directivos consideravam que a Delegação estava "transitando da sua organização provisória para a definitiva", contando então com 22 sócios. O Conselho Director aproveitou a mesma ocasião para elogiar publicamente os seus colegas reconhecendo que o seu "valor e dedicação", levava a "crer que muito em breve aquele núcleo [fosse] o melhor colaborador da nossa missão, e nesta conjuntura fraternalmente os saudamos, fazendo votos pelo engrandecimento da classe". (249)

Uma vez eleitos os novos corpos gerentes, J. Lino de Carvalho, reconduzido no cargo de presidente da Sociedade dos Architectos Portugueses, escreveu uma carta ao seu colega F. Oliveira Ferreira, com a nota de "particular", na qual justificava a demora na resposta a algumas cartas enviadas pela Delegação, ao mesmo tempo que afirmava que do conjunto de assuntos a tratar "será a Delegação do Norte um dos primeiros a ser devidamente tomado em consideração" (250). Dias depois a Delegação informava a sede sobre a eleição dos seus corpos gerentes (251), enviando também o Relatório da Gerência de 1924-1925 e o Parecer da Comissão Revisora de Contas (252). No primeiro documento era então afirmado que quando o Conselho Director, cuja actividade foi iniciada a 28 de Agosto de 1924, assumiu a gerência da Delegação esta "começou a funcionar regularmente", tendo sido um dos "melhores esforços", "orientado no sentido de obter-se a união de todos os architectos do Norte o que infelizmente e por motivos que não desconhecem foi impossivel realizar". Tal como já foi apontado em situações anteriores, as questões mais melindrosas ou que poderiam prejudicar algum colega, nunca são claramente expostas.

Só no início de Fevereiro é que por proposta do presidente da Sociedade, foi abordada em reunião do Conselho Director a decisão tomada pela Direcção do Norte quanto à não elaboração de um Regulamento próprio, por considerar

suficientes as Bases já existentes e os próprios Estatutos da Sociedade. Esta posição foi "ponderadamente discutida" e mereceu "absoluta" discordância, o que foi comunicado aos seus colegas (253). Com efeito, na mesma data foi enviado um ofício ao presidente da Delegação em que o Conselho Director explicava as suas razões que se prendiam sobretudo com o facto de os Estatutos serem "exclusivamente a lei orgânica da Sociedade", que estabelecem "princípios imutáveis", tornando-se necessário o Regulamento na medida em que este "vem detalhar o que aquela determina", reforçando ainda a ideia de que "nunca esses diplomas deverão fundir-se num único". Apesar de considerarem que as Bases aprovadas em 1911 poderiam constituir uma primeira abordagem na estruturação do funcionamento do núcleo do Norte, pensavam, no entanto, que era "conveniente verificar se haverá alguma omissão a suprir, alguma melhoria administrativa a propôr, alguma falta a atender, articulando, como é mister, todas as suas disposições". Assim, foi a própria sede que sugeriu "outros preceitos" a introduzir no projecto de Regulamento e que de "algum modo poderão aproveitar á administração" da Delegação, como por exemplo "o que diz respeito à composição dos corpos directivos, considerando que a 2ª base não comportará as exigências do seu funcionamento" (254). Apesar de todas estas justificações num ofício posterior enviado do Norte, era solicitado ao Conselho Director que "o mais depressa possível" lhes enviasse o Regulamento (255). Este Conselho voltou a esclarecer: "pela base 9ª é a VExas que compete elaborarém-no e enviarem-no, para ser apreciado", sendo "efectivamente deste diploma que depende a organização da Delegação, como por mais de uma vez se tem afirmado". (256)

Através da resposta a este último ofício verifica-se uma alteração da posição assumida pela Direcção do Norte quanto a este assunto: anunciava então que em virtude do seu conteúdo "e em face da base 9ª, da proposta de fundação desta Delegação", o Conselho Director ia "estudar as bases do Regulamento pelo qual deverá esta Delegação reger-se". Informavam ainda que deste dependeria "a

entrada de muitos novos sócios", mas que para tal desejavam que a Delegação fosse "dotada duma certa autonomia (aquém-Mondego), e que já ha tempos o ex-Conselho Director da sede nos mostrou ser de seu agrado". Neste sentido esperava "poder em breve" enviar o referido Regulamento para ser apreciado pelo Conselho Director da Sociedade (257). Parece que tal mudança de opinião pressupõe novos contactos com architectos, obviamente não associados, a quem não agradariam os termos em que estavam estabelecidas as relações formais com a sede, as quais faziam depender todos os actos administrativos e todas as decisões importantes da sanção official do Conselho Director ou da Assembleia Geral da Sociedade, em Lisboa.

Contudo, a elaboração deste Regulamento não foi rápida e em Abril, J. Lino de Carvalho numa carta enviada ao presidente da Delegação afirmava que continuava a aguardar o seu envio, esclarecendo ainda que sobre o assunto "muito" teria o Conselho Director a dizer mas que este se reservava para oportunamente "apreciar" o trabalho que estava efectivamente a cargo da Delegação, o que leva a crer que o Conselho tinha de facto ideias claras quanto ao seu conteúdo. Aquele órgão associativo afirma também que considerava que seria "mais vantajoso" a vinda a Lisboa de colegas do Norte para proceder ao estudo daquele Regulamento, dado que estava em curso o projecto de alteração dos Estatutos da Sociedade (258). Contudo, e de acordo com a documentação consultada, parece que tal encontro não se chegou a concretizar.

Foi só em Junho que a Delegação enviou a proposta de projecto de Regulamento que entendeu "ser a mais justa possível" afirmando novamente que da sua aprovação dependia "a entrada de muitos outros architectos afastados desta nossa colectividade" e o que representaria "a ligação de todos os artistas Portugueses da especialidade", podendo assim obter-se "com maior facilidade, o lugar de honra que deve ter a Arte Nacional" (259). O documento enviado do Porto intitulava-se "Proposta para o Regulamento pelo qual se regerá a Delegação Norte da

Sociedade dos Architectos Portugueses", constando de oito "Condições", cuja designação foi alterada pelo Conselho Director para "Artigos".

O 1º dizia respeito à eleição dos corpos gerentes, compostos pela Mesa da Assembleia Geral, Direcção (e não Conselho Director como tinha sido designado no documento enviado) e Conselho Fiscal. O artigo seguinte foi alterado no seu conteúdo, de forma a que não restassem dúvidas de que a Delegação era uma representação da Sociedade e que o contrário nunca poderia ser válido. Assim, enquanto o núcleo do Porto se propunha representar a Sociedade "em todos os actos que pela sede lhe forem designados", tal como a "sede representará esta delegação quando para isso lhe seja designado", a própria sede suprimiu esta última parte, ao mesmo tempo que alterou a primeira para: "A Delegação representará a Sociedade na parte que lhe compete em todos os actos que pelo Conselho Director lhe forem designados".

O Artº 3º, ainda bastante próximo dos princípios enunciados nas "Bases" de 1911, determinava que a Delegação estudasse "todos os assuntos que localmente se relacionem com a Architectura", salientando, no entanto, que ficaria "com completa autonomia na sua maneira de agir", apesar das "resoluções de carácter colectivo serem transmitidas à sede para serem tratadas junto dos poderes superiores". Acrescentavam ainda que "todas as outras resoluções, serão ou não transmitidas conforme o seu interesse", parágrafo que foi suprimido na revisão do projecto feita pelo Conselho Director da Sociedade. O artigo seguinte previa mesmo a possibilidade de poder vir a existir alguma "discordância na maneira de vêr" entre a Delegação e a sede ao ser tomada qualquer deliberação, remetendo assim para uma Assembleia Geral conjunta a resolução final do mesmo.

A admissão de sócios era o assunto do Artº 5º, substancialmente alterado pela Direcção de Lisboa. Enquanto que a Delegação se propunha aprovar as candidaturas para sócios "que estejam nas condições de admissão determinadas

pelos Estatutos", enviando depois à sede, após estarem aprovadas "um duplicado da proposta para ser registada no livro competente", a sede recusou esta autonomia. Segundo as emendas feitas ao projecto de Regulamento, a Delegação só "aceitará as propostas", enviando depois um duplicado "com o parecer da Direcção para depois serem aprovadas pelo Conselho Director". Parece de alguma forma excessivo o relevo que é dado pelo Conselho Director à admissão de sócios, o que de certa maneira põe em causa questões de carácter deontológico face aos seus congéneres do Porto que assim ficavam desautorizados de decidir se os seus colegas tinham habilitações específicas para ingressar na Sociedade.

O Artº 6º vinha recolocar a questão da percentagem das cotizações dos sócios da Delegação a enviar à sede, que passaria de dois terços para um quarto. O parágrafo único deste artigo alterava também o sentido estabelecido nas Bases no caso de extinção da Delegação. Enquanto que as primeiras previam que o seu espólio e bens fossem pertença da Sociedade, no projecto de Regulamento era determinado que "o seu espólio será liquidado conforme a Assembleia Geral desta Delegação assim o entender", o que foi aceite pelo Conselho Director. O envio anual do Relatório e contas "para ser publicado juntamente com o da Sede" era o que estava determinado no Artº 7º. O 8º e último artigo, que não foi motivo de qualquer alteração por parte da sede, previa que fosse nomeado em Assembleia Geral "um delegado a fim de representar a sede ou a Delegação na Assembleia Geral conjunta". No caso de tal ser necessário este teria "plenos poderes" e far-se-ia "acompanhar da parte da acta da Assembleia Geral na qual irá indicado especificamente a votação que sobre ela incidir".

Após a recepção deste projecto de Regulamento a sede comunicou imediatamente ao presidente da Delegação que este seria "presente a uma próxima Assembleia Geral expressamente convocada para esse fim, para efeitos da sua aprovação" (260). Todavia, só cerca de um mês depois é que Paulino Montez, então secretário do Conselho Director, na ausência do presidente, solicitou a sua convocação (261).

Este assunto voltou a ser tratado pela Direcção no início de Agosto (262), sem que em Acta tenham sido registados quais os aspectos focados. Parece importante referir que o Regulamento apresentado não se inspirava nos Estatutos da Sociedade dos Arquitectos do Norte de 1920 e cuja actividade se supõe ter diminuído ou mesmo cessado.

O falecimento de J. Lino de Carvalho, presidente da Sociedade dos Arquitectos Portugueses no final de Agosto de 1926, veio de certo atrasar o andamento dos trabalhos do Conselho Director, razão pela qual só no final do ano foi comunicado à Delegação a aprovação do Regulamento, apesar da Assembleia Geral se ter realizado a 23 de Outubro. No ofício enviado eram mencionadas as alterações feitas ao mesmo "apenas nalguns pontos", justificadas dado que "brigavam com os estatutos da Sociedade", apesar de não ser ainda enviada a redacção definitiva do Regulamento (263). No entanto, o "Regulamento da Delegação do Norte da Sociedade dos Arquitectos Portugueses - Diplomados pelo Governo, Aprovado em Assembleia Geral de 23 de Outubro de 1926", não é exactamente igual ao documento anteriormente referido e levado ao plenário associativo. O Regulamento definitivo conta com menos um artigo, uma vez que o Artº 8º foi fundido no Artº 4º, estes respeitantes à possibilidade de haver discordância entre a Delegação e a sede, ao tomar qualquer deliberação.

No período que decorreu entre o envio do projecto de Regulamento, em Junho, e a sua aprovação pela sede, em Outubro, nada de muito relevante aconteceu no âmbito da consolidação da Delegação (264). Constata-se somente a alteração da constituição da Comissão Administrativa da Delegação "em virtude da escusa por falta de saúde de alguns membros" do mesmo, bem como a mudança da sede associativa (265). Parece importante salientar que o Relatório da gerência de 1926 não faz qualquer alusão à aprovação do Regulamento da Delegação, o que não deixa de ser estranho dado o empenhamento existente por parte do Conselho Director no sentido de resolver definitivamente este assunto.

O ano seguinte à aprovação do Regulamento da Delegação, não correpondeu ainda ao seu pleno funcionamento. Por exemplo, em Março foi comunicado à sede que o Relatório e contas seria enviado "em breves dias", sendo-o só nos finais de Maio (266). Entretanto, foi comunicado o resultado das eleições dos corpos gerentes, realizadas na Assembleia Geral de 16 de Março de 1927 (267). Porém e ao contrário do que até então se verificara, o Conselho Director em exercício tomou uma atitude concreta face à inexistência de resposta aos sucessivos ofícios enviados para a Delegação, o que foi considerado "como uma falta de consideração" para com a Sociedade. A decisão foi tomada na reunião de 30 de Julho (268) e comunicada ao presidente do Norte (269), anunciando ao mesmo tempo a convocação de uma Assembleia Geral para se pronunciar sobre o assunto.

Apesar do endurecimento de posições assumido pela sede, a Delegação só respondeu em Novembro. Era então explicado que há bastante tempo que o Conselho Director não podia funcionar devido à falta de três dos seus elementos, o presidente, um dos vogais e o tesoureiro. O primeiro, Serafim Martins de Sousa formulou um "pedido de licença ilimitada" a fim de "regularisar assuntos de seu interesse". Pouco depois, um dos vogais "fez idêntico pedido que a princípio foi negado e por fim aceite". Finalmente, Rogério Rodrigues Vilar adoeceu "conservando-se ainda retido no leito, devido ao seu mau estado de saúde". O aparecimento de um dos elementos afastados (cujo nome não é referido) permitiu que o Conselho pudesse voltar a reunir, respondendo assim à última carta enviada pela sede, esclarecendo que se o não fizeram tal facto "não envolve menos consideração nem o mais leve ressentimento". (270)

Este ofício foi apresentado à Assembleia Geral de 26 de Novembro tendo esta resolvido "enviar um delegado, na primeira oportunidade conferenciar" sobre os assuntos que interessam à Sociedade (271). A carta em que tal decisão foi comunicada à Delegação tem um tom pouco amistoso, solicitando o envio de

documentação já pedida, como a lista dos sócios a quem foram entregues os diplomas associativos, a relação de todos os sócios inscritos na Delegação e o Relatório e Contas ainda em falta. A resposta a esta carta foi dada logo no início do ano seguinte acompanhada daqueles documentos, excepto um pois era "inteiramente impossível enviá-lo" devido ao facto do tesoureiro ainda se encontrar gravemente doente e ser ele "o possuidor de todos os elementos pelo qual se poderá fazer o relatório". Deste modo, "é opinião deste Conselho Director enviá-lo, logo que a sua saúde o permita, sem prejuízo da eleição futura que há-de guiar os destinos desta Delegação". A deslocação de um delegado da sede ao Porto era por este Conselho considerada "bastante honrosa", pedindo assim para ser avisado da sua ida com certa antecedência "a fim de pessoalmente trocarmos impressões sobre determinados assuntos que muito interessam a nossa classe" (272). Esta foi a única carta enviada pela Delegação durante 1928. Por determinação da Assembleia Geral da Sociedade, Luis Cunha foi nomeado "para conseguir regularizar" os assuntos relativos ao núcleo do Norte. (273)

Apesar deste quadro pouco animador houve de facto entre os arquitectos filiados na Delegação, a vontade de que esta não deixasse completamente de funcionar. Assim, devido à "falta de coesão entre os membros da anterior Direcção", por um lado e ainda devido ao "falecimento de um membro da direcção e doença de outros", um grupo de associados levou a efeito uma Assembleia Geral "a fim de ser nomeada uma Comissão Administrativa" composta por cinco elementos, três dos quais já pertenciam à Direcção anterior, embora com outros cargos (274). Este grupo propunha-se levar "a cabo a árdua tarefa de conagraçamento da classe afim de um trabalho útil resulte de beneficio imediato". (275)

A partir de então foram estabelecidos contactos que em relação aos anos anteriores se podem considerar quase regulares e por isso o secretário do Conselho Director, José Coelho, propôs que fosse comunicado aos seus colegas do Norte a nova composição dos corpos gerentes da Sociedade, bem como que

lhes fosse manifestado o desejo de que "os laços de boa camaradagem entre os Architectos Portugueses se estreitem cada vez mais, a fim de que muitos, lutem para o engrandecimento da classe" (276). O mesmo architecto achava ainda conveniente comunicar as recentes resoluções tomadas na última Assembleia da Sociedade (277). Logo depois esta carta foi respondida e nela está bem patente o interesse da Delegação Norte em acompanhar as diligências desencadeadas pela sede no que diz respeito às questões do imposto profissional bem como à defesa do exercício da profissão (278). Tal ideia é ainda confirmada pelo facto de que quando a sede resolveu pedir à Delegação a nomeação de um delegado para conjuntamente estudarem "as reclamações que interessam aos Architectos Portugueses" e que o Conselho Director "pensa apresentar ao Governo", este foi rapidamente indicado, tendo a escolha recaído em José Emílio da Silva Moreira, então vogal da Direcção do Norte. (278)

Durante 1930 e apesar do Relatório da gerência 1929-1930 não ter qualquer referência à Delegação, mas pelo registo da correspondência recebida feito nas Actas do Conselho Director, é possível determinar quais os assuntos que então constituíram as principais preocupações dos architectos do Norte. Tratavam-se, efectivamente, de problemas relacionados com a prática profissional, o que de alguma forma pressupõe a existência de uma estrutura já organizada e consolidada com trabalho regular. No entanto, não foi localizada qualquer correspondência relevante da Delegação Norte entre 1930 e 1933, nem os Relatórios das Gerências 1930-1931 e 1932-1933 lhe fazem referência.

O projecto de lei do regulamento para o exercício da profissão de architecto, datado de Março de 1930, foi o documento mais importante localizado neste período e proveniente da Delegação Norte. Desconhecendo-se se este foi elaborado pela Direcção e rectificado em Assembleia Geral, pois não existem Actas nem quaisquer outros elementos que o esclareçam, é revelador, pelos princípios que pretendia estabelecer, dos anseios e ideias daquele grupo de profissionais. Em

perfeita continuidade e consonância com tudo aquilo que a Sociedade dos Architectos a partir de Lisboa pugnava neste domínio, também era considerado neste projecto que a classe, "apesar da importância artística, cultural e social" que representava, se encontrava então "inteiramente desacompanhada de leis que a regulamentem, defendam e possam fomentar o seu florescimento, como convém e se impõe ao bom nome da Nação". Após tal preâmbulo definiam, entre outros, em que consistia a profissão de architecto (280) e quais as funções das entidades responsáveis pela aprovação de projectos (281). Por outro lado, determinavam ainda que não era permitido àqueles técnicos exercer "as funções de empreiteiro de construções civis, ficando igualmente interdito o direito de comércio em materiais de construção" (Art. 8º), confinando antes a sua actividade ao âmbito do projecto e seu desenvolvimento.

No início de Outubro de 1933 o Conselho Director comunicou à Delegação que pelo Decreto-Lei nº 23.050 de 23 de Setembro daquele ano e que criava os Sindicatos Nacionais, a Sociedade sofreu "uma remodelação completa nos seus Estatutos e organização", devendo estes ser alterados e "moldados segundo as linhas gerais traçadas naquele diploma", o que implicava a transformação na Sociedade num "Sindicato de Classe". Informavam também que dado que a última Assembleia Geral "resolveu por unanimidade de votos acatar aquela doutrina e integrar-se dentro do seu espírito", iriam enviar um delegado ao Porto afim de "trocar impressões sobre este importante assunto". (282)

A transformação da Sociedade dos Architectos Portugueses imposto pelo Decreto-Lei nº 23.050 teve também implicações directas na Delegação do Norte e na reformulação dos Estatutos foram definidas, no seu Capítulo X, não já as "Delegações" mas as "Secções" do recém-criado Sindicato (283). Estas eram entendidas como "os agrupamentos de todos os Architectos que exercem a sua profissão no mesmo distrito" que deveriam "reger-se pelas normas gerais" quer do Estatuto quer dos Regulamentos do Sindicato (284). Este capítulo previa também

que nos Distritos onde os architectos exerciam a profissão, mas que não fossem em número suficiente para criar Secções, estes ficassem em igualdade de circunstâncias com os outros associados, "subordinados à fiscalização e acção disciplinar do Sindicato" (285), do qual poderiam fazer parte. A possibilidade das Secções terem "regulamentos próprios" mas sempre "de harmonia" com o Estatuto e o Decreto-Lei nº 23.050, estava prevista no artigo seguinte (286). A Assembleia Geral continuava a ser o órgão soberano para a aprovação e validação de "quaisquer regulamentos especiais que as secções organizem". (287)

A repercussão mais importante da passagem da Delegação a Secção Distrital e em relação ao regulamento em vigor para a primeira, foi o facto desta representar o Sindicato "para todos os efeitos", assumindo, no entanto, "perante o mesmo e perante o Estado, inteira responsabilidade dos seus actos" (288). Neste sentido, as Secções seriam "dirigidas e administradas" por uma Direcção de três elementos - presidente, secretário e tesoureiro - eleitos em Assembleia Geral, regida por sua vez "pelas normas e regulamentos estatutários do Sindicato". Além da Direcção haveria ainda a Mesa da Assembleia Geral e a Comissão Revisora de Contas. (289)

A razão pela qual só foi criada a Secção Distrital do Porto, prende-se com o estipulado no Art.74º do Estatuto do Sindicato que previa que só fossem "criadas secções nos Distritos que possuam mais de vinte architectos", sendo as suas sedes "sempre nas respectivas Capitais dos Distritos". Neste sentido, era ainda indicado no Estatuto que as novas Secções que o Sindicato procuraria criar "de preferência", a fim de "que o país fique o mais breve possível dotado com os indispensáveis serviços de Architectura", seriam as de Braga, Coimbra, Évora e Faro (290). Todas as Secções contribuiriam, obrigatoriamente, com 20% das suas receitas para as despesas do Sindicato. (291)

Mas, se tais princípios estavam definidos em 1934, decorreram cerca de mais três anos até que a Secção Distrital elaborasse o seu Regulamento, durante os quais, e mais uma vez, os contactos estabelecidos entre a sede e o Norte não deram resultados tão imediatos quanto seria de esperar e quanto eram necessários do ponto de vista legal. Parece que esta demora se ficou a dever sobretudo a questões de hesitação no que diz respeito a uma adesão implícita à doutrina política que estava subjacente ao Decreto-Lei nº 23.050, procurando-se criar uma situação intermédia que, por um lado garantisse o funcionamento do núcleo aí organizado e que, por outro, acautelasse envolvimento políticos mais comprometedores.

Tal como foi referido, logo após a publicação do citado Decreto-Lei a Sociedade rapidamente decidiu transformar-se em Sindicato, o que foi desde logo comunicado aos colegas do Norte. Contudo, cerca de um mês depois estes não tinham ainda tomado qualquer resolução sobre o assunto, sendo novamente pedida pela sede a informação "do que pensam fazer a este respeito", para que possam "orientar" os trabalhos "de comum acordo, procurando assim conjugar" os "esforços num único sentido, em virtude de se tratar de duas associações que têm os mesmos fins" (292). De facto e no intuito de acelerar e esclarecer todo este processo, Cottinelli Telmo na qualidade de delegado da Sociedade, apesar de não desempenhar nenhum cargo associativo, deslocou-se ao Porto, ficando então decidido que a sede aguardaria "o envio do estudo das bases dos novos estatutos, (...), a fim de o submeter à apreciação da Assembleia Geral" (293). Neste sentido, e em reunião de Direcção, ficou José Coelho "de saber da Comissão o que há feito sobre o assunto para depois se prestarem as devidas informações" (294). Até ao final do ano nada foi decidido, tendo João Pimentel Junior vindo a Lisboa, na qualidade de delegado do Norte, para discutir, entre outros, o problema da "sindicalização da classe dos arquitectos" de cuja reunião não foram localizadas quaisquer informações. (295)

Durante 1934 nada foi resolvido de definitivo em relação à constituição da Secção Distrital. Não é muito clara a evolução dos acontecimentos não só pela escassa documentação localizada mas também porque no Relatório do Conselho Director deste mesmo ano é somente referido que aquele órgão oficiou ao presidente da Delegação do Norte "no sentido de que seja fundada a Secção" (296). De facto, foram enviadas várias cartas e, a partir do momento em que os novos Estatutos ficaram oficialmente aprovados estes foram remetidos para o Porto (297). Em Setembro foi novamente referida em duas reuniões de Direcção a "absoluta necessidade e urgência em que seja fundada a Secção deste Sindicato, no Norte" (298), repetindo posteriormente que o desejavam realizar "sem demora", voltando a solicitar "insistentemente" a resposta aos ofícios anteriores, "a fim de serem cumpridas, com urgência, as disposições do Estatuto". (299)

No mês seguinte foram enviadas mais duas cartas no mesmo sentido, embora na segunda conste um novo argumento: o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência que "constantemente" solicitava que o Sindicato o informasse sobre a organização da Secção do Sindicato. Era mesmo referido que "o atraso até hoje verificado muito mal nos coloca perante a entidade oficial acima indicada" (300). Esta carta obteve uma resposta que não foi localizada, de acordo com o que se pode depreender de uma outra dirigida ao mesmo arquitecto, onde lhe é feita alusão. Assim, parece que algo já tinha sido decidido pois a Direcção do Sindicato afirmava: "muito nos felicitamos por, enfim, verificarmos que em breve será uma realidade a criação de uma Secção deste Sindicato" no Porto, agradecendo pessoalmente a Serafim de Souza "pelos esforços que tem empregado para se alcançar esse desideratum". No entanto, era solicitado o envio do projecto de Regulamento da Secção a fim deste poder ser apresentado ao Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, formalidade necessária para ser obtida a autorização de criação dessa mesma Secção do Sindicato (301). Um outro ofício já de 1936, esclarece um pouco melhor qual seria o conteúdo da carta então enviada por Serafim de Souza a de 17 de Novembro de

1934. De facto, o entusiasmo manifestado pela sede justificava-se pois este indicava "uma lista com os nomes dos architectos eleitos para constituirem os primeiros Corpos Gerentes da Secção Distrital do Porto" (302)

Todas as diligências empreendidas durante 1935 pela Direcção de Lisboa para o avanço daquele processo, não foram ainda coroadas de êxito. Como interlocutor no Porto permaneceu Serafim de Souza, que faleceu neste mesmo ano e que pertenceu ao grupo de architectos que em 1911 propuseram a formação da Delegação da Sociedade dos Architectos Portugueses no Norte. Tal como se verificou nos anos 20, também agora a Direcção do Sindicato recorreu aos seus conhecimentos pessoais a fim de mais rapidamente atingir os seus objectivos e o então presidente, T. Lacerda Marques, chegou a deslocar-se ao Porto com o intuito de esclarecer aspectos inerentes à formação da Secção Distrital. (303)

Apesar de não se ter localizado essa documentação é possível saber-se, através da correspondência, que foram enviadas 25 propostas para inscrição de sócios no Sindicato (304), sendo posteriormente enviadas mais 15 (305). No entanto, em Março de 1935 era de novo pedido a Serafim de Souza que "de acordo com os nossos Colegas do Norte", organizasse "o regulamento da Secção a criar, para acompanhar o requerimento pedindo a criação dessa Secção" (306). Cerca de dois meses depois o secretário da Direcção, V. Palmeiro Regaleira, enviava nova carta ao seu colega Serafim de Souza, prometendo o envio do Regulamento da sede a fim de que um outro possa ser organizado no Porto. Nesta altura do desenrolar dos acontecimentos a fundação da Secção Distrital não era já posta em causa, segundo se pode aferir pelas informações contidas nesse mesmo ofício e referentes ao envio para o Porto de "quotas, papel de carta e envelopes" com o novo timbre bem como os recibos das jóias a pagar pelos associados. (307)

O ano da aprovação do Regulamento da Secção Distrital do Porto coincidiu com a eleição de Pardal Monteiro para presidente do Sindicato Nacional dos Architectos

que rapidamente, tomou medidas concretas em relação a esse assunto. Logo numa das primeiras reuniões de Direcção, o estudo das "possibilidades da criação da Secção do Norte, a fim de se poderem tomar deliberações nesse sentido", fez parte das "linhas gerais dum plano de trabalho" que constituíam a "principal orientação" em termos de "trabalhos associativos" da Direcção que em 1936 iniciava os seus trabalhos (308). Dias depois, também em reunião de Direcção, foi resolvido contactar por escrito todos os arquitectos do Norte, comunicando-lhes "que foram admitidos como sócios" do Sindicato e informando-os que seriam a partir de então enviadas à cobrança as respectivas jóias e quotas. (309)

Reportando-se a uma carta de 1934 enviada por Serafim de Souza que, tal como foi referido tinha já falecido, Pardal Monteiro enviou um ofício ao seu colega José Emílio da Silva Moreira que era aí indicado como presidente da Direcção da Secção Distrital do Porto. Neste ofício eram pedidos alguns esclarecimentos dado que a Direcção do Sindicato em exercício não tinha "conhecimento da existencia efectiva" da Secção, "supondo mesmo que não terá passado dos justos desejos dos (...) ilustres colegas do Norte". O presidente da Direcção é bem claro quanto às opções que se colocavam aos arquitectos do Porto: organizarem-se "definitivamente em Secção Distrital" ou "ingressarem no Sindicato Nacional dos Arquitectos em Lisboa, onde, de resto, estão filiados todos os outros arquitectos do País". Mas, ao mesmo tempo que colocava tais hipóteses, alertava para "os inconvenientes que para qualquer arquitecto, podem resultar, sob o ponto de vista profissional, do facto de não estar filiado no Sindicato, ou sua delegação, dada a organização corporativa do País" (310). Parece assim claro, que não se tentava mais iludir os argumentos subjacentes aos ofícios anteriores, sendo curioso verificar que as informações enviadas a partir da sede do Sindicato se vão repetindo para os diferentes destinatários que em determinados momentos assumem a direcção dos assuntos referentes à sindicalização dos arquitectos do Norte. Contudo, estas são cada vez mais claras quanto às ideias políticas que as enformam e determinam. (311)

Contudo, também esta carta não teve logo resposta (312), sendo esta só enviada no mês seguinte e assinada por Francisco de Oliveira Ferreira, Joaquim Madureira e Augusto Alberto Correia Rocha (313), sendo importante notar que, tal como anteriormente, o arquitecto que surge à frente do processo de criação da Secção tinha já pertencido ao grupo de 1911, não sendo ainda a altura do envolvimento de uma nova geração recém-chegada à prática profissional.

De acordo com os vários assuntos mencionados numa carta enviada no início de Junho a F. Oliveira Ferreira, propósitos mais vastos do Sindicato dependiam da criação da Secção Distrital do Porto. Assim, a partir do momento em que esta estivesse aprovada, a Direcção tencionava "iniciar um movimento colectivo de reivindicações dos naturais direitos dos architectos, junto do Estado", as quais julgava possíveis de alcançar "desde que a Classe se apresente unida e unânime na reclamação do que lhe é devido pela mais elementar justiça e a bem dos interesses da cultura nacional". Era ainda anunciado que após a criação da Secção e para "consagrar a união completa da Classe", marcando ao mesmo tempo "o ponto de partida duma era de maior prosperidade profissional", a Direcção tinha decidido organizar um almoço de confraternização em Coimbra e no qual "se deverão reunir, no maior número possível, os architectos portugueses". Desejava aquele órgão associativo que esta "festa" tivesse lugar "ainda antes das férias grandes" e neste sentido formulava os votos de que a Secção fosse organizada "no mais curto prazo". (314)

A documentação que serviu de base ao presente estudo é insuficiente para se poder aferir do desenrolar dos acontecimentos, sabendo-se, todavia, que o Regulamento foi finalmente aprovado no início de Junho de 1936, tendo a Direcção registado "com a maior satisfação o telegrama que a Comissão Organizadora da Secção Distrital do Sindicato Nacional dos Architectos lhe enviou" comunicando a sua aprovação. Neste sentido, aguardavam mais informações "por relatório ou cópia da acta sobre as conclusões" alcançadas "a fim de promover a aprovação do

órgão regulador da Secção Distrital e dar-lhe vida oficial", reafirmando a "incondicional disposição" da Direcção para dar "toda a assistência" que os colegas do Porto considerassem necessária. (315)

Mas, e ainda na falta da documentação original, é por cartas posteriores e pelas Actas das reuniões de Direcção, que se tem conhecimento de que a Comissão Organizadora da Secção Distrital não procedeu de acordo com a legislação em vigor. Assim, a Direcção "estranhou" que esta se dirigisse directamente ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social e se limitasse a enviar um triplicado do Regulamento ao Sindicato, quando, de acordo com o Decreto-Lei nº 23.050 era o presidente daquele que conjuntamente com "pelo menos três fundadores idóneos", deveria requerer a criação das Secções Distritais. De acordo com o que vem referido nesta carta, só foi enviado do Porto à Direcção o requerimento já formulado ao referido subsecretário de Estado e cópia do Regulamento, estando em falta um exemplar deste assinado por todos os sócios fundadores da Secção. No entanto, para "ganhar tempo e poder elucidar" quaisquer dúvidas posteriores, Pardal Monteiro, na qualidade de presidente do Sindicato, dirigiu-se ao subsecretário de Estado das Corporações, "em consulta", sendo portador do único exemplar do Regulamento então enviado. Nesta entrevista foi "verbalmente" informado de que o projecto de Regulamento "deve merecer" a aprovação ainda que "lhe sejam introduzidas algumas pequenas modificações" consideradas "indispensáveis para assegurar a necessária harmonia com o espírito da lei e com a organização corporativa do Estado" e seja necessário "acrescentar um novo artigo" cujo teor se desconhece. (316)

Em Dezembro foi lido em reunião de Direcção um officio do secretário do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (Secção do Trabalho e Corporações), pelo qual era devolvido o requerimento em que era pedida a aprovação do Regulamento da Secção Distrital "para que a respectiva Comissão Organizadora seja substituída por outra, visto não poder recair sobre dois dos seus componentes, a sanção de

Sua Excelência o sub-secretário de Estado das Corporações" (317). Contudo, a documentação consultada não permite seguir a evolução deste assunto.

O "Regulamento do Sindicato Nacional dos Architectos - Secção Distrital do Porto", aprovado pelo subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social a 4 de Dezembro de 1936, foi editado no ano seguinte e aí era estipulado que o núcleo dos architectos então constituído oficialmente no Porto seria regido pelo Estatuto do Sindicato e por aquele regulamento, assumindo perante o Sindicato e "perante o Estado, inteira responsabilidade dos seus actos" (Art. 3º). Apesar de ter o seu "raio de acção" limitado ao distrito, competia também àquela "levar a efeito todo o enunciado" do Estatuto do Sindicato referente aos seus fins (Art. 4º). Quanto aos sócios, verifica-se que a sua admissão era feita pela Direcção da Secção e não pela de Lisboa, como acontecia anteriormente (Art. 6º), sendo concedida nova categoria aos architectos que pertenciam ao organismo anterior (318). À Direcção eram atribuídas as mesmas funções e competências que tinha a da sede, o mesmo acontecendo para a Assembleia Geral e Comissão Revisora de Contas.

A Direcção do Sindicato ao fazer no seu Relatório anual o balanço das diligências desenvolvidas junto dos seus colegas do Norte, referia que a sua acção se traduziu no "acompanhar constantemente os trabalhos da Comissão Organizadora e não só colaborar com essa Comissão como acompanhar atentamente o caminho que esta seguia" (319). Parece, porém, que este "caminho" tem um significado mais vasto e complexo do que entendê-lo, simplesmente, como o andamento dos trabalhos em curso.

Nos finais de 1937 a sede e a Direcção da Secção distrital trocaram diversa correspondência no sentido de chegar a um acordo sobre o local e forma de levar a efeito uma reunião geral da classe (320), apesar desta ideia ter surgido no Porto logo no início do ano (321). Repetindo a iniciativa levada a cabo em 1911 por ocasião da fundação da primeira Delegação da Sociedade no Norte, a Direcção do

Sindicato pretendia organizar no "quadro de uma excursão, uma reunião nacional de architectos para comemorar a criação" da Secção Distrital, a ter lugar em Coimbra ou em Évora. As cerimónias oficiais, ainda de acordo com a ideia daquele órgão associativo, deveriam ser limitadas a um máximo de duas sessões de trabalho subordinadas ao seguinte programa: "I - Acção a desenvolver pela Classe para obter a satisfação das suas aspirações de ordem profissional; II - Escolher o local, data e temas a discutir na segunda reunião; III - Nomear, (...), de acordo com a Secção Distrital do Porto, a Comissão encarregada de elaborar o programa definitivo da primeira reunião e de estudar todas as condições económicas em que se poderá efectuar, de modo que todas as resoluções possam ser aprovadas definitivamente durante o próximo mês de Janeiro, para se fazer a necessária propaganda" (322). Esta reunião que não se chegou a realizar, revestia-se de grande importância para a Direcção presidida por Pardal Monteiro, não só pelo significado que tinha para a classe a fundação da Secção Distrital (323), mas também porque era uma forma de "tentar criar entre a família dos architectos uma maior intimidade de uma mais justa compreensão das aspirações de cada um e aquele espírito de camaradagem tão indispensável ao bom entendimento de todos". (324)

Foi só em Maio do ano seguinte que entrou em funções a nova Direcção da Secção Distrital sancionada pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência e de cuja actividade não há qualquer registo em Acta (325). Através da correspondência é possível apurar que durante 1938 as atenções daquela gerência se centraram no uso do título e exercício ilegal da profissão de architecto, trabalho desenvolvido com a colaboração da sede (326). Dada a inexistência das referidas Actas, o primeiro "programa de trabalhos" detalhado foi estabelecido pela Direcção que tomou posse em Maio de 1940, ainda que este incluía alguns dos pontos contidos nos Estatutos, indicados como as finalidades do Sindicato (327). Para além de ter apreciado e estudado a proposta do projecto de Regulamento da Carteira

Profissional enviado pela sede (328), esta gerência moveu também a primeira acção judicial de que há notícia no Porto contra um indivíduo que usava ilegalmente o título de arquitecto (329) e iniciou a organização da biblioteca sindical (330), actividades em parte comprometidas devido à ausência de tesoureiro da Direcção, a qual não permitia "fazer as despesas indispensáveis ao desenvolvimento do Sindicato, nem tão pouco dar cumprimento às resoluções tomadas". (331)

A permanência do presidente da Direcção reeleito para o ano seguinte, assegurou a continuidade destas iniciativas, às quais outras foram acrescentadas como a nomeação de uma comissão para a defesa dos interesses da classe (332). Porém, a actividade da Secção Distrital durante 1941, desenvolveu-se em torno de uma actividade cultural intensa, sobretudo comparativamente a Lisboa, que passou pela promoção de palestras e conferências (333), almoços mensais de confraternização (334) e pela organização da 2ª Exposição Nacional de Arquitectura. Esta foi proposta também pelo presidente da Direcção em Abril, sendo desde logo nomeada a sua comissão organizadora (335) que em Julho enviou o regulamento geral da mesma, difundido depois por circular a todos os sócios do Sindicato (336). Nesta 2ª Exposição e de acordo com o seu regulamento, podiam participar "os architectos nacionais diplomados e aqueles que, não o sendo se encontrem, no entanto, à data do fecho da inscrição definitiva, em condições legais para se diplomarem" (Art. 3º), com trabalhos "profissionais" e "extra-profissionais" (337). Prevista para Novembro, não foram no entanto localizadas notícias da sua concretização. Importa reter que deste conjunto de iniciativas, as únicas de que se encontraram referências na documentação do Sindicato em Lisboa, foram o almoço dedicado a Cottinelli Telmo e à exposição.

Entre 1942 e 1944 não foi localizado qualquer Livro de Actas através do qual se possa acompanhar os trabalhos da Secção Distrital do Porto, sendo também escassa a documentação existente no âmbito da sede do Sindicato. Porém, ela

não deixa de ser reveladora das diferenças de actuação de ambas as Direcções, radicando a de Lisboa numa zelosa burocracia, descurada pelos seus colegas do Porto. Assim, quando da Secção Distrital foi enviada, em 1942, uma lista com os seus membros, num total de 40 a sede só considerou 24 no pleno gozo dos seus direitos associativos, manifestando a "estranheza pela extensa relação de sócios que não (cumpriam) com o seu mais elementar dever sindical, isto é, que não pagavam quotas" (338). Por este facto, no seu Relatório de final de gerência, era considerado que "não se (podia) dizer que marchem muito bem os negócios da Secção Distrital do Porto". Desconhecendo de facto ou ignorando deliberadamente a dinamização cultural empreendida no ano anterior pela Direcção do Porto, a de Lisboa frisava ainda que tinha "sido pouco enérgica a acção (...) daquela Secção na repressão do exercício clandestino da profissão", não sendo também "suficientemente enérgica junto dos sócios, alguns dos quais (chegavam) a estar em dívida para o Sindicato da importância correspondente a mais de dois anos de quotas". (339)

Na qualidade de presidente da Direcção, em 1943, Pardal Monteiro deslocou-se ao Porto e segundo é afirmado no Relatório desse ano, teve "ocasião de verificar as deficiências de funcionamento da Secção Distrital e a falta de verdadeiro espírito de classe naquela cidade". Era porém reconhecida a "tenacidade e a boa vontade de alguns" que conseguiam "ainda manter" aquela Secção "através de dificuldades de toda a ordem" (340). Os motivos outros em que assentavam tais considerações e que radicando a actividade profissional daqueles arquitectos num diferente contexto e que ditavam também diferentes prioridades reivindicativas, não transparecem neste texto. No ano seguinte, "alegando [que] o reduzido número de sócios inscritos e ainda dos que (estavam) em dia com os seus encargos sindicais, não justificava a sua existência", a delegação do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência no Porto, determinou que fosse fixado um prazo até ao final de Julho para a nomeação de uma comissão liquidatária com o fim de dissolver a Secção

Distrital. A Direcção desta decidiu que primeiro seria empossada a nova gerência e que só depois resolveria a atitude a tomar. Pelo teor da Acta da Direcção do Sindicato em que estes acontecimentos foram relatados, parece possível colocar a hipótese de que a intervenção daquele organismo oficial resultou de alguma diligência ou relato da situação em que se encontrava a Secção Distrital feita em Lisboa dadas as relações e contactos regulares entre ambos. (341)

A nova Direcção da Secção Distrital reuniu pela primeira vez em 21 de Julho de 1944, iniciando na sua segunda reunião "o estudo dos Estatutos, a fim de começar a dar-se cumprimento a todos os seus artigos" (342). Estabelecendo desde logo um plano de trabalho, centrou-se em dois aspectos que considerou fundamentais: o primeiro que visava "proceder à imediata organização interna dos serviços [do] Sindicato (Secção Distrital) sem o que não (era) possível qualquer outra actividade eficiente" e, o segundo versando aspectos referentes à "defesa dos interesses, definição dos direitos e deveres da classe que em princípio se verifica não estarem suficientemente acautelados como convém à alta dignidade profissional dos architectos" (343). No cumprimento do primeiro destes pontos durante Agosto e Setembro "foi resolvido inventariar e ordenar todos os documentos existentes" na sede da Secção bem como organizar a quotização em atraso (344). Do ponto de vista profissional a Direcção discutiu ainda os resultados do concurso para o projecto da Igreja Paroquial de Santo António das Antas. (345)

No seu Relatório final, a Direcção do Sindicato, congratulando-se pelo facto da Secção Distrital não ter sido dissolvida, referia os esforços de reorganização da mesma empreendidos pela Direcção em exercício, tarefa "difícil enquanto os architectos do Porto pensarem que o Sindicato existe para dele se servirem e não para ele o servirem, em prol da classe inteira, como o é do seu dever". Acrescentavam ainda que parecia "que cada um (procurava) um proveito sem contribuir com o seu esforço e construir primeiramente o edifício que o há-de abrigar" (346). Deste modo, Pardal Monteiro que ao iniciar o seu primeiro mandato

como presidente do Sindicato viu aprovado o regulamento que legalizava a Secção Distrital do Porto, abandonava o seu cargo em 1944, vendo quase destruídos os seus projectos mais vastos de congregar a classe em torno de um único organismo.

No ano seguinte Cottinelli Telmo assumiu a Direcção do Sindicato que considerou que durante 1945 "foram as melhores" as relações com a Secção, apesar de "infelizmente, para o fim do ano, e por dificuldades que nos foram relatadas a título confidencial, nem sempre conseguimos obter a boa ligação anterior, acusando-se a falta de resposta a certos ofícios enviados" (347). Em 1946 as questões principais tratadas entre ambas as Direcções foram as relacionadas com as condições do já mencionado concurso para o projecto da Igreja Paroquial de Santo António das Antas e o concurso para o "arranjo do quarteirão Norte da Praça de Gomes Teixeira e fachadas dos edifícios com frente para esta Praça e para a de Carlos Alberto". (348)

No Relatório da Direcção relativo a 1947 não há qualquer alusão à Secção Distrital à qual foi comunicada a realização, no ano seguinte, do 1º Congresso Nacional de Arquitectura (349) e cuja actividade se resumiu praticamente a actos administrativos devido a "um certo desinteresse na condução dos trabalhos do Sindicato" por parte do seu presidente que não comparecia sequer às reuniões (350) e que veio a demitir-se no final do ano de sócio daquele organismo por motivos que não foram explicitados (351). Esta situação arrastou-se assim para o ano seguinte, mas os restantes membros da Direcção resolveram deixar para aquele colega "a responsabilidade do seu gesto, tanto mais que, entre os assuntos inadiáveis (surgia) a necessidade de dedicar toda a atenção aos trabalhos do próximo Congresso Nacional dos Arquitectos de primordial interesse para a classe e para o Governo" (352). Decidindo reunir-se somente para resolver assuntos de expediente, o secretário e tesoureiro em exercício delinearam no entanto um "programa de realização" que não deveria ser descurado pela Direcção seguinte, mas que dadas as circunstâncias, era impossível àqueles tentarem promovê-lo

(353). Porém, em Junho, aquela gerência teve de decidir abandonar as suas instalações, propriedade da Celestial Ordem da Trindade, cujo contrato de arrendamento caducara. Rogério de Azevedo (354), propôs-se ainda resolver a situação partilhando o aluguer de um andar com a Secção distrital, proposta que veio a retirar. Deste modo e até se conseguirem novas instalações os haveres daquela Secção foram depositados noutra local. (355)

O facto mais relevante que consta das três únicas Actas da Direcção da Secção Distrital para o ano de 1949, é o pedido da Câmara Municipal do Porto para que fosse nomeado um delegado daquela para fazer parte do Conselho de Estética Urbana, sendo para o efeito designado Fortunato Cabral (356). No seu Relatório de final de gerência a Direcção do Sindicato afirmava ter procurado "pelos meios ao seu alcance entrar em contacto directo e assiduo" com aquela, tentativas malogradas até então e que levavam aquele órgão associativo a comunicar que desconhecia como decorriam os trabalhos "ignorando até quem eram os seus corpos dirigentes" (357). No entanto desde logo, a Direcção presidida por Keil Amaral tinha solicitado ao seu homólogo no Porto que envidasse "os seus melhores esforços" no sentido de pôr a Secção que dirigia "em condições de poder cooperar com a sede do Sindicato de maneira efectiva". (358)

Tudo leva a crer que a Secção Distrital atravessou então um difícil período não só em termos logísticos mas também directivos: entre 1944 e 1955 o Livro de tomada de posse das Direcções sindicais não tem qualquer registo. De tal cronologia não se pode dissociar a fundação, no Porto, da ODAM (Organização dos Arquitectos Modernos), em 1947, que se manteve activa até 1952 e da qual faziam parte 24 arquitectos daquela cidade que, pelo menos até àquela data não tinham assumido qualquer cargo no âmbito da Secção Distrital do Sindicato Nacional dos Arquitectos. Radicada nos princípios da "Arquitectura Moderna" aquele grupo procurava afirmar "através da própria obra dos seus componentes, como deve ser formada a consciência profissional" e ainda "como criar o necessário entendimento

entre arquitectos e os demais técnicos e artistas" (359). Logo no ano seguinte à sua constituição, seis dos seus elementos apresentaram dez teses ao 1º Congresso Nacional de Arquitectura, ilustrando tais princípios teóricos. (360)

Também em Lisboa, em 1946, se tinha formado o grupo ICAT (Iniciativas Culturais de Arte e Técnica), dinamizado por Keil Amaral, visando igualmente a defesa de uma nova Arquitectura. A constituição de tais núcleos, cuja existência se manteve à margem de qualquer reconhecimento oficial, vinha assim demonstrar uma nova consciência colectiva sedimentada numa maior abertura formativa e informativa dos arquitectos portugueses (361). Porém, os seus intuitos em pouco ou nada coincidiam com os do Sindicato da classe, confinado a uma actividade preferencialmente legalista do exercício da profissão e não à discussão do direito à prática da Arquitectura modernista e racionalista. A ligação entre os objectivos e elementos do ICAT e da ODAM parece ser óbvia, assegurada por Keil Amaral e mantida por afinidades profissionais e políticas de oposição ao regime. (362)

Uma das primeiras manifestações de tais convergências, já denominada por "plataforma de luta" (363) e por "gesto de união da classe" (364), teve lugar logo em 1947. Os arquitectos de Lisboa enviaram a Artur Andrade uma carta, posteriormente publicada na revista "Arquitectura" (365), apoiando o seu projecto para o Palácio da Exposição Industrial do Porto e que gerara desde o seu início alguma polémica junto das entidades oficiais que depois não o aprovaram. Não questionando a sua localização que implicava a demolição do antigo Palácio de Cristal, defendiam antes "a oportunidade de se construir, em moldes novos, uma obra de grande importância". Porém, tal "plataforma" veio a reunir naquele documento logo nos primeiros lugares Cottinelli Telmo e Pardal Monteiro e já no seu final, Victor Palla e Bento de Almeida, num "gesto" de unânime acordo.

Vocações diferentes do Sindicato Nacional dos Arquitectos, organismo oficial em obediência ao Estado Novo, tinham assim mais amplo significado no âmbito do

próprio contexto da produção arquitectónica de então, exprimindo também diferentes formas de ser arquitecto e fazer Arquitectura, esta enquanto expressão e afirmação de opções formais e estéticas de inspiração internacional quebrando os cânones de cariz nacionalista que a cultura oficial procurava manter.

Se, como se verá no capítulo seguinte, o Sindicato Nacional dos Arquitectos ficou quase sempre aquém dos seus planos de actividades, quer do ponto de vista reivindicativo quer cultural, o mesmo é válido para a sua Secção Distrital. Pelo que ficou descrito poderá deduzir-se que aquela nunca funcionou plenamente, pelo menos da forma ambicionada pela sede que numa primeira fase submeteu todos os seus actos à sua sanção superior e que depois, uma vez conferida a autonomia por via estatutária, poucos foram os casos em que houve uma real convergência dos seus esforços. Por outro lado, verifica-se que este intuito foi muitas vezes comprometido pela descontinuidade do trabalho associativo desenvolvido por aquele núcleo de arquitectos, que apesar disso não se deve considerar menos coeso ou alheio das reivindicações da sua classe profissional.

NOTAS

(1) Foi publicada no *Diário do Govêmo* de 22 de Fevereiro de 1933, de acordo com o Decreto nº 22.241 da mesma data. Submetida a plebiscito em 19 de Março de 1933, entrou em vigor a 11 de Abril do mesmo ano.

(2) ROSAS, Fernando - "Portugal na Europa dos Anos Trinta", in *Nova História de Portugal*, Vol. XII, 1992, p. 11.

(3) Idem.

(4) De acordo com F. Rosas, Ibidem, p. 11, após a Revolução Russa de 1917 que "será a primeira e a única vitoriosa" e até 1923, aquando da "frustrada revolução bolchevique de Hamburgo e Munique", considerada pelo autor como "a derradeira tentativa revolucionária deste período ofensivo do movimento operário" que se verificaram "reaccionalmente, o primeiro surto de experiências autoritárias": Sidónio Pais em Portugal (1917), uma "ditadura precoce"; regência de Horthy na Hungria e a ditadura régia na Bulgária (1917); Pilsudski, na Polónia chega ao poder (1920); marcha fascista sobre Roma (1922); Primo Rivera, em Espanha (1923); general Panglos, ditadura na Grécia (1926); movimento de 28 de Maio, em Portugal (1926); ditadura real na Jugoslávia (1928); e, ditadura imposta pelo rei da Roménia (1930). No entanto, cada uma destas situações teve uma evolução específica determinante para a sua consolidação e desenvolvimento. Sobre a relação entre os regimes autoritários e ditatoriais europeus e o Salazarismo, numa vertente interpretativa no domínio das Ciências Sociais ver: PINTO, A. Costa - *O Salazarismo e o fascismo europeu* ..., 1992.

(5) SERRÃO, Joel - "Os anos 40. Condicionalismos gerais. Um testemunho. Uma aproximação", in *Catálogo da exposição Os Anos 40 na Arte Portuguesa*, F.C.G., 1982, Vol. 6, p. 19. Sobre os últimos anos da monarquia, a proclamação da república e a instauração da ditadura militar, ver também: MARQUES, A. H. Oliveira - *Nova História da Portugal*. Vol. XI, p. 678 e sgs.

(6) SERRÃO, Joel - "Os anos 40. Condicionalismos gerais. Um testemunho. Uma aproximação", in *Catálogo da exposição Os Anos 40 na Arte Portuguesa*, F.C.G., 1982, Vol. 6, p. 19.

(7) OLIVEIRA, César - "No centenário do nascimento de Oliveira Salazar", in *História*, nº 117, Abr./Maio 1989, p. 6.

(8) O comandante Cabeçadas assume a Presidência do Conselho e a pasta do Interior, o general Gomes da Costa - responsável pelo movimento insurreccional no Norte, a partir de Braga - fica com os Ministérios da Guerra e das Colónias e ao general Carmona - também envolvido no movimento de 28 de Maio, mas na zona Sul do país, a partir de Évora - foi entregue a pasta dos Negócios Estrangeiros.

(9) Ideia defendida por OLIVEIRA, César de - "A evolução política" in *Nova História da Portugal*. Vol. XII, 1992, p. 22.

(10) Com a "subida de Cerejeira ao topo hierárquico da Igreja Católica Portuguesa a mesma matriz ideológica e política presidia, quer aos destinos do poder que buscava construir um Estado em ruptura com a República democrática quer aos designios perseguidos pela Igreja", in Idem, p. 23-24.

(11) Ibidem, p. 24.

(12) Dos 1.214.159 inscritos, 719.364 votaram a favor, 5.995 contra e 437.179 abstiveram-se. Cf. CAMPINOS, Jorge - *A Ditadura Militar: 1926-1933*, 1975, p. 259.

(13) "1933-1940: Correspondendo ao 1º período Corporativo é no decurso deste que se constituem aproximadamente 72% dos sindicatos. São sobretudo sindicatos de profissão e distritais. Foram também constituídos neste período alguns sindicatos de profissões liberais e tal como a legislação impunha o seu âmbito geográfico era o nacional. Os poucos sindicatos verticalizados situavam-se nas indústrias têxteis e no sector da alimentação. Estes mantinham, no entanto, a organização distrital", in CERDEIRA, Maria da Conceição; PADILHA, Maria Edite - *As estruturas sindicais portuguesas...*, 1988, p. 225. Ver também sobre este assunto: PINTO, M.; MOURA, C. - "Estruturas sindicais portuguesas: contributo para o seu estudo", in *Análise Social*, nº 33, Vol. IX, 1972, p. 140 - 190.

(14) Criado pelo Decreto nº 23.054 de 25 de Setembro de 1933, passando a designar-se Secretariado Nacional da Informação Cultural, Popular e Turismo, por força do Decreto-Lei nº 33.545, de 23 de Fevereiro de 1944.

(15) "Algumas greves no Barreiro, em Silves e em Lisboa, atentados em Coimbra contra a central eléctrica do Pereiro, sabotagens na Linha do Norte e a ocupação da vila da Marinha Grande foram as principais acções concretizadas a 18 de Janeiro de 1934", OLIVEIRA, César de - "A evolução política", in *Nova História de Portugal*, Vol. XII, p. 31.

(16) Idem.

(17) Portugal participou em várias exposições e feiras em: Sevilha (1929), Paris (1931 e 1937), Nápoles (1934), Trípoli (1935), Genebra (1935), Nova Iorque e S. Francisco (1939). Em território nacional tiveram lugar várias manifestações como a Exposição Industrial Portuguesa (Lisboa, 1932), a 1ª Exposição Colonial Portuguesa (Porto, 1934), a exposição "Ano X da Revolução Nacional" (Lisboa, 1936) e a exposição histórica da Ocupação no Século XIX (Lisboa, 1937).

(18) Cf. ROSAS, Fernando - "Portugal na Europa dos Anos Trinta", in *Nova História de Portugal*, Vol. XII, p. 17.

(19) OLIVEIRA, César de - "No centenário do nascimento de Oliveira Salazar", in *História*, nº 117, Abr./Maio 1989, p. 8-9.

(20) Decreto-Lei nº 23.048, 23.Set.1933, Capítulo III, Título III, Art. 40º.

(21) Idem, Art. 41º.

(22) Para além destes representarem "legalmente" tais estratos profissionais, os Sindicatos e os Grémios, de acordo com esta lei, "tutelam os seus interesses perante o Estado e os outros organismos corporativos; ajustam contratos colectivos de trabalho, obrigatórios para todos os que pertencem à mesma categoria; cobram dos seus associados as cotas necessárias à sua manutenção como organismos representativos, e exercem, nos termos das leis, funções de interesse público", Ibidem, Art. 42º

(23) Ibidem, Artº 47º.

(24) Decreto-Lei nº 23.050, 23.Set.1933, Capítulo I, Art. 1º.

(25) Idem, Capítulo II, Art. 13º, 1º.

(26) Ibidem, Artº 9º.

(27) Ibidem, Art. 10º. De acordo com o seu § único a "transgressão do disposto neste artigo importa a dissolução imediata do sindicato e a perda dos direitos políticos, por dois anos, para os indivíduos que constituem os seus corpos gerentes".

(28) Ibidem, Artº 11º, 1º.

(29) Ibidem, Art. 11º, 2º, a), b).

(30) Ibidem, Capítulo V, Artº 22º.

(31) Ibidem, Artº 24º.

(32) Ibidem, Capítulo I, Artº 3º, § único.

(33) *Livro de Actas da Assembleia Geral da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 25 de Maio de 1928 a 3 de Abril de 1934, Acta da sessão de 2.Out.1933, p. 27.

(34) Idem.

(35). Decreto-Lei nº 465/88, 15 Dezembro. Diário da República, nº 288, I Série.

(36) *Livro de Actas da Assembleia Geral da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 25 de Maio de 1928 a 3 de Abril de 1934, Acta da sessão de 2.Out.1933, p. 28.

(37) Idem.

(38) Ibidem, Acta da sessão de 11.Out.1933, p. 29.

(39) "O Socio A. Bermudes diz que a principal vantagem do Sindicato e da Ordem é a garantia do exercício da profissão pelo profissional da Arquitectura, com a possibilidade de se perseguirem os intrusos, que presentemente são em maior numero que os architectos, o que tem colocado estes, pela ignorancia publica, na situação deprimente de desenhador chegarem a ser desses intrusos; é necessario crear a *Ordem* diz, se queremos ter ordem na classe; mais informa que recebeu mandato do Comité dos Architectos, quando dos Congressos a que assistiu, para organizar as bases da Ordem dos Architectos Portugueses, pelo que pediu à delegação de Itália a Gazeta Oficial que tratava detalhadamente desse assunto. Este documento foi-lhe ultimamente pedido com urgencia, o que o leva a concluir que alguma entidade, talvez, mais previdente, já se está ocupando do estudo da sua Ordem, lastimando a apatia da classe que muito póde ser prejudicada", in Ibidem, p. 29 vs.

(40) "O Socio Adães Bermudes informa que isso depende do que ficar estabelecido nos respectivos Estatutos. O Socio Carlos Rebelo de Andrade diz que os Engenheiros se julgam com aptidões semelhantes às dos Architectos, o que é um erro grave, devendo-se portanto na organização estatual reivindicarmos para nós aquilo que nos compéte, visto que o campo de acção dos engenheiros é bem distinto do nosso, evitando confusões. O Socio Cottinelli Telmo está convencido que apesar de todas as defezas as intromissões se darão pela ignorancia do publico e até das classes que mais elevados se consideram, que não avaliam condignamente o campo do Architecto, os seus demorados estudos e a sua elevada função social. - O architecto Adães Bermudes diz que assim não deverá acontecer, porque tendo a classe uma existencia legal poderá reclamar superiormente com garantias de impôr respeito pelas suas regalias especiais", in Ibidem, p. 30.

(41) Ibidem.

(42) Ibidem.

(43) Ibidem.

(44) Trata-se de um projecto de lei reconhecido pelo Governo da República que, apesar de ter sido publicado não foi promulgado.

(45) Contudo, importa ainda salientar a discrepância que há na indicação dos sócios presentes nessa reunião. Assim, se no Livro de Registo de Presenças constam nove

assinaturas, na Acta posterior a esta reunião é referido que os Estatutos "havião sido aprovados por unanimidade numa reunião em que havião comparecido os sócios (...) [seguem-se os nomes]". Verifica-se então a presença de cinco nomes que não constam do Livro de Presenças, sendo omitido um dos que assinou o referido livro. No entanto, tudo leva a crer que mais sócios estiveram presentes, pois ainda na Acta referida, após a indicação dos nomes dos associados é acrescentado "e muitos outros". Cf. *Livro de Actas da Assembleia Geral da Sociedade dos Arquitectos Portugueses*, de 25 de Maio de 1928 a 3 de Abril de 1934, Acta da sessão de 3.Abril.1934.

(46) Carta assinada por Augusto da Costa, director de Serviços da Repartição do Trabalho e Corporações do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, à Direcção da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, 26.Jan.1934.

(47) Parecer de Augusto da Costa, director de Serviços da Repartição do Trabalho e Corporações do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, 23.Jan.1934.

(48) Dado que não foi possível localizar o texto original que deu origem às alterações impostas pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, estas serão avaliadas mais em termos de omissões ou pelo seu resultado directo que consta do Estatuto posteriormente aprovado.

(49) Todas as citações seguintes referentes às emendas ao Estatuto são feitas a partir do Parecer do Director de Serviços da Repartição do Trabalho e Corporações. Ver nota (47).

(50) Decreto-Lei nº 23.050, 23.Set.1933, Art. 15º. b) e c).

(51) Decreto-Lei nº 23.048, 23.Set.1933, Art. 33º.

(52) Idem, Art. 42º.

(53) Ordem dos Engenheiros-Sindicato Nacional dos Engenheiros - *Estatuto*, 1936, Art. 7º, p. 11.

(54) *Estatuto do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, Capítulo III - Da profissão e do seu exercício, Art. 12º, p. 9.

(55) Idem, Capítulo IV - Dos sócios: Admissão, direitos, deveres e regalias, Art. 22º, f), p. 11

(56) Na falta do texto original não foi possível apurar o seu teor, sabendo-se somente que era referente às razões enunciadas e através das quais poderia ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária.

(57) *Estatuto do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, Capítulo VI - Da Assembleia Geral, Art. 40º, 2º, p. 18-19.

(58) Idem, Art. 39º, p. 18.

(59) Ibidem, Capítulo V - Da Direcção, Art. 26º, § 1º, p. 14.

(60) Ibidem, Capítulo X - Das Secções, Art. 70º, p. 25.

(61) Ibidem, Art. 73º, p. 26.

(62) Ibidem, Art. 74º, p. 26. Esta emenda eliminava ainda a parte final deste artigo cujo teor se desconhece. A 16ª emenda excluía o Art. 77º, também incluído no Capítulo X - Das Secções, do qual não foi possível apurar o seu conteúdo.

(63) Ibidem, Art. 78º, p. 26.

(64) Trata-se da 10ª emenda que previa que no § único do Art. 48º fosse eliminada a palavra "primeira". Ver *Ibidem*, Capítulo VII - Da Comissão Revisora de Contas, p. 20.

(65) *Ibidem*, Capítulo XI - Do Imposto Profissional, Art. 81º, p. 27. Trata-se da 18ª emenda.

(66) Este artigo na redacção final do Estatuto previa que "dentro do prazo de 30 dias após a aprovação deste Estatuto, celebrar-se-á a Assembleia Geral do Sindicato para a eleição dos seus Corpos Gerentes", in *Ibidem*, Capítulo XIV - Disposições gerais e transitórias, Art. 94º, p. 30.

(67) Cf. *Ibidem*, Capítulo IV - Dos sócios: Admissão, direitos, deveres e regalias, Art. 16º, § único, p. 10. Este artigo veio a ser alterado por Alvará de 9 de Abril de 1938, publicado no *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, nº 7, Ano V, 15.Abr.1938.

(68) *Estatuto do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, Capítulo VIII - Do Conselho Disciplinar, Art. 59º, p. 22.

(69) *Livro de Actas da Assembleia Geral da Sociedade dos Arquitectos Portugueses*, de 25 de Maio de 1928 a 3 de Abril de 1934, Acta da sessão de 3.Abr.1934.

(70) Ver *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência Social*, nº 15, 30.Jun.1934, p. 2.

(71) *Estatuto do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, Capítulo I - Constituição do Sindicato, Art. 1º, p. 5.

(72) Ver Decreto-Lei nº 23.050, 23.Set.1933, Capítulo III, Art. 15º, b) e *Estatuto do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, Capítulo I, Art. 1º, a), p. 5.

(73) Ver Decreto-Lei nº 23.050, Capítulo III, Art. 15º, c) e *Estatuto do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, Capítulo I, Art.1º, b), p. 5.

(74) Ver Decreto-Lei nº 23.050, Capítulo I - Constituição e Fins dos Sindicatos Nacionais, Art. 1º.

(75) *Estatuto do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, Capítulo II - Fins, Art. 3º, a), p. 6.

(76) *Idem*, b).

(77) *Ibidem*, c).

(78) *Ibidem*, d).

(79) *Ibidem*, e).

(80) *Ibidem*, f) e g).

(81) Estas sanções estavam previstas no § 2º do Art. 236º do Código Penal. Cf. *Ibidem*, g).

(82) *Ibidem*, j), k) e l), p. 7.

(83) Cf. *Ibidem*, i). Quanto às publicações importa recordar que o Decreto-Lei nº 23.050 no seu Capítulo II, Art. 14º, definia como "facultativa a criação pelos Sindicatos Nacionais, suas Federações ou Uniões de órgãos de imprensa, limitados porém ao estudo e à defesa dos interesses profissionais, económicos, intelectuais ou morais".

(84) Ver Decreto-Lei nº 23.050, Capítulo V, Art. 22º.

(85) Os diplomas passados pelas Escolas estrangeiras deveriam ser previamente "revalidados pelas Escolas de Belas-Artes de Lisboa ou Porto", in *Estatuto do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, Capítulo III - Da profissão e do seu exercício, Art. 4º, § 2º, p. 7.

(86) *Ibidem*, Art. 4º, § 1º, p. 7.

(87) *Ibidem*, a).

(88) *Ibidem*, b), p. 7-8.

(89) *Ibidem*, c), p. 8.

(90) *Ibidem*, d) e e).

(91) *Ibidem*, Art. 6º. A intimação dos "infractores para que cesse a sua acção" e a organização do "processo para o respectivo julgamento", cabiam à Direcção do Sindicato através do seu presidente (Art. 6º, § único). Por outro lado as "infracções disciplinares" eram julgadas pela Direcção ou pelo Conselho Disciplinar, conforme a sua gravidade, podendo os infractores "recomendar para o Conselho Disciplinar no primeiro caso e deste, em última instância, para o Subsecretariado das Corporações e Previdência Social", in *Ibidem* Art. 7º.

(92) *Ibidem*, Art. 8º, § 1º, § 2º e § 3º, p. 8.

(93) *Ibidem*, Capítulo XI - Do Imposto Profissional, Art. 79º, Art. 80º, Art. 81º, p. 26-27. Com efeito era à Direcção que competia "a aposição destes selos, verificando as estimativas apresentadas e mais trabalhos efectuados, e constatando depois o custo real e mais remunerações, sobre cujo total incidirá em definitivo a percentagem mencionada" (Art. 82º). Eram considerados faltas graves punidas pelo Conselho Disciplinar os "casos de omissão de declarações ou de falsas declarações" (Art. 82º, § 2º).

(94) *Ibidem*, Art. 83º, p. 27. Era, no entanto, feita uma excepção no caso destes arquitectos funcionários do Estado se exercessem a profissão "com particulares ou contratados para serviços eventuais", pois nesse caso a aplicação do selo fiscal "é obrigatória em todos os seus projectos e documentos de exercício profissional - (Concursos públicos, contratos temporários, etc.)", Art. 83º, § único, p. 27.

(95) *Ibidem*, Art. 9º, § único, p. 8-9.

(96) *Ibidem*, Art. 11º, § único, p. 9.

(97) *Ibidem*, Art. 13º.

(98) *Ibidem*, Art. 12º. O § único deste Artigo previa ainda que no "caso de não serem atendidas as informações do Sindicato, poderá este reclamar perante a entidade hierárquica superior àquela que tenha aberto o concurso". Recorde-se que no texto inicial dos Estatutos os arquitectos pretendiam que tal consulta fosse sempre feita, não sendo, portanto, facultativa.

(99) Cf. Decreto-Lei nº 23.050, Capítulo III, Art. 15º, d).

(100) De acordo com o referido Decreto-Lei "só podem ser sócios dos Sindicatos Nacionais ou das suas secções os indivíduos de ambos os sexos, portugueses ou estrangeiros, maiores de dezóito anos, que exerçam a respectiva profissão e estejam no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos, ficando os membros das direcções pessoalmente responsáveis pela admissão de indivíduos fora das condições indicadas e, como tal, sujeitos à multa individual 100\$ por cada indivíduo ilegalmente inscrito, multa que lhes será imposta pelo

Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, e ainda à destituição do respectivo cargo", in Decreto-Lei 23.050, Capítulo III, Art. 15º, h), § 1º.

(101) *Estatuto do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, Capítulo IV - Dos sócios: Admissão, direitos, deveres e regalias, Art. 15º, § 1, § 2 e § 3, p. 10.

(102) Eram considerados "motivos de escusa" dos cargos: "1º - A impossibilidade física; 2º - A inabilidade para o cargo ou comissão conferida; 3º - A idade superior a 60 anos; 4º - A residência fora da Sede do Sindicato; 5º - A reeleição sucessiva para o mesmo ou outro cargo", in *Idem*, Art. 21º, p. 11.

(103) *Ibidem*, Art. 20º, d).

(104) *Ibidem*, Art. 20º, f), p. 11.

(105) Cf. *Ibidem*, Art. 22º, a) a h), p. 11-12.

(106) *Ibidem*, Art. 23º, p. 12.

(107) *Ibidem*, Art. 24º. Várias excepções eram no entanto previstas. Por exemplo, aquele que perdesse a sua qualidade de sócio por promover o descrédito da classe, seria excluído provisoriamente pela Direcção e o caso deveria ser depois apreciado pelo Conselho Disciplinar (Art. 24º, § 4º). Outra importante concessão era dada aos associados que "embora em dívida dos seus encargos associativos pelo espaço de 6 meses ou mais", provassem perante a Direcção que não possuíam "os meios de satisfazer aqueles encargos". Esta declaração escrita teria de ser confirmada por dois sócios do Sindicato que estivessem em "pelo gozo dos seus direitos associativos os quais serão disciplinarmente responsáveis por essa declaração" (Art. 24º bis, 1º e 2º). O sócio nestas condições ficaria na situação de "Suspendido temporariamente da obrigação do pagamento de quotas" (Art. 24º bis, 3º), durante um ano, podendo esta ser renovável através de nova declaração (Art. 24º, 4º), tendo no entanto que "indemnizar o Sindicato, logo que melhore a sua situação económica, sob pena da perda definitiva dos direitos de sócio do Sindicato" (Art. 24º, 5º), podendo esta ser paga em prestações (Art. 24º, 7º). Os sócios nestas condições não poderiam votar ou ser votados para cargos e comissões nem subscrever pedidos de convocação da Assembleia Geral (Art. 24º, 9º). O Art. 24º bis, nºs 1 a 9, foi eliminado por Alvará de 15 de Julho de 1942, publicado no *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, nº 11, Ano 9.

(108) Cf. Decreto-Lei nº 23.050, Capítulo III, Art. 15º, § 4º e *Estatuto do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, Capítulo V - Da Direcção, Art. 26º, § 1º e § 2º, p. 14.

(109) Cf. Decreto-Lei nº 23.050, Capítulo III, Art. 15º, § 6º e *Estatuto do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, Capítulo V, Art. 27º.

(110) Cf. *Estatuto do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, Capítulo VI - Da Assembleia Geral, Art. 39º, p. 18. Este artigo foi alterado por Alvará de 15 de Julho de 1942, publicado no *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, nº 11, Ano 9.

(111) *Estatuto do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, Capítulo V, Art. 26º, § 5º, p. 14.

(112) *Idem* Art. 28º, t), p. 16.

(113) *Ibidem*, Art. 28º, b), c), p. 15.

(114) *Ibidem*, Art. 28º, h).

(115) *Ibidem*, Art. 28º, u), p. 16.

(116) Ibidem, Art. 28º, n), p. 15-16.

(117) Ibidem, Art. 28º, r), p. 16.

(118) Ibidem, Art. 28º, s).

(119) Ibidem, Art. 28º, § 3º.

(120) Ibidem, Art. 29º, p. 17.

(121) Ibidem, Art. 30º.

(122) Ibidem, Art. 31º.

(123) Ibidem, Art. 32º.

(124) Ibidem, Capítulo VI - Da Assembleia Geral, Art. 33º, Art. 34º, p. 18.

(125) Ibidem, Art. 36º.

(126) Ibidem, Art. 39º, p. 18. Nesta Assembleia Geral ordinária devesse também proceder-se à eleição de 3 sócios que constituiriam a Comissão Revisora de Contas, à qual competia "examinar as contas apresentadas pela Direcção e dar sobre elas o seu Parecer" e "apresentar quaisquer propostas que o estudo das mesmas lhe sugira no sentido de facilitar ou beneficiar os serviços administrativos", in Ibidem, Capítulo VII - Da Comissão Revisora de Contas, Art. 48º, Art. 49º, p. 20.

(127) Ibidem, Capítulo VI, Art. 43º, p. 19.

(128) Ibidem, Art. 40º, p. 18-19. Recorde-se que este foi um dos aspectos reformulados no texto inicial dos Estatutos devido às emendas impostas pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

(129) Ibidem, Art. 44º, p. 19.

(130) No Decreto-Lei nº 23.050 este assunto é colocado de forma ainda mais radical: "São nulas as deliberações sobre objecto estranho àquele para que a assembleia foi convocada e são proibidas as discussões sobre assuntos alheios aos fins do sindicato, expressos nos seus estatutos", Capítulo III, Art. 15º, § 2º.

(131) *Estatuto do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, Capítulo VI, Art. 45º, p. 19.

(132) Idem, Art. 46º, p. 19-20.

(133) Ibidem, Art. 42º, p. 19.

(134) Ibidem, Capítulo VIII - Do Conselho Disciplinar, Art. 50º, p. 20-21.

(135) Nenhum dos vogais do Conselho Disciplinar podia "acumular as suas altas e graves funções com as dos corpos gerentes do Sindicato" (Art. 64º, p. 23). Os suplentes "sòmente serão convidados a comparecer nos impedimentos dos vogais efectivos", in Ibidem, Art. 54º, p. 21.

(136) Para este Conselho não podiam ser eleitos os "associados que tenham sofrido quaisquer penalidades que não sejam as dos números 1 ["Advertência verbal, não registada, feita particularmente pelo Presidente da Direcção", Art. 59º, 1º, p. 22], 2 ["Advertência verbal feita em sessão da Direcção e registada na acta", Art. 59º, p. 22] e 3 ["Admoestação por

ofício da Direcção que ficará registada nos arquivos da Secretaria", Art. 59º, 3º, p. 22] e um ano depois da sua aplicação", in *Ibidem*, Art. 53º, § 5º, p. 21.

(137) *Ibidem*, Art. 51º, Art. 52º. Tanto as deliberações como as votações seriam "tomadas em sessão secreta a que devem comparecer os vogais, efectivos ou seus suplentes, e por maioria absoluta de votos" (Art. 52º, § 2º). "Os vogais do Conselho cujos actos tenham de ser discutidos no mesmo Conselho não poderão tomar parte nas sessões em que tenha lugar essa discussão" (Art. 53º, § 5º). O Art. 51º foi alterado por Alvará de 15 de Julho de 1942, publicado no *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, nº 11, Ano 9.

(138) São considerados "motivos de força maior": o "serviço judicial ou militar obrigatório"; a "doença comprovada por atestado médico, comunicada a tempo de ser convocado o respectivo suplente", in *Ibidem*, Art. 53º, § 3º, p. 21.

(139) *Ibidem*, Art. 55º, p. 21.

(140) *Ibidem*, Art. 64º, p. 23.

(141) *Ibidem*, Art. 57º, p. 22. No entanto, o "recurso para o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência será sempre baseado em parecer do Conselho Disciplinar que poderá propor àquela entidade as penas de suspensão temporária ou definitiva do exercício ou profissão, segundo a gravidade da falta cometida pelo arquitecto, quer seja ou não sócio do Sindicato", in *Ibidem*, Art. 57º, § 2º, p. 22.

(142) *Ibidem*, Art. 58º.

(143) Ver nota (91).

(144) *Estatuto do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, Capítulo VIII, Art. 59º, 4ª, p. 22.

(145) Estas multas aplicadas pelo Conselho Disciplinar poderiam ir de 500\$00 a 5000\$00, revertendo para o cofre do Sindicato, Cf. *Ibidem*, Art. 60º, p. 23.

(146) *Ibidem*, Artº 62º, p. 23.

(147) *Ibidem*, Art. 62º, § 2º, p. 23.

(148) *Ibidem*, Capítulo IX - Do Conselho Superior. Artº 65º, p. 23.

(149) Cf. *Ibidem*, Art. 65º, 6º, p. 24.

(150) *Ibidem*, Art. 65º, 2º, 3º e 4º, p. 24. Estes representantes seriam indicados, por votação do Conselho Superior, devendo apenas "incidir sobre sócios especificamente votados para esse fim pelas Assembleias Gerais do Sindicato e suas Secções, as quais serão antecipadamente convocadas e consultadas" (Art. 65º, 5º, § único).

(151) *Ibidem*, Art. 66º e § único; Art. 67º e § 1º; Art. 68º, p. 24.

(152) Cf. Decreto-Lei nº 23.050, Capítulo I - Constituição e fins dos Sindicatos Nacionais, Art. 5º e § 1º.

(153) *Idem*, Art. 16º, § 2º.

(154) *Estatuto do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, Capítulo X - Das Secções, Art. 77º, § único, p. 26.

(155) Não foram referidos no texto os três últimos capítulos destes Estatutos - XII a XIV - que dizem respeito e respectivamente a: fundos do Sindicato; dissolução e liquidação das haveres do Sindicato; e, disposições gerais e transitórias.

(156) Ver I Parte, capítulo 3 - 3.1. Fundação e Estatutos.

(157) Cf. *Estatuto do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, Art. 24º, Art. 24º bis, 1º a 9º, p. 12-13.

(158) Tal ideia é ainda reforçada pelas declarações de A. Bermudes e Tertuliano Marques na Assembleia Geral realizada (em 2ª convocação) após a constituição do Sindicato. Assim, o primeiro "orgulha-se por ter sido aprovado o Estatuto elaborado", acreditando que com a colaboração de todos na "obra associativa (...) grande bem pode resultar para a Classe e para o País". Neste sentido, acrescentava ainda que Portugal "é um dos poucos países do mundo, talvez três ao todo, onde a classe dos Arquitectos obteve pelo recente alvará, uma situação de privilégio e independência que é necessária e indispensável manter e pôr em prática, afim de que não se perca o fruto do esforço gigantesco de trinta anos de aturado trabalho".

Por sua vez, Tertuliano Marques, após ter historiado a vida associativa desde a fundação da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, considerava o Estatuto do Sindicato "um grande passo para uma futura emancipação da Arte e dos artistas arquitectos, exortando todos os Colegas a que, seguindo o exemplo dos fundadores daquela colectividade, trabalhem e lutem pelas prerrogativas e prestígio da Classe", in *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 2, 30.Jul.1934 p. 3.

(159) Ver Vol. II - Documentação, Doc. nº 19.

(160) Numa carta com data de 24.Set.1909 enviada ao Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses por António Peres Dias Guimarães e na qual remetia o valor das quotas dos arquitectos residentes no Porto, eram mencionados, para além dele próprio, os seguintes sócios: Eduardo da Costa Alves, José Marques da Silva, Leandro de Moraes e José Teixeira Lopes. Por intermédio daquele era estabelecido o contacto com estes, que se encarregava de recolher o valor das quotas e de distribuir a correspondência, de acordo com o que se pode aferir pela resposta a uma carta enviada por J. Marques da Silva que no início de 1911 protestava contra esta situação, que o Conselho Director se apressou em esclarecer e justificar. Cf. Carta do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses a J. Marques da Silva, Lisboa, 1.Fev.1911, in *Copiador de Offícios* nº 2, p. 130-131.

(161) *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses*, de 6 de Junho de 1910 a 30 de Junho de 1915, Acta nº 21, 30.Dez.1910.

(162) J. Teixeira Lopes (1872-1919), filho e irmão de escultores, estudou em Paris (1892-97) no Atelier de Blondel também frequentado por A. Bermudes, trabalhando depois no Brasil. Até então tinha intervindo nos arranjos do Museu Militar de Lisboa (1895-1908), e projectado o mausoléu a Oliveira Martins (1898) e a Casa-Museu Teixeira Lopes, V.N.Gaia (1898). Colaborou com Ventura Terra no edifício sede do Banco de Portugal, Porto, sendo também da sua autoria o Instituto Moderno, na quinta da Bela Vista, Porto (1915) e o plano de urbanização de Miramar. Desenvolveu grande actividade no domínio da projectação de bairros sociais. Participou na Direcção da Sociedade de Belas Artes do Porto desde a sua fundação, em 1906. Era já sócio da Sociedade dos Arquitectos Portugueses.

(163) A. Peres Dias Guimarães (1877-1950), cursou Arquitectura na Escola de Belas Artes do Porto, trabalhou entre 1901 e 1907 na Repartição das Construções Escolares, dirigidas por A. Bermudes. Nos anos 20 foi professor da cadeira de "Resistência de Materiais" na Escola de Belas Artes do Porto. Exerceu ainda o cargo de director da Companhia Geral de Construções Económicas e pertenceu ao Conselho de Estética e Urbanização da Câmara Municipal do Porto.

(164) F. Oliveira Ferreira (1885-1957) diplomou-se em Architectura na Academia Portuense de Belas Artes, foi discípulo e colaborador de J. Teixeira Lopes, recebendo em 1909 o 1º prémio no concurso para o monumento aos Mortos da Guerra Peninsular (em colaboração com o irmão, escultor José de Oliveira Ferreira). Antes de 1912 foi arquitecto da Câmara Municipal de V.N.Gaia, ano em que pediu a sua demissão, integrando então a Comissão de Estética da mesma. Tem vasta obra construída sobretudo no domínio da Architectura pública: Sanatório de Valadares e Paços do Concelho, V.N.Gaia (1914); sede do Orfeão da Póvoa de Varzim (1921); Estação Ferroviária de V.N.Gaia e Casa de Saúde, Av. dos Aliados (1922); Sanatório Haliántia, Francelos (1926/30); participou no concurso para o pavilhão português na Exposição de Sevilha (1928); Casino, Vila do Conde (1929); edifício dos Bombeiros, Régua e edifício da Comissão de Viticultura do Douro, Régua (1931). Foi proposto para membro da Sociedade dos Arquitectos Portugueses a 10 de Janeiro de 1912 (sendo seus proponentes Leandro de Moraes, J. Teixeira Lopes e Jaime Santos) e aprovado como sócio efectivo a 27 de Julho de 1912. Em 1938 foi presidente da Mesa da Assembleia Geral da Secção Distrital do Porto do Sindicato Nacional dos Arquitectos. Eliminado em 31 de Agosto de 1943 de sócio daquela Secção por falta de pagamento de quotas, foi readmitido a 22 de Setembro de 1944.

(165) C. de Sousa (1887-?), em 1909 frequentando o 5º ano do curso de Architectura obteve o prémio Soares dos Reis, iniciando de seguida o seu tirocinio com J. Marques da Silva, de quem tinha sido aluno. Foi aprovado para sócio efectivo da Sociedade dos Arquitectos Portugueses a 27 de Junho de 1912, sendo seus proponentes Jaime Santos, J. Teixeira Lopes e Leandro de Moraes.

(166) E. Paulo Vitorino Ribeiro (1884-?), cursou Architectura civil durante o qual obteve duas menções honrosas do prémio Soares dos Reis, sendo discípulo de J. Marques da Silva. Para além da sua actividade de arquitecto realizou trabalhos no âmbito da decoração de interiores e mobiliário. Nos anos 20 foi admitido, por concurso, para o lugar de professor nas Escolas Industriais, regendo a cadeira de "Construção Civil". Foi director da Escola Industrial de Faria de Guimarães, no Porto e professor da Escola Normal para o ensino de desenho, em Lisboa. Foi aprovado sócio efectivo da Sociedade dos Arquitectos Portugueses em 27 de Junho de 1912, sendo seus proponentes Jaime Santos, Leandro de Moraes e J. Teixeira Lopes.

(167) Cf. *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses*, de 6 de Junho de 1910 a 30 de Junho de 1915. Acta nº 30, 3.Fev.1911.

(168) Idem.

(169) Ibidem.

(170) Cf. Ibidem, Acta nº 31, 10.Fev.1911

(171) Ibidem, Acta nº 33, 17.Fev.1911

(172) Carta do secretário do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses a António Peres Dias Guimarães, 2.Mar.1911, in *Copiador de officios nº 2*, p. 137.

(173) L. Augusto de Moraes (1884-?), cursou Architectura Civil obtendo durante o 4º ano a 1ª menção honrosa do prémio Soares dos Reis e no ano seguinte a 1ª classificação do mesmo. Até 1908 trabalhou na Repartição das Construções Escolares, dirigida por A. Bermudes, ano em que foi admitido na 3ª Repartição da Câmara Municipal do Porto na categoria de "amanuense-desenhador supranumerário". Em 1912 concorreu com Deolindo Vieira, António Bravo e Ferreira da Costa para uma vaga de arquitecto em Moçambique para a qual veio a ser preterido por este último. Era já sócio da Sociedade dos Arquitectos Portugueses antes da tentativa de fundar a Delegação. Em 1939 pediu a sua demissão de sócio da Secção Distrital do Porto do Sindicato Nacional dos Arquitectos, sendo readmitido em Julho de 1941.

(174) Tratam-se dos architectos: J. Teixeira Lopes, E. Costa Alves Junior e A. P. Dias Guimarães.

(175) Efectivamente, J. Marques da Silva, F. Soares Parente e L. de Moraes já faziam parte da Sociedade dos Architectos Portugueses e não assinam a carta lida na sessão referida na nota (167).

(176) 4ª base: "Que esta delegação, além do concurso que lhe cumpre prestar nas questões de interesse geral da classe e na collaboração do annuario da Sociedade, terá especialmente por fim estudar os assumptos que, localmente, se relacionem com a architectura, propondo ao Conselho Director da Sociedade, tudo que julgar util á defeza d'esses interesses geraes ou da situação especial dos architectos do Norte do paiz, para este mesmo Conselho Director lhe dar o devido expediente". in *Circular*, 2.Mar.1911.

(177) *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 6 de Junho de 1910 a 30 de Junho de 1915, Acta nº 50, 21.Abr.1911.

(178) *Circular da Sociedade dos Architectos Portugueses* 30.Mai.1911.

(179) *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 6 de Junho de 1910 a 30 de Junho de 1915, Acta nº 67, 5.Jun.1911.

(180) Este número de participantes é baseado em informações recolhidas na folha de contas referente à excursão e na qual constam os nomes dos seguintes architectos: A.R. Adães Bermudes, José Bonifácio Lopes, Miguel José Nogueira Junior, Francisco Carlos Parente, Artur Manuel Rato, José da Purificação Coelho, José Alexandre Soares, António do Couto, Frederico Augusto Ribeiro, José Teixeira Lopes, Rosendo Carvalheira, Leandro de Moraes, António Peres Dias Guimarães, Eduardo Alves Junior, Emanuel Ribeiro, Joaquim Gonçalves de Oliveira, Francisco Ferreira, J. Inácio dos Santos, A. Alves Cardoso, Álvaro Augusto Machado.

(181) *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 6 de Junho de 1910 a 30 de Junho de 1915, Acta nº 88, 23.Jun.1911.

(182) Esta moção foi assinada por 18 architectos, ou seja menos dois (Frederico Augusto Ribeiro e A. Alves Cardoso) do que os mencionados na nota (180). *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, 1910-1911 [dact.]. Ver Vol. II - Documentação, Doc. nº 9.

(183) Foram então eleitos: J. Teixeira Lopes, presidente; L. de Moraes, secretário; A. P. Dias Guimarães, tesoureiro. Cf. Idem. Ver Vol. II - Documentação, Doc. nº 20, no qual são referidas todas as gerências associativas das quais foram encontradas notícias.

(184) Em finais de Junho, L. de Moraes solicitava à sede "papel, envelopes e etc. com o timbre" associativo ou "a chapa gravada" para a mandarem executar, in Carta de Leandro de Moraes ao Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, Porto, 25.Jun. 1911. Um mês depois o Conselho Director decidiu enviar para a Delegação "uma colecção de annuarios e tres exemplares dos Estatutos e as photographias tiradas em Coimbra", in *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 6 de Junho de 1910 a 30 de Junho de 1915, Acta nº 70, 30.Jul.1911.

(185) "Lido um officio da delegação no Porto, enviando a adhesão dos alumnos da Escola de Bellas Artes d'aquella cidade, aos trabalhos realizados sobre a reforma dos cursos. Foi resolvido dar d'esse officios conhecimento aos alumnos da nossa Escola, encarregando-se d'essa missão o Snr. Piloto", in Idem, Acta nº 2, 14.Ago.1911. A reforma do ensino das Belas Artes iniciada em 1911, tinha sido alvo de um protesto levado às Constituintes pela Escola de Belas Artes de Lisboa, sobretudo porque as novas medidas promulgadas não tiveram em consideração a proposta apresentada por aquela ainda ao Governo monárquico. "A Escola, dirigida por Simões de Almeida, pretendia modernizar-se pelo figurino francês, 'cujos bons resultados' considerava 'indiscutíveis', e, paradoxalmente, via-se reduzida pela República a

uma má tradição nacional. As matemáticas continuavam a ser aprendidas pelos arquitectos em outros institutos, apesar de repetidos protestos, e os pintores e os escultores continuavam sujeitos a um regime de frequências ineficaz. (...). Na Escola do Porto (com orçamentos de menos de metade do da capital) havia uma só cadeira de Pintura, contra as três de Lisboa, mas passava a haver um mínimo ensino de História da Arte", in FRANÇA, J.-A. - *A Arte em Portugal no séc. XIX*, Vol. II, p. 301.

(186) "Deliberou-se enviar á delegação no Porto toda a correspondencia que diga respeito a este assumpto, afim de esta lhe dar o devido expediente", in *Ibidem*; Carta da Sociedade dos Arquitectos Portugueses a Leandro de Moraes, 21.Ago.1911; Carta de Leandro de Moraes á Sociedade dos Arquitectos Portugueses ainda sobre o mesmo concurso, 28.Out.1911.

(187) "(...) officio da Direcção da Sociedade de Bellas Artes do Porto e da nossa delegação do Porto participando que aquellas collectividades acompanhariam a Veriação do Municipio d'aquella cidade afim de solicitar a cedencia do Edificio do Paço Episcopal para installação da Escola e Museu de Bellas-Artes. Tendo-se dado esta participação no interregno das nossas sessões, foi pelo Snr. Presidente communicado que o Conselho Director acompanhará effectivamente aquellas corporações, applaudindo essa iniciativa", in *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses*, de 6 de Junho de 1910 a 30 de Junho de 1915, Acta nº 8, 21.Dez.1911.

(188) Para sócios effectivos eram então propostos: Francisco de Oliveira Ferreira, Joaquim Gonçalves de Oliveira, Carlos Fernando Leituga, Emanuel Ribeiro, Clodoveu Vieira de Carvalho e Carlos de Sousa, e para sócio agregado, Veríssimo Borges de Oliveira. Cf. *Idem*, Acta nº 20, 20.Jun.1912.

(189) *Ibidem*, Acta nº 21, 27.Jun.1912.

(190) *Ibidem*, Acta nº 3, 4.Nov.1912.

(191) *Ibidem*, Acta nº 7, 9.Dez.1912.

(192) *Ibidem*, Acta nº 11, 27.Jan.1913.

(193) Carta de F. Soares Parente á Sociedade dos Arquitectos portugueses, 21.Mar.1913.

(194) *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, 1912-1913* [manusc.].

(195) Cf. *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses*, Acta nº 12, 26.Fev.1914. Dada a inexistência de Actas destas reuniões para este periodo não foi possível apurar como é que a questão foi colocada nem quais os argumentos e decisões tomadas.

(196) *Idem*, Acta nº 23, 26.Maio,1914.

(197) Cf. *Ibidem*, Acta nº 25, 16.Jun.1914.

(198) Officio nº 306 da Sociedade dos Arquitectos Portugueses de 26.Dez.1914, in *Copiador de officios*, nº 2, p.428. Este officio foi enviado a: A. P. Dias Guimarães; E. Costa Alves Júnior; J. Teixeira Lopes; L. Moraes; F. Oliveira Ferreira; J. Gonçalves de Oliveira; C. Fernandes Leituga; Emanuel Ribeiro; C. Vieira de Carvalho; C. de Sousa; V. Borges de Oliveira e A. C. da Silva Pinto.

(199) *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, 1913-1914* [manusc.].

(200) "Pelo sr. thesoureiro foi recebido um vale de correio da importancia de 32\$45, relativo á liquidação de contas da extincta Delegação do Norte, expedido pelo sr. José Teixeira

Lopes", in *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 7 de Julho de 1915 a 22 de Janeiro de 1923, Acta nº 15, 2.Fev.1916.

(201) Entre estes contam-se: Carlos Fernandes Leituga e Joaquim Gonçalves de Oliveira (cf. Idem, Acta nº 11, Sessão do Conselho Director, 13.Jan.1915); Francisco de Oliveira Ferreira e José Teixeira Lopes, Cf. Ibidem, Acta nº 13, 18.Fev.1915.

(202) Ibidem, Acta nº 5, 19.Nov.1919.

(203) Ibidem.

(204) Ibidem.

(205) "Instou-se officiosamente junto dos nossos colegas do Porto para darem ingresso nesta Sociedade em vez de levarem a efeito a formação de uma Sociedade dos Architectos Portuenses, nunca se obtendo qualquer resposta", in *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, 1919-1929 [manusc.].

(206) Cf. *Sociedade dos Architectos do Norte (Associação de Classe)*, *Estatutos*, 1920, p. 20.

(207) Tal como nos Estatutos da Sociedade dos Architectos Portugueses de 1903, também a Sociedade dos Architectos do Norte previa a existência de quatro categorias de sócios (efectivos, agregados, correspondentes e honorários) cuja admissão ou exclusão, direitos e obrigações são coincidentes. De salientar que neste último documento a expressão "deveres dos sócios" passou a "obrigações dos sócios", o que tem um carácter mais impositivo do que a formulação anterior, este mais do foro ético e moral dos associados. Tanto a Assembleia Geral como o Conselho Director eram figuras estatutárias que se regiam pelos mesmos princípios, verificando-se uma ligeira alteração no Art. 29º, que no Estatuto de 1920 permitia as reeleições apesar de dever "ser substituída a minoria dos corpos gerentes de três em três anos", enquanto que nos de 1902 estas substituições estavam previstas de dois em dois anos (cf. Art. 30º). No Capítulo X - Disposições Gerais, foi introduzido um novo artigo que determinava que as "discussões políticas e religiosas" fossem "formalmente interditas nas reuniões da Sociedade" (Art. 32º), Cf. Idem e *Estatuto da Sociedade dos Architectos Portuguezes (Associação de Classe)*, 1903.

(208) Efectivamente, há uma carta datada de 14.Abr.1922, dirigida à Direcção da Sociedade dos Architectos Portugueses, assinada pelo secretário Joaquim Paulo da Silva (?) em papel timbrado com a menção "Sociedade dos Architectos do Norte", dando conta da alteração dos seus Estatutos no que diz respeito à admissão de sócios. O mesmo papel de carta é novamente utilizado em 11.Jul.1923 e em 27.Set.1923. No primeiro caso tratava-se do envio da cópia de um telegrama dirigido ao Presidente do Senado da República sobre a lei das construções urbanas. A Direcção do Porto solicitava à de Lisboa que o seu pedido aí formulado fosse apoiado por esta. No entanto, só em Outubro é que este ofício foi respondido dado que, por engano, tinha sido entregue na Associação dos Arqueólogos. Artur M. Rato, então presidente da Sociedade dos Architectos, comunicava que as considerações feitas no telegrama seriam "motivo duma reunião a efectuar brevemente e em que certamente serão tomadas resoluções tendentes a apoiar a pretensão dessa Sociedade", Cf. Carta do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses ao presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos do Norte, 19.Out.1923.

(209) Nessa carta era indicado o nome de Leandro de Moraes para os contactos a estabelecer para o pagamento das quotas bem como para efeitos do envio de correspondência, in Carta de 30.Jun.1923. Os architectos que subscreveram esta carta são os seguintes: Alberto Azevedo Leite, Alfredo dos Santos Rufino, António Bravo, António Fernandes, António Martins Rosas, António Pereira Afonso, Aucindio Ferreira dos Santos, Cesar Borges (?), Emanuel Paulo Victorino Ribeiro, João Torres Vilas, José Emilio da Silva Moreira, Leandro de Moraes, Rogério Rodrigues Vilar e Veríssimo Borges de Oliveira.

(210) Carta do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses a Leandro de Moraes, 19.Out.1923.

(211) De acordo com o referido por António Cardoso, J. Marques da Silva era presidente honorário daquela Sociedade desde 1923. Cf. Catálogo da exposição *J. Marques da Silva, architecto, 1869-1947*, p. 22.

(212) Carta de um grupo de architectos do Porto ao presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, 19.Nov.1923.

(213) Carta assinada pela "Comissão de Architectos do Porto" ao presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, 17.Fev.1924.

(214) Carta do secretário do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses a Leandro de Moraes, 1.Mar.1924. Poucos dias depois os architectos do Porto enviaram novo officio à Sociedade dizendo que aguardavam "a chegada dos boletins para assim legalizarmos a nossa situação de sócios", in Carta do secretário José Emílio da Silva Moreira à Sociedade dos Architectos Portugueses, 12.Mar.1924.

(215) Telegrama assinado por Oliveira Ferreira, 26.Mar.1924.

(216) Trata-se de "readmissão sem quaesquer outras formalidades, dos architectos que compunham a antiga delegação desta Sociedade na cidade do Porto". Carta do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses para Leandro de Moraes, 1.Abr.1924.

(217) Carta ao presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, 29.Abr.1924.

(218) As propostas para sócios efectivos, já aprovadas pela Comissão Instaladora da Delegação a 9.Abr.1924 e enviadas para Lisboa eram dos seguintes architectos: José Emílio da Silva Moreira, Rogério Rodrigues Vilar, Aucíndio Ferreira dos Santos, António Martins Rosas e Agostinho Ribeiro da Fonseca, quatro dos quais tinham subscrito a carta de 30.Jun.1923. Ver nota (209).

(219) Carta de F. de Oliveira Ferreira ao Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, 2.Out.1924. Este é o primeiro documento localizado em cujo papel de carta surge o timbre da Sociedade dos Architectos Portugueses com a inscrição "Delegação no Norte", que na mesma altura, em reunião de Direcção resolveu "nomear uma comissão para se avistar com o senhor Vereador das Obras da Camara Municipal do Porto, para o mesmo senhor nos elucidar como iria ser pôsto em pratica o referido Decreto, ficando essa comissão composta pelos senhores: Francisco d'Oliveira Ferreira, Emanuel Paulo Victorino Ribeiro e Joaquim Gonçalves d'Oliveira", in *Livro de Actas da Direcção da Delegação Norte da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 28 de Agosto de 1924 a 19 de Maio de 1929, Acta de 25.Set.1924, p. 1 vs.

(220) Carta da Delegação Norte ao presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, 18.Dez.1924. Para a Mesa da Assembleia Geral foram eleitos: Emanuel Paulo Vitorino Ribeiro, presidente, António Martins Rosas, 1º secretário e Agostinho Ribeiro da Fonseca, 2º secretário. Para o Conselho Director: Francisco de Oliveira Ferreira, presidente, Serafim de Sousa, secretário, Rogério Rodrigues Vilar, tesoureiro, Joaquim Gonçalves de Oliveira e Aucíndio Ferreira dos Santos, vogais. Para a Comissão Revisora de Contas: António Pinto Bravo e Leandro de Moraes.

(221) "Para tratar de assunto que se prendem com esta resolução [criar de novo a Delegação no Norte], tivemos o prazer de receber nesta casa a visita do nosso presado coléga daquela cidade, Snr. Francisco de Oliveira Ferreira, que supomos ser o presidente daquela Delegação, visto ser assinada por S^a Ex^a a correspondencia que se tem recebido", in *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, 1924 [dact.]. O facto do Relatório ser datado de 10 de Janeiro de 1925 e as eleições na delegação se terem

realizado em 18 de Dezembro de 1924, parece ser o motivo pelo qual o Conselho Director afirmava não ter conhecimento dos resultados destas, nem ter recebido "qualquer quantia do pagamento das quotas dos sócios do Porto". Assim, em Janeiro a Direcção considerava que não havia na sede "elementos" que a habilitassem a "formar um juízo da forma como têm seguido os negócios associativos daquela Delegação".

(222) Na sessão da Direcção da Delegação de 21 de Janeiro de 1925 foi resolvido officiar ao ministro do Comércio "protestando contra a construção do edifício das Encomendas Postaes pelo projecto para isso elaborado (...) não reunir nenhuma condições artisticas e bem assim officiar ao Exmo Snr Ministro da Instrução protestando, por igual motivo, contra a construção da Faculdade de Medicina, tendo estes protestos o fim de não permitirem que esses edificios não seja ainda mais prejudicada a estética da cidade do Porto", in *Livro de Actas da Direcção da Delegação Norte da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 28 de Agosto de 1924 a 19 de Maio de 1929, Acta de 21.Jan.1925, p. 3-4.

(223) "Offício da Federação dos Amigos das Escolas Primárias pedindo um projecto gratuito para uma biblioteca que essa Federação pretende mandar construir em um jardim desta cidade. Resolvido officiar á mesma Federação dando parte que o pedido tinha sido tomado em devida conta e que ia ser dado conhecimento desse a todos os associados para que algum se apresente, com um simpático gesto, a executar o projecto pedido", in *Idem*, Acta 18.Mar.1925, p. 5.

(224) Carta do presidente do Conselho Director da Delegação Norte ao presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, 12.Abr.1925.

(225) *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 11 de Março de 1925 a 26 de Janeiro de 1927, Acta da 10ª Sessão Extraordinária, 4.Maio.1925. A 8 de Julho a Direcção do Porto recebia da sede a representação a ser entregue ao ministro da Instrução sobre o Decreto nº 10.663, sendo decidido submetê-la à aprovação da Assembleia Geral. Foi ainda resolvido que a representação depois de ser discutida "seria levada a Lisboa pelos Snrs. Aucíndio Ferreira dos Santos e Rogério Rodrigues Vilar e entregue na Sede da Sociedade". Na reunião seguinte os membros do conselho director "encarregados de levar a Lisboa a representação comunicaram que falando na Sede com o ilustre colega Snr. Adães Bermudes com o mesmo Snr. foi resolvida nova alteração na representação sendo por esse motivo marcada nova reunião de Assembleia Geral que estava ainda em sessão permanente para ser apreciada essa nova alteração, sendo ainda resolvido que a representação depois de aprovada pela Assembleia fosse remetida para Lisboa registada pelo correio", in *Livro de Actas da Direcção da Delegação Norte da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 28 de Agosto de 1924 a 19 de Maio de 1929, Actas de 8.Jul.1925 e 22.Jul.1925, p. 7.

(226) Carta de J. Lino de Carvalho a F. Oliveira Ferreira, 24.Abr.1925. Os architectos sobre os quais eram pedidas informações são os seguintes: Alfredo Correia da Silva (nº 3); Francisco Soares Parente (nº 15); António Correia da Silva (nº 35); Carlos de Souza (nº 48).

(227) Carta de João Lino de Carvalho a Serafim Martins de Sousa, 15.Jun.1925.

(228) *Livro de Actas da Direcção da Delegação Norte da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 28 de Agosto de 1924 a 19 de Maio de 1929, Acta de 22.Abr.1925, p. 5 vs.

(229) *Idem*, Acta de 6.Maio.1925, p. 6.

(230) Carta de António do Couto a F. Oliveira Ferreira, 26.Set.1925. Recorde-se que tanto A. Bermudes como F. Oliveira Ferreira estiveram envolvidos na fundação daquela Delegação em 1911.

(231) "Tratou-se largamente da situação da Delegação do Norte", in *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 11 de Março de 1925 a 26 de Janeiro de 1927, Acta da 20ª sessão, 10.Out.1925.

(232) Carta do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses ao presidente da Delegação do Norte, 12.Out.1925.

(233) Carta do presidente do Conselho Director ao presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade dos Architectos Portugueses, 26.Out.1925.

(234) Ver *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 11 de Março de 1925 a 26 de Janeiro de 1927, Acta da 22ª sessão, 28.Out.1925.

(235) Carta do presidente do Conselho Director da Delegação do Norte ao presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, 20.Out.1925.

(236) Eram os seguintes os architectos propostos para sócios da Sociedade dos Architectos Portugueses, aos quais foram atribuídos, pela sequência indicada, os nºs de 77 a 92: Aucindio Ferreira dos Santos; Rogério Rodrigues Vilar; José Emilio da Silva Moreira; Agostinho Ribeiro da Fonseca; Alberto de Azevedo Leite; António Fernandes; Serafim Martins de Sousa; João Torres Vilas; António Martins Rozas; Joaquim Augusto Martins Gaspar; António Pereira Pinto Bravo; António Pereira Afonso Junior; Manuel Amoroso de Matos Lopes; Alfredo dos Santos Rufino; José Luiz Ferreira; Alberto Fernandes Gomes.

(237) A Delegação estava então provisoriamente instalada na R. Costa Cabral, nº 447, após ter estado na Sociedade de Belas Artes do Porto. Ver Vol. II - Documentação, Doc. nº 21, referente à listagem de todas as localizações das sedes de Delegação.

(238) Eduardo Bianchi Câmara, nasceu no Funchal em 1889. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra (1911), exercendo depois advocacia no Porto, dedicando-se ao foro criminal. Exerceu os cargos de presidente do Tribunal dos Arbitros Avindoros do Trabalho, da Administração dos Caminhos de Ferro e Docas Peninsulares e de senador da Câmara Municipal do Porto, onde pertenceu à sua comissão executiva. O seu prestígio como erudito e bibliófilo foram, de certo, factores que influíram na aproximação com a classe dos architectos.

(239) Tal proposta era justificada dado os "importantes serviços" que este advogado prestou à Delegação "quando solicitado para tomar a defesa dos interesses dos membros" desta "nas várias ocasiões em que se têm procurado anular os legítimos direitos dos architectos do Norte", In Carta do presidente do Conselho Director da Delegação Norte ao presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, 20.Out.1925. Outros motivos são também apresentados no ofício nº 67 da mesma Delegação, datado de 2.Dez.1925. Esta proposta foi apresentada em Assembleia Geral por A. Ferreira dos Santos, Cf. *Livro de Actas da Direcção da Delegação Norte da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 28 de Agosto de 1924 a 19 de Maio de 1929, Acta de 11.Fev.1925, p. 4-5.

(240) Ver carta do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses ao presidente da Delegação do Norte, 28.Out.1925. Estas propostas vieram a ser aprovadas por unanimidade na Assembleia Geral de 16.Nov.1925, sendo ambas as decisões comunicadas em ofícios separados com data de 18.Nov.1925. A concessão da percentagem de 2/5 da cotização em benefício da Delegação foi aprovada só para o ano de 1925.

(241) Carta do presidente do Conselho Director da Delegação Norte a António do Couto, 20.Out.1925.

(242) O envio do Regulamento tinha já sido solicitado no ofício de 1.Abr.1924.

(243) Carta do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses ao presidente da Delegação do Norte, 5.Nov.1925. Conjuntamente com esta carta era enviada uma circular referente ao acordo estabelecido entre a Sociedade dos Architectos Portugueses e a Sociedade Nacional de Belas Artes pelo qual todos os architectos sócios da Sociedade residentes em Lisboa eram obrigatoriamente sócios da segunda e os não residentes, que teriam também esta obrigação, embora com o estatuto de sócios.

correspondentes (Ofício circular nº 217, 31.Jun.1913). Contudo, o Conselho Director anunciava ao presidente do Norte que iria "promover junto da Sociedade Nacional de Belas Artes a eliminação desta disposição, relativamente aos membros da Delegação do Norte".

(244) Carta do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses ao presidente da Delegação do Norte, 5.Nov.1925.

(245) Ofício nº 66 do presidente do Conselho Director da Delegação Norte ao presidente da Sociedade dos Architectos Portugueses, 2.Dez.1925.

(246) Idem. Ainda no mesmo ofício transmitem a sua posição relativamente à obrigatoriedade de inscrição na Sociedade Nacional de Belas Artes, afirmando que entendem "que ela não deve constituir uma obrigação ficando isso da vontade de cada um", fazendo votos de que a Direcção "tenha conseguido da Sociedade Nacional de Belas Artes a eliminação dessa disposição".

(247) Ofício nº 69 do presidente do Conselho da Delegação Norte ao presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, 2.Dez.1925.

(248) "Da correspondencia constam os officios nºs 66 e 69, datados de 2 de Dezembro de 1925, da Delegação do Norte, dos quaes o Conselho ficou sciente, sem contudo lhe dar solução, por apenas continuar a occupar-se do expediente de character urgente, até á eleição dos novos corpos gerentes", In *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 11 de Março de 1925 a 26 de Janeiro de 1927, Acta da 31ª sessão, 13.Jan.1926.

(249) *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses* [dact.], 1925.

(250) Carta "particular" de J. Lino de Carvalho a F. Oliveira Ferreira, 26.Jan.1926.

(251) Foram os seguintes os corpos gerentes eleitos para 1926: Assembleia Geral - presidente: Carlos Fernando Leituga; vice-presidente: Verissimo Borges de Oliveira; 1º secretário: Alfredo dos Santos Rufino; 2º secretário: José Emilio da Silva Moreira. Conselho Director - presidente: Francisco de Oliveira Ferreira (reeleito); tesoureiro: Rogério Rodrigues Vilar (reeleito); secretário: Aucindio Ferreira dos Santos; vogais: Alberto Fernandes Gomes, Joaquim Augusto Martins Gaspar.

(252) Ofício refª "926-Ofc.N.2" do Conselho Director da Delegação Norte ao Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, 28.Jan.1926.

(253) *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 11 de Março de 1925 a 26 de Janeiro de 1927, Acta nº 2, 10.Fev.1926.

(254) Ofício nº 514 do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses ao presidente da Delegação Norte, 10.Fev.1926.

(255) Ofício nº 15 do presidente do Conselho Director da Delegação Norte ao presidente da Sociedade dos Architectos Portugueses, 3.Mar.1926.

(256) Carta do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses ao presidente da Delegação Norte, 10.Mar.1926.

(257) Ofício nº 17 do presidente do Conselho Director da Delegação Norte ao presidente da Sociedade dos Architectos Portugueses, 15.Mar.1926.

(258) Carta do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses ao presidente da Delegação Norte, 7.Abr.1926.

(259) Ofício nº 22 do presidente do Conselho Director da Delegação Norte ao presidente da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, 21.Jun.1926.

(260) Carta do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses ao presidente da Delegação Norte, 30.Jun.1926.

(261) Ver *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses*, de 11 de Março de 1925 a 26 de Janeiro de 1927, Acta nº 19, 21.Jul.1926.

(262) "Troca de impressões sobre assuntos relativos à Delegação do Norte", In *Idem*, Acta nº 21, 4.Ago.1926.

(263) Carta do secretário do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses ao presidente da Direcção da Delegação Norte, 22.Dez.1926.

(264) Refira-se que entre 5 de Maio e 5 de Outubro de 1926 não há qualquer acta transcrita para o livro oficial, Cf. *Livro de Actas da Direcção da Delegação Norte da Sociedade dos Arquitectos Portugueses*, de 28 de Agosto de 1924 a 19 de Maio de 1929, p. 16.

(265) Carta da Comissão Administrativa da Delegação Norte ao presidente do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, 9.Out.1926 A nova Comissão Administrativa ficou assim constituída: presidente - Serafim Martins de Sousa; secretário - António Martins Rosas; tesoureiro - Rogério Rodrigues Vilar; vogais - Alberto Fernandes Gomes e Joaquim Gonçalves de Oliveira. A nova sede localizava-se na Rua Sampaio Bruno, 14 - 2º, Porto.

(266) Carta do tesoureiro da Delegação Norte a Francisco dos Santos, 21.Mar.1927.

(267) Ofício nº 8-927 do presidente do Conselho Director da Delegação Norte à Direcção da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, 5.Maio.1927. Os novos corpos gerentes eleitos foram os seguintes: Assembleia Geral - presidente: Carlos Fernandes Leituga; 1º secretário: José Emílio da Silva Moreira; 2º secretário: João Torres Vilas. Conselho Director - presidente: Serafim Martins de Sousa; tesoureiro: Rogério Rodrigues Vilar; secretário: Joaquim Augusto Martins Gaspar; vogais: Aucindio Ferreira dos Santos e António Martins Rosas.

(268) "O snr. José Coelho referindo-se á falta de resposta a varios officios que esta gerencia tem enviado á sua delegação do Norte; considerando esse facto uma falta de consideração para com esta Sociedade, pede aos seus colegas que se pronunciem sobre o caso afim de se resolver a attitude a tomar com a referida Delegação. O snr. presidente Marques da Silva depois de algumas considerações sobre o assunto, propõe que, em consequencia da falta de atenção para com este Conselho, seja o assunto tratado na primeira Assembleia Geral e que se officie á Delegação do Norte informando-a d'esta resolução e bem assim que não mais este Conselho se corresponderá enquanto a mesma Assembleia não se pronunciar e resolver", In *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses*, de 30 de Março de 1927 a 9 de Julho de 1930, Acta nº 26, 30.Jul.1927.

(269) Ofício nº 99 do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses ao presidente da Direcção da Delegação Norte, s.d.Ago.1927.

(270) Ofício nº 14 do Conselho Director da Delegação Norte ao presidente ao Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, s.d.Nov.1927.

(271) Ofício nº 156 do secretário do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses ao presidente da Direcção da Delegação Norte, 15.Dez.1927.

(272) Carta do presidente do Conselho Director da Delegação Norte ao presidente da Direcção da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, 14.Jan.1928.

(273) No seu Relatório de final de gerência, o Conselho Director comentava a propósito da Delegação: "Tôdo o trabalho que era realizado, se dava participação á delegação, procurando portanto o Conselho Director estar constantemente em comunicação com o Pôrto. Os nossos colegas desta cidade, nunca responderam ao bom desejo manifestado e apenas nos enviaram dois officios, um participando a eleição da direcção e o outro pedindo desculpa de não terem ainda regularizado a sua conducta, alegando reunirem muito poucas vazas, por os elementos directivos se encontrarem uns doentes, outros ausentes, etc. O Conselho Director participou o que se passava a uma das Assembleias Gerais passadas e foi por ela nomeado o nosso Consócio Snr. Luiz da Cunha, para conseguir a regularização deste assunto", in *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, 1927-1928 [manusc.].

(274) Os dois novos elementos que surgem nesta Comissão Administrativa são os architectos Emanuel Paulo Victorino Ribeiro, presidente, e Alberto Fernandes Gomes, tesoureiro. Os restantes três elementos que transitaram da antiga Direcção são: António Martins Rosas, secretário (ex-vogal do Conselho Director); Aucindio Ferreira dos Santos, vogal (ex-vogal do Conselho Director); José Emilio da Silva Moreira, vogal (ex-1º secretário da Assembleia Geral).

(275) Carta do secretário da Delegação Norte ao presidente da Sociedade dos Architectos Portugueses, 13.Abr.1929.

(276) *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 30 de Março de 1927 a 9 de Julho de 1930, Acta nº 1, 4.Maio.1929.

(277) Estas resoluções diziam respeito ao imposto profissional criado pela Lei nº 16.731 bem como às alterações a fazer à Lei nº 1.670.

(278) Carta do presidente da Delegação Norte ao presidente da Sociedade dos Architectos Portugueses, 18.Maio.1929.

(279) *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 30 de Março de 1927 a 9 de Julho de 1930, Acta nº 16, 7.Ago.1929.

(280) "Artº 2º - A profissão de architecto consiste, para todos os efeitos legais, em projectar, administrar e dirigir a execução completa de obras de construção civil, particulares, públicas ou nacionais, para a conservação, restauração, modificação, erecção de edificios ou monumentos que devam concorrer para o embelesamento duma cidade, vila, região ou qualquer localidade.

§ 1º - Como obras architectónicas serão entendidas tambem as que não podendo ser consideradas edificios ou monumentos exigem, todavia, character artistico.

§ 2º - São da competência do architecto, para efeitos de projecção, administração e direcção, todas as obras respeitantes ao total acabamento dos edificios e monumentos citados, bem como qualquer trabalho subsidiário inerente á elaboração dos projectos e sua execução".

(281) "Artº 3º - Ás entidades incumbidas da aprovação de projectos compete publicar os regulamentos necessários á discreminação das obras que devem ser consideradas architectonicas ou com estas se relacionam nos termos do § 2º do artigo anterior.

§ único - Nas cidades em cujas Câmaras Municipais funcionam comissões encarregadas de dar parecer sôbre a feição estética das obras em projecto são consideradas architectónicas todas as que carecem do parecer dessas comissões".

(282) Carta à Delegação Norte enviada pelo Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, s.d. [Out.1933].

(283) Art.73º, § 3º: "As secções a criar usarão a denominação de: "*Sindicato Nacional dos Architectos*", Secção Distrital de", in *Estatuto do Sindicato Nacional dos Architectos*, p. 26.

- (284) Idem, Art.70º, p. 25.
- (285) Ibidem, Art.70º, § 2º.
- (286) Ibidem, Art. 71º.
- (287) Ibidem, Art.71º, § único.
- (288) Ibidem, Art.72º.
- (289) Ibidem, Art.73º e seu § 1º, p. 25-26.
- (290) Ibidem, Art.74º; Art.77º, § único, p. 26.
- (291) Ibidem, Art.28º, p. 26.
- (292) Carta do secretário do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses ao presidente da Sociedade dos Architectos do Norte de Portugal, 3.Nov.1933.
- (293) Offício refº S.162 do secretário do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses do Norte ao presidente da Sociedade dos Architectos Portugueses, 20.Nov.1933.
- (294) *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 7 de Abril de 1932 a 29 de Novembro de 1933, Acta nº 5, 29.Nov.1933.
- (295) Carta refº S.172 do secretário do Conselho Director da Sociedade dos Architectos do Norte ao presidente da Sociedade dos Architectos Portugueses, 30.Dez.1933.
- (296) "Oficiou-se ao Presidente da Delegação do nosso Sindicato no Norte (Porto), no sentido de que seja fundada a Secção do mesmo", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, 1934 [dact.].
- (297) "Foi resolvido officiar à Direcção da Secção Districtal do Sindicato, no Porto, no sentido de a mesma se organizar, segundo o nosso Estatuto do qual lhe foram enviados dois exemplares", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 1, 29.Ago.1934, p. 2 vs.
- (298) Idem, Acta nº 3, 12.Set.1934, p. 3 vs.
- (299) Ibidem, Acta nº 4, 25.Set.1934, p. 4 vs.
- (300) Carta do Sindicato Nacional dos Architectos a Serafim Martins de Souza, 12.Out.1934, in *Copiador de officios*, p. 58.
- (301) Carta do Sindicato Nacional dos Architectos a Serafim de Souza, 29.Nov.1934 in Idem, p. 108. Este officio foi redigido por Jorge Segurado, de acordo com a informação da Acta nº 11, 28.Nov.1934, Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, p. 7 vs.-8.
- (302) Offício nº 292 do presidente do Sindicato Nacional dos Architectos a José Emílio da Silva Moreira, 20.Mar.1936, In *Copiador de Officios*, p. 294.
- (303) Cf. officio nº 146 do Sindicato Nacional dos Architectos a Serafim de Souza, 22.Jan.1935, in Idem, p. 147.
- (304) Ibidem.
- (305) Cf. Carta do Sindicato Nacional dos Architectos a Serafim de Souza, 28.Out.1935, in Ibidem, p. 163. Neste mesmo officio é referido que na próxima reunião de Direcção, a ter

lugar a 6 de Março de 1935, seriam aprovadas 21 propostas de sócios já enviadas do Porto. Contudo, não houve reunião nesse dia, nem no livro de Actas, e em 1935, se encontrou qualquer referência neste sentido. Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939.

(306) Offício nº 164 do Sindicato Nacional dos Architectos a Serafim de Souza, 13.Mar.1935.

(307) Offício nº 189 do Sindicato Nacional dos Architectos a Serafim de Souza, 8.Maio.1935, in *Copiador de officios*, p. 197.

(308) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 50, 4.Mar.1936, p. 23 vs.

(309) Cf. Idem, Acta nº 51, 11.Mar.1936, p. 24 vs. Tais officios não foram localizados na documentação pesquisada.

(310) Offício nº 292 do presidente do Sindicato Nacional dos Architectos a José Emilio da Silva Moreira, 20.Mar.1936, in *Copiador de Officios*, p. 294. Neste mesmo sentido parece oportuno referir um excerto do Relatório a Direcção de 1936, em que é declarado: "Escusado será dizer que a Direcção procurou pôr a solução do caso com a maior liberdade, tendo apenas em vista o agrupamento dos architectos subordinados a uma única lei e cooperando, quer dentro do Sindicato, quer incorporados em organismos d'ele dependentes, na luta pelo bem comum", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos* [dact.], 1936, p. 2.

(311) Neste sentido, refira-se uma passagem de um officio assinado por Pardal Monteiro e enviado para o Porto: "Permita-me também chamar a atenção de V. Exª, para a estrutura da organização corporativa dos Sindicatos Nacionais, respeitantes às profissões livres e que consta do § único do artigo 3º do Decreto-Lei nº 23.050 de 23 de Setembro de 1933. Julgo, também, de toda a conveniência que, ao tomarem decisões sobre a criação da referida Secção Distrital V. Exª, procurem integrar-se no espirito e no teor dos Decretos-Leis Nos. 23.048 e 23.050 já citado, os quais regulam os casos como o que neste momento nos interessa", Offício nº 345 do presidente do Sindicato Nacional dos Architectos a F. Oliveira Ferreira, 27.Maio.1936, in *Copiador de officios*, p. 337.

(312) "Foi resolvido escrever ao Senhor Architecto José Emilio da Silva Moreira, do Porto, solicitando-lhe uma resposta ao nosso officio de vinte de Março findo, sobre a criação da Sub-Secção d'este Sindicato", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 56, 15.Abr.1936, p. 27.

(313) Cf. Offício nº 345 do presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos a F. Oliveira Ferreira, 27.Maio.1936, in *Copiador de Officios*, p. 337.

(314) Offício nº 353 do presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos a F. Oliveira Ferreira, 3.Jun.1936, in Idem, p. 348. Mantendo esta convicção, dois dias depois a Direcção enviava uma carta para Coimbra a Luís Benavente solicitando-lhe a indicação do monumento que nessa cidade tivesse melhores condições de "capacidade e abrigo e ao mesmo tempo como ambiente para se realizar" a "festa da Classe", dado que deve "tomar-se um facto, dentro de breves dias, a criação da Secção Districtal do Porto", Offício nº 354 do presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos a Luís Benavente, 5.Jun.1936, in Idem, p. 350.

(315) Offício nº 357 do presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos a F. Oliveira Ferreira, 10.Jun.1936, in Ibidem, p. 363.

(316) Offício nº 381, à Comissão Organizadora da Secção Distrital do Sindicato Nacional dos Architectos, 22.Jun.1936, in Ibidem, p. 368.

(317) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 86, 9.Dez.1936, p. 45 vs. A Comissão Organizadora era constituída por Francisco de Oliveira Ferreira, Joaquim Madureira e Augusto Alberto Correia Rocha.

(318) "Artº 8º - De acôrdo com o dispôsto no artº 17º do Estatuto são considerados sócios fundadores do SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS (Secção Distrital do Pôrto) todos os architectos diplomados que à data da aprovação daquêlê Estatuto faziam parte da antiga SOCIEDADE DOS ARQUITECTOS DO NORTE e se inscreveram nesta Secção, conservando o título de 'Sócios Honorários' aquêles a quem aquela Sociedade tinha conferido essa distinção", in *Regulamento do Sindicato Nacional dos Arquitectos - Secção Distrital do Porto*, 1937, p. 4 [maiúsculas no original]

(319) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1936 [dact.].

(320) "Ofício número cinquenta, da Secção Distrital do Pôrto, no qual se apresentam novas sugestões quanto a uma possível próxima reunião geral da Classe, tendo-se respondido que o assunto será oportunamente apreciado em detalhe por esta Direcção, tendo-se, no entanto, sugerido a ideia de uma reunião particular, em Coimbra, um domingo", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 119, 20.Out.1937, p. 65 vs. No entanto parece ter havido uma alteração pois em Dezembro a Direcção recebeu um ofício também da Secção Distrital "referente ao assunto já anteriormente tratado âcerca de uma excursão da Classe a Évora, tendo-se respondido convir unificar ideias sobre êsse assunto", in *Idem*, Acta nº 125, 1.Dez.1937, p. 72 vs.

(321) "Ainda este mesmo vogal [F. Oliveira Ferreira] continuando no uso da palavra fez sentir a necessidade que se tem sentido d'uma solene e grandiosa reunião de todos os architectos portuguezes, para que vibrado seja o amor de tão notavel familia à qual se deve notaveis obras do passado e do presente. Entende que tal reunião deve ser realizada não só individualmente, mas ainda recordando-se os nomes dos colêgas desaparecidos, sendo avivados os nomes d'estes com uma digna homenagem prestada n'essa mesma occasião. Propunha pois a realisação d'uma excursão de todos os architectos portuguezes à cidade d'Évora, sem duvida a terra portugueza que melhor e mais notavel documento possui da epoca romana epoca de maior brilho para a Architectura, à parte as notaveis preciosidades architectonicas e geral archeologia que igualmente encerra em locais publicos e na mão de particulares. A seguir esboçou o programa geral de tal acontecimento ficando de o apresentar detalhado na proxima reunião. Esta proposta foi aprovada por unanimidade ficando o Senhor Oliveira de estudala afim de ser comunicado à Séde", in *Livro de Actas da Direcção da Secção Distrital do Porto do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 12 de Junho de 1937 a 8 de Outubro de 1941, Acta da 23ª sessão, 15.Jan.1938, p. 13 vs.

(322) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 126, 16.Dez.1937, p. 73-73 vs.

(323) "Este facto tem para a classe maior importância do que à primeira vista pode parecer, porquanto não representa apenas a reunião dum certo numero de architectos do distrito do Pôrto à volta da sua Secção, mas o caminho aberto para a perfeita unidade de acção da maioria dos architectos portuguezes agrupados em torno do Sindicato", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1937 [dact.], p. 1

(324) *Idem*, p. 2.

(325) O Livro de Actas que abrange o período de 12 de Junho de 1937 a 8 de Outubro de 1941, após a transcrição da Acta de 14 de Maio de 1938 tem um série de folhas em branco, recomeçando a 9 de Maio de 1940, Cf. *Livro de Actas da Direcção da Secção Distrital do Porto do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 12 de Junho de 1937 a 8 de Outubro de 1941, p. 17 vs. e segs.

(326) "Ofício (...) da Secção Distrital do Porto, à cerca do exercício ilegal da profissão de arquitecto, ao qual foi respondido que se aguarda a aprovação pela Assembléa Geral, do projecto de regulamentação das profissões de arquitecto, engenheiro e constructor", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 176, 3.Ago.1938, p. 88. Em Novembro, a Direcção daquela Secção enviou "a lista dos individuos que (...) [no Porto] exercem ilegalmente a profissão de arquitecto. Oficiou-se à Câmara Municipal do Porto acompanhado da referida lista, pedindo que fosse comunicado a este Sindicato com que título estavam inscritos aquêles individuos naquela Câmara. Para a Secção Distrital deste Sindicato naquela Cidade foi oficiado dando conhecimento deste Sindicato ter oficiado ao Presidente da Câmara Municipal do Porto e Sub-Secretario de Estado das Corporações solicitando as providencias aos casos apresentados", in *Idem*, Acta nº 183, 23.Nov.1938, p. 94.

(327) O "programa de trabalhos" para a gerência de 1940 foi apresentado pelo seu presidente, José Emilio da Silva Moreira na reunião de 16 de Maio, constando dos seguintes pontos: "1º - Fazer saber a personalidade jurídica defendendo os direitos dos arquitectos; 2º - Fazer respeitar o caracter oficial; 3º - Fazer respeitar os principios e finalidades da classe e definir as suas atribuições; 4º - Estudar e defender os interesses da classe; 5º - Emitir normas, informações, pareceres, sobre assuntos officiais que interessem à classe; 6º - Tomar a classe independente, faze-la respeitar e prestigia-la; 7º - Estabelecer contractos de trabalho; 8º - Estudar a distribuição do imposto profissional; 9º - Fazer cumprir rigorosamente os honorarios; 10º - Manifestações de caracter scientifico cultural, e de propaganda; 11º - Velar pela obrigatoriedade do Diploma para uso e titulo e exercicio da profissão de arquitecto; 12º - Tomar obrigatoria a entrada de todos os arquitectos no Sindicato; 13º - Fazer com que o Sindicato seja consultado para os concursos e para preenchimento de cargos; 14º - Oposição à entrega de projectos do Estado e das Corporações Administrativas ou fazendo concursos, sem ser ouvido o Sindicato; 15º - Oposição à ocupação de logares do Estado e das Corporações Administrativas sem concurso; 16º - Lutar contra a propaganda feita pelo funcionalismo (desenhadores) da Camara Municipal do Porto; 17º - Proibição do exercicio da profissão aos arquitectos que desempenham funções municipais da area dos respectivos municipios", in *Livro de Actas da Direcção da Secção Distrital do Porto do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 12 de Junho de 1937 a 8 de Outubro de 1941, Sessão de 16.Maio.1940, p. 19 vs.-20.

(328) "Ofício da Secção Distrital do Porto, (...), acusando o nosso de dezoito, que incluia copia do projecto de Regulamento da Carteira Profissional, a cujo conteúdo a Secção dá o seu acôrdo, exceptuando os Artigos cinco e sete, para os quais propõe umas ligeiras modificações", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 234, 29.Maio.1940, p. 28 vs.-29.

(329) A Direcção da Secção Distrital recebeu da relojoaria Suíça (R. Sá da Bandeira, nº 148) uma carta onde era "pedida a indicação dum arquitecto para o apuramento das responsabilidades que cabem ao técnico director das obras executadas nesse estabelecimento". Verificando que o "director das referidas obras, Eduardo Coutinho, não é arquitecto nem tem habilitações legais para exercer a profissão, resolveu a Direcção nomear o ilustre advogado Dr. Angelo Cezar para tratar convenientemente deste caso (...)", in *Livro de Actas da Direcção da Secção Distrital do Porto do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 12 de Junho de 1937 a 8 de Outubro de 1941, Sessão de 25.Jul.1940, p. 21 vs. Em Agosto a Direcção informava os seus colegas de Lisboa de ter promovido uma acção judicial contra Eduardo Coutinho, Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 240, 14.Ago.1940, p. 34-34 vs.

(330) "Mais ficou resolvido (...) nomear os arquitectos senhores Rogério dos Santos Azevedo e Homero Ferreira Dias para directores da biblioteca, devendo proceder-se à execução de todos os trabalhos necessários à completa realização das deliberações tomadas", in *Livro de Actas da Direcção da Secção Distrital do Porto do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 12 de Junho de 1937 a 8 de Outubro de 1941, Sessão de 8.Ago.1940, p. 22.

(331) *Idem*, Sessão de 24.Out.1940, p. 23.

(332) Esta comissão foi constituída por proposta do presidente da Direcção, J. E. da Silva Moreira, "em virtude dos problemas que dia a dia se apresentam". Integravam esta comissão: Almeida Junior, Arménio Losa, Ferreira Peneda e Moreira da Silva, in *Ibidem*, Sessão de 24.Maio.1941, p. 25.

(333) A fim "de criar uma aproximação entre os colegas" foi dada continuidade à biblioteca sindical sendo também decidido "organizar uma série de conferências e palestras quinzenais para o que foram indicados os seguintes nomes: Rogério de Azevedo, Júlio de Brito, Marques da Silva, Carlos Ramos, José Ferreira Peneda, Artur de Almeida Junior e Homero Ferreira Dias", *Ibidem*, Sessão de 19.Abr.1941, p. 24. No início de Maio a Direcção oficiou "aos architectos Marques da Silva e Carlos Ramos, convidando-os a fazerem palestras na (...) sede e ao architecto Moreira da Silva para uma serie de conferências sobre urbanismo, marcando a primeira para o dia 21", *Ibidem*, Sessão de 10.Maio.1941, p. 24 vs. No final do mês em reunião de Direcção "foi resolvido agradecer ao colega Rogério de Azevedo a sua palestra realizada no dia 7 do corrente na (...) sede, sob o tema História das Corporações" (in *Ibidem*, Sessão de 24.Maio.1941, p. 25) e no início de Junho foi oficiado a Moreira da Silva "agradecendo-lhe a anuencia ao pedido feito de realizar uma série de conferências sobre urbanismo", in *Ibidem*, Sessão de 7.Jun.1941, p. 25.

(334) "Carta de vinte e quatro de Maio findo da Secção Distrital do Porto, acusando o nosso de dezasseis de igual mês e informando que no sabado sete do corrente dedicam ao Consocio Cottinelli Telmo o seu almoço mensal", pelo papel por este desempenhado na Exposição do Mundo Português, in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 234, 4.Jun.1941, p. 52.

(335) Pertenciam a esta comissão Homero Ferreira Dias, David Moreira da Silva, Mário Barbosa, Manuel Marques, Eduardo Martins e Manuel Passos, Cf. *Livro de Actas da Direcção da Secção Distrital do Porto do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 12 de Junho de 1937 a 8 de Outubro de 1941, Sessão de 19.Abr.1941, p. 24.

(336) Circular nº 19 do Sindicato Nacional dos Architectos, 6.Ago.1941.

(337) "Na primeira categoria alinharão - como é óbvio, tôdos os trabalhos architectonicos de tecnica geral e especializada servindo para afirmar o valor profissional dos architectos; na segunda, serão reunidas as obras de Arte (pintura, escultura, desenho, gravura, fotografia, etc.) que possam dizer da actividade e do grau de cultura artística e geral dos concorrentes", in *Ibidem*. Apesar de não ter sido localizada qualquer referência à I Exposição dos Architectos Portugueses na documentação consultada, esta realizou-se em 1931 na Associação Comercial, sendo considerada por António Cardoso uma "réplica portuense da Exposição dos Independentes [realizada em Lisboa em 1930], na qual participam Carlos Ramos, Jorge Segurado, Adelino Nunes, Rogério de Azevedo, Amoroso Lopes, Manuel Marques, Manuel Pereira, Ricardo Spratley, Ernesto Korrodi, Camilo Korrodi, José Moreira, António Janeira, Agostinho da Fonseca, Ferreira Peneda, Júlio de Brito, António de Brito, Fernandes da Silva e António de Azevedo", in *Catálogo da exposição J. Marques da Silva, architecto, 1869-1947*, p. 22.

(338) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 277, 7.Dez.1942, p. 79 vs.

(339) A este respeito acrescentava ainda a Direcção: "Daqui resultam prejuizos não só para a propria Secção Distrital como para a Sede do Sindicato, mas acima dos prejuizos materiais ha que pôr os de ordem moral pelo que representa de falta de compreensão dos devêres por parte das Direcções e por parte dos sócios. A Direcção do Sindicato interveio ultimamente junto da Secção Distrital indicando quais as medidas a tomar para regularizar o assunto e espera que não haja necessidade de intervir novamente, embora desconheça ainda qual o resultado da sua intervenção", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, 1942 [dact.], p. 7.

(340) *Idem*, 1943 [dact.], p. 8.

(341) "Resolveu-se oficial ao Presidente [da Secção Distrital do Porto] comunicando o desgosto desta Direcção pelo modo como tem decorrido a vida associativa da classe no Porto, esperando que depois desta intervenção do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência aquela Secção retome a sua boa marcha e oferecendo os serviços desta Direcção para coadjuvar no que poder", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 308, 3.Jul.1944, p. 27.

(342) *Livro de Actas da Direcção da Secção Distrital do Porto do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 21 de Julho de 1944 a 30 de Maio de 1947, Acta nº 2, 28.Jul.1944, p. 2.

(343) Idem, Acta nº 4, 11.Ago.1944, p. 3-4.

(344) Cf. Ibidem, Acta nº 5, 18.Ago.1944, p. 4; Acta nº 6, 25.Ago.1944; Acta nº 8, 8.Set.1944, p. 5.

(345) Cf. Ibidem, Acta nº 12, 6.Out.1944, p. 8 e Acta nº 13, 13.Out.1944. Sobre este concurso ver Capítulo 4 - Concursos públicos de Arquitectura e Urbanismo.

(346) Porém, estas considerações eram precedidas de outras bem mais lacónicas que importa transcrever: "Deve-se dizer que a organização da classe naquele distrito é simplesmente deplorável. Num esforço apreciável tem os corpos gerentes procurado congregar os arquitectos, atraindo-os ao sindicato para, uma vez organizados, poderem construir uma força respeitável. Não o entendem assim os arquitectos do Porto que, dum modo geral, alegam que o Sindicato de nada serve, pois nenhuma regalia lhes traz. Isto que é, infelizmente uma verdade relativa, não o é inteiramente, conservando-se os arquitectos dispersos, muito maiores serão as dificuldades com que lutam. Há muito menos espírito de classe no Porto do que em Lisboa. Todos se queixam mas poucos se mostram decididos a trabalhar pela colectividade", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1944 [dact.], p. 12.

(347) Idem, 1945 [dact.], p. 5.

(348) Sobre este concurso ver Capítulo 4 - Concursos públicos de Arquitectura e Urbanismo.

(349) Ver sobre este congresso o Capítulo 2 - 2.1.1. O 1º Congresso Nacional de Arquitectura.

(350) *Livro de Actas da Direcção da Secção Distrital do Porto do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 21 de Julho de 1944 a 30 de Maio de 1947, Acta nº 42, 30 de Jan.1947, p. 39.

(351) Cf. Idem, de 27 de Junho de 1947 a 27 de Fevereiro de 1953, Acta nº 51, 26.Dez.1947, p. 1.

(352) Ibidem, Acta nº 53, 26.Mar.1948, p. 2 vs.

(353) O "programa de realizações que não deve ser interrompido consta essencialmente dos seguintes pontos: Obras na Sede da Secção; Situação dos Arquitectos perante a Reforma do Ensino; Relações com as Camaras do Porto e concelhos limitrofes; Composição dos Conselhos de Estética Municipais; Regulamentos Profissionais e tabelas de honorários; Colaboração aos trabalhos do Congresso Nacional de Arquitectura", in Ibidem, Acta nº 54, 30.Abr.1948, p. 2 vs.

(354) Rogério dos Santos de Azevedo (1898-1983), diplomou-se em Arquitectura na Escola de Belas Artes do Porto (1926), onde foi aluno de J. Marques da Silva e professor desde 1941. Entre 1936 e 1940 dirigiu como arquitecto a Secção do Porto da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Quando apresentou aquela proposta à Secção Distrital do Sindicato, tinha já recebido importantes encomendas oficiais, como o projecto das

escolas-tipo do plano dos Centenários e o de várias pousadas (entre outras: Marão, Coimbra, Santarém, Serra da Estrela). Foi autor da garagem do jornal "O Comércio do Porto" (1930/32), um dos seus trabalhos mais conhecidos e que se constitui como um exemplo da Arquitectura modernista em Portugal. Foi fundador da Secção Distrital do Porto, da qual foi presidente da Direcção em 1938 e presidente da Mesa da Assembleia Geral, em 1940.

(355) "Em virtude do architecto Rogério de Azevedo ter desistido de alugar o andar do predio para ele e esta Secção, como estava previsto, e a Celestial Ordem da Trindade nada resolver, antes impondo a saída, alegando a necessidade de primeiramente efectuar obras, apesar das varias instancias pessoais com alguns Membros da sua Casa, resolveu-se abandonar a casa e, até se conseguirem novas instalações, arrecadar os moveis numas dependencias, da rua da Fabrica, numero quarenta, desta cidade", in *Ibidem*, Acta nº 60, 25.Fev.1949, p. 4 vs.

(356) "Este facto é motivo de regosijo para todos os architectos pois, alem de ser o resultado da nossa actuação discreta e pessoal junto das entidades responsaveis, vem ainda revelar que se vai lenta mas seguramente compreendendo a necessidade de chamar os architectos a colaborar mais amplamente na resolução dos problemas da cidade. Só assim se compreende o facto de, pela primeira vez no país, uma Camara, chamar quatro architectos para constituir um Conselho de Estética em que apenas há cinco membros. Foi por isso tambem resolvido, exprimir aos Excelentissimo Presidente da Camara, Doutor Luiz de Pina e Director dos Serviços, Engenheiro Brito e Cunha, o nosso muito apreço pelo cuidado posto na constituição daquele Conselho, o que, alem de reflectir invulgaes preocupações de character cultural, vem de encontro a uma compreensivel aspiração dos architectos desta cidade", in *Ibidem*, Acta nº 61, 25.Mar.1949, p. 4 vs.-5. O delegado nomeado, António Fortunato Cabral (1903-1978), formara, em 1930, um "agrupamento artistico" com Mário C. Morais Soares (1908-1975) e F. Cunha Leão (1909), denominado por "ARS, Architectos" e também por "Oficina ARS", que teve grande actividade na região Norte sobretudo até aos anos 50. Com ele colaboraram numerosos artistas plásticos, entre os quais se encontram Almada Negreiros, Jorge Barradas e Adalberto Sampaio, sendo igualmente um local de aprendizagem e de formação para muitos alunos do curso de Arquitectura ou architectos recém formados.

(357) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, 1948 e 1949 [dact.], p. 9.

(358) Tal preocupação era justificada da seguinte forma: "O grande número de architectos do Porto e a destacada posição que ocupam na Arquitectura Nacional, justificam a necessidade da cooperação, mormente quando se trate de resolver, em nome da Classe, assuntos de grande importância e de profundas consequências, como são alguns daqueles que teremos de encarar em breve período", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 433, 27.Jul.1949, p. 194.

(359) Sobre esta organização ver: BARBOSA, C. (compil. de) - *ODAM, Organização dos Architectos Modernos, Porto, 1947-1952*.

(360) As teses apresentadas em 1948 ao 1º Congresso Nacional de Arquitectura por architectos da ODAM foram: "Regionalismo e tradição" e "Tarefas do architecto", por Mário Bonito; "Arquitectura e Urbanismo", "A Arquitectura e as novas fábricas" e "Indústria e Construção", por Arménio Losa; "A Arquitectura de hoje e as suas relações com o Urbanismo" e "De alguns factores que intervêm na limitação do desenvolvimento progressivo da Arquitectura e do Urbanismo" por Luis J. Oliveira Martins; "Habitação rural e Urbanismo", por António G. Matos Veloso; "A casa e o homem", por António Lobão Vital; e ainda "O problema português da habitação", por Viana de Lima. Cf. *1º Congresso Nacional de Arquitectura: relatório da comissão executiva, teses, votos e conclusões*.

(361) Sobre estes aspectos ver: FILGUEIRAS, O. Lixa - "A Escola do Porto (1940/69)" in Carlos Ramos, *exposição retrospectiva da sua obra*; ACCIAIUOLI, Margarida - *Os anos 40 em Portugal: o país, o regime e as artes...*, Vol. I, p. 626.

(362) Tem-se conhecimento das relações de amizade existentes entre Keil Amaral e Arménio Losa, Januário Godinho e Viana de Lima (Cf. FERREIRA, R. Hestnes - "Keil Amaral e a Arquitectura", in *Keil Amaral, arquitecto, 1910-1975*, p. 39). Também S. Fernandez faz uma incompleta alusão a uma "visita que os arquitectos de Lisboa fazem ao Porto, em 47 [e que] contribuirá para congregar os esforços que nas duas cidades se desenvolvem no sentido de abrir novas perspectivas para a actuação profissional", in FERNANDEZ, S. - *Percurso...*, p. 56.

(363) Cf. Idem, p. 57.

(364) Cf. ACCIAIUOLI, Margarida - *Os anos 40 em Portugal: o país, o regime e as artes...*, Vol. I, p. 626.

(365) Ver: *Arquitectura*, nº 17/18, Jul.-Ago.1947, p. 6 . Ver também na mesma revista o texto de A. Andrade de agradecimento aos seus colegas, nº 21, Mar.1948, p. 4.

(366) Cf. Idem, nº 17/18, Jul.-Ago.1947, p. 6.

Capítulo 2

VECTORES DOMINANTES: 1934 - 1950

A passagem da Sociedade dos Architectos Portugueses a Sindicato, como se procurará demonstrar, não se reflectiu imediatamente na prática associativa não correspondendo assim a um novo estilo de trabalho. Dois factores parecem ter concorrido para esta situação: por um lado, as condições do exercício da profissão não tinham ainda sofrido transformações significativas conduzindo à formulação de novas linhas reivindicativas e, por outro, a permanência da quase totalidade dos membros dos corpos gerentes - a Direcção era presidida por Tertuliano Marques desde 1930, cargo que só abandonou em 1935 - contribuiu para que fosse assegurada a continuidade dos trabalhos iniciados no âmbito da Sociedade. Um sinal de mudança mais imediato foi o novo emblema associativo concebido por Cottinelli Telmo que, não apresentando qualquer tipo de símbolos tradicionalmente representativos da profissão, criava uma imagem gráfica inovada. (1)

A primeira Direcção que entrou em funções já com a sanção do Subsecretariado das Corporações e Previdência Social, viu o seu mandato reduzido a quatro meses e meio durante os quais procurou organizar a nova estrutura burocrática interna (2), ao mesmo tempo que apelava por meio de circulares a todos os architectos para se inscreverem no Sindicato. Se a aspiração de congregar no seu seio todos os profissionais era antiga e por várias vezes expressa pelos diversos corpos gerentes, correspondia a uma vontade de fortalecer a classe, unindo-a e tornando-a mais coesa na defesa dos seus interesses colectivos, a transformação operada pelo já citado Decreto-Lei nº 23.050 de 23 de Setembro de 1933, dava novos argumentos à perseguição destes objectivos. De facto e tal como foi afirmado no Relatório desta primeira Direcção sindical, a criação do Sindicato "veio de encontro

às aspirações da Classe", permitindo "definitivamente, salvaguardar os interesses profissionais dos Architectos Portugueses". Ainda neste sentido, manifestavam "toda a sua satisfação por poder constatar que na hora de ressurgimento presente" este grupo profissional foi "chamado a cooperar na grande obra em marcha". (3)

Mas, apesar destes pressupostos que animavam os corpos sociais, a massa associativa continuava a não corresponder aos apelos de colaboração por parte destes, o que impediu a concretização dos Regulamentos internos previstos nos Estatutos e necessários para a legalização do Sindicato de acordo com a legislação em vigor (4). Deste modo, o trabalho desenvolvido por esta Direcção não foi muito extenso no âmbito interno: procurou estreitar o relacionamento com associações internacionais congéneres, sobretudo com o Royal Institute of British Architects; tentou reorganizar a Biblioteca nomeando para bibliotecário o colega Bernardino Luís Coelho e convidando Henrique Taveira Soares para auxiliar o colega nesta tarefa.

A Direcção foi ainda contactada por uma delegação do Sindicato Nacional dos Construtores Civis também fundado em 1933, que defendeu "as vantagens que poderiam advir" duma "mais estreita colaboração entre as duas classes", ao que os architectos responderam com "sincera e leal colaboração de acordo com a letra expressa" no Estatuto (5). Efectivamente, só nos Relatórios das gerências de 1941 e 1945, são referidas novas conversações entre ambas as classes. (6)

Os aspectos mais relevantes deste mandato centraram-se em torno do concurso de urbanização da Praia da Rocha, cuja organização do programa foi superiormente solicitada ao Sindicato, sendo a temática do urbanismo ainda focada devido à preparação do Decreto sobre "Projectos de urbanização em todo o País" e ao pedido da Câmara Municipal de Luanda para que fosse indicado um architecto para a elaboração do Plano de Urbanização daquela cidade, o que levou a Direcção a

consultar todos os sócios a fim de saber aqueles que estavam interessados neste trabalho.

Assegurando um bom relacionamento institucional, a Direcção apresentou cumprimentos oficiais ao Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e ao engenheiro Duarte Pacheco, ministro das Obras Públicas e Comunicações. A este último levou "uma exposição da autoria deste Sindicato, sobre as reivindicações da Classe, tendo o Snr. Ministro prometido toda a sua boa vontade". Neste sentido e "atendendo ao interesse por S.Ex^a manifestado pela nossa Classe" esta Direcção propôs à Assembleia Geral a nomeação de Duarte Pacheco para "Sócio Honorário" do Sindicato (7), o que foi aprovado.

A Direcção seguinte, eleita nos finais de Dezembro de 1934, procurou "concluir a organização do novo regimen de vida profissional, colaborando com as diferentes Comissões para isso previamente nomeadas, na elaboração dos vários Regulamentos" (8). Da leitura do seu Relatório, é notório o aumento de colaboração prestada pelo Sindicato às entidades oficiais bem como um certo trabalho interno de reflexão em torno do exercício da profissão.

No primeiro caso importa salientar, entre outros, a elaboração das bases dos concursos de urbanização de Luanda e de ante-projectos para o Palácio do Comércio, Indústria e Agricultura da mesma cidade, da Casa de Repouso para o Instituto dos Inválidos do Comércio, tendo o Sindicato representação nos júris dos concursos de urbanização da Praia da Rocha, Estremoz e Caldas do Gerês. Ainda neste âmbito, foram enviados officios ao ministro das Obras Públicas e Comunicações bem como ao Presidente do Conselho, "pedindo para serem abertos concursos para os Projectos dos Edifícios dos novos Hospitais e Estádio de Lisboa" (9). Junto da Câmara Municipal de Lisboa foram feitos elogios à acção do vereador Luís Pastor de Macedo, bem como à criação da comissão encarregada da classificação dos monumentos citadinos, ao mesmo tempo em que era solicitada "a

obrigatoriedade do nome do arquitecto em local bem visível de qualquer construção, que esteja a seu cargo, afixado numa tabuleta, como é praticado pelos construtores civis". (10)

Quanto ao exercício da profissão vários aspectos vieram de encontro às antigas aspirações da classe: a equiparação da profissão de arquitecto à de engenheiro no quadro dos funcionários do Ministério das Obras Públicas e Comunicações; a possibilidade de actuar em termos legais, de acordo com o estabelecido no Estatuto, contra indivíduos que abusivamente utilizavam o título de arquitecto, tendo neste ano sido instaurado o primeiro processo judicial (11); a solicitação feita ao Cardeal Patriarca de Lisboa "a fim de se conseguir que na restauração das Igrejas e outras obras de arquitectura religiosa, fossem feitas sob a direcção de Arquitectos". (12)

No plano interno, para além de melhoramentos realizados na sede social, foi estudada a situação dos arquitectos não diplomados, foram feitas novas tentativas junto das "instâncias oficiais" no sentido de que o Sindicato fosse transformado em Ordem - atitude certamente julgada oportuna pois no ano seguinte seriam aprovados os Estatutos da Ordem dos Engenheiros -, ao mesmo tempo que era manifestada a preocupação pelo estudo concreto da arquitectura regional portuguesa. (13)

Quanto às relações internacionais, foi solicitada superiormente a representação do Sindicato através de um delegado no Congresso Internacional de Arquitectura, em Roma, bem como foi contactado o Instituto Central dos Arquitectos do Rio de Janeiro, agradecendo o convite feito por este organismo a Raul Lino para a realização de uma série de conferências sobre a Arquitectura Portuguesa.

A 28 de Fevereiro de 1936 tomava posse uma nova Direcção, agora já presidida por Pardal Monteiro que durante oito anos sucessivos dirigirá os interesses do Sindicato (14). Da leitura do seu Relatório, muito mais extenso e estruturado do que

os anteriormente referidos, ressalta desde logo que os trabalhos iniciados obedeceram à definição de objectivos prévios, estabelecendo um fio condutor de acção, para além de terem sido naturalmente atendidas questões pontuais a que foi necessário dar resposta. Efectivamente, trata-se de "um programa de trabalho de interesse associativo e colectivo", centrado em quatro pontos - organização da Secção Distrital do Sindicato, no Porto; reconstituição da Biblioteca do Sindicato; criação do boletim ou revista do Sindicato; atracção ao Sindicato de colegas que dele ainda não fizessem parte - considerado pela própria Direcção de "modesto e banal" mas justificado pelo facto de "a uma ambição excessiva de realização" se ter optado por "sobrepôr intuítos mais práticos e susceptíveis de serem cumpridos durante o curto periodo de uma gerência". (15)

Dado que o primeiro ponto deste programa foi já abordado, importa agora atentar no trabalho desenvolvido para a concretização dos objectivos enunciados. Assim, e quanto à reconstituição da Biblioteca, esta foi transferida, após negociações com a Sociedade Nacional de Belas Artes, para a sede do Sindicato, continuando Bernardino Coelho e H. Taveira Soares responsáveis pela organização do catálogo e arrumação dos livros "sendo de esperar que dentro em pouco seja fácil a consulta das obras que o Sindicato possui". (16)

A criação de um boletim ou revista que fosse "um documentário das actividades dos architectos portugueses" era "uma velha aspiração da classe". Neste sentido, a Direcção fez aprovar este seu objectivo por todos os órgãos sociais do Sindicato, escolheu o título da publicação - "Arquitectos" -, nomeou para tratar directamente do assunto Cottinelli Telmo e José Coelho, tendo o primeiro a seu cargo a direcção técnica e artística da revista e o segundo toda a parte administrativa, pediu orçamentos e recolheu promessas de assinaturas. Mais uma vez, e a este propósito foi evocado o "desgosto" perante o silêncio da massa associativa, pois não houve qualquer resposta à circular enviada pela Direcção na qual esta solicitava "a todos os colegas para fornecerem documentação fotográfica e técnica

sobre os seus trabalhos mais representativos". Perante tal situação, e forçando talvez algum optimismo, a Direcção entendeu não poder interpretá-la "como um sintoma de falta de interesse da classe", pois esta ideia desde "há muito andava no espírito de todos", levando-a antes a concluir que "a criação duma revista técnica de arquitectura, feita exclusivamente com a colaboração dos architectos portugueses, talvez não constitua, afinal, senão uma aspiração teórica da nossa classe". (17)

Quanto ao último ponto do programa de trabalhos, ou seja, a atracção ao Sindicato de colegas que nele ainda não tivessem ingressado, os resultados parecem ter sido bastante positivos pois é afirmado no Relatório que se verificou "a admissão de quasi todos os architectos que ultimamente se diplomaram na Escola de Belas Artes de Lisboa, filiação que a Direcção registou com desvanecimento bem como a dos nossos colegas Snrs. Paulino Montez e Luís Alexandre Cunha que embora diplomados de há muito, não se tinham ainda filiado no Sindicato". (18)

Visando a dinamização da vida associativa, esta Direcção empreendeu ainda outras iniciativas como foi o caso das exposições: de arquitectura francesa da qual não são dados mais pormenores e outra, de âmbito nacional, subordinada ao tema da "Arte Mural". (19)

Tal como vinha acontecendo, também a temática dos concursos ocupou esta Direcção, tendo-se esta debruçado sobre o da Casa de Repouso para o Instituto dos Inválidos do Comércio, o do monumento a Mouzinho de Albuquerque, o do edifício dos Paços do Concelho de Almada, o segundo do monumento ao Infante D. Henrique, em Sagres e o do Pavilhão de Portugal na Exposição Universal de Paris. O trabalho desenvolvido em torno destes cinco concursos levou a Direcção a reconhecer "a necessidade de se proceder à reforma do Estatuto", corrigindo-o bem como introduzindo "cláusulas especiais respeitantes à disciplina sindical, pela qual seja possível criar-se as necessárias condições para que os concursos

públicos deixem de ser permanente motivo de descontentamento para os arquitectos" (20). Mas deste assunto se falará ainda mais detalhadamente.

A "reforma" dos Estatutos foi também reconhecida como necessária no respeitante ao Conselho Fiscal ou à Comissão Revisora de Contas. Deste modo, verifica-se que após três anos de vida sindical e sendo este documento testado e experimentado na prática se revelou de alguma forma insuficiente ou omissivo, chegando mesmo esta Direcção a afirmar que "a todo o momento se esbarra com deficiências do Estatuto, convindo portanto proceder à sua reforma". (21)

Neste Relatório são ainda referidos como "factos de interesse colectivo", entre outros: o parecer dado pelo Sindicato ao Ministério da Educação Nacional sobre um requerimento apresentado por um estrangeiro para obter a equivalência do seu curso a fim de exercer a actividade de arquitecto em Portugal (22); a participação oficial do Sindicato nas festas comemorativas do Ano X da Revolução Nacional (23); os cumprimentos apresentados ao ministro da Educação Nacional pela criação das Missões Estéticas de Férias; e ainda o facto da Direcção ter manifestado "o seu aplauso ao Governo pela atitude por este assumida em face da guerra civil de Espanha" contra a Frente Popular, apoiando desde logo os generais franquistas e a conspiração militar anti-republicana. (24)

Dois aspectos ainda merecem especial destaque. Por um lado a representação feita junto do Subsecretariado das Corporações e Previdência Social, "lançando a ideia de se constituir desde já uma comissão nacional para estudar o modo de se comemorar condignamente o Terceiro Centenário da Restauração de Portugal em 1940" (25) - facto que não deixa de ser curioso, e como se verá, face à marginalização do Sindicato enquanto colectivo, das Comemorações Centenárias. Por outro lado, importa ainda referir o convite feito pelo subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social a Pardal Monteiro, para este representar os

Sindicatos Nacionais nos cumprimentos oficiais ao Presidente da República, por ocasião do 3º Aniversário da promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional. (26)

Importa agora, e por coincidência cronológica, abrir um parêntesis na descrição global dos trabalhos desenvolvidos pelo Sindicato Nacional dos Architectos, para fazer referência à aprovação do Estatuto da Ordem dos Engenheiros (27), organismo com a sub-designação de Sindicato Nacional dos Engenheiros, em Novembro de 1936 (28). Como se verifica, a transformação imposta aos organismos profissionais pelo Decreto-Lei que criou os Sindicatos Nacionais, só mais tarde foi atendida entre os engenheiros portugueses, tendo como referência a rápida resposta dos architectos.

Pelo teor dos seus Estatutos bem como pelas determinações da legislação acima referida, tudo leva a crer que a designação de "Ordem" - só aplicável às profissões de advogado, médico e engenheiro - se relaciona mais com questões de prestígio social e profissional do que propriamente com a alcance e poder de intervenção desse mesmo organismo. (29)

Um princípio fundamental, de resto já previsto no Estatuto do Trabalho Nacional mas ausente do Estatuto do Sindicato Nacional dos Architectos, parece conferir mais responsabilidade à Ordem: a filiação obrigatória (30). Contudo, não deixa de ser curiosa a justificação apresentada a este respeito no diploma oficial da sua aprovação, ou seja, que a filiação era obrigatória "por ser manifesto que os principais objectivos da Ordem só podem alcançar-se e só se compreendem com a obrigatoriedade da filiação de todos os que exercem a mesma profissão" (31), o que parece passível de ser válido não só para os engenheiros mas para todos os outros profissionais especializados ou não. Aliás, a comissão organizadora da Ordem reservou desde logo o direito de nela inscrever "todos os indivíduos portugueses ou estrangeiros a respeito dos quais tenham informações" (32) e que cumpram as condições exigidas para a admissão neste organismo.

Do teor do Decreto-Lei ressalta também o que se poderá denominar de um certo proteccionismo à classe dos engenheiros, reconhecendo-lhe um papel social e cultural nunca atribuído aos architectos. Neste sentido, a "função cultural" é considerada como um "aspecto especial" dado ser "necessária em profissões de tão grande importância social". Por outro lado, é realçado que "o prestígio de que deve ser sempre rodeada uma profissão como a dos engenheiros" bem como o seu "papel de grande responsabilidade que ela desempenha perante a Nação" exigem "as maiores garantias morais e técnicas, de que os próprios componentes serão, através do seu organismo sindical, os mais autorizados fiadores". Ainda neste âmbito, e por fim, é também salientada a "função cultural" da Ordem no "campo espiritual e científico" e no "domínio das aplicações técnicas" tendo esta assim "uma função utilíssima, como centro impulsionador dos estudos e dos progressos de engenharia e do desenvolvimento da preparação profissional dos seus membros". (33)

Aliás, a "função cultural" da Ordem é alvo de um capítulo dos Estatutos (34) que, para a exercer se agruparia em secções correspondentes aos ramos de engenharia oficialmente reconhecidos. As especificações das actividades a desenvolver, apesar do ênfase dado a esta matéria, não diferem muito das normalmente empreendidas neste domínio: publicação de uma revista periódica, organização de uma biblioteca, de conferências e congressos profissionais, excursões e visitas no país e no estrangeiro. Estas acções obedeceram, como outras previstas no Estatuto, a regulamentos próprios posteriormente aprovados em 1938 e 1940. (35)

A criação da Ordem dos Engenheiros não mereceu qualquer referência nos Relatórios das Direcções do Sindicato Nacional dos Architectos de 1936 e de 1937. Contudo, as directrizes que orientaram a acção desta última, mais centradas na regulamentação do exercício da actividade profissional, podem de alguma forma ser entendidas como o reflexo da constituição da referida Ordem. O facto de ter sido suspensa a reforma dos Estatutos do Sindicato, devido a "circunstâncias

várias, salientando-se entre todas a de se ter reconhecido a possibilidade da próxima criação da Ordem dos Architectos" (36), é, sem dúvida, o apontamento mais evidente de que estes profissionais não tinham ainda desistido desta sua aspiração e que não ficaram indiferentes ao tipo de reconhecimento oficial, agora concretizado, face à classe dos engenheiros. Neste sentido, a Direcção apresentou uma exposição ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social que "despachou favoravelmente, dando o seu 'concordo' e decidindo aguardar uma próxima oportunidade para dar satisfação ao que pela Direcção lhe foi solicitado" (37). De tal optimismo parece não ser possível dissociar o facto de ter sido definitivamente criada a Secção Distrital do Sindicato no Porto, cujo Regulamento foi aprovado pelo Subsecretariado das Corporações e Previdência Social, em 4 de Dezembro de 1936, tendo a sua comissão administrativa tomado posse em 18 de Junho de 1937.

Vários assuntos de âmbito profissional foram tratados por esta gerência, tais como a questão do imposto profissional, os regulamentos do exercício da profissão e dos concursos públicos de arquitectura, a protecção do título de architecto e dos direitos de autor. Ainda que mais adiante tais temáticas sejam abordadas com maior detalhe, importa agora referir de forma abreviada de que modo elas foram tratadas.

Assim, e relativamente ao imposto profissional, não deixa de ser relevante a afirmação de que a parte do Estatuto do Sindicato referente a este assunto não ser "por enquanto, susceptível de ter aplicação, por ser contrário à legislação geral sobre impostos" (38). Embora fosse reconhecido que o princípio aí estabelecido para a sua distribuição "é talvez o mais justo, princípio que não foi determinado se não pela própria vontade dos architectos" (39), a determinação no sentido de modificar o Estatuto, constava já de um parecer sobre este assunto dado pelos Serviços de Acção Social do Subsecretariado das Corporações e Previdência Social, sendo também aconselhada uma intervenção da Direcção junto do ministro

das Finanças.

Este Parecer, datado de 5 de Novembro de 1937 e intitulado "Imposto Profissional dos Architectos: nulidade de algumas disposições dos Estatutos do Sindicato Nacional dos Architectos por serem contrárias à Lei Geral (Reforma Tributária)", manifesta "a estranheza em face de uns Estatutos, legalmente aprovados, que pretendem alterar as leis gerais do país, leis de interesse e ordem pública". Neste sentido, e como foi referido, a alteração daquele texto era considerada "indispensável", apesar de ser "admissível que aquelas normas figurassem como aspirações da classe" ou ainda "como fim dos esforços das Direcções (...), mas nunca como disposições Estatutárias obrigatórias, que como tal devem ser coercivas, mas por sua natureza são incompatíveis com a Lei Geral e, como tal, ilegítimas". A alteração do Estatuto era ainda justificada neste Parecer dado que se estes continuassem nessas condições tinham que ser "forçosamente desrespeitados pelos corpos gerentes do Sindicato", perdendo-se portanto "a autoridade para se exigir o cumprimento das outras disposições que não sejam legais". No entanto, era ainda acrescentado: "É preciso dizer, embora me custe, que não é só a Comissão Organizadora do Sindicato Nacional que tem as responsabilidades: ao Instituto Nacional do Trabalho e Previdência cabe uma grande, se não a maior, parte dessas responsabilidades, por ter aprovado esses Estatutos. O que vale é ser de fácil remédio a anomalia". (40)

Esta questão voltou a ser colocada em 1941 quando o Director Geral das Contribuições e Impostos pediu ao Sindicato um parecer sobre um projecto de decreto "tendente a modificar o sistema de atribuição do imposto profissional às classes dos architectos, engenheiros, médicos e advogados". Não deixam de ser curiosas as decisões então tomadas sobre o assunto na Assembleia Geral, já que o Sindicato dos architectos foi colocado e para este fim, lado a lado com outras profissões liberais organizadas em Ordens. Assim, aqueles decidiram "adoptar não o critério particular dos architectos" nem aquele que era definido no seu Estatuto,

mas sim o que fora adoptado pelas Ordens (41). Mas, apesar destas decisões, em 1943, a Direcção comentava que este era "distribuído sem base em qualquer elemento justo e seguro", facto para o qual apontava duas razões principais: o funcionamento da comissão distribuidora por um lado, e a "falta de espírito de solidariedade dos colegas", por outro. (42)

O estudo de um regulamento do exercício da profissão foi também empreendido por esta Direcção por considerar que a "falta de definição" desta matéria "destrói por completo, ou pelo menos transforma em simples teoria, a lei que regula o uso do título" (43). O resultado deste trabalho foi apresentado ao Subsecretariado das Corporações e nele a Direcção "tentou definir, com a maior imparcialidade, qual o papel das diversas classes de técnicos da construção civil" (44), entre os quais, certamente, se encontravam os engenheiros. Outro regulamento entregue ao mesmo subsecretário de Estado foi o dos concursos públicos de arquitectura, que o recebeu "com a maior simpatia e prometeu promover a sua rápida aprovação pelo Governo" (45). Ao mesmo tempo que este documento estava a ser elaborado, a Direcção "interveio junto de diversas entidades que abriram concursos de Arquitectura segundo programas inaceitáveis pelo architectos". (46)

No domínio da protecção do título de architecto, foi, durante este ano, concluído o processo instaurado em 1935 contra Jacinto Marques Robalo e cujo resultado veio de encontro às aspirações do Sindicato, já mencionadas (47). Directamente relacionado com este assunto estava a protecção dos direitos de autor, e por isso a Direcção solicitou a associações estrangeiras congéneres a legislação em vigor sobre esta matéria, no intuito de "tornar mais ampla a legislação portuguesa". (48)

Por diversas vezes a Direcção do Sindicato esteve em contacto directo ou indirecto com a Câmara Municipal de Lisboa, procurando colaborar com esta na "promulgação de medidas tendentes a melhorar as condições regulamentares para a construção" (49), nomeadamente na reforma do Regulamento das Construções

Urbanas, sendo também importante a acção desenvolvida pelos seus representantes no Conselho de Estética Cidadina. A Direcção assinalou ainda a escolha do engenheiro Duarte Pacheco para a presidência da Câmara, o que mereceu "todo o aplauso" do Sindicato que num encontro com aquele lhe prometeu "toda a colaboração" ao mesmo tempo que manifestou "a sua confiança na obra que, seguramente, vai realizar e na qual, como não pode deixar de ser, os architectos hão-de ter um papel de grande responsabilidade". (50)

Dos assuntos pendentes do mandato anterior, dois tinham especial importância: a exposição de "Arte Mural" e a revista do Sindicato. Embora o primeiro não se tenha concretizado durante este ano por haver apenas seis artistas inscritos (51), a revista "Architectos" foi publicada, tomando assim realidade uma antiga aspiração, interrompida em 1911 quando foi suspenso o "Anuário" da Sociedade dos Architectos Portugueses: a "criação dum órgão de imprensa, privativo da classe, no qual esta pudesse dar contas da sua actividade no plano nacional". (52)

Esta Direcção, retomando uma iniciativa da Sociedade dos Architectos Portugueses, abriu nova subscrição entre os sócios do Sindicato e de outras colectividades, a fim de promover a construção de um pequeno monumento à memória de Ventura Terra, tendo já o escultor Raul Xavier oferecido os seus préstimos para executar gratuitamente o busto daquele architecto.

De outros assuntos se ocupou ainda esta Direcção como a representação, delegada em Pardal Monteiro, vogal permanente de ambas organizações, em dois congressos realizados em Paris - a IV Reunião Internacional e o XIV Congresso Internacional dos Architectos -, tendo este, no segundo, representado também o governo português. De alcance meramente nacional eram as referências feitas no Relatório relativas ao atentado contra Oliveira Salazar (53), a congratulação face ao êxito obtido pela representação portuguesa na Exposição Universal de Paris (54), as felicitações apresentadas a Júlio Cayola, organizador da Exposição Histórica da

Ocupação no Século XIX, a apresentação de cumprimentos ao colega Carlos Dias por ocasião da inauguração do Eden-Teatro, a escolha de Cristino da Silva para representante do Sindicato numa comissão citadina de luminotécnica e a pedido das Companhias Reunidas de Gaz e Electricidade, a nomeação, por parte do governo, de Vasco de Moraes Palmeiro (Regaleira) para membro do Conselho Provincial da Extremadura "o qual tem desempenhado a sua missão em perfeita comunhão de ideias com a Direcção" (55), e ainda a função de procurador à Câmara Corporativa exercida por Parda Monteiro por inerência do cargo directivo no Sindicato.

Este Relatório termina com uma referência ao futuro "quebrando uma tradição", pois a Direcção teceu considerações sobre "alguma coisa mais do que o que fez" (56). Trata-se de uma espécie de apelo e alerta para a classe, chamando a atenção para a necessidade de estabelecer "um programa concreto de realizações", dado que é preciso "ir além do que o Estatuto estabelece como fins do Sindicato, porquanto embora tudo esteja previsto" ele é omissos nesta matéria. Tal situação contribuía, na óptica desta gerência, para que o Sindicato fosse "vivendo à aventura das inspirações mais ou menos felizes das sucessivas Direcções, sem nenhuma garantia de continuidade de ideias". Neste sentido, era defendido que a acção deste organismo não se podia "limitar à vida associativa. Tem que ter uma projecção mais larga", concretizando-se na sua "íntima colaboração (...) com todos os organismos que se prendem com a Arquitectura", uma das preocupações que "tem que estar à cabeça" do "programa de acção sindical" (57). Entre estes organismos eram especificados: as Escolas de Belas Artes, os Ministérios das Obras Públicas e Comunicações e da Educação Nacional, para além da colaboração dos architectos com outros técnicos, as relações dos architectos com o Sindicato e a formação de comissões de estudo de diversos assuntos de interesse geral para a classe. A este enunciado, ao qual voltará a ser feita referência, chamava a Direcção de "programa de acção profissional", que era

necessário estabelecer e em relação ao qual "a acção do Sindicato por intermédio da Direcção apenas, é manifestamente ineficaz". Tratava-se, em suma, de "uma doutrina profissional" directamente relacionada com o "importante papel" que o Sindicato tem "a desempenhar na Sociedade portuguesa". (58)

Mas este futuro, antecipado somente pelas palavras, não foi ainda uma realidade próxima da Direcção que dirigiu o Sindicato Nacional dos Architectos durante 1938 e que tal como as anteriores foi presidida por Pardal Monteiro. Vários são os tópicos do seu Relatório que procuram enunciar as áreas prioritárias de actuação: as comemorações centenárias, a revista do Sindicato (59), os congressos e as exposições (60), a Câmara Municipal de Lisboa e, por fim, vários assuntos referentes à vida profissional e sindical.

As programadas comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração da Nacionalidade anunciadas por Oliveira Salazar na Nota Oficiosa de 27 de Março de 1938 (61), eram consideradas como um acontecimento de "maior interesse (...) não só para a nossa classe como para toda a Nação". Neste sentido, "logo que tal iniciativa foi tomada a Direcção procurou, pelos meios de que dispoz dar-lhe a mais aberta e decidida colaboração" (62). Dois architectos ligados ao Sindicato apareceram desde a primeira hora associados à preparação destas comemorações, contudo, a título individual: Pardal Monteiro e Cottinelli Telmo. O primeiro foi nomeado para fazer parte da Grande Comissão Nacional, ainda que não o fosse na qualidade de presidente da Direcção - sendo, no entanto, "nessa qualidade que se considerou obrigado a dar-lhe toda a cooperação, enquanto aquela comissão funcionou" (63) - e o segundo, integrando a sua Comissão Executiva, tendo funções de architecto-chefe da Exposição do Mundo Português. Procurando "cooperar nas comemorações", por um lado, e por outro "porque é necessário que todos dêem o melhor do seu esforço no sentido de cooperar com o Governo", a Direcção empreendeu a organização de uma exposição de Architectura e a realização do primeiro congresso nacional de architectos,

acontecimentos que teriam lugar em Lisboa no ano de 1940, "procurando assim, com o esforço dos architectos, apenas, dar a uma manifestação de ordem nacional das que maiores simpatias merecem dos portugueses" (64). Por isso, solicitam a todos os presentes na Assembleia Geral de apresentação do Relatório, a sua colaboração.

Ambas as iniciativas mereceram o empenhamento dos corpos directivos em exercício durante 1939. Foram delineados os seus programas após o que a Direcção efectuou diversos contactos que os viabilizassem, nomeadamente, e para a exposição, com o Ministério das Obras Públicas e Comunicações, com as Escolas de Belas Artes de Lisboa e do Porto, bem como com todos os sócios do Sindicato. A avaliação global destas diligências levou a Direcção a considerar que "não teve outro remédio senão desistir de levar por diante tal iniciativa" face a "tão pronunciada incompreensão do objectivo em vista" (65). No entanto, se a Assembleia Geral resolvesse o contrário, aquela estava na disposição de tentar encontrar novas maneiras de levar a cabo tal incumbência, o que de facto aconteceu. Contudo, e no Relatório de 1940, era afirmado que a comissão organizadora especialmente constituída para o efeito teve que desistir dos seus intentos dado que só dois sócios declararam a intenção de enviar trabalhos para essa exposição (66). Quanto ao pensado congresso, e visto não ser possível incluí-lo no conjunto de congressos a terem lugar em Lisboa durante as comemorações o que tomaria "oficial a sua realização", a Direcção pôs à consideração da Assembleia se apesar disso, este deveria ou não ter lugar assumindo o carácter "puramente particular, ou antes, da exclusiva iniciativa do Sindicato e sem qualquer apoio oficial" (67), tendo os architectos decidido pela sua não concretização.

No plano das relações institucionais, foi em torno da Câmara Municipal de Lisboa que estas se revestiram, de maior importância. Na ocasião da tomada de posse dos novos directores de serviço - entre os quais se encontrava A. Couto Martins vogal da Direcção em exercício, chefiando os serviços de Arquitectura - o Sindicato

prometeu "toda a cooperação possível no sentido de se procurar melhorar as condições estéticas da cidade no campo da urbanização e da arquitectura" considerando no Relatório que esta colaboração tem sido dada "tão largamente quanto lhe tem sido possível" (68). Em torno da Câmara Municipal de Lisboa eram ainda mencionados outros factos, como por exemplo, o convite feito a novos architectos para "prestar serviço na organização municipal de urbanismo e da arquitectura", solução que a Direcção considera "bastante melhor do que as anteriores" mas que "ainda não corresponde ao que no entender no Sindicato deveria ser" (69); a criação, pelo novo Código Administrativo, do Conselho de Arte e Arqueologia Municipal no qual o Sindicato se encontrava representado pelo seu presidente da Direcção; a criação de dois novos prémios municipais "destinados a estimular o aparecimento de boas composições architecturais e de boas edificações". (70)

No âmbito da vida profissional e sindical vários aspectos eram referidos, dizendo fundamentalmente respeito à insistência, junto do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, pela criação da Ordem dos Architectos, da regulamentação de todas as profissões que intervêm na construção civil e ainda pela modificação do modo de atribuição do imposto profissional. De acordo com o Relatório da gerência de 1938 "nenhum destes problemas ainda obteve solução satisfatória, o que quer dizer que é necessário que o Sindicato continue lutando até conseguir que seja dada satisfação às suas aspirações" (71). Foi também levantada uma questão premente que se prendia com os honorários dos architectos que então estavam sujeitos "às tabelas mais variadas, aos critérios mais arbitrários quanto à aplicação das diferentes tabelas e até ao arbitrio sem base em qualquer tabela" (72). A Direcção defendeu assim a criação de uma tabela única contemplando os vários tipos de prestação de serviço possíveis em exercício liberal da profissão, isto é, para particulares, para o Estado ou ainda para a autarquias locais.

No âmbito da defesa da profissão o Conselho Disciplinar ocupou-se do "julgamento dum sócio", processo remetido a este órgão sindical pela Direcção e foi novamente pedida a "intervenção do poder judicial contra um indivíduo que apesar de condenado pelos tribunais em prisão correcional pelo uso ilegal do título de arquitecto, de novo publicamente usou desse título, estando a respectiva acção a correr os seus trâmites no tribunal". (73)

Esta Direcção terminava o seu Relatório propondo à Assembleia Geral que fosse concedido a Cottinelli Telmo o título de "Sócio Honorário" do Sindicato Nacional dos Arquitectos, tendo em consideração os "excelentes serviços que (...) tem prestado à classe, à testa da direcção da revista" (74), o que e naturalmente foi aprovado.

O ano de 1939 ficou assinalado na história da Europa pelo início da II Guerra Mundial, facto que mereceu especial referência no Relatório da Direcção do Sindicato, ainda presidida por Pardal Monteiro e que em Fevereiro de 1940 o apresentou à Assembleia Geral. Tal como nos anteriores, os assuntos tratados durante o mandato foram agrupados em vários tópicos que neste caso, dizem respeito: à organização corporativa; às comemorações centenárias; mais uma vez à Câmara Municipal de Lisboa; à revista do Sindicato (75); à acção profissional; e, finalmente, diversas iniciativas ou intervenções directas do Sindicato.

Uma questão premente foi levada à Assembleia Geral, precisamente em torno das implicações da legislação que regulava a organização corporativa e que tomava obrigatório o pagamento de cotas a todos os profissionais de um determinado ramo quer estivessem ou não inscritos no seu Sindicato. A Direcção, apesar de ter ponderado o assunto "não tomou qualquer resolução sobre a obrigatoriedade por entender que só a Assembleia Geral deve tomar decisões a tal respeito" (76), ainda que estas tivessem que ser superiormente aprovadas pelo Subsecretariado das Corporações e Previdência Social.

Se a Direcção anterior se tinha mostrado algo expectante face à reorganização dos serviços da Câmara Municipal de Lisboa, no ano seguinte era afirmado que "pouco foi o contacto, durante esta gerência" com aquele organismo. Aliás era referido que embora a Direcção do Sindicato se tivesse colocado à "disposição da Câmara Municipal de Lisboa para com ela colaborar, não tem, pelo visto, a Câmara, sentido necessidade de aproveitar o oferecimento". Assim, durante este ano "o contacto directo" entre esta e o Sindicato "limita-se apenas a dois casos". (77)

Quanto aos concursos e porque "foi parco o ano", apenas um foi mencionado: o do monumento a D. Afonso Henriques em Luanda, em cujo júri o Sindicato se encontrava representado e do qual se falará ainda.

Conferências e congressos eram outros dois aspectos focados, ainda que abreviadamente. Em relação às primeiras, são mencionadas duas: a de Girolamo Ippolito, professor da Universidade de Nápoles e da Escola de Arquitectura da mesma cidade que teve lugar na Sociedade Nacional de Belas Artes, subordinada ao tema "Arquitectura e hidráulica" e a de Pardal Monteiro, a convite da Direcção da Ordem dos Engenheiros, intitulada "A colaboração de architectos e engenheiros na arquitectura moderna", facto que "deve ficar registado como um sintoma agradável das relações entre as duas classes" (78). Quanto aos congressos, era inevitavelmente referida a Guerra como o motivo que obrigou ao cancelar do XV Congresso Internacional de Architectos a realizar em Washington em Setembro de 1939. No entanto, e também devido à Guerra "a sede do Bureau Central [das Reuniões Internacionais de Architectos], em Paris, foi transferida para Lisboa, tendo sido o architecto Pardal Monteiro encarregado" de o dirigir (79). Tal situação, como se verá ainda, não implicou nem provocou qualquer modificação ao decurso da actividade dos architectos portugueses ou do seu Sindicato.

Na rubrica deste Relatório intitulada "Diversos" eram considerados vários assuntos tais como as dificuldades na aquisição do ferro e a alteração apreciável do seu

preço devido à guerra que poderia "agravar consideravelmente a crise de trabalho na construção civil, de que serão necessariamente vítimas os arquitectos". Tal constatação, levou a Direcção a expor uma representação ao ministro da Agricultura "no sentido de serem adoptadas disposições pelas quais se possa obter melhor aproveitamento das madeiras nacionais" (80). Outro facto mencionado foi a solicitação feita ao ministro das Finanças e a pedido da Associação Industrial Portuguesa para que fosse "concedida a isenção de pagamento da contribuição predial durante dez anos, a contar da conclusão das respectivas obras, a todos os prédios novos". Esta medida era considerada necessária pela Direcção "para evitar, em parte, a crise de construção civil que se começa a verificar" (81) e, não tendo sido atendida, foi de novo solicitada em 1940. (82)

Outro assunto que preocupava a Direcção sindical era o "agravamento injustificado dos preços dos materiais de construção", procurando por isso "colaborar com as autoridades na repressão" desta ocorrência (83). Aliás, estes corpos gerentes recomendavam especial atenção à Direcção a eleger o "sério estudo" do então denominado "problema da crise" que consideravam não ter sido ainda "encarado (...) em todos os seus aspectos". No fundo, a preocupação centrava-se em torno do mercado de trabalho sobretudo em relação aos arquitectos que "vivem exclusivamente do exercício livre da sua profissão" pois estes e então "pouco ou nenhum" trabalho tinham, situação que "pode ainda piorar com o desenvolver do estado de guerra". (84)

No âmbito da acção profissional várias preocupações orientaram esta gerência, nomeadamente: o da protecção do trabalho dos arquitectos portugueses, em Lisboa e em Angola; a situação dos arquitectos em exercício nos quadros de Obras Públicas nas então colónias ultramarinas portuguesas; a protecção do uso do título e exercício da profissão face a uma questão concreta apresentada pela Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Ainda em torno deste último problema, a Direcção entregou ao ministro da Educação Nacional uma representação "sobre a necessidade de se esclarecer o teor do Decreto nº 11.089 que regula o uso de título e o exercício da profissão de architecto" (85). Assim sendo e porque "nas mãos do Governo estão os elementos necessários para poder esclarecer a lei e fazer assim justiça aos architectos", a Direcção que fosse eleita tinha o "dever de não abandonar esta luta". Contudo, uma observação que importa sublinhar era feita pouco depois desta afirmação: dado que "são tão importantes e tão graves os problemas que o Governo tem que resolver no que respeita ao interesse geral da Nação", sobretudo no momento em que a Europa estava em guerra, não era de "surpreender que medida de tão relativo interesse para a colectividade, embora do mais alto para os architectos e para a architectura, possa ser legada para um plano secundário, sem que isto represente menos espírito de justiça por parte de quem governa" (86). Dois aspectos mais imediatos podem ser comentados nestas afirmações. Não é surpreendente a compreensão demonstrada para com a atitude do Governo, já que se trata de um Sindicato Nacional, especialmente vocacionado para secundar e tornar inteligíveis mensagens e posições deste. Aquilo que surge como uma nota dissonante de um discurso mais afirmativo empreendido pela Direcção do Sindicato - discurso sedimentado numa longa experiência associativa e que se foi reformulando de acordo com a sua própria contemporaneidade e não nos seus pressupostos fundamentais - e até mesmo algo contraditório, é o facto de ser considerado uma medida "de tão relativo interesse para a colectividade", a Architectura feita pelos architectos ser o teor de um Decreto emanado pelo Governo.

No ano seguinte, e a avaliar pelo Relatório da gerência de 1940, esta questão não se encontrava ainda resolvida, parecendo até ter-se tornado mais complexa. Assim, se era "provável" que o assunto fosse "em breve" tratado pelo Governo, também era aguardada a "publicação doutras medidas de ordem geral respeitantes às

profissões que actuam no campo da construção civil". No entanto, era referido que "parece que se levantam dúvidas sobre se será justo reconhecer aos architectos o direito, exclusivo, de fazerem Architectura". (87)

Outros assuntos foram também tratados por esta Direcção, tais como: o regulamento dos concursos públicos de Architectura; o estabelecimento da carteira profissional; a situação militar dos architectos e estudantes de Architectura, e ainda e mais uma vez, sobre a criação da Ordem dos Architectos. Verifica-se assim que esta gerência centrou a sua acção e iniciativas em torno de questões meramente de âmbito profissional, revelando uma atenção insistente e persistente em questões já tratadas em mandatos anteriores ou abrindo novas frentes reivindicativas.

Devido à guerra, a realização de concursos públicos de Architectura foi ainda menos significativa durante 1940 do que nos anos anteriores. Contudo, à Direcção do Sindicato pareceu-lhe oportuno insistir junto do Subsecretariado das Corporações e Previdência Social, no sentido de ser aprovado o regulamento sobre esta matéria já elaborado e proposto pelo Sindicato em 1937. Pensavam então que a sua publicação se impunha "para acabar com a desordem que apesar de tudo subsiste neste campo, onde cada um faz o que a inspiração lhe dita, sempre seguramente, bem intencionado, mas sem a noção, em geral, do que seja organizar um concurso de architectura". (88)

O mesmo Subsecretariado das Corporações sugeriu à Direcção que preparasse um projecto de regulamento, este sobre a carteira profissional dos architectos, através do qual se "procura criar algumas medidas de protecção da classe e de maior equidade nos resultados da actividade de cada um" (89). Um dos objectivos da carteira profissional era também o de "impedir a concorrência de architectos estrangeiros", preocupação igualmente apresentada pela Ordem dos Engenheiros nos seus relatórios do Conselho Director. (90)

Esta Direcção em exercício durante o ano de 1940 "viu-se forçada", devido a "insistentes deligências" de architectos e estudantes de Architectura, a "procurar pedir a atenção do Governo para a sua situação militar" (91). Estes não podiam ingressar na Escola de Officiais Milicianos, dado que o Ministério da Guerra, dirigido desde 1936 e até 1944 por Oliveira Salazar, considerava que "o grau de cultura dos alunos das Escolas de Belas Artes não é suficiente para ser consentida a sua matrícula" naquela Escola. Por isso, e "quando muito, é-lhes permitido frequentar a escola de sargentos milicianos". O problema era de difícil resolução, tanto mais que também o Ministério da Educação Nacional não considerava as Escolas de Belas Artes escolas superiores, "apesar do curso de Architectura ter na sua parte final e principal a designação de Curso superior de Architectura e ser na realidade equiparável, sem favor, a qualquer outro curso superior" (92). A fim de tentar resolver este assunto, a Direcção "preparou uma larga e fundamentada exposição" que entregou ao secretário de Estado da Educação Nacional e com quem teve sobre o assunto "uma demorada conferência", levando-a a afirmar que o caso mereceu "o maior interesse e a promessa de que o assunto seria tratado com o Ministério da Guerra na primeira oportunidade". Em 1942 esta questão voltou a ser tratada junto dos referidos Ministérios (93), bem como no ano seguinte dado que o Ministério da Guerra tinha reconhecido aos alunos do Instituto Nacional de Educação Física - "escola que não é universitária, nem superior" (94) - o direito de frequentarem as Escolas de Officiais Milicianos, continuando os alunos dos cursos superiores de Architectura impedidos de o fazer. Este assunto só foi definitivamente resolvido e de forma favorável aos architectos, em 1943. (95)

A Direcção tentou de novo intervir junto do subsecretário de Estado das Corporações e da Previdência Social no sentido de ser criada a Ordem dos Architectos, aspiração que parece ser cada vez mais difícil de satisfazer, devido sobretudo ao que foi desde inicio estabelecido no Decreto-Lei nº 23.050, sobre a criação dos Sindicatos Nacionais. Aliás, esta não era a única classe que tinha

formulado tal pedido. Também os engenheiros agrónomos, os veterinários e os farmacêuticos, entre outras, tinham feito diligências neste sentido, mas também em vão. (96)

Inevitavelmente, a Exposição do Mundo Português mereceu especial destaque neste Relatório pois era considerada o "facto mais importante das comemorações centenárias". Se "o elogio da exposição sob o ponto de vista arquitectural não ficaria bem no relatório da colectividade dos architectos", outros teriam, no entanto, lugar e eram centrados em torno do Presidente do Conselho, do ministro das Obras Públicas e Comunicações e do architecto-chefe da Exposição, Cottinelli Telmo (97). A realização desta Exposição permitiu ao Sindicato estabelecer contactos directos com o único país estrangeiro aí representado - o Brasil - tendo a Direcção procurado "intensificar os trabalhos de intercâmbio cultural". No entanto, outro país foi também incluído, a Espanha, onde os architectos tinham uma "organização corporativa, semelhante à existente em Portugal", mas de criação mais recente.

Durante o ano de 1940 a Direcção teve "oportunidade de intervir quer colaborando com diversos organismos, quer fazendo conhecer os pontos de vista da classe sobre os problemas que interessam à Architectura e aos architectos" (98). Assim, junto da Câmara Municipal de Lisboa tentou "conseguir certas vantagens para o trabalho profissional dos architectos mediante a apresentação oficial de ante-projectos"; contactou com o Governador Geral de Angola a propósito da preparação do projecto para o aeroporto de Lobito (99); junto do ministro das Colónias defendeu os interesses dos architectos dos quadros das Obras Públicas; conseguiu que o concurso aberto pela Câmara Municipal de Luanda a fim de contratar um "arquitecto urbanista, diplomado" fosse extensivo "a todo o qualquer architecto" (100); reclamou junto da Câmara Municipal de Cascais contra o facto de nos seus regulamentos "serem considerados com competência para assinar projectos de architectura, além dos architectos, os engenheiros e os 'desenhadores com prática'". Tal situação e após várias considerações, levou a Direcção a afirmar

que "é ainda longo o caminho a percorrer para que no campo da Architectura, seja aplicada a moral cristã de dar a César o que é de César", ou ainda "na nossa seara todos vêm comer e no entanto há architectos que vivem na miséria". (101)

A Direcção deu ainda o seu "parecer favorável" ao projecto de regulamento do concurso promovido pelas Companhias Reunidas de Gaz e Electricidade "destinado a premiar os architectos, engenheiros, construtores e instaladores de edificios de habitação nos quais se tenham feito as melhores instalações de Gaz de Electricidade". (102)

Pela primeira vez, o caso dos architectos com cotas do Sindicato em atraso, foi colocado pelos corpos gerentes à Assembleia Geral, problema face ao qual a Direcção confessa que "não tem cumprido à letra" a disposição estatutária sobre o assunto. De tal questão não era dissociada uma outra e que dizia respeito ao "problema de assistência a colegas necessitados" em relação ao qual a Direcção esperava "indicações", confiada no "espírito de camaradagem e de solidariedade dos colegas e do coração generoso de todos os sócios de boa vontade" (103). Em suma, procurava-se sobretudo atender à situação dos architectos sem trabalho e sem recursos, agravada pela continuação da guerra.

A Direcção termina o Relatório do seu mandato, apresentando várias propostas, três das quais visavam membros do Governo e duas eram referentes aos sócios. Assim, era posta à consideração da Assembleia a eleição, para sócios honorários do Sindicato, de Oliveira Salazar e do architecto Nestor de Figueiredo, presidente do Instituto de Architectos do Brasil e que fosse registado em acta um voto de louvor aos subsecretários de Estado das Corporações e Previdência Social e da Educação Nacional, forma de agradecer o interesse por estes demonstrado pelos problemas que respeitavam à classe. Era ainda proposto que fosse "atendida a situação dos sócios que perante a direcção comprovem não poder pagar as quotas

mensais" e que "sejam tomadas deliberações no sentido de se promover a solução do problema de assistência sindical aos arquitectos sem trabalho". (104)

Durante o mandato de 1941, ano em que o Sindicato Nacional dos Arquitectos deu o seu patrocínio oficial à exposição de Arquitectura Alemã sob a direcção do arquitecto Albert Speer (105), verificou-se a primeira intervenção directa deste organismo na Câmara Corporativa aí representado por Pardal Monteiro por inerência de cargo, pois este continuava a ser o seu presidente. Com efeito, os deputados Cancela de Abreu e Francisco de Paula Leite apresentaram àquela Câmara, vindo já da Câmara dos Deputados, um projecto de lei que visava condicionar a actividade dos engenheiros e de outros técnicos estrangeiros em Portugal e no qual não era feita qualquer referência específica aos arquitectos. Tal situação levou o presidente do Sindicato a manifestar junto do Presidente da Câmara Corporativa o desejo de que tal condicionamento fosse extensivo à actividade dos arquitectos estrangeiros em Portugal, no que foi atendido. (106)

Deste empenhamento em defender o trabalho dos arquitectos portugueses não se podem dissociar as preocupações já manifestadas no Relatório da gerência anterior, relacionadas com os colegas que viviam "nas mais precárias condições económicas". Dado que estes não cumpriam o seu dever face ao Sindicato encontrando-se em atraso no pagamento das cotas, a Direcção estudou o assunto, procurando encontrar soluções. Estas passariam pela alteração dos Estatutos, evitando assim que estes fossem eliminados do seu organismo de classe, e ainda, por proposta de Pardal Monteiro, pela criação de um "atelier de arquitectura privativo do Sindicato no qual trabalhassem, pelo menos, os arquitectos sem clientela", ideia para a qual já tinham obtido a "simpatia e a promessa verbal de apoio" do presidente da Câmara Municipal de Lisboa (107). Contudo, nenhum destes aspectos tinham sido discutidos em plenário da classe, pois a Assembleia Geral prevista para esse efeito não se realizou devido à não comparência dos sócios.

Esta preocupação de ordem moral e de solidariedade social era também extensiva às famílias dos colegas estrangeiros que viviam em países assolados pela guerra e em relação às quais o Sindicato abriu uma subscrição entre os seus sócios a fim de adquirir alguns bens alimentícios que lhes seriam enviados (108). Contudo, "em face do resultado prático da subscrição, desistiu de levar por diante a sua iniciativa e restituir aos poucos que subscreveram as quantias com que tinham contribuído", pois a Direcção para além de se confrontar com a "indiferença da quasi totalidade" da classe, "até remoques e censuras recebeu". (109)

Outra preocupação manifestada pela Direcção de 1941, era a falta de legislação que regulamentasse o exercício da profissão de architecto. O projecto de lei apresentado pela gerência anterior ao ministro da Educação Nacional não tinha sido ainda aprovado, o que favorecia a actividade clandestina da profissão sendo especificados vários casos. Tratava-se de uma situação existente em Ponta Delgada e na pessoa de Eduardo Henrique Read Teixeira; de diversos casos no Porto denunciados pela Secção Distrital do Sindicato; e de um caso em Elvas com a cobertura da Câmara Municipal. Ainda que se volte a este assunto, importa salientar desde já que a Direcção "lançou as linhas gerais" de uma representação a apresentar ao Governo a fim de "conseguir a publicação de medidas e a prática de actos que conduzam ao maior respeito pelos naturais direitos dos architectos, a bem não apenas da Classe, mas da Architectura Nacional", considerando que "só medidas de ordem geral tal situação se possa conseguir". Neste sentido, chamava a atenção que era "necessário que todos os architectos procurem em todas as circunstâncias cooperar com o Sindicato de modo a que este possa sentir o apoio de toda a classe quando procurar defender os interesses materiais e morais de todos os architectos". (110)

A receptividade a duas circulares enviadas pela Direcção elucidam bem sobre a inconstância de mobilização e interesses da massa associativa. Assim, enquanto que aquela que respeitava às condições em que foram "postos em praça alguns

terrenos" pela Câmara Municipal de Lisboa e que não eram consideradas muito justas para a classe (111), mereceu por parte dos sócios "numerosas cartas", a mesma situação não se verificou quando os corpos gerentes tentaram cativar os arquitectos não só a nível da sua participação mas também levando-os a deslocarem-se à sua sede social. Efectivamente, a Direcção enviou uma circular no sentido de ser criado um ficheiro onde figurassem "os nomes de todos os fornecedores e colaboradores habituais e eventuais dos arquitectos", directamente vocacionado para o apoio ao exercício da profissão. Contudo, tal iniciativa não chegou a concretizar-se porque os sócios "todos, sem excepção", ficaram silenciosos. (112)

Ao terminar o seu Relatório anual a Direcção alertou ainda a Assembleia Geral para duas situações respeitantes à vida do Sindicato. Por um lado, era mencionado que "há cerca de três anos" que este órgão se reunia "sem que das suas deliberações haja qualquer registo nos respectivos livros de actas" e, por outro, a situação financeira. Contudo, para nenhuma destas preocupações eram apontadas alternativas imediatas ainda que fossem bem explícitos os efeitos que poderiam advir para o Sindicato no caso de ambas as situações se manterem.

No Relatório da Direcção em exercício durante 1942, a guerra continuava a ser mencionada como um dos factores que obrigavam à redução do ritmo das reivindicações empreendidas. No entanto, verificaram-se alguns contactos em tomo de assuntos profissionais com diversos Ministérios e a Câmara Municipal de Lisboa, bem como foram estudados assuntos referentes aos sócios e outros.

Durante este ano em que faleceram J. Luis Monteiro - "aquele que, de entre os arquitectos portugueses das últimas gerações, ocupava o mais elevado grau na hierarquia" da classe (113) - e T. Lacerda Marques, primeiro presidente da Direcção do Sindicato - "nosso querido camarada de trabalhos" (114) - a Direcção chamou de novo a atenção da Assembleia Geral para o facto de ser "ainda longo o caminho

a percorrer para que justiça seja feita à nossa classe" (115). Esta afirmação era motivada pela resposta dada pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações a um ofício do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social no qual era incluído um extrato do Relatório da Direcção transacta. Apesar das críticas nele contidas serem consideradas por aquele Ministério "como justas nos aspectos técnico e social", tal facto não impedia que fosse concluído: "compreende-se perfeitamente que uns acham pouco o que está feito, tanto mais que se sabe que outros o julgam excessivo". (116)

Mais uma vez a Direcção instou junto dos Ministério das Colónias para que "a exemplo do que se passa na Metrópole", fosse concedida a "equiparação dos architectos dos quadros oficiais aos engenheiros civis dos mesmos quadros". (117)

Junto da Câmara Municipal de Lisboa a Direcção procurou intervir num aspecto prático. Devido à guerra havia falta de tela no mercado e as existentes tinham preços bastante elevados. Assim, foi solicitado àquela que "enquanto tais dificuldades subsistirem, seja permitido a substituição da tela por papel vegetal ou de reprodução" (118) pedido que não foi inteiramente satisfeito tendo sido criadas medidas a título transitório. Também a elaboração do Regulamento do Prémio Municipal de Architectura - Projectos para casas de habitação, pela Comissão de Arte e Arqueologia e a discussão em curso de um outro Regulamento, este para o Prémio Municipal de Architectura - Construções, no seio desta mesma Câmara, mereceu um registo de satisfação no Relatório do Sindicato. Quanto ao Prémio Valmor cujo júri "há anos que não reúne" devido a "errada interpretação" da Câmara relativamente à atribuição do mesmo e "administração do Legado", a Direcção era da opinião que "embora a importância do prémio seja hoje relativamente insignificante não se devia perder a sua tradição, pois não era o valor material do prémio que seduzia os architectos, mas sim a honra que ele constituía". (119)

Quanto à situação dos sócios com cotas em atraso, esta encontrava-se quase regularizada em harmonia com as decisões tomadas em Assembleia Geral, tendo sido sancionada por despacho de 15 de Junho de 1942 do Subsecretariado das Corporações e Previdência Social, a alteração ao Estatuto "na parte respeitante à situação dos sócios impossibilitados de pagar cotas, havendo actualmente apenas um sócio nessas condições". (120)

Face às reclamações apresentadas ao Sindicato por alguns fornecedores de madeiras sobre o "corte arbitrário de pinheiros de grande dimensão que sistematicamente eram transformados em lenha para fornecer as locomotivas dos caminhos de ferro", a Direcção resolveu intervir junto do Ministério da Economia. Sobre o mesmo assunto foi apresentada uma representação ao subsecretário de Estado da Agricultura, focando sobretudo os aspectos que "de tal prática derivava para a indústria da construção civil, já a braços com séria crise de materiais de importação". (121)

Em 1943 tomava posse a penúltima Direcção presidida por Pardal Monteiro. Se no Relatório referente a 1942 era referido que durante esse ano e devido à guerra tinham sido menores as áreas de intervenção do Sindicato, tal situação é ainda mais evidente em 1943. Como se verá, a Direcção limitou-se, no essencial, a retomar assuntos pendentes, como por exemplo o da categoria dos cursos superiores de Arquitectura e o da situação militar dos arquitectos e estudantes de Arquitectura e ainda o da atribuição do imposto profissional.

Assim, quanto ao primeiro aspecto e devido a uma interpretação dada pelo Ministério das Finanças a uma informação cedida pelo Ministério da Educação Nacional para aplicação do decreto que regulamentava o abono de família aos funcionários públicos, os cursos superiores de Arquitectura, Pintura e Escultura das Escolas de Belas Artes, foram considerados cursos médios. Tal situação levou a Direcção a apresentar ao ministro da Educação Nacional "uma larga exposição

sobre o assunto exposto em anteriores representações, o que é a verdadeira categoria dos Cursos de Architectura e qual a formação dos seus alunos". (122)

Resultado desta diligência e também da acção desenvolvida a fim de resolver a situação militar dos architectos e dos estudantes de Architectura e de acordo com as ideias gerais expostas ao ministro da Educação Nacional, a Direcção resolveu enviar uma circular a todos os sócios "com um questionário simples, claro e nítido sobre diversos pontos essenciais para se orientar a preparação, na devida altura, de um projecto de reorganização dos cursos". O resultado mais uma vez não foi o esperado, sendo registado com mágoa o "manifesto desinteresse por parte dos Architectos sobre assuntos de tão alta importância para a classe", considerando a Direcção que só obteve uma resposta "constructiva e útil". (123)

Temática silenciada há alguns anos era a dos concursos públicos, à qual voltou a ser feita referência durante o ano de 1943, a propósito do concurso promovido pela Câmara Municipal do Porto para o arranjo architectónico da Praça dos Poveiros, na mesma cidade. O seu programa não chegou a ser distribuído entre os sócios do Sindicato dado que suscitou "uma polémica" entre a Direcção e aquela Câmara devido às suas condições e que levou a que o referido concurso fosse adiado *sine die*. (124)

Ainda no âmbito dos interesses profissionais da classe, importa referir a comunicação a todos os sócios das condições aprovadas para a elaboração dos projectos para os edificios a construir no Parque Eduardo VII, em Lisboa. A este propósito foram feitas breves mas concisas observações pela Direcção do Sindicato: "se se afirmasse que foram bem interpretados os objectivos e que deles cada um soube tirar o partido mais conveniente para o prestígio da classe seria ir longe demais". Neste sentido, consideravam que só se poderia concluir que "lutar por uma tabela, por umas condições uniformes de prestação de serviços e combater a vergonhoso concorrência de preços entre architectos, deve andar pelos

domínios da utopia segundo parece quererem demonstrá-lo os que tinham o dever de tornar realidades todas estas elementares aspirações". (125)

Outros aspectos eram ainda mencionados neste Relatório como as relações com os arquitectos espanhóis - prevendo-se a realização de uma reunião conjunta - e com os engenheiros civis portugueses. Com esta classe foram estabelecidos contactos a dois níveis: por um lado tinham solicitado à Direcção do Sindicato a indicação de um arquitecto para elaborar o projecto do novo edifício da sua sede social e, por outro, entre ambas as Direcções tinham sido iniciadas negociações "a título particular", no sentido de serem estabelecidas as "bases para um acordo a vigorar entre este Sindicato e aquela Ordem no sentido de assegurar a eficaz colaboração entre arquitectos e engenheiros civis e a evitar quer entre estas classes quer entre os componentes de cada uma delas a concorrência desregrada que até aqui se tem verificado". (126)

Curiosamente, tal aproximação com resultados concretos mais entusiasticamente referidos pelos arquitectos do que pelos engenheiros (127), verificou-se no mesmo ano em que faleceu o engenheiro Duarte Pacheco, facto também desigualmente mencionado por ambas as classes. (128)

Na última Direcção presidida por Pardal Monteiro verificou-se um aumento da actividade do Sindicato, não só em acções de índole cultural mas também de interesse profissional. Efectivamente, tiveram lugar durante 1943 a 1ª Reunião Luso-Espanhola de Arquitectos, em Espanha e o III Congresso da Federación de Urbanismo y de la Vivienda que se ligou com a 1ª Reunião, tendo início em Madrid, prosseguiu em Sevilha e terminou em Lisboa. Ambos os acontecimentos tiveram ampla participação dos arquitectos portugueses a nível nacional.

A publicação de legislação que interferia com a actividade profissional mereceu também a atenção e por vezes algumas críticas por parte da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos. Assim, a regulamentação da construção de piscinas foi

alvo de protestos devido a "uma disposição iníqua e vexatória que tornava dependente da responsabilidade dum engenheiro civil a elaboração dos projectos", tendo o assunto sido satisfatoriamente resolvido por despacho do novo ministro das Obras Públicas e Comunicações, engenheiro Augusto Cancela de Abreu (129). Outros três decretos, versando questões de urbanização, mereceram especial referência neste Relatório (130). No entender da Direcção, apesar de em todos eles estar prevista a intervenção do architecto, assinalando por isso "um passo na compreensão do papel do architecto, o que no nosso meio mercê de conceitos muito particulares sobre a competência dos técnicos, merece registo", não pode deixar de ser também referido que "muito longe estamos da solução perfeita". Isto porque os architectos, apesar de serem chamados a intervir "e por vezes em lugar de destaque ocupa, no entanto, lugar subalterno" (131). Neste sentido, a Direcção pensava ser útil a criação de cursos de urbanistas para architectos, habilitando e dando preparação específica a estes técnicos para orientarem superiormente os trabalhos de urbanização a nível nacional.

Mais satisfeita estava a Direcção face aos resultados obtidos junto da Câmara Municipal de Lisboa, que satisfez o pedido desta no sentido de "não serem selados os duplicados das peças dos projectos submetidos a aprovação" (132) e de terem já sido nomeados os júris para a atribuição dos prémios municipais de Architectura, referentes a edificações e casas de habitação.

Mais uma vez o assunto dos concursos públicos de Architectura voltou a ser tratado. Desta vez tratava-se do concurso para o projecto da Igreja de Santo António das Antas, no Porto "o qual era aberto em condições que não satisfaziam os architectos". Após conversações com a sua comissão organizadora que se recusou a proceder a quaisquer alterações no regulamento, a Direcção enviou uma circular a todos os sócios, inclusivé da Secção Distrital "aconselhando-os a não tomarem parte no concurso" (133), posição que não foi acatada por todos os associados.

Esta Direcção tomou diversas iniciativas no sentido de fomentar a vida associativa, propostas que não foram coroadas de êxito. Assim, criou um serviço informativo gratuito "destinado a pôr os colegas ao corrente dos despachos de requerimentos e petições respeitantes a trabalhos da sua autoria" e apresentados na Câmara Municipal de Lisboa e que até então "nenhum sócio resolveu utilizar" (134). De acordo com o que fora resolvido em Assembleia Geral, a Direcção promoveu: a organização de uma Exposição Nacional de Arquitectura para a qual só nove sócios tinham manifestado o seu interesse em participar e a realização de um ciclo de conferências sobre Arquitectura e arquitectos, mas só quatro sócios se inscreveram, sendo assim inviabilizadas ambas as iniciativas. Também a interrupção da publicação da revista do Sindicato preocupou esta gerência que consultou os seus associados sobre os trabalhos que estes poderiam preparar para nela serem incluídos. Mas esta diligência não foi melhor sucedida do que as anteriores - só oito sócios responderam.

Neste Relatório era ainda assinalado o falecimento de Ernesto Korrodi (135), do ex-presidente da Assembleia Geral do Sindicato, José Urbano de Castro (136) e ainda de Álvaro Augusto Machado que "embora nunca tivesse sido sócio do Sindicato e já não o fosse há muitos anos da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, merece no entanto especial referência". (137)

Elogiando a actividade desenvolvida por Pardal Monteiro ao longo de oito anos de vida sindical, este foi eleito sócio honorário do Sindicato. Aliás, a Direcção que tomou posse em 1945, agora presidida por Cottinelli Telmo, pretendeu desde logo organizar uma "festa" em sua homenagem, em que publicamente fosse manifestado o "reconhecimento" de toda a classe. No entanto, Pardal Monteiro pediu "para guardar essa festa para melhor oportunidade". (138)

Esta Direcção foi a primeira a ser abrangida pela nova legislação referente à eleição dos corpos directivos dos Sindicatos Nacionais que prolongava de um para

três anos a vigência do seu mandato (139), ficando assim Cottinelli Telmo na presidência até 1948. Durante este primeiro ano deu-se continuação a assuntos pendentes e não houve nenhuma intervenção directa do Sindicato, excepto no respeitante ao concurso para o arranjo do quarteirão norte da Praça de Gomes Teixeira e fachadas dos edifícios com frente para esta Praça e para a Praça Carlos Alberto, promovido pela Câmara Municipal do Porto, cujas bases foram consideradas "atentatórias da (...) dignidade profissional" (140). Após um complicado processo, no qual estiveram envolvidos os Ministérios das Obras Públicas e Comunicações e da Educação Nacional e do qual se falará mais adiante, o referido concurso foi suspenso.

Um dos assuntos pendentes da gerência anterior, prendia-se com a organização de um "curso de urbanologia" nas Escolas de Belas Artes de Lisboa e do Porto, processo em que Pardal Monteiro esteve especialmente empenhado, e que culminava favoravelmente às aspirações do Sindicato com a aprovação de um decreto lei do ministro da Educação Nacional, Dr. Caeiro da Mata, que então os instituía.

Quanto às relações com entidades oficiais estas limitaram-se ao contacto estabelecido com a Câmara Municipal de Lisboa, sobretudo para a nomeação de delegados aos júris dos prémios Valmor e Municipal de Arquitectura - Edificações. O presidente da Direcção do Sindicato foi convidado para integrar a Grande Comissão Nacional das Comemorações da Tomada de Lisboa aos Mouros, a terem lugar em 1947 e formada no âmbito daquela Câmara (141). Por intervenção directa do secretário da Direcção do Sindicato que desempenhava funções de Chefe da Repartição de Arquitectura na mesma edilidade, esta passou a exigir aos arquitectos "um termo de responsabilidade", à semelhança da prática corrente com os engenheiros e construtores, "nos casos em que as obras por estes projectadas sejam de maior vulto ou exijam condições de estética particulares" (142). Segundo era então afirmado no Relatório o alcance desta medida estava exactamente no

facto dos architectos passarem assim a ter "o direito de impor aos clientes a execução exacta daquilo que projectaram". (143)

Dois aspectos eram ainda mencionados, directamente relacionados com o exercício e a ética profissional. Ainda que deles se volte a falar, importa desde já referi-los, pois, e pela primeira vez um architecto apresentou no Sindicato queixa de um outro colega, acusando-o de plágio. De acordo com o estipulado no Estatuto, a Direcção tentou resolver o caso e não tendo conseguido este foi remetido ao Conselho Disciplinar que não tinha ainda emitido qualquer parecer sobre o assunto (144). O segundo caso mencionado dizia respeito a uma carta recebida, também no Sindicato, na qual um cliente acusava um architecto, "aliás distinto", de "negligência no exercício da profissão". Em vão tentou a Direcção contactar com o colega visado para esclarecer o assunto. Depois casualmente "encontrámos esse consócio que nos disse ter entregado o caso a um advogado, pedindo-nos desculpa por não ter respondido aos nossos officios". Tal opção, levou a Direcção a concluir que se verificava "o desinteresse doloroso" a que os sócios votavam o Sindicato "até mesmo quando, como neste caso, nos desejaríamos sempre pugnar pelos seus interesses!" (145)

Sendo o então presidente da Direcção o antigo director da revista do Sindicato e retomando a iniciativa da gerência anterior, foi enviada a todos os sócios uma "circular-questionário", a fim da sua publicação ser reiniciada. Contudo, de um total de 94, só seis responderam. Aliás, a referência feita no Relatório sobre este assunto é contundente, revelando um novo estilo, agora mais frontal, de avaliar os problemas face aos quais a Direcção não obtinha resposta da massa associativa. Assim, era salientado que com o fim da guerra tinham voltado a aparecer algumas revistas estrangeiras com as quais o Sindicato fazia permuta, agora inviabilizada pelo facto deste não possuir edição própria. Era então afirmado: "Nós, que não entrámos na Guerra, continuamos na convalescença duma doença que já data de há oito séculos, e que talvez tenhamos adquirido não nesta, mas noutras guerras

anteriores!..." (146). Reforçando a ideia da necessidade de os arquitectos terem um órgão de comunicação próprio e de divulgação dos seus trabalhos, foi dado o exemplo da publicação de um número da revista "Turismo" dedicado aos arquitectos e construtores e para a qual tinha sido pedida a colaboração do presidente da Direcção (147). Contudo, no seu relatório, os corpos gerentes do Sindicato lastimavam "mais do que a apresentação gráfica do referido número, o seu aspecto reclamístico, que, a ter sido adivinhado, não teria merecido a mesma boa disposição da nossa parte". (148)

A experiência das Direcções anteriores levou a que esta não tentasse promover a realização de conferências, apesar de ser indicação estatutária de que este era um dos fins culturais do Sindicato. No entanto, e apenas pela disponibilidade do conferencista, Pardal Monteiro efectuou, na Sociedade Nacional de Belas Artes, uma conferência sobre "O problema da habitação económica em Lisboa". (149)

As conclusões deste Relatório eram inteiramente direccionadas para os sócios que se abstinham sistematicamente em participar na vida sindical sendo reveladoras de um outro estilo de diálogo imposto por Cottinelli Telmo ao assumir a Direcção sindical, contrastando com declarações anteriores de Pardal Monteiro, feitas no mesmo sentido. As acusações sucediam-se em expressões como: "não há união, nem parece haver ideal!", "continuamos dispersos, desconjuntados", "molesas", "indiferença", "comodismo", "inconsciência!..." (150). Pedia-se mesmo um "milagre" para o ano de 1946: "dar a cada um de nós a verdadeira compreensão da extensão dos nossos deveres, em relação aos outros e a nós próprios" (151). Mas, e como se verá, este apelo lançado por Cottinelli Telmo no início da sua presidência do Sindicato, só se concretizará no final do seu mandato. Não era então o tal *milagre*, mas talvez antes, uma consciência outra que emergia daqueles que ele próprio denominava de "uma legião de sombras". (152)

Apesar de não se realizarem eleições para os órgãos sindicais, a Direcção apresentou o seu Relatório anual, referente a 1946, mas datado de 31 de Dezembro de 1947. Os assuntos aí descritos não diferem em muito de todos aqueles que até agora foram focados. O Sindicato Nacional dos Architectos, que atingiu então o total de 101 inscritos, manteve o mesmo tipo de relações, por exemplo, com a Câmara Municipal de Lisboa: nomeou representantes para os júris dos Prémios Valmor e Municipal de Architectura, indicou Veloso Reis Camelo como seu delegado à comissão criada por aquela Câmara para "concretizar a orientação a seguir pelos architectos na elaboração de projectos destinados às zonas residenciais" (153), viu sem efeito o seu pedido no sentido de serem coligidas e publicadas as disposições e normas criadas à margem do Regulamento Geral da Construção Urbana.

O Sindicato também se fez representar por Pardal Monteiro, a pedido do subsecretário de Estado das Obras Públicas, engenheiro Ulrich, numa comissão por este formada para realizar um "estudo do carácter a imprimir às construções das cidades e vilas do País" (154). Vários organismos oficiais contactaram ainda o Sindicato para o efeito do preenchimento de vagas, como a Direcção Geral do Fomento Colonial afecta ao Ministério das Colónias, para um lugar na Repartição Técnica da Câmara Municipal de Luanda (155) e também a Repartição do Pessoal Civil Colonial, para um lugar de architecto na Direcção do Serviço de Obras Públicas no Estado da Índia, pedido que ficou depois sem efeito uma vez efectuado um contrato com um indivíduo estranho ao próprio Sindicato. (156)

Embora Pardal Monteiro estivesse agora com o cargo de presidente da Mesa da Assembleia Geral do Sindicato, ele continuou a colaborar com a Direcção no sentido de dinamizar a vida associativa, sobretudo na sua vertente cultural. Assim, e a seu convite, tiveram lugar na Sociedade Nacional de Belas Artes, duas conferências sobre urbanismo realizadas pelo professor César Cort, a primeira das quais foi presidida pelo engenheiro Cancela de Abreu, ministro das Obras Públicas

e Comunicações. Dado o conferencista ser o presidente da Federación de Urbanismo y de la Vivienda, foi então tratada a organização da 2ª Reunião Luso-Espanhola de Arquitectos, sendo nomeada uma comissão, da qual faziam parte membros da Direcção do Sindicato e ainda L. Cristino da Silva e I. Peres Fernandes e que estabeleceu o programa da referida reunião.

Por fim, importa ainda referir um pedido de alguns sócios para que a Direcção do Sindicato tivesse uma intervenção junto da Escola de Belas Artes de Lisboa, a fim de que "se contratassem técnicos de reconhecida categoria internacional para iniciarem a regência" das recém criadas cadeiras de Urbanismo. Esta exposição, segundo era afirmado no Relatório era feita "em termos de não constituir melindre" para os professores que então regiam essa matéria e a Direcção concordava "com a ideia de prestigiar o mais possível o referido curso". Contudo, resolveu aguardar "melhor oportunidade, não encontrando solução de ordem prática que atingisse objectivamente o fim em vista sem constituir uma crítica às nomeações feitas por S.Exa. o Ministro da Educação Nacional". (157)

Dois assuntos mereceram especial destaque no Relatório da Direcção referente a 1947: a 2ª Reunião Luso-Espanhola de Arquitectos (158) e o anúncio da realização do 1º Congresso Nacional de Arquitectura. Este último, apresentado à classe como uma ideia da Direcção, aspecto que será retomado e abordado detalhadamente em ponto específico, foi aprovado em Assembleia Geral "depois de alguns mal entendidos, que vieram a ser esclarecidos" (159), sendo para o efeito nomeada uma comissão executiva, presidida, tal como a Direcção do Sindicato, por Cottinelli Telmo.

A "eterna questão" dos concursos, como então era designada no Relatório, voltou a ser referida a propósito do concurso organizado pela Empresa das Águas do Gerez para o ante-projecto de um hotel. Face às condições impostas no seu programa a Direcção negou-se a nomear representante ao júri do mesmo. Contudo, e porque

não era sua intenção "entravar a iniciativa", procurou deliberadamente "não dar conta oficial do sucedido aos architectos nomeados já por outros organismos". (160)

O Sindicato continuava a assegurar as suas representações nos júris dos prémios Valmor e Municipal de Architectura e na Comissão do Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros. Esta última organizou a 1ª Reunião Olisiponense, na qual participou Cottinelli Telmo. (161)

A realização próxima no 1º Congresso Nacional de Architectura serviu de mote para as conclusões deste Relatório no qual a Direcção esperava novamente "um milagre", isto é, que a nova Direcção pudesse "sentir um pouco mais de calor daquela colaboração que não consiste apenas em pagar as quotas e dizer que sim com a cabeça a tudo o que ela faça de bom - e de mau - (...)". Apelava-se aos sócios para que tomassem "a peito" a representação no Congresso, colaborando com "teses e comunicações", porque só "juntos e organizados como estamos, representamos um acorde que se ouve e não vozes dispersas bradando no deserto". (162)

Efectivamente, durante 1948 tiveram lugar o 1º Congresso Nacional de Architectura, o 2º Congresso Nacional de Engenharia e a exposição oficial "15 Anos de Obras Públicas: 1932-1947". Se tais acontecimentos ganham mais amplo significado quando lidos no seu conjunto, eles também não perdem em pertinência se abordados individualmente. Para os architectos, o seu primeiro congresso era efeito e causa das transformações profundas que então ocorreram no seio do seu Sindicato. Esta reunião magna que entre outros permitiu o também primeiro encontro entre colegas do Norte e do Sul, teve lugar quando se dera já uma inflexão determinante no rumo e na prática associativa. De alguma forma tinha-se dado o tal *milagre* tão ansiosamente esperado por Cottinelli Telmo, só que trazendo para as primeiras filas figuras outras que, de certo, não as do seu desejo.

A 9 de Março de 1948 eram eleitos numa das Assembleias Gerais mais concorridas de sempre - participaram 50 sócios o que representa cerca de 50% dos inscritos no Sindicato (163) - e para a Direcção, Keil Amaral, depois designado seu presidente, I. Peres Fernandes, Dario S. Vieira e João Simões, continuando Pardal Monteiro como presidente da Mesa da Assembleia Geral. Entretanto, entre 28 de Maio e 4 de Junho, decorreu o 1º Congresso Nacional de Arquitectura, sendo ainda Cottinelli Telmo o presidente em exercício que veio a falecer a 18 de Setembro do mesmo ano. Assim, a tomada de posse da nova Direcção só teve lugar em 23 de Novembro, tendo esta iniciado a sua actividade a 9 de Dezembro. Devido a estes factos, nada de concreto foi realizado durante 1948, ano em que os corpos gerentes eleitos se mantiveram na expectativa.

Contudo, e pela leitura do Relatório da Direcção de 1948 e 1949, é evidente a mudança da estrutura sindical em termos de linguagem, objectivos, prioridades e iniciativas. Aliás, era explicitado em relação a estas que a Direcção teve a preocupação de que fossem "de carácter associativo e cultural" e que "despertassem nos sócios um maior interesse por todos os problemas profissionais", transformando assim o Sindicato "num organismo vivo e construtivo pela colaboração activa de todos". E é então que pela primeira vez se pode ler num Relatório da Direcção que "esse objectivo foi plenamente atingido", registando-se "com satisfação que a Classe o compreendeu inteiramente, prestando a sua melhor colaboração e apoio à Direcção". (164)

Assim, estes novos corpos gerentes, em 1949, aplicaram subsídio oficial recebido aquando da realização do 1º Congresso Nacional de Arquitectura em trabalhos de beneficiação da sede social; instalaram a Biblioteca; organizaram um programa de recepção a um grupo de arquitectos e urbanistas brasileiros de visita a Portugal; reforçaram as relações com a Direcção da Sociedade Nacional de Belas Artes e com o objectivo de promoverem o intercâmbio cultural entre ambos os organismos, Keil Amaral realizou aí uma palestra sobre Museus, tema "de interesse para todos

os artistas portugueses e não somente para os architectos" (165); nomearam sócios honorários Auguste Perret, Pierre Vago, Sir Patrick Abercrombie, Le Corbusier, Lucio Costa, Frank Lloyd Wright e W.M. Dudok, architectos de grande projecção internacional e claramente vinculados à prática da Architectura modernista, inflectindo assim o sentido até então conferido a este título honorífico do Sindicato; procuraram obter junto do Instituto para a Alta Cultura o patrocínio e subsídio para "missões" constituídas por jovens architectos "cuja finalidade seria a recolha, classificação e publicação de elementos peculiares à architectura portuguesa nas diferentes regiões do país" (166), no que não foram bem sucedidos; tentou relançar a revista do Sindicato.

Se estas foram opções mais genéricas de âmbito associativo e cultural, outras foram tomadas quanto ao exercício da profissão de forma a permitir o envolvimento do maior número de architectos nos trabalhos do Sindicato, aumentando assim o poder de acção da Direcção. Assim, foram nomeadas várias comissões "para se ocuparem de levar a cabo, em íntima colaboração com aquela, tarefas importantíssimas, algumas herdadas do 1º Congresso Nacional de Architectura e outras de reconhecido interesse para a Classe, desde que ela existe" (167). Eram criadas duas comissões organizadoras - uma de palestras e debates profissionais (168) e outra da biblioteca (169) - duas de estudo - do regulamento de honorários (170) e da reforma do ensino de Architectura (171) - e, por fim, a comissão de remodelação dos Estatutos. (172)

Tendo conhecimento da preparação do Regulamento Geral para as Construções Urbanas, a Direcção solicitou ao ministro das Obras Públicas que o Sindicato "fosse ouvido, dada a importância que tal instrumento viria e virá a ter no exercício da profissão" (173), pedido que foi atendido. O projecto do referido Regulamento foi discutido em sete Assembleias Gerais sucessivas durante todo o mês de Abril (174), na generalidade e especialidade, sendo a Direcção incumbida de redigir as

objecções finais que foram depois entregues pessoalmente ao presidente do Conselho Superior de Obras Públicas. (175)

O Regulamento do exercício da profissão foi também um dos motivos de preocupação desta gerência. Este assunto, após ter sido discutido em Assembleia Geral foi levado, a título de "conversa particular", ao presidente da Ordem dos Engenheiros "a fim de estudar em conjunto com aquele organismo um Regulamento futuro, no qual fossem inteiramente respeitados os direitos dos profissionais das duas classes" (176), aliás e como era também referido, à semelhança do que já tinha feito Pardal Monteiro, enquanto presidente do Sindicato.

Omitidos aspectos de menor relevo, esta foi a actividade desenvolvida durante oito meses pela Direcção presidida por Keil Amaral, isto é, desde que tomou posse até ter sido retirada àquele a sanção oficial do exercício das suas funções sindicais por despacho do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social (177). Tal decisão era baseada no teor do Decreto Lei nº 23.050 que criou os Sindicatos Nacionais, no qual era explícito que os dirigentes sindicais eram pessoas que "davam garantias de cooperar com o Estado na realização da ordem social estabelecida e no desempenho das funções políticas que a lei confia aqueles organismos". (178)

Expressões como "mágoa" e "surpresa" registam este facto no Relatório da Direcção que, de acordo com a decisão tomada por unanimidade em Assembleia Geral, dirigiu uma exposição ao subsecretário de Estado atrás referido, solicitando-lhe a reintegração de Keil Amaral "no lugar que com tanto brilho, prodiciência e desinteresse vinha desempenhando" (179), o que nunca veio a ser concedido.

Contudo, e porque à data da conclusão do Relatório em questão, tal resposta ainda não tinha sido dada, existindo ainda uma certa expectativa, a Direcção considerava-se "mutilada", não sendo "fácil 'enxertar-lhe' um elemento novo sem

prejuízo para a sua coesão, e portanto, para a sua eficiência". Neste sentido, os seus elementos consideravam que se Keil Amaral não fosse reconduzido "o seu caminho, a bem da Classe, será demitir-se para ceder lugar a um novo conjunto de elementos que, certamente melhor do que os actuais, poderá gerir a vida do Sindicato". Segundo era ainda afirmado, nesta posição não havia "azedume ou galhardia", sendo antes "o reconhecimento de factos incontestáveis, cujas repercussões se têm feito sentir através de imponderáveis, nas Assembleias Gerais realizadas após o impedimento do colega Keil Amaral". (180)

Contudo, a 29 de Maio de 1950, realizava-se uma Assembleia Geral para eleger um novo membro para a Direcção que só veio a tomar posse em Novembro desse mesmo ano, eleição que recaiu sobre Alberto José Pessoa.

Em traços gerais procurou-se caracterizar a actividade desenvolvida pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos entre 1934 e 1950, balizas cronológicas que definem um momento fundamental da história deste organismo e dos profissionais que congregava. Ou seja, tais marcos permitiram passar em revista cerca de quinze anos de vida associativa desde que tomou posse a primeira Direcção sancionada pelo Subsecretariado das Corporações e Previdência Social até ao fechar de um ciclo de vida sindical que terminava com o retirar da sanção oficial a um dos membros eleitos para a Direcção. Mais do que um gesto burocrático, este facto representou a primeira intervenção directa do poder no seio da classe que implicou a interrupção de um novo rumo incutido à vida do Sindicato por um grupo de arquitectos, mais ou menos jovens, mas claramente com uma outra consciência profissional que não aquela que ditou até então a sua intervenção. Contudo, e como se verá, este caminho então iniciado revelou-se irreversível devido, entre outras razões, à sua consonância com mais vastas e complexas movimentações de oposição ao Estado Novo.

Duas linhas principais parecem ser possíveis de seguir e que geram, por sua vez, movimentos centrípetos e centrífugos, ou seja, determinadas questões centram-se somente no arquitecto enquanto elemento participativo de uma estrutura de classe que tem as suas especificidades organizativas, outras, de maior alcance, inserem esse técnico num contexto social, económico e cultural e, sendo referentes ao exercício da profissão são, inevitavelmente, perpassadas pelas condições que o viabilizam, solicitando-o, rejeitando-o ou marginalizando-o.

Mas, e como se procurou demonstrar, um fio condutor permaneceu como pano de fundo das principais reivindicações dos arquitectos portugueses e que, adaptando-se aos sucessivos interlocutores e actualizando as suas formulações, se mantiveram, no essencial, as mesmas que foram desencadeadas pela Sociedade dos Arquitectos Portugueses e herdadas por via directa pelo Sindicato.

Equacionando as questões fundamentais contidas nos Relatórios das Direcções associativas, cinco vectores dominantes são passíveis de estabelecer, funcionando estes como linhas de aprofundamento do que até agora foi enunciado:

- a atitude dos arquitectos perante o seu organismo de classe;
- as várias tentativas de dinamização da vida associativa com o claro intuito de dar a conhecer a actividade destes à sociedade em que se inserem, espécie de ilustração de um discurso teórico pouco inteligível e das quais se destaca a realização do 1º Congresso Nacional de Arquitectura e a publicação do Anuário da Sociedade dos Arquitectos Portugueses e a revista oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos;
- a definição do estatuto profissional a par da defesa do uso do título e do exercício da profissão de arquitecto que foi adquirindo diferentes pertinências de acordo com as várias confrontações criadas e viabilizadas pela sua inserção social, cultural e profissional;

- a questão dos concursos públicos de arquitectura e urbanismo que, através dos seus regulamentos, propõem programas concretos em torno dos quais se exercita uma experiência e saber profissionais e dos quais pode sair mais ou menos lesada, de acordo com o promotor, a imagem do arquitecto;

- e por último, o relacionamento institucional decorrente do próprio reconhecimento oficial da profissão, no qual se diluiu o peso do encomendador particular face ao Estado e que se vai tornando mais complexo à medida que se complicam e diversificam as iniciativas centralizadas nesse mesmo Estado.

É deste grupo de questões que se falará a seguir.

2.1. Dinamização cultural, relações internacionais e congressos

Pela descrição dos trabalhos associativos até à constituição do Sindicato (181), pode constatar-se que foram escassas as iniciativas de dinamização cultural empreendidas pelas sucessivas direcções da Sociedade dos Architectos Portugueses, tal como foram limitadas as relações internacionais estabelecidas com organismos congéneres, apesar da participação em congressos internacionais, presença cedo interrompida mais por força de circunstâncias alheias à classe do que pela demissão desta ou pelo desinteresse por estes encontros.

Após a constituição do Sindicato, como se verá mais adiante, novo e diferente impulso foi dado nestes domínios, ainda que as formulações propostas fossem idênticas às anteriores: exposições, palestras, intercâmbios com organizações profissionais estrangeiras, congressos internacionais. Se por este tipo de dinamização da vida associativa perpassaram sempre preocupações de índole formativa e informativa, é necessário realçar que aquelas procuravam ser uma forma das Direcções, pelo menos tentarem, trazer os sócios à sede social ou ainda de os fazer participar directamente solicitando a sua colaboração. Porém, e pela leitura das actas da Direcção, verifica-se que tais assuntos mereceram maior atenção e até mesmo maior empenhamento com vista à sua concretização, após a eleição de Pardal Monteiro para presidente do Sindicato Nacional dos Architectos. Até então são esporádicas as referências localizadas, enunciando propostas que não tiveram qualquer continuidade. Neste sentido, em 1934, era mencionado o contacto com o Instituto dos Architectos do Brasil (182) e, em 1935, o Congresso Internacional de Architectos, a realizar em Roma (183). Ainda naquele ano era referida "uma exposição de obras realizadas para o Estado ou com a sua comparticipação", a ter lugar no Sindicato (184), proposta apresentada à Direcção

por Carlos Ramos a que, curiosamente, o Relatório final de gerência não faz qualquer alusão. (185)

Em 1936, Pardal Monteiro, dando continuidade a um contacto estabelecido pelo anterior presidente do Sindicato, expôs aos seus colegas a conveniência e interesse em trazer a Lisboa uma exposição itinerante de arquitectura francesa contemporânea (186). Neste sentido, foram estabelecidos contactos com o Instituto Francês em Portugal que por sua vez sugeriu a possibilidade de se efectuar na capital uma outra exposição de arquitectura colonial francesa, o que mereceu a concordância da Direcção (187). Posteriormente, Pardal Monteiro deu conhecimento da "correspondência particular que recebeu do Director da Revista 'L'Architecture d'Aujourd'hui' a propósito da possibilidade da realização duma exposição de Arquitectura Francesa Contemporânea em Lisboa" (188), o que deu origem a um novo contacto, desta vez com o ministro de França (189). Porém, e apesar da intervenção do vice-presidente do Conselho Superior de Belas Artes, "não teve o caso mais andamento, apesar da persistência com que o então representante do Sindicato nesse organismo [Pardal Monteiro], dele tratou" (190), sobretudo devido ao facto do "ciclo dessa exposição" ter entretanto terminado e o "organismo que dela tratava já não tinha verba para recomeçar". (191)

No seu Relatório de final de gerência, a Direcção informava os sócios que "fez quanto pôde para fazer reviver esta ideia que morrera por falta de continuidade de intervenção por parte dos organismos oficiais (192) e viu-se obrigada a desistir dela por manifesta impossibilidade de chegar a qualquer resultado prático" (193). Os frustrantes resultados das diligências feitas em torno desta exposição têm, no entanto, um duplo significado. Por um lado, ela nunca se realizou, por outro tal situação impediu que fossem concretizados objectivos outros que desde o início estiveram na mente de Pardal Monteiro, pois com a realização da exposição de arquitectura francesa contemporânea aquele pretendia "estimular e animar os arquitectos portugueses a prepararem-se para uma demonstração das suas

possibilidades profissionais com a realização duma exposição das produções nacionais, facilima de se conseguir com um sacrificio mínimo, porquanto as exposições actuais de arquitectura se limitam, em regra, à apresentação de ampliações fotográficas, e de raros desenhos, de que a exposição de arquitectura francesa seria um exemplo animador". (194)

Os trabalhos preliminares para a realização de uma exposição de "Arte Mural" tiveram ainda início no primeiro mandato de Pardal Monteiro (195). Tratava-se de uma iniciativa que resultaria num "movimento que interesse a todos os Artistas no sentido de se realizar uma demonstração das possibilidades de colaboração efectiva dos pintores e escultores com os architectos, na decoração dos edificios públicos e particulares", sendo para o efeito, e desde logo, contactado o presidente da Sociedade Nacional de Belas Artes (196), que deu a sua concordância a tal assunto. Para a concretização daquela exposição foi redigida uma representação dirigida ao ministro da Educação Nacional, cujo teor se desconhece, bem como foi constituída uma comissão organizadora da exposição, composta por Pardal Monteiro, Jorge Segurado e V. Reis Camelo (197), tendo este último ficado encarregue de elaborar as suas bases. (198)

Só perto do final do ano o assunto voltou a ser retomado, sendo estabelecido que até 30 de Novembro de 1936 deveriam ser entregues os boletins de inscrição na exposição que seria inaugurada a 20 de Janeiro do ano seguinte (199). Mas, cerca de um mês depois foi resolvido em reunião de Direcção convocar a Comissão Organizadora da exposição a fim daquela ser adiada para Outubro ou Novembro de 1937, sem que sejam apontadas quaisquer razões (200). Estas são esclarecidas no Relatório da gerência de 1936 que enuncia as principais dificuldades encontradas para ser cumprida a calendarização inicial: "falta de tempo por parte de alguns artistas para prepararem os trabalhos que desejavam enviar à exposição; encomendas que outros receberam do Secretariado da Propaganda Nacional para

o Pavilhão de Portugal na Exposição de Paris; conveniência de alugar os salões da Sociedade Nacional de Belas Artes para as festas do Carnaval; etc.". (201)

A continuidade deste assunto ficou assegurada pois Pardal Monteiro permaneceu no cargo de presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos em 1937. Assim, em Março desse ano foram reactivados os trabalhos conjuntos com a Sociedade Nacional de Belas Artes, a fim de realizar a exposição em Novembro (202). Porém, cerca de um mês antes da data prevista para a sua abertura, a Direcção daquela Sociedade enviou um ofício à Direcção do Sindicato comunicando que "apenas foram entregues cinco boletins" de inscrição (203), facto que levou à convocação de nova reunião da Comissão Organizadora. No final do ano a situação era de "expectativa, pois numa recente reunião da respectiva Comissão foi resolvido fazer um inquérito entre os artistas, em virtude do qual se decidirá efectuar ou desistir de efectuar essa Exposição" (204). Por não existirem mais referências a esta iniciativa pode deduzir-se que, efectivamente, a exposição de Arte Mural nunca se chegou a realizar devido à falta de participantes (205). Por outro lado, parece importante salientar que a preparação daquela coincidiu com os primeiros trabalhos, também por parte da Direcção, conducentes à publicação da revista do Sindicato que, como se verá mais adiante, mobilizaram quase todos os seus elementos.

Foi novamente Pardal Monteiro que em 1939 propôs a realização de uma exposição nacional de arquitectura a efectuar simultaneamente com 1º congresso nacional de arquitectos, iniciativas então apresentadas pela Direcção do Sindicato no sentido de dar uma participação efectiva no programa geral das comemorações do duplo centenário da fundação e restauração da nacionalidade que teriam lugar em 1940 (206). Dada a estreita relação entre a exposição e o congresso, a ela se voltará com maior detalhe.

No ano seguinte foi ventilada a possibilidade de se realizar em Lisboa uma exposição de arquitectura brasileira, embora tal assunto não volte a ser mencionado (207). Em 1942, nova exposição é referida nas reuniões da Direcção, não se tratando de uma proposta interna, mas de um pedido de patrocínio dirigido a Pardal Monteiro pelo Dr. Roth, director dos serviços culturais do Instituto Alemão, para "uma grande exposição de arquitectura alemã, a realizar em Novembro, na Sociedade Nacional de Belas Artes", a que o Sindicato só deu a sua concordância após ter pedido o parecer do governo, então dado pelo subsecretário de Estado das Corporações (208). Porém, a concessão de tal patrocínio tem aspectos algo curiosos como sejam a ausência desta referência no catálogo-livro da exposição (209) e o número limitado de convites que foi dado ao Sindicato para a inauguração (210), decerto importante, pois contava com a presença do arquitecto Albert Speer, então Inspector Geral do Urbanismo de Berlim e autor de muitas das obras expostas. Estas imagens exportadas para a Europa em tempo de guerra, de proporções monumentais, rígidas e austeras, contrastavam com a escala diminuta dos projectos nacionais promovidos pelo Estado Novo. Mas, curiosamente, tal exposição não foi alvo de quaisquer referências na revista do Sindicato. (211)

O falecimento do Mestre J. Luís Monteiro, a 27 de Janeiro de 1942, foi o pretexto para a Direcção propôr a organização de uma exposição dos seus trabalhos, pretendendo assim homenagear aquele que foi o presidente Honorário do Sindicato. A questão foi adiada, sendo então contactado o presidente da Academia Nacional de Belas Artes a fim da Direcção ter conhecimento do que aí se pretendia fazer no mesmo sentido e sugerindo a conjugação das iniciativas (212). Porém, tal assunto só voltou a ser referido no ano seguinte, quando L. Cristino da Silva e G. Rebelo de Andrade foram convidados pela Direcção para organizarem a referida exposição (213). Por "divergências surgidas entre o prof. Cristino da Silva e o Director da Escola de Belas Artes", a Direcção resolveu "deixar passar algum tempo e retomar o assunto mais tarde, o que fez há pouco", convidando a Direcção

da Sociedade Nacional de Belas Artes e o presidente do Conselho Escolar da Escola de Belas Artes de Lisboa, a nomearem delegados para, em conjunto com os do Sindicato, organizarem o programa da exposição e das homenagens à memória de Mestre Monteiro (214). Contudo, tais iniciativas não voltaram a ser referidas sendo mesmo a última exposição de que se encontrou registo em Actas da Direcção e de Assembleias Gerais para o período em estudo, enquanto iniciativa interna e autónoma. Como se verá, outras foram propostas mas funcionando sempre como uma espécie de ilustração a actividades de maior amplitude e projecção, como sejam as reuniões conjuntas com os arquitectos espanhóis. (215)

Mobilizando os seus esforços no âmbito da dinamização da vida cultural do Sindicato em torno da preparação de exposições e da edição da revista, só em 1939 a Direcção patrocinou uma conferência por sugestão do próprio conferencista. Com efeito, foi o Instituto para a Alta Cultura que informou a vinda a Portugal de Girolamo Ippolito, professor da Universidade de Nápoles e da Escola de Arquitectura da mesma cidade e que tinha manifestado o desejo de realizar "sob os auspícios" do Sindicato Nacional dos Arquitectos uma conferência, ideia que foi desde logo bem acolhida pela Direcção (216). Tal palestra, que teve também a colaboração do Instituto de Cultura Italiana, veio de facto a realizar-se e foi subordinada ao tema "Arquitectura e Hidráulica" (217). Outra conferência mereceu igualmente referência em Acta da Direcção durante 1939: a proferida por Pardal Monteiro na Ordem dos Engenheiros, a convite do seu Conselho Directivo, "facto que representa uma etape a registar na história das relações entre arquitectos e engenheiros" (218), e intitulada "A colaboração de Arquitectos e Engenheiros na Arquitectura Moderna". (219)

Foi por ocasião da presença brasileira na Exposição do Mundo Português que tiveram início contactos mais regulares com aquele país, que desde logo se concretizaram numa conferência do representante do governo brasileiro às Comemorações Centenárias, Dr. Augusto de Lima Junior, versando a "Arquitectura

Portuguesa no Brasil" (220). Na mesma altura, o Instituto Francês em Portugal contactava o Sindicato para este patrocinar uma palestra do arquitecto Charles Siclis, sobre a "Arquitectura dos Teatros" (221). Ambas as conferências tiveram lugar na Sociedade Nacional de Belas Artes.

Pela leitura das Actas da Direcção verifica-se que entre 1943 e 1944 os seus esforços se concentraram em torno da representação portuguesa à 1ª Reunião Luso-Espanhola de Arquitectos, em Madrid e ao II Congresso da Federación del Urbanismo y de la Vivienda, na mesma cidade, assunto que se falará mais adiante. Porém, importa desde já reter que tais acontecimentos surtiram um efeito bastante positivo no seio da classe que, reunida em Assembleia Geral, delegou na Direcção a tarefa de tentar organizar um ciclo de conferências sobre Arquitectura e arquitectos e uma exposição de Arquitectura portuguesa (222). Procurando saber quais os sócios interessados em participar naquelas iniciativas, a Direcção enviou uma circular, cujas respostas ficaram bastante aquém das expectativas. (223)

A publicação de três importantes decretos durante 1944 respeitantes a questões de urbanismo (224), prevendo todos eles a intervenção de arquitectos, levaram a Direcção do Sindicato a defender a criação de cursos de urbanismo para aqueles técnicos. Por outro lado, após a realização do III Congresso da Federación del Urbanismo y de la Vivienda, alguns sócios sugeriram a Pardal Monteiro a "realização dum pequeno curso particular de urbanismo, no Sindicato, limitado aos sócios que nele se inscrevessem" (225). Resultado da conjugação destes dois factores, a Direcção contactou Cesar Cort, professor de Urbanologia na Escola Superior de Arquitectura de Madrid e Etienne de Groer, antigo professor do Instituto de Urbanismo de Paris (226), convidando-os a realizar uma série de conferências-lições sobre urbanismo, de acordo com a proposta apresentada ao presidente da Direcção, tendo ambos anuído colaborar gratuitamente com o Sindicato. (227)

Os pormenores destas conferências-lições foram discutidos em Assembleia Geral, tendo-se então gerado alguma polémica em torno da categoria curricular que aquelas deveriam ter. Neste sentido, Keil Amaral defendeu "que se não deve dar o carácter de curso a estas conferências", enquanto que Pardal Monteiro sugeriu que "no caso do governo criar um curso de emergência de urbanismo na Escola de Belas Artes o Sindicato fará uma série de lições, com autorização das entidades competentes. No caso daquele curso não ser criado pedirá que o Curso do Sindicato seja sancionado pelo governo". Contra esta última ideia esteve L. Cristino da Silva que "disse ser sua opinião que no caso de falhar a tentativa para criação temporária dum curso nas Escolas de Belas Artes nunca se poderá aplicar a categoria de curso às lições a efectuar no Sindicato, pois para isso teria de haver uma organização pedagógica, o que não pode existir numa série irregular de lições", o que mereceu a concordância de Keil Amaral. Após esta troca de pontos de vista foi posto à votação o seguinte: "(...) se no caso de falhar a tentativa de criação de um curso de emergência a série de conferências dos professores Cesar Cort e Groer deve ser patrocinada pelo Ministério da Educação Nacional. Assim foi resolvido por maioria". O custo de inscrição, após curto debate, foi fixado em 500\$00 (228). De acordo com as decisões desta Assembleia, a Direcção enviou depois uma circular aos sócios em plena efectividade de direitos, únicos participantes autorizados a assistir às conferências-lições sobre urbanismo, dando os pormenores organizativos daquelas (229) cujos resultados concretos se desconhecem.

Porém, nessa mesma reunião de Direcção, Pardal Monteiro informou os colegas do teor de uma recente entrevista que teve com o ministro da Educação Nacional que versou a criação de um curso de urbanismo nas Escolas de Belas Artes. O ministro mostrou-se receptivo a tal proposta solicitando ao presidente da Direcção do Sindicato que elaborasse "o projecto de Decreto no sentido de dar satisfação às aspirações da (...) classe naquele campo" (230), tendo-se pouco tempo depois

realizado nova entrevista (231). Todo este processo foi extremamente rápido pois na reunião de 26 de Março de 1945 a Direcção "congratulou-se com a publicação do Decreto, nos jornaes de vinte e quatro do corrente, por ela apresentado, no mês de Fevereiro, a Sua Excelência o Senhor Ministro da Educação Nacional, criando nas Escolas de Belas Artes de Lisboa e Porto, no Curso Superior de Architectura, as cadeiras de Urbanismo" (232). Esta foi a última missão desempenhada por Pardal Monteiro enquanto presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos.

A primeira gerência presidida por Cottinelli Telmo desistiu assumidamente "de tentar o que quer que fosse" no sentido de organizar conferências no Sindicato, alegando o desinteresse até então manifestado pelos sócios (233). No entanto, um imprevisto fez com que Pardal Monteiro realizasse uma palestra subordinada ao tema "O Problema Português da Habitação Económica em Lisboa", assunto então considerado de "grande oportunidade e alcance" e que "teve o êxito que era de esperar, dada a categoria do conferencista". (234)

Apesar do Sindicato ter desistido das projectadas conferências-lições de Urbanismo, uma vez abertas as matrículas na Escola de Belas Artes para o Curso de Urbanologia (235), Cesar Cort, em 1946, realizou na Sociedade Nacional de Belas Artes, a convite do Sindicato Nacional dos Architectos, duas conferências cujos temas não são especificados. (236)

Um impulso decisivo no âmbito da dinamização da vida associativa através de iniciativas de indole cultural foi dado pela gerência de 1949, parcialmente presidida por Keil Amaral, já após a realização do 1º Congresso Nacional de Architectura que, devido à sua importância foi deliberadamente excluído deste inquérito sendo alvo do capítulo seguinte. No intuito de "interessar directamente um maior número de architectos nos trabalhos do Sindicato e ampliar a acção da Direcção", foi resolvido em Assembleia Geral nomear várias comissões para se "ocuparem de

levar a cabo, em íntima colaboração com aquela, tarefas importantíssimas, algumas herdadas do 1º Congresso Nacional de Arquitectura e outras de reconhecido interesse para a Classe, desde que ela existe". (237)

Neste sentido foi formada uma "comissão organizadora de palestras e debates profissionais", constituída por Alberto J. Pessoa, R. Chorão Ramalho e José Segurado. O seu trabalho mereceu especial referência no Relatório da Direcção que se congratulou "com o êxito obtido pelas realizações desta Comissão, dado o grande interesse que despertaram na maioria da Classe, que afluíu e interveio vivamente em todas as sessões", apesar da sua actividade se encontrar "periodicamente suspensa" (238). Tinham-se efectuado sete conferências versando temáticas pontuais directamente relacionadas com a actividade profissional, contrariando o carácter generalista das até então realizadas. A primeira daquelas foi proferida por I. Peres Fernandes ("Colaboração do arquitecto nos projectos de pontes"), a segunda por Fernando Mesquita ("Uma unidade residencial"), a terceira por P. Cunha ("Uma missão profissional em África"), a quarta por Pardal Monteiro ("Sanatórios para tuberculosos; estudo de um caso concreto"), a quinta por Carlos C. Ramos ("A Praça do Marquês de Pombal") e a última por Arménio Losa, do Porto ("A urbanização de Vila Nova de Gaia") (239). Todos os conferencistas foram participantes activos no 1º Congresso Nacional de Arquitectura.

Como se verá, as relações estabelecidas pelo Sindicato com organismos congêneres limitaram-se, salvo algumas questões pontuais que a seu tempo serão referidas, ao Royal Institut of British Architects (R.I.B.A.), com sede em Londres, ao Instituto dos Arquitectos do Brasil e aos arquitectos espanhóis, organizados em torno de uma estrutura vocacionada para as questões urbanísticas e da habitação.

Os contactos estabelecidos com Inglaterra tiveram sempre um carácter mais de prestígio associativo do que propriamente de intercâmbio de experiências

profissionais (240). Neste sentido, importa referir a solicitação feita pelo R.I.B.A. para que o Sindicato lhe fornecesse os nomes de três sócios - "de comprovado valor" - para serem nomeados sócios honorários do referido Instituto (241), escolha que foi então decidida por votação em Assembleia Geral. Esta veio a ter lugar a 27 de Fevereiro de 1936, coincidindo com a eleição dos novos corpos sociais do Sindicato, tendo a escolha dos presentes recaído em J. Luis Monteiro (7 votos), António do Couto (7 votos) e L. Cristino da Silva (9 votos). (242)

Tal como já foi referido, as relações entre arquitectos portugueses e brasileiros foram sobretudo expressivas a partir de 1940, resultantes da presença daquele país estrangeiro, aliás único, na Exposição do Mundo Português. Os interlocutores do intercâmbio luso-brasileiro foram inicialmente Augusto de Lima Junior, delegado do governo brasileiro às festividades das Comemorações Centenárias e o embaixador do Brasil em Portugal, sendo os contactos posteriores estabelecidos directamente com Nestor de Figueiredo, presidente do Instituto dos Arquitectos do Brasil. Tais relações cimentaram-se desde logo com a nomeação de Pardal Monteiro para sócio honorário daquele Instituto (243) - "honra que não lhe é exclusivamente dedicada, mas sim à classe que representa", segundo o homenageado -, na já mencionada conferência do Dr. A. de Lima Junior, numa entrevista concedida por Pardal Monteiro aos jornais brasileiros "sobre o problema do intercâmbio entre as duas nações" e na qual "focou o desejo de franca aproximação cultural entre Portugal e o Brasil, no campo artístico" e, ainda na nomeação de Nestor de Figueiredo para sócio honorário do Sindicato Nacional dos Arquitectos (244), cujo diploma foi entregue, a pedido de Pardal Monteiro, por Gastão de Bettencourt, jornalista e colaborador do Secretariado da Propaganda Nacional. (245)

Todavia, parece que tal intercâmbio luso-brasileiro perdeu o seu ímpeto inicial pois só em 1944 os arquitectos brasileiros foram de novo mencionados em Assembleia Geral, a par dos seus colegas britânicos. Propunha então a Direcção que fossem

"solicitados às Embaixadas de Inglaterra e do Brasil os nomes de architectos ingleses e brasileiros que devam ser propostos para sócios honorários" do Sindicato, revestindo tal intenção um carácter de "homenagem às corporações congêneres (...) naquelas duas Nações amigas" (246), o que foi aprovado por unanimidade. (247)

Em 1949, já durante a presidência de Keil Amaral, o Sindicato teve conhecimento através do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, da vinda a Portugal de um grupo de architectos e urbanistas brasileiros (248). Dada a falta de disponibilidade financeira do Sindicato e o curto período de tempo que houve para organizar essa recepção, foi necessário procurar "sem demora o concurso de vários organismos oficiais" (249), a fim de apoiarem o programa previsto e do qual não foram dados pormenores. Todavia, tais dificuldades não impediram que a Direcção se congratulasse com o "êxito da recepção aos architectos e urbanistas brasileiros que visitaram o nosso País". (250)

Importa ainda referir que aquela mesma Direcção, tinha já, significativamente, realçado a importância de que se revestia para a classe a visita de architectos estrangeiros a Portugal junto do ministro dos Negócios Estrangeiros. Segundo o seu ponto de vista, elas permitiam o estabelecimento de "contactos mais intimos" com colegas de outros países, evitando-se também "com a companhia e as informações de architectos portugueses, involuntárias inexactidões acerca do nosso país e das nossas obras". (251)

A discussão no seio do Sindicato da regulamentação do exercício da profissão bem como do uso ilegal do título de architecto, levaram a que em 1937 fossem solicitados a organizações internacionais congêneres "elementos sobre a protecção dos direitos de autor e de propriedade artística dos trabalhos de architectos nesses países" (252). Não se sabendo exactamente a quem é que tal pedido foi dirigido, há no entanto registo das respostas que vieram da parte do Comité Permanent des

Architectes e do R.I.B.A. (253), da Sociedade dos Arquitectos Holandeses (254), da Associação dos Arquitectos de Manitorá (Canadá), da Associação dos Arquitectos de New Brunswick (Canadá), do Instituto dos Arquitectos Americanos de Washington, da Academia de Arquitectos Dinamarqueses e do Royal Architectural Institut of Canada (255), da Sociedade Central dos Arquitectos de Buenos Aires (256), da Sociedade Suíça dos Engenheiros e Arquitectos (257) e ainda da Sociedade dos Arquitectos do Uruguai (258). Porém, apesar de ter sido recebida toda esta documentação, não há notícias objectivas através das quais seja possível aferir se foram daí retirados elementos e argumentos para o estudo regulamentar então em curso no Sindicato.

Se a importância dos contactos com outros colegas que em diversos continentes defendiam e lutavam por causas idênticas às suas foi, de alguma forma, uma preocupação constante dos corpos dirigentes do Sindicato Nacional dos Arquitectos, os resultados daqueles, sobretudo tratando-se de congressos internacionais, representavam uma relativa ameaça cultural, social e política, que não foi descurada pelo Estado Novo. No Decreto-Lei nº 23.050, referente à criação dos Sindicatos Nacionais, era vedada àquelas organizações a filiação em organismos internacionais bem como "a representação em congressos ou manifestações internacionais sem autorização do Governo" (259), fazendo assim jus ao "orgulhosamente sós", divisa do Presidente do Conselho defendida à letra contra tudo e contra todos.

Porém, tal disposição legislativa não impedia a circulação de informações que sempre chegaram ao organismo oficial dos arquitectos portugueses, nem a sua representação no Comité Permanente Internacional dos Arquitectos, do qual Pardo Monteiro era vogal permanente e cujo Bureau, devido à guerra, passou a partir de 1939 a ter sede em Lisboa, sendo então dirigido por aquele arquitecto. (260)

Logo que a Direcção recebeu a documentação relativa ao XIV Congresso Internacional de Architectos a ter lugar em Paris em Julho de 1937 e dado ser esta a última reunião antes das eleições para os novos corpos gerentes do Sindicato para 1938, aquela resolveu consignar em acta "o voto de que a nova Direcção resolva se o Sindicato deve fazer-se representar neste Congresso e em quem delegar esta representação e decidir sobre a comparticipação e interceder junto do governo solicitando a autorização regulamentar" (261). Todavia, tal voto podia ter sido dispensável pois Pardal Monteiro continuou como presidente da Direcção, sendo então nomeado pelo Ministério da Educação Nacional, por proposta do Instituto para a Alta Cultura, para representar oficialmente o Governo no XIV Congresso, sendo também nele delegada a representação do Sindicato (262), ficando assim assegurada a presença portuguesa. Tal colaboração das entidades oficiais deve ter influido para que logo no início de 1938 fosse solicitado ao Instituto para a Alta Cultura "a atribuição de subsídios" ao Sindicato "para se fazer representar em Congressos Internacionais e para viagens de estudo a realizar por architectos" sócios daquele organismo. (263)

Nos finais de 1938, chegava ao Sindicato a informação relativa ao XV Congresso Internacional de Architectos a realizar em Washington, em Setembro de 1939. À semelhança do procedimento para o Congresso anterior, a Direcção contactou o ministro da Educação Nacional solicitando quer a nomeação de delegados oficiais quer a atribuição de subsídio para os delegados do Sindicato (264). Só que desta vez os architectos não viram o seu pedido satisfeito: o Instituto para a Alta Cultura informou que "lhe não é possível subsidiar a ida à América do Norte de qualquer delegação portuguesa, para tomar parte no referido Congresso" (265). Porém, e devido à guerra, tal reunião foi adiada.

Tal como foi já mencionado, em 1940, intensificaram-se as relações entre architectos portugueses e brasileiros. Contudo, e na mesma altura, o Sindicato procurou entrar em contacto com o organismo congénere espanhol "com o fim de

tentar estabelecer o intercâmbio entre aquele país e Portugal", tendo então a Direcção solicitado ao embaixador de Portugal em Madrid que "facilitasse a aproximação com a entidade espanhola" com a qual se deveriam relacionar para o fim em vista (266). Mas tal não foi possível pois no seu Relatório final, os corpos directivos afirmavam que não tinham ainda obtido resposta do embaixador. (267)

Só dois anos após esta primeira notícia referente a Espanha é que tal assunto voltou às reuniões de Direcção, mas por via indirecta. Assim, em Março de 1943, Pardal Monteiro ainda presidente daquele órgão social do Sindicato, informava os seus colegas do teor de uma carta que recebera de G. Rebelo de Andrade: o arquitecto espanhol Pedro Muguruza, Director Geral de Arquitectura de Espanha manifestara o "seu desejo de que a próxima Assembleia de arquitectos de Madrid se converta em Assembleia Luso-Espanhola ideia que pelo seu alto significado e gentileza" parecia ao presidente da Direcção "dever merecer dos arquitectos portugueses o melhor acolhimento". Este comunicava ainda ter recebido posteriormente à carta de Rebelo de Andrade um telegrama do arquitecto espanhol pedindo para que tal convite fosse oficialmente aceite e informando "estar interessado na possibilidade de se realizar no Palácio Real da Academia de Belas Artes de D. Fernando, em Madrid, uma exposição de trabalhos de arquitectos portugueses". Desde logo entusiasmada por ambas as propostas, a Direcção enviou uma circular aos sócios, auscultando a sua disponibilidade. (268)

Cerca de um mês após terem tomado conhecimento deste assunto, o grupo de arquitectos que tinha respondido àquela circular manifestando o seu interesse em participar naquelas iniciativas - M. Jacobetty, Dario Vieira, Raul Tojal, Luís Benavente, V. Reis Camelo, Jorge Segurado, Carlos Ramos, Cottinelli Telmo, João Antunes, não comparecendo A. Gomes Êgea, também convocado - reuniram no atelier de Pardal Monteiro para trocarem impressões sobre a participação da classe na Assembleia Luso-Espanhola de Arquitectos. Parece importante reter desde já o facto desta reunião não se ter realizado na sede do Sindicato quando se tratava de

discutir um assunto que o envolvia como instituição oficial e representativa da classe, sobretudo tendo em conta o que, como se verá, ocorreu durante os debates preliminares do 1º Congresso Nacional de Arquitectura, ainda em 1947. Tal ficou apenas a dever-se a questões práticas de conveniência dos interessados? Ou foi antes uma forma de não vincular o Sindicato às decisões a tomar? Ou ainda para os intervenientes poderem fazer algumas afirmações que dentro da sede social poderiam vir a ter repercussões indesejadas? Qualquer que tenha sido a razão que levou este grupo de arquitectos a reunir-se no atelier de Pardal Monteiro, o facto é que foi aí decidido que não haveria participação portuguesa sendo então necessário dar conhecimento ao arquitecto Muguruza "da impossibilidade, nesta ocasião, de aceitar o convite", "deixando no entanto de pé a ideia para outra oportunidade, com programa combinado entre os dois países e para data a fixar de mútuo acordo". (269)

Não deixam de ser extremamente curiosos e relevantes os motivos nos quais se baseou tal resolução: a vastidão do programa proposto e o curto espaço de tempo para preparar quer as intervenções quer os elementos necessários para a exposição. Importa, face a tais argumentos, atentar um pouco mais detidamente no primeiro aspecto: a discussão prevista no programa cuja duração indicada era de uma semana, contemplava três temas - Arquitectura popular, urbanismo das grandes cidades e processos técnicos tradicionais e modernos que contribuíram para o progresso da Arquitectura (270). Verifica-se assim serem tópicos demasiado objectivos, plenos de actualidade e talvez por isso intimidantes, habilmente contornados pela desistência da participação portuguesa. Todavia, um outro aspecto importa ainda acrescentar pois foi mais um dos factores que induziu aquele grupo de arquitectos a decidirem não participar na Assembleia Luso-Espanhola: o programa previa "a realização de três ou quatro conferências por portugueses sobre assuntos de Arquitectura, à sua escolha, as quais seriam intercaladas com outras tantas conferências por arquitectos espanhóis" (271), isto

para além das comunicações aos temas atrás enunciados. Poderão detectar-se aqui indícios de uma espécie de descrença colectiva? Ou insegurança, também ela colectiva, evitando-se assim o confronto, a comparação, o olhar dos outros? Porém, o argumento da falta de tempo perdeu a razão de ser, pois P. Muguruza comunicou entretanto a Pardal Monteiro o adiamento da reunião de Maio para Outubro, o que veio colocar, como se verá em seguida, os arquitectos portugueses numa situação bastante delicada.

Devido a este adiamento - uma vez que "já se não pode alegar surpresa" - o assunto da reunião luso-espanhola teve que ser levado a Assembleia Geral a fim de que uma decisão colectiva fosse tomada. Nela estiveram presentes nove sócios (272) que em conjunto tentaram conciliar opiniões divergentes a partir da explanação inicial feita por Pardal Monteiro. Várias foram as questões por este levantadas: a preparação dos colegas espanhóis quanto aos temas em discussão - "e a nós não convém apresentarmo-nos senão com segurança embora sem o intuito de deslumbrar ninguém"; a dificuldade em adiar novamente a reunião - "pois pode dar a impressão de que os portugueses são incapazes de fazer alguma coisa de interesse, o que não corresponde à verdade"; por outro lado ainda, não considerava "possível nem conveniente recusar o convite oficial".

O primeiro interveniente foi L. Cristino da Silva que lançou questões mais de índole teórica, quanto aos assuntos a tratar em Madrid. Afirmou então: "tratar-se de assuntos de urbanismo neste momento em Portugal traz um certo melindre nacional alto e profundo" (273); "a nova modalidade de urbanização de localidades portuguesas não está nas mãos dos arquitectos"; a deslocação a Madrid não deveria ser "a título de passeio" pois a classe deveria ser aí "representada brilhantemente", preparando os temas a debater "com o mesmo desembaraço com que os seus colegas espanhóis o fazem, e para o que se preparam há muito". Por fim, deixava uma sugestão à Assembleia: pedir aos espanhóis que "este ano não insistissem", tanto mais que já se disse a Don Pedro Muguruza que este ano não

podia ser", fazendo-se então "uma coisa nacional, por exemplo, um encontro entre arquitectos do Centro e Norte de Portugal, o que daria motivo a que aparecessem teses interessantes". (274)

O orador seguinte foi de novo Pardal Monteiro que de alguma forma sublinhou a responsabilidade dos arquitectos portugueses na reunião, tanto mais que o colega espanhol lhe tinha comunicado "que tencionava provocar este encontro com o programa mencionado, porque de facto estava procurando orientar-se para os futuros trabalhos em Espanha e queria ouvir opiniões diversas". Apesar da lógica e estímulo que tal justificação poderia constituir, porque o recíproco também seria verdadeiro, o presidente do Sindicato propôs que "dadas as circunstâncias de momento" lhe parecia mais interessante efectuar um encontro de tema livre entre portugueses e espanhóis e no qual seria delineado conjuntamente um programa para futuras reuniões a realizar em alternância, em Espanha e Portugal. Mas, Cristino da Silva pediu de novo a palavra manifestando o seu total desacordo com Pardal Monteiro, "pois supõe que quem convida tem o direito de pôr condições". Insistiu na "preparação cuidadosa" que era necessária para participar na reunião, pois em Espanha há "umas centenas de arquitectos e em Portugal apenas uma escassa centena" e ainda porque em Espanha foi criada a Direcção Geral de Arquitectura, factores que acentuavam a enorme "desproporção entre as duas realidades", devendo por isso solicitar-se um adiamento de dois ou três anos para a concretização de uma reunião com o programa proposto. Acrescentava ainda que lhe parecia que o assunto deveria ser exposto ao Presidente do Conselho e "dizer que a classe dos arquitectos não está parada mas que não dispõe de condições para se colocar como convém".

A Keil Amaral parecia "imprudente aceitar um programa para daqui a dois ou três anos". Baseava a sua posição no facto de depois da guerra terminar poderem ter lugar "transformações muito grandes" nas questões urbanísticas uma vez que, segundo afirmava, das nações envolvidas no conflito "hão-de irradiar ideias e

técnicas para as outras. A influência que isso há-de exercer na Arquitectura e na Técnica, qual será?". Defendendo que o Sindicato deveria "proceder com um ar muito à vontade", pensava que era possível dar aos espanhóis uma resposta baseada num "talvez, se...". Para Januário Godinho, uma vez que não havia nada estabelecido previamente sobre os três temas a tratar, não lhe parecia possível uma representação portuguesa que teria então uma "posição falsa e sem consistência".

Após este debate e depois de mais uma breve troca de pontos de vista, foi posto a votação se o Sindicato deveria aceitar ou recusar o convite do Director Geral de Arquitectura de Espanha, sendo por unanimidade resolvido aceitar. Foi também aprovado por unanimidade que fosse formulada aos colegas espanhóis uma outra proposta no sentido de se realizar "uma reunião de contacto possivelmente em Outubro da qual possam partir os programas para trabalhos mais profundos no futuro".

Referindo-se ao número de sócios que tinham manifestado o interesse em participar no encontro, Pardal Monteiro lamentou "não ver nenhum esforço individual para se conseguir um bom resultado, receando que cada um venha a apresentar desculpas para lá não ir, o que não está certo e é grave, pois é um serviço que se presta neste momento à Pátria". Tentando obviar esta situação, no final de Julho foi enviada nova circular aos sócios bem como foi dado conhecimento da Assembleia Luso-Espanhola à Secção Distrital do Norte, pedindo-lhe que comunicassem qual o número de arquitectos do Porto interessados na iniciativa. (275)

Porém, a projectada reunião não teve lugar em Outubro de 1943 por indisponibilidade dos participantes espanhóis, tendo estes proposto novo adiamento para a Páscoa do ano seguinte. Deste modo, o assunto foi novamente debatido em Assembleia Geral, apesar da proposta formulada pela Assembleia

anterior ter sido aceite por P. Muguruza. Nessa reunião, Pardal Monteiro pretendia fixar a data do encontro e combinar quem ficaria encarregue de fazer as conferências em Madrid, versando um assunto à escolha dos conferencistas.

Foi de novo Cristino da Silva quem se revelou bastante céptico em relação a tais palestras pois deveria ser tomada em consideração a "inexperiência de falar às massas em público", por parte dos arquitectos portugueses, propondo assim uma espécie de ensaios prévios no Sindicato ou em outro local, privado ou público, reservados a arquitectos e artistas. Esses "discursos escritos" passariam assim "por uma espécie de censura técnica, amigável do Sindicato" (276). Pardal Monteiro interrompeu, chamando desde logo a atenção que tendo já falado com alguns colegas sobre o assunto, tal sugestão não lhe parecia viável. Porém, Cristino da Silva insistia na posição assumida na Assembleia Geral anterior: "Devia-se ter recusado esse convite e entretanto fazer um Congresso nacional. Depois de nos prepararmos bem dentro de casa é que nos devíamos atrever a atravessar as fronteiras". (277)

Voltando a ser questionado por Pardal Monteiro "sobre o fim dessa espécie de censura proposta" e "quem seriam os censores", Cristino da Silva respondeu que se a representação "tem intuios de engrandecimento nacional, se há a intenção de se levantar o nível da arquitectura nacional aos olhos de fora, há todo o direito de o Sindicato saber se é bem representado ou não e por isso propõe que esses assuntos sejam cá primeiro ouvidos". Apesar do orador "supôr que não haja" quem se oponha, a sua proposta foi rejeitada por votação da Assembleia. (278)

Tentando ultrapassar esta questão e uma vez colocada uma outra, a do número de participantes - até então o único era Pardal Monteiro que já tinha convidado Cottinelli Telmo e Carlos Ramos, que em princípio aceitaram fazer comunicações em Espanha - I. Peres Fernandes propôs que a Assembleia convidasse "pessoalmente as pessoas que (entendesse) estarem em condições de poderem

representar lá fora o nosso país com brilho", o que foi aprovado por unanimidade (279). Para facilitar tal escolha, M. Jacobetty sugeriu que fosse elaborada uma lista de oito nomes dos possíveis convidados de honra do governo espanhol. Tendo os presentes aceite esta metodologia, essa lista ficou assim constituída: Pardal Monteiro (11 votos); Cottinelli Telmo (11 votos); Carlos Ramos (11 votos); L. Cristino da Silva (10 votos); Keil Amaral (10 votos); Rogério de Azevedo (9 votos); Januário Godinho (8 votos) e Jorge Segurado (6 votos) (280). Porém, esta questão continuou pendente dado que ao serem formalmente convidados pela Direcção, todos eles recusaram, restando apenas os três participantes iniciais, ou seja, Pardal Monteiro, Cottinelli Telmo e Carlos Ramos, desconhecendo-se a posição de Rogério de Azevedo. (281)

Passado cerca de um ano sobre a primeira vez em que foi anunciada a possibilidade de se realizar uma Assembleia Luso-Espanhola de Arquitectos, este assunto não tinha ainda perdido actualidade. Como se verificou, o Sindicato foi tentando sempre adiar tal acontecimento, o que implicou por sua vez o adiamento da reunião dos colegas espanhóis que tiveram a ideia de convidar os portugueses, facto que não incomodou estes últimos, certamente por desconhcerem tal prática associativa. Se alguns dos argumentos apresentados em Assembleia Geral tinham pertinência validando as tentativas de cancelar ou adiar tal reunião, como seja o reduzido número de participantes, outros foram relevantes sobretudo porque denunciaram o medo da classe em se expor fora do seu próprio país, o medo de saírem derrotados do confronto das experiências profissionais, o medo de acusar e pôr em causa a prática urbanística promovida pelo Estado. A ausência ou a presença silenciosa foram opções assumidas em consciência e em embaraço, pela pressão do tempo e da necessidade de dar resposta aos colegas espanhóis.

A Assembleia Geral realizada em Fevereiro de 1944, versando ainda o "caso de Espanha", não foi muito diferente das anteriores. Só um dado novo foi acrescentado, complicando ainda mais a situação: Cesar Cort, presidente da

Federación de Urbanismo y de la Vivienda de Madrid e também "velho e particular amigo" de Pardal Monteiro (282), manifestou o desejo de convidar os portugueses a participar no III Congresso Nacional daquela Federação que teria lugar naquele ano e que, com início em Espanha, terminaria em Lisboa. Apesar do presidente da Direcção considerar esta iniciativa "mais favorável" às "possibilidades de momento pois além de incluir, como é de uso nestes casos, numerosas visitas a monumentos e localidades, não compreendia um programa desenvolvido de conferências, reuniões, discussões, etc." (283), do que a proposta anteriormente formulada por P. Muguruza. Porém, face aos compromissos mais ou menos assumidos com este último, Pardal Monteiro sugeriu a Cesar Cort, a fim de evitar duas deslocações dos portugueses a Espanha, que ambos os acontecimentos tivessem lugar na mesma altura, sugestão que foi então bem acolhida. A possibilidade da falta de participantes era um assunto de alguma forma facilitado dado que o Congresso da Federação "admite a comparticipação de todos os que se interessem pelos problemas de urbanismo, Arquitectos, Engenheiros, representantes de Câmaras Municipais, etc.". (284)

Tal convite veio a ser posteriormente formulado pela Embaixada de Espanha, renovando aqueles que já tinham sido feitos quer por P. Muguruza quer por C. Cort. Posto a votação foi aceite por unanimidade, tendo-se desde logo inscrito Pardal Monteiro, Vasco Regaleira, Raul Tojal, Faria da Costa, Amílcar Pinto, Dario Vieira, Adelino Nunes, Lima Franco, A. Couto Martins e I. Peres Fernandes (285). Porém, a realização do Congresso foi adiada de Abril para a primeira quinzena de Outubro de 1944. (286)

A partir de então foram feitas diligências junto de entidades oficiais no sentido de ser facilitada aos arquitectos a participação no III Congresso da Federación de Urbanismo y de la Vivienda, tendo desde logo o ministro das Obras Públicas comunicado ao Sindicato que não se faria aí representar oficialmente, apesar de não pôr obstáculos aos técnicos dos seus quadros que nele quisessem participar

(287). A planificação deste encontro luso-espanhol apesar de ter o Sindicato como organismo responsável pela organização da representação portuguesa, veio a tomar maiores proporções que envolveram o Secretariado da Propaganda Nacional, encarregue da parte do Congresso a efectuar em Portugal e até o próprio Presidente do Conselho que "manifestou o desejo que em Lisboa se realizasse a exposição Nacional de Arquitectura" que, segundo afirmou Pardal Monteiro em mais uma das Assembleias Gerais que versou este assunto, "terá de ser subsidiada pelo Estado e calcula-se um ano para a organizar". (288)

Para a 1ª Reunião Luso-Espanhola de Arquitectos e para o III Congresso da Federación de Urbanismo y de la Vivienda inscreveram-se 21 arquitectos, sendo 17 de Lisboa e 4 do Porto (289), ficando Cristino da Silva e Cottinelli Telmo com plenos poderes da Direcção para "se ocuparem das diversas manifestações em Lisboa e recepção aos congressistas" (290). O III Congresso teve como temas "A protecção do campo contra as infiltrações da urbanização defeituosa" e "A habitação nos grandes núcleos urbanos", tendo os arquitectos portugueses apresentado comunicações em qualquer deles. (291)

Foi Pardal Monteiro o relator destes acontecimentos na primeira reunião da Direcção após o seu regresso de Espanha. Sendo bastante longo e exaustivo e na ausência de actas específicas, é possível ter uma ideia objectiva das principais decisões então tomadas. Assim, a 1ª Reunião Luso-Espanhola de Arquitectos - designação escolhida para estes encontros - decorreu como tinha sido previsto, ficando estabelecido que estas seriam periódicas e que os seus trabalhos ficassem a cargo do Sindicato Nacional dos Arquitectos e do Conselho Superior dos Colégios de Arquitectos que deste modo tratariam do assunto "sem qualquer interferência oficial". O encontro seguinte ficou marcado para Lisboa, em princípio em Abril de 1945, versando os seguintes temas: "1º - A preparação escolar e profissional dos Arquitectos; 2º - Sistemas de construção nacionais" (292). Não dando qualquer ênfase às conclusões do Congresso que tiveram lugar em Lisboa

(293), Pardal Monteiro relatou os momentos mais relevantes do programa do Congresso em Portugal: almoço na pousada de Santa Luzia em Elvas, oferecido pelo Secretariado da Propaganda Nacional; passeio a Lisboa e a Sintra (294); almoço no Hotel Aviz oferecido pelo Instituto para a Alta Cultura; conferência do engenheiro espanhol Moreno Torres, Director Geral das Regiões Devastadas sobre a reconstrução dessas zonas em Espanha, proferida na Câmara Municipal de Lisboa; e a sessão solene de encerramento com a presença do ministro das Obras Públicas e Comunicações e do presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Importa ainda referir que Pardal Monteiro realizou em Espanha uma conferência intitulada "Problemas novos, problemas velhos", significativamente centrada na figura de Eugénio dos Santos, considerado pelo conferencista "o verdadeiro percursor, em todo o Mundo, das teorias e da prática do urbanismo, reivindicando para Portugal essa posição de percursor". (295)

Ao terminar o seu relato, Pardal Monteiro não deixou de registar o reconhecimento às entidades que prestaram à Direcção "excelente colaboração": o ministro das Obras Públicas e Comunicações (296), o presidente da Câmara Municipal de Lisboa (297) e o Secretariado da Propaganda Nacional (298), não sem antes ter mencionado "a acção desenvolvida pelos architectos portugueses durante o Congresso quer em Espanha quer em Portugal, da qual resulta indiscutível prestígio para a nossa Classe que soube mostrar-se capaz de emparceirar com a de qualquer outro país em certames desta natureza" (299), palavras certamente proferidas com enorme alívio dado o atribulado caminho percorrido até tal desfecho. O seu profundo empenhamento nesta iniciativa e "o trabalho pessoal permanente (...) que tem levado este Sindicato a todas as manifestações de nobreza e dignidade como a que se traduziu em Espanha", foram então os argumentos que levaram Carlos Ramos a propor que Pardal Monteiro fosse nomeado sócio honorário do Sindicato, o que foi aprovado "por uma grande aclamação". (300)

Na primeira Assembleia Geral após as reuniões em Espanha, o presidente da Direcção iniciou desde logo os preparativos para o encontro em 1945, propondo que, uma vez já conhecidos os seus temas, se efectuasse um ciclo de conferências sobre os problemas a debater (o que foi aprovado por unanimidade) e que se preparasse uma exposição de Arquitectura, aspectos aos quais Cottinelli Telmo acrescentou a publicação de um número especial da revista *Arquitectos* para ser distribuída aos colegas espanhóis. Foi então decidido que a Direcção levasse por diante estas três propostas tendo em vista à 2ª Reunião Luso-Espanhola de *Arquitectos*. Destes aspectos foi a exposição que levantou maiores dúvidas. Pardal Monteiro defendia que para receber "condignamente os visitantes deve mostrar-se-lhes por meio de uma exposição, a grandiosa obra de fomento nacional que o nosso país ultimamente tem levado a efeito, sobretudo no campo da construção", sendo para tanto necessário contactar as entidades nela envolvidas. Mais cépticos estavam Cottinelli Telmo e Carlos Ramos que "dizem haver muitas entidades que têm bastantes elementos, mas que os consideram reservados pelo que essa reunião não poderá ser para o público mas sim só para técnicos, pelo que deveriam ser os próprios serviços a preparar a exposição". Todavia, Pardal Monteiro não estava de acordo pois entendia que "tudo que se venha a fazer deve ser feito pelos arquitectos e ter grande projecção no público", chegando mesmo a afirmar que "qualquer exposição sem reflexo em nós próprios é nula", sendo por isso necessário "modificar o conceito injustificado que os arquitectos estão em posição inferior à dos engenheiros no campo da arquitectura" (301). Tal constatação era o regresso à hostil realidade portuguesa, manchando o cenário montado para as reuniões de Espanha, em que arquitectos e representantes do Estado estiveram lado a lado, experimentando uma consonância efémera.

Assumindo a presidência da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos em 24 de Abril de 1945, Cottinelli Telmo recomeçou a tratar da 2ª Reunião Luso-Espanhola, surgindo desde logo problemas quanto à oportunidade da sua

realização (302), sendo nesse ano a única referência localizada sobre o assunto. No ano seguinte, foi Pardal Monteiro, então presidente da Mesa da Assembleia Geral do Sindicato, que enviou à Direcção "o primeiro esboço" do programa e itinerário não da 2ª Reunião mas do IV Congresso da Federación de Urbanismo y de la Vivienda, a ter lugar em Setembro, com início previsto em Lisboa e encerramento em San Sebastian (303). Pouco depois era dado conhecimento desta iniciativa aos sócios através de uma circular bem como foi solicitado ao Instituto para a Alta Cultura a sua autorização para a realização daquele Congresso. (304)

Aproximando-se a data daquele, foi Pardal Monteiro, em Assembleia Geral, quem novamente fez o ponto da situação. Parecia então que tudo recomeçava. Os espanhóis já tinha encerrado as inscrições "tendo-se ultrapassado o limite pré-estabelecido", enquanto que em Portugal aquele número "é bastante diminuto" (305). Por outro lado, o facto do IV Congresso ter início em Lisboa dava preocupações acrescidas. Porém, o primeiro destes aspectos era de tal forma grave que levou Cottinelli Telmo a perguntar quem de entre os presentes na Assembleia queria "fazer o sacrificio de tomar esta representação pelo menos melhor em número", alertando também os colegas para o facto do presidente da Câmara Municipal de Lisboa já ter dado autorização aos técnicos ao seu serviço para participarem em tal encontro. Da falta de inscrições resultava ainda um outro problema: quem apresentaria comunicações.

Pelo teor da Acta desta Assembleia Geral verifica-se que os aspectos do programa que dependiam das entidades oficiais se encontravam já em andamento, como era o caso de uma exposição de projectos de urbanização que teve o apoio do Ministério das Obras Públicas, faltando ainda a "representação particular" (306). Todavia, nesta Assembleia nada mais se adiantou, salvo a nomeação da comissão de recepção aos espanhóis que ficou constituída por Cottinelli Telmo, A. Couto Martins e I. Peres Fernandes. (307)

Mesmo com um apoio mínimo da classe, a Direcção do Sindicato, com o auxílio de Pardal Monteiro, Cristino da Silva e I. Peres Fernandes, fizeram várias diligências junto do Instituto para a Alta Cultura e do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, solicitando a sua comparticipação nas despesas do IV Congresso que envolvia cerca de 100 participantes e cujo programa previa a deslocação a Coimbra e ao Porto (308). A resposta daquela segunda entidade foi clara: "é totalmente impossível arcar com a despesa de um programa da magnitude do apresentado", podendo somente dispensar apoios pontuais. Porém, "tratando-se de um assunto de tanto interesse dirigiram-se" ao Presidente do Conselho "submetendo-lhe o programa" que tinha sido enviado pelo Sindicato "para que resolva se sim ou não, lhe (podia) ser concedida a verba" alvitrada (309). Oliveira Salazar não aprovou a verba proposta e, "apesar de ver com simpatia a realização, desejava" que esta "tivesse lugar em 1947, quando das Festas Comemorativas da Tomada de Lisboa, isto aprovando assim uma sugestão de S.Ex^a o Ministro das Obras Públicas", alteração que foi bem acolhida pelos espanhóis. (310)

Tal como afirmou Cottinelli Telmo na primeira Assembleia Geral, já em 1947, que se debruçou sobre o IV Congresso da Federación de Urbanismo y de la Vivienda e também sobre a realização do 1º Congresso Nacional de Arquitectura, este assunto parecia que tinha sido esquecido não só pelo Sindicato mas também pelas entidades oficiais que tinham sido as responsáveis pelo seu adiamento. Mas, após uma entrevista, por iniciativa do presidente da Direcção do Sindicato com o ministro das Obras Públicas que então relatava aos colegas, este manifestou de novo "um grande interesse na realização do mesmo e encarregou-se de apresentar ao Presidente do Conselho o orçamento para custear as suas despesas" (311). Nos finais de Abril foi enviada uma circular aos sócios informando quais os temas que seriam tratados no Congresso - tema I: Da restrição das rendas de casa e a economia geral; tema II: Da conservação dos valores históricos e artísticos nas povoações - solicitando-lhes "um pequeno esforço em benefício da classe" (312).

Esse esforço traduziu-se na apresentação de duas comunicações ao primeiro tema, uma da autoria de A. Couto Martins e outra de V. Reis Camelo, e de quatro ao segundo tema, estas de M. Jacobetty, A.J. Brito e Cunha, Mário de Oliveira e Cottinelli Telmo.

Mais uma vez foi alcançada a desejada harmonia entre arquitectos e engenheiros e as entidades oficiais (313). Após os receios iniciais, tal como tinha acontecido no Congresso anterior, também o IV Congresso se saldou num "êxito para a classe dos arquitectos e para os portugueses" cujas "sessões de trabalho e as conclusões a que nelas se chegou, justificaram plenamente a realização e não serviram senão para desfazer a opinião corrente de que um Congresso não é mais do que uma digressão turística e um motivo apenas de diversão" (314). E isso Cottinelli Telmo iria sabê-lo bem... durante o 1º Congresso Nacional de Arquitectura, logo no ano seguinte.

É exactamente por este facto que o IV Congresso da Federación de Urbanismo y de la Vivienda, realizado em Lisboa em 1947, se reveste de grande significado. Ele serviu como uma espécie de palco onde alguns arquitectos fizeram o seu ensaio geral para o grande espectáculo que viria a ser o seu próprio Congresso. Titubeantes no início, sentiram-se acompanhados por colegas estrangeiros e de outros técnicos portugueses, o que os fortaleceu e ajudou a ultrapassar a dúvida da possibilidade de serem capazes de organizar um programa e de o pôr em prática. Por outro lado, as dúvidas surgidas ao longo da preparação das reuniões luso-espanholas, são reveladoras do isolamento da classe quanto ao diálogo e ao confronto da sua prática profissional com outros colegas de ofício inseridos em contextos menos adversos à profissão de arquitecto. E tais questões foram significativamente levantadas sobretudo por Cristino da Silva que optará pelo silêncio quer durante as discussões preliminares quer durante o 1º Congresso Nacional de Arquitectura.

Para a Direcção do Sindicato o IV Congresso exibiu a consonância desejada para o seu congresso anunciado na mesma Assembleia Geral em que foi dado a conhecer o calendário daquele e no qual eram preponderantes as visitas e as excursões. Cottinelli Telmo, então presidente do Sindicato Nacional dos Architectos, no seu discurso de abertura afirmava: "Os congressos podem não trazer nada de novo mas estimulam sempre a *atenção profissional* e o *brio nacional*" (315), ideia em que talvez a segunda parte, neste caso concreto, tenha um peso preponderante dado tratar-se de um encontro com estrangeiros, pois, como se verá mais adiante, não foi este o sentido que esteve subjacente às suas afirmações proferidas no seio da classe em defesa da realização do 1º Congresso Nacional de Architectura. O seu discurso na sessão de encerramento foi bastante mais formal do que aquele que fez na mesma ocasião, já no congresso dos architectos portugueses. O que é curioso é o facto daquele que foi proferido no Salão Nobre dos Paços do Concelho, também fazer sentido no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico. Só que aí, dado o pano de fundo que, como se verá, funcionou como uma espécie de cenário surpresa para um espectáculo minimamente ensaiado durante o qual os actores se afastaram do guião, elas teriam outro significado. As suas palavras foram as seguintes: "Um congresso não pode impor projectos de decretos-leis, nem fazer regulamentos, nem sequer discriminar as conclusões a que se chegou com tal minúcia que elas percam aquela elasticidade, maleabilidade e ar de princípio superior que representam por um lado, a necessidade de conciliação de opiniões por vezes divergentes, por outro a de dar margem a que os técnicos que não tomaram parte no Congresso possam encontrar também, nessas conclusões, um lugar, ainda que pequeno, onde caibam os seus conceitos pessoais e tenham defesa os legítimos direitos de qualquer". (316)

2.1.1. O 1º Congresso Nacional de Architectura

A realização de *Congressos* não aparece estatutariamente como um dos fins do Sindicato Nacional dos Architectos, sendo antes uma das atribuições do Conselho Superior (317). Porém, a ideia da realização de um congresso nacional de Architectura ou de Architectos, foi várias vezes proposta, sendo possível pontuar a sua formulação desde o aparecimento da Sociedade dos Architectos Portugueses.

Assim, a primeira referência localizada nesse sentido remonta a 1917, proposta feita por João Piloto, então vogal do Conselho Director (318). Este assunto só voltou a ser referido dois anos depois quando Pardal Monteiro, vogal da gerência em exercício, propôs que fosse "levado a efeito a realização de um Congresso nacional de architectos, para o qual seriam convidados todos os architectos do país". A proposta foi aprovada "resolvendo-se por conseguinte aguardar a resolução da Assembleia Geral para depois este Conselho proceder conforme as deliberações nessa Assembleia tomadas" (319). Menos explícita do que a proposta anterior em termos dos objectivos gerais a atingir, mas permanecendo o sentido de um *congresso nacional*, a ideia de Pardal Monteiro teve, porém, a mesma sorte que a anterior.

Uma terceira ideia para realização de um congresso surgiu em 1926, apresentada ao Conselho Director pelo sócio E. Cosmelli de Sant'Anna (320). Apesar da Direcção ter prometido estudar o assunto, tal proposta não teve qualquer continuidade (321). Em 1930, e em Acta do Conselho Director, regista-se nova referência à possibilidade de realizar de um congresso nacional, embora não sejam dados quaisquer pormenores sobre o assunto, nem quem foi o seu proponente (322). Constata-se assim que cerca de dois decénios após ter sido proposta pela

primeira vez a realização de um congresso, esta ideia não tinha ainda quaisquer repercussões no seio da classe.

Foi Pardal Monteiro quem de novo formulou esta intenção, quando na reunião da Direcção de 4 de Janeiro de 1939 do então já Sindicato Nacional dos Architectos, propôs a realização em Lisboa, no ano seguinte, de uma exposição nacional de Architectura e um congresso nacional de architectos, manifestações a terem lugar durante as Comemorações do Duplo Centenário, o que foi aprovado por unanimidade (323). Esta foi a primeira vez que a ideia da realização de um congresso nacional surgiu enquadrada por uma iniciativa oficial, sendo assim alheia à classe. O Sindicato contava então com 58 sócios inscritos e cuja participação na vida associativa era escassa. Deste modo, o contexto dentro do qual foi proposta a realização de um congresso diluiria, por uma lado, os efeitos dessa ausência de empenhamento e, por outro, criaria uma dinâmica interna da qual se poderiam colher resultados positivos. Exposição e Congresso eram assim manifestações que justificariam o próprio trabalho dos architectos perante o Estado e o público nacional e estrangeiro que se previa em grande número a visitar o país, durante as Comemorações Centenárias.

Na referida reunião, Pardal Monteiro esboçou ainda a sua ideia de congresso: "ele poderia constituir uma manifestação da qual resultasse uma maior aproximação de toda a classe e sobretudo um testemunho de vitalidade que se impõe no momento em que finalmente em Portugal parece começar a compreender-se qual o papel do architecto numa sociedade". Este poderia ser "constituído por algumas sessões para discussão e votação das teses que fossem propostas e apresentadas e por festas de confraternização, sobretudo encorporadas no próprio ambiente das comemorações dos Centenários" (324) . Esta proposta foi então apresentada à classe em Assembleia Geral realizada a 23 de Janeiro de 1939, sendo aprovada por unanimidade e aclamação. (325)

Na primeira reunião da Direcção efectuada após aquela Assembleia, foi enviado um ofício ao presidente da Comissão Executiva dos Centenários "pedindo audiência para tratar da Exposição e Congresso Nacional de Architectura a efectuar durante as festas das Comemorações" (326), sendo posteriormente encarregue o secretário, Luís Benavente, de apresentar "um esquema de organização" das iniciativas (327), sobre o qual foram trocadas algumas impressões cujo teor se desconhece (328). Porém, só cerca de um mês depois é que veio a resposta ao pedido de audiência a que Pardal Monteiro "não pode comparecer por ter recebido o aviso já depois da hora marcada. Por telefone foi combinado aguardar nova marcação" (329), que nunca viria a ser feita.

A 26 de Fevereiro de 1940 foi realizada nova Assembleia Geral presidida por Carlos Ramos que se referiu à exposição e ao congresso de Architectura como uma iniciativa que "nasceu com a esperança do patrocínio do Estado e que circunstâncias posteriores vieram desfazer". Fez ainda menção a "casos passados com a Exposição do Mundo Português que trouxe amargos de boca a muitos colegas" e propôs que "fosse feita uma Exposição Nacional e um Congresso de Architectos, afim de apor reacção contra a corrente desfavorável que se vai criando". (330)

Pardal Monteiro, proponente inicial desta ideia, cerca de um ano depois, revelou-se muito menos optimista em relação à sua concretização. Assim, nesta mesma Assembleia Geral "receia que o resultado da realização dum Congresso e Exposição, lembrando que ninguém respondeu à circular que sobre o assunto tinha sido enviada pela Direcção". Contudo, Carlos Ramos "insiste em que se faça a Exposição e o Congresso, embora à margem das Comemorações e Exposição do Mundo Português". Pelas intervenções feitas durante esta reunião plenária, verifica-se que a ideia de congresso não tinha sido completamente abandonada, mas que seria certamente mais fácil obter o apoio do Estado para a realização da exposição. Assim, e de acordo com as deliberações tomadas nessa Assembleia, a Direcção

decidiu enviar nova circular aos sócios "no sentido de se fazer mais uma tentativa que se realice este ano uma Exposição Nacional de Arquitectura". (331)

A falta de resposta dos sócios às iniciativas propostas pela Direcção foi em parte responsável pelo seu fracasso. Tratou-se da mais longa e empenhada tentativa de realizar um congresso e uma exposição nacionais, que só oito anos mais tarde e com o envolvimento directo do governo, viria a ter lugar. Entretanto, em 1943, efectuou-se a 1ª Reunião Luso-Espanhola de Arquitectos e o III Congresso da Federación de Urbanismo y de la Vivienda. Tal como já foi referido, tais iniciativas mobilizaram a Direcção do Sindicato e tiveram a participação dos arquitectos portugueses que adiaram ainda por mais algum tempo a realização do seu próprio congresso.

Cerca de quatro anos depois, na Assembleia Geral de 1 de Abril de 1947, com a presença de 18 sócios (332), foi proposto por Cottinelli Telmo, então presidente da Direcção, a realização de um Congresso Nacional de Arquitectura, em 1948. Aquele "comunicou que o senhor ministro das Obras Públicas [engenheiro J.F. Ulrich] estava na disposição de fazer em 1948 uma grande exposição de toda a obra de arquitectura e engenharia, realizada nos últimos anos e que os engenheiros realizariam, na mesma ocasião um Congresso Nacional de Engenharia. Assim, pensou que mal ficaria aos arquitectos não realizarem também o seu Congresso, preenchendo o vazio criado pela necessária simetria de posição dos Arquitectos". Ainda segundo o orador, o ministro "em conversa particular" transmitiu-lhe a intenção do governo de, no caso da realização desses Congressos, prestar-lhes "a maior colaboração" e que "os patrocinaria com muito agrado, observando também que o facto de vir a existir esse patrocínio nada tinha que ver com a independência, para os Arquitectos, de elaborarem o seu programa e escolherem as teses, como entenderem. Mais acrescentou que esse patrocínio compreenderia até aspectos de melhoria das nossas instalações, viagens de estudo a fazer, etc., etc.". Cottinelli Telmo terminou a sua intervenção concluindo

que "estava convencido que a Assembleia não tomaria senão uma posição: aceitar com entusiasmo a realização do Congresso". (333)

Parece indispensável abrir aqui um breve parêntese antes de continuar a mencionar o que decorreu nesta Assembleia Geral. Tal deve-se ao facto de ter sido localizada a Acta desta e das reuniões posteriores que, versando o mesmo assunto, não são coincidentes com as transcritas no Livro de Actas oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos. Entre ambos os relatos há omissões e alterações significativas ao teor das discussões, resultando o seu confronto bastante rico para melhor avaliação das hesitações e dos argumentos que culminaram na aprovação da realização do Congresso em 1948. Necessariamente, as Actas transcritas no Livro são mais pacíficas e cordiais exibindo subtis nuances semânticas reveladoras de alguma manipulação da opinião dos intervenientes nas reuniões, sendo Cottinelli Telmo, como se verá, o principal protagonista e interlocutor preferencial entre a classe e o governo, aliás, ele próprio responsável pela maioria das rasuras introduzidas às Actas iniciais. (334)

Tendo em consideração as assimetrias nos dois textos, verifica-se que as principais diferenças se situam no teor do congresso e exposição que o Governo pretendia organizar em 1948, sendo também ligeiramente diferente a matéria referente à margem de autonomia dada aos arquitectos face à possibilidade do patrocínio oficial do seu próprio congresso. Assim, e de acordo com a primeira versão da acta da Assembleia Geral acima referida, Cottinelli Telmo "disse que se estava para realizar em 1948 um Congresso Internacional de Architectura", não sabendo porém informar "se se realiza ou não, [ou] se foi adiado". Deste modo, a ideia do ministro das Obras Públicas - "fazer uma grande exposição de toda a obra em matéria de architectura e engenharia" (335) - decorria da realização daquele congresso. Por outro lado, parecia também oportuno ao Governo a realização do congresso nacional de Engenharia, cuja Ordem já se tinha manifestado nesse sentido (336) e, no intuito de haver "o paralelismo necessário", "mal ficaria aos arquitectos não

realizar também o seu congresso". Por fim, importa ainda salientar uma outra diferença: enquanto que pela Acta transcrita no livro dá a entender que foi o ministro das Obras Públicas que "em conversa particular" referiu a questão da independência dos architectos para a elaboração do programa e escolha das teses do seu congresso, na acta rasurada tal questão é de alguma forma inversa. Assim, foi Cottinelli Telmo, "tendo pensado que a ideia de patrocínio por parte do Governo podia implicar qualquer ideia de sujeição por parte de quem é patrocinado" que colocou a seguinte questão ao referido ministro: "se o Sindicato poderia estabelecer teses, se haveria quaisquer insinuações, quaisquer objecções por parte do Governo, tendo o Ministro a tudo respondido negativamente, tendo apenas manifestado o desejo de que os architectos se ocupem de assuntos de interesse geral e que possam ter repercussão no estrangeiro".

As diferenças entre as actas, a que já foi feita alusão, não se verificam somente nas intervenções de fundo mas também em ligeiras modificações às intervenções dos oradores nessas Assembleias Gerais, sendo ainda importante assinalar que quaisquer dos relatos - o do Livro de Actas ou o dactilografado - deixam transparecer uma discussão viva da qual se depreendem intervenções que não foram transcritas.

Na Assembleia Geral em que foi debatida pela primeira vez a realização do 1º Congresso Nacional de Architectura em 1948, e como se verá pelo tipo de argumentos utilizados pelos intervenientes, os architectos foram de alguma forma surpreendidos por esta ideia, sobretudo pelo facto de serem obrigados a tomar uma decisão concreta o que veio revelar diferenças de opinião no seio da classe.

A primeira reacção à intervenção de Cottinelli Telmo partiu de Paulo Cunha (337), que defendeu a "urgente necessidade de realizar congressos nacionais sem qualquer ideia de colocação em paralelo com os engenheiros", bem como que este deveria ocorrer antes de 1948 "pois é a maneira de trazer à superfície os nossos

males e achar os respectivos remédios" (338), ideia imediatamente combatida pelo primeiro orador. Depois foi a vez de C. Rebelo de Andrade manifestar a sua preocupação pela "pouca prática que os portugueses têm de congressos, sendo pouco aptos por natureza para discussões em assembleias". Acrescentou ainda que "tem o pressentimento de que são apanhados de chofre para se tomar uma deliberação" (339), que de alguma forma Cottinelli Telmo pressionava para que fosse tomada naquela reunião. (340)

Foi Mário de Oliveira (341) quem se exprimiu no sentido de apoiar a realização do Congresso, afirmando que "se deve ir para a frente" dado que "a situação presente dos architectos precisa de ser definida". Defendeu ainda que o mais importante "era definir, antes de tudo, a orientação a seguir", propondo que antes do congresso se discutissem "*entre paredes* as teses, para o que há programas interessantíssimos, como os bairros económicos, o problema escolar, etc." (342). Por seu lado, P. Cunha continuou a argumentar que seria mais vantajoso para a classe avançar "devagar e não nos comprometermos para 1948". Por ser um assunto que "precisa de ser levado com entusiasmo" chamou a atenção para a necessidade de "acabar com certas desconfianças" parecendo-lhe "muito simpático" que saísse da Assembleia "uma espécie de comissão que procure estender o âmbito deste Congresso a todos os architectos portugueses". Reforçou ainda a posição inicialmente assumida, reafirmando que era "contra o Congresso de 1948 sem que se façam congressos preliminares" e manifestando a sua incompreensão pelo facto de se ir comprometer "o nome da classe a um ano em vista". (343)

Pardal Monteiro, presidente da Mesa da Assembleia Geral que em 1939 foi o proponente de ideias semelhantes, tal como o tinha feito também há cerca de vinte anos, fez a sua intervenção no final da reunião, defendendo a posição da Direcção do Sindicato, ou seja, a realização do Congresso em 1948 dado que, segundo afirmou, "se deve aproveitar esta oportunidade para se marcar mais uma vez qual a

parte que cabe ao arquitecto na obra realizada pelo Estado" (344). Apelou ainda para que os colegas ponderassem "sobre a atitude mais conveniente para a classe e pelo menos para o futuro dos novos que começam a sua vida cheia de dificuldades".

Antes do encerramento dos trabalhos, Cottinelli Telmo fez a última intervenção dizendo "discordar absolutamente da hipótese de se fazer um congresso nacional de Arquitectura antes de 1948, pois isso teria um aspecto cómico (345), em virtude de anteriormente os arquitectos nada terem feito e só agora se lembrarem de o realizar porque outros lho lembraram". (346)

Nesta primeira reunião em que foi debatida a realização de um Congresso de Arquitectura em 1948, verificou-se que estando 18 sócios presentes poucos foram os que intervieram na discussão. A posição mais radical foi tomada por P. Cunha que acabou assim por ser o contributo mais importante (347). O silêncio dos outros sócios presentes pode ser entendido como uma adesão à proposta feita pela Direcção ou somente como indiferença face a mais uma iniciativa? Nesta altura o Sindicato contava com pouco mais de 100 associados (348) mas, uma vez que se mantinha o número de presenças nas Assembleias Gerais, esta participação era, proporcionalmente, cada vez menor.

Da leitura de ambas as Actas existentes relativas a esta reunião, ressaltam algumas questões que importam reter: a necessidade de realizar um congresso nacional de Arquitectura; a falta de preparação para intervir em congressos; a alusão a colegas que estavam de alguma forma alheados do seu organismo de classe. Importa ainda mencionar as referências feitas aos engenheiros: se por um lado houve uma certa recusa em agir em consonância com a sua iniciativa, por outro, estes funcionaram simultaneamente como um argumento que estimulava para uma tomada de posição.

A Assembleia de 8 de Abril de 1947, sob a presidência de Pardal Monteiro e com a presença de 25 sócios (349) - ou seja, mais sete do que na anterior - deu continuidade à discussão da proposta da Direcção iniciada a 1 de Abril. Na abertura da sessão, que parece ter sido preparada com maior cuidado por parte dos corpos gerentes, o presidente da Mesa afirmou que a questão fundamental sobre a qual tinha de ser tomada uma decisão era "fazer em 1948, por iniciativa da nossa classe, o 1º Congresso Nacional de Arquitectura", pois, em última instância, a decisão de realizar ou não o Congresso era tomada pelos arquitectos reunidos em Assembleia Geral (350). O ponto de partida para a discussão foi a apresentação por escrito, por Cottinelli Telmo, da proposta feita oralmente na reunião anterior. Tendo como pressupostos a importância da exposição da obra de Arquitectura e Engenharia realizada pelo Estado nos últimos anos e a realização do congresso nacional de Engenharia, por iniciativa da Ordem dos Engenheiros, bem como a conveniência de os arquitectos aproveitarem a oportunidade para publicamente exporem os seus pontos de vista, a proposta da Direcção visava a nomeação de uma comissão de estudo do congresso que ficaria encarregue de apresentar um projecto de programa bem como uma sugestão das temáticas a discutir. (351)

À semelhança da reunião anterior, P. Cunha foi o primeiro orador da noite apresentando um requerimento à Mesa que não chegou a ser logo entregue a pedido de Pardal Monteiro (352). Declarou então que na última sessão "as coisas foram fatigantes, mas não foram improcedentes" e que tinha saído da Assembleia "com uma ideia formada, apesar de se ter dito que ele, orador, fez obstrucionismo". Continuou a defender a sua posição inicial dizendo que "pela proposta da Direcção chega-se a 1948 e não sai uma coisa que esteja à altura da classe, não se dando aos novos arquitectos a possibilidade de trabalharem". (353)

Nesta Assembleia foi Pardal Monteiro que teve um papel mais actuante na defesa da realização do Congresso. Revelando maior capacidade de diálogo do que Cottinelli Telmo, foi ele quem expôs de novo a proposta feita pelo ministro das

Obras Públicas ao presidente da Direcção do Sindicato, embora de outro modo (354). As diferenças fundamentais situam-se em dois pontos: a forma como o referido ministro colocou a questão (355) e a liberdade de acção dos arquitectos na organização desse mesmo congresso (356). As ligeiras nuances introduzidas pelo presidente da Mesa da Assembleia permitem entender o Congresso não como uma imposição mas uma sugestão por parte do ministro, ao mesmo tempo que personalizou a decisão a tomar: em última instância era Cottinelli Telmo que ficaria bem ou mal colocado, independentemente das razões que levassem a classe a tomar uma decisão, pois era aquele que teria de dar a resposta definitiva ao titular das Obras Públicas. Os presentes foram sensíveis à alteração do discurso por parte dos corpos gerentes, facto ironicamente perceptível na intervenção de J. Segurado. Este afirmou "ter a impressão que o problema foi hoje posto numa maneira diferente": na Assembleia anterior "falou-se em termos particulares que se desejava *tapar um buraco*. Agora fala-se numa espécie de ultimatum...". (357)

Foi Cottinelli Telmo quem respondeu ao colega explicando que se tinha falado em "termos particulares" era devido ao facto de não ter havido qualquer ofício por parte do ministro. De acordo com a transcrição feita no Livro de Actas, o orador acrescentou que tudo se tinha passado "em conversa particular e que a posição mais elegante que podemos assumir é apresentarmo-nos à chamada, como se tudo tivesse sido apenas iniciativa nossa!". (358)

Nesta segunda reunião em torno da realização do Congresso foi manifesta a preocupação da liberdade dos temas a serem debatidos, uma vez que a exposição que teria também lugar pertencia à inteira iniciativa do Ministério das Obras Públicas, assunto de novo esclarecido por Pardal Monteiro. Mais uma vez podem constatar-se divergências importantes entre a Acta oficial e a acta dactilografada que importam referir. Assim, se no Livro de Actas Pardal Monteiro teria afirmado que "há liberdade de escolha dos assuntos", no segundo documento referido está escrito que "há a liberdade absoluta de falar sobre tudo", parecendo que existiu

aqui uma tentativa de limitar a ideia de uma total abertura. Mais importante ainda talvez seja o facto de estar integralmente cortada da Acta final uma outra frase: "Há muitas coisas a dizer da parte dos architectos acerca do seu papel na vida nacional, o que pode levar os architectos a não se porem de acordo com as entidades superiores". Esta omissão não é gratuita e é reveladora do cuidado posto em relação a uma *versão oficial* das discussões sobre o Congresso (359). Pardal Monteiro defendeu assim "que só com liberdade de acção se deverá ir para esse Congresso, pois no dia em que essa liberdade de acção seja limitada os architectos devem ficar em casa (- muitos apoiados -)" (360). Pode então concluir-se que segundo este orador os architectos tinham, efectivamente, "liberdade de acção". Que tipo de *liberdade* e que tipo de *acção* não foram explicitadas...

A questão da exposição a ter lugar simultaneamente com os Congressos de Architectura e Engenharia foi abordada mais atentamente nesta Assembleia. Foi I. Peres Fernandes quem chamou a atenção para o facto daquela não ser "nacional" nem "sequer uma exposição de obras feitas pelo Estado, mas sim pelo Ministério das Obras Públicas", o que contrariava aquilo que Cottinelli Telmo tinha exposto na reunião anterior. Na opinião do orador "será muito interessante procurar-se conseguir que a exposição tenha a maior latitude possível, transformando-se numa exposição nacional de architectura". Acrescentou ainda que "sob o ponto de vista da classe isto teria o maior interesse. Terminou pedindo que o Sindicato envidasse os seus esforços no sentido de se fazer mais larga representação da obra de todos". (361)

Tais questões foram esclarecidas por J. Segurado, principal responsável pela organização e implantação da exposição, que deu a entender que tinham já sido iniciados os preparativos da mesma pois afirmou que "pelos trabalhos até agora feitos, para a exposição, se verifica que todos os Ministérios lá estão representados, pois que o próprio Ministério das Obras Públicas tem trabalhado para os outros Ministérios, mas na parte colonial não há nada". (362)

Elogiando a proposta de I. Peres Fernandes, intervieram Cottinelli Telmo e Pardal Monteiro, ainda que o seu conteúdo não conste no Livro de Actas, tendo o proponente concluído que lhe parecia difícil haver uma duplicação da exposição. Se aquela tivesse lugar "poderá revestir o aspecto de que a classe dos architectos faz uma réplica à exposição do Ministério das Obras Públicas, se ela obtiver a sanção oficial, é outra coisa". Clarificando a sua proposta, acrescentou ainda "que se fosse bem sucedida a ideia de se fazer uma exposição nacional de architectura se deveria fazer um congresso nacional de architectura. Entende que sob o ponto de vista da classe a uma exposição nacional de architectura deve corresponder um congresso nacional de architectura, a uma exposição de trabalhos realizados pelos departamentos de Estado deve corresponder um congresso de architectos restrito às pessoas que têm interesses directos com esses trabalhos". (363)

Esta intervenção é reveladora de que não estava a ser feita uma distinção clara entre a iniciativa *Congresso* e a iniciativa *Exposição*, fazendo depender um acontecimento do outro. Demonstra, assim, que os architectos teriam mais confiança na divulgação da sua obra construída do que em relação às discussões, o que remete a prática profissional para primeiro plano e questões de índole teórica, para o segundo. Por outro lado, importa ainda assinalar que não houve nestas duas reuniões quaisquer preocupações ou dúvidas quanto às temáticas do Congresso, tendo importância preferencial as questões relacionadas com a realização de uma exposição. Quando se falou em Congresso foi em termos de liberdade na apresentação de teses, sem nunca terem sido ventilados quaisquer assuntos a tratar, à excepção de Mário de Oliveira que abordou sumariamente este assunto, na primeira reunião.

Verifica-se que a proposta de I. Peres Fernandes foi transformada num aditamento aquela que tinha sido apresentada por Cottinelli Telmo no início da Assembleia (364), após o que foi posta à votação. A proposta da Direcção foi aprovada por 24 votos a favor e um contra, tendo P. Cunha declarado "proceder por coerência com

a sua atitude durante estes trabalhos" (365). Antes do encerramento procedeu-se ainda à eleição da "Comissão de estudos" do Congresso na qual não estava prevista qualquer representação da Secção Distrital do Norte do Sindicato.

Dos 25 sócios presentes foram votados 17, sendo eleitos os seguintes: Cottinelli Telmo - 11 votos, Faria da Costa - 11 votos (366), Miguel Jacobetty - 11 votos (367), Pardal Monteiro - 12 votos, Paulo Cunha - 12 votos (368) e que cerca de um mês depois da sua eleição, apresentaram à Assembleia Geral as conclusões do seu trabalho. Segundo afirmou Pardal Monteiro "a Comissão reuniu várias vezes e, com os esforços e a boa vontade de todos os componentes chegou a resultados que abrangem além do programa do Congresso, outras matérias que com ele se relacionam". Foram então lidos aos 18 sócios presentes (369), o "Relatório referente às conclusões da Comissão", o "projecto de Programa" e o "projecto de Regulamento" que dada a sua complexidade foram votados primeiro na generalidade e depois na especialidade. (370)

O primeiro documento apresentado propunha entre outros pontos o título do Congresso, os temas a debater, o programa (em anexo), o regulamento (também em anexo), definia a Comissão Executiva e as suas funções bem como assuntos relativos à Exposição de Architectura.

A designação proposta para tal acontecimento - "1º Congresso Nacional de Architectura, organizado pelo Sindicato Nacional dos Architectos com o patrocínio do Governo" - foi aprovada por unanimidade, bem como os temas a debater: I - A função da Architectura no plano nacional (371), II - O problema português da habitação. Estes, segundo Pardal Monteiro, resultaram da ponderação feita no seio da comissão que teve "o cuidado de escolher assuntos que se prestam a conclusões úteis" (372). Curiosamente, e como já foi apontado para situações anteriores, todos os comentários feitos durante a Assembleia Geral foram eliminados quando a Acta foi passada para o Livro, tornando-se necessário recorrer

de novo ao seu texto inicial. É nele que constam os comentários, ainda de Pardal Monteiro, aos temas propostos: "no primeiro, de ordem geral, qualquer architecto pode falar sobre qualquer assunto. O 2º - o da habitação - também pode ser debatido pelo Congresso sobre qualquer dos aspectos que o problema da habitação apresenta. Pareceu à comissão inconveniente criar mais temas. Com duas teses apenas, uma de carácter filosófico e outra de carácter objectivo serão mais fáceis os trabalhos". (373)

Pela primeira vez deste que estava em discussão em Assembleia Geral as questões em torno do Congresso e da exposição de Architectura, foi feita referênica aos colegas do Porto: o relatório apresentado pela comissão de estudos propunha que o architecto professor José Marques da Silva fosse convidado para presidente de Honra da Comissão Executiva do Congresso e presidente honorário do Sindicato (374). Tais propostas foram justificadas por Pardal Monteiro: este último título estava vago desde 1942, quando faleceu o Mestre J. Luís Monteiro, por um lado e, por outro "não se pode fazer o congresso sem uma larga participação dos colegas do Porto" (375). Importa assinalar que apesar de ter sido afirmada a vontade e a convicção, desde o início dos debates sobre as questões do Congresso a 1 de Abril de 1947, que este, a ter lugar seria *nacional*, passado mais de um mês desde a decisão de o realizar, a Secção Distrital do Norte não tinha ainda conhecimento dos trabalhos em curso. (376)

O último dos aspectos deste relatório que mereceu alguma discussão que levou à alteração da sua redacção inicial, foi referente à eleição e atribuições da "Comissão de Organização da Exposição de Trabalhos Particulares de Architectura". (377)

Tal como já foi referido, o "projecto de programa" do Congresso constituía um dos anexos ao relatório apresentado pela comissão de estudos. No Livro de Actas não existem quaisquer comentários àquele, que foi aprovado por unanimidade. Porém, houve uma observação de Pardal Monteiro que referiu que "em síntese são uns

poucos de dias nos quais se distribui umas vezes as manhãs, outras as tardes" (378), o que pressupõe que algo mais tivesse sido dito sem ter passado a acta. Trata-se da única proposta apresentada à Assembleia pela comissão e que não sofreu qualquer alteração.

Dada a distância que mediava ainda a realização do Congresso, este programa previa menos um dia do que o definitivo. Contudo, o tempo dado às discussões de cada um dos temas foi o mesmo (379), excepto para as conclusões às quais foi atribuído mais tempo no programa definitivo, apesar de distribuído de outro modo. Outra diferença importa ainda assinalar: enquanto que nesta proposta as discussões teriam início logo no segundo dia de trabalhos, na prática só se verificaram no quarto dia. A recepção aos congressistas e à imprensa na sede do Sindicato, as apresentações, distribuição das teses, relatórios e mais documentação e a constituição das mesas para as diversas sessões de trabalho, na manhã do primeiro dia de congresso cuja tarde seria preenchida com a sessão inaugural sob a presidência do ministro das Obras Públicas, eram os únicos acontecimentos previstos. Ou seja, era indicado como "livre" todo o tempo que não era ocupado na discussão das teses. Parece não ser errado afirmar que apesar do programa estar, de certo, sujeito às iniciativas propostas oficialmente, algo mais poderia ter sido avançado. Nas reuniões anteriores Cottinelli Telmo referiu várias vezes a possibilidade do governo patrocinar visitar de estudo desde que enquadradas e justificadas pelo próprio congresso. Este programa, tal como foi aprovado pela Assembleia Geral fechava este acontecimento sobre si próprio, o que de alguma forma era contrário às ideias enunciadas quanto à oportunidade de dar a conhecer o *arquitecto* enquanto profissional. (380)

Outro dos anexos do relatório da comissão de estudos era o "Projecto do Regulamento do Congresso", também aprovado na Assembleia Geral de 7 de Maio de 1947. Tanto a acta transcrita para o Livro como a dactilografada deixam claro que aquele não suscitou grande debate. O ponto que gerou alguma troca de

impressões foi o que dizia respeito aos participantes no congresso, ou seja, se este seria somente aberto a architectos diplomados. A questão foi colocada por I. Peres Fernandes e mereceu as seguintes observações de Cottinelli Telmo: "além dos architectos diplomados, a porta deverá ficar aberta para poderem tomar parte, como membros activos do Congresso aqueles futuros colegas que têm o curso de architectura ou estão em vias de o concluir mas a admissão desses senhores devia porventura ser sancionada com a assinatura de um architecto diplomado". Terminou dizendo que "tais condições não devem figurar no Regulamento, embora fiquem registadas na Acta". (381)

Deste regulamento evidencia-se a importância do relator de cada um dos temas ao qual competia "concretisar resumidamente num relatório os pontos fundamentais focados nos resumos das diversas teses, de modo que as discussões possam conduzir a conclusões que exprimam os votos da classe sobre cada um dos temas debatidos". O relatório elaborado sobre cada tema "será distribuído pela Comissão Executiva a todos os congressistas antes de se iniciarem os debates sobre cada um dos temas" e lido no início dos trabalhos de cada sessão (382). Deste modo, as intervenções dos presentes eram feitas a partir de um resumo e não da leitura dos textos originais das comunicações apresentadas. As conclusões aprovadas para cada tema, que constituíam os votos do congresso, eram feitas por uma comissão redactora eleita para cada tema. Por fim, importa ainda referir que foram eliminadas duas alíneas do projecto de regulamento, exactamente aquelas que visavam a limitação do tempo das intervenções e o conteúdo destas. (383)

A eleição da Comissão Executiva do 1º Congresso Nacional de Architectura e da Comissão Organizadora da Exposição, decorreu no dia 13 de Maio de 1947 em Assembleia Geral, continuação da anterior, e na qual estiveram presentes 15 sócios (384). Dadas as atribuições desta comissão na organização e coordenação de todo o congresso, Pardal Monteiro teve o especial cuidado de alertar os presentes para as qualidades que considerava indispensáveis aos elementos a

eleger - "pessoas com qualidades de organizadores e vontade de trabalhar pela Classe" (385). Quanto aos relatores, cuja importância já foi salientada, referiu que estes "devem ser de preferência architectos novos, para trabalharem nos vários resumos das teses, arrumando-os de harmonia com as várias opiniões". (386)

Tendo sido feita prévia leitura da lista de todos os sócios do Sindicato que poderiam ser eleitos, os resultados da votação para a Comissão Executiva do Congresso foram os seguintes: Miguel Jacobetty - 10 votos, Faria da Costa - 10 votos, Pardal Monteiro - 10 votos, Paulo Cunha - 6 votos, Cottinelli Telmo - 9 votos (387), sendo assim a mesma composição da comissão de estudos. Para a Comissão Organizadora da Exposição foram eleitos: Jorge Segurado - 13 votos, L. Cristino da Silva - 12 votos e Alberto J. Pessoa - 4 votos (388). Para relatores foram votados Sérgio Andrade Gomes - 8 votos e I. Peres Fernandes - 9 votos. (389)

Após a votação seguiu-se uma discussão em torno de como decorreriam os trabalhos da Comissão Executiva do Congresso. As intervenções, tal como aconteceu nas Assembleias anteriores, limitaram-se praticamente às de P. Cunha, Pardal Monteiro e Cottinelli Telmo. As questões então colocadas tinham subjacentes outras mais profundas do que aquelas que foram apresentadas num sentido pragmático. Exemplo elucidativo é o facto de ter ficado desde logo definido que "a Comissão deve estar à margem do Sindicato, não dependendo da deliberação da Direcção" (390), como referiu P. Cunha com o acordo de Pardal Monteiro. Acesa polémica foi desencadeada a propósito do local onde ser deveria reunir essa comissão. Mais uma vez foi P. Cunha que deu o mote ao defender que estas "deveriam ter lugar fora da sede do Sindicato, pois há vários architectos que, por razões que não importa mencionar, não querem pertencer ao Sindicato. O Sindicato tem uns Estatutos que não podem ter aplicação prática e que intimidam muita gente. Desde que as reuniões sejam dentro da sede, há para todos os efeitos uma disciplina que tem de ser cumprida. Assim, as reuniões preparatórias do Congresso podiam talvez ser feitas na Sociedade Nacional de Belas Artes, a fim de

captar os descontentes" (391). Esta intervenção foi interrompida por Parda Monteiro que "disse não compreender se a sugestão é feita no sentido de tomar completamente independente o trabalho da Comissão da intervenção da Direcção do Sindicato ou se se refere unicamente ao local". P. Cunha "esclareceu que a sua intenção é, apenas, que as coisas se passem de modo a captar todos os Colegas que andam afastados do Sindicato" (392). Opinião contrária foi manifestada por Mário de Oliveira pois pensava que a ser concretizada a ideia de P. Cunha "viria tirar o prestígio ao Sindicato. Acima de tudo e de todos deve estar o interesse da Classe. Com o agora proposto só se diminuiria o Sindicato". (393)

Parece assim que a classe se polarizava em torno do Sindicato e fora dele e que entre os primeiros eram conhecidos os motivos pelos quais uma aproximação era difícil. Por outro lado, se o Congresso pretendia abarcar esses dois grupos e ser uma iniciativa da Direcção do Sindicato, P. Cunha pretendeu, de certo modo, que estas duas realidades - Sindicato e Congresso - fossem distintas. Ainda neste sentido afirmou "que em virtude do Congresso ser para todos os Arquitectos, as reuniões não são do Sindicato, mas do Congresso, das pessoas interessadas no Congresso, de sócios e não sócios do Sindicato. Numa política de captação, sugere que, para se ser ainda mais liberal nas concessões para aqueles que não querem ser sócios do Sindicato, as reuniões sejam noutra sítio a pretexto de que as salas do Sindicato não são suficientes" (394). Parece que para o orador não estavam só em causa as reuniões da Comissão Executiva do Congresso mas outras de carácter mais amplo onde pudessem, eventualmente, serem discutidas as teses a apresentar, o seu teor, metodologias de intervenções, entre outros aspectos.

Mais consensual revelou-se J. Segurado que apelou aos interesses gerais da classe, estabelecendo como um dos principais interesses da Comissão Executiva de que "o Congresso seja bem sucedido e que a representação respectiva seja a mais vasta possível, quer composta de sócios, quer de não sócios" (395). Estava

então subjacente a preocupação da representatividade numérica do Congresso que, necessariamente, não poderia traduzir a representatividade do Sindicato. Também Cottinelli Telmo teceu algumas considerações sobre este assunto tentando amenizar a polémica estabelecida. Assim, interrogava: "se duma Assembleia Geral do Sindicato sai uma Comissão Executiva para um Congresso Nacional de Architectura, não estará nessa nomeação bem explicito o propósito de independência que essa Comissão deve vir a ter? Subsistirá assim o problema daqueles que estão afastados do Sindicato?" (396). Porém, parece pertinente interrogar também: que tipo de *independência* estava *explícita* quando o presidente do Sindicato e da Mesa da Assembleia Geral faziam parte dessa Comissão? (397)

Exceptuando a intervenção de Mário de Oliveira, todas as outras foram feitas por elementos da Comissão Executiva do 1º Congresso Nacional de Architectura, o que transformou esta sessão de Assembleia Geral de 13 de Maio de 1947, a última que se realizou para tratar do Congresso, como que numa reunião preliminar daquela Comissão. A Assembleia seguinte só se efectuou a 20 de Janeiro de 1948 e cumprindo uma formalidade estatutária, visava a aprovação e votação dos Relatórios das gerências de 1946 e 1947 bem como do Parecer do Conselho Fiscal e orçamento para 1948 e ainda a eleição dos delegados do Sindicato aos júris dos Prémios Valmor e Municipal de Architectura. Cottinelli Telmo aproveitou a oportunidade para informar os presentes sobre o andamento dos trabalhos do Congresso e da Exposição, "pedindo a colaboração de todos, quer na apresentação de teses, quer na exposição de propostas particulares, exaltando mais uma vez a importância desta oportunidade magnífica, para os Architectos marcarem a posição a que têm incontestável direito" (398). Antes da realização do 1º Congresso teve ainda lugar mais uma Assembleia - a 9 de Março de 1948 - cuja ordem de trabalhos constava da eleição dos novos corpos gerentes para o triénio de 1948-1950. Com a presença de 50 sócios (399), número que ultrapassava

largamente o das reuniões anteriores, foi eleita a lista liderada por Keil Amaral (400). Das suas implicações, se falará ainda...

As reuniões da Comissão Executiva (401) tiveram início a 19 de Maio de 1947, data em que se procedeu à distribuição dos cargos da seguinte forma: Cottinelli Telmo, presidente; Pardal Monteiro e Jacobetty Rosa, vogais; Faria da Costa, tesoureiro; P. Cunha, secretário geral (402). Do trabalho desenvolvido por aquela há que realçar as tarefas que couberam a Cottinelli Telmo: contactos com o ministro das Obras Públicas, com o presidente da Ordem dos Engenheiros (403) e concepção da imagem gráfica do Congresso (404). Antes da interrupção dos trabalhos, durante quatro meses que corresponderam ao período de férias a partir da reunião de 11 de Junho de 1947, foi solicitada às Escolas de Belas Artes de Lisboa e Porto uma lista dos alunos que tinham concluído o curso de Arquitectura. Assim, só em Outubro é que foi tratada a questão do orçamento e do documento a apresentar ao ministro das Obras Públicas a fim do Sindicato obter o prometido subsídio (405), bem como foi decidido enviar "uma Circular de Convite aos Arquitectos portugueses para darem a sua adesão ao Congresso", tendo P. Cunha ficado encarregue da sua redacção (406), sendo a partir de então dado algum impulso no sentido de se proceder aos melhoramentos na sede do Sindicato previstos no patrocínio oficial.

Pela leitura das Actas da Direcção, pode constatar-se que ao contrário do que tinha sido afirmado, houve intervenção daquele órgão sindical nos assuntos do Congresso, ainda que em questões de âmbito administrativo. Como exemplo pode referir-se que foi a Direcção que assinou as cartas enviadas a diversos Ministérios solicitando que aos arquitectos dos seus quadros "fosse permitido tomarem parte no Congresso, porventura, até, em representação de serviços oficiais, contribuindo com teses e tomando parte nos debates" (407), diligência feita posteriormente junto dos presidentes de várias Câmaras Municipais do país (408). Foi também a Direcção que no início de Dezembro de 1947 enviou um ofício à Secção Distrital do Norte no qual era (finalmente) comunicada a realização do Congresso (409). Há

notícia da deslocação de Cottinelli Telmo e de P. Cunha ao Porto nos finais de Março, início de Abril, ou seja cerca de um mês antes da realização do Congresso, trazendo estes a confirmação de existirem já aproximadamente doze teses preparadas entre os colegas daquela cidade.

Sobre a projectada exposição de trabalhos particulares a estar patente durante o Congresso, só há informações a 13 de Abril de 1948, data em que P. Cunha foi encarregue de redigir uma proposta da circular a enviar aos sócios anunciando o adiamento da mesma. (410)

Aproximando-se a data do Congresso, a 23 de Abril foram escolhidos para cada tema os relatores já eleitos em Assembleia Geral - a I. Peres Fernandes coube o Tema I: A Arquitectura no plano nacional e a S. Andrade Gomes o Tema II: O problema português da habitação - bem como foram distribuídas as presidências das sessões (411). O último documento existente no Livro de Actas da Comissão Executiva é datado de 30 de Abril de 1948 referindo apenas a aprovação da aquisição dos novos sofás para a sede social e a recepção de mais teses. Quanto às Actas da Direcção as referências ao Congresso terminam mencionando um ofício enviado à Direcção da Sociedade Nacional de Belas Artes que informava daquela realização e simultaneamente solicitava "autorização para suprimir uma das divisórias existentes e beneficiar todas as salas" que pertenciam ao Sindicato, pois havia "toda a necessidade" em que as instalações "sejam modificadas no sentido de poderem receber todos os Congressistas com o conforto indispensável". (412)

Em relação ao relatório apresentado pela Comissão de Estudos e que foi aprovado na Assembleia Geral de 7 de Maio de 1947, verifica-se que não foram cumpridos alguns pontos: conclusão 6ª - convite ao arquitecto J. Marques da Silva para presidente de Honra do 1º Congresso Nacional de Arquitectura e do Sindicato, inviabilizado pelo facto deste ter falecido a 6 de Junho de 1947. Não foi, porém,

ventilado qualquer substituto; conclusão 12ª - publicação de um número especial da Revista *Arquitectos* cuja iniciativa estava a cargo da Direcção. Sendo Cottinelli Telmo presidente da Comissão Executiva do Congresso, presidente da Direcção do Sindicato e director da revista, parece bastante provável a hipótese da sua pouca disponibilidade em cumprir este ponto.

Tudo leva a crer que esta Comissão, criando as estruturas fundamentais para a realização do Congresso, trabalhou, contudo, desligada da própria classe, sendo as circulares o elo de ligação preferencial. Como se viria a demonstrar, as movimentações mais importantes em tomo desta iniciativa realizaram-se fora e para além do próprio Sindicato...

De acordo com o "Livro Caixa", as inscrições para o 1º Congresso Nacional de Arquitectura iniciaram-se a 23 de Janeiro de 1948 terminando a 31 de Maio do mesmo ano (413). Comparando estes dados com a listagem das inscrições publicadas juntamente com o Relatório da Comissão Executiva, as teses e as conclusões e votos do Congresso (414), verifica-se que a ordem de recepção não foi respeitada na ordenação numérica final (415). O total de inscrições - 211 - foi bastante significativo tendo em conta o número de sócios do Sindicato - 124. O esforço de mobilização de toda a classe tomou sentido pela primeira vez, reunindo arquitectos de todo o país na sua e também primeira acção colectiva.

Na manhã do dia 28 de Maio de 1948 - exactamente 22 anos após o movimento militar que viabilizou a instauração do Estado Novo - teve finalmente início o 1º Congresso Nacional de Arquitectura, com a recepção aos congressistas e imprensa na sede do Sindicato. A sessão solene de abertura, simultânea à inauguração da Exposição 15 Anos de Obras Públicas: 1932-1947 (416) e do II Congresso Nacional de Engenharia (417), teve lugar naquela noite, no Instituto Superior Técnico, sob a presidência do Presidente da República.

O primeiro orador foi o ministro das Obras Públicas que desde logo enfatizou o papel desempenhado pelo Presidente da República e pelo Presidente do Conselho no domínio das realizações do Estado Novo, referindo-se depois à abertura dos dois congressos. Segundo afirmou era "caso único" o facto de simultaneamente com aqueles se inaugurar "uma Exposição das obras efectivamente realizadas por esses mesmos técnicos, uma Exposição documental mais viva daquilo que souberam conceber e executar". Para o ministro, architectos e engenheiros eram "os homens que tanto e tão afincadamente têm trabalhado no seu aperfeiçoamento profissional, bem conscientes de quanto deles depende o engrandecimento da Nação". A Exposição era, porém, ainda segundo o mesmo orador, o elemento central em torno do qual gravitavam os Congressos. Esta funcionaria como a sua retaguarda espiritual, era "a impressão que um tal pano de fundo há-de por força provocar" que faria com que os Congressos ultrapassassem "a craveira normal de reuniões semelhantes para atingirem foros de acontecimentos de verdadeiro interesse nacional". (418)

Com certa tranquilidade, o ministro das Obras Públicas exprimiu ainda o grande interesse com que eram aguardadas as conclusões de ambos os Congressos: "podemos estar descansados neste capítulo: tudo foi devidamente ponderado pelas respectivas Comissões Executivas e as teses e comunicações escolhidas para os Congressos hão-de constituir, sem dúvida, documentos que honrando as classes dos engenheiros e dos architectos honrarão também o nosso País". (419)

O penúltimo orador foi Cottinelli Telmo, depois do presidente da Comissão Executiva do II Congresso Nacional de Engenharia e do presidente da Comissão Organizadora da Exposição e antes de O. F. Carmona, Presidente da República, que encerrou a sessão entregando as insígnias da Ordem de Santiago de Espada aos presidentes do Sindicato Nacional de Architectura e da Ordem dos Engenheiros.

Num breve discurso, isento de grandes especulações em relação ao que poderia ser o 1º Congresso Nacional de Arquitectura, Cottinelli Telmo assumiu publicamente o equívoco da realização deste Congresso como uma iniciativa do Sindicato: "Este acontecimento - Exposição de Obras Públicas - representa, antes de mais nada, uma homenagem que o Governo, e particularmente S. Ex^a o Ministro das Obras Públicas, quis prestar à Engenharia e à Arquitectura portuguesas, ao tomar conhecimento de que os respectivos profissionais se propunham realizar este ano os seus Congressos" (420). Elogiando a Exposição como "uma grande lição" e constatando a alteração da paisagem urbana, o presidente do Sindicato não deixou de referir que era necessário questionar o trabalho realizado perante o qual "cada um fará o seu exame de consciência, prestando-lhe a justiça que merece, ou procurando corrigir, ou afirmar, o melhor caminho no sentido de bem servir a Nação portuguesa" (421). Ao terminar a sua intervenção referiu-se ainda a duas questões: estilo e "técnicas de construir". Colocadas então desde o início, não de forma crítica explícita mas num sentido mais didáctico, elas traduziam as preocupações mais prementes da prática profissional da classe (422). Utilizando expressões como *sinceridade*, *falsos artificios*, *liberdade de expressão* e *conhecimento dos progressos mundiais de construir*, ficaram, na sua quase totalidade, enunciados os problemas que foram desenvolvidos e debatidos durante o Congresso.

No Tema I - A Arquitectura no Plano Nacional - foram apresentadas 23 teses e no Tema II - O Problema Português da Habitação - um total de 9. De todas elas ressalta um registo de queixa, acusações veladas que tentavam traçar o diagnóstico de uma profissão numa calma intranquila de quem tem urgência em ver profundamente alteradas as suas condições de trabalho e sabe bem delimitar a origem das impossibilidades então vividas. Os arquitectos portugueses confrontavam-se então pela primeira vez com duas situações: por um lado o Governo e o público, por outro, com eles próprios e parte do seu trabalho patente

na Exposição. Se esta última propunha o balanço de 15 anos, os arquitectos foram mais atrás, alguns até à arquitectura grega, numa busca de razões e argumentos.

A discussão do Tema I teve início a 31 de Maio, no salão nobre do Instituto Superior Técnico, sendo a mesa da sessão presidida pelo Prof. Arq. David Moreira da Silva, tendo como 1º secretário A. Couto Martins (de Lisboa) e Fortunato Cabral (do Porto) e como relator, I. Peres Fernandes. Versando a questão da arquitectura no plano nacional, temática caracterizada na circular enviada aos sócios anunciando a realização do Congresso como "de superior alcance geral" (423), sendo assim vaga na sua formulação inicial, permitiu que fossem aí tratados os mais diversos assuntos que o relator agrupou em: aspectos cultural e social; ensino e formação do arquitecto; arquitectura tradicional ou de feição nacionalista; aspectos materiais do exercício da profissão; exercício da profissão do arquitecto nas colónias; regulamentação da construção urbana e organização de quadros técnicos do Estado e dos Municípios; e, por fim, diversos problemas de urbanismo e arquitectura industrial. (424)

Com esta dispersão de conteúdos foi naturalmente impossível aprofundar de forma conclusiva qualquer deles. Assim, nesta primeira sessão foram sobretudo abordados os "problemas relacionados com a feição tradicional da arquitectura portuguesa contemporânea e as imposições que, nesse e noutros sentidos, vêm sendo feitas aos arquitectos, até mesmo por alguns departamentos públicos" (425). Esta polémica ultrapassou então o esboço de uma crítica de atelier e ganhou contornos mais acentuados, contrariando ou desdizendo muitas das obras patentes na exposição oficial "15 Anos de Obras Públicas". O problema do ensino e da formação profissional foi debatido na segunda sessão de trabalhos (426), onde "foi ainda possível, alongando pela noite a sessão da tarde, analisar problemas postos à consideração do Congresso, relativos à regulamentação da construção civil, e à fixação de um certo número de grandes princípios urbanísticos reguladores do desenvolvimento das povoações". (427)

Do conjunto das 23 teses apresentadas ao Tema I, de peso desigual, quer pela argumentação utilizada quer pelas propostas nelas incluídas, ressalta sobretudo a diferença de linguagem entre as apresentadas pelos arquitectos de Lisboa e as apresentadas pelos arquitectos do Porto. As segundas reflectem, necessariamente, as diferentes condições de trabalho existentes na capital e no segundo maior centro urbano do país. Deste modo, as críticas feitas são perspectivadas de forma mais positiva e o diagnóstico da situação então vivida foi, na maioria dos casos, elucidado por experiências internacionais o que de facto evidencia um conhecimento mais profundo e actualizado de outras realidades. (428)

Os trabalhos relativos ao Tema II - O Problema Português da Habitação - ocuparam a 3ª e 4ª sessão do Congresso e decorreram na manhã e tarde do dia 2 de Junho, na Sociedade Nacional de Belas Artes. O Arq. Prof. Carlos Ramos presidiu à mesa, secretariado por Veloso Reis (de Lisboa) e H. Fonseca Dias (do Porto) e foi relator deste tema S. Andrade Gomes. (429)

Entre 9 teses apresentadas, só uma foi subscrita por um membro dos corpos sociais do Sindicato, a de Pardal Monteiro (430), aspecto que importa realçar. Estas, abrangendo questões no âmbito da habitação rural tiveram a sua tónica dominante na dimensão urbana do problema. O tema, de maior definição do que o anterior, permitiu que as teses apresentadas fossem mais objectivas, ainda que muitas delas aprofundassem o problema do urbanismo, indissociável do problema da habitação. As conclusões propostas por cada uma tornaram evidente a discordância dos princípios que presidiam tanto à construção dos bairros sociais e económicos de iniciativa governamental, como aos planos de urbanização já elaborados de acordo com as imposições oficiais.

Apesar da desproporção de comunicações que houve entre os dois temas, o problema português da habitação era aquele que, sem dúvida, implicava em questões mais imediatas que tinham directamente a ver com a consciência do

próprio arquitecto, enquanto interveniente na melhoria da qualidade de vida das populações urbana e rural. Ao serem postas em causa as medidas oficiais neste domínio estava subjacente uma crítica ao próprio conceito de sociedade veiculado pelo Estado Novo que promovia a família como um dos seus pilares fundamentais, defendendo a construção de moradias unifamiliares. Neste sentido e obedecendo a preocupações de maior rentabilização do solo urbanizável, os arquitectos defenderam a construção de habitações colectivas e a construção em altura, tendo como referência paradigmática a criação de unidades de habitação como evocação e referência directa às propostas de Le Corbusier. (431)

Nas comunicações apresentadas a este tema houve uma preocupação nítida pelas classes mais desfavorecidas, defendendo-se a favor daquelas a redefinição da noção de habitação económica na qual estavam implícitas as questões de salubridade, a construção de bairros pelo Estado cujos moradores deveriam ser prioritariamente os habitantes das "ilhas" e dos "bairros de lata", a abolição de bairros exclusivos de habitação proletária de forma a impedir a segregação social e abrindo caminho ao reajustamento dessas populações e ainda a demolição de zonas insalubres criando em seu lugar espaços verdes e de recreio. Para a capital, entre outras medidas, foi defendida a realização de um inquérito habitacional, a elaboração de um plano geral ou programa de construção de casas de renda limitada e a revisão de regulamentos desadequados das necessidades reais. Por fim, importa realçar que os arquitectos abordaram ainda no âmbito deste tema as vantagens de uma maior profissionalização dos trabalhadores da construção civil, da normalização dos elementos de construção diminuindo os custos globais da construção bem como a vantagem da criação de indústrias vocacionadas para a produção de novos materiais. Assim, apesar de ter sido no Tema I que os arquitectos mais claramente se exprimiram contra a pressão exercida pelo regime na sua actividade profissional, o Tema II foi aquele que permitiu que as suas conclusões tivessem implícitas uma carga ideológica mais objectiva.

A primeira Assembleia Geral realizada após o 1º Congresso Nacional de Arquitectura, teve lugar a 22 de Dezembro de 1948, com a presença de 26 sócios (432). Era também a primeira que tinha lugar após a tomada de posse da Direcção presidida por Keil Amaral, apesar de Pardal Monteiro continuar a assumir a presidência da Mesa da Assembleia Geral.

Foi este último e antes de entrar na ordem da noite - consulta da Direcção sobre algumas iniciativas a tomar - que manifestou o desejo de focar diversos acontecimentos que tiveram lugar após a reunião anterior. O primeiro, considerado como o de "mais alta transcendência e dos mais notáveis da história" da classe, foi o 1º Congresso, "manifestação que nenhum dos arquitectos que tiveram a felicidade de viver jamais poderá esquecer". Elogiando "a valiosa cooperação que lhe deu a esmagadora maioria dos arquitectos portugueses", acrescentou ainda que "é consolador frizar a solidariedade e espírito de camaradagem verificadas entre os dois núcleos mais importantes de arquitectos, os de Lisboa e do Porto". Quanto às conclusões, sem se referir ao seu conteúdo, considerou que o "mais notável" foi o facto daquelas "terem sido tomadas, praticamente, por unanimidade, o que exprime a seriedade e a justiça quanto aos assuntos debatidos no Congresso". Terminou, afirmando que era à nova Direcção que cabia "a pesada tarefa de não deixar cair no esquecimento quer os votos quer as recomendações do Congresso", bem como "manter o fogo sagrado que nos permita realizar na devida oportunidade" o 2º Congresso e também tentar que as aspirações expressas no 1º Congresso sejam entretanto satisfeitas (433). Dois outros "tristes acontecimentos" foram ainda focados por Pardal Monteiro: a "trágica morte do anterior presidente do Sindicato, que foi também admirável presidente do Primeiro Congresso Nacional de Arquitectura, o nosso saudoso Colega Cottinelli Telmo" (434) e o "falecimento do nosso Colega Adelino Nunes que tão inesperadamente nos surpreendeu". (435)

Cerca de seis meses tinham então decorrido sobre a sessão solene de encerramento do 1º Congresso (436). Cottinelli Telmo, o primeiro dos oradores enquanto presidente da Comissão Executiva daquele acontecimento, fez o discurso da ambiguidade, em que se afirma e não se afirma, em que se fala do que se decidiu e logo depois se diz como se nada tivesse acontecido. Se por um lado se congratula com os votos e conclusões alcançadas durante os debates (437), por outro, uma inversão no seu discurso leva-o a elogiar o ministro das Obras Públicas contrariando em parte a tónica de contestação à política oficial que foi uma constante das teses apresentadas em ambos os Temas do Congresso (438). Foi mesmo mais longe como porta-voz de uma auto-crítica colectiva, ao culpabilizar a classe por algumas das deficiências diagnosticadas ao longo das discussões (439), deixando no entanto na penumbra as razões objectivas dos insucessos continuados devido à impossibilidade da colaboração directa dos architectos em assuntos centralizados e decididos nos diferentes Ministérios. De alguma forma, o discurso de Cottinelli Telmo, marcado por uma certa ambiguidade assumida e apesar da vivacidade que o vai pontuando, denota por um lado, a satisfação por tudo aquilo que foi afirmado, independentemente de quem o afirmou, e por outro, a conciliação necessária com as instâncias oficiais, atenuando as acusações e limando as arestas mais acutilantes.

O discurso de encerramento proferido em seguida pelo ministro das Obras Públicas deixou transparecer uma certa expectativa e insegurança, não pelo que afirmou, mas precisamente por aquilo que não disse. Vazio de sentido em relação ao próprio Congresso excepto no sua explanação, tal como já tinha feito na sessão de abertura, do sentido da acção e da obra do Estado Novo. Referiu que "a classe dos architectos ainda deve mais a este período de ressurgimento nacional do que a classe dos engenheiros, pois estes sempre singraram em maior número - tanto assim que lá puderam realizar o seu primeiro Congresso em 1931" (440), como que recordando aos congressistas que a sua atitude em relação ao Governo deveria ser

mais de reconhecimento do que crítica. Parecendo pouco provável, o ministro afirmou que não tinha ainda conhecimento das conclusões do Congresso, mas que aguardava "com ansiedade o momento em que dessas conclusões e dos votos formulados" lhe fosse dado conhecimento. De certo que saberia algo mais do que vinha referido nos "curtos relatos da Imprensa", pois acrescentou: "Adivinho no entanto, desde já, afirmações de certo descontentamento, e tenho a certeza absoluta de que se terá manifestado, em algumas teses, crítica do que se tem feito - mas crítica construtiva, crítica que interessa de facto ao aperfeiçoamento da vossa actuação, que o mesmo é dizer à melhoria do nosso trabalho no ressurgimento material do País". Depois disse ainda: "Posso afirmar a V. Ex^{as} que tudo será examinado com cuidadosa atenção". Terminou o seu discurso manifestando a necessidade que todos tinham em se unir, "sem divergências ou desentendimentos, trabalhando sempre, com um leal espírito de colaboração e - acima de tudo, à margem de tudo - de olhos postos no engrandecimento da nossa terra" (441), o que leva a crer que o ministro já teria de facto conhecimento das conclusões.

O 1º Congresso Nacional de Architectura fechou um decénio após o qual se iniciaram importantes transformações. As suas consequências não se fizeram sentir tanto pela passagem à prática das conclusões e votos, mas mais pela projecção e alcance morais, pela coragem de acusar e criticar, pela vontade de mudança então demonstrada, ora sustentadas por um corpo teórico mais ou menos sólido, ora de forma ingénua. Estas foram perceptíveis entre os architectos mais jovens que viram neste acontecimento uma possibilidade de tentar alterar o quadro da sua actividade profissional e uma maior abertura para a aceitação das suas teorias de influência racionalista.

Não deixa de ser interessante verificar que o Sindicato, enquanto organismo profissional, se limitou a organizar o Congresso, não tendo nele uma intervenção directa, nem sequer do ponto de vista evocativo do papel que até então tinha

desempenhado na defesa da classe. As teses apresentadas individualmente e devido às temáticas propostas para o Congresso, reflectiram as condições de exercício da profissão, contemplando exclusivamente a sua vertente de prática projectual. As intervenções mais significativas em termos de grupo partiram do ICAT (442) e do ODAM (443), grupos que sem ligações oficiais ou oficiosas, aglutinavam em seu torno arquitectos de várias gerações mais interessados em debates teóricos alargados do que em frustradas acções burocráticas que os vinculavam à disciplina sindical, cujas implicações eram então sobejamente conhecidas...

A alteração do contexto político e social nos finais dos anos 40 permitiu que a repressão fosse "cada vez mais política, visando homens ou associações, e cada vez menos persuasiva na moldagem de tendências culturais. A própria repressão do gosto deixa de ser uma atitude global, uma *política de espírito*, para passar a diferenciar-se por Ministérios e Serviços, dependendo de atitudes pessoais de Directores-Gerais ou Ministros" (444). No domínio das obras públicas o regime encontrava-se mais empenhado na criação de infraestruturas, programas que mobilizavam a engenharia. Os arquitectos, uma vez que tinham diminuído o volume das encomendas oficiais, viraram-se para outro mercado de trabalho: o cliente particular. Novos empreendimentos de construção de habitações, não de habitação social mas destinados a uma burguesia emergente, criaram novos bairros na capital que se podem entender como as primeiras aplicações práticas dos princípios urbanísticos enunciados e defendidos no Congresso. (445)

A avaliação global da importância do 1º Congresso Nacional de Arquitectura, quer do ponto de vista teórico quer das suas consequências na evolução da prática profissional que se lhe seguiu, não é consensual na historiografia actual da Arquitectura portuguesa. Estudos já realizados neste âmbito e que abrangem o período do Estado Novo referem sempre a sua realização (446). Abordagens mais recentes que procuram um fio explicativo da prática arquitectónica num período

complexo, conferem a este acontecimento uma importância capital no rumo então tomado pela arquitectura portuguesa ao longo dos anos 50 e, mais significativamente, nos anos 60 (447). Outros ainda, contrariando esta tendência, tentam reajustar o seu significado e alcance, entendendo o Congresso como um acontecimento demasiado enfatizado, apesar de constituir uma passagem relevante no percurso dos arquitectos de então (448). Preciosos mas nem sempre explícitos auxiliares, são os poucos testemunhos vivenciais conhecidos que deixam adivinhar um sorriso saudoso dos tempos da juventude, mas que pouco esclarecem sobre o significado do Congresso no seu próprio tempo. (449)

De certo que este Congresso não foi o imaginado pela Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, mas foi, contudo, o Congresso necessário que num contexto político menos hostil e mais defensivo, deu a conhecer as principais preocupações dos arquitectos de então e quais os condicionalismos da sua actividade profissional. Não era através de Congressos que se iriam alterar profundamente as estruturas e o contexto da produção arquitectónica e isso os arquitectos sabiam-no. Por isso procuraram o confronto mais aberto não entre si, pois a maioria das teses foram coincidentes apresentando um fundo crítico semelhante, mas com aqueles que ditavam e impunham as condições do seu trabalho. Aliás, não deixa de ser curioso verificar que na proposta de actividades apresentada por Keil Amaral na primeira Assembleia Geral após o Congresso, não há referências a este acontecimento, nem nenhum dos aspectos enunciados se assumiu como a passagem à prática dos seus votos e conclusões (450). Permaneceu sim a mobilização da classe e a sua participação mais empenhada na vida associativa, como se os arquitectos tivessem voltado a acreditar neles próprios, apercebendo-se que tinham voz própria cuja consonância era possível encontrar.

2.1.2. Do Anuário à revista oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos

A ideia da publicação de um boletim próprio remonta à fundação da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, proposta então apresentada por F. Carlos Parente (451) e que veio a ter concretização num Anuário editado pela primeira vez em 1905. Este foi considerado pelo Conselho Director em exercício como um "modesto trabalho, acanhado mesmo, em comparação com os nossos desejos" mas constituindo-se como um "grandioso complemento" das "missões profissionais" (452). O Relatório da gerência de 1905-1906 registava ainda o "acolhimento benevolo do público, imprensa e mais entidades a quem foi enviado, que, sem excepções, foram duma delicadeza extrema para com a nossa publicação". (453)

Mas apesar deste inicio algo gratificante para a Sociedade dos Arquitectos Portugueses, a regularidade daquela publicação foi posta em causa ao fim de cinco anos, correspondendo a última edição a 1909-1910, impressa em 1911, encontrando-se já em preparação o volume seguinte (454). Apesar de haver um registo de lamentação pelas dificuldades várias, não especificadas, por esta situação, só o Conselho Director de 1915-1916 clarificava no seu Relatório os motivos que conduziram a tal: a comissão redactora do Anuário não pôde prosseguir os seus trabalhos devido à "falta de colaboração artistica" então solicitada aos sócios (455), motivo que já não foi evocado no ano social seguinte, em que foram apresentadas "razões de ordem material". (456)

Passados cerca de dez anos de ausência desta publicação, o Conselho Director do qual Pardal Monteiro era secretário, tentou organizar definitivamente a comissão para elaborar o Anuário "não o conseguindo porque a ausência à sede de colegas" o impediu (457). Esta questão foi novamente colocada pela gerência de 1924 que também não conseguiu atingir os seus objectivos "não porque lhe escasseasse a

boa vontade, mas pela falta de competência para agir com mais perfeição" (458), argumento demasiado vago para que dele se possam aferir causas mais objectivas. Até à constituição do Sindicato, ou seja, até 1933, o último esforço concreto que há registado sobre esta matéria nos Relatórios do Conselho Director remonta a 1927-1928, cuja gerência, presidida por A. Marques da Silva, desistiu de editar o Anuário, propondo a edição de revista mensal, objectivo uma vez mais não alcançado por falta de meios financeiros. (459)

A primeira direcção sindical, no início do seu mandato e por proposta de Jorge Segurado e Vasco Regaleira, decidiu iniciar desde logo a preparação de um Anuário (460), ideia que só foi retomada meses mais tarde, revestindo esta publicação o carácter de Boletim do Sindicato para o qual foi de imediato pedida a colaboração aos sócios por meio de circular (461). No entanto, e dado que tal iniciativa não se traduziu em nada de concreto, a primeira gerência do Sindicato presidida por Pardal Monteiro e cuja actividade teve início em Fevereiro de 1936, resolveu incluir este assunto no plano de trabalho que estabeleceu para o seu mandato. (462)

Assim, cerca de três meses depois eram apresentadas pelo próprio Pardal Monteiro as bases para a organização não já de um anuário ou boletim, mas sim de uma revista do Sindicato e que foram então alvo de estudo pormenorizado (463). Para este efeito foram convocados os membros de todos os corpos gerentes para comparecerem numa reunião (464), em que para além de questões de carácter organizativo foram dadas "indicações sobre o formato e qualidade do papel e detalhes do orçamento", foi escolhido o seu título que após ter sido discutido "chegou-se à conclusão que o melhor (...) seria o de *Arquitectos* o qual foi aprovado por todos os presentes". Nessa reunião foi também nomeado o director técnico da mesma, Cottinelli Telmo - que não pertencia a nenhum dos órgãos directivos sindicais - e o seu administrador, José Coelho, então tesoureiro da Direcção, sendo ainda decidido que a revista seria publicada três vezes por ano (465). Cerca de um

mês depois, Cottinelli Telmo compareceu numa reunião da Direcção para troca de impressões sobre a organização da revista, resolvendo-se "solicitar de todos os sócios, por meio de circular, toda a documentação fotográfica e gráfica, respeitante a obras já realizadas ou em execução, para os fins relativos à publicação do órgão do Sindicato" (466) e cujos resultados mereceram longo comentário no Relatório da gerência de 1936. (467)

O silêncio dos sócios, que tudo leva a crer surpreendeu a própria Direcção, é relevante sobretudo tendo em consideração o tipo de apoio que lhes foi solicitado: não se pretendia que estes enviassem textos de reflexão teórica nem tão pouco lhes era pedido qualquer comentário aos seus projectos - a única solicitação feita visava o envio de peças desenhadas de trabalhos realizados ou em curso. Assim, importa desde já assinalar o resultado deste primeiro contacto, que visava envolver todos os associados no projecto da publicação da revista, que deixou um vazio algo ambíguo, oscilando entre a indiferença e o desinteresse.

Um ano depois da revista do Sindicato ter sido incluída no programa de trabalhos da Direcção e de terem sido tomadas as resoluções atrás mencionadas, Cottinelli Telmo enviava um ofício a este órgão sindical solicitando que fossem "abreviadas as negociações" para a sua publicação (468). Mas, só três meses depois é que foi tomado conhecimento do "projecto de redacção do contrato a celebrar com o senhor Adelino dos Santos (469) respeitante à possibilidade de publicação duma Revista de Arquitectura, como órgão oficial do Sindicato", elaborado pelo advogado Abel de Andrade Filho e fundamentado nas bases já apresentadas pelo possível editor (470). No entanto, na reunião seguinte houve nova conferência desta vez com L. Câmara Reis, gerente da empresa "Seara Nova" e com o seu colaborador Rui Ribeiro da Silva, "pretendentes à publicação da Revista do Sindicato", que ficaram de apresentar uma proposta em alternativa à anteriormente referida. (471)

Decorridos cerca de três meses este assunto voltou a ser tratado e apesar de não haver ainda uma decisão concreta quanto à escolha do editor da revista, foram tomadas algumas resoluções, sobretudo quanto ao material a publicar e à forma de o obter (472). Na mesma altura e sem que haja qualquer referência à data do envio das propostas dos editores da Revista para o Subsecretariado das Corporações, sabe-se que em Outubro de 1937 estas se encontravam aí para apreciação (473), sendo devolvidas a 10 de Novembro do mesmo ano com o parecer de que as duas propostas eram de aceitar "mas que só à Direcção do Sindicato compete decidir sobre a conveniência da publicação da revista" (474). Nessa data foi então resolvido "fazer o estudo decisivo das propostas apresentadas": a primeira pela Empresa de Publicidade Seara Nova em colaboração com Rui Ribeiro da Silva e a segunda por Adelino dos Santos. (475)

Pelo teor da Acta dessa reunião tudo leva a crer que a decisão já estava previamente tomada, tratando-se assim esta avaliação de conteúdos uma mera formalidade da qual não são alheias as conotações políticas relacionadas com a Empresa Seara Nova. Assim, verifica-se que Adelino dos Santos estava presente "numa das salas do Sindicato" dado ter conhecimento que "nesta sessão seria resolvido o assunto" e que este "já tratara com o fotógrafo, Senhor Máio Novaes para, por sua conta, mandar fotografar as obras dos architectos que não tenham fotografias dessas obras, para que nunca haja atraso na publicação da Revista, resolução que tomou prevendo a hipótese desta lhe ser adjudicada, pelo que fazia desse encargo o respectivo oferecimento ao Sindicato" (476). A Direcção comunicou então ao referido editor ter intenção de contratar "um empregado especialista em artes gráficas para colaborar como assistente" do Director da revista, tendo aquele proposto pagar metade dos seus honorários. Para o efeito foi decidido convidar Reis Santos, "antigo bolseiro da Junta Nacional de Educação para as Artes Gráficas". Na reunião seguinte foi então lido um officio de Adelino dos

Santos que confirmava por escrito a proposta que tinha formulado (477), sendo o contrato definitivo redigido pelo advogado Abel de Andrade, Filho. (478)

Embora não existam referências concretas nas Actas da Direcção esclarecendo possíveis critérios de escolha dos colaboradores estrangeiros para a Revista, sabe-se que neste âmbito foram feitos alguns contactos, nomeadamente com Albert Laprade, inspector geral de Belas Artes em França (479), que enviou depois dois artigos para serem publicados (480) e ainda com o arquitecto húngaro Virgil Bierbauer, de Budapest. Outras diligências foram também feitas junto da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais para a publicação do relatório da Comissão das Construções Prisionais (481). Finalmente, tinha sido acelerado o ritmo dos preparativos para a edição da revista que passaram também pela resolução de questões de carácter burocrático. (482)

Por esta altura foi enviada nova circular aos sócios fazendo o ponto da situação dos trabalhos empreendidos pela Direcção a fim de publicar a revista. Era então anunciada a sanção do governo para aquele órgão de "carácter cultural, que se destina a divulgar a actividade nacional no campo da Architectura", era pedido de novo a colaboração de todos os membros do Sindicato através do fornecimento de "desenhos e fotografias dos trabalhos profissionais" cuja escolha ficaria ao critério destes. Ainda neste âmbito e em relação à circular já enviada no mesmo sentido, era agora acrescentado um novo pedido: "artigos sobre assuntos técnicos, artísticos ou doutrinários". Os corpos directivos aproveitavam ainda para comunicar aos sócios que a direcção técnica e artística da revista tinha sido confiada a Cottinelli Telmo - "cuja especial competência no assunto é de todos conhecida" - e ao seu assistente técnico, L. Reis Santos e que a exploração comercial e industrial daquela publicação estava a cargo de Adelino dos Santos que pessoalmente os poderia contactar para obter colaboração. Finalmente, era ainda anunciado que a revista seria distribuída gratuitamente a todos os sócios que tivessem as cotas em

dia, "mas não poderá subsistir se os architectos lhe não derem a sua colaboração".
(483)

Com a data de Fevereiro de 1938, era finalmente publicado o primeiro número da revista *Arquitectos* - suportado economicamente por 38 anunciantes (484) - que contava com cinco correspondentes estrangeiros, nomeadamente, van Kriekinghe, da Bélgica, Pierre Vago, de França, Mustapha Fahmy Bey, do Egipto, Plínio Marconi, de Itália e Berskahn, da Letónia. A sua estrutura temática que como se verá se manteve quase inalterável até ao fim desta publicação, centrava-se sobretudo em torno da divulgação de projectos de arquitectura nacionais e estrangeiros (estes últimos reproduzidos de revistas existentes no Sindicato), de noticiário sindical e actividades internacionais (reuniões, congressos, etc.), informação bibliográfica e textos de carácter teórico (na sua maioria traduções).

No entanto, e concretamente neste primeiro número, importa salientar uma rigorosa paginação que abrindo com uma fotografia do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Dr. Rebelo de Andrade, passa em seguida à reprodução, em página impar, da fotografia do Presidente da República, O. F. Carmona e, em página par, da escultura de Oliveira Salazar concebida por Francisco Franco. Estas duas últimas imagens serviam de ilustração ao texto de apresentação e justificação da revista, assinado pela Direcção do Sindicato e no qual era afirmado que esta se propunha "antes de tudo, estabelecer o mais íntimo contacto entre todos os architectos portugueses e esclarecer, todos os que pela Architectura se interessam, sobre a actividade dos sócios deste Sindicato". Tratava-se assim de um órgão de imprensa que pretendia registar a actividade dos architectos portugueses e através do qual estes pudessem "expor os seus pontos de vista, quer sobre assuntos de ordem profissional, quer de interesse da classe, quer de interesse geral". Salientava-se ainda que nas suas páginas não poderia ser desenvolvida "nenhuma doutrina (...) contrária à defesa dos Architectos, deixando-se a todos os seus eventuais colaboradores a mais ampla liberdade de exposição

de pontos de vista, desde que os orientem a luta pela dignificação da classe e da arte que os architectos praticam, e acima de tudo o enriquecimento do património artístico da Nação". Por fim, era deixada a mensagem mais importante: "aos architectos portugueses incumbe não a deixarem extinguir". (485)

Assim, verifica-se que este órgão sindical visava ser inequivocamente um porta voz da classe, ganhando um espaço de diálogo profissional, apesar de ser aberto ao grande público. Mas, e como se pode constatar pelas ilustrações escolhidas para a apresentação doutrinária da revista, este pretendido diálogo era complexo e supervisionado pelas mais altas instâncias da Nação. Ainda neste sentido, parece importante realçar que do conjunto das fotografias das personalidades publicadas neste primeiro número, a última era exactamente a de um architecto, José Luís Monteiro - será caso para se dizer que os últimos são os primeiros? - antecedida pela de Duarte Pacheco, cuja legenda anunciava: "actual presidente da Câmara Municipal de Lisboa; antigo ministro da Instrução e das Obras Públicas e Comunicações; sócio honorário do Sindicato Nacional dos Architectos" (486). Neste sentido, parece não ser errado reter desde já o vínculo deliberado que o Sindicato pretendeu dar a público nesta publicação, que se pretendia constituir como eco de uma classe profissional, tantas vezes travada nas suas aspirações exactamente por aqueles que agora tinham no seu órgão de imprensa honras de primeiras páginas.

O aparecimento do primeiro número da revista foi e necessariamente, assinalado em Assembleia Geral, tendo Carlos Ramos feito "entusiásticos elogios à Direcção" e proposto "um voto de louvor ao seu Director, architecto Cottinelli Telmo, pela forma brilhante como ela se apresenta", bem como que fosse comunicado ao seu editor, Adelino dos Santos, a "extrema satisfação do Sindicato pelo mesmo motivo", o que foi aprovado por unanimidade. (487)

Também a Emissora Nacional entrevistou Cottinelli Telmo a propósito da publicação do primeiro número da revista (488). Apresentada aos ouvintes como "uma obra (...) com esplêndida colaboração e magnífico aspecto material que honra os seus organizadores e as artes gráficas nacionais" (489), o locutor pretendeu saber quais os objectivos da revista. Porém, antes de responder objectivamente a tal questão, Cottinelli Telmo mencionou o facto daquela ser uma "aspiração tão antiga como a nossa antiga Associação de Classe" que tinha surgido numa altura que "não podia ser melhor". Justificava esta afirmação afirmando que "*Nunca* (490) como agora, (...), *nunca*, os architectos tiveram tanto em que empregar a sua actividade". Neste sentido, era da opinião de que "uma revista que justamente se destinava a divulgar a produção architectural portuguesa *dos profissionais*, evidentemente, encontra nesta altura magníficos materiais". Tal situação resultava, segundo o director da revista, do facto de "os direitos dos architectos, graças a um conjunto de circunstâncias a que não é estranha a actual organização social do nosso País, começam a ser reconhecidos como nunca o foram. A revista tem, por isso mesmo, certas responsabilidades..."

Como objectivos de *Arquitectos*, Cottinelli Telmo anunciava: primeiro "divulgação e... *arquivo*" (491) da obra dos architectos criando assim um "intercâmbio espiritual que, doutra forma, era impossível existir entre architectos dispersos pelo País... Deste intercâmbio resulta um estímulo..."; segundo, publicar "artigos de carácter técnico-doutrinário - discussão de problemas vários... *discussão*... num nível superior, claro...". Era prevista ainda a inclusão de artigos relacionados com "interiores, mobiliário - porque os decoradores terão um lugar marcado na revista - e tudo isto fugindo ao aspecto 'cabala' apenas para os iniciados, os architectos... Acessível, enfim..."

Apesar dos elogios recebidos, Cottinelli Telmo fez questão em frisar que o primeiro número publicado "é, por assim dizer, uma espécie de... bilhete de visita com que nos fazemos anunciar", não representando, portanto, "um número tipo, isto é, não

marca verdadeiramente o carácter que pretendemos imprimir à revista", carácter esse que se iria definindo nos números seguintes (492). Os planos futuros incluíam a edição de "*números especiais* dedicados exclusivamente a determinados assuntos", ou seja, "à semelhança do que fazem as melhores revistas estrangeiras" (493) e que "podem ter um grande alcance". Mas a revista, pelas suas características, previa dedicar também algumas páginas à "arquitectura do passado", apesar de não ser, tal como afirmou o seu director, "uma revista de Arqueologia". Tal opção era justificada, dado que "as obras do Passado interessam sempre aos architectos quando constituem exemplos úteis, impulsionadores das obras do nosso tempo". (494)

Ao terminar a sua entrevista, Cottinelli Telmo resumia assim o perfil editorial de *Arquitectos*: "trata-se de uma revista mensal, cuidada ao máximo, por ser uma publicação de Arte". Porém, e como se verá, muitas das ideias manifestadas nesta entrevista, e por serem ideias, cumpriram sempre o seu papel de ideal... nunca plenamente alcançado.

A acentuada marcação das instâncias oficiais diluiu-se no segundo número publicado em Março de 1938, sendo este aspecto apenas assinalado pela transcrição de um discurso de Duarte Pacheco intitulado "A Fisionomia de Lisboa", em torno dos problemas da construção civil. Se no primeiro número tinham sido divulgados dois projectos de Arquitectura, um de âmbito nacional - o Liceu Nacional de Jacinto de Matos, em Beja, de L. Cristino da Silva - e um outro internacional - o pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Paris de 1937, da autoria de F. Keil Amaral -, neste segundo número foi tomada outra opção. Foram também publicados projectos mas todos de âmbito nacional - a Escola Naval do Alfeite, dos Irmãos Rebelo de Andrade e as cadeias comarcãs, de Cottinelli Telmo, ilustrando o relatório da Comissão das Construções Prisionais. Era ainda publicado um dos dois únicos concursos públicos divulgados na revista: o (polémico) concurso para o monumento ao Infante D. Henrique a construir no Promontório de Sagres.

Mas, logo após a publicação destes dois números, a Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos enviava nova circular aos sócios sobre a revista, dado que esta experiência tinha demonstrado que "se os Architectos não estiverem todos dispostos a fazer um pequeno sacrifício será impossível manter aquele órgão do Sindicato que tão bom acolhimento tem tido em toda a parte" (495). Procuravam ainda demonstrar algumas das vantagens que a referida publicação trouxe para o organismo de classe referindo, nomeadamente, a "influência junto das entidades oficiais e o enriquecimento da Biblioteca" através da permuta com revistas de organismos estrangeiros congêneres (496). Esta circular, contudo, visava expor aos sócios a difícil situação económica em que a revista já se encontrava devido às insuficientes receitas obtidas através da publicidade (497) e dos assinantes, correndo-se assim "o risco de ter de suspender, e quem sabe definitivamente a publicação da revista, o que seria sob todos os pontos de vista lamentável". Neste sentido, e dado que aquela era distribuída gratuitamente aos sócios, foi solicitada a estes a angariação de assinantes e anunciantes (498) e a contribuição em dinheiro (499). Aliás, e tentando obviar a tal situação, o Sindicato solicitou ao Instituto para a Alta Cultura que subsidiasse a revista, o que foi negado, sendo então feito idêntico pedido ao ministro da Educação Nacional. (500)

No entanto, e apesar desta situação, o terceiro número foi publicado em Junho, embora tenha a data de Abril de 1938, facto assinalado em Assembleia Geral quer elogiando Cottinelli Telmo quer solicitando de novo a colaboração dos sócios (501). Tal como no primeiro número, os projectos publicados eram da autoria de L. Cristino da Silva e de F. Keil Amaral.

Começaram então a fazer-se sentir os efeitos, a nível internacional, dos contactos estabelecidos através da revista. Neste sentido, foi oficiado às Associações dos Architectos do Rio de Janeiro e de Buenos Aires, pedindo a indicação de correspondentes (502). *Architectos* foi também, e por exemplo, enviada para o Cairo e foi alvo de vários pedidos de permuta, nomeadamente por parte da Revista

del Sindicato Fascista di Architetti, de Roma, da Architectura Italiana, de Milão (503) e ainda pela Revista Architectura e Urbanismo, do Rio de Janeiro (504). No ano seguinte, a mesma solicitação foi feita pela revista Moniteur des Carrières, de Bruxelas (505), pela Sociedade Central de Arquitectos de Buenos Aires (506). Em 1940, a Direcção deliberou também efectuar troca de publicações com o Centre d'Études Supérieures do Institut Technique du Batiment et des Travaux Publics. (507)

Do terceiro para o quarto número verificou-se um aumento de seis anunciantes, o que não significou uma melhoria das condições económicas da revista. Neste último, em que foi publicado o projecto de Pardal Monteiro para o Instituto Superior Técnico, continuou a ser divulgado o relatório da Comissão das Construções Prisionais, sendo também assinalada a tomada de posse de Duarte Pacheco no cargo de ministro das Obras Públicas e Comunicações.

De acordo com o contrato estabelecido com o editor, a partir de agora este passaria a pagar ao Sindicato, por cada número publicado, a quantia de 1200\$00. No entender da Direcção, o cumprimento daquela cláusula poderia pôr em risco a continuidade da publicação o que a levou a solicitar ao presidente da Mesa da Assembleia Geral a inclusão urgente da discussão deste assunto numa das próximas reuniões plenárias, a fim de poderem ser alterados os termos do referido contrato (508). No entanto, e porque estava em discussão um importante projecto de regulamentação da actividade profissional, esta reunião só teve lugar em Janeiro de 1939.

Mas tal situação não impediu que continuasse a publicação de próximos números. Assim, e por exemplo, em Outubro foi recebida a autorização do ministro das Obras Públicas e Comunicações para a publicação dos projectos dos edificios dos Correios, Telégrafos e Telefones. (509)

A questão da já mencionada cláusula do contrato que ainda não tinha sido cumprida pelo editor, não se encontrava ainda resolvida no início de Janeiro de 1939. Este, queixava-se "das enormes dificuldades que tem tido para poder manter a publicação da Revista" o que levou a Direcção a "apresentar à Assembleia Geral uma proposta no sentido de aliviar o editor do encargo correspondente ao cumprimento no disposto no artigo sexto" pois esta estava certa que este "não deve ter lucros que lhe permitam contribuir com aquela quantia para o fundo do Sindicato" e deste modo procurava evitar "o desaparecimento da Revista por excesso de encargos, certamente incomportáveis" (510), proposta que foi aprovada por unanimidade. (511)

As limitações económicas existentes criaram alguns problemas concretos, nomeadamente, a recusa de um artigo a ser enviado de Itália e que tinha que ser pago (512). É também manifesto um critério mais rigoroso em relação à permuta da revista, sobretudo com publicações nacionais, sendo a Mocidade Portuguesa a única excepção (513). Assim, se a Direcção não hesitou em comunicar a Adelino dos Santos que tinha recebido um pedido de dois exemplares da mesma por parte de uma agência internacional - L'Argus de la Presse - a título de "retribuição de referências que lhe sejam feitas na imprensa estrangeira (514) e aceitou a proposta de permuta com a publicação do Sindicato Nacional dos Construtores Civis (515), o mesmo não aconteceu em relação à Junta Nacional da Cortiça que enviava regularmente o seu órgão de imprensa. (516)

Um dos apoios mais importantes no intuito de atenuar os problemas financeiros da revista veio então do Ministério das Obras Públicas e Comunicações cujo titular da pasta enviou uma circular aconselhando os municípios a assinarem *Arquitectos*, sem que a documentação esclareça se se tratou de uma iniciativa própria ou se resultou de um pedido feito pelo Sindicato nesse sentido. (517)

Mas, como se verá, mesmo o apoio directo ou indirecto das instâncias oficiais não foi contínuo, constituindo-se num estímulo exterior importante, já que deste e internamente não há registo. Como exemplo paradigmático desta situação, pode ser mencionada a situação ocorrida em 1939 quando se encontravam já em fase avançada os preparativos para a Exposição do Mundo Português e a Direcção do Sindicato tinha a intenção de publicar alguns números especiais da revista durante o período das comemorações centenárias. Neste sentido, solicitou ao ministro das Obras Públicas e Comunicações a cedência de originais - desenhos e fotografias - na posse daquele Ministério, tendo a Direcção sido autorizada "a entender-se directamente com a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais" (518). Apesar de terem sido iniciados os contactos com alguma antecedência, só em Abril de 1940, lhes foi feita nova referência em Acta da Direcção. Nessa altura, a referida Direcção Geral informava o Sindicato que "tendo verificado que o fornecimento dos elementos" solicitados "acarreta o dispêndio de despesas que o orçamento daquela Direcção não comporta, os mesmos serão fornecidos pelos respectivos serviços, mas no caso que este Sindicato possa dispôr da verba para isso necessária". Face a esta situação, e dado que o Sindicato não podia suportar tais custos, a Direcção resolveu averiguar se o editor da revista estaria disposto a assumir as despesas (519). Cerca de dois meses depois, a mesma Direcção Geral informava que "importaria em 10 a 11 mil escudos o fornecimento de fotografias e mais material de publicação, referentes a edificios mandados construir pela mesma Direcção e que desejavamos reproduzir em alguns números especiais da revista *Arquitectos* por ocasião da Comemoração dos Centenários". Contudo, "em virtude da exagerada importância exigida" e "dada a manifesta incompreensão do Ministério das Obras Públicas", a ideia foi abandonada. (520)

A publicação de alguns números especiais da revista durante as Comemorações Centenárias "abrangendo sobretudo a obra de arquitectura feita por conta do Estado", foi comunicada aos sócios numa circular. Anunciando as deligências já

efectuadas junto do ministério das Obras Públicas e Comunicações bem como os contactos então estabelecidos com a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, solicitavam aos associados a indicação de trabalhos da sua autoria para o Estado, já executados ou em vias de execução (521). Tal como as anteriores, o seu resultado foi irrelevante.

Pelo teor das Actas, parece ser possível aferir que se num primeiro período a participação dos sócios foi determinante para a continuidade da revista, a partir de certa altura, coincidente com a 2ª Guerra Mundial, as questões económicas foram condicionantes mais evidentes. Assim, há referência que em Janeiro de 1940 Pardal Monteiro aproveitou um encontro com o ministro da Educação Nacional para falar sobre a publicação da revista, "tendo Sua Exª mais uma vez prometido auxiliá-la, recomendando o assunto ao Instituto para a Alta Cultura" (522). No mesmo mês a Direcção solicitou uma entrevista a António Ferro, director do Secretariado da Propaganda Nacional, para troca de impressões sobre a revista. (523)

Na sequência deste encontro, a 3 de Abril de 1940, era convocada uma Assembleia Geral para apreciação das condições de colaboração e patrocínio do Secretariado da Propaganda Nacional na revista do Sindicato Nacional dos Arquitectos. Foi Pardal Monteiro quem expôs os vários assuntos em torno da revista e "da sua vida deficitária mantida pela abnegação do seu editor". Era então justificado que o pedido de auxílio ao Secretariado da Propaganda Nacional só foi efectuado uma vez negado aquele que no mesmo sentido tinha sido mais uma vez feito ao Ministério da Educação Nacional. Lamentavelmente, a Acta da Assembleia Geral poucas informações fornece acerca do conteúdo concreto das conversações anteriormente mantidas com o presidente da Direcção. Sabe-se somente que o Secretariado da Propaganda Nacional comunicou que "dará o seu subsídio mediante algumas compensações" então expostas para a Assembleia Geral se pronunciar, mas do seu teor nada foi registado em Acta. Carlos Ramos, então presidente da Mesa da Assembleia Geral, afirmou que não via "de um modo geral

inconveniente na aceitação do subsídio", ficando então "assente em princípio aceitar o patrocínio do Secretariado da Propaganda Nacional desde que a Revista disponha da sua liberdade de acção e aquele cubra o déficit da mesma" (524). Tal como já foi referido, é difícil aferir com segurança quais eram as *compensações* exigidas pelo Secretariado da Propaganda Nacional, como é vaga a expressão de *liberdade de acção* salvaguardada pelo Sindicato Nacional dos Architectos. Entre uma e outra questão há larga margem para especulações possíveis e que parece não ser errado situá-las no âmbito da matéria a publicar que não poderia ser lesiva para a imagem e interesses dos architectos, aspecto mais plausível do que o receio da vinculação do órgão de imprensa do Sindicato a um organismo directamente dependente do poder central. Mas, a aceitação deste patrocínio parece ter sido mesmo *em princípio*, pois dele não voltou a haver referências e a revista foi interrompida em 1940, sendo de novo publicado um único número em 1942.

Pela leitura das Actas da Direcção, verifica-se que o assunto da revista não foi referido entre Junho de 1940 e Março de 1943. No entanto, esta última referência foi feita em virtude do despacho de 21 de Janeiro de 1943, emanado pelo subsecretário de Estado das Corporações e enviado ao Sindicato pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência. Informavam então que ao subsecretário de Estado "parece conveniente a suspensão, ainda que a título provisório, dos órgãos de imprensa dos Sindicatos, devendo encarar-se a possibilidade de se publicar um jornal diário em que cada um dos Sindicatos do país comunicasse com os seus sócios". Face a esta informação, a Direcção resolveu officiar ao referido Instituto "pedindo para informar se o despacho de Sua Ex^a abrange a Revista Architectos, editada por este Sindicato e que por dificuldades não se tem publicado desde que começou a guerra" (525), o que é contraditório com as datas de edição impressas nas mesmas. (526)

Dois anos após a publicação daquele que seria o último número de *Arquitectos* - inteiramente dedicado à Architectura em Inglaterra (527) - e durante aquela que

seria também a última gerência presidida por Pardal Monteiro, foi enviada uma circular aos sócios, pedindo de novo a sua colaboração para a revista (528). Mais uma vez esta tentativa ficou aquém do desejado, ainda que tenham respondido sete sócios. (529)

Em 1945 foi dado um novo e decisivo impulso aos assuntos da revista, fruto de duas razões fundamentais: o fim da guerra e o facto de o seu director ser então e simultaneamente o presidente do Sindicato Nacional dos Arquitectos. Cerca de seis meses após a tomada de posse, Cottinelli Telmo informou os seus colegas de Direcção que com a presença de A. Couto Martins (secretário), tivera "uma demorada conferência" com o antigo editor da revista a fim de que aquela fosse reeditada. Esta ideia foi recebida com entusiasmo por Adelino dos Santos "tanto mais que, com a cessação da Guerra, o problema de publicidade - fonte de receita da Revista - estava resolvido". Assim, o mesmo editor sugeriu o aumento do número de páginas e a introdução das melhorias que o seu director julgasse necessárias. Estas notícias foram consideradas por Dario Vieira (tesoureiro) como uma "boa nova, que constituiria um grande acontecimento para a Classe". Apesar de se demonstrar céptico relativamente à eficácia das circulares, Cottinelli Telmo apresentou então um "questionário que deseja enviar aos Consócios a fim de por ele organizar o material necessário para a Revista". Porém, a sua posição foi desde logo bastante clara pois afirmou "que está na disposição de não iniciar a publicação de *Arquitectos* se os Consócios não corresponderem ao apelo feito". (530)

Durante o mês de Agosto foram recebidas cinco respostas ao mencionado questionário (531), o que pode também ser interpretado não só como desinteresse mas também como uma demonstração de um certo descrédito por parte dos sócios quanto à eficiência da Direcção pôr em prática as suas propostas. Face a este resultado, em Novembro de 1945 era definitivamente posta de parte a ideia do reaparecimento da revista "perante o desinteresse ou talvez apenas a indolência dos Consócios". A esta conclusão, Cottinelli Telmo acrescentou ainda que "sabe

muito bem o que se passou da primeira fase, na sua qualidade de Director de *Arquitectos*: alguns números foram inteiramente redigidos por ele e era necessário um esforço pessoal permanente para arrancar colaboração". Outros argumentos reforçaram ainda a sua decisão: o facto de ser simultaneamente da Direcção do Sindicato e da revista e também a falta de saúde e tempo material. (532)

Deste modo, o assunto parece ter ficado esquecido, recordado apenas por Adelino dos Santos, após a morte de Cottinelli Telmo que então pedia a indicação do nome do novo director da revista (533), pergunta que só faz sentido se continuassem a ser mantidos contactos entre ambos, alimentando a vã esperança de um dia poderem reeditar *Arquitectos*.

A 13 de Fevereiro de 1949 foi convocada uma Assembleia Geral extraordinária que, entre outros assuntos, visava abordar a situação da revista do Sindicato. Foi Keil Amaral, na qualidade de presidente da Direcção que introduziu este tema, referindo que "por dificuldades de vária ordem não tem podido publicar-se com aquela regularidade que seria desejável". Dado ter falecido o seu Director, a Direcção pretendia consultar a Assembleia "sobre a melhor maneira de lhe dar continuidade", procedendo à leitura do contrato entre o Sindicato e o editor para a publicação de *Arquitectos*. Ao terminar a sua intervenção, Keil Amaral "focou a necessidade do Sindicato manter uma publicação periódica de interesse profissional". Foram então trocadas várias opiniões, manifestando-se Jorge Segurado e Paulo Cunha no sentido de ser mantido o contrato existente, nomeando-se novo director para a revista. Por seu lado I. Peres Fernandes, sugeriu que esse novo director tivesse "um assistente remunerado a fim de o auxiliar na angariação de matéria para a revista". O presidente da Mesa da Assembleia Geral, Pardal Monteiro, após ter prestado alguns esclarecimentos sobre as cláusulas do contrato com Adelino dos Santos, sugeriu que este fosse convidado "a apreentar as suas ideias sobre as possibilidades de manter a revista, dado que sempre tem cumprido com as obrigações do contrato". Após novas intervenções de Jorge

Segurado e Paulo Cunha, o presidente da Direcção propôs a eleição do primeiro destes para Director da revista, proposta que foi aprovada por aclamação. (534)

Porém, nada de concreto há a referir dos resultados desta nomeação, de curta vigência, dado que a 7 de Outubro de 1949 a Direcção tomava conhecimento de uma carta de Jorge Segurado pedindo a demissão do cargo para que tinha sido eleito. Na mesma data, era recebida uma outra carta do presidente da Mesa da Assembleia Geral "solicitando um relato dos motivos que teriam levado até ao pedido de demissão o Director da Revista", tendo-lhe sido enviadas cópias de toda a correspondência trocada. (535)

Este assunto, e devido à suspensão de Keil Amaral de presidente da Direcção nos finais de 1949, só veio a ser discutido na Assembleia Geral realizada a 23 de Janeiro de 1950. Parece que na origem desta desavença esteve a publicação, na Revista Arquitectura, de material sobre o I Congresso Nacional de Arquitectura (536), então solicitado por Jorge Segurado para divulgar em *Arquitectos*. A atitude deste parece não ter sido muito do agrado da Direcção que informou desde logo os colegas que no caso de ser aceite o pedido de demissão, já tinha outra pessoa a propor para aquele cargo, posição que Pardal Monteiro, enquanto presidente da Mesa da Assembleia Geral tentou "harmonizar qualquer mal entendido que por ventura houvesse", sugerindo que se tentasse reconduzir Jorge Segurado no cargo para que fora eleito.

A ausência de Jorge Segurado daquela Assembleia levou a algumas hesitações quanto ao prosseguimento da discussão do assunto. Contudo, e porque Paulo Cunha não teria possibilidade de comparecer a nova reunião e porque "os seus esclarecimentos não envolverão qualquer parte desprimorosa para aquele colega" este, e de acordo com os presentes, tentou elucidar sobre o assunto. Aliás, este era um dos visados na carta de demissão de Jorge Segurado, visto ter sido o secretário geral da Comissão Executiva do I Congresso Nacional de Arquitectura.

Paulo Cunha afirmou "não ter dado elementos ao arquitecto Jorge Segurado por não os possuir", acrescentado que "os elementos utilizados pelo arquitecto Manuel Barreira na Revista 'Arquitectura', foram os que todos os congressistas possuíam" e que "tudo o que conseguiu coligir encontrava-se em poder dos arquitectos Peres Fernandes e Sérgio Gomes, secretários do Congresso". Lamentou ainda os termos utilizados por Jorge Segurado e o "propósito havido de destacar a sua pessoa, considerando bastante infelizes as frases empregadas a respeito da sua acção e da Direcção sobre o assunto". Após esta intervenção, Pardal Monteiro entendendo "ser o caso de aparente simplicidade", foi da opinião que se deveria aguardar pela presença do colega demissionário pois supunha que aquele "se daria por satisfeito, certamente, pelas explicações apresentadas pelo arquitecto Paulo Cunha".

Em defesa deste último interviu ainda Dario Vieira (tesoureiro da Direcção), informando a Assembleia das dificuldades daquele "em coligir elementos para a Revista, por quanto a Comissão Executiva do Congresso ainda não tinha sido dissolvida ao mesmo tempo que o Editor, a braços com dificuldades financeiras, solicitava auxílio que não podia ser satisfeito, visto parte da verba do Congresso se encontrar ainda retida". Paulo Cunha acrescentou ainda "ter muito prazer, em dar todos os esclarecimentos à Assembleia, e informar que os elementos já compostos se encontravam na posse do Senhor Adelino dos Santos". Considerando a Assembleia devidamente elucidada, Pardal Monteiro pôs à votação a proposta de José Bastos que em face das explicações da Direcção e do seu colega Paulo Cunha, sugeriu que fosse manifestado por escrito junto de Jorge Segurado "o desejo da Assembleia de aquele colega desistir do seu pedido de demissão", o que foi aprovado por unanimidade. (537)

Esta questão estava ainda pendente no ano seguinte dado que quando a nova gerência eleita para o triénio 1951-53 presidida por I. Peres Fernandes, apresentou o seu programa de trabalhos à Assembleia Geral, nada pôde ser resolvido quanto à revista, alínea 6ª desse mesmo programa, pois Jorge Segurado não tinha ainda

comunicado a sua posição (538). Deste modo, e para o período em estudo, esta é a última referência feita a *Arquitectos* que com curta e atribulada duração, é referência obrigatória no conjunto das publicações portuguesas vocacionadas para a *Arquitectura*, editadas nos decénios de 30 e 40. (539)

A revista do Sindicato Nacional dos Arquitectos apesar de só ter surgido nos finais do decénio de 30, teve uma inegável importância cujo alcance e significado se situa para além do facto desta ter sido o órgão oficial do Sindicato dos arquitectos. Neste sentido, importa observar mais de perto quais eram as publicações existentes até então e as que depois foram editadas nos limites cronológicos do presente trabalho, procurando estabelecer uma mais rigorosa valorização de *Arquitectos*.

No panorama editorial que a antecedeu, no domínio dos periódicos preferencialmente vocacionados para a *Arquitectura* desde o início do século e como se verá, podem detectar-se duas constantes: a irregularidade de publicação, decerto devido ao diminuto mercado de consumo e anunciantes; e, alterações mais ou menos significativas nas suas opções editoriais. Estas reflectiram-se quer na selecção do material editado - por exemplo, divulgação de projectos que não eram da autoria de arquitectos - quer ainda numa maior abertura a outras temáticas de algum modo confinantes com a *Arquitectura*, entre as quais se salientam a decoração de interiores, as Belas Artes, as artes decorativas, a serralharia, a marcenaria... e até outros aspectos versando a história da arte.

A primeira destas publicações em que importa atentar surgiu em 1900, três anos antes da fundação da Sociedade dos Arquitectos Portugueses. Tratava-se da revista quinzenal ilustrada *A Construção Moderna*, então dirigida pelo engenheiro Mello de Matos e pelo arquitecto Rosendo Carneiro. Prolongando-se até 1919, divulgou sempre um projecto de *Arquitectura* acompanhado de breve apontamento de tónica marcadamente elogiosa e por isso inconsistente do ponto de vista

analítico e crítico, "embora aqui ou além se deva sublinhar alguns contributos, como os artigos de D. José Pessanha ou os de engenheiro Mello Matos, em si já significativos de uma abordagem dos problemas mais exigente, ultrapassando o nível da superficialidade genérica." (540). Mas em 1915 e com a nova administração de Manuel Nunes Colares, começaram a ser publicados projectos que não eram assinados por arquitectos, o que provocou pronta reacção da Sociedade dos Arquitectos Portugueses na luta pela defesa intransigente do uso do título de arquitecto e que a partir de então se absteve de colaborar na revista, o que se traduziu, "inevitavelmente numa redução de qualidade, se não das apreciações críticas, pelo menos dos projectos apresentados." (541)

Um breve inventário cronológico das publicações periódicas vocacionadas para a Arquitectura, passa necessariamente pela referência ao *Anuário* da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, editado entre 1905 e 1911. Apesar da sua importância já ter sido mencionada, parece no entanto necessário voltar a assinalar que esta foi o primeiro periódico inteiramente concebido por arquitectos. Em 1908, teve início *A Arquitectura Portuguesa*, revista mensal de Construção e Arquitectura Prática e que com o mesmo título se publicou em quatro séries, cuja última teve início já no decénio de 50. De apresentação gráfica mais cuidada do que *A Construção Moderna*, o seu primeiro director foi Mário Collares e A.R. da Silva Júnior e, à semelhança daquela, divulgava em cada número um projecto de Arquitectura do qual eram exibidas não só peças desenhadas mas também fotografias, duas em pranchas separadas, salto qualitativo assinalável relativamente à apresentação dos projectos na *Construção Moderna*.

O aparecimento do primeiro número da revista *Arquitectura* em 1927, cujo director era Francisco Costa, levou a que no ano seguinte fosse feita uma remodelação na *Arquitectura Portuguesa* que duplicou o número de páginas e alargou o seu âmbito temático, mantendo-se contudo numa linha de divulgação de projectos de acentuado pendor regionalista. Aliás, neste aspecto, ambas as publicações eram

coincidentes, sendo de realçar em relação à revista *Arquitectura*, que esta contava com a colaboração de então jovens arquitectos, como Cottinelli Telmo, Jorge Segurado, Norberto Correia, entre outros, todos pertencentes à Sociedade dos Arquitectos Portugueses. No entanto, esta publicação foi irregular até 1938 e interrompida durante a Segunda Guerra Mundial.

Em 1935 teve início a terceira série da *Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (Reunidas)*, com periodicidade mensal (542), então ligada à Fábrica de Cerâmica Lusitânia, apresentando-se com uma nova imagem gráfica. A sua linha editorial manteve-se na divulgação de projectos de autores portugueses, revestindo-se por vezes de carácter monográfico, mas cujos textos de acompanhamento estão ainda longe de ser uma reflexão crítica estruturada dos mesmos, constatando-se ainda uma maior abertura na divulgação de obras de carácter modernista, privilegiando o encomendador particular.

Parece residir aqui um dos importantes contributos dados pela revista do Sindicato Nacional dos Arquitectos, que, como já foi referido, surgiu em 1938. No panorama editorial de então veio preferencialmente divulgar os projectos resultantes de encomendas oficiais e concebidos numa linguagem de fortes referências modernistas. Se por um lado, de tal situação não era certamente alheio o intuito de homenagear a acção do Estado Novo no respeitante à implantação de equipamentos a nível nacional, por outro, ela é reveladora de uma convicção da qualidade arquitectónica dessas mesmas obras projectadas por arquitectos então activos no Sindicato. Mas, mais dois aspectos são importantes: a inclusão de projectos estrangeiros, também estes equipamentos e numa expressão ora modernista ora já referenciada a um certo monumentalismo; a aproximação da linguagem escrita à própria realidade profissional. Ainda que os números publicados tivessem ficado bastante aquém dos seus propósitos iniciais e da aspiração dos seus promotores, *Arquitectos* foi a primeira revista produzida por

arquitectos para arquitectos, com textos na sua quase totalidade assinados também por arquitectos, sendo por isso trabalho pioneiro. (543)

Vários condicionalismos determinaram-lhe existência efémera: a Segunda Guerra Mundial; e o facto do seu director ter sido nomeado arquitecto-chefe da Exposição do Mundo Português. Um último aspecto, talvez o fundamental, importa acrescentar: a falta de participação dos sócios no seu órgão de imprensa que resultando num afastamento cada vez maior, lhe traçou um destino de curta duração. Talvez os pressupostos editoriais fossem demasiado utópicos: enquanto que para as outras publicações era solicitado material para divulgação, neste caso a proposta era inversa - os arquitectos propunham-se dar a conhecer os seus próprios trabalhos. E tal plano não encontrou o eco desejado e desejável, sendo este mais um dos sintomas de inércia da massa associativa, filiada numa mesma agremiação, mas individualmente, alheada desse mesmo conjunto por inexistência de um projecto global.

De alguma forma, a 2ª série de *Arquitectura*, revista de Arte e Construção, iniciada em 1946, veio, dois anos mais tarde, a exhibir uma coesão outra no seio da classe que se reflectiu e revelou numa linha editorial mais coerente que por sua vez correspondia a uma clarificação de intenções e à divulgação de princípios teóricos e de prática profissional bastante diferenciados das publicações anteriores. Tal situação decorre directamente do facto de em 1948, o dinâmico e recém criado ICAT - Iniciativas Culturais Arte e Técnica (544) ter a propriedade da referida revista que então abriu as suas páginas à divulgação de projectos estrangeiros e aos arquitectos portugueses que de alguma forma anunciavam um posicionamento mais crítico face ao contexto da produção arquitectónica oficial e que introduziam já novos materiais e novas expressões plásticas nos seus projectos. Por outro lado, esta publicação retomava um diálogo interrompido com as artes plásticas, deixando transparecer a interdisciplinaridade integrante do currículo escolar.

Ultrapassando o período deste breve inquérito à edição de periódicos portugueses especialmente vocacionados para a Arquitectura, mas dada a sua importância neste contexto, importa referir ainda o *Binário*, revista mensal de Arquitectura, Construção e Equipamento cujo primeiro número foi publicado em Abril de 1958. De alguma forma ela traduz já, prestes a terminar o decénio de 50, uma diferente abordagem da interdisciplinaridade inerente ao acto de projectar e construir, desde logo expressa na formação dos seus directores: Manuel Tainha, jovem arquitecto com vários projectos já publicados na revista *Arquitectura* e Jovito Tainha, engenheiro. Os propósitos editoriais deste periódico assentavam na importância da "colaboração" então considerada como "o corolário lógico e natural - racional portanto - da especialização" (545). Pretendiam assim contribuir para fomentar aquela, através de duas vias fundamentais: "a informação recíproca, e tanto quanto possível, interessada, das matérias decorrentes de cada um dos sectores da Construção (técnico, artístico, industrial, artesanal, etc.); a procura e definição dos seus planos de contiguidade e de continuidade prática e conceptual". (546)

Porém, importa reter que a revista *Arquitectura* manteve-se como o veículo preferencial de uma geração, mais conhecedora e também defensora das correntes internacionais emergentes do pós-guerra e que não tinha somente a Europa como referência, mas também a mais recente *Arquitectura* brasileira e americana. Tais preocupações profissionais traduziram-se em termos editoriais, desde os finais da década de 40, na introdução de novas temáticas e na divulgação de textos doutrinários como a Carta de Atenas (547). Os projectos publicados foram geograficamente descentralizados e privilegiados aqueles que melhor defendiam as ideias emergentes do 1º Congresso Nacional de *Arquitectura*, sobretudo no domínio da habitação colectiva. Parece não ser errado pressupor que esta foi mais uma das vias que enformaram o contexto e significado não só da vitória eleitoral de Keil Amaral no Sindicato Nacional dos Arquitectos mas também do 1º Congresso Nacional de *Arquitectura*, em 1948.

NOTAS

(1) Num primeiro plano, uma coluna constituída por cinco tambores, criando um relêvo ilusório, era o eixo de uma composição, simétrica na temática, mas não no desenho. Dois segmentos de arcos que encontram o seu ponto de fuga atrás da coluna central são, de um lado, de meia volta e, do outro, quadrangulares, estes encimados por uma quadriga, resultando no seu conjunto uma composição próxima de uma ideia de monumentalismo, num exercício de temáticas referenciadas à arquitectura clássica. Ver Vol. II - Documentação, Fotog. nº 2.

(2) "Para melhor organização dos serviços, comprou-se uma maquina de escrever, mandou-se gravar o timbre do Sindicato, oferecido pelo colega Cotinelli Telmo e imprimiu-se o papel e envelopes para a correspondencia", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1934 [dact.], p. 2.

(3) Idem, p. 1.

(4) "(...), lamenta esta Direcção o deplorável desinteresse manifestado por algumas Comissões (quási todas), expressamente nomeadas para a elaboração dos vários Regulamentos, indispensáveis à vida colectiva e que são absolutamente necessários, para serem submetidos à apreciação e aprovação do Sub-Secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, sem o que, este Sindicato não poderá ser reconhecido oficialmente", in Ibidem.

(5) Ibidem, p. 2. Esta delegação, presidida pelo construtor Diamantino Tojal, compareceu na reunião da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos de 31.Out.1934, na qual também estiveram presentes Cassiano Branco e Cottinelli Telmo. Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 9, p. 8 vs.-9.

(6) Cabendo sempre a iniciativa ao Sindicato Nacional dos Construtores Civis, em 1941 este pretendia estabelecer contacto com a Direcção do Sindicato dos arquitectos para troca de impressões sobre as aspirações daquela classe. Mais uma vez, e dado que estas em "nada colidiam com os interesses dos arquitectos", sendo mesmo "inteiramente concordantes com os pontos de vista" que estes sempre tinham defendido quanto à "perfeita definição das atribuições de cada uma das classes", a Direcção "prometeu todo o seu apoio", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1941 [dact.], p. 14. Em 1945 a Direcção do Sindicato dos Construtores Civis "quis sempre manter-se em contacto" com os arquitectos no sentido de podermos trabalhar conjuntamente na defesa dos interesses comuns". Dois aspectos foram então especialmente visados: casos concretos de invasão de ambas as profissões e a construção de habitação económica. Os resultados parecem ter sido animadores pois a Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos afirmava desejar "conservar as melhores relações com a prestimosa Classe dos Construtores", in Idem, 1945 [dact.], p. 14.

(7) Ibidem, 1934 [dact.], p. 2.

(8) Ibidem, 1935 [dact.], p. 1.

(9) Ibidem, p. 2.

(10) Ibidem, p. 3.

(11) "A Direcção tratou do exercício ilegal da profissão de arquitecto, tendo-se procedido judicialmente contra o Snr. Jacinto Marques Robalo, ao abrigo do Artº 28º do nosso Estatuto, estando a correr o respectivo processo", in Ibidem, p. 3.

(12) Ibidem, p. 2. Proposta apresentada por Vasco Regaleira na reunião de Direcção de 21.Jan.1935. Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 18, p. 10.

(13) Considerando "deficientes os elementos de estudo documental" sobre este assunto, e dado que haveria "grandes vantagens" em organizar "processos de documentos fotográficos e escritos" que seriam "preciosos auxiliares para os profissionais e estudantes de Arquitectura", foi pedido ao Presidente do Conselho para que "pelas diferentes pastas ministeriais, se procedesse ao envio de circulares pedindo três cópias fotográficas de todos os Edifícios Públicos, debaixo da sua direcção, assim como dos particulares de reconhecido valor arquitectónico e pitoresco" com vista à organização de "Processos de Consulta" a distribuir por três entidades: a Escola de Belas Artes de Lisboa, o Ministério das Obras Públicas e Comunicações e pelo próprio Sindicato, in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1935 [dact.], p. 2-3. Proposta apresentada por Vasco Regaleira na reunião de Direcção de 24.Jul.35. Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 35, p. 16 vs.

(14) De acordo com o Art. 26º, § 5º dos Estatutos, dois membros da Direcção anterior - José Coelho e Vasco Regaleira - integraram esta nova gerência. Ver Vol. II - Documentação, Doc. nº 18.

(15) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1936 [dact.], p. 1.

(16) "Como V. Exas. sabem, há anos que a Biblioteca do Sindicato estava instalada, ou antes, amontoada numa dependencia do primeiro andar da Sociedade Nacional de Belas Artes e que em consequência do conflito que, no tempo da Sociedade dos Arquitectos Portuguezes, deu ocasião a essa transferência da Biblioteca, a primeira sala dêste Sindicato junto ao vestibulo da Sociedade Nacional de Belas Artes deixára de nos pertencer e fôra occupada por aquela Sociedade.

"Quando esta Direcção tomou pòsse, veio encontrar essa Sala occupada por uma mèsa de Ping-Pong onde os nossos presados consócios da Sociedade Nacional de Belas Artes se entretinham em exercícos desportivos que pertubavam os trabalhos da Direcção do Sindicato, facto que deminuía a dignidade das instalações da sêde do Sindicato.

"Procurou, portanto, a Direcção resolver definitivamente êste assunto e para isso negociou com a Direcção da Sociedade Nacional de Belas Artes a cedência da referida sala, e o regresso da Biblioteca para a Sêde do Sindicato", in Idem, p. 3.

(17) Ibidem, p. 17. Reforçando esta ideia, importa ainda transcrever do Relatório a seguinte opinião da Direcção: "A Direcção não quer acreditar que os architectos portuguezes desejem ter uma revista de architectura, cuja colaboração seja constituída pelas obras dos architectos estrangeiros, e muito menos quer crêr que afinal tal idéa seja apenas tabuleta. A Direcção é levada a supôr que os architectos portuguezes querem ter a sua revista de architectura, sem que para isso tenham, no entanto, que fornecer o necessário material, mas tem a obrigação de lhes lembrar que essa revista, se é que é uma aspiração, só se pôde editar se cada architecto se dispuzer a mandar fazer umas fotografias dos seus trabalhos e ceder alguns desenhos, para sêrem reproduzidos pela gravura.

"Sem um bocadinho de sacrificio e de boa vontade, nada se pôde fazer."

(18) Ibidem, p. 11.

(19) A exposição de Arte Mural visava "procurar estimular" os "colegas pintores e escultores e os decoradores em geral a executarem trabalhos concebidos com o intuito de se enquadrarem na architectura", sendo o seu objectivo final a procura de uma forma de definir "directrizes mais seguras para o aparecimento de novas características na architectura e na arte em geral", in Ibidem, p. 6

(20) Ibidem, p. 11.

(21) Ibidem, p. 14.

(22) "Parecer fomedido ao Ministerio da Educação Nacional sobre requerimento do Snr. Ernst Lesser quanto à legalisação do seu título de architecto e consequente direito ao exercício da respectiva profissão em Portugal. Esse parecer foi desfavorável por não ser suficiente a documentação apresentada pelo requerente para se poder julgar da equivalencia do seu curso ao professado nas escolas portuguesas", in Ibidem, p. 14.

(23) Dado que o architecto responsável pela exposição enquadrada nestas comemorações ter sido Paulino Montez, a Direcção não deixou de frisar no seu Relatório que "teve a oportunidade de lhe manifestar o seu apreço pelo brilhante resultado estético" da mesma, in Ibidem, p. 12.

(24) Ibidem, p. 15. "Oliveira Salazar, mal se desencadeou a sublevação militar [a 18 de Julho de 1936, contra a legalidade republicana espanhola], tratou de apoiar, com prudência mas com grande determinação, o lado 'nacional' contra a República. Sebastião Ramirez, industrial algarvio e ex-ministro do Comércio, coordenou as acções e iniciativas de apoio. Estas centraram-se nas facilidades de trânsito de homens e material de guerra pelo território nacional, no apoio das estações de rádio (sobretudo o Rádio Clube Português) e da imprensa, em apoio político e diplomático (sobretudo no Comité de Não Intervenção em Espanha, sediado em Londres), no fornecimento de produtos alimentares, na viabilização de créditos bancários e na concessão de facilidades para recrutar soldados para a Legião Estrangeira em Portugal", in OLIVEIRA, C. - "A evolução política", in *Nova História de Portugal*, Vol. XII, p. 34.

(25) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, 1936 [dact.], p. 15.

(26) "Nessa ocasião e por esse facto pronunciou o presidente da Direcção um pequeno discurso de cumprimentos a S. Ex^a em nome dos Sindicatos Nacionais", in Idem.

(27) A Ordem dos Engenheiros era "constituída por todos os indivíduos habilitados legalmente ao exercício, em Portugal, da profissão de engenheiro de qualquer das seguintes especialidades actualmente professadas nas escolas superiores de engenharia portuguesa ou dos equivalentes nos termos legais: a) Engenharia civil; b) Engenharia electrotécnica; c) Engenharia mecânica; d) Engenharia de minas; e) Engenharia de químico-industrial". Deveriam também fazer parte da Ordem "todos os engenheiros de especialidades actualmente não professadas nas escolas superiores de engenharia portuguesas e cujo grau científico seja considerado equivalente aos destas escolas pela assemblea geral da Ordem, sobre parecer favorável do conselho directivo", in Ordem dos Engenheiros-Sindicato Nacional dos Engenheiros - *Estatuto*, Art. 6º e § único, p. 10-11.

(28) O Estatuto da Ordem dos Engenheiros foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 27.288, de 24 de Novembro de 1936.

(29) Tal facto parece poder ser ainda clarificado no próprio Decreto que aprovou o Estatuto da Ordem que refere: "É constituído, com a denominação de Ordem dos Engenheiros, o Sindicato Nacional dos Engenheiros que se regulará pelos Estatutos anexos a este decreto, do qual fazem parte integrante" (p. 6). Ainda segundo o que era afirmado no preâmbulo deste Decreto, a vontade da constituição do seu Sindicato Nacional foi manifestada pelos "próprios engenheiros portugueses, revelando grande espírito de coesão e nítida compreensão da sua função social (p. 3), in Ordem dos Engenheiros-Sindicato Nacional dos Engenheiros - *Estatuto*.

(30) Capitulo II - Dos sócios, seus direitos e deveres, Art. 7º, in Ibidem, p. 11.

(31) Ibidem, p. 4. Os inscritos tinham duas categorias: a de membros efectivos - de nacionalidade portuguesa - e os membros agregados - de nacionalidade estrangeira, Cf. Art. 8º, in Ibidem, p. 12.

(32) Art. 50º, in *Ibidem*, p. 31. O Estatuto previa ainda que 30 dias após a sua publicação seria dado conhecimento através do Diário do Governo, de uma lista dos indivíduos inscritos na Ordem por este processo (Art. 50º, § único). Aqueles que nela não figurassem eram obrigados a requerer a sua inscrição dentro de 60 dias seguintes (Art. 51º). Se esta obrigação não fosse cumprida "esses indivíduos ficam inibidos de exercer a sua profissão até se inscreverem" (Art. 51º, § único), incorrendo na pena de desobediência à lei se de facto não exercerem a profissão e na pena correspondente ao exercício ilegal da profissão se a exercerem antes da inscrição (Art. 51º, § único, a) e b)).

(33) *Ibidem*, p. 4-5. Talvez no intuito de assegurar o rigoroso cumprimento desta disposição e ainda como garantia de idoneidade e prestígio pessoais, os cargos de presidente e vice-presidente da Assembleia Geral, do Conselho Directivo e os do Conselho Disciplinar, só podiam ser ocupados por aqueles que possuíssem o diploma ou carta de curso há mais de 15 anos e tendo de ter mais de 40 anos de idade. Cf. Art. 15º, § único; Art. 19º, in *Ibidem*, p. 16; 18. Não deixa de ser curiosa a preferência oficial perfeitamente assumida, dada a uma classe profissional de características intrinsecamente técnicas, subestimando-se uma outra profissão, a de arquitecto, que para além da componente técnica implica uma produção criativa e estética, sendo também e por isso, formativa e portadora de valores culturais. Mas o fascínio pela técnica, esta entendida num sentido mais lato, associava-se melhor ao progresso pretendido por um Estado ansioso por se afirmar em obras concretas de grande impacto social e que preteriu ou não pôs lado a lado os profissionais de arquitectura e engenharia cuja colaboração daria, talvez, melhores resultados.

(34) Ver *Ibidem*, Capítulo V - Da função cultural, p. 25-28.

(35) Os Regulamentos e datas de aprovação foram os seguintes: Assembleia Geral (1.Abr.1938), Conselho Directivo (1.Abr.1938), Comissão Revisora de Contas (1.Abr.1938), Delegação do Porto (31.Mar.1938), Eleições para os corpos directivos (1.Abr.1938), das Secções, subsecções e Agrupamentos Secundários (27.Mar.1940). Cf. Ordem dos Engenheiros - *Regulamentos*.

(36) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1937 [dact.], p. 2.

(37) *Idem*, p. 2-3.

(38) *Ibidem*, p. 3. Tratava-se do Decreto-Lei nº 16.731, de 13 de Abril de 1929.

(39) *Ibidem*.

(40) Este Parecer expunha ainda os efeitos práticos da incompatibilidade dos Estatutos com a Lei Geral, bem como apontava as soluções possíveis que a seguir se transcreve: "(...) o Sindicato Nacional dos Arquitectos tem como aspiração conseguir a modificação da forma de tributação daqueles profissionais, no sentido indicado nos Estatutos. Não cabe no âmbito deste Parecer, nem para isso tenho competência, avaliar da legitimidade e conveniência dessa pretensão. Isso compete ao S.N., em representação a dirigir ao Ministro das Finanças. O que é facto é que essa aspiração era tam intensa e tam forte, que foram levados a inseri-la nos Estatutos, não já como aspiração mas como obrigação, infelizmente incumprível. A actual Direcção encontrou-se em face dos Estatutos assim aprovados, e, como é natural, quiz tentar cumpri-los. Isso era impossível, a Lei opunha-se terminantemente. Quiz então cumprir a Lei Fiscal. Mas, verificou dentro em breve, que não podia dar-lhe também cumprimento cabal. E porquê? Porque as declarações dos sócios eram, em maioria desconsoladora, falsas. A Direcção não quiz arcar com a responsabilidade de ir prejudicar os sócios honestos onerando-os com um imposto, que outros, falsos declarantes, deveriam pagar. Resolveu pois não nomear delegado seu à comissão distribuidora do imposto.

"Este Instituto não pode deixar de compreender os motivos de desalento, embora seja nitida a boa vontade da Direcção, que a levaram a essa solução.

"Por tudo o que fica exposto sou de parecer:

"1º - Comuniquese ao S.N. dos Architectos a conveniência de alterar os Estatutos, pelo menos na parte referida neste Parecer.

"2º - Proponha-se ao mesmo S.N. que estude uma proposta a apresentar ao Ministério das Finanças, no sentido de alterar a lei fiscal pelo que respeita á tributação dos Architectos, ou até mesmo pelo que respeita a todas as profissões livres da Construção Civil...

"3º - Embora não seja costume, tenho a honra de propôr que seja enviada ao S.N. dos Architectos uma cópia deste Parecer, a fim de que todos os sócios saibam e meditem sobre os resultados de não fazerem declarações verdadeiras, resultado esse que se cifra no seguinte: a classe dos Architectos está a ser tributada sem que tenha interferência nessa tributação, e isso, não por culpa da Direcção, mas sim por culpa dos falsos declarantes", in Parecer dos Serviços de Acção Social do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, 5.Nov.1937.

(41) "Até agora não teve a Direcção conhecimento das resoluções de S.Exa. o Ministro sobre o assunto, mas informa que tendo o presidente tido ultimamente oportunidade de expor ao Digno Chefe de Gabinete de S.Exa. o Ministro das Finanças qual é a verdadeira situação dos architectos em relação a outras classes, S.Exa. tomou na devida consideração as informações que lhe foram prestadas, sendo de prevêr que se alguma nova medida fôr adoptada ela não venha colocar os architectos em situação desfavorecida em realção a outras profissões liberais", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, 1941 [dact.], p. 15.

(42) Idem, 1943 [dact.], p. 8.

(43) Ibidem, 1937 [dact.], p. 4.

(44) Ibidem, p. 5.

(45) Ibidem, p. 7.

(46) Ibidem, p. 5.

(47) "Por sentença do Meretissimo Juiz do 9º Juízo Criminal de Lisboa foi condenado J.M.R. em seis meses de prisão correccional, seis meses de multa a um escudo por dia, seiscentos escudos de imposto de justiça e acréscimos legais, com suspensão da pena por dois anos, por usar indevidamente o título de 'arquitecto'. Desta sentença requereu oportunamente a Direcção a necessária certidão, a qual está arquivada no Sindicato", in Ibidem, p. 6.

(48) Ibidem, p. 6., O Sindicato recebeu documentação dos seguintes países: Argentina, Canadá, Checoslováquia, Dinamarca, Estados Unidos da América, França, Holanda, Inglaterra, Suíça e Uruguai.

(49) Ibidem, p. 8.

(50) Ibidem, p. 10.

(51) Cf. Ibidem, p. 7.

(52) Ibidem, p. 11.

(53) "Deve a Direcção referir que imediatamente após o atentado contra S.Exª o Presidente do Conselho, manifestou a sua mais veemente repulsa por tão criminoso acto, tendo tomado parte em diversas manifestações públicas de protesto", in Ibidem, p. 12-13.

(54) "Manifestou-se a Direcção, também, junto do Comissário do Govêmo na Exposição Internacional de Paris, pelo êxito da representação portuguesa, tendo tomado extensivas as suas manifestações aos nossos ilustres colegas que intervieram na realisação do pavilhão

de Portugal, bem como aos diversos artistas portugueses que com aquêles colaboraram", in *Ibidem*, p. 13.

(55) *Ibidem*, p. 13.

(56) *Ibidem*.

(57) *Ibidem*, p. 14.

(58) *Ibidem*, p. 15.

(59) Apesar de manifestar o seu contentamento pelo facto da revista do Sindicato continuar a ser publicada, a Direcção não deixa de chamar a atenção para o esforço que tal tem representado para alguns colegas, face ao número restrito de colaborações com que podia contar. Neste sentido, e após várias considerações, a Direcção chamou a "atenção de todos os arquitectos para a responsabilidade moral que lhes cabe se ela tiver que desaparecer por falta de colaboração", in *Ibidem*, 1938 [dact.], p. 2.

(60) Durante este ano foram pedidos subsídios ao Instituto para a Alta Cultura, a fim de viabilizar a representação portuguesa nos congressos e reuniões internacionais, nomeadamente para o XV Congresso Internacional dos Arquitectos, a realizar em Washington, em Setembro de 1939.

(61) Esta Nota Oficiosa da Presidência do Conselho foi publicada no *Diário de Notícias*. Anunciando um programa em torno das comemorações do duplo centenário da fundação e restauração da nacionalidade, esta longa Nota Oficiosa deixa claro que estas eram um pretexto para o delinear de um programa bem mais vasto, tendo assim o carácter de um plano a curto prazo no domínio das obras públicas, incluindo-se ainda a criação de infraestruturas. De forma indirecta, Salazar fez aí o ponto da situação nestes domínios, por vezes avisos velados demonstrando o seu descontentamento, como quem faz o diagnóstico e aponta a terapia mais correcta para ultrapassar os males. Eram quatro as grandes temáticas aí expostas pelo Presidente do Conselho: as nacionais, as que diziam directamente respeito à capital, a Exposição do Mundo Português e, finalmente outras manifestações de carácter público e também comemorativas dos centenários. Estava prevista a realização de um Congresso do Mundo Português em torno da história de Portugal e actividades lúdicas como os cortejos, festas, etc..

(62) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1938 [dact.], p. 2.

(63) *Idem*.

(64) *Ibidem*, p. 2-3.

(65) *Ibidem*, 1939 [dact.], p. 3.

(66) *Ibidem*, 1940 [dact.], p. 5.

(67) *Ibidem*, 1939 [dact.], p. 5.

(68) *Ibidem*, 1938 [dact.], p. 6.

(69) *Ibidem*, p. 7.

(70) "Um dos prémios destina-se a galardoar o arquitecto autor da melhor composição arquitectural inteiramente concluída em cada ano, variando do espírito do Prémio Valmor por abranger toda a composição e não apenas a fachada como este. "O outro prémio é destinado ao autor do projecto classificado em primeiro lugar no concurso de projectos a abrir anualmente pela Camara", in *Ibidem*, p. 7-8.

(71) Ibidem, p. 9

(72) Ibidem.

(73) Ibidem, p. 11.

(74) Ibidem, p. 13.

(75) O comentário sobre este assunto não difere em muito do feito no ano transacto: a revista tinha continuado a aparecer - publicava-se então o seu 12º número - "contra o que muitos decerto esperavam e apesar da manifesta falta de dedicação dos architectos", in Ibidem, 1939 [dact.], p. 7.

(76) Ibidem, p. 2.

(77) Ibidem, p. 5-6.

(78) Ibidem, p. 9.

(79) Ibidem.

(80) Ibidem. No Relatório era ainda acrescentado: "O melhor aproveitamento, corte e tratamento das madeiras tomando-as imputrescíveis e menos inflamáveis é hoje pratica corrente em muitos paizes, mas não consta que seja seguida em Portugal, pelo que a Direcção pretendeu chamar a atenção de S. Exa. o Ministro para o facto, tendo S.Exa. respondido que a sugestão do Sindicato seria tomada em consideração".

(81) Ibidem, p. 10.

(82) Esta nova deligência junto do Ministério das Finanças para conceder "a prorrogação da isenção predial por dez anos aos prédios construídos a partir de 1940" foi feita a pedido e para "secundar as efectuadas pelas Associações Industrial e Comercial, Sindicato Nacional dos Construtores Cívis e outros organismos economicos e corporativos", in Ibidem, 1940 [dact.], p. 13.

(83) A fim de colaborar com as autoridades a Direcção enviou "(...) a tôdos os sócios uma circular pela qual êstes eram convidados a participar ao Sindicato tôdos os casos de que tivessem conhecimento. Não era intuito da Direcção acusar fosse quem fosse, mas intervir junto dos proprios fornecedores convidando-os lealmente a justificarem os motivos dos aumentos ou a suprimi-los caso não tivessem justificação aceitável. Só se levariam os assuntos ao conhecimento das autoridades no caso de manifesto propósito de querer aumentar lucros menos rasoáveis a pretexto da guerra, provocando-se portanto o agravamento do custo das construções e a consequente retracção por parte dos proprietarios, e agravando-se a crise de trabalho para os architectos", in Ibidem, 1939 [dact.], p. 10.

(84) Ibidem.

(85) Ibidem, p. 14.

(86) Ibidem, p. 15.

(87) Ibidem, 1940 [dact.], p. 2.

(88) Ibidem, p. 2.

(89) Ibidem, p. 3.

(90) Ver os Relatórios do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros de 1938 (p. 15), 1941 (p. 12), 1947 (p. 4) e 1948 (p. 4).

(91) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1940 [dact.], p. 3.

(92) *Idem*, p. 4.

(93) "Sabe a Direcção que o Ministério da Educação Nacional se tem interessado bastante pelo assunto, sobre o qual tem o parecer favorável do Conselho Permanente de Acção Educativa e que tem dado conhecimento do assunto ao Ministério da Guerra. É deste Ministério que partem as maiores dificuldades porquanto a repartição respectiva se limita a interpretar rigidamente o disposto no art. 62º da lei 1:961, que só reconhece o direito à frequência dos Cursos de Oficiais Milicianos aos alunos e aos indivíduos formados nas Escolas Superiores". A Direcção considerava ainda que "este caso da situação militar dos arquitectos, exprime bem quanto ainda a nossa classe é considerada, ou desconsiderada, como classe de categoria inferior a tantas outras, cuja superioridade não reside senão na circunstância puramente casual de não serem as Escolas de Belas Artes consideradas de grau superior, apesar de pertencerem à mesma Direcção Geral do Ministério da Educação Nacional", in *Ibidem*, 1941 [dact.], p. 6.

(94) *Ibidem*, 1943 [dact.], p. 6.

(95) A este propósito e devido à aprovação na Assembleia Nacional da lei nº 1.999, era ainda acrescentado: "Deve-se registar aqui quanto a classe ficou devendo por esta reparação moral ao ilustre deputado Sr. Melo Machado, que na Assembleia Nacional apresentou o respectivo projecto de lei e o Sr. Coronel Gomes de Araujo, actual Subsecretário da Guerra que foi o seu relator na Câmara Corporativa. Ambos são hoje, com toda a justiça, sócios honorários do nosso Sindicato", in *Ibidem*, 1944 [dact.], p. 4.

(96) Cf. *Ibidem*, 1940 [dact.], p. 4.

(97) Cf. *Ibidem*, p. 9-10.

(98) *Ibidem*, p. 11.

(99) "Junto de S.Exa. o Governador Geral de Angola interveio a direcção solicitando atenção para o facto de nos jornaes daquela Provincia vir publicada a noticia de que um amator estava preparando o projecto para o Aero-porto do Lobito o qual em breve seria apresentado à aprovação superior.

"Não recebeu a direcção resposta de S.Exa. mas crê que a reclamação apresentada deva ter sido tomada em consideração, pois não teve mais conhecimento de qualquer facto desagradavel sobre o assunto", in *Ibidem*, p. 12.

(100) *Ibidem*, p. 13.

(101) *Ibidem*, p. 13.

(102) *Ibidem*.

(103) *Ibidem*, p. 15-16.

(104) *Ibidem*, p. 17.

(105) "Em Outubro do ano findo era o presidente da Direcção procurado pelo Director dos Serviços Culturais do Instituto Alemão em Portugal, o qual em nome de S.Exa. o Ministro da Alemanha informava que se iria realizar na Sociedade Nacional de Belas Artes uma exposição de Architectura Alemã sob a direcção do Architecto Albert Speer, e pedia para

essa exposição o patrocínio do Sindicato. Depois de superiormente autorizado deu o Sindicato o solicitado patrocínio, tendo a referida Exposição sido inaugurada em 8 de Novembro com a presença de S.Exa. o Snr. Ministro das Obras Públicas e outras autoridades", in *Ibidem*, 1941 [dact.], p. 12.

(106) "A deligencia do Presidente da Direcção foi coroada de êxito, sendo imediatamente convocada a Secção de que faz parte para emitir o seu parecer do qual foi relator o presidente da Direcção e no qual introduziu as alterações convenientes à defeza da actividade dos architectos portugueses. Essas alterações merecem a concordância dos ilustres deputados autores do referido projecto de lei, não tendo porém êste chegado a ser submetido à discussão na Camara dos Deputados por entretanto se ter encerrado o período legislativo, sendo natural que venha a ser discutido no período que está decorrendo", in *Ibidem*, p. 2.

(107) *Ibidem*, p. 2-3.

(108) Outra subscrição foi aberta pelo Sindicato após o ciclone de 15 de Fevereiro de 1941 "destinada a socorrer as vitmas dêsse cataclismo, a qual rendeu a quantia de 750\$00, tendo o Sindicato contribuido com a quantia de 1.250\$00, para prefazer 2.000\$00. "Aquella quantia foi entregue no 'Diário de Notícias' para ser incluída na grande subscrição nacional aberta por S.Exa. o Senhor Presidente da República", in *Ibidem*, p. 11.

(109) *Ibidem*, p. 12. "A Direcção esperava que os socios dêste Sindicato, na medida das suas possibilidades cumprissem com satisfação êste dever humanitário de acudir ao seu semelhante numa ocasião em que êle pedia que lhe acudissem; esperava que tôdos compreendessem o que o seu sacrificio representaria para Portugal; e esperava que o resultado fôsse digno das melhores qualidades que distinguem os portugueses, mas não só não poudes ver confirmadas nenhuma das suas esperanças, como até têve que reconhecer que procedia mal, pois alem da indiferença da quasi da nossa classe, até remoques e censuras recebeu", in *Ibidem*.

(110) *Ibidem*, p. 10.

(111) *Ibidem*, p. 17.

(112) Tal "indiferença" levou a Direcção a concluir que "têve que reconhecer que o melhor papel duma gerencia é o de se limitar a mero trabalho de expediente, sem qualquer iniciativa em beneficio da classe. E assim ao menos poderá reconhecer razão aos que comodamente se despreocupam de tôdo o assunto de interesse colectivo afirmando que o Sindicato nada faz que preste", in *Ibidem*, p. 13.

(113) *Ibidem*, 1942 [dact.], p. 2. A Direcção "fez moldar a mascara para a preparação futura do busto que deve ficar em lugar de honra nesta casa" e que iria ser executado pelo escultor Leopoldo de Almeida "que immediatamente se pôz à disposição do Sindicato para êsse fim, o que a Direcção regista com os seus votos de agradecimento". Por outro lado, "entendeu a Direcção que não devia deixar de se prestar à memória de Mestre Monteiro a mais larga homenagem devida ao seu excepcional valor e à admiravel acção como profissional e como professor tendo resolvido, no proprio dia do seu falecimento, levar a efeito uma exposição dos seus trabalhos para o que conta com a colaboração de tôdas as entidades que possuem trabalhos seus e precisa da ajuda de alguns socios do Sindicato".

(114) T. Lacerda Marques era então recordado através das seguintes palavras: "Aquêle espirito sempre moço que ainda na véspera convivera connôco, que tôdos os dias surgia com uma nova idéa, desaparecia do modo trágico que tôdos sabem, deixando-nos, a tôdos, dominados pela mais dolorosa das recordações", in *Ibidem*, p. 3.

(115) *Ibidem*, p. 4.

(116) Ibidem.

(117) Ibidem, p. 5. Ainda em relação à forma como eram tratados os assuntos respeitantes à Arquitectura nas então colónias portuguesas em África, a Direcção registou "com prazer", a criação da Comissão de Estética, junto da Câmara Municipal de Lourenço Marques que "caso único em Portugal, tem funções deliberativas, o que representa um indiscutível avanço sobre as teóricas comissões de estética do Continente, cuja acção é meramente consultiva".

(118) Ibidem, p. 10.

(119) Ibidem, p. 11.

(120) Ibidem, p. 8.

(121) Ibidem. "A madeira nacional é em muitos casos o único material que se pode empregar na estrutura de pavimentos e coberturas e por isso se tornava necessário evitar a destruição arbitrária de pinhais, sem o que mais grave se tornaria ainda a crise que atinge a mais numerosa classe operária do país, com os seus inevitáveis reflexos sobre a nossa Classe.

"S.Exa. tomando em consideração a representação do Sindicato prometeu tomar providencias, devendo a Direcção informar que até hoje não tomou a receber qualquer reclamação dos industriais de madeiras", in Ibidem, p. 12-13.

(122) Ibidem, 1943 [dact.], p. 6. "Perante a exposição apresentada, foi prometido por S.Exa. o Ministro da Educação Nacional mandar submeter o assunto à apreciação do Conselho Permanente de Acção Educativa no sentido de conseguir que aos Cursos Superiores de Arquitectura seja reconhecida categoria igual à dos outros cursos superiores universitários. "Tal resolução ainda não foi tomada e assim, continuam os alunos dos Cursos Superiores de Arquitectura sujeitos a tôdas as contingencias inerentes à categoria dum curso sem categoria definida".

(123) Ibidem, p. 7.

(124) Cf. Ibidem, p. 7.

(125) Ibidem, p. 8.

(126) Ibidem, p. 5.

(127) Cf. Ordem dos Engenheiros - *Relatório do Conselho Directivo referente ao ano de 1943*, p. 8.

(128) Enquanto que no Relatório da Ordem dos Engenheiros um único parágrafo era especialmente dedicado a Duarte Pacheco, recordado como "figura de excepção relêvo a quem a engenharia portuguesa tanto fica devendo e cuja trágica morte constitui verdadeira perda nacional" (Idem, p. 5), os architectos dedicam-lhe cerca de duas páginas do seu Relatório. Segundo era afirmado "ao Ministro Duarte Pacheco não só deve a nossa classe o ter sido frequentemente solicitada para prestar ao País o serviço que só os architectos podem e sabem prestar, como deve o ter sido reconhecida a sua equiparação à classe dos engenheiros e outros técnicos, nos quadros dos serviços públicos", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, 1943 [dact.], p. 1.

(129) Idem, p. 3. Tratava-se do Decreto nº 33.583, de 24 de Março de 1944.

(130) Eram referidos os seguintes: Decreto nº 33.921, de 5 de Setembro de 1944, que estabelecia as normas para a elaboração dos planos de urbanização de grande número de povoações; Decreto nº 34.171, de 6 de Dezembro de 1944, que criava no Ministério das

Colónias um Gabinete de Urbanização Colonial; e, por fim, o Decreto nº 34.337, de 27 de Dezembro de 1944, que criava no Ministério das Obras Públicas e Comunicações a Direcção Geral dos Serviços de Urbanização. Cf. *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1944 [dact.], p. 4.

(131) *Ibidem*.

(132) *Ibidem*, p. 8.

(133) *Ibidem*, p. 6.

(134) *Ibidem*, p. 9.

(135) "O nosso saudoso colega desenvolveu em Leiria uma acção brilhantíssima, como architecto, como investigador e como professor, sendo da mais elementar justiça focar o apreço em que era tido por todos os artistas portugueses", in *Ibidem*, p. 10.

(136) "Se como profissional não marcou um lugar de destaque, não pode ser esquecida a sua acção como professor dos liceus e das escolas industriais e o seu interesse pela classe", in *Ibidem*.

(137) *Ibidem*. "A sua obra profissional se não é vasta é no entanto notável pela qualidade (...). Era além dum profissional distintíssimo, um dos architectos mais cultos da geração de 1900 e em todo o sentido um perfeito homem de bem. (...) A sua memória deverá ser evocada numa homenagem pública que certamente a Sociedade Nacional de Belas Artes não deixará de promover e à qual este Sindicato não deixará de se associar", in *Ibidem*, p. 10-11.

(138) A Direcção esclarecia ainda que o homenageado "nunca aceitaria a título pessoal" tal festa "mas sim, visto que a nossa decisão era inabalável, se ela se apresentasse com um carácter simbólico de união da família dos Arquitectos, de que ele seria o pretexto", in *Ibidem*, 1945 [dact.], p. 2.

(139) Decreto nº 35.404, de 28 de Dezembro de 1944.

(140) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1945 [dact.], p. 12.

(141) "Em reuniões de carácter preparatório e particular, o mesmo Membro da nossa Direcção sugeriu a publicação de determinados documentos que muito interessaria pela divulgação da nossa Architectura citadina e permitiu-se afirmar que os Arquitectos portugueses, e especialmente os de Lisboa, contribuiriam com o maior entusiasmo para a realização das Comemorações", in *Idem*, p. 4.

(142) *Ibidem*, p. 11.

(143) *Ibidem*, p. 12.

(144) "Escolheu a Direcção um dos seus membros - que reunia um conjunto de qualidades e condições mais apropriadas - para tratar do caso com o tacto e a diplomacia necessários e regosijou-se com a informação que lhe foi prestada por esse Membro e que era a de não existir plágio. Oficiámos ao queixoso, supondo que este daria a questão por terminada, mas sem todavia lhe coartar o legítimo direito de discordar do nosso parecer; a resposta ao nosso officio, ressalvada a parte irónica e jocosa, aliás sem grande originalidade, e esquecida a ligeireza da critica feita a uma Direcção que havia pouco tinha tomado posse envolvia uma discordância e um desejo, aliás muito para agradecer, que a Direcção continuasse a dormir o sono dos justos.

"Acordados por esta legítima revolta de quem, em correspondência anterior, parecia hesitante em tomar uma atitude mas dizia acabar por ceder à pressão de vários e

numerosos amigos que o incitavam à queixa, a Direcção aceitou a discordância e procedeu da única maneira possível: fazendo baixar o caso ao Conselho Disciplinar", in *Ibidem*, p. 6.

(145) *Ibidem*, p. 9.

(146) *Ibidem*, p. 7.

(147) Trata-se da revista *Turismo*, nº 62, Ano IX, Abr.-Maio 1945, cujo director e proprietário era António Pardal e o chefe de redacção Julião Quintinha. Este número dedicado a Lisboa, contou com um vasto leque de colaboradores, desde o presidente da Câmara, passando por olisipógrafos como Norberto Araújo e Gustavo de Matos Sequeira e o grupo Amigos de Lisboa, até à evocação da cidade pelo poeta Cesário Verde. Dava especial enfoque às obras consideradas como as mais importantes e realizadas recentemente pelo Estado (Estádio Nacional, Casa da Moeda, Aeroporto, Hospital Escolar, Instituto Nacional de Estatística, igreja de N. Sra. de Fátima) e a aspectos arquitectónicos da Exposição do Mundo Português. Porém, os arquitectos não tiveram o destaque que consideravam merecer, confundindo-se e equiparando-se aos construtores. Para além de um texto de Cottinelli Telmo sobre "a função do arquitecto na renovação panorâmica de Portugal", era também publicada uma entrevista com Manuel Madeira, presidente do Sindicato Nacional dos Construtores Civis.

(148) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1945 [dact.], p. 7-8.

(149) "Deu-se porém uma circunstância que fez com que tivéssemos tido o prazer de promover a realização de uma conferência que o Arq. Prof. Pardal Monteiro preparava para determinada Entidade que, à última hora, resolvera não tomar pública essa conferência, o que ia contra o desejo anteriormente expresso por êsse nosso Colega.

"Conhecedores do incidente, convidamos o Arq. Pardal Monteiro a publicar o seu trabalho e lembrámo-nos que, por duas razões, seria interessante que o fizéssemos no Salão da Sociedade Nacional de Belas Artes: por um lado êle estaria na nossa Casa de Artistas, por outro atenuar-se-ia a impressão de que os Sócios Arquitectos daquela Sociedade guardavam rancor àqueles que, defendendo com sinceridade os seus pontos de vista, tinham uma atitude de oposição", in *Idem*, p. 8

(150) Cf. *Ibidem*, p. 15.

(151) *Ibidem*, p. 16.

(152) *Ibidem*, p. 15.

(153) *Ibidem*, 1946 [dact.], p. 1.

(154) *Ibidem*, p. 2. Segundo era afirmado, a "Comissão não chegou a reunir". Em 1947 esta mesma Comissão, de acordo com o Decreto-Lei nº 36.314, de 31 de Maio, passou a designar-se Conselho Consultivo que funcionava junto da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e para a qual o ministro das Obras Públicas pediu ao Sindicato que nomeasse o seu representante. "A Direcção resolveu não pedir a convocação da Assembleia Geral para se fazer tal nomeação, por entender que esse Conselho não era senão uma nova fórmula de uma comissão anteriormente criada e para a qual tinha sido nomeado, pela Assembleia Geral, o Arq. Pardal Monteiro. Por isso deu a indicação do seu nome. Ignoramos se houve já alguma reunião desse Conselho", in *Ibidem*, 1947, [dact.], p. 4.

(155) Para o efeito foi enviada uma circular à qual só respondeu o arq. António Ribeiro Martins. Cf. *Ibidem*, 1946 [dact.], p. 2.

(156) "Informou mais tarde que ficára sem efeito o respectivo officio, pois contratára o Arquitecto Fernando Ferreira Botelho Queiroz de Mesquita.

"A Direcção oficiou chamando a atenção desta Repartição para o facto de êsse Senhor não estar inscrito no Sindicato e lembrando que, dentro da organização corporativa, os

Arquitectos chamados por um organismo oficial a desempenhar funções oficiais deviam ser os primeiros a compreender a necessidade de se inscreverem ou serem obrigados a fazê-lo", in *Ibidem*, p. 2.

(157) *Ibidem*, p. 3-4.

(158) "(...) mercê de uma estreita e efectiva colaboração de todos os membros da Direcção, deixou a mais agradável impressão aos nossos Colegas espanhóis, teve grande repercussão na Imprensa e mereceu do Governo o maior apoio", in *Ibidem*, 1947 [dact.], p. 1.

(159) *Ibidem*, p. 3.

(160) *Ibidem*, p. 4.

(161) "Na circular nº 80 comunicávamos que se ia realizar a 1ª Reunião Olisiponense, organizada pela Comissão do Centenário referido e convidávamos os Arquitectos a fazerem a sua inscrição. Ao passo que o Presidente desta Direcção não deixou perder a oportunidade para fazer algumas afirmações de interesse para a nossa Classe, não vimos lá, além do Vereador e Consócio Vasco de Moraes Palmeiro Regaleira, nenhum daqueles Colegas que, pelo menos, estão sempre prontos a criticar a obra e a orientação da Municipalidade", in *Ibidem*, p. 5.

(162) *Ibidem*, p. 6.

(163) Ver Vol. II - Documentação, doc. nº 19.

(164) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1948-1949 [dact.], p. 1.

(165) *Idem*, p. 7.

(166) *Ibidem*, p. 8. Importa realçar a proximidade desta proposta com a já apresentada em 1934, pela Direcção do Sindicato, presidida por Tertuliano Marques, semelhante na finalidade, divergente na sua formulação e meios de atingir os seus objectivos.

(167) *Ibidem*, p. 5.

(168) Era constituída por: Alberto José Pessoa, Raul Chorão Ramalho e José Segurado.

(169) Dela faziam parte: Ernani Nunes, Manuel Laginha e o arq. tirocinante Huertas Lobo.

(170) Formada por: Pardal Monteiro, Jorge Segurado e Faria da Costa.

(171) Integravam-na: Veloso Reis Camelo, Miguel Jacobetty e Fernando Mesquita.

(172) Composta por: Paulo Cunha, Sérgio de Andrade Gomes e Artur Simões da Fonseca.

(173) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1948 e 1949 [dact.], p. 6.

(174) Ver Vol. II - Documentação, Doc. nº 19.

(175) "Cumpre salientar a inestimável colaboração prestada pelo Ilustre Colega professor Cristino da Silva que, na sua qualidade de vogal daquele Conselho, ponde e quiz defender os interesses da Classe quando as objecções por ela apresentadas ali foram discutidas", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1948 e 1949 [dact.] p. 6.

(176) *Ibidem*, p. 8.

(177) O despacho tem a data de 18 de Agosto de 1949.

(178) Carta do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social ao presidente da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1.Maio.1950.

(179) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1948-1949 [dact.], p. 9.

(180) *Idem*, p. 10.

(181) Ver I Parte - 3.2.

(182) "Foi resolvido officiar ao Instituto Central dos Arquitectos do Brazil, agradecendo o convite feito ao nosso Colega e Consocio, Senhor Raúl Lino, para fazer uma série de conferências, notificando o mesmo Instituto de que démos ao nosso Colega a incumbencia de nos representar junto daquela Instituição", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 23, 10.Abr.1935, p. 12.

(183) "Pelo Senhor Vasco Regaleira foi proposto que se tratasse junto das instâncias oficiais no sentido de sêr subsidiada a ida de um representante dêste Sindicato ao Congresso Internacional dos Arquitectos, a realizar em Roma, tendo o Senhor Carlos Ramos proposto que se officiasse nêsse sentido ao Secretariado da Propaganda Nacional, officio que foi redigido pelo mesmo Senhor", in *Idem*, Acta nº 25, 24.Abr.1935, p. 13.

(184) *Ibidem*, Acta nº 17, 14.Jan.1935, p. 9 vs.

(185) Cf. *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1935 [dact.]. Na última reunião da Direcção presidida por Tertuliano Marques, Carlos Ramos comunicou "que o Architecto Jan Wils se propunha fazer uma conferência na próxima noite de vinte e dois e assim pedia não só o patrocínio do Sindicato, mas ainda que se officiasse à Direcção da Sociedade Nacional de Belas Artes pedindo-lhe a cedência do salão do primeiro andar e a máquina de projecções. Foi aprovada a proposta e remetido aquela entidade o officio para a cedencia do salão", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 48, 15.Jan.1936, p. 22 vs. Contudo, tal conferência não voltou a ser referida.

(186) Cf. *Idem*, Acta nº 51, 11.Mar.1936, p. 24 vs. "(...), a Direcção pretendeu aproveitar o oferecimento que em tempos fôra feito directamente ao presidente cessante [Tertuliano Marques], em Paris, pelo Inspector Geral de Belas Artes, architecto Albert Laprade, para se realizar em Lisboa, à custa do Govêmo Francês, essa exposição, organizada com a intervenção da Sociéte des Architectes Diplomés par le Gouvernement. Tratava-se duma exposição ambulante que nêsse momento percorria a Europa Central e, segundo o architecto Laprade, não seria difficil fazer incluir Lisboa no número de capitais a percorrer no ciclo do ano seguinte", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1936 [dact.], p. 5.

(187) Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 58, 29.Abr.1936, p. 28.

(188) *Idem*, Acta nº 61, 21.Maio.1936, p. 30 vs.

(189) Cf. *Ibidem*, Acta nº 63, 3.Jun.1936, p. 33. Contudo, o officio solicitando a intervenção do ministro de França junto do Governo francês para que a exposição pudesse vir a Lisboa, só foi enviado no final do mês. Cf. *Ibidem*, Acta nº 67, 22.Jun.1936, p. 35.

(190) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1936 [dact.], p. 5.

(191) *Idem*.

(192) "(...), particularmente, foi o presidente da Direcção cessante informado de que quando do oferecimento do architecto Laprade, Lisboa fôra, a título provisório, inscrita na lista das

idades a visitar por essa exposição, mas como não houvera nunca qualquer confirmação oficial das autoridades portuguesas, essa inscrição nunca se tomou definitiva", in *Ibidem*.

(193) *Ibidem*.

(194) *Ibidem*, p. 6.

(195) "(...), deve a Direcção esclarecer que tomou a iniciativa da sua realização depois de ter convocado para uma reunião conjunta todos os sócios do Sindicato que ocupavam cargos nos corpos gerentes e no Conselho Disciplinar para ouvir o seu conselho a tal respeito, tendo visto apoiada por unanimidade, a sua iniciativa", in *Ibidem*.

(196) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 61, 21.Maio.1936, p. 30 vs. Ver também, Acta nº 63, 3.Jun.1936, p. 32 vs.

(197) Cf. *Idem*, Acta nº 66, 18.Jun.1936, p. 34 vs. Esta Comissão Organizadora era presidida por Pardal Monteiro sendo o seu vice-presidente o presidente da Direcção da Sociedade Nacional de Belas Artes, tendo como vogais dois representantes de cada um daqueles organismos. Cf. *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, 1936 [dact.], p. 6.

(198) Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 69, 1.Jul.1936, p. 37.

(199) Cf. *Idem*, Acta nº 82, 11.Nov.1936, p. 43 vs.

(200) Cf. *Ibidem*, Acta nº 85, 2.Dez.1936, p. 45.

(201) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, 1936 [dact.], p. 6-7.

(202) Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 98, 10.Mar.1937, p. 53 vs e Acta nº 99, 19.Mar.1937, p. 54.

(203) *Idem*, Acta nº 119, 20.Out.1937, p. 65 vs.

(204) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, 1937 [dact.], p. 7.

(205) Note-se que da parte do Sindicato não há notícia de qualquer inscrição dos seus sócios na exposição, sendo as existentes da parte dos membros da Sociedade Nacional de Belas Artes.

(206) Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 191, 8.Fev.1939, p. 99 vs.

(207) "Foi resolvido oficiar ao Senhor Doutor Augusto Lima Junior perguntando o que há de concreto sobre a Exposição de Architectura Brasileira, para se poder entrar em contacto com a Sociedade Nacional de Belas Artes para a cedencia das salas", in *Idem*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 235, 19.Jun.1940, p. 29 vs.

(208) "Desconhecendo qual seria o ponto de vista do Govêmo a tal respeito, solicitou de Sua Excelência o Sub-Secretário das Corporações o seu parecer, tendo-lhe sido respondido que nenhum inconveniente havia em aceitar o convite. Nestas circunstâncias foi respondido que o Sindicato daria o seu patrocínio à exposição de Architectura", in *Idem*, Acta nº 244, 15.Out.1941, p. 59.

(209) *Ver Moderna Architectura Alemã*, prefaciado por Rudolf Wolters, 1941. Este catálogo-livro foi "oferecido a todos os Socios do Sindicato, pelo Inspector Geral da Urbanização de Berlim, Professor Albert Speer, (...), cuja distribuição ficou a nosso cargo, foi resolvido

oficiar à Secção Distrital do Porto enviando-lhe um exemplar da referida publicação para a sua Biblioteca e perguntando-lhe nos informe como deseja que lhe sejam enviados os exemplares destinados aos seus sócios, que estejam na actividade, pois as respectivas despesas serão a cargo da mesma Secção", in *Ibidem*, Acta nº 248, 19.Nov.1941, p. 61 vs.

(210) "Inaugurando-se no próximo dia oito a 'Exposição da Nova Architectura Alemã' para a qual foi solicitado pela Legação da Alemanha o patrocínio deste Sindicato, mas tendo que ser limitado o número dos convidados visto ter sido superiormente determinado, resolveu-se distribuir os poucos convites pelos Corpos Gerentes do Sindicato e mandar convites a todos os socios para visitarem noutros dias a Exposição", in *Ibidem*, Acta nº 248, 5.Nov.1941, p. 60.

(211) A publicação de *Arquitectos* esteve interrompida durante o ano de 1941. Contudo, dado o impacto que tal exposição decerto causou entre os arquitectos portugueses, parece que não seria despropositado que lhe fosse feita referência quando a revista voltou a ser editada, no ano seguinte. Importa ainda salientar que no Relatório da gerência de 1941, no item "Exposição de Architectura Alemã" não foram feitos comentários de nenhum tipo à mesma, optando a Direcção por descrever sucintamente o pedido de patrocínio e a oferta dos catálogos. Cf. *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1941 [dact.], p. 12-13.

(212) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 273, 28.Set.1942, p. 76 vs.

(213) *Idem*, Acta nº 281, 22.Mar.1943, p. 83.

(214) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1943 [dact.], p. 9.

(215) Durante a presidência de Keil Amaral foi recebido um convite do Director Geral de Architectura do Ministério de la Gobernación de Madrid, para que os arquitectos portugueses se fizessem representar numa exposição de architectura contemporânea, a realizar em Madrid e Barcelona (Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 417, 8.Abr.1949, p. 180). Porém, "ouvidos vários arquitectos sobre a possibilidade de uma representação portuguesa condigna na exposição de Architectura Contemporânea de Madrid e Barcelona, e reconhecida, com máguia, a absoluta impossibilidade de concorrer por falta de tempo, enviou-se um Offício ao Director General de Architectura de Espanha declinando o amável e honroso convite", in *Idem*, Acta nº 418, 14.Abr.1949, p. 181.

(216) "Foi resolvido responder [ao offício do Instituto para a Alta Cultura], informando que este Sindicato oferece gostosamente àquêle Instituto a colaboração que estiver ao seu alcance, a-fim de que aquele Professor possa realizar a sua conferencia. Foi pedida a cedencia do salão à Sociedade Nacional de Belas Artes", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 198, 5.Abr.1939, p. 4.

(217) Cf. *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1939 [dact.], p. 8.

(218) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 220, 13.Dez.1939, p. 18/a.

(219) Esta conferencia foi publicada na revista no Sindicato. Ver *Arquitectos*, nº 12, Jan.-Abr.1940, p. 351.

(220) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 229, 3.Abr.1940, p. 25. A conferencia foi "(...) muito concorrida. Fez a apresentação do conferente o próprio Presidente da Direcção [Pardal Monteiro]", in *Idem*, Acta nº 232, 24.Abr.1940, p. 27 vs.

(221) Cf. *Ibidem*, Acta nº 229, 3.Abr.1940, p. 25 vs.

(222) Cf. *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Abril de 1954, Acta nº 67, 6.Nov.1944, p. 39.

(223) Foram recebidas sete respostas. Manifestaram o seu interesse e disponibilidade para o ciclo de conferências: Raul Lino, M. Jacobetty e L. Cristino da Silva. Maior número de adesões teve a exposição de arquitectura: Viana de Lima e Agostinho Ricca (do Porto) e ainda H. Taveira Soares, Raul Lino, António Lino, M. Jacobetty, Januário Godinho e L. Cristino da Silva. Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 319, 26.Dez.1944, p. 48 vs.

(224) Decreto-Lei nº 33.921, de 5.Set.1944, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, que estabelece a obrigatoriedade de levantamentos topográficos e planos de urbanização das cidades, vilas e outras localidades; Decreto-Lei nº 34.337, de 27.Dez.1944, do mesmo Ministério e que cria a Direcção Geral dos Serviços de Urbanização no Ministério das Obras Públicas e Comunicações; Decreto-Lei nº 34.171, de 6.Dez.1944, que cria no Ministério das Colónias um Gabinete de Urbanização Colonial.

(225) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1944 [dact.], p. 5.

(226) E. de Groer, arquitecto-urbanista francês, veio para Portugal em 1938 quando Duarte Pacheco foi nomeado simultaneamente para o cargo de ministro das Obras Públicas e Comunicações e para presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a fim de elaborar o Plano de Urbanização de Lisboa.

(227) Cf. Idem. Deram autorização oficial para a realização destas conferências lições, o Instituto para a Alta Cultura - que mais tarde concedeu ao Sindicato "o subsídio de três mil escudos, para auxílio das despesas com a vinda e estadia em Portugal do Professor Senhor Cesar Cort" (Acta nº 324, 19.Fev.1945, p. 52) - e o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência Social. Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 319, 26.Dez.1944, p. 48 e Acta nº 321, 15.Jan.1945, p. 51.

(228) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 69, 30.Jan.1945, p. 57-59.

(229) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 323, 29.Jan.1945, p. 56.

(230) Idem, p. 56-57. Pardal Monteiro acrescentou ainda que esperava "por êstes dias" apresentar "o referido projecto pelo qual se tenta criar um curso para arquitectos diplomados que deverá funcionar ainda no corrente ano lectivo e para os anos seguintes estabelecer as normas para o funcionamento normal do Curso para os alunos do Curso Superior de Arquitectura. É possível que para a regência das duas cadeiras principais: - Urbanologia e Projectos e Obras de Urbanização venham a ser convidados os ilustres professor Cesar Cort, espanhol e Etienne Groere, francês", p. 57.

(231) Cf. Ibidem, Acta nº 324, 19.Fev.1945, p. 58-59.

(232) Ibidem, Acta nº 326, 26.Mar.1945, p. 66. O Decreto-Lei nº 34.607 do Ministério da Educação Nacional foi publicado no *Diário da República*, I série, nº 105, de 15.Maio.1945. Este assunto era de tal forma importante para os arquitectos que Cottinelli Telmo ao escrever um artigo para a revista *Turismo* sobre "a função do arquitecto na renovação panorâmica de Portugal", dedicou um parágrafo alusivo à publicação do Decreto. Ver *Revista Turismo*, nº 62, Abr.-Maio 1945.

(233) "Indicam os Estatutos que um dos fins culturais do Sindicato é a realização de conferências. Encarecer os benefícios que delas adviriam para a cultura em geral, e para a nossa Classe, em particular, é desnecessário. É inútil, porém, insistir junto dos Sócios para tornar possível a realização dessas manifestações: já a Direcção anterior o fizera e vira

reduzido a quatro o número de concorrentes. Por isso desistimos de tentar o que quer que fôsse nêsse sentido, habituados como estamos a ver sossobrar a nau das mais simples aspirações directivas no grande oceano do 'encolher de ombros', in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1945 [dact.], p. 8.

(234) Idem. Esta conferência tinha sido preparada por Pardal Monteiro a convite da Ordem dos Advogados que entretanto resolveu adiá-la "pela circunstância de aquela entidade não querer que fôsse pública, ao contrário dos desejos" do conferencista, in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 335, 27.Jul.1945, p. 81.

(235) Cf. Idem, Acta nº 339, 12.Out.1945, p. 89.

(236) "A convite do Consócio, Presidente da Mesa da Assembleia, Pardal Monteiro, o Professor Cesar Cort realizou duas conferências sobre Urbanismo, nos dias 8 e 12 de Março, que tiveram o melhor êxito. Foi a primeira presidida por S.Exª o Ministro das Obras Públicas, Engenheiro Cancela de Abreu. Tiveram ambas lugar no salão da Sociedade Nacional de Belas Artes", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1946 [dact.], p. 3.

(237) Idem, 1949 [dact.], p. 5.

(238) Ibidem, p. 5-6.

(239) Cf. Ibidem.

(240) No entanto importa não esquecer que o último número publicado da revista *Arquitectos*, órgão oficial do Sindicato, foi inteiramente dedicado à Architectura em Inglaterra. Organizado por intermédio do Instituto Britânico, este número justificava-se, de acordo com o seu editorial da autoria de Cottinelli Telmo pois "*Arquitectos* resolveu esquecer-se um pouco do nosso ambiente e ir auscultar outros; procurar, por agora, os arquitectos ingleses, ver o que fizeram, o que estão fazendo, o que pensam fazer; sentir com êles a hora que passa e o que ela lhes sugere...". Ver *Arquitectos*, nº 14, Set.1942.

(241) Foi Tertuliano Marques, na última Assembleia Geral em que esteve presente na qualidade de presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos que deu conhecimento deste officio. Ver *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 26, 20.Fev.1936, p. 57.

(242) Obtiveram também votos Carlos Ramos (4); Tertuliano Marques (1); Vasco Regaleira (1) e Raul Lino (1). Cf. Idem, Acta nº 27, 26.Fev.1936, p. 63. Mais tarde o R.I.B.A. solicitou que lhe fosse "enviada toda a documentação sobre obras realizadas" pelos três arquitectos eleitos para sócios honorários daquele Instituto. Em reunião de Direcção "foi resolvido officiar a cada um daquêles Consócios, solicitando-lhes o envio da documentação exigida, a qual deverá sêr escrita em língua inglêsa", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 55, 8.Abr.1936, p. 26 vs.

(243) Cf. Idem, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 230, 10.Abr.1940, p. 26.

(244) Cf. *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1940 [dact.], p. 10.

(245) Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 223, 26.Fev.1941, p. 43 vs. e Acta nº 224, 5.Mar.1941, p. 44 vs. No seu regresso do Brasil, G. de Bettencourt entregou a Pardal Monteiro "larga documentação (...) sobre as referências feitas na imprensa brasileira ao intercambio entre arquitectos brasileiros e portugueses e à entrega do diploma de sócio honorário" a N. de Figueiredo. Demonstrando a sua gratidão ao jornalista que "tão

honrosamente" se desempenhou da sua missão, o presidente da Direcção propôs a realização de um banquete em sua homenagem (Cf. Idem, Acta nº 255, 11.Fev.1942, p. 66), que mais tarde viria a comunicar que "por motivos particulares, é impedido de aceitar a homenagem que o Sindicato deliberou prestar-lhe", in Ibidem, Acta nº 258, 2.Mar.1942, p. 67-67 vs.

(246) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 67, 6.Nov.1944, p. 45-46.

(247) No início de Janeiro de 1945, resultado do officio da Embaixada Britânica em Lisboa, foram nomeados sócios honorários os arquitectos londrinos Giles Gilbert Scott e Herbert Baker e Percy Thomas de Cardiff. Devido a idêntico procedimento da Embaixada do Brasil, o mesmo título foi conferido aos arquitectos brasileiros Afonso Eduardo Reydy e Flávio Guimarães Barbosa. Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, respectivamente, Acta nº 321, 15.Jan.1945, p. 52 e Acta nº 322, 22.Jan.1945, p. 54.

(248) Cf. Idem, Acta nº 415, 29.Mar.1949, p. 177-178.

(249) Como entidades oficiais a contactar eram referidos os ministros das Obras Públicas e dos Negócios Estrangeiros, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o director do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo e o director geral dos Serviços de Urbanização (Cf. Ibidem, Acta nº 416, 28.Mar.1949, p. 178-179). De entre aqueles, alguns prestaram de facto colaboração ao Sindicato pois ao ser feito o balanço de tal recepção, a Direcção registou o "valiosíssimo concurso" do Secretariado Nacional de Informação, fazendo também agradecimentos a "outros Organismos Officiais" não esquecendo ainda "aqueles arquitectos que ocorreram à chamada da Direcção e tanto contribuíram para que a recepção resultasse calorosa e condigna", in Ibidem, Acta nº 418, 14.Abr.1949, p. 182.

(250) Ibidem.

(251) Tal crítica era referente à publicação de um artigo sobre a Architectura em Portugal, na revista inglesa *Building*, da autoria de Alfred C. Bosson, então oferecida ao Sindicato pelo ministro dos Negócios Estrangeiros. Segundo afirmavam, esse artigo constituía um exemplo de inexactidão de informações (Cf. Ibidem, Acta nº 411, 25.Fev.1949, p. 174). Parece que tais observações foram tomadas em consideração pelo ministro dos Negócios Estrangeiros pois este oficiou ao Sindicato "anunciando uma nova visita a Portugal do architecto inglês Alfred Bosson", autor do referido artigo e ao qual a Direcção decidiu prestar "todas as facilidades ao seu alcance para que leve do nosso País uma opinião correctamente formulada e boas recordações", in Ibidem, Acta nº 435, 11.Ago.1949, p. 197.

(252) Ibidem, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 103, 14.Abr.1937, p. 56.

(253) Cf. Ibidem, Acta nº 105, 5.Maio.1937, p. 56 vs.

(254) Cf. Ibidem, Acta nº 106, 12.Maio.1937, p. 57 vs.

(255) Cf. Ibidem, Acta nº 108, 2.Jun.1937, p. 58-58 vs.

(256) Cf. Ibidem, Acta nº 113, 7.Jul.1937, p. 60.

(257) Cf. Ibidem, Acta nº 114, 14.Jul.1937, p. 60 vs.

(258) Cf. Ibidem, Acta nº 116, 28.Jul.1937, p. 61 vs.

(259) Capítulo II - Deveres e direitos dos Sindicatos Nacionais, Art. 10º. Decreto-Lei nº 23.050, de 23 de Setembro de 1933, in *Diário do Governo*, nº 217.

(260) "O Presidente [Pardal Monteiro] anuncia que, em virtude do estado de Guerra na Europa o Bureau das 'Reuniões Internacionais de Arquitectos' com sede em Paris, foi transferido para Lisboa, tendo êle Presidente dêste Sindicato ficado encarregado de o dirigir", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 218, 22.Nov.1939, p. 18. Note-se que a representação portuguesa na Comissão Permanente dos Congressos Internacionais dos Arquitectos, foi tratada pela primeira vez ainda na Sociedade dos Arquitectos Portugueses. Foi A. Bermudes quem esclareceu os presentes na Assembleia Geral "sobre o papel d'essa representação e as vantagens da mesma", após o que foram eleitos os delegados portugueses à referida Comissão: A. Bermudes, Baltazar de Castro, J. Alexandre Soares e J. António Piloto (efectivos) e Pardal Monteiro (suplente), in *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 25 de Maio de 1928 a 5 de Abril de 1934, Sessão de Assembleia Geral de 25.Maio.1928.

(261) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 95, 17.Fev.1937, p. 51 vs.-52. Pela mesma altura foi recebida no Sindicato vinda da Société Française des Architectes de Jardins, de Paris, documentação sobre o 1º Congresso Internacional dos Architectes de Jardins, a realizar de 8 a 11 de Junho de 1937, em Paris. Cf. Idem, Acta nº 97, 3.Mar.1937, p. 53.

(262) Cf. Ibidem, Acta nº 107, 19.Maio.1937, p. 58.

(263) Ibidem, Acta nº 128, 12.Jan.1938, p. 74 vs. O Instituto para a Alta Cultura respondeu ao pedido do Sindicato, informando que para obter "comparticipação para representação em Congressos e Bolsas de estudo, deve êste Sindicato indicar nos primeiros meses de cada ano, quais os Congressos em que deseja fazer-se representar, quais os títulos dos representantes e quais as comunicações que apresentam", in Ibidem, Acta nº 129, 19.Jan.1938, p. 75.

(264) Ibidem, Acta nº 183, 23.Nov.1939, p. 93 vs.-94.

(265) "Resolveu-se lamentar junto do Instituto para a Alta Cultura a sua decisão", in Ibidem, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 199, 10.Abr.1939, p. 6 vs.

(266) Ibidem, Acta nº 231, 17.Abr.1940, p. 26 vs.-27.

(267) "Posteriormente a esta deligência foi creada em Espanha a organização corporativa, semelhante à existente em Portugal, faltando saber nesta altura qual o organismo central, em Espanha, que substituindo os antigos Colegios de Arquitectos, representa actualmente a classe", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1940 [dact.], p. 11.

(268) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 281, 22.Mar.1943, p. 82 vs.-83. No intuito de clarificar as dúvidas suscitadas por tais propostas importa ainda transcrever da mesma Acta, o seguinte: "Para possuir esclarecimentos, antes de responder, oficiou-se em vinte do corrente ao Colega Guilherme de Andrade pedindo para obter de D. Pedro Muguruza informações sobre qual o programa da reunião; quantos dias dura; quais os assuntos a tratar; quais as cerimónias previstas; qual o traje obrigatório para cada cerimónia; qual o protocolo que os nossos Colegas espanhóis desejam estabelecer; se há excursões, visitas ou passeios incluídos no programa geral da reunião, e quais as facilidades que seriam dadas quanto a transportes e hospedagem, etc.".

(269) "O Presidente [Pardal Monteiro] informa que as entidades oficiais que consultou sobre o assunto foram também de parecer que convinha aguardar outra oportunidade, convindo registar a boa vontade com que o Director do Secretariado da Propaganda Nacional se prontificou a dar ao Sindicato tóda a colaboração de que precisasse", in Idem, Acta nº 283, 20.Abr.1943, p. 86-86 vs.

(270) Tal programa foi ligeiramente alterado nas suas formulações ficando então: 1º tema - Casa popular; 2º tema - Urbanismo nas cidades espanholas e portuguesas; 3º tema -

Assunto técnico (processos tradicionais e modernos de construção). Cf. *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 62, 29.Jan.1943, p. 179-180.

(271) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 283, 10.Abr.1943, p. 86 vs.

(272) Ver Vol. II - Documentação, Doc. nº 19.

(273) Cristino da Silva acrescentou ainda: "Como sabem, o urbanismo está em embrião, os grandes estudos do urbanismo até hoje não tinham sido tratados superiormente; foram tratados em certas épocas por entidades locais, o Estado não cuidava deles e hoje está-se iniciando uma nova era neste capítulo", in *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 62, 29.Jan.1943, p. 180.

(274) Tal sugestão de Cristino da Silva partia do seguinte pressuposto: "Cá não há nada; está tudo por fazer e infelizmente nem um pequeno Congresso Nacional mesmo se fez. Deve-se colaborar com arquitectos de fora sem nunca se ter experimentado a sensação de um congresso nacional?", in *Idem*, p. 181.

(275) Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 27 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 289, 26.Jul.1943, p. 90-90 vs. No início de Setembro a Secção Distrital do Norte informava a sede de que o sócio António Ferreira da Silva Janeira tinha manifestado interesse em participar na reunião de Madrid, e lembrava "que fôsse oficiado à Câmara Municipal do Porto, no sentido de ela se fazer representar na próxima reunião de arquitectos a realizar em Outubro, em Madrid, visto constar que a mesma entidade está na disposição de custear as despesas com a deslocação de um arquitecto municipal como seu delegado", in *Idem*, Acta nº 290, 6.Set.1943, p. 97-97 vs.

(276) Segundo afirmou ainda Cristino da Silva, "parece que só o Arquitecto Pardal Monteiro e o Arquitecto Bermudes proferiram já discursos em reuniões no estrangeiro e a maioria dos nossos colegas, incluindo-se nesse número, não tem a experiência precisa para o fazer". As palestras ensaio que então sugeriu, poderiam "sêr as mesmas que eles se propõem proferir lá fora para se fazer uma espécie de censura e para que aqueles que não se deslocarão possam também ouvir os seus colegas. (...). Há muitos arquitectos que se sentem cheios de elementos para comunicarem às suas gerações mas estando calados, não escrevendo livros, as suas ideias não passam das suas cabeças e sobretudo para os novos isto só trará vantagens, pois estas conferências darão lugar a ouvir conselhos dos experientes e dos velhos. Por conseguinte não é demais que os arquitectos que teem condições e dotes oratórios para falar às massas façam estas conferências, (...)", in *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 63, 30.Nov.1943, p. 197.

(277) *Idem*, p. 199.

(278) *Ibidem*, p. 199. Pardal Monteiro pediu a palavra para esclarecer "o seu voto contrário à proposta apresentada. Tem a certeza de que não vamos ficar tão mal, pois há última hora, como é costume sempre aparecerão dois ou três que condignamente representarão o nosso País em Espanha, mas essas pessoas que embora não se preparando a tempo e horas, não hão-de faltar, recusar-se-iam se amanhã lhe dissessemos que antes de serem aceites o Sindicato iria censurar, julgar e dizer-lhes se elas estão ou não à altura de o representar. No fundo seria isso o ideal, mas o óptimo é inimigo do bom.", p. 220.

(279) *Ibidem*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, p. 2.

(280) *Ibidem*, p. 4. Note-se que na referida lista foram incluídos arquitectos do Porto (R. Azevedo e J. Godinho), e que o resultado da votação foi bastante equilibrado, o que é relevante tendo em consideração o posicionamento de cada um deles.

(281) Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 294, 4.Jan.1944, p. 2-3. Importa referir que J. Godinho, apesar de informar que não podia ir a Madrid, manifestou a sua disponibilidade de aí enviar um trabalho, desde que avisado com um mês de antecedência.

(282) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Maio de 1954, Acta nº 65, 15.Fev.1944, p. 12.

(283) O programa anunciado, com a duração de 13 dias, previa somente uma reunião com arquitectos espanhóis (3.Abr.), a sessão inaugural do Congresso (4.Abr.) e uma sessão para discussão de teses (5.Abr.), sendo os restantes dias ocupados com excursões e visitas a Toledo, Ávila, Granada, Córdoba e Sevilha. Cf. *Idem*, p. 13-14.

(284) Pardal Monteiro comunicou ainda que: "Julga o Senhor Cesar Cort que uma participação de 30 a 40 portugueses seria considerada como muito boa", in *Ibidem*, p. 4.

(285) *Ibidem*, p. 26.

(286) Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 296, 6.Mar.1944, p. 5. A data definitiva e os programas das reuniões em Espanha foram comunicadas aos sócios na circular nº 45 de 3.Abr.1944.

(287) Cf. *Idem*, Acta nº 300, 12.Abr.1944, p. 15.

(288) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 66, 17.Abr.1944, p. 37-38. Esta exposição ficou sem efeito, segundo Cottinelli Telmo, "em virtude do pouco tempo de que dispunham os visitantes", in *Idem*, Acta nº 67, 6.Nov.1944, p. 42.

(289) Como muitos deles se fizeram acompanhar por familiares o total de portugueses foi de 56 (Cf. *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1944 [dact.], p. 2). Porém, são só 18 os nomes dos arquitectos inscritos, de acordo com o Livro de Actas da Direcção: Pardal Monteiro, Carlos Ramos, C. Rebelo de Andrade, G. Rebelo de Andrade, A. Couto Martins, V. Reis Camelo, José Segurado, F. Nobre de Figueiredo, Joaquim Ferreira, Dário Vieira, I. Peres Fernandes, A. Gomes Êgea, M. Travassos Valdez, J. José de Brito, M. Amoroso Lopes, M. Humberto dos Reis, L. Castro Freire, A. Júlio Teixeira Lopes. Ver *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 314, 25.Set.1944, p. 34.

(290) Cf. *Idem*, Acta nº 313, 18.Set.1944, p. 33 e Acta nº 314, 25.Set.1944, p. 34-35.

(291) Ao tema I apresentaram comunicações A. Couto Martins, V. Reis Camelo e Pardal Monteiro que também fez uma intervenção no II, tal como Carlos Ramos. Cf. *Ibidem*, Acta nº 315, 23.Out.1944, p. 39-40.

(292) *Ibidem*, p. 38. De acordo com as declarações de Pardal Monteiro na Assembleia Geral de 6.Nov.1944, o primeiro tema foi proposto por Carlos Ramos. Cf. *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 67, 6.Nov.1944, p. 41.

(293) "Na segunda-feira dezasseis realizou-se no Anfiteatro de Química do Instituto Superior Técnico a terceira sessão de trabalhos do Congresso, destinada às conclusões, a qual foi presidida pelo professor daquele Instituto Senhor Engenheiro Cid Perestrelo em representação do Director daquele Estabelecimento de ensino.

"Nesta sessão estiveram vários Congressistas, propondo sugestões para a redacção das conclusões sobre os dois temas apresentados, não tendo a Assembléa chegado a votar as conclusões do tema segundo em virtude do adiantado da hora. Ficou encarregado o Presidente do Congresso Senhor Cort de redigir essas conclusões", in *Livro de Actas da*

Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 315, 23.Out.1944, p. 42.

(294) "No domingo, quinze, às onze horas, partiram os Congressistas de autocarro e automóveis particulares dos arquitectos para o passeio de Lisboa, tendo-se visitado o Bairro da Casa da Moeda, Instituto Superior Técnico, Estatística, Alameda D. Afonso Henriques, Fonte Monumental, Avenida Almirante Reis, Estrada do Areeiro, Aeroporto da Portela onde se visitaram as instalações, Campo Grande, Igreja de Nossa Senhora de Fátima, Ponte Duarte Pacheco, Auto-estrada, Miradouro de Montes Claros, Praça do Império, Estádio Nacional, Estrada Marginal, indo concluir no Estoril onde foi oferecido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos um almoço aos Congressistas, o qual se realizou no Casino", in *Ibidem*, p. 41.

(295) *Ibidem*, p. 39. Esta conferência foi posteriormente editada pela Câmara Municipal de Lisboa, em 1950.

(296) "(...) que deu as necessárias facilidades aos arquitectos que se inscreveram para tomar parte no Congresso, autorizou a circulação dos automóveis dos arquitectos nos dias do Congresso em Lisboa e honrou a nossa Classe, indo presidir à sessão solene de encerramento do Congresso no Salão Nobre da Câmara Municipal de Lisboa; (...)", in *Ibidem*, p. 43.

(297) "(...) que desde os primeiros dias apoiou esta Direcção e poz à sua disposição tudo quanto da Camara pudesse depender, oferecendo os seus saloes para a conferencia e encerramento solene, recebendo gentilissimamente os Congressistas nos Paços do Concelho, oferecendo ao Sindicato numerosos exemplares do Roteiro de Lisboa e ainda oferecendo ao Sindicato os ramos de flores com que se presentearam todas as senhoras espanholas à sua chegada a Lisboa; (...)", in *Ibidem*, p. 43-44.

(298) "(...) que desde as primeiras diligencias para a efectivação do Congresso e da Reunião Luso-Espanhola de Arquitectos, deu todo o apoio possível ao Sindicato e colaborou da maneira mais util connosco, facilitando-nos a recepção aos Congressistas espanhóis", in *Ibidem*, p. 44.

(299) *Ibidem*, p. 43.

(300) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 87, 6.Nov.1944, p. 44. Nessa mesma Assembleia foram também eleitos sócios honorários do Sindicato os arquitectos espanhóis Pedro Muguruza e Cesar Cort.

(301) *Ibidem*, p. 43. A preparação do programa e a direcção da organização desta exposição foi delegada em Cristino da Silva e Cottinelli Telmo.

(302) "Resolveu-se officiar ao Director Geral da Architectura de Espanha, Senhor Don Pedro Muguruza, que pedia que a nova reunião Luso-Espanhola de Arquitectos se effectuasse em Maio, antes da sua partida para as Canárias, comunicando-lhe que, dado que os arquitectos portugueses se encontram muito sobrecarregados com trabalho, êle, Director Geral, sugerisse uma nova data que a todos conviesse", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 328, 24.Abr.1945, p. 70.

(303) *Idem*, Acta nº 347, 21.Mar.1946, p. 99.

(304) *Ibidem*, Acta nº 248, 30.Abr.1946, p. 100.

(305) Segundo afirmou Cottinelli Telmo, para além dele e de Pardal Monteiro "só há mais quatro inscrições de Lisboa e três, apenas, do Porto. Desta cidade não deve vir mais ninguém e a inscrição de Lisboa parece estar praticamente encerrada". A este propósito, Pardal Monteiro afirmou: "É bastante lamentável que se não compareça a este Congresso

por uma questão de perguiça e todos o devem fazer em benefício da colectividade", in *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 74, 11.Jun.1946, p. 93-94.

(306) Neste sentido Cottinelli Telmo pedia a "todos os Colegas a sua colaboração, pois com o que existe na Câmara Municipal e na Junta dos Liceus, pode muito bem ser que se arranje um bom grupo de trabalhos", in *Idem*, p. 94.

(307) *Ibidem*, p. 95.

(308) Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 351, 24.Jul.1946, p. 105.

(309) *Idem*, p. 106.

(310) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1944* [dact.], p. 3. Dada a inexistência de Actas da Direcção entre 28 de Agosto e 30 de Outubro de 1946 (apesar da sua numeração estar correcta), não é possível determinar qual foi a posição do Sindicato, como entidade organizadora do Congresso, quanto ao adiamento proposto. Dado este parecer vir directamente do Presidente do Conselho, foi de certo recebido como uma ordem. Porém, interessava saber como é que tal decisão foi recebida no Sindicato.

(311) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 75, 1.Abr.1947, p. 97.

(312) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 361, 22.Abr.1947, p. 116.

(313) Na reunião da Direcção após a realização do IV Congresso, Cottinelli Telmo salientou a colaboração dada pelo ministro das Obras Públicas, que esteve presente nas sessões de abertura e encerramento, da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, da Junta Autónoma das Estradas e do Secretariado Nacional de Informação que "contribuíram com valiosas publicações que distribuímos a todos". Agradeceu ainda ao jornal "O Século que deixou entrar gratuitamente os congressistas no recinto da sua Feira, ao director da Fazenda Pública e ao director do Museu de Arte Antiga, pelas facilidades concedidas nas visitas aos palácios de Queluz e de Mafra, bem como aos presidentes das Câmaras Municipais de Lisboa, de Setúbal e do Porto, que enviaram "uma selecta delegação de Engenheiros". Particularmente, agradeceu ao eng. Sá e Melo, da Direcção Geral da Urbanização o passeio a Setúbal e a exposição de alguns trabalhos daquela Direcção numa das salas do Secretariado Nacional de Informação, cedida para esse efeito e ao seu colega M. Jacobetty a cujo esforço se ficou em parte a dever a exposição patente na Câmara Municipal de Lisboa, in *Idem*, p. 121-122.

(314) *Ibidem*, Acta nº 365, 9.Jul.1947, p. 122.

(315) Cottinelli Telmo dizia ainda: "(...): vemos o que os outros fazem, ouvimos o que nos contam e fica-nos o desejo de fazer tão bem ou melhor, um desejo de aprofundar os problemas e dúvidas repostos em foco; depois, estabelecem ou consolidam a rede de conhecimentos e amizades internacionais; criam ou mantêm fontes de informação sempre prontas a correr ao sinal de um apêlo", in *IV Congreso de la Federación de Urbanismo y de la Vivienda, Lisboa 1947*, p. 127-128.

(316) *Idem*, p. 135.

(317) Ver *Estatuto do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, Cap. IX - Do Conselho Superior, Artº 65º, 6º, p. 24.

(318) A proposta apresentada visava diversos assuntos que na opinião de J. Piloto deveriam ser aprofundados pelos corpos gerentes e entre os quais se encontrava a "organização de um Congresso Nacional de Arquitectura em Lisboa, com o fim de congregar todos os

esforços individuais num sistemático corpo doutrinário de defesa dos interesses morais e materiais da classe", in *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 7 de Julho de 1915 a 22 de Janeiro de 1923, Acta nº 6, 21.Nov.1917.

(319) Idem, Acta nº 5, 19.Nov.1919.

(320) Este tinha sido vogal do Conselho Director no ano social de 1919-1920, voltando a pertencer aos corpos directivos em 1927 e 1928, integrando a Mesa da Assembleia Geral em 1930.

(321) Recorde-se que este ano da vida associativa foi marcada pela morte do presidente do Conselho Director, J. Lino de Carvalho, substituído por A. Marques da Silva, o que não permitiu a continuidade dos trabalhos iniciados. Por outro lado, sabe-se que houve mesmo uma interrupção de cerca de um mês, pois no livro de Actas do Conselho Director está registado que "durante o prazo que vai de 26 de Maio a 23 de Junho de 1926, não reuniu o Conselho Director, por motivo dos acontecimentos políticos e falta de número".

(322) A referência ao congresso era feita neste termos: "Ventilou-se a realização de um Congresso Nacional de Architectos". Sabe-se que nessa reunião estiveram presentes A. Marques da Silva, J. Coelho, J. Antunes, T. Marques e A. Bermudes, este último na qualidade de sócio. Cf. *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 30 de Março de 1927 a 9 de Julho de 1930, Acta nº 40, 14.Maio.1930.

(323) Cf. Idem, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 187, 4.Jan.1939, p. 97. Para Pardal Monteiro havia "vantagens de se efectuarem estas manifestações de ordem profissional, acentuando que a Classe dos Architectos tem o dever de não limitar a sua acção nas festas centenárias da Fundação e da Restauração da Nacionalidade apenas com as produções que fôr chamada a conceder e a realizar, mas que deve levar mais longe a sua acção com outras manifestações cívicas e patrióticas. Assim, entende que a efectivação de um certamen onde a obra dos architectos portugueses possa ser agrupada, constitue indiscutivelmente uma manifestação de ordem cultural que habilite não só os estrangeiros que nos visitem, mas os próprios portugueses, a reconhecer quanto pode ser decisiva a acção dos architectos na fixação dum momento histórico".

(324) Idem, p. 97 vs.

(325) A proposta subscrita pela Direcção apresentada à Assembleia Geral era a seguinte: "Atendendo que o S.N.A. [Sindicato Nacional dos Architectos] não pode limitar a sua colaboração nas Comemorações dos Centenários da fundação e restauração da nacionalidade à obra profissional que os seus membros venham a ser encarregados de executar para esses comemorações;

"Atendendo a que a acção do Sindicato pode e deve ter neste caso objectivos de ordem cultural e nacional mais vastos;

"A Direcção tem a honra de submeter à sanção da Ass. Geral a seguinte resolução que tomou numa das suas últimas reuniões:

"- Organizar uma exposição Nacional de arquitectura em 1940;

"- Organizar, em Lisboa, por ocasião da exposição nacional de arquitectura o primeiro Congresso Nacional de Arquitectura;

"No caso desta iniciativa da direcção merecer a sanção da Assembleia deveria ser desde já estabelecido não só o programa da exposição como se deveriam designar os temas, ou o tema, a debater durante o congresso.

"A Direcção do Sindicato deverá pôr-se de acôrdo com a comissão executiva das comemorações para fazer incluir esta iniciativa no programa nacional e obter a necessária colaboração dos organismos oficiais.

"Nesta ordem de ideias a Direcção tem a honra de transformar esta informação em proposta e submetê-la à deliberação da Assembleia Geral", in *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 49, 23.Jan.1939, p. 134-135.

(326) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 191, 8.Fev.1939, p. 99 vs. O ofício, de 10.Fev.1939, apresentava a realização de tais iniciativas como a forma proposta pela Direcção e aprovada em Assembleia Geral, dos arquitectos "tomarem parte efectiva nas comemorações dos centenários da fundação e restauração da Nacionalidade". Mais do que salientar a importância do projectado congresso, foi exaltado o propósito da exposição: "ela poderá constituir um motivo de propaganda da obra do Estado Novo no campo da construção".

(327) Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 193, 22.Fev.1939, p. 2.

(328) "Trocaram-se impressões sobre o programa da Exposição de Arquitectura e do Congresso Nacional de Arquitectos, a realizar em mil novecentos e quarenta", in *Ibidem*, Acta nº 194, 8.Mar.1939, p. 2.

(329) *Ibidem*, Acta nº 197, 29.Mar.1939, p. 3 vs.

(330) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 51, 26.Fev.1940, p. 139.

(331) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 226, 28.Fev.1940, p. 22 vs. De facto, foi enviada a Circular nº 3, com data de 28.Fev.1940, solicitando aos sócios a resposta ao seguinte questionário: "1º Quais os títulos dos trabalhos com que concorrerá?; 2º Qual o modo de apresentação de cada um dos trabalhos? (desenhos; fotografias; maquettes); 3º Qual o espaço de que precisará para expor os seus trabalhos?". Responderam 7 sócios, um dos quais, António Lino, comunicava "a falta absoluta de tempo que me priva de apresentar devidamente qualquer trabalho". Os que responderam positivamente com indicação dos trabalhos a apresentar na exposição foram: Raul Tojal (2 trabalhos cujos nomes indicaria posteriormente); Keil Amaral (10 trabalhos: Pavilhão de Portugal na Exposição de Paris, 1937/ Escola e cantina para os operários da fábrica Secil/ Habitação do Sr. M. Gameiro/ Arranjo interior do Instituto Pasteur de Lisboa/ Prédio de rendimento, Porto/ Arranjo do restaurante Tito/ Estação de caminhos-de-ferro para Belém/ Aerogare de Lisboa/ Parque Florestal de Monsanto); V. Reis Camelo (10 trabalhos - fotografias dos executados: Hotel, Castelo Branco/ Filial da Caixa Geral de Depósitos, Viseu/ Lota do Peixe, Setúbal/ Fábrica de Redes Luso-Holandesa, Matosinhos/ Casa de rendimento, Lisboa; Projectos - Pousada de S. Martinho, S. Martinho do Porto, em construção/ Pousada da Arrábida, Serra da Arrábida, em construção/ Habitação própria, Estoril, em construção/ Casas a construir nos terrenos municipais, R. da Imprensa, Lisboa/ Casas a construir nos terrenos municipais, entre a R. Castilho, R. Rodrigues Sampaio e do Marquês de Sub-Serra e a Av. Joaquim António de Aguiar, Lisboa, com maquete); Faria da Costa (5 trabalhos: Plano de Urbanização da Cidade da Figueira da Foz/ Plano do Arranjo do Monte de Santa Luzia/ Bairro de casas económicas para o Vale de Alcântara, Lisboa - em colaboração com Dario Vieira/ Capitania do Porto de Portimão - em colaboração com Dario Vieira/ Monumento a D. Afonso Henriques - em colaboração com Raul Tojal); Dario Vieira (3 trabalhos: Casas de habitação, Estoril/ Ante-projecto da Alfândega da Horta - em colaboração com Faria da Costa/ Ante-projecto do Depósito do Alcool, Funchal - em colaboração com Faria da Costa); João Simões (13 trabalhos: Filial da Caixa Geral de Depósitos, Portalegre/ Idem, Tondela/ 2 Blocos de residências, Câmara Municipal de Lisboa/ Moradias particulares/ Edifício na R. Pinheiro Chagas, Lisboa/ Edifício na Trav. de S. Mamede, Lisboa/ Frigoríficos/ Lojas comerciais/ Projectos e estudos - Bloco de residências, Câmara Municipal de Lisboa/ Uma piscina a construir à beira-mar/ Plano de ampliação da Colónia de Férias da F.N.A.T. - em colaboração com A. Simões da Fonseca/ Mercado da Vila do Cartaxo).

(332) Ver Vol. II - Documentação, Doc. nº 19.

(333) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 75, 1.Abr.1947, p. 99.

(334) No caso concreto da Acta dactilografada da Assembleia Geral de 1 de Abril de 1947, pode ler-se na primeira página: "Emendada. Cott."

(335) Ainda de acordo com o texto desta Acta, Cottinelli Telmo comunicou que a exposição iria abranger "toda a actividade dos arquitectos e várias actividades da engenharia portuguesa. Numa reunião de vários directores gerais do Ministério das Obras Públicas, o Ministro, fixando as características dessa exposição, declarou não se tratar de uma exposição de trabalhos anónimos. O facto de se realizar um congresso internacional, obrigava a realização duma exposição vasta", in Acta nº 75 [dact.], 1.Abr.1947.

(336) De acordo com o Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros referente ao ano de 1946, foi a Delegação do Porto que propôs àquele Conselho "a realização no Porto no 2º Congresso Nacional de Engenharia que, segundo os votos do 1º Congresso, deveria ter-se realizado naquela cidade em 1933. O Conselho Directivo deu, em princípio, o seu acordo àquela sugestão", in ORDEM DOS ENGENHEIROS - *Relatório do Conselho Directivo referente ao ano de 1946*, p. 8-9.

(337) (1909-). Concluiu o curso Especial de Architectura em 1934, durante o qual foi colega de Keil Amaral, I. Peres Fernandes, Artur Fonseca, J. Costa e Silva e António Martins, entre outros, obtendo o título de arquitecto diplomado em 1936. Trabalhou no atelier de Carlos Ramos entre 1935 e 1937, ano em que iniciou actividades políticas de oposição ao Estado Novo. Durante cerca de dois anos e no seu atelier, realizaram-se diversas reuniões clandestinas, que terminaram em Abril de 1938 por intervenção da PIDE, o que o levou a uma "viagem de estudo", visitando Casablanca e Rabat, interessando-se aí sobretudo pelas instalações portuárias. Após uma rápida passagem por Lisboa, seguiu preventivamente para Paris. Voltando definitivamente, foi adjunto de Cottinelli Telmo na Exposição do Mundo Português, quando tinha já realizado um estudo de planeamento do Porto de Setúbal. Para melhor conhecimento da sua personalidade e obra ver a entrevista "Paulo Cunha: o pioneiro do planeamento portuário", in *Jornal Arquitectos*, nº 82, Dez. 1989, p. 23-27.

(338) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 75, 1.Abr.1947, p. 99-100.

(339) *Idem*, p. 100. Na Acta dactilografada segue-se outra intervenção de Cottinelli Telmo que, mais uma vez, está integralmente cortada na Acta definitiva, apesar de ser reveladora do entendimento que aquele arquitecto tinha do próprio congresso: "Tudo isto é uma mera preocupação pois no fundo tudo se cifra numa combinação dum passo de teatro com vista a nos reunirmos em certos dias e a certas horas". Se, por um lado, parece ser uma tentativa de desdramatizar a situação Congresso, por outro, é um entendimento demasiado facilitador e até mesmo desprestigiante em relação ao assunto em discussão.

(340) De acordo com a Acta dactilografada, Cottinelli Telmo teria afirmado que "a decisão de hoje de se promover um congresso em 1948 dará lugar à saída de um decreto em que o Governo declarará patrociná-lo. Assim será indispensável comunicar ao Ministro das Obras Públicas que o S.N.A., em Assembleia Geral, resolveu organizar em 1948, um congresso, desejando saber se o Estado está disposto a patrociná-lo. Pode-se, no entanto, começar-se a trabalhar desde já na certeza de que tudo que se fizer está dentro desta ordem de ideias", in Acta nº 75 [dact.], 1.Abr.1947.

(341) Ainda não era sócio do Sindicato Nacional dos Arquitectos mas foi autorizado pela Assembleia a intervir.

(342) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 75, 1.Abr.1947, p. 100.

(343) *Idem*, p. 101.

(344) *Ibidem*. O sentido das palavras de Pardal Monteiro foi ligeiramente alterado. Uma vez transcrita a versão oficial, importa agora comparar o teor das suas afirmações, constantes da Acta dactilografada: "O Sr. Arq. Pardal Monteiro disse que em sua opinião se deve ir para

a frente pois se deve aproveitar esta oportunidade para se marcar bem o papel do arquitecto. Se se desistir nesta ocasião o paiz fica convencido de que tudo quanto se faz pertence aos engenheiros".

(345) "(...) teria o aspecto de pressão (...)", segundo a Acta dactilografada.

(346) Omissão no Livro de Actas está o facto de, após a intervenção de Pardal Monteiro, P. Cunha e J. Segurado, este último secretário da Mesa da Assembleia Geral, terem abandonado a sala, "o que levou o Sr. Presidente a pedir que houvesse um pouco mais de consideração por aqueles que estão à frente do Sindicato". Esta atitude pode ser interpretada como um protesto por parte de P. Cunha, visto estar em desacordo com a realização do Congresso em 1948, mas J. Segurado não se manifestou durante a Assembleia. Foi esta a sua forma de protesto? Ou a saída destes não tem outra razão senão o adiantado da hora?

(347) Dadas as conhecidas ligações de P. Cunha com o grupo de arquitectos mais reticentes em assumir um alinhamento político mais claro com o Sindicato e a sua Direcção, pode colocar-se a hipótese de ter tentado de algum modo "ganhar tempo" nesta reunião, para que posteriormente fossem chamados "todos os arquitectos portugueses", tal como fez alusão numa das suas intervenções, a tomarem posição sobre o assunto.

(348) Durante o ano de 1947 verificaram-se 11 inscrições no Sindicato, sendo de 112 o total de sócios em 31 de Dezembro de 1947.

(349) Ver Vol. II - Documentação, Doc. nº 19.

(350) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 76, 8.Abr.1947, p. 102. De salientar que a Direcção do Sindicato considerava já uma "iniciativa nossa" o que tinha sido proposto pelo ministro das Obras Públicas e que como tal tinha sido apresentada na reunião anterior.

(351) A proposta apresentada por Cottinelli Telmo era a seguinte: "Devendo ter lugar em 1948 uma exposição da obra de Arquitectura e de Engenharia realizada pelo Estado nos últimos anos;

"Considerando que nessa exposição deverá sêr feita pública demonstração da intervenção dos arquitectos portugueses naquela obra;

"Considerando que durante a exposição deverá também realizar-se um congresso nacional de Engenharia, por iniciativa da Ordem dos Engenheiros;

"Considerando que convirá também aos Arquitectos aproveitar a mesma oportunidade para publicamente exporem os seus pontos de vista sobre os problemas que interessam à Arquitectura e aos arquitectos, procurando, inclusivamente, corrigir certos conceitos correntes em Portugal acerca duma e doutras nos seus aspectos cultural, social e técnico; a Direcção propõe:

"- que seja nomeada imediatamente a comissão de estudos dêsse Congresso composta de cinco membros, à qual competirá o encargo de apresentar à Mesa da Assembleia Geral, no prazo de trinta dias o projecto do respectivo programa, bem como a proposta sobre os temas a discutir", in Idem, p. 102-103.

Esta foi a versão final da proposta que difere da inicial nos pontos propostos pela Direcção que tinham outra formulação, isto é, enquanto que na parte final esta tem um único ponto - "nomeação" imediata da "comissão de estudos" -, no original eram inicialmente dois, a saber:

"A Direcção propõe:

"1º - que a nossa classe realize em 1948, por ocasião da referida exposição, o seu Primeiro Congresso Nacional de Arquitectura;

"2º - que seja nomeada imediatamente a comissão organizadora dum Congresso à qual competirá o encargo de apresentar à mesa da Assembleia Geral, no prazo de 30 dias o respectivo programa, bem como a proposta sobre os temas a discutir".

Assim, enquanto que nesta proposta se votaria a realização do Congresso propriamente dita, na proposta final a aceitação do Congresso pela classe estava já implícita, procedendo-se só à votação de uma comissão que era o primeiro passo para a sua realização.

(352) O teor do requerimento de P. Cunha era o seguinte: "Compreende a Assembléa Geral os elevados e oportunos propósitos da Direcção deste Sindicato quanto à realização dum Congresso Nacional de Architectura em 1948, mas atentas as circunstancias de:

"1º) - Não ter este Sindicato realizado qualquer manifestação daquele género; - 2º) - Desconhecer a maioria dos Architectos os reais valores [sublinhado no original] da sua Classe, sobretudo para tal efeito; - 3º) - Se terem frustrado várias tentativas naquele sentido, por falta de interesse, conforme foi focado, por um Consócio no decorrer da primeira parte desta Sessão; - 4º) - Não se dever tomar compromissos para data de tal solenidade sem prévia demonstração da capacidade organizadora da Classe; e, reconhecendo a Assembléa Geral que há sério risco em sujeitar o bom nome do Sindicato às consequências de um fracasso que seria irremediável e cujas responsabilidades dificilmente se poderiam atribuir a meras actuações pessoais, - resolve promover a efectivação de um Congresso Nacional de Architectura em Dezembro de 1947, despidido de quaisquer solenidades espectaculares, como meio de fazer frente a tais eventualidades. 8 de Abril de 1947. (ass.) Paulo Cunha", in *Ibidem*, p. 103-104. Pardal Monteiro observou que o "requerimento contém matéria com que nem todos os membros presentes estão de acordo e se fôr aprovado põe um ponto final do assunto sem se chegar a conclusões", pedindo a P. Cunha para não o apresentar antes do assunto estar "suficientemente debatido", in *Ibidem*, p. 104. De salientar que a parte da Acta referente à votação deste requerimento que foi de facto entregue no final da Assembleia, não foi transcrita no Livro. Pardal Monteiro, tentou novamente demover P. Cunha de o apresentar, argumentando que este "encerra considerações para a classe dos architectos, que ficam registadas". Acrescentou ainda que "é mais uma contra proposta do que um requerimento, pelo que gostaria que êle fosse retirado, tanto mais que deve ser rejeitado. Se fosse aprovado estaria todo o trabalho feito prejudicado pois nem haveria na meza uma proposta para se trabalhar. Ele ultrapassa os limites normais de um requerimento para o que chama a atenção da assembleia". P. Cunha manifestou o seu desacordo, mantendo o seu requerimento que, uma vez posto à votação foi rejeitado por 24 votos, tendo 1 a favor. Cottinelli Telmo fez ainda uma declaração de voto em que afirmou rejeitá-lo "por não ser assunto considerado na ordem da noite", in Acta nº 76 [dact.], 8.Abr.1947.

(353) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 76, 8.Abr.1947, p. 104-105.

(354) Foi a seguinte a intervenção de Pardal Monteiro: "O Presidente da Direcção foi chamado pelo Senhor Ministro das Obras Públicas que lhe comunicou o seguinte: A Ordem dos Engenheiros manifestou o desejo de realizar o seu Congresso Nacional de Engenharia. Por sua vez o Governo pensa fazer uma exposição das obras realizadas nos últimos anos e julga que ela seria oportuna por ocasião duma manifestação daquela natureza. Dada a importante intervenção dos Architectos nessa obra êle Ministro perguntava ao Presidente da Direcção do Sindicato se a classe dos Architectos também veria bem a realizar por essa altura o seu Congresso. O Presidente respondeu-lhe que não podia dar qualquer resposta sem primeiro consultar a Assembléa Geral do seu Sindicato, e que em qualquer hipótese podia responder que desde que obtivesse resposta afirmativa da Assembléa os Architectos só iriam para o Congresso com plena liberdade quanto à escolha dos assuntos e à sua organização". Terminou dizendo que "a posição do Presidente do Sindicato é, como notam, melindrosa", in *Idem*, p. 105.

(355) Segundo Cottinelli Telmo o ministro "pensou que mal ficaria aos architectos não realizarem também o seu Congresso"; segundo Pardal Monteiro, o ministro perguntara "se a classe dos Architectos também veria bem realizar por essa altura o seu Congresso". Note-se que o "também" refere-se ao Congresso dos Engenheiros.

(356) Para Cottinelli Telmo, o ministro das Obras Públicas, na conversa particular ocorrida entre ambos teria dito que o patrocínio do Governo "nada tinha que vêr com a independência, para os Architectos, de elaborarem o seu programa e escolherem as teses, como entenderem"; segundo Pardal Monteiro, foi Cottinelli Telmo que teria dito ao ministro que os architectos "só iriam para o Congresso em plena liberdade quanto à escolha dos assuntos e à sua organização".

(357) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 76, 8.Abr.1947, p. 105-106.

(358) *Idem*, p. 106. Sublinhado no original.

(359) É também neste sentido que foi alterado outro parágrafo ainda referente à intervenção de Pardal Monteiro. Assim, ele teria dito: "Se num futuro houvesse um congresso com assuntos obrigatórios e impostos por outras entidades, êle Presidente da Assembleia Geral não iria lá. Agora em paralelo com os engenheiros e com absoluta liberdade deve-se falar inclusivamente para se fornecer matéria aos ignorantes acerca do papel desempenhado pelos architectos". Este foi alterado para: "Se o Congresso tivesse que se ocupar de assuntos impostos por outras entidades, êle como simples architecto não iria lá. Julga ser esta uma oportunidade excelente para os architectos pôrem abertamente os seus pontos de vista e as suas aspirações, (...)".

(360) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 76, 8.Abr.1947, p. 106.

(361) *Idem*, p. 107.

(362) *Ibidem*.

(363) *Ibidem*, p. 107-108.

(364) O aditamento era redigido nos seguintes termos: "1 - Que se proponha, ao Governo - para 1948 e por ocasião do referido certame - a realização de um Congresso Nacional de Architectura e de uma Exposição das obras de Architectura que, pela natureza especial dêsse certame oficial, nête não figurem e que, sem prejuízo da independência que deve presidir à organização destas realizações do Sindicato - às quais o mesmo Organismo procurará dar o maior relêvo conscio da altura da sua missão - se peça ao Govêmo para elas o seu patrocínio moral e material", in *Ibidem*, p. 108.

(365) *Ibidem*, p. 109.

(366) Faria da Costa (1906-1971) obteve o diploma de Urbanista em Paris (1935) e trabalhou na Câmara Municipal de Lisboa onde desenvolveu trabalhos em colaboração com Keil Amaral e I. Peres Fernandes. Realizou estudos para o bairro da encosta da Ajuda. Com M. Jacobetty elaborou o Plano de Urbanização de Alvalade e o Plano de Urbanização de Portalegre (1942). Foi também autor da Plano de Urbanização da Costa da Caparica (1947). Em 1952 foi-lhe atribuído o Prémio Municipal de Architectura, pelo projecto de uma moradia no Restelo em co-autoria com Fernando Silva.

(367) M. Jacobetty (1901-1970), já tinha desempenhado cargos associativos: em 1942, como membro do Conselho Disciplinar, no ano seguinte como tesoureiro da Direcção e em 1944 como 2º secretário da Mesa da Assembleia Geral. Voltou a pertencer ao Conselho Disciplinar na lista que venceu as eleições de 9 de Março de 1948, liderada por Keil Amaral.

(368) Foram ainda votados os seguintes architectos: Keil Amaral (9 votos); J. Simões (8 votos); A. Nunes (6 votos); J. Segurado (10 votos); I. Peres Fernandes (10 votos); D. Vieira (1 voto); Couto Martins (7 votos); C. Rebelo de Andrade (2 votos); J. Bermudes (1 voto); J. Almeida Segurado (1 voto); L. Cristino da Silva (2 votos); e C. Ramos (1 voto). Tais resultados oferecerem as seguintes observações: Keil Amaral e Carlos Ramos não estavam presentes nem nesta Assembleia nem na anterior; Faria da Costa foi eleito apesar de estar ausente tanto desta reunião como da anterior; Pardal Monteiro e P. Cunha obtiveram o mesmo número de votos. O caso deste último, que teve mais um voto do que Cottinelli Telmo é relevante dadas as posições assumidas ao longo das duas Assembleias.

(369) Ver Vol. II - Documentação, doc. nº 19.

(370) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 77, 7.Maio.1947, p. 110.

(371) Que mais tarde foi só designado por "A Architectura no plano nacional", sem que tenha sido encontrada qualquer justificação. Embora do ponto de vista do conteúdo não houvesse grande mudança, o retirar da palavra "função" implicava, de algum modo, uma abertura ainda maior às teses a apresentar no âmbito deste tema.

(372) Acta nº 77 [dact.], 7.Maio.1947.

(373) Não deixa de ser relevante constatar que estas temáticas se afastam em objectividade daquelas que tinham sido propostas para um Congresso Nacional de Architectura que começou a ser organizado em 1940. Nessa altura foram referidos como temas: "O Architecto artista e técnico ao serviço do Estado" e "Acção profissional do Architecto e seus colaboradores". Com um sentido mais pragmático, tanto estas como as temáticas do Congresso de 48 reflectem uma conjuntura mais vasta à qual estava circunscrito o exercício da profissão.

(374) Neste sentido era proposto no relatório que: "um delegado do Sindicato manifeste à Direcção da Secção Distrital do Porto o desejo do Sindicato de conferir o título de Presidente Honorário do Sindicato ao referido Professor Marques da Silva, mediante proposta daquela Secção". Após discussão, esta conclusão ficou redigida da seguinte forma: "Que um delegado do Sindicato se aviste com a Direcção da Secção Distrital do Porto para lhe dar conhecimento, e aos colegas do Porto, da realização do Congresso, seu programa e regulamento, bem como do desejo do Sindicato de eleger o Prof. Marques da Silva, Presidente de Honra do nosso Sindicato", in *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 77, 7.Maio.1947, p. 113.

(375) Acta nº 77 [dact.], 7.Maio.1947. Sobre este assunto houve ainda uma intervenção de Pardal Monteiro e Cottinelli Telmo que, omissas do Livro de Actas, são reveladoras das relações existentes entre a Direcção do Sindicato e a da sua Secção Distrital: "O Sr. Arq. Pardal Monteiro disse que os architectos do Porto têm andado muito dispersos da classe e espera que vejam com bons olhos a nomeação do Prof. Marques da Silva para Presidente do Congresso. Mas se tiverem a infeliz ideia de não concordar?". Por seu lado, Cottinelli Telmo afirmou "que se tomou de facto uma atitude simpática em relação aos colegas do Porto, mas ela será só em relação a eles ou devemos torná-la mais simpática em relação ao Prof. Marques da Silva? Deve pensar-se nêlo. O que é que ele julgará? Aceitará ou não?".

(376) Nesta Assembleia Geral foi afirmado por Pardal Monteiro "que no Porto nada sabem sobre a organização do Congresso. Será necessário que um colega de Lisboa lá vá, tratando ao mesmo tempo da nomeação do Prof. Marques da Silva para presidente de honra do Congresso", in *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 77, 7.Maio.1947, p. 113.

(377) Esta deveria ser constituída por três membros aos quais competia: "a) - promover a inscrição dos expositores e a recolha dos respectivos trabalhos; b) - organizar a referida Exposição em acordo com a Comissão Executiva nomeada pelo Ministério das Obras Públicas e a Comissão Executiva do Congresso", in *Idem*, p. 113-114.

(378) Acta nº 77 [dact.], 7.Maio.1947.

(379) Uma manhã e uma tarde para o Tema I e duas tardes para o Tema II.

(380) De facto, tiveram lugar actividades sociais paralelas ao Congresso, apesar de não serem muito diversificadas nem se revestirem de grande espectacularidade à semelhança do que aconteceu no Congresso dos engenheiros que encerrou com um baile de gala. Sumariamente aquelas foram as seguintes: recepção aos congressistas na Estufa Fria organizada pela Câmara Municipal de Lisboa (29.Maio, antes do início das sessões de trabalho); visitas a Mafra, Ericeira, Sintra e Estoril (percurso algo metafórico - de uma obra

régia emblemática à modernidade da Costa do Sol, 30.Maio); diversas visitas a obras municipais (Bairros de Alvalade, Caramão da Ajuda, R. Tenente Valadim, Av. de Ceuta e Parque Florestal de Monsanto, 1.Jun.); passeio no Tejo a convite da Administração Geral do Porto de Lisboa (do Cais da Rocha de Conde de Óbidos a Belém, 4.Jun.). Um almoço de confraternização entre congressistas (31.Maio) no restaurante da Exposição de Obras Públicas e um jantar de encerramento (4.Jun.) na Sociedade Nacional de Belas Artes, onde para além dos participantes no Congresso estiveram presentes os escultores e pintores que colaboraram com os arquitectos, constituíram-se como dois momentos de franco convívio entre profissionais. Cf. *1º Congresso Nacional de Architectura: Relatório da Comissão Executiva, teses, conclusões e votos do Congresso*, p. XIII-XIV.

(381) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 77, 7.Maio.1947, p. 111.

(382) "1º Congresso Nacional de Architectura - Projecto de Regulamento do Congresso", alíneas 9ª e 10ª.

(383) Era o seguinte o teor destas alíneas: "e) - Em regra nenhum congressista poderá usar da palavra durante mais de 10 minutos pela primeira intervenção e 5 minutos pela segunda e última. Aos congressistas que já tenham usado da palavra por duas vezes poderá sêr permitido voltar a tomar a parte nos debates apenas para prestar ou pedir qualquer esclarecimento sobre a matéria em discussão e em qualquer destes casos o uso da palavra não poderá ir além de 2 minutos; f) - O presidente poderá cortar a palavra a qualquer orador que se afaste da essência da matéria em discussão; (...)".

(384) Ver Vol. II - Documentação, Doc. nº 19. Note-se que o número de participantes foi decrescendo. Pelo Livro de Presenças verifica-se que da Comissão de Estudos faltava Faria da Costa. Outras ausências são de assinalar como por exemplo a de I. Peres Fernandes e J. Segurado que tinham participado na Assembleia anterior.

(385) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 78, 13.Maio.1947, p. 119. Na acta dactilografada pode ler-se "(...) pessoas com vontade de fazer alguma coisa junto dos colegas".

(386) *Ibidem*, p. 119.

(387) *Ibidem*. Manteve-se assim a mesma Comissão eleita a 8 de Abril, embora proporcionalmente aos resultados finais obtidos por cada elemento nessa Assembleia Geral, tenha sido P. Cunha o que agora foi menos votado. Tal como para a "Comissão de estudos" não houve lugar para nenhum representante da Secção Distrital do Norte do Sindicato.

(388) *Ibidem*. Teria bastante interesse conhecer na íntegra o nome dos votados pois, neste caso, é grande a diferença de resultados dos dois primeiros para o último eleito. De salientar que J. Segurado não estava presente nesta Assembleia Geral.

(389) *Ibidem*.

(390) *Ibidem*, p. 119-120.

(391) *Ibidem*, p. 120.

(392) *Ibidem*.

(293) *Ibidem*.

(394) *Ibidem*, p. 120-121.

(395) *Ibidem*, p. 121.

(396) Ibidem.

(397) Revelando maior tolerância e abertura, Cottinelli Telmo referiu ainda que "uma vez nomeada a Comissão Executiva com plenos poderes, se amanhã houver dúvidas sobre qualquer assunto, se deve evidentemente recorrer a uma Assembleia Geral dos arquitectos participantes no Congresso, quer pertençam, quer não pertençam ao Sindicato", in Ibidem, p. 120-121.

(398) Ibidem, Acta nº 79, 20.Jan.1948, p. 123.

(399) Ver Vol. II - Documentação, Doc. nº 19.

(400) Eleita a 9 de Março de 1948, esta Direcção só tomou posse a 24 de Novembro do mesmo ano.

(401) Esta Comissão teve um livro de actas próprio e que contém cinco Actas de reuniões realizadas de 19 de Maio de 1947 a 6 de Outubro do mesmo ano. Está incompleto dado que tem a indicação de "6ª reunião" apesar de nada estar escrito e os trabalhos terem sido mais prolongados. Contudo, sendo estas bastante resumidas é difícil acompanhar com pormenor o trabalho desenvolvido pela Comissão Executiva. Só uns documentos manuscritos intitulados "Borrão de Actas das Sessões" encontrados dentro do Livro e que serviriam certamente de base para a redacção das Actas que não chegaram a ser feitas, possibilitam uma maior aproximação às actividades desenvolvidas quase até à data do Congresso.

(402) Uma vez eleito presidente, Cottinelli Telmo fez algumas declarações para que ficassem registadas em Acta. Dada a sua importância, serão transcritas na íntegra: "1ª - Que nas conversações havidas para o efeito da escolha do Presidente tinha manifestado o desejo veemente de que fosse eleito para esse cargo, o Arqº Pardal Monteiro a quem cabe a iniciativa do primeiro Congresso Nacional de Arquitectura e não só porque ocupou, anteriormente, a presidência da Direcção do Sindicato durante 8 anos, como também porque reuniu o maior número de votos na Assembleia nas eleições da Comissão Executiva.

"2ª - que não via qualquer obrigatoriedade de lhe ser conferida tal presidência, tanto mais que, e até por proposta do Arqº Paulo Cunha, a Assembleia Geral do Sindicato, se tinha pronunciado pela completa autonomia da Comissão do Congresso Nacional", in *Livro de Actas da Comissão Executiva do 1º Congresso Nacional de Arquitectura*, Acta da 1ª reunião, 19.Maio.1947, p. 1.

(403) Na segunda reunião da Comissão Executiva, Cottinelli Telmo ficou encarregue de se encontrar com o presidente da Ordem dos Engenheiros "para sondar até que ponto é possível quaisquer das manifestações previstas, ligadas à actividade das Obras Públicas (congressos, exposições, etc.) exijam uma acção coordenada das duas classes", in Idem, Acta da 2ª reunião, 22.Maio.1947, p. 3.

(404) "O Arquitecto Cottinelli Telmo apresentou o desenho a figurar nos impressos e a servir de insígnia do 1º Congresso Nacional de Arquitectura, o qual foi aprovado", in Ibidem, Acta da 3ª reunião, 29.Maio.1947, p. 4.

(405) Na Acta da reunião da Direcção de 2.Fev.1948, pode ler-se: "O Senhor Presidente informa os Colegas ter recebido em vinte e três de Janeiro último, o subsídio de Duzentos Contos, do Ministério das Obras Públicas e o qual se destina às despesas a fazer com o Primeiro Congresso Nacional de Arquitectura. Esta importância foi imediatamente depositada na Caixa Geral de Depósitos, numa conta especial, que só pode ser movimentada pelos presidente e tesoureiro da Comissão Executiva da referida Exposição (sic.)", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 379, 2.Fev.1948, p. 138.

(406) *Livro de Actas da Comissão Executiva do 1º Congresso Nacional de Arquitectura*, Acta da 5ª reunião, 6.Out.1947, p. 5. Entre os documentos avulsos que se encontravam dentro deste estava uma folha manuscrita, datada de 28 de Novembro de 1947 e cujo teor era o seguinte: "O secretário geral apresentou a primeira circular que depois de muito debatida,

acrescentada, devidamente alterada e confirmada para ser impressa e dactilografada". Destas afirmações depreende-se que P. Cunha teria redigido um texto algo polémico em relação à ideia de Congresso da Comissão Executiva. Por outro lado, pode verificar-se também a lentidão com que estava a ser preparado este acontecimento dado que o envio desta circular tinha ficado decidido na reunião de 6 de Outubro, tendo então decorrido cerca de um mês.

(407) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 373, 29.Nov.1947, p. 130. Nesta data foi também enviado um ofício "à Administração Geral dos Correios e Telégrafos, à Companhia dos Telefones e ao Chefe do Gabinete do Senhor Ministro das Comunicações, pedindo a sua valiosa interferência para que seja instalado um telefone na Sede do Sindicato, muito necessário agora que vão ter lugar os trabalhos do 1º Congresso Nacional de Architectura", in *Idem*.

(408) Foram enviadas cartas aos presidentes das Câmaras do Funchal, Ponta Delgada, Leiria, Luanda, Lourenço Marques, Coimbra, Porto e Lisboa.

(409) "(...); oficiou-se à Secção Distrital do Porto comunicando que foi resolvido em Assembleia Geral organizar o '1º Congresso Nacional de Architectura' em Maio do próximo ano, e informando que a mesma Assembleia entendeu dever nomear uma Comissão Executiva e uma Sub-Comissão Organizadora da Exposição de Trabalhos particulares de Architectura que, pela sua natureza, não tivessem cabimento na exposição oficial referida". Segue-se uma explicação interessante em relação à independência destas Comissões: "A razão desta independência conferida às Comissões designadas explica-se pela necessidade de permitir a inscrição não só aos Arquitectos diplomados e Sócios deste Sindicato, mas também de todos aqueles que não estejam nestas condições". Foi também enviada "uma das circulares que a Comissão Executiva publicou pedindo para dar todo o seu apoio e colaboração a essa Comissão assim como a todos os colegas", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 374, 13.Dez.1947, p. 131.

(410) Após ter sido eleita em Assembleia Geral a Comissão organizadora da Exposição, nada mais surge sobre os trabalhos desta ou sobre o assunto, excepto a referência ao encontro de Cottinelli Telmo com o presidente da Ordem dos Engenheiros. Pouco mais de um mês faltava para o início do Congresso pelo que não se sabe se esta desistência teria sido motivada pela falta de participantes ou se resultou simplesmente de uma impossibilidade tendo em vista a exposição oficial. Verifica-se, porém, que os arquitectos se fizeram representar na grande exposição organizada pelo Ministério das Obras Públicas com os trabalhos realizados para cada um dos Ministérios que nela participaram. Apesar de serem em número bastante menor do que os engenheiros, aqueles técnicos foram também delegados dos diferentes organismos de Estado ou participaram ainda como decoradores. Entre os primeiros encontram-se: Paulo Cunha (Administração Geral do Porto de Lisboa); I. Peres Fernandes (Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos; Pavilhão dos Aproveitamentos Hidroeléctricos); A. Gomes Egêa (Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização); Baltasar de Castro (Monumentos Nacionais); J. Costa e Silva (Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário); Cottinelli Telmo (Comissão Administrativa das Obras da Universidade Técnica de Coimbra). Os arquitectos decoradores dos vários pavilhões e sessões foram: C. Rebelo de Andrade (Comissão de Obras da Base Naval de Lisboa); Frederico George (Pavilhão da Urbanização; Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização; Problema da Habitação); L. Soares Branco (Águas de Lisboa); J. Santos Costa e Vasco Costa (Monumentos Nacionais); Cottinelli Telmo (Comissão Administrativa das Obras da Cidade Universitária de Coimbra).

(411) Tema I: 1ª e 2ª sessão - presidência de um arquitecto de Lisboa, secretariado por um arquitecto de Lisboa e outro do Porto (mantendo-se este esquema para a 5ª sessão). Tema II: 3ª e 4ª sessão - presidência de um arquitecto do Porto, secretariado por um arquitecto de Lisboa e outro do Porto (mantendo-se este esquema para a 6ª sessão).

(412) Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 382, 3.Mar.1948, p. 142-143.

(413) Apesar do Congresso ter tido início a 28 de Maio, só a 31 é que começaram as sessões de trabalho sobre os temas o que justifica que nesse dia se tivessem inscrito um total de 21 congressistas, entre arquitectos e acompanhantes. Por meses, o ritmo de inscrições foi o seguinte: Janeiro - 8; Fevereiro - 10; Março - 45; Abril - 34; Maio - 101.

(414) Cf. *1º Congresso Nacional de Architectura: Relatório da Comissão Executiva, teses, conclusões e votos do Congresso*, p. XVII-XXI.

(415) Assim, a primeira alteração foi feita no sentido de atribuir hierarquicamente, do 1 ao 5, a numeração da Comissão Executiva, passando para 6 o primeiro inscrito. Deste modo, L. Cristino da Silva que era o primeiro inscrito no "Livro Caixa" passou a nº 6 da lista publicada. Também às acompanhantes foram dados números mais elevados. Se estas alterações parecem ser claras, menos óbvios são os acertos que foram sendo feitos, sobretudo em relação ao grupo dos arquitectos do Porto que se inscreveu, na sua maioria, a 23 de Março.

(416) A realização desta vasta exposição no Instituto Superior Técnico inaugurada a 28 de Maio de 1948 permitiu ao Estado Novo efectuar o seu próprio balanço. As balizas cronológicas estabelecidas - 1932-1947 - eram assim referenciadas à própria cronologia do Ministério das Obras Públicas, entendendo este período como um tempo único de realizações. Subjacentes estavam três sentidos fundamentais: homenagear Salazar (1932 é o ano que este assumiu a Presidência do Conselho); homenagear Duarte Pacheco (falecido há 4 anos, não tinha ainda sido dado ênfase ao conjunto da obra que promoveu e viabilizou); homenagear os engenheiros (entendidos como os grandes obreiros das Obras Públicas). 1947 era então o fim de uma primeira fase de "ressurgimento nacional" através da obra material do regime. A exposição constituiu-se assim como o fechar de um processo que vinha desde os anos 30 e cujo significado ganhou maior dimensão tendo em conta o local em que se efectuou. Mobilizando todos os Ministérios, ocupando uma área de cerca de 7.000 metros e apresentando obras em curso, já concluídas ou em projecto, mas todas elas a partir de 1932, esta exposição era mais uma encenação do Estado Novo que assim e à semelhança do que já tinha feito nas Comemorações do Duplo Centenário em 1940, se justificava a si próprio, procurando a definição e prestígio de uma imagem pública, mas agora pelo seu presente e não pelo seu passado histórico. Ver: *Livro de Ouro da Exposição 15 Anos de Obras Públicas, 1932-1947*, II Vols.

(417) O II Congresso Nacional de Engenharia teve início no dia 28 de Maio de 1948, 17 anos após o primeiro. Os seus trabalhos decorreram dias depois (de 14 a 19 de Junho) no Porto, com 441 inscritos, tendo sido apresentadas 56 teses e 38 comunicações. A sua vasta estrutura organizativa, dividia-se por várias Comissões: de Honra (muito extensa), Organizadora, de Propaganda e de Excursões e Festas. A Comissão Executiva foi presidida pelo eng. Belard da Fonseca, também presidente da Ordem dos Engenheiros. O Congresso teve 8 Comissões Relatorias, tantas quantos os temas propostos para discussão: I - Obras Públicas. Construções. Urbanização; II - Geologia. Minas. Metalurgia; III - Electricidade; IV - Mecânica e Tecnologia; V - Química Industrial; VI - Engenharia Colonial; VII - Engenharia Naval; VIII - Economia Política. Organização Industrial. Legislação. A sua inauguração a 28 de Maio teve um sentido meramente simbólico, dado que só dia 30 é que os congressistas fizeram uma visita à Estação Elevatória dos Olivais e os trabalhos propriamente ditos iniciaram-se 14 dias depois.

(418) *1º Congresso Nacional de Architectura: Relatório da Comissão Executiva, teses, conclusões e votos do Congresso*, p. XXVIII-XXIX.

(419) *Idem*, p. XXIX.

(420) *Ibidem*, p. XXXII. Os factos ocorridos cerca de um ano antes eram assim e definitivamente esquecidos: a Exposição era uma homenagem enquanto que, na realidade, tinha sido o pretexto, juntamente com o Congresso dos Engenheiros, que viabilizou a realização do 1º Congresso Nacional de Architectura.

(421) Ibidem, p. XXXII.

(422) Quanto à primeira questão, Cottinelli Telmo referiu-se à Arquitectura como uma Arte que tendo por finalidade a "utilidade" e a "Beleza", faz "concorrência" às obras da Natureza. Assim, "o homem e a sua época - quando elas tenham sido expressas com sinceridade, não com falsos artifícios - revelam-se para a posteridade marcando as características de uma civilização e constituindo um património do espírito". A segunda questão foi colocada de forma mais apelativa: "Saibam os arquitectos portugueses aproveitar da experiência própria e da alheia, para a sua sensibilidade encontrar liberdade de expressão - integrando nela o conhecimento dos progressos mundiais das técnicas de construir - lançando-se em novos voos na conquista de novas soluções, (...)". in Ibidem, p. XXXIII.

(423) Circular da Comissão Executiva do 1º Congresso Nacional de Arquitectura, 28.Nov.1947.

(424) Cf. *1º Congresso Nacional de Arquitectura: Relatório da Comissão Executiva, teses, conclusões e votos do Congresso*, p. 182-185.

(425) Idem, p. XXXVI. Sobre este assunto foram apresentadas teses por: Pardal Monteiro (3 comunicações); P. Cunha; E. Soares Nunes; Mário de Oliveira; Mário Bonito; Herculano Neves e Celestino Castro; Cottinelli Telmo (2 comunicações); M. Jacobetty; Fortunato Cabral e João Simões.

(426) Neste âmbito apresentaram teses: Keil Amaral; J.M. Galhardo Zilhão com C. Palma de Melo e F. Conceição Silva; João Simões e F. Castro Rodrigues; e ainda I. Peres Fernandes.

(427) *1º Congresso Nacional de Arquitectura: Relatório da Comissão Executiva, teses, conclusões e votos do Congresso*, p. XXXIX. Especificamente sobre estes temas intervieram: A. Matos Veloso; Arménio Losa e Mário Bonito.

(428) "Os profissionais do norte têm importante contribuição no âmbito do Congresso. A escala do meio onde estão inseridos permite um mais fácil confronto de ideias e daí uma grande aglutinação em torno de opções onde a arquitectura não se dissocia da política. As posições expressas não diferem, antes reforçam as teses expostas pelos arquitectos modernos do sul", in FERNANDEZ, Sérgio - *Percursos...*, p. 62

(429) Importa referir que a Exposição "15 Anos de Obras Públicas" tinha uma secção intitulada "Problema da Habitação", no âmbito da qual estavam expostos projectos de: Rui Borges e Faria da Costa (casas para pescadores), Keil Amaral, Luís Benavente e Rogério de Azevedo (casas económicas), J. Couto Martins, Travassos Valdez, Lima Franco, R. Rodrigues Lima, Álvaro da Fonseca, Dario Vieira, Luís Xavier e Rui Borges (casas para famílias pobres), Alberto Pessoa, José Bastos, Lucínio Cruz, R. Chorão Ramalho, Miguel Jacobetty e Keil Amaral (casas de renda económica).

(430) Os autores das teses foram os seguintes: A. Matos Veloso; A. Lobão Vital; Viana de Lima; M. Jacobetty; J. Segurado; João Simões com J. Huertas Lobo e F. Castro Rodrigues; N. Teotónio Pereira e Costa Martins; Pardal Monteiro; e Arménio Losa.

(431) Desde o início dos anos 20 que Le Corbusier empreendeu diversos estudos de reflexão teórica visando a racionalização dos espaços urbanos no intuito de reduzir as distâncias e defendendo a absoluta necessidade da articulação entre as vias de comunicação, as áreas de trabalho e as residenciais. Alertando para o aumento em extensão das cidades, contrapunha a construção em altura, dando lugar a cidades-jardim verticais que permitissem a cada família a máxima independência e intimidade, ainda que partilhassem serviços comuns. Tais princípios foram delineados no estudo da unidade de habitação apresentado na Exposição Internacional de Paris, em 1937. Foi só após o fim da II Guerra Mundial que Le Corbusier viu finalmente postas em prática as suas teorias com a construção da unidade de habitação em Marselha (1947-1952).

(432) Ver Vol. II - Documentação, doc. nº 19.

(433) *Livro de Actas da Assssembleia Geral do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 81, 22.Dez.1948, p. 128-129. No final da sua intervenção Pardal Monteiro voltou a referir-se ao Congresso para elogiar "a cooperação que espontaneamente deu Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas para a realização do Congresso, sem a qual este certamente não se poderia ter realizado". Acrescentou ainda que o apoio oficial dado pelo ministro "foi da mais alta importância, e não ficaria de bem com a sua consciência se não focasse neste momento quanto entende que os architectos ficaram devendo a Sua Excelência pelo apoio oficial que se dignou dar ao Congresso e ainda pela esperança da boa vontade oficial com que Sua Excelência não deixará de estudar as reivindicações votadas no Congresso, conforme prometeu", p. 130.

(434) Pardal Monteiro proferiu ainda as seguintes palavras a propósito de Cottinelli Telmo: "Muito ficou a Classe devendo àquele nosso ilustre e saúdoso companheiro de luta, que soube com excepcional dignidade desempenhar o cargo que lhe foi confiado e que com exemplar coragem e dezassombro, soube pôr em relêvo as aspirações da nossa Classe na sessão memorável do encerramento do Primeiro Congresso Nacional de Arquitectura. "Independentemente da sua acção como Presidente do Sindicato, que Cottinelli Telmo desempenhou, como o seu temperamento lhe transmitiu e da acção brilhante que desempenhou como presidente do Congresso, Cottinelli Telmo foi architecto dos mais competentes, que bem soube como profissional honrar a nossa Classe e daqueles a quem a Nação muito ficou devendo. Espera que noutra oportunidade o Sindicato ponha em relêvo o que foi em todo o sentido o Architecto Cottinelli Telmo, mas isso não impede que ao realizar-se esta primeira Assembleia após a sua morte, se registe o profundo pesar da Classe pelo desaparecimento tão inesperado daquele nosso saudoso Colega de quem tanto havia ainda a esperar", in *Idem*, p. 129.

(435) Sobre Adelino Nunes, Pardal Monteiro disse ainda: "Embora não tivesse este nosso saudoso colega tido oportunidade de servir a Classe por intermédio de cargos no Sindicato, era no entanto um artista de grande valor, cujas qualidades de caracter e merecimento profissional tanto o distinguiram, contribuindo brilhantemente para honrar a nossa Classe e bem servir o País", in *Ibidem*, p. 129-130.

(436) Esta sessão teve lugar no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico a 4 de Junho. Foi presidida pelo ministro das Obras Públicas, estando também presentes e à direita deste, o presidente da Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas e L. Cristino da Silva. À esquerda do ministro encontrava-se Cottinelli Telmo e Carlos Ramos. A presença de Cristino da Silva na mesa de honra desta sessão de encerramento e a ausência de Pardal Monteiro, não deixa de ter profundo significado tendo em conta a sua atitude, não só durante o Congresso mas também durante a sua preparação. Apesar de ter sido o primeiro a inscrever-se nesta iniciativa, o seu silêncio foi uma constante que, em última instância lhe deu o lugar à direita do ministro? Procurou-se então, e desta forma, insinuar aos congressistas que estes teriam ido longe demais nos seus debates?

(437) Cottinelli Telmo referiu-se ao Congresso como uma "missão de que nos orgulhamos de ter cumprido conscienciosamente", acrescentando que não havia então "memória" de acontecimento semelhante onde fosse "tomado tanto a peito a defesa de interesses que não poderiam estar entregues em melhores mãos". Porque os interesses profissionais se identificavam com os interesses nacionais houve "noites perdidas - porque os dias não chegavam - à procura das fórmulas que melhor traduzissem este propósito: *Assim pensam os architectos portugueses!*". Assim, continuava, não seria de esperar deste Congresso outra coisa "que não fosse um esclarecimento sentido e firme acerca dos problemas da Arquitectura e dos architectos no plano nacional", in *1º Congresso Nacional de Arquitectura: Relatório da Comissão Executiva, teses, conclusões e votos do Congresso*, p. XLIX.

(438) Dirigindo-se ao ministro das Obras Públicas, Cottinelli Telmo afirmou: "Uma coisa é certa: a da justiça que prestamos à obra feita nestes últimos quinze anos; às intenções com que o Governo a realizou; ao espírito de devoção e sacrifício que V. Ex.^a particularmente tem posto ao serviço dela", in *Idem*, p. L.

(439) A respeito das conclusões, Cottinelli Telmo afirmou: "Falam elas da necessidade urgente de reorganizar o ensino da arquitectura em Portugal, considerando que a missão do arquitecto não pode estar à altura devida se persistirmos em erros e insuficiências de programa? Batemos em nós próprios! Referem-se essas conclusões à necessidade de renovar a expressão arquitectónica dos novos edifícios, integrando-os no progresso mundial das técnicas de construir? Apontamos uma deficiência nossa a de não termos sabido impor os nossos pontos de vista, a de não termos sabido lutar como devíamos!", in *Ibidem*.

(440) *Ibidem*, p. LIV.

(441) *Ibidem*, p. LV.

(442) O ICAT, era a designação escolhida por um grupo de cerca de 30 arquitectos de Lisboa, constituído em 1947. Jovens, na sua maioria, entre eles encontravam-se também colegas da geração anterior, como Jacobetty Rosa, A. Nunes, João Simões, Raul Tojal, Faria da Costa e Keil Amaral. Promovendo debates de "atelier", por isso à margem do Sindicato Nacional dos Arquitectos, sobretudo de âmbito profissional e político, o ICAT teve uma intervenção massiva e relevante no I Congresso Nacional de Arquitectura, em 1948.

(443) O ODAM - Organização dos Arquitectos Modernos - foi criado no Porto em 1947. Tinha como objectivo "divulgar os princípios em que deve assentar a Arquitectura Moderna, procurando afirmar, através da própria obra dos seus componentes, como deve ser formada a consciência profissional e como criar o necessário entendimento entre os arquitectos e demais técnicos e artistas. Assim, procura divulgar a Arquitectura Moderna através de exposições, conferências, publicações, etc. As bases sobre as quais assenta o seu labor profissional são:

"- Contribuir para a valorização do indivíduo e da sociedade portuguesa, estimular os técnicos e os leigos, arquitectos formados ou em formação, engenheiros e construtores, no sentido de um eficiente e efectivo labor em prol do progresso do País.

"- Obstar a que o amadorismo agressivo, perigoso e desonesto, alastre e lance a Arquitectura no caos".

Deste grupo faziam parte, entre outros: Agostinho Ricca, Alfredo Magalhães, Viana de Lima, Lobão Vital, Arménio Losa, Cassiano Barbosa, Artur Andrade, Delfim Amorim, Oliveira Martins, João Andresen, O. Filgueiras, J.C. Loureiro, Mário Bonito e Fernando Távora. Ver *ODAM - Organização dos Arquitectos Modernos, Porto: 1947-1952*, compilação de Cassiano Barbosa.

(444) PORTAS, Nuno - "A Arquitectura e Urbanística na década de 40", in *Catálogo da Exposição Os Anos 40 na Arte Portuguesa*, Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. 6, p. 37

(445) Entre outros podem citar-se o Bairro das Estacas, de Formosinho Sanchez e R. Jervis Athougua (1949-54); a Av. dos E.U.A. (início dos anos 50), programa de 45 mil habitações no qual trabalhou um grupo de arquitectos que participou activamente no Congresso: F. Castro Rodrigues, Celestino de Castro, Huertas Lobo e Emâni Gandra; Av. Infante Santo (1954-58), de Alberto Pessoa, J. Abel Manta e Emâni Gandra, apesar de só ter sido construído no início dos anos 60. A inovação destas novas áreas residenciais não era só do ponto de vista da implantação urbana e dos materiais de construção, mas o interior das habitações obedeceu a uma maior racionalização do espaço.

(446) Um dos primeiros autores a abordar este assunto foi J.-A. França em *A Arte em Portugal no século XX*, no capítulo "1º Congresso Nacional de Arquitectura e a Arquitectura dos Anos 50" (p. 438-461). Este é, dentro da parte da obra que trata os anos 40 e 50, o único dedicado à arquitectura, revelando assim a importância dada a este acontecimento.

(447) Ver N. Portas, "A Arquitectura e Urbanística na década de 40", in *Catálogo da Exposição Os Anos 40 na Arte Portuguesa*; N. Teotónio Pereira e J. Manuel Fernandes - "A Arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959" in *O Estado Novo: das origens ao fim da autarquia (1926/1959)*, 1º Vol.; J.Manuel Pedreirinho - "A Arquitectura do Fascismo ao Estado Novo" in *Revista História*, nºs 45 a 48, 1982; S. Fernandez, *Percursos...*; ACCIAIUOLI,

Margarida - *Os anos 40 em Portugal: o país, o regime e as artes...*, Vol. I p. 374, entre outros.

(448) Posição assumida por P. Vieira de Almeida. Ver desse autor: "Carlos Ramos: uma estratégia de intervenção" in *Catálogo da Exposição Carlos Ramos: exposição retrospectiva da sua obra*, F.C.G.; *História da Arte em Portugal*, Vol. 14, Pub. Alfa.

(449) Ver: "Jorge Segurado: arquitecto do modernismo em Portugal", in *Jornal Arquitectos*, nº 76, Abr.1989; entrevista com Keil Amaral in *Arquitectura*, nº 125, Ago.1972; entrevista com L. Cristino da Silva in *Arquitectura*, nº 119, Jan.-Fev.1971; entrevista com Fomoso Sanchez, in *Arquitectura*, nº 130, Maio.1974. Especial referência merece a entrevista de P. Cunha que à pergunta: "(...). Mas o sr. arquitecto desenvolveu também outro tipo de actividade, nomeadamente no que se refere ao 1º Congresso Nacional de Arquitectura?", respondeu simplesmente: "Sim, em 1948 fui eleito Secretário-Geral do 1º Congresso Nacional de Arquitectura, e também em 1964, participei como vogal da Comissão do 1º Congresso Nacional de Turismo", in "Paulo Cunha: pioneiro do planeamento portuário", *Jornal Arquitectos*, nº 82, Dez.1989, p. 27.

(450) Cf. *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 81, 22.Dez.1948.

(451) Ver I Parte - Capítulo 3, 3.2. - Trabalhos associativos até à constituição do Sindicato.

(452) *Relatório do Conselho Director, 1904-1905* [dact.], p. 6. A publicação do primeiro número do Anuário era então comentada em termos bastante curiosos que a seguir se transcrevem: "Nas epochas de luz e civilisação uma das formas mais grandiosas de uma entidade comunicar com as sociedades é intellectualmente.

"Longe vão os tempos em que só o trabalho marcava extraordinarias balizas na civilisação dos povos, hoje esse trabalho para se tornar complexo precisa que o cerebro que o idealisa se desprenda da sua propria creação para o transportar em considerações aos olhos do mundo inteiro.

"O homem das modernas gerações é simplesmente um factor. O producto do seu trabalho não é mais do que uma parcella da civilisação universal e por isso precisa rasgar horisontes, vencer distancias, permutando, (transmite e recebe) e aonde não chegam as suas obras, aonde as suas palavras se não fazem ouvir, vae a escripta, manancial de toda a civilisação moderna!

"Estas considerações são de molde a justificar o grande interesse que teve o conselho director em publicar o seu primeiro annuario. (...)

"Descança o lapis para com a penna dizer-mos ao mundo inteiro que existimos e existir em taes casos é provar a nossa acção trabalhadora e ate junto de todas aquellas collectividades d'arte e sciencia tanto nacionaes como estrangeiras que nos teem honrado com as suas publicações o nosso modesto livro ira cumprir um dever de gratidão social.

"O annuario de 1905 fica a imprimir e ao futuro conselho director e a todos os nossos consocios recommendamos a utilidade em sucessivamente tomar mais desenvolvido este primeiro trabalho que deve ter os defeitos da inexperiencia em taes casos.", p. 6.

(453) *Idem*, 1905-1906 [dact.], p. 5.

(454) "Fica em elaboraço o annuario que se refere aos anos de 1911 e 1912, que muito desejaríamos ter concluido, mas que motivos de força maior, impediram que fosse publicado no periodo da nossa gerencia, assumpto este que recomendamos ao nosso sucessor", in *Ibidem*, 1913-1914 [manusc.], p. 5.

(455) "A parte financeira, como annuncios, trabalho de typographia, etc., ficou preparada, devendo deixar aqui consignado que a commissão redactora não poude prosseguir os seus trabalhos em virtude da falta de collaboraço artistica, que julgou indispensavel, a qual tendo sido solicitada em repetidas circulares dirigidas a todos os consocios, não lhe foi concedida, tendo ficado sem resposta essas circulares", in *Ibidem*, 1915-1916 [manusc.], p. 7.

(456) "Tendo-se accumulado as varias razões de ordem material, provenientes da difficil crise que atravessámos, não poudo o Conselho concluir ainda os trabalhos encetados para a publicação do Anuario, deixando, no entanto, elementos valiosos para se prosseguir na sua preparação e com probabilidades de exito, embora, como acima referimos, a parte material, principalmente o trabalho de typographia, não offereça, neste momento, as condições vantajosas necessarias a uma publicação, como a nossa, que vive de recursos financeiros muito limitados.

"O Conselho deve confessar que teria talvez resolvido definitivamente este assumpto, mas tendo ao iniciar a sua gerencia, procurado, principalmente, levar a effeito o augmento do quadro dos architectos, dispendeu quasi todo o tempo d'essa gerencia com uma série de trabalhos absorventes, todos visados áquelle fim, sendo-lhe por isso materialmente impossivel completar outros trabalhos de envergadura", in *Ibidem*, 1916-1917 [manusc.], p. 6.

(457) *Ibidem*, 1919-1920 [dact.], p. 11.

(458) *Ibidem*, 1924 [dact.], p. 8.

(459) "Tratou-se de organizar uma revista mensal, que substituisse o antigo anuário. Essa revista, órgão desta Sociedade, trataria não só dos assuntos que directamente lhe dizem respeito, como também de todas as outras artes plásticas, carpintaria, marcenaria, ourivesaria, artes applicadas, etc., etc. Como o cofre associativo não dispõe de fundos para custear essa publicação, aguardava-se a proposta da direcção da "Arquitectura", para ser estudada e resolver-se. O nosso consocio Snr. Francisco dos Santos, desenhou a respectiva capa. Era desejo do Conselho Director, publicar em separata, a conferencia do nosso consocio Snr. Emanuel Ribeiro. - O seu sucessor resolverá estes assuntos.", in *Ibidem*, 1927-1928 [manusc.], p. 15-16. Enquanto esta projectada revista estava em preparação, o Conselho Director resolveu distribuir mensalmente aos sócios uma circular com o resumo do trabalho desenvolvido e cujo manuscrito do primeiro número, datado de Abril de 1927, contempla os seguintes títulos: Deliberações tomadas (imprensa portuguesa; advogado); Organização do curso de Architectura Civil; Pensões de estudo no estrangeiro; Biblioteca; Convenções internacionais; Turismo; Representações; Regulamentação do jogo; Architectos Portugueses; Excursões; Presidente de Honra; Conferências; Conselho Director; Sócios; Ofertas; Pessoal; Aquisições.

(460) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 17, 14.Jan.1935, p. 9 vs.

(461) *Idem*, Acta nº 26, 2.Maio.1935, p. 13 vs.

(462) Cf. *Ibidem*, Acta nº 50, 4.Mar.1936, p. 24.

(463) Cf. *Ibidem*, Acta nº 63, 3.Jun.1936, p. 33.

(464) Cf. *Ibidem*, Acta nº 65, 10.Jun.1936, p. 34.

(465) Cf. *Ibidem*, Acta nº 66, 18.Jun.1936, p. 34 vs.

(466) *Ibidem*, Acta nº 73, 29.Jul.1936, p. 39 vs. Na circular referida eram enunciados os objectivos da revista - esta "deverá constituir um documentário da actividade profissional dos architectos portugueses" - e solicitado, de acordo com o estipulado na reunião da Direcção, documentação para publicar, cujos elementos deveriam ser essencialmente constituídos por: "- fotografias de conjuntos ou pormenores das edificações, no formato mínimo de 13 X 18, quanto possível impressas em papel brilhante; - desenhos a tinta da China ou na sua falta fotografias dos mesmos, impressas a preto e correspondentes principalmente a plantas, perspectivas ou quaisquer pormenores de construção cuja natureza possa oferecer especial interesse técnico, artístico ou didáctico". Solicitava-se ainda aos sócios que o material para os três primeiros números a publicar fosse enviado até 20 de Agosto. Cf. *Circular do Sindicato Nacional dos Architectos*, 30.Jul.1936.

(467) A Direcção no seu Relatório apresentado à Assembleia Geral insistia junto dos sócios na definição desta questão pois "se queremos ter uma revista nacional de arquitectura, temos que demonstrar com factos que o queremos, ou então que declarar, sem rodeios, o contrário, para não se pensar mais no assunto.

"A não sêr que todos os colegas comunguem nas idéas do único consócio que se dignou a escrever à Direcção [pensa-se que se trata de Francisco dos Santos] em resposta à circular que esta enviou a todos, o qual se insurgia contra a criação da revista e se permitia pedir satisfações à Direcção do Sindicato por ter tido o atrevimento de tentar dar corpo a uma idéa que no entender daquele consócio não era de aplaudir.

"(...).

"A nova Direcção, a que hoje cessa o seu mandato, permite-se recomendar-lhe todo o carinho por esta idéa, assegurando-lhe que com a sua solução prestará um bom serviço à nossa classe, à arquitectura nacional, e ao paiz", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, 1936 [dact.], p. 4-5.

(468) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 97, 3.Mar.1937, p. 52 vs. Tal pedido não deixa de ser curioso tendo em consideração que dias antes o mesmo architecto, em Assembleia Geral, "referindo-se à sua nomeação para a Direcção da Revista que o Sindicato pensa iniciar como sua publicação oficial, lastima não lhe ter sido possível cumprir essa incumbência, em virtude de se encontrar sobrecarregado de trabalho que o impediu de cumprir êsse dever associativo, declarando também que não foi ajudado pelos seus consócios, para o mesmo assunto, designados ou convidados pela Direcção", in *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 31, 23.Fev.1937, p. 80. Contudo, na Assembleia Geral seguinte, C. Telmo não concordou com esta passagem da Acta e propôs a seguinte emenda: "O Senhor Cottinelli Telmo, disse que não tinha ainda dado andamento à organização do primeiro número da Revista, não só por falta de tempo e por estar sobrecarregado de trabalho, como reza a acta, mas também e, principalmente, porque faltaram os elementos de colaboração pedidos pela Direcção a todos os consócios. Insinuou também que era necessário garantir a publicação de alguns números e não apenas a de um primeiro, o que podia sêr perigoso, mais valendo esperar do que arriscarmo-nos a uma interrupção na publicação da Revista", in *Idem*, Acta nº 32, 8.Mar.1937, p. 82. Ainda que, como se verá, de facto a falta de colaboração dos sócios tenha comprometido a regularidade da revista, não deixa de ser curiosa a pertinência desta emenda feita por C. Telmo, procurando desde o início demarcar-se de quaisquer eventuais problemas de periodicidade da mesma.

(469) Pensa-se tratar-se de alguém das relações pessoais e /ou profissionais de Cottinelli Telmo. A pesquisa efectuada na Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, na Associação de Imprensa Não Diária, nos Registos de Imprensa (Palácio Foz) e ainda no Anuário Comercial de 1939, resultou infrutífera.

(470) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 115, 21.Jul.1937, p. 61.

(471) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 116, 28.Jul.1937, p. 61 vs. A Empresa de Publicidade Seara Nova estava ligada ao Grupo Seara Nova, constituído nos finais de 1920 e que congregava em seu torno vários intelectuais republicanos, nomeadamente, Jaime Cortesão, Raul Proença e Luís da Câmara Reis que agora apresentava a proposta de editor da revista do Sindicato. Este grupo, mantendo-se como um dos mais vivos e importantes ecos críticos de um vasto sector de opinião republicana contrária ao rumo anti-democrático da vida política portuguesa, possuiu um órgão próprio de imprensa - a Revista de doutrina crítica Seara Nova - iniciado a 15 de Outubro de 1921. O seu corpo directivo era constituído por Aquilino Ribeiro, Augusto Casimiro, Faria de Vasconcelos, Ferreira de Macedo, Francisco António Correia, Jaime Cortesão, José de Azeredo Perdigão e ainda por Raul Brandão, Raul Proença e Câmara Reis. Não se apresentando ao público como um grupo político republicano, as pressões conjunturais levaram a que na revista Seara Nova fossem tomadas posições que contrariavam este princípio e que alguns dos elementos do grupo participassem no governo, como aconteceu naquele que foi dirigido por Álvaro de Castro

(1923). A primeira fase de afirmação deste grupo bem como do seu órgão de imprensa, veio a terminar em 1927 após o fracasso da revolução de Fevereiro desse ano, que levou ao exílio os seus directores António Sérgio, Jaime Cortesão e Raul Proença para França e de Sarmento Pimentel para o Brasil. No entanto, manteve-se uma empresa editorial, que então se propôs a publicar a revista do Sindicato Nacional dos Arquitectos.

(472) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 119, 20.Out.1937, p. 65 vs.

(473) Cf. Ibidem, Acta nº 120, 27.Out.1937, p. 66.

(474) Cf. Ibidem, Acta nº 122, 10.Nov.1937, p. 67.

(475) As propostas apresentadas divergiam em dois aspectos: a propriedade da revista, que no primeiro caso seria da editora e no segundo do Sindicato; a quantia dada ao Sindicato por cada número publicado, respectivamente de 1.000\$00 entregues a partir do nº 7 e 1.500\$00 a partir do nº 4, Cf. Ibidem, p. 67 vs.-68.

(476) Ibidem, p. 69.

(477) Ibidem, Acta nº 123, 17.Nov.1937, p. 69 vs.

(478) Ibidem, Acta nº 124, 24.Nov.1937, p. 70-72.

(479) Cf. Ibidem, Acta nº 126, 16.Dez.1937, p. 73.

(480) Os artigos intitulavam-se: "L'éternel calvaire" (publicado na revista nº 2/1938) e "Le martyrologue des architectes" (também publicado no número seguinte), Cf. Ibidem, Acta nº 129, 19.Jan.1938, p. 75.

(481) Ibidem.

(482) "Ofício (...), do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, comunicando que a Direcção dos Serviços de Censura não pode dispensar o Sindicato de fazer o depósito em dinheiro para a publicação do seu órgão de imprensa", in Ibidem, Acta nº 130, 26.Jan.1938, p. 76.

(483) *Circular do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 4.Dez.1937.

(484) De acordo com as declarações prestadas por Cottinelli Telmo numa entrevista concedida à Emissora Nacional, por ocasião da publicação deste número, "o Sindicato Nacional dos Arquitectos foi até ao ponto de seleccionar a própria publicidade, rejeitando aquela que não podia ser feita com sofrível expressão artística", in *Rádio Nacional*, nº 33, Ano I, 13.Mar.1938.

(485) *Arquitectos*, nº 1, Fev.1938, p. 2-4. No sentido de esclarecer o que a Direcção pretendia como conteúdo dos números futuros, importa ainda transcrever do texto citado, o seguinte: "A Revista procurará constituir um documentário de divulgação da actividade profissional dos arquitectos portugueses e para tal necessita da cooperação de todos os sócios do Sindicato, se não de todos os arquitectos portugueses, mas essa circunstância - convém dizê-lo desde já - não pode obrigar à publicação de tudo o que porventura lhe seja fornecido pelos seus naturais colaboradores. O encargo da escolha do material a aplicar, bem como o da apresentação da Revista, estão confiados a um dos nossos mais ilustres consócios, a quem a Direcção do Sindicato entendeu dever conceder amplos poderes e a máxima liberdade de acção para que a realização venha a ter unidade, clareza e expressão como a própria obra de Arquitectura". Neste mesmo ano entrava em publicação regular o *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, sucessor da antiga Revista de Obras Públicas e Minas, fundada em 1870, órgão da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses.

(486) Cf. Idem, p. 14.

(487) "Neste momento deu entrada na sala o architecto senhor Cottinelli Telmo, que foi recebido com uma calorosa salva de palmas, o qual agradeceu sensibilizado e pediu desculpa do seu visível abatimento e mau estar motivados pelo falecimento do seu tio, ocorrido nestes dias, apesar do que não quiz deixar de comparecer nesta sessão, para não perder a oportunidade de, no momento da sahida do primeiro número da revista, lembrar mais uma vez, a grande persistencia, que é necessário para a manter, bem como a assidua e permanente colaboração de todos os colegas. A assembleia agradeceu a sua dedicação por este assunto e toma na devida consideração as suas palavras, (...)", in *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 42, 25.Fev.1938, p. 116-117.

(488) A realização desta entrevista foi anunciada em *Arquitectos* na rubrica "Notas" (ver nº 2, Mar.1938, p. 61) e um extracto da mesma foi publicado no nº 3, Abr.1938, p. 96.

(489) Todas as citações da entrevista de Cottinelli Telmo foram retiradas de *Rádio Nacional*, nº 33, Ano I, 13.Mar.1938.

(490) Itálicos de acordo com o original.

(491) Cottinelli Telmo explicava melhor a sua ideia quanto à revista constituir um "arquivo": "Um indivíduo que percorre o País e vê: aqui, uma escola, ali, um casino, acolá, um hotel - fica realmente com um... catálogo... *mental* dessas obras, mas nem a todos é dado percorrer o País e essa documentação não poderia ter o carácter técnico que lhe imprimimos na revista".

(492) Neste sentido, a direcção da revista pretendia "ir ao encontro, não só das necessidades manifestadas pelos seus leitores-arquitectos, mas também aos desejos justificados que pressentimos nos outros leitores".

(493) Para Cottinelli Telmo estes números especiais poderiam constituir "uma espécie... de *orientação prévia* para aquelas pessoas que estejam na disposição de construir - orientação que tornará fácil e eficaz as suas relações com o architecto...".

(494) A este propósito da relação da architectura do passado com a do presente, Cottinelli Telmo teceu ainda algumas interessantes considerações: "(...): *não há duas architecturas*; há uma só: a Architectura - e é um erro supor que os architectos de Hoje repudiam as obras do Passado. O espírito da Architectura é um só para todos os tempos, o que há é inumeros factores a que não é possível resistir - factores que *criam corpos diferentes* para um mesmo *cérebro*. Estas frases, é claro, não são para gravar em lápides...".

(495) *Circular nº 4*, Sindicato Nacional dos Architectos, 30.Abr.1938.

(496) "Algumas vantagens tem trazido para o Sindicato e portanto para a nossa Classe, a publicação da revista.

"Primeiramente, a da manifestação dum sintoma de vida que tem alta influência das entidades oficiais. Depois a do enriquecimento da Biblioteca do Sindicato pela permuta com as melhores revistas estrangeiras, as quais se encontram na Séde à disposição de todos os sócios, não sendo também para desprezar o facto de se possuir um documentário excelente da nossa actividade", in *Idem*.

(497) "A categoria que se pretendeu dar à revista, pela sua apresentação gráfica, pela qualidade do papel e pela qualidade do texto, são no entanto incompatíveis com as despesas que cada número acarreta. Uma das receitas mais importantes é a da publicidade, mas aqueles que podem e teem o dever de anunciar na nossa revista, descrentes, talvez, dos beneficios que daí podem tirar, não correspondem ao que seria justo esperar.", in *Ibidem*.

(498) "(...), cada architecto deverá obter pelo menos seis assinantes e um anunciante de 1/4 de página", in *Ibidem*.

(499) Para este caso "só em Assembleia Geral se devem tomar decisões. No entanto a Direcção estimaria conhecer antecipadamente qual o ponto de vista de V. Ex^a a tal respeito, para na devida oportunidade formular a correspondente proposta", in *Ibidem*.

(500) Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 174, 13.Jul.1938, p. 87.

(501) "O sr. Arq. Cottinelli Telmo disse que tem pouca colaboração destinada à revista 'Arquitectos' pedindo que se lembrassem ser necessário manter satisfatoriamente a referida revista.

"O sr. Arq. Pardal Monteiro disse que a revista tem melhorado de número para número cujo nº 3 se publica hoje.

"Propõe que se registe na acta desta sessão que se manifestasse o reconhecimento pelo esforço, dedicação e inteligência ao Arq. Cottinelli Telmo seu director.

"O sr. Arq. Telmo agradeceu pedindo a colaboração e a boa vontade de todos", in *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 43, 3.Jun.1938, p. 122.

(502) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 132, 9.Fev.1938, p. 77.

(503) *Idem*, Acta nº 143, 3.Jun.1938, p. 85 vs.

(504) *Ibidem*, Acta nº 174 [parece tratar-se de um erro de numeração, respeitando-se no entanto o original], 13.Jul.1938, p. 87

(505) Cf. *Ibidem*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 200, 26.Abr.1939, p. 7 vs.

(506) Cf. *Ibidem*, Acta nº 221, 20.Dez.1939, p. 18 vs.

(507) Cf. *Ibidem*, Acta nº 233, 8.Maio.1940, p. 28.

(508) Cf. *Ibidem*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 175, 21.Jul.1938, p. 87 vs.

(509) Cf. *Ibidem*, Acta nº 180, 26.Out.1938, p. 92.

(510) *Ibidem*, Acta nº 187, 4.Jan.1939, p. 96-96 vs.

(511) A proposta apresentada pela Direcção foi a seguinte: "Considerando que a publicação da revista oficial do Sindicato não tem possibilidade de se manter enquanto não aumentarem as receitas provenientes quer da assinatura quer da publicidade;

"Considerando que a direcção não deseja para si a responsabilidade do desaparecimento da revista por excessos de encargos para o editor;

"Considerando que o artigo 6º do contrato feito em 2 de Dezembro de 1937, no notário Dr. Eugénio de Carvalho e Silva, entre o Sindicato e o editor para a publicação da revista estipula que: Todas as despesas com a publicação da revista, bem como as respectivas receitas pertencem exclusivamente ao conseqüentário, obrigando-se este a entregar à direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, a partir do 4º número da revista, inclusivé, a quantia de mil e duzentos escudos por cada número que fôr publicado;

"Considerando que até hoje o editor não tem podido cumprir aquela obrigação, declarando que a revista até agora só lhe tem dado prejuizo;

"A direcção no intuito de não criar embaraços ao editor, cuja boa vontade em manter a publicação da revista é manifesta, e convencida de que assim presta um melhor serviço à classe, tem a honra de propor que:

"Sêja dispensado o editor Sr. Adelino dos Santos do cumprimento do disposto no corpo do artigo 6º do contracto e que sêja a direcção autorizada pela Ass. Geral a legalizar a situação resultante desta proposta.

"Lisboa, 4 de Janeiro de 1939, A Direcção (a) Pardal Monteiro, Luiz Benavente, José Coelho", in *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 49, 23.Jan.1939, p. 133.

(512) "Carta do Architecto Gio Ponti, de 27 de Março findo, informando que o preço do artigo escrito pelo Senhor Bardi, é de 500 liras. Resolveu-se responder que a Revista do Sindicato não possui recursos financeiros para esse fim, pelo que desistimos de tão preciosa colaboração", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 198, 5.Abr.1939, p. 4.

(513) Em Março de 1940, o secretário-Inspector da Mocidade Portuguesa solicitou ao Sindicato uma colecção de *Arquitectos* para fazer parte da sua biblioteca privada. Inicialmente, a Direcção respondeu que uma vez que não dispunha de uma reserva dos números publicados, "era impossível aceder a tal pedido; todavia, no intuito de dar, quanto possível, satisfação ao pedido daquela Organização, o mesmo seria transmitido ao editor". A 27 do mesmo mês foi recebida uma carte de Adelino dos Santos "informando a oferta duma colecção da referida Revista, que se destina à Biblioteca da Mocidade Portuguesa", in *Idem*, Acta nº 228, 27.Mar.1940, p. 24-24 vs.

(514) Cf. *Ibidem*, Acta nº 195, 15 Mar.1939, p. 2 vs.

(515) Cf. *Ibidem* Acta nº 200, 26 Abr.1939, p. 7 vs.

(516) "Ofício da Junta Nacional da Cortiça, de 12 do corrente, informando que, tendo-nos enviado, com regularidade, o seu Boletim e não recebendo em permuta a nossa Revista, pergunta se a referida permuta não merece o interesse do Sindicato. Foi resolvido responder agradecendo o envio e informando que, por agora não podemos permutar, o que lamentamos", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 201, 17.Maio.1939, p. 8.

"Ofício de 20 do corrente da Junta Nacional da Cortiça, renovando o seu pedido de 12 de Maio findo, no sentido de que seja estabelecida a permuta entre a nossa Revista e o Boletim da mesma Junta. Entretanto, foi resolvido responder que lamentamos não aceder a tal pedido, visto que os exemplares de que dispomos estarem comprometidos com outras Revistas. Todavia, se derivado à Guerra cessar a remessa de algumas Revistas estrangeiras, faremos imediatamente a permuta solicitada", in *Idem*, Acta nº 218, 22.Nov.1939, p. 17 vs-18.

(517) Foram várias as Câmaras Municipais que responderam positivamente: Beja, Murtosa, Portalegre, Peniche, Viana do Castelo, Guarda, Alandroal, Alenquer, Alijó, Seia, Olhão e Ponta Delgada. Cf. *Ibidem*, Acta nº 199, 19.Abr.1939, p. 6-6 vs; Acta nº 200, 26.Abr.1939, p. 7 vs; Acta nº 202, 31.Maio.1939, p. 8 vs.

(518) Cf. *Ibidem*, Acta nº 207, 9.Ago.1939, p. 11 vs.

(519) *Ibidem*, Acta nº 232, 24.Abr.1940, p. 27-27 vs.

(520) *Ibidem*, Acta nº 236, 26.Jun.1940, p. 30. O facto da ideia ter sido abandonada, não impediu que quatro números de *Arquitectos* abordassem a Exposição do Mundo Português (ver: nº 8, Jan./Mar.1939; nº 9, Abr./Jun.1939; nº 10, Jul./Set.1940, este quase na sua totalidade dedicado à Exposição; nº 12, Jan./Abr.1940), ficando certamente aquém da proposta editorial prevista. Nestes números não foram, de facto, incluídos projectos realizados ou em curso, resultantes do plano de intenções anunciado na Nota Oficial da Presidência do Conselho e à qual já foi feita alusão. Ideia semelhante à da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, teve a Ordem dos Engenheiros que em Dezembro de 1940 publicava um número especial do seu Boletim, dedicado à Exposição do Mundo Português. Focando essencialmente aspectos técnicos relacionados com a construção das estruturas dos pavilhões e outros como a questão da iluminação e o som da Exposição, incluía também outras obras de vulto executadas neste período como a estrada marginal e a

auto-estrada da Costa do Sol, o viaduto sobre o vale de Alcântara, o aeroporto de Lisboa, a refinaria de petróleo de Cabo Ruivo, a nova fábrica de gás da Matinha e ainda os trabalhos de restauro realizados no castelo de S. Jorge, entre 1939 e 1940.

(521) Nessa circular era referido que "embora se dê preferencia à publicação de edifícios já construídos ou em construção, a publicação de projectos pode também ter oportunidade, pelo que as indicações que V.Exa. se dignar fornecer também quanto a projectos de edifícios ainda não construídos são uteis para se ajuizar do material que há-de constituir cada um dos numeros da revista". Para maior facilidade de resposta, eram colocadas 4 questões: "1) Quais os edifícios do Estado construídos, ou em construção para os quais V.Exa. elaborou o respectivo projecto?; 2) Quais os projectos por V.Exa. elaborados para edifícios do Estado, cujas obras se não tenham ainda iniciado?; 3) Possui V.Exa. alguns elementos (fotografias ou desenhos a tinta da China) que possa fornecer para a reprodução pela gravura?; 4) Está V.Exa. decidido a escrever algumas linhas sobre os diversos problemas que teve ocasião de resolver?", in *Circular do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 30.Ago.1939.

(522) Ibidem, Acta nº 222, 17.Jan.1940, p. 20. Não deixa de ser curioso que o Instituto para a Alta Cultura que nunca subsidiou a revista, quando organizou em Madrid (1944) uma exposição de livros portugueses, solicitou ao Sindicato uma colecção de *Arquitectos* a fim de que esta nela figurasse. Cf. Ibidem, Acta nº 295, 4.Fev.1944, p. 4; Acta nº 299, 3.Abr.1944, p.13. Anos depois, idêntico pedido foi feito pelo Secretariado Nacional de Informação para a Exposição de Arquitectura Ibero-Americana, a realizar em Estocolmo em 1946. Cf. Acta nº 345, 18.Jan.1946, p. 97.

(523) Este ofício foi enviado a 19.Jan.1940 e a resposta ao mesmo só foi lida na reunião de Direcção de 27 de Março desse ano. Cf. Acta nº 228, 27.Mar.1940, p. 24 vs. A título de curiosidade refira-se que também o *Boletim da Ordem dos Engenheiros* se encontrava em dificuldades económicas, cujo déficit em 1940 era já superior ao do ano anterior, apesar de continuar a ter uma distribuição regular e mensal, situação que se manteve no ano seguinte devido, tal como em *Arquitectos*, à diminuição do número de anunciantes e assinantes. Cf. ORDEM DOS ENGENHEIROS - *Relatório do Conselho Directivo relativo ao ano de 1940*, p. 6.

(524) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 52, 3.Abr.1940, p. 143.

(525) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 281, 22.Mar.1943, p. 82.

(526) Quantitativamente e por anos foram publicados 7 números em 1938; 4 em 1939; 2 em 1940; 1 em 1942, sendo assim editada durante a Guerra. Quanto ao *Boletim da Ordem dos Engenheiros* e no ano de 1942, só foram publicados 8 dos 12 números previstos, embora em 1943 tivesse início a publicação da *Revista da Ordem dos Engenheiros*, em substituição do Boletim.

(527) Nem o editorial, assinado pelo editor, nem a introdução da responsabilidade de Cottinelli Telmo, dão qualquer justificação deste número ser publicado em Setembro de 1942 e o anterior ser datado de Maio/Junho de 1940. Por outro lado, é significativo o aumento de anunciantes, que passaram a 73, por comparação aos 29 no número anterior. Trata-se de uma publicidade não só direccionada para produtos ligados à profissão (desde os materiais de desenho aos de construção, equipamentos, decoração, etc.), proliferando as agências inglesas (empresas de navegação, de transportes, companhias de seguros, agências bancárias, importadores de carvão...) situadas em Lisboa, não esquecendo o afamado Vinho do Porto.

(528) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 316, 13.Nov.1944, p. 45.

(529) Foram os seguintes os sócios que corresponderam ao apelo da Direcção: H. Taveira Soares, Raul Lino, Miguel Jacobetty Rosa e L. Cristino da Silva de Lisboa, e Viana de Lima, Agostinho Ricca e Januário Godinho, do Porto. Cf. Idem, Acta nº 319, 26.Dez.1944, p. 48.

(530) Ibidem, Acta nº 334, 6.Jul.1945, p. 81.

(531) Foram recebidas respostas de Pardal Monteiro - "O Senhor Presidente [Cottinelli Telmo] comenta que o referido Consócio é sempre o nº 1 em todas as manifestações do Sindicato e que se pode contar sempre com a sua colaboração e dedicação", in Ibidem, Acta nº 336, 10.Ago.1945, p. 85; António Lino - "(...) também responde, embora de forma vaga", in Ibidem; C. Rebelo de Andrade e Luis Benavente - "(...), o primeiro manifestando-nos todo o seu apoio e o segundo declarando que por trabalhar para o Estado não podia tomar públicos os seus projectos. Nenhum dos dois, contudo, responde objectivamente ao questionário", in Ibidem, Acta nº 337, 18.Ago.1945, p. 86; L. Cristino da Silva - o Presidente da Direcção "(...), lembra que tanto este Senhor como Pardal Monteiro foram sempre os grandes colaboradores do nosso Órgão Oficial", in Ibidem, Acta nº 340, 29.Out.1945, p. 91.

(532) Ibidem, Acta nº 341, 20.Nov.1945, p. 92.

(533) Ibidem, Acta nº 407, 1.Fev.1949, p. 171.

(534) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 82, 14.Fev.1949, p. 135-136.

(535) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 438, 7.Out.1949, p. 200.

(536) *Arquitectura*, nº 29, Fev./Mar.1949, onde foram publicados os votos e conclusões do Congresso e que foi organizado por Manuel Barreira, Victor Palla e Bento d'Almeida. No nº 30, Abr./Maio 1949, foi publicada a comunicação de A. Matos Veloso sobre "Os Regulamentos da Construção Urbana e a sua repercussão nas soluções modernas"; no nº 31, Jun./Jul. 1949, foi divulgada a tese de Arménio Losa, versando o tema da "Indústria e Construção". Ainda no nº 32, Ago./Set.1949, foi publicada a tese de C. Palma de Melo e F. Conceição Silva, sobre "O ensino da Arquitectura em Portugal".

(537) Cf. *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 85, sessão reaberta a 23.Jan.1950, p. 170-172.

(538) Idem, Acta nº 89, 24.Out.1951, p. 185.

(539) A título de mera curiosidade, refira-se que só a partir de 1982 é que o organismo profissional dos arquitectos portugueses - a Associação dos Arquitectos Portugueses, continuadora do Sindicato Nacional dos Arquitectos - voltou a ter o seu órgão de imprensa, o *Jornal Arquitectos*, ainda em publicação.

(540) ALMEIDA, P. Vieira de - *História da Arte em Portugal*, Pub. Alfa, Vol. 14, p. 13.

(541) Idem, p. 13-14.

(542) Foi dirigida entre 1935-37 por Júlio Martins e A. Silva Junior e em 1937-45 este último foi substituído por Tomás Ribeiro Colaço.

(543) Dos 13 números editados (excluindo-se o nº 14 dado ser inteiramente dedicado à *Arquitectura em Inglaterra*), foram publicados 23 projectos de arquitectos portugueses, sendo dado especial relevo à arquitectura efémera, nomeadamente, aos pavilhões para exposições de âmbito nacional e/ou internacional.

(544) Ver nota (442).

(545) A propósito da "colaboração" e da "especialização" o editorial deste primeiro número do *Binário*, acrescentava ainda: "É digamos, a única possibilidade (em termos humanos, entenda-se), aberta à separação dos diversos ramos do saber e do agir, que isolados caem na abstracção. E se no nosso meio esta colaboração não se pratica a todos os níveis, não se segue que alguns de nós deixemos de sentir pessoalmente a sua aguda necessidade. Necessidade imediata no plano do operar quotidiano; necessidade imediata no plano da cultura portuguesa. A colaboração realista e consequente é uma atitude liminar de cultura", in *Binário*, nº 1, Abr.1958.

(546) Idem.

(547) A sua publicação foi iniciada no nº 20, Fev. 1948. A Carta de Atenas foi o documento produzido durante o IV CIAM (Congresso Internacional de Arquitectura Moderna, fundado em 1928), realizado em 1933 e subordinado ao tema "A cidade funcional". Neste Congresso foram preponderantes as opiniões dos arquitectos franceses lideradas por Le Corbusier, em detrimento dos alemães também presentes. Esta Carta aborda as questões urbanísticas, apontando soluções para os problemas existentes, focando nomeadamente a habitação, o lazer, o trabalho, o tráfego e a herança arquitectónica. O seu carácter generalista confere-lhe uma aplicação universal ainda que seja reveladora de um conceito claro e preciso quanto à definição de arquitectura e urbanismo. Foi só após a 2ª Guerra Mundial que foram divulgados mundialmente os princípios da Carta, sobretudo a serem observados nos planos de urbanização mais complexos. Tomando-se então evidente pela aplicação prática o seu sentido algo dogmático e regulador da própria vida urbana e sendo por isso mesmo contestada, a Carta de Atenas foi, porém, o primeiro grande documento doutrinário no sentido de criar normas de conservação do património arquitectónico, entendido como uma herança da humanidade e não só de cada nação.

Capítulo 3

ESTATUTO PROFISSIONAL E EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

A dignificação da classe dos arquitectos funcionou, quer na antiga Sociedade dos Arquitectos Portugueses quer no Sindicato Nacional dos Arquitectos, como a linha central orientadora de toda a sua acção. O papel reivindicativo desempenhado por tais organizações, únicas e legais, representativas dos arquitectos portugueses, visou sempre a defesa do exercício da profissão e do uso do título de arquitecto, o que passava, naturalmente, pela definição de um estatuto profissional que tinha subjacente uma ideia de arquitecto. Neste sentido é possível detectar a adequação das formulações reivindicativas aos seus interlocutores preferenciais, o Estado e seus Ministérios, do Reino, da I ou II Repúblicas (1). Se o exercício da profissão passou sempre por uma dupla vertente de encomendadores, particulares e públicos, era aos segundos que cabia ditar as leis e coadjuvar aqueles na defesa da sua profissão definindo o seu estatuto de forma legal, protegendo a classe dos arquitectos da interferência de outros técnicos e curiosos, sobretudo engenheiros civis e construtores. Deste modo, a história da profissão de arquitecto inquirida através das suas organizações profissionais, é também a história da evolução das estruturas dominantes que aglutinaram e administraram o conhecimento técnico do seu tempo e que, estruturando as relações sociais, económicas, políticas e culturais, deixaram a sua marca impressa na produção arquitectónica. A qualidade do espaço construído é por isso um reflexo das (im)possibilidades dos arquitectos exercerem a sua profissão que teve como suporte um curriculum académico, também este controlado pelo Estado, que lhes conferiu maior ou menor capacidade de intervenção e inventiva, maior ou menor formação teórica, prática ou técnica e que, em suma, lhes ditou o caminho primeiro da sua prática profissional. A defesa da dignificação do ensino da Arquitectura, foi também e por isso, uma das linhas de

força reivindicativa tanto da Sociedade dos Arquitectos como do Sindicato que ganhou ou perdeu expressão, de acordo com a própria ideia de arquitecto defendida pelos dirigentes de tais organismos. (2)

Entendendo os Estatutos daqueles como os textos que lhes conferiam o poder de intervenção nos termos da lei e que na ausência de diplomas oficiais se constituíam como um pacto colectivo, ético e deontológico da profissão e dos que a exerciam, verifica-se que os aprovados em 1902 são omissos quanto à definição das atribuições dos arquitectos (3). Significativamente, os aprovados em 1933 e que correspondem à criação do Sindicato Nacional dos Arquitectos, especificam no seu Capítulo III - Da profissão e do seu exercício, no que consiste a profissão de arquitecto. (4)

Em primeiro lugar, de acordo com tal definição, cabia ao arquitecto o "estudo e elaboração de projectos, orçamentos e cadernos de encargos", bem como a " direcção e fiscalização dos trabalhos de construção e decoração" (5), contemplando desde logo uma vertente de projectista, outra de coordenação geral de obra e ainda outra de carácter mais genérico, a decoração. Porém, desta última atribuição de funções ressalta o sentido do que poderia ser designado pelo *arquitecto-arquitecto* e/ou pelo *arquitecto-artista*, duas leituras da mesma realidade profissional que aspirava pelo entendimento da sua sobreposição, mas que, deliberadamente e do ponto de vista oficial, teve a sua tónica na segunda designação. A profissão de arquitecto era então entendida, com reflexos culturais e sociais, como mais artística do que técnica, talvez por isso considerada menos objectiva e menos necessária para os poderes instituídos.

A criação do Ministério das Obras Públicas e Comunicações em 1932 do qual foi seu primeiro titular Duarte Pacheco, a vinda para Portugal a pedido daquele ministro, no ano seguinte, do arquitecto-urbanista francês A. Agache para dar o seu parecer sobre a urbanização da Costa do Sol, bem como os estudos já em curso

desde 1931 da estrada marginal Lisboa-Cascais e a preparação de legislação sobre a elaboração e aprovação de planos de urbanização municipais (6), foram, de certo, os sinais concretos que levaram os arquitectos a salvaguardar estatutariamente, com "a colaboração de técnicos especialistas", "a direcção do conjunto dos trabalhos de urbanização das aglomerações citadinas, estações termais e centros de turismo". Da mesma forma, chamavam a si "o estudo e organização" desses programas bem como a "elaboração dos respectivos projectos". (7)

X A secular preocupação pela defesa do património edificado foi também consignada no Estatuto do Sindicato: a profissão de arquitecto consistia assim e também no estudo, no projecto e na direcção dos trabalhos de conservação dos monumentos históricos, estes entendidos "como o património artístico mais valioso da Nação" (8). Apenas mais duas alíneas completavam este enunciado: a intervenção nos assuntos de "arquitectura legal, que digam respeito aos serviços atrás mencionados" e a realização de arbitragens e intervenção como "peritos e avaliadores de trabalhos peculiares à sua profissão". (9)

Trinta anos de vida associativa tinham decorrido. Partindo da elaboração da tabela de honorários dos arquitectos em 1903 (10), os trabalhos da Sociedade dos Arquitectos Portugueses culminaram num estudo da regulamentação do uso do título de arquitecto e do exercício da profissão (11), que não teve quaisquer efeitos imediatos. Este último tinha sentido enquanto que o Decreto publicado em 1925 pelo Ministério da Instrução Pública sobre a proibição do uso do título de arquitecto ou do exercício da profissão a todos aqueles que não possuissem o diploma do curso oficial das Escolas de Belas Artes de Lisboa e do Porto, depois rectificado de acordo com as reclamações atempadamente apresentadas pela Direcção da Sociedade, ficava ainda aquém em eficácia e pretensões daquela organização (12). Entre ambas as iniciativas registaram-se dezenas de representações aos Ministérios públicos defendendo e propondo a reforma dos seus quadros técnicos e

que de acordo com as medidas nelas expressas, visavam alcançar maior dignidade profissional e maior intervenção dos architectos, no Reino..., nas Repúblicas..., no Estado Novo... (13)

↘ Imediatamente antes da transformação da Sociedade dos Architectos Portugueses em Sindicato Nacional, foi discutido numa Assembleia Geral em que participaram 19 sócios (14), um projecto de decreto apresentado pelo ministro do Comércio e Comunicações que regulamentava o uso do título e exercício da profissão dos architectos, engenheiros e construtores. A discussão de tal projecto no seio da classe foi relevante enquanto nela participou ainda A. Bermudes que, como se viu, teve um papel proeminente na constituição do Sindicato (15). Tratava-se então de dar o parecer da classe sobre aquela matéria devido à solicitação oficial feita pelo referido ministro, sendo necessário cumprir um prazo estabelecido, factor de pressão que gerou diferentes posições: para A. Bermudes devido a essa condicionante a Assembleia deveria socorrer-se das bases que sobre o assunto tinham sido entregues há dois anos também no Ministério do Comércio; para Pardal Monteiro era "desnecessária a leitura de documentos atrasados, sendo da opinião que a urgência exigida para a solução não permite muitas demoras", lembrando ainda a conveniência da Sociedade ser secundada nesta sua deligência pela Sociedade dos Architectos do Norte que tinha enviado ao Conselho Director, em 1930, um projecto de regulamento do exercício da profissão de architecto, pela Sociedade Nacional de Belas Artes e outras associações congéneres; para C. Rebelo de Andrade o parecer a dar pela Sociedade não devia ser precipitado, defendendo que as bases de 1930 deveriam "ser modificadas no sentido de prestigiar a classe". (16)

Tal como foi referido, houve diversas posições assumidas nesta Assembleia impossíveis de concretizar em argumentos, uma vez que as Actas são omissas quanto aos documentos que geraram tais polémicas. Verifica-se, porém, que Pardal Monteiro apresentou um "trabalho cujo único fim" era "facilitar a missão"

daquela reunião, ou seja, tinha já redigido uma proposta de exposição a apresentar ao ministro do Comércio e Comunicações e na qual solicitava "a modificação dos pontos considerados necessários" no projecto proposto. Após a sua leitura, A. Bermudes afirmou que não lhe "(satisfazia) inteiramente a representação lida, pretendendo que se (entrasse) na discussão ordenada do assunto e insistindo que se (lesse) a representação a que já aludiu", sendo a sua proposta aprovada. Passou-se então à discussão na especialidade, comparando as bases elaboradas em 1930 pela Sociedade dos Arquitectos com o projecto proposto pelo ministro, durante a qual J. Urbano de Castro, presidente da Mesa da Assembleia Geral, leu também um estudo por ele elaborado com o qual os presentes naquela reunião não concordaram.

Devido ao facto daquela Assembleia não ter sido conclusiva, foi prolongada para o dia seguinte, sendo apresentado um estudo das bases em discussão enviado por Raul Lino que, lamentavelmente, não foi alvo de quaisquer comentários na Acta. Mais uma vez foi J. Urbano de Castro que iniciou os trabalhos afirmando que "tendo visto novamente as bases" considerava que se podia "perfeitamente aceitar o projecto de Regulamento com pequenas modificações", uma vez que não lhe "(repugnava) a intervenção e colaboração do engenheiro tal como (vinha) expressa". Também C. Rebelo de Andrade apresentou um estudo, mais uma vez omissivo, que elaborou sobre o assunto com o qual Pardal Monteiro concordou genericamente, propondo também a nomeação de uma comissão de arquitectos para em conjunto com outra indicada pelos engenheiros elaborar um documento sobre o âmbito da colaboração de ambas as classes para ser discutido "muito detalhadamente" em próxima Assembleia Geral. Acrescentou ainda já ter avançado esta ideia ao coronel Silveira e Castro, presidente da Associação dos Engenheiros Civis, que deu a sua concordância. (17)

Em defesa do documento apresentado por Pardal Monteiro na reunião anterior, entrevi Jorge Segurado que apresentou uma proposta no sentido daquela

representação ser aprovada e enviada para o ministro do Comércio e Comunicações, o que foi rejeitado (18). Era de facto interessante e quase indispensável o conhecimento deste texto de Pardal Monteiro, que não foi localizado, pois A. Bermudes tomou uma posição contra o mesmo, o que de alguma forma traduz duas formas diferentes de encarar o exercício da profissão por um lado e, por outro, também um diferente entendimento da formulação mais adequada para os arquitectos estabelecerem o diálogo institucional que para aquele não podia ter "carácter ofensivo". (19)

Algumas das emendas ao projecto de decreto foram propostas por J. Urbano de Castro sendo aprovadas pela Assembleia. Porém, em seguida, Carlos Ramos leu uma parte do regulamento dos honorários dos engenheiros na qual os trabalhos profissionais daqueles eram divididos nos referentes a Engenharia e a Arquitectura, o que o levou, após várias considerações, a apresentar uma proposta no sentido de que as alterações a introduzir ao texto oficial proposto fossem feitas por uma comissão especialmente nomeada para esse efeito e que a Direcção da Sociedade promovesse uma reunião com a Associação dos Engenheiros também para esse fim, proposta que indo de encontro à posição já assumida por C. Rebelo de Andrade, foi aprovada por unanimidade. Assim, e de acordo com tal decisão, foram nomeados para fazer parte daquela comissão: T. Lacerda Marques. A. Bermudes, Pardal Monteiro, Carlos Ramos, C. Rebelo de Andrade e João Simões.

O resultado do seu trabalho foi apresentado por A. Bermudes na Assembleia Geral de 13 de Maio de 1932, sendo aprovado com ligeiras alterações. Todavia, estas conclusões devem ter sido bastante polémicas gerando conflitos internos cujos motivos concretos são desconhecidos apesar das suas consequências constarem da Acta: C. Rebelo de Andrade declarou que "tendo discordado com a orientação seguida na apreciação da regulamentação do exercício da profissão do arquitecto (se desinteressava) dos trabalhos" (20). Se tal posição deu origem a quaisquer comentários, estes foram omitidos na Acta daquela reunião.

Na Assembleia Geral de 11 de Julho de 1932, A. Bermudes relatou a forma como decorreram os trabalhos com os delegados da Associação dos Engenheiros Civis, "frisando o bom acolhimento dispensado por aqueles (...) colegas e o entendimento estabelecido entre as duas classes, tendo sido as bases que dizem respeito ao assunto Architectura e construção civil redigidas de comum acordo" (21). Estas tinham sido já enviadas em 19 de Maio para o ministro do Comércio e Comunicações, acompanhadas de um ofício no qual a Sociedade louvava a iniciativa daquele que traduzia "uma legítima aspiração da classe" e que de certo iria exercer "incalculável influência sobre a estética, conforto e higiene das nossas cidades e sobre a valorização de uma das mais importantes riquezas nacionais: - a da propriedade edificada". No entanto, era referido que à associação dos architectos pareceu necessário proceder a "algumas aclarações pela insuficiente discriminação entre as funções do architecto e do engenheiro", patentes no projecto apresentado. Era ainda salientada a "patriótica isenção" dos engenheiros ao aprovarem em Assembleia Geral da classe a "orientação comum" que representavam as formulações propostas, aguardando por isso a aprovação superior do projecto de decreto-lei de regulamentação daquelas profissões. (22)

Todavia, o empenho oficial ficava uma vez mais aquém dos desejos dos architectos: a 26 de Julho C. Rebelo de Andrade propôs em Assembleia Geral que o Conselho Director, acompanhado dos sócios que o desejassem, fosse junto do ministro do Comércio, Comunicações e Obras Públicas solicitar que se interessasse "pela efectivação do Regulamento", o que foi aprovado por unanimidade (23); no final de 1932, também em Assembleia Geral, foi referida a necessidade de ser intensificada a acção da Sociedade "junto dos poderes públicos a fim de se obter a Regulamentação do título e exercício da profissão" (24). A Sociedade dos Architectos Portugueses deixava assim em aberto o problema da regulamentação do uso do título e exercício da profissão, mais por falta de empenhamento das

entidades oficiais do que por ausência de rigor e atenção da classe relativamente a este assunto.

Foi a partir de 1933 e com a aprovação da nova Constituição da República Portuguesa que os arquitectos alimentaram novas, e como se verá, vãs esperanças de verem finalmente a sua classe reconhecida como parceiro social, ou seja, assumirem a designação de Ordem, alinhando assim pelas outras profissões liberais e afastando-se da que veio a ser legalmente imposta, a de Sindicato, de rápida conotação operária e militante, aspectos de todo ausentes da classe dos arquitectos. A defesa da constituição de uma "Ordem dos Arquitectos" baseava-se sobretudo na crença dos seus proponentes de que esta seria uma espécie de "fórmula mágica" que de uma vez por todas iria clarificar a defesa efectiva do uso do título de arquitecto (25). Mas a ideia do Estado Novo era bem outra e a classe dos arquitectos foi definitivamente subalternizada pelo Decreto-Lei nº 23.050 face aos engenheiros, aos médicos e aos advogados (26). As tentativas para alterar esta situação foram várias, a primeira logo no início de 1935, cerca de cinco meses depois do Sindicato ter entrado legalmente em actividade, então proposta por Carlos Ramos, manifestamente inconformado com a pronta aceitação dos seus colegas do novo Decreto-Lei dos Sindicatos Nacionais. (27)

Em 1938, já sob a direcção de Pardal Monteiro, foi de novo solicitado junto do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social que "se decrete" que o Sindicato "passe a denominar-se Ordem dos Arquitectos" (28). Nesta representação é claro quanto o rápido apoio dado pelos arquitectos à organização corporativa, "ainda antes da publicação dos diplomas legais que a criaram e regularam", esperava a sua recompensa, que não era outra senão "ver satisfeita uma velha aspiração". Eram evocadas para tanto "razões de ordem nacional, de ordem profissional e de reivindicação de direitos morais". Fazendo alusão às profissões autorizadas pelo Decreto-Lei nº 23.050 a constituírem as suas Ordens, a Direcção dos arquitectos salientava que a classe, definida como a "primeira entre

todas na realização da Architectura, e cuja actuação na obra das gerações contemporâneas é das que mais indelevelmente se projectam no futuro", não era "irreverente nem menos respeitadora do conceito alheio ao reconhecer a sua exacta categoria social", reivindicando por isso o "direito de ser considerada, quer sob o ponto de vista nacional, quer sob o ponto de vista social e profissional à altura de poder emparceirar dignamente ao lado daquelas classes cujo direito de se constituírem em Ordem Profissional, foi reconhecido pela actual legislação portuguesa". Como anexo a esta representação era enviado um projecto de decreto-lei que constando de quatro artigos, autorizava o Sindicato a adoptar a denominação de "Ordem dos Architectos" e conferia um prazo de seis meses para a apresentação de uma proposta de adaptação do Estatuto do Sindicato à orgânica da então hipoteticamente autorizada Ordem. Mas tal pretensão não foi atendida pelo subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social. (29)

Pardal Monteiro em 1945 comunicava aos colegas presentes na Assembleia Geral que "em virtude da conversa que teve com o Senhor sub-secretário das Corporações parecer levantar-se de novo uma vaga possibilidade de se poder voltar a insistir na criação da Ordem dos Architectos ou de outro organismo que sem ser propriamente Ordem não seja um vulgar Sindicato Nacional (30), pelo que a Direcção vai novamente representar nesse sentido" (31). Esta representação, datada de 14 de Fevereiro de 1945 foi a última redigida por Pardal Monteiro dado que dois meses depois foi substituído no seu cargo de presidente do Sindicato por Cottinelli Telmo. Um pouco diferente daquela que no mesmo sentido foi feita em 1938, esta, também dirigida ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, argumentava que a criação da Ordem dos Architectos era uma aspiração anterior à criação do Sindicato Nacional e baseava-se "na necessidade de criar o organismo que abrangendo todos os architectos assegure o cumprimento dalgumas regras basilares da boa disciplina profissional". Era ainda a "Ordem" que poderia dar "ocasião a que algumas aspirações profissionais dependentes da

disciplina de toda a classe possam transformar-se em realidades" o que, "sem prejuízo para ninguém", traria "manifesta vantagem" para a colectividade e para os próprios arquitectos. Tal questão decorria do facto de não ser obrigatória a inscrição no Sindicato, o que seria na Ordem, obrigando a Direcção a ter "tolerância" para com "procedimentos menos dignos". Mas outros argumentos eram ainda evocados nesta representação de 1945: "o exemplo por vezes vindo de cima, da quebra da disciplina que nunca deveria ser efectuada; o descontentamento daqueles que se consideram prejudicados, moralmente, pela falta da acção eficaz por parte do Sindicato na defesa do prestígio da própria classe" (32). Mas, este pedido teve a mesma sorte que o anterior ao ser indeferido, sendo no entanto comunicado ao Sindicato que o subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social tinha dado o despacho "aguarde". (33)

Tal decisão não deve ter constituído grande surpresa para a Direcção do Sindicato, pois na Assembleia Geral em que Pardal Monteiro anunciou à classe a nova tentativa que em breve iria ser feita junto daquele subsecretário de Estado para ser concedida autorização para a criação da Ordem dos Arquitectos, ele próprio proferira algumas afirmações que eram de alguma forma os indícios da deliberação oficial. O presidente da Direcção afirmou então e sem quaisquer rodeios que "Salazar é contra a criação de outro organismo que não seja o Sindicato existente por crer que a tradição se refere apenas aos engenheiros, médicos e advogados" o que, segundo o orador, era um erro "pois ainda não existia a Ordem dos Engenheiros e a dos Médicos e já em muitos países existia a dos Arquitectos" (34). Também Cristino da Silva nessa mesma reunião plenária considerou "ser para lastimar que a classe dos arquitectos continue ainda oficialmente colocada numa situação tão pouco prestígio" e que, apesar de em "virtude do reduzido número de associados" ser "impossível formar, pelo menos por agora, a Ordem dos Arquitectos", se deveria, "ao menos", procurar "elevar a (...) colectividade ao nível

que por direito lhe compete, dando-lhe uma situação mais compatível com a sua categoria social". (35)

Verifica-se assim que a grata e não inédita fundamentação historicista era para Oliveira Salazar o inconsistente argumento que impedia os arquitectos de verem concretizados os seus anseios, opondo a um maior prestígio da classe uma alegada tradição. Tal posição parece não poder ser interpretada como uma forma de estar *contra* aquela classe, anterior e posteriormente elogiada, reflectindo antes um duvidoso critério de hierarquização das classes técnicas indispensáveis no conjunto das obras de engrandecimento nacional que promovia. O pesado estigma de artista, de demorada cicatrização na produção artística daqueles que António Ferro definiu como "duas dúzias de rapazes, cheios de talento e novidade" que esperavam "ansiosamente, para serem úteis ao seu país" e a quem Oliveira Salazar deixou uma ténue esperança - "esses rapazes que tenham confiança e saibam esperar" (36) - colava-se também, epidermicamente, ao entendimento da profissão de arquitecto.

O Presidente do Conselho tinha já confessado numa das entrevistas concedidas ao então e ainda jornalista António Ferro para o jornal "Diário de Notícias" em 1932, que era "pena que os novos arquitectos portugueses, onde se contam rapazes de tanto valor, não se empenhem em criar um tipo de construções, para edificios públicos, que esteja dentro da nossa época, mas simultaneamente, dentro da nossa raça e do nosso clima", não se esquivando de exercitar o seu sentido crítico: "Suponho que eles seguem, com demasiada subserviência, os figurinos lá de fora, sem se preocuparem com a sua adaptação ao nosso meio". Por isso, o problema da Architectura preocupava-o bastante, quando se lembrava "das verbas inscritas no orçamento" para as obras públicas, dispendidas em edificios ausentes de "unidade". Oliveira Salazar afirmava não ter "a pretensão ridícula de criar um estilo ou de inspirar um estilo", contentando-se com o facto de as obras a realizar serem "portuguesas e simplesmente belas..." (37). Mas que modelos mentais e culturais

ditavam tais juízos estéticos do Presidente do Conselho? Que desobediências formais figurariam num inquérito de tal estadista exactamente no período eleito como o mais significativo das obras públicas nacionais - 1932-1947 - apoteoticamente exibidos na exposição de promoção oficial "15 Anos de Obras Públicas"? Se as declarações de Oliveira Salazar a António Ferro podem ser lidas tendo em conta que dois anos apenas haviam decorrido sobre a ressonante e primeira grande manifestação de artistas modernistas portugueses - o I Salão dos Independentes que reuniu em 1930 na Sociedade Nacional de Belas Artes arquitectos (38), escultores (39), pintores (40), desenhistas, aquarelistas e gravadores (41), incluindo também as artes decorativas (42) e em cujo catálogo Almada Negreiros escrevia que "Isto de ser moderno é como ser elegante: não é uma maneira de vestir, mas sim uma maneira de ser" (43) - mais de um decénio foi necessário percorrer até 1945, data em que o Presidente do Conselho teimava em não reconhecer um novo estatuto legal aos arquitectos, então numa prática profissional distante das ideias de arquitectura entusiasticamente exibidas em 1930. Tratava-se de uma penalização ou antes de uma forma de criar obstáculos à promoção social e cultural que o consentimento da constituição da "Ordem dos Arquitectos" naturalmente implicava?

Um indício de que tal suposição pode não andar muito longe da realidade de então é o facto de que o Sindicato Nacional dos Arquitectos, tal como o havia feito a sua antecessora Sociedade dos Arquitectos Portugueses, iniciou os seus trabalhos associativos com o estudo do Regulamento dos Honorários. Discutido de Janeiro de 1935 até Novembro do mesmo ano durante treze Assembleias Gerais, foi elaborado por uma comissão que de acordo com os novos Estatutos de 1933 foi eleita em plenário da classe, sendo constituída por Pardal Monteiro, António do Couto e C. Rebelo de Andrade e que tinha também como atribuição o estudo do Regulamento do Imposto Profissional. (44)

A apresentação do Regulamento dos Honorários foi feita por C. Rebelo de Andrade na Assembleia Geral de 28 de Janeiro de 1935, sendo desde logo aprovado na generalidade aquele trabalho então considerado "extenso e de difícil organização" (45). Era constituído por seis capítulos propondo duas tabelas, uma para os serviços profissionais de conjunto, também designados por "serviços correntes" (46) e outra para os serviços profissionais de avaliações (47). Foi durante a terceira Assembleia que se debruçou sobre aquele Regulamento e após ter sido "aprovado, em princípio, que o serviços profissionais se dividissem em várias categorias, segundo as várias especialidades de trabalho, a fim de que as tabelas se especialisassem dentro de cada categoria" que Cottinelli Telmo afirmou "discordar duma maneira geral da orientação do trabalho apresentado". Sugeriu então uma alternativa, não especificada em Acta, mas que "após demorados estudos foi finalmente aprovada pela Assembleia", dela resultando que C. Rebelo de Andrade e Cottinelli Telmo, em conjunto, alterassem o "primitivo projecto de regulamentação" (48). Porém, cerca de três meses depois, "verificando-se que a marcha dos trabalhos e a falta de comparência do architecto Cottinelli Telmo às sessões, devido a motivos de força maior plenamente atendíveis, exigiam que o assunto baixasse à Direcção, a fim da mesma ultimar aqueles trabalhos preliminares e os submeter finalmente ao parecer da Assembleia Geral" (49). Deste modo, na Assembleia seguinte foi Vasco Regaleira quem apresentou o trabalho feito pela Direcção que foi aprovado na generalidade (50) e cuja apreciação na especialidade culminou na reunião de 6 de Novembro de 1935 (51), tendo-se então iniciado o estudo do Regulamento Disciplinar. Incluindo tabelas para o cálculo de honorários referentes a trabalhos de arquitectura e de urbanismo e estabelecendo pelo menos quatro classes referentes às funções profissionais a desempenhar, não é possível, por não ter sido localizada a proposta final do Regulamento dos Honorários, avaliar tais itens, contributos importantes para a definição do perfil da profissão. (52)

Os anos sociais de 1936 e 1937 foram prioritariamente ocupados com a discussão do projecto de Regulamento dos Concursos Públicos de Arquitectura, que será assunto do capítulo seguinte. Porém, importa desde já reter que após a tabela dos honorários, esta foi a segunda prioridade regulamentar com efeitos mais directos na prática profissional pela qual o Sindicato optou, dado que o Regulamento Disciplinar entretanto discutido e aprovado cumpria outras funções, constituindo-se mais como um prolongamento ao próprio Estatuto. (53)

Porém, e ainda em 1937, a Direcção do Sindicato empreendeu um estudo sobre a regulamentação do exercício da profissão de arquitecto que depois apresentou ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social e no qual "tentou definir, com a maior imparcialidade, qual o papel das diversas classes de técnicos dentro da construção civil" (54). Trata-se de um documento que ao longo de dez páginas faz a apologia da Arquitectura e dos arquitectos, propondo, ao terminar que "a bem da Arquitectura Nacional seja decretada a protecção do exercício da profissão de arquitecto" através das medidas que aquele subsecretário de Estado considerasse convenientes "em face das realidades evidentes e que se ostentam por todo o país e principalmente nos seus mais importantes centros urbanos" (55). O teor desta representação deixa novamente transparecer uma ideia já antes enunciada: se por um lado a criação do Sindicato era a única alternativa oficial imposta pelo Estado Novo para que os arquitectos continuassem a ter um organismo de classe, por outro, a rapidez da sua resposta denuncia as expectativas criadas em torno de uma recompensa a tal adesão que se traduzisse em maiores benefícios para a classe. (56)

O diagnóstico efectuado às causas da invasão das suas atribuições profissionais levava o Sindicato a apontar como os maiores males e desde logo, a ausência de leis de protecção profissional, o "grau de decadência a que a cultura artística desceu entre nós durante os últimos decénios do século XIX e os primeiros deste século", "a falta de interesse do público pelas questões artísticas" e ainda "o que é

pior, do gosto deseducado do mesmo público" (57). Importa ainda salientar que esta representação, apesar de se assumir com certa frontalidade - "a bem da dignidade nacional e do prestígio da nossa cultura é indispensável tomar medidas enérgicas que ponham cobro a tal situação, sem o que não será possível sequer aspirar ao aparecimento duma expressão da arquitectura que dignamente corresponda ao actual momento histórico português" (58) - não deixa de ser também uma reafirmação inequívoca da confiança depositada pela Direcção do Sindicato nos dirigentes políticos do país. (59)

Pode também constatar-se na sua leitura que a definição da profissão de arquitecto não é feita de forma linear sendo o seu perfil sempre traçado em referência e em comparação à profissão de engenheiro mas não contra este, o que deve ser salientado, pois "ambos são igualmente indispensáveis na obra de Arquitectura". O que está em causa é que a actuação do arquitecto ou do engenheiro "indiferentemente em qualquer dos campos de actividade", que em "nada contribui para o prestígio de qualquer das classes. Antes pelo contrário" (60). A "colaboração" é a palavra-chave para esta questão ser ultrapassada, pois o "engenheiro, valor dos mais altos na hierarquia social, tem, no campo da Arquitectura, outro papel mais digno do que o de procurar substituir o arquitecto" (61). À "educação profissional" daqueles, "orientada no sentido do meramente útil, científica por natureza", era aposta a do arquitecto, produtor de obras de arquitectura caracterizadas pela "composição artística" em cuja concepção não intervem "nenhuma lei de ordem científica" mas antes a "arte" e o "poder criador", ao qual, por fim, se vem juntar a "ciência", sendo então "o momento da intervenção útil do engenheiro" (62). E os arquitectos sentiam-se impotentes para, sózinhos, passarem à prática tal atribuição e separação de funções apelando - "com o mais ardente espírito de cooperação na obra do Estado Novo" (63) - para as instâncias oficiais. Era a continuação da paciente e perseverante luta pela defesa da sua arte

- a Arquitectura - como se ela fosse desvirtuada e maculada pela invasão das suas atribuições profissionais. (64)

No início de 1938, ano internamente assinalado pela publicação do primeiro número da revista *Arquitectos* sendo também aquele em que Duarte Pacheco voltou ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações, pasta que abandonara em 1936, assumindo também a presidência da Câmara Municipal de Lisboa, a Direcção resolveu enviar nova representação ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, desta vez respeitante à regulamentação do exercício das profissões de arquitecto, engenheiro, condutor, construtor civil e desenhador, de alguma forma completando a que lhe fora enviada no ano anterior (65). Neste sentido, foi elaborado por Pardal Monteiro um projecto de decreto, mas apenas referente às profissões de arquitecto, engenheiro e construtor civil, que aprovado em reunião de Direcção, foi enviado aos sócios em circular "para ser definitivamente redigido após as reuniões de Assembleia Geral" (66). Por outro lado, a fim de ser auscultada a opinião da classe necessária para a preparação de um "Código de Deveres Profissionais", foi enviada uma outra circular-questionário, com doze alíneas cuja compilação final seria também discutida em Assembleia Geral. (67)

Neste sentido, importa agora atentar em cada um destes projectos, de alguma forma complementares, salientando-se desde já que só o regulamento foi discutido em cinco Assembleias Gerais consecutivas. Porém, respeitando a ordem cronológica das circulares, serão abordados em primeiro lugar os aspectos referentes ao projecto do "Código dos Deveres Profissionais", a cujo questionário responderam 26 sócios (68), ou seja, aproximadamente 45% dos então inscritos no Sindicato. (69)

As doze questões apresentadas na circular-questionário eram definidas em torno de quatro aspectos fundamentais: alcance da tutela do Sindicato face ao

estabelecimento de um código de deveres profissionais que abrangeria e/ou os arquitectos em exercício liberal da profissão e/ou os que trabalhavam para o Estado (1ª questão); apreciação de projectos e direitos de proceder à sua alteração, estas feitas por outro que não o seu autor (2ª questão); relação do arquitecto com o encomendador oficial e o poder de coerção dos segundos sobre os primeiros (significativamente assuntos das 3ª à 8ª questão e ainda da 11ª e 12ª); e, por último, a sujeição da produção arquitectónica ao "gosto", "critério" e "ideologia artística" de quem os aprecia (9ª e 10ª questão). Sem quantificar as respostas dadas a tais perguntas, tarefa difícil pois há algumas que foram deliberadamente vagas, é no entanto possível apurar de forma global quais foram as tendências dominantes, ressaltando desde já que nenhuma delas foi unânime. Verifica-se então que: a haver um código de deveres profissionais estabelecido pelo Sindicato, este deveria abranger todos os arquitectos quer em exercício livre da profissão quer aqueles que a exerciam ao serviço do Estado e dos corpos administrativos; nenhum arquitecto deve introduzir alterações ao projecto de um colega sem o conhecimento e prévia autorização daquele, sendo a situação ideal estas serem feitas pelo seu autor; é dever do arquitecto procurar satisfazer as sugestões apresentadas pelos seus serviços oficiais, devendo ser penalizado no caso de se recusar a fazê-lo, concordando os arquitectos, maioritariamente, que neste caso os serviços oficiais podem eles próprios introduzir as modificações pretendidas; a um projecto elaborado de acordo com o programa previamente proposto não podem ser impostas alterações; não devem ser admitidas determinações de carácter subjectivo persuasivas à elaboração de projectos de acordo com o gosto, critério ou ideologia artística de quem vai apreciar os projectos; as desavenças entre o arquitecto e o cliente devem ser decididas pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos; as sanções a aplicar nos casos de desobediência decorrentes da situação anterior apontam todas para uma penalização monetária.

Tal como foi anteriormente referido, em Abril de 1938, foi enviado aos sócios através de circular o projecto de lei sobre a regulamentação do exercício das profissões de arquitecto, engenheiro e construtor civil e na qual a Direcção afirmava ter procurado "encarar o problema o mais largamente possível" mas, não considerando "perfeita a sua obra", recorria "como é natural à colaboração de todos os arquitectos a quem os problemas profissionais interessam" (70). A proposta daquele projecto de lei - em que o Sindicato não gratuitamente se assumia com a designação de "Ordem dos Arquitectos" - era precedida por um preâmbulo de seis páginas que o fundamentavam e justificavam face à "doutrina corporativa do Estado Novo" pois, em última instância, da definição da atribuição de funções de cada uma daquelas classes, o país seria o primeiro a beneficiar sendo também de salientar a citação de excertos de discursos do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Duarte Pacheco, que sublinhavam as intenções dos arquitectos.

A primeira Assembleia Geral para discussão deste projecto de regulamento teve lugar cerca de dois meses após ter sido enviada a circular, facto salientado por Pardal Monteiro, lamentando que "nenhum dos sócios se tivesse ainda pronunciado sobre o assunto". Se 26 sócios tinham cooperado com a Direcção respondendo ao questionário sobre o código dos deveres profissionais, agora só 10 compareceram à Assembleia (71) que nada adiantou na sua ordem de trabalhos sendo apenas feita a leitura do Art. 1º do referido projecto (72). Na sessão seguinte, apenas com oito sócios presentes, deu-se continuidade a esta discussão e estabeleceu-se a redacção dos artigos referentes à profissão de arquitecto em cuja Acta são omissos os intervenientes e teor das propostas apresentadas. (73)

Curiosamente, a participação de associados aumentou na reunião seguinte (74) em que se entrava na discussão dos artigos do regulamento referentes à profissão de engenheiro e que nas palavras de Carlos Ramos, então presidente da Mesa da Assembleia Geral, era "um assunto muito melindroso, tanto mais que ele não nos diz respeito". Sobre ele falaram Cassiano Branco, R. Rodrigues Lima, P. Cunha,

Carlos Ramos, Keil Amaral e V. Reis Camelo, embora, lamentavelmente, o conteúdo das suas intervenções estar omissa na Acta. (75)

Foi na Assembleia seguinte que os artigos referentes aos engenheiros foram definitivamente aprovados por unanimidade, pelos 17 arquitectos então presentes. Ao contrário do que parecia óbvio, aproveitar a comparência de tantos colegas para mais amplamente discutir o projecto em estudo, nada mais se avançou devido à algo irónica intervenção de Cristino da Silva. Este pediu para ser informado se as classes de engenheiros e construtores tinham passado "uma procuração para tratar da regulamentação das suas profissões", sendo então esclarecido por Carlos Ramos que recordou que "por mais duma vez se tentou regulamentar em conjunto as três profissões, mas que dessas reuniões nada se concluiu e nada ficou de concreto". Sendo "urgente e indispensável" este trabalho, a Direcção do Sindicato tinha tomado tal iniciativa "que neste caso é quasi que particular", que previa, uma vez aprovado pelos arquitectos, que o regulamento fosse entregue para discussão na Ordem dos Engenheiros e no Sindicato Nacional dos Construtores Civis classes que, frisou, "se têm imiscuido na nossa profissão e não a nossa na deles". Pardo Monteiro também justificou a proposta da Direcção devido ao "conhecimento real" que tinham "do uso não justificável que as outras classes têm feito" da profissão de arquitecto, tratando-se então de discutir "simplesmente as funções que cada uma das classes deverá ter na construção civil" (76). Não escondendo alguma irritação provocada pela observação de Cristino da Silva, o presidente da Direcção completava ainda a sua intervenção dizendo: "os mais idóneos éramos nós porque não invadimos a profissão dos outros, e os outros invadiam a nossa". Sobre o assunto falaram ainda P. Cunha e Cassiano Branco, mas mais uma vez as suas intervenções não foram passadas a Acta.

Na última Assembleia Geral realizada sobre o projecto apresentado pela Direcção decresceu o número de participantes que, tal como na primeira que versou este assunto, contou somente com 10 sócios. Tratava-se de discutir a última parte do

documento relativa à profissão de construtor civil. As alterações propostas foram aprovadas por unanimidade, desconhecendo-se, por a Acta ser omissa, a forma como decorreram os trabalhos desta Assembleia (77). Ficava assim concluído o projecto de decreto de regulamentação das profissões de arquitecto, engenheiro e construtor civil, de reduzido impacto, já que não teve a desejada continuidade nem receptividade no Sindicato nem junto das outras classes por ele visadas nem ainda junto das entidades oficiais. Na parte que mais interessa ao inquérito em curso, ou seja, a redacção final dos artigos do projecto relativamente aos arquitectos, verifica-se que são repetidas as atribuições profissionais integrantes do Estatuto do Sindicato, bem como nas suas alíneas transparecem as posições de consenso da classe expressas nas respostas ao questionário feito pela Direcção respeitante ao Código dos Deveres Profissionais. (78)

Nos finais de 1939, por proposta de Pardal Monteiro, a Direcção voltou a solicitar aos sócios através de circular o seu parecer "sobre a redacção dos artigos que devem constar do projecto da profissão de arquitecto", que seriam depois apresentados ao governo ou à Assembleia Nacional (79), não sendo feita alusão aos documentos elaborados nos anos anteriores, de âmbito mais genérico. A "invasão" do seu território profissional persistia dado que o Decreto-Lei nº 11.089 de 17 de Setembro de 1925 emanado do Ministério da Educação Profissional em vigor, limitava o uso do título de arquitecto mas era omissa quanto ao que consistia o exercício da profissão, estando assim aqueles profissionais só parcialmente cobertos pela lei. (80)

Na circular enviada aos sócios era formulada uma única questão: "Qual a redacção que V.Exa. considera mais exacta e mais perfeita para definir em que consiste o exercício da profissão de arquitecto?". No intuito de facilitar tal tarefa a Direcção incluía então uma proposta "sujeita a modificações sugeridas por melhor definição por parte dos sócios" (81). A este pedido corresponderam nove sócios (82) que concordaram com as sugestões apresentadas pela Direcção que entregou o

projecto de decreto ao ministro da Educação Nacional em Janeiro de 1940 e cuja receptividade animou mais esta diligência empreendida pelo Sindicato (83). Afinal estes só pretendiam que a lei fosse cumprida e "mal parece que toda esta luta que os architectos conduzem há dezenas de anos ainda não tenha tido senão satisfações teóricas, porque na prática, tudo continua na mesma", situação cujas culpas devem ser, segundo a Direcção, divididas entre governantes e profissionais de Architectura (84). Mas, "ninguém, honestamente, poderá levar a mal que os architectos lutem pela obtenção prática dum direito que já lhe é reconhecido pela própria lei", luta que não é de classes, porque esta "não existe hoje, nem pode existir, porque é contra a lei", mas antes a reclamação "sem receio" da "satisfação dos seus direitos porque com esta reclamação não vão prejudicar nenhuma classe nos seus naturais direitos" (85). Todavia, no ano seguinte esta questão não tinha sido ainda resolvida, de acordo com o conteúdo do Relatório da Direcção de 1940. (86)

Em Maio desse ano foi novamente Pardal Monteiro quem apresentou "o seu projecto de Regulamento da Carteira Profissional", enviado posteriormente aos sócios para ser discutido em Assembleia Geral (87), em circular datada de 16 de Maio de 1940 e na qual a Direcção deixava desde logo claro que a falta de resposta à mesma seria "considerada como concordância com o projecto, pelo que a partir daquela data [30.Maio] a Direcção (tomaria) as providências necessárias para obter a sua aprovação".

Pelo teor do Relatório da Direcção verifica-se que aquele regulamento foi elaborado "de acordo com uma sugestão do Subsecretariado das Corporações", visando criar "algumas medidas de protecção da classe e de maior equidade nos resultados da actividade de cada um". Ainda segundo o mesmo documento, um dos objectivos da carteira profissional era "impedir a concorrência de architectos estrangeiros", ideia subscrita pelo subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, a quem, segundo era afirmado, "se deve a promessa de que enquanto S.Exa ocupar

o cargo de subsecretário, nenhum arquitecto ou urbanista estrangeiro poderá vir trabalhar em Portugal, no futuro, sem que o Sindicato seja ouvido" (88). A questão dos contratos de técnicos estrangeiros tinha sido já alvo da preocupação da Ordem dos Engenheiros que em 1938 entregara aos ministros das Obras Públicas e Comunicações, do Comércio e Indústria, das Colónias e ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social "exposições solicitando medidas para acabar com abusos praticados por empresas estrangeiras adjudicatárias de empreitadas do Estado com a admissão de técnicos estrangeiros" (89), que de facto viriam a ser promulgadas a favor da Ordem, em 1941 (90). No início desse ano os deputados engenheiros Augusto Cancela de Abreu (91) e Francisco de Paula Leite Pinto, apresentaram à Assembleia Nacional um projecto de lei sobre o condicionamento da actividade de engenheiros e outros técnicos estrangeiros em Portugal, não sendo feita referência específica aos arquitectos. Foi Pardal Monteiro, interferindo directamente junto do presidente da Câmara Corporativa, que conseguiu que "ficassem incluídas iguais medidas" em relação àqueles. (92)

No projecto de regulamento enviado aos sócios a carteira profissional era definida como o "documento indispensável ao exercício efectivo e legal da profissão de arquitecto (Art. 1º), sendo obrigatória tanto para os arquitectos portugueses como para os estrangeiros que exercessem essa profissão em Portugal (Art. 2º), sendo porém "fornecida unicamente pela Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, a requerimento dos interessados (Art. 3º), o que implicava a tão desejada "obrigatoriedade da sua inscrição no Sindicato ou na sua Secção Distrital como profissionais" (Art. 3º, § único). A questão dos arquitectos estrangeiros era o assunto dos três artigos seguintes e visavam o controle absoluto do Sindicato sobre a sua actividade em aspectos como a prestação de serviços, honorários e qualificações (93). Estava também previsto que a carteira profissional tivesse uma folha própria onde "serão sucessivamente inscritos os trabalhos profissionais de que o arquitecto possuidor da carteira estiver encarregado, devendo essa inscrição

ser feita pela Direcção do Sindicato ou pela da Secção Distrital em virtude de comunicação por escrito do respectivo architecto, à Direcção" (Art. 8º, § 2º) (94). Esta declaração não era obrigatória para os trabalhos profissionais "destinados a propriedades que sejam pertença dos próprios architectos, de seus pais ou de seus filhos" e para aqueles que fossem realizados "no desempenho do seu cargo de funcionário do Estado, das Autarquias Locais ou das empresas particulares" por eles não recebendo "quaisquer honorários além dos vencimentos ou ordenados" (Art. 8º, § 5º). Verifica-se assim que a carteira profissional iria exercer um controle que incidiria sobre os architectos em exercício liberal da profissão mesmo dos que não fossem sócios do Sindicato (95). A concessão da carteira profissional era feita mediante o pagamento de 20\$00 (Art. 14º), sendo renovada anualmente pela Direcção do Sindicato ou pela da Secção Distrital (Art. 16º). A sua apresentação "substitui a apresentação do diploma de architecto em todos os casos que a lei expressamente o não ordene" (Art. 10º), aspecto de alguma forma contraditório em relação às ideias expressas anteriormente pelo Sindicato que se bateu pela dignificação do seu diploma de curso.

As respostas a este projecto de regulamento enviadas para a Direcção foram somente quatro: três de sócios (96) e a outra e pela primeira vez, da Secção Distrital do Porto, assinada por J.E. da Silva Moreira (97). Todavia, apesar deste reduzido número de respostas e tal como tinha sido comunicado aos associados, aquele regulamento, de acordo com o Relatório final da gerência de 1940 "já foi visto e estudado" pelo subsecretário de Estado das Corporações e deve em breve ser devolvido ao Sindicato para então, em Assembleia Geral, ser discutido pelos sócios" (98) o que nunca se verificou. Consta-se mais uma vez que a suposta brevidade das entidades oficiais não era compatível com a urgência e empenhamento dos architectos na resolução dos casos do uso ilegal do título de architecto e na clara delimitação da área de intervenção de cada uma das

profissões intervenientes na construção civil, como se pode deduzir pela persistência demonstrada pela Direcção do Sindicato.

A questão da carteira profissional voltou a ser colocada em 1945 decorrente do modo como era feito o registo dos arquitectos nas várias Câmaras Municipais do país, exigindo algumas delas apenas a apresentação de um documento comprovativo do pagamento do Imposto Profissional. A Direcção dirigiu-se ao Ministério do Interior a fim de tentar resolver o assunto tendo o titular da pasta entendido que este era da competência do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social que "embora discordando sugeriu que se criasse a carteira profissional dos arquitectos". Curiosamente, verifica-se que na Assembleia Geral em que este problema foi discutido, Pardal Monteiro não mantinha a este respeito a posição inicial pois perguntou "à Assembleia se vale a pena criar a carteira profissional, tendo os arquitectos já um diploma?", o que posto à votação foi deliberado por unanimidade que "o assunto deve ficar como está" (99). A questão da carteira profissional ficava assim encerrada.

Importa referir que embora os arquitectos tivessem visto até então goradas todas as suas tentativas de obterem uma protecção legal e efectiva da sua profissão, tinham já instaurado, com êxito relativo, um processo judicial contra um indivíduo que usava ilegalmente o título de arquitecto. Na Assembleia Geral de 20 de Novembro de 1935, foi lida uma carta de A. Couto Martins que denunciava "o procedimento ilegal" de Jacinto Marques Robalo, à qual juntava como provas outros documentos. Reconhecendo a "gravidade do assunto", foi então decidido que a Direcção "não (podia) vacilar" e que tinha o "dever imposto pelo Estatuto, de perseguir perante os tribunais" quem fizesse uso ilegal do título de arquitecto (100), sendo apresentada queixa ao director da Polícia de Investigação Criminal (101). Porém, só em Outubro de 1937 é que J. Marques Robalo foi julgado no Juízo Criminal de Lisboa, sendo "condenado a prisão correccional por seis meses, com multa correspondente, tendo sido suspensa por dois anos". (102)

No intuito de "evitar desaires que provocariam então maiores abusos em face duma fraqueza confessada", a Direcção não instaurou, em 1941, um outro processo, desta vez contra Eduardo Henrique Read Teixeira que possuía apenas o Curso Especial de Architectura com currículo académico insuficiente para o uso do título de architecto e que, apesar disso, em Ponta Delgada se intitulava architecto, recebendo "encomendas das entidades oficiais mais categorizadas dos Açores para edifícios públicos importantes" (103). Desta situação foi desde logo informado o delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência em Ponta Delgada, mas sem quaisquer consequências para o visado para além daquele organismo o pressionar a dar uma resposta às cartas que lhe tinham sido enviadas pelo Sindicato (104). As explicações dadas por Read Teixeira foram suficientes para a Direcção apenas lhe recomendar um "procedimento que o não impeça, moralmente, quando concluir o curso de Architectura, de proceder contra os que fazem concorrência desleal" à profissão de architecto (105). No seu Relatório, a Direcção comentava a este propósito: "É lamentável que a insuficiência da lei leve o Sindicato a ter muitas vezes que contemporar com manifesto prejuízo para o bom nome da classe, mas é obrigado a proceder assim (...), preferindo conformar-se com a resposta do Sr. Read Teixeira a correr o risco dum desaire pelo insucesso de qualquer acção que pusesse nos Tribunais" (106). Porém, em 1945, Read Teixeira continuava impunemente a exercer a profissão de architecto com a conivência das entidades locais (107). Não houve assim nenhum caso exemplar de punição ao uso ilegal do título de architecto que pudesse intimidar passados, presentes e futuros transgressores do Estatuto do Sindicato Nacional dos Architectos.

Curiosa coincidência cronológica pode constatar-se em 1943: exactamente no ano em que Duarte Pacheco foi vítima mortal de um acidente de viação, houve uma real aproximação entre architectos e engenheiros que se traduziu num documento preparado pelos respectivos organismos de classe com vista ao estabelecimento

de um regulamento de ambas as profissões. Tal resolução foi antecedida por um pedido formulado pela Associação dos Engenheiros Civis Portugueses (Ordem dos Engenheiros), "nos termos mais simpáticos e leais", para "lhe ser indicado o nome do architecto a quem deveria ser confiada a elaboração do projecto para o novo edificio da sua sede e para, quando da construção, acompanhar a direcção e fiscalização das respectivas obras" (108). Foi com "satisfação" que a Direcção do Sindicato registou em Acta "esta deligência que lhe permite estreitar com aquela colectividade laços de mais intimas relações" resolvendo então fazer de imediato "uma consulta a todos os sócios para saber quais estariam dispostos a elaborar aquele projecto", resolução imediatamente comunicada ao engenheiro Augusto Cancela de Abreu, presidente da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses. Nesta ocasião Pardal Monteiro participou também aos seus colegas ter solicitado uma entrevista com o presidente da Ordem dos Engenheiros na qual "irá apresentar a ideia de se estabelecer doutrina de conduta profissional para architectos e engenheiros civis de que resulte por côbro à concorrência que pela força das circunstâncias a classe dos engenheiros faz à dos architectos, inclusivamente assinando projectos da autoria de curiosos, etc.". (109)

Cerca de um mês depois e para tratar deste assunto compareceram à reunião semanal da Direcção do Sindicato, Cristino da Silva, Carlos C. Ramos, G. Rebelo de Andrade, C. Rebelo de Andrade, Bernardino Coelho, Dario Vieira, Lucinio G. Cruz, Raul Tojal e João Simões "que haviam sido convidados (...), bem como todos os architectos que responderam afirmativamente à consulta feita pela Direcção sobre se estariam dispostos a elaborar o projecto do edificio para a nova sede da Ordem dos Engenheiros" (110). Com satisfação Pardal Monteiro constatava que o número de respostas foi "considerável", congratulando-se "por não haver uma nota discordante, pois todos se prontificaram a elaborar o referido projecto, em condições honrosas para a classe, considerando sem interesse a questão dos honorários". A proposta inicialmente feita por V. Reis Camelo em nome do ausente

Jorge Segurado para que tal projecto fosse concebido por Pardal Monteiro "não apenas por ser o presidente do Sindicato, mas pelas qualidades que neste caso o distinguem como o mais indicado para o caso, sendo assim o projecto considerado como uma oferta da Classe dos Architectos à Classe dos Engenheiros, e ainda pela sua posição como professor no Instituto Superior Técnico onde tem um mais constante contacto com os Engenheiros", determinou desde logo a decisão final da reunião.

Após algumas considerações, Cristino da Silva definiu a localização do edifício como um "problema bastante ingrato" e sugeriu que se por isso o presidente do Sindicato recusasse tal proposta que o projecto fosse elaborado por todos, apesar de concordar com a ideia apresentada pelo colega anterior (111). Tais explicações levaram a que G. Rebelo de Andrade declarasse em seu nome e de seu irmão "que nessas condições o caso não lhe interessava", desistindo assim da sua colaboração (112). Por seu lado, Carlos Ramos manteve a sua disponibilidade "apesar das dificuldades técnicas", mas face à sugestão de J. Segurado apresentada por Reis Camelo "declina gostosamente a honra a favor do architecto Pardal Monteiro, com a certeza de que todos ficaremos bem representados", posição também assumida por Bernardino Coelho.

Perante tais afirmações, Pardal Monteiro agradeceu "a prova de confiança que lhe foi manifestada, considerando que tal distinção é uma compensação da luta que tem desenvolvido para o perfeito entendimento entre architectos e engenheiros". Aceitando a "missão" que lhe foi confiada pelos colegas, afirma que "não o preocupa o modo como dela há-de entrar, mas o modo como dela sairá, porque o resultado se reflectirá mais sobre a classe do que sobre ele próprio" (113). De acordo com uma sugestão apresentada por escrito numa das respostas enviadas à Direcção sobre este assunto, Pardal Monteiro declarou ainda que se "for possível" irá "agregar a si dois novos architectos ou estudantes em vias de conclusão do seu curso para com ele colaborarem no projecto e na direcção das obras" - ideia

apoiada por Carlos Ramos - solicitando dos seus colegas professores nas Escolas de Belas Artes a indicação daqueles. Nesta reunião foi ainda decidido que o Sindicato "tem a seu cargo as despesas com a elaboração do projecto". (114)

Em Novembro de 1943 Pardal Monteiro informava estar para breve a conclusão do ante-projecto para o novo edifício da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses (Ordem dos Engenheiros) e para o qual, por indicação de Cristino da Silva, teve a colaboração de Sérgio Botelho de Andrade Gomes, então estudante de Arquitectura e que em 1948 viria a ser um dos jovens relatores do 1º Congresso Nacional da classe. Nessa reunião da Direcção tratou-se ainda da forma de pagamento das despesas com a elaboração do projecto pois se o Sindicato tinha pago ao estudante, os desenhadores, materiais, etc., foram subsidiados pelo presidente da Direcção. Foi então decidido preparar um orçamento suplementar a ser apresentado ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social (115) e que foi aprovado em Assembleia Geral (116). A última referência localizada alusiva a este projecto consta do Relatório da Direcção de 1943, datado de 31 de Dezembro desse ano, sendo afirmado que aquele seria em breve entregue à Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses (117). Porém, um aspecto importa ainda assinalar: tal pedido que teve pronta resposta por parte dos arquitectos não foi alvo de quaisquer comentários no Relatório da Ordem dos Engenheiros, apesar de referenciados os problemas da sua sede social face às expropriações e compra de terrenos na área do Parque Eduardo VII.

Se este aspecto é omissivo, já não o é o projecto de regulamentação da actividade dos arquitectos e engenheiros, incluído na rubrica "Interesses dos membros da Ordem", ressaltando desde logo a escassa adjectivação dada a tal documento, apenas designando como "interessante" a sugestão apresentada por Pardal Monteiro (118). Necessariamente mais expressivo é o Relatório dos arquitectos que salienta que as conversações foram a "título particular" não havendo "por agora"

nada estabelecido "que obrigue nenhuma das colectividades nem nenhuma das classes". (119)

Para o estudo daquela regulamentação foram nomeados pela Ordem os engenheiros Teófilo Leal de Faria, vice-presidente e Francisco de Melo e Castro, secretário (120), que com o presidente do Sindicato dos arquitectos, após "numerosas reuniões", acentaram num texto base - que segundo era comentado no Relatório da Direcção do Sindicato não correspondia ainda ao que seria de desejar - trabalho que foi submetido a cada uma das Direcções, tendo logo a dos arquitectos dado a sua concordância (121). Ao terminar 1943 o projecto encontrava-se "em poder do presidente da Secção de Engenharia Civil da Ordem dos Engenheiros, o engenheiro Ricardo Esquível Teixeira Duarte, para dar parecer". Só após as conclusões deste é que o assunto poderia ser alvo de "discussão directa e oficial" das Assembleias Gerais de ambos os organismos" (122), que nunca viria a ter lugar.

O estudo realizado era constituído por dois documentos: bases de carácter regulamentar do exercício das profissões de arquitecto e engenheiro (123) e um outro referente ao então denominado "Instituto de Colaboração Técnica" (124). Ao apresentá-los aos seus colegas Pardal Monteiro informou que "tem posto todo o interesse na discussão deste assunto" mas que "tem verificado quanto é difícil atingir um bom resultado", tendo no entanto "esperanças que se chegue a bom termo, pois em caso contrário, afastar-se-á de quaisquer negociações". Por outro lado, uma outra observação merece especial relevo: o presidente da Direcção considerava ser este o último "serviço" que "poderá prestar à classe e empregará todos os esforços para que ele corresponda aos desejos de todos" (125). A aprovação deste acordo era assim para Pardal Monteiro como que o culminar das reivindicações da classe por ele próprio lideradas desde 1936 em tomo da grata temática da defesa da profissão. A dignificação da classe passava assim e prioritariamente pela delimitação da área de intervenção dos engenheiros na obra

de Arquitectura, já que os arquitectos em nenhum momento admitiram a sua incursão em campos alheio ao seu. Era em torno daqueles técnicos, em número esmagadoramente superior, que se centravam os maiores esforços empreendidos pela Direcção do Sindicato, luta que indirectamente era lesiva para o próprio Estado em grande parte responsável pelas intromissões de que os arquitectos constantemente se queixavam. Todavia, e como já foi por várias vezes salientado, tal entidade e seus Ministérios eram sempre salvaguardados de críticas mais enérgicas e firmes e a impaciência manifestada pelos arquitectos, foi sempre submissa e compreensiva, sob a pena de maiores desaires...

Um preâmbulo não muito extenso antecedia os seis artigos que compunham as bases do acordo estabelecido entre o Sindicato Nacional dos Arquitectos e a Ordem dos Engenheiros, onde era repetida a complementaridade de ambas as profissões cujas competências eram definidas em pormenor, quer na fase de projecto quer na de execução de obra, passando pelos aspectos de remunerações. O projecto previa ainda a criação de um "organismo comum especialmente destinado a coordenar e fiscalizar a colaboração de arquitectos e engenheiros e a cobrar os honorários profissionais correspondentes aos seus trabalhos" e cujas competências estavam também previstas.

A "colaboração profissional" entre aquelas duas classes "no campo da construção urbana e industrial" era coordenada por um organismo então designado por "Instituto de Colaboração Profissional" cuja comissão directiva era constituída por dois engenheiros eleitos pela Ordem e por dois arquitectos eleitos pelo Sindicato de presidência rotativa e no qual era obrigatório o registo de todos os projectos de "composição arquitectónica" bem como todos os correspondentes "projectos de estabilidade". Eram também definidas no âmbito desse Instituto as regras a que deveriam obedecer o registo da actividade profissional sobre cujos honorários seria cobrada uma percentagem, bem como as de fiscalização da actividade profissional. Sendo aquele organismo o supervisor da desejada colaboração técnica, poderiam

ser então efectuadas visitas pelos seus membros aos ateliers, aos gabinetes e mesmo às obras em curso previamente declaradas pelos seus autores.

Não deixa de ser curioso verificar que tal como os arquitectos, os engenheiros também se queixavam do uso ilegal do seu título profissional e do exercício ilegal da profissão, ainda que não existam referência aos primeiros. Os seus protestos estão patentes nos Relatórios do seu Conselho Directivo desde 1938, solicitando aos seus membros que denunciassem tais situações a fim de aquela proceder judicialmente. Por exemplo, em 1942, ano em que não tinha sido ainda possível "estabelecer a regulamentação da profissão de engenheiro" estavam a decorrer dois processos judiciais (126). Parece assim que também seria do interesse da Ordem a regulamentação de índole profissional. Mas esta não poderia ser coincidente com a vontade expressa pelos arquitectos, que implicava para aqueles a perda de um importante e significativo mercado de trabalho e posições de chefia em lugares do Estado. Talvez por isso o projecto elaborado conjuntamente tenha sido mais um dos que ficou na gaveta sem fundo das reivindicações dos arquitectos portugueses feitas pelo seu Sindicato.

Se eram inúmeros os problemas decorrentes da actividade liberal da profissão, não eram menores aqueles que eram colocados pelo exercício profissional nos organismos de Estado, sobretudo nos Ministérios das Obras Públicas e Comunicações e das Colónias. Por isso, desde longa data os arquitectos pugnavam pela equiparação aos engenheiros que apesar de usufruírem uma situação privilegiada não deixavam de fazer os seus protestos. (127)

Em finais de 1935 foi publicado um decreto que organizava os serviços do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, então sob a tutela de Duarte Pacheco (128), no mesmo ano em que se realizou o primeiro concurso para o Monumento ao Infante D. Henrique a erigir em Sagres e do qual se falará ainda. Foi a parte que respeitava à proibição do exercício livre da profissão que, naturalmente,

mais interessou os architectos e cuja discussão foi tema da Assembleia Geral realizada a 21 de Dezembro de 1935.

Naquele decreto viam então consignada a sua velha aspiração: a equiparação aos engenheiros civis. Este facto, levou a que Carlos Ramos considerasse que "não era oportuna a ocasião" para o Sindicato se pronunciar ou apresentar qualquer protesto, visto que o decreto "não está ainda posto em prática, mas sim em estudo" e também porque não lhe parecia justo que "no momento em que a classe obteve uma regalia, para que trabalha desde longa data (...) se vá protestar contra quem" o conseguiu. Referência a Duarte Pacheco que, ainda de acordo com o mesmo orador, vinha desempenhando o seu "alto cargo, com saber, justiça e honestidade" tendo sempre demonstrado "um grande interesse pela classe dos architectos e pela melhoria da sua profissão". Ao terminar, Carlos Ramos propunha que "se aguarde oportunidade, admitindo, porém, desde já que, quem contrata, impõe condições", o que foi aprovado por unanimidade (129). Tais afirmações pressupõem que havia alguns aspectos do decreto com que os architectos não estavam de acordo mas que não foram especificados.

A única nota dissonante foi dada por H. Taveira Soares, então licenciado apenas há três anos, que afirmou discordar "em absoluto" da forma como o ministro das Obras Públicas e Comunicações "tem manifestado o seu interesse" pela classe. Justificava a sua opinião dizendo que desde que aquele tomou posse "os architectos do Estado têm sido continuamente subordinados aos engenheiros, sendo demitidos dos lugares de Chefes para serem substituídos por engenheiros", exemplificando com o facto da secção dos Palácios Nacionais "que são Monumentos" ser chefiada por um engenheiro. Referindo-se ainda à abertura de concursos públicos de arquitectura entre architectos, engenheiros e empresas de construção, terminava acrescentando que se o "ministro contratou alguns architectos para trabalhos no Estado, foi sempre com o mesmo critério, subordinando-os, oficialmente, aos engenheiros", daí advindo "apenas um

benefício material desses" e nunca um "benefício moral dos mesmos ou da classe, pois supõe que nenhum arquitecto que tenha brio profissional, concorde com essa situação, e apenas a aceita porque não há outra". A ressonância destas palavras de clara oposição à política seguida por Duarte Pacheco em relação à classe, está, obviamente, omissa da Acta desta Assembleia Geral. Ai apenas é referido que Carlos Ramos e T. Lacerda Marques tentaram "modificar esta maneira de ver" do colega. Porém, a não de certo gratuita intervenção de J. Urbano de Castro, presidente da Mesa, "para se não prolongar a discussão", deu-a por encerrada, passando rapidamente "para o período de depois da Ordem da Noite" (130). Contestação primeira e também última porque dela não mais se ouvirá falar. (131)

As afirmações posteriores, pelo menos as públicas, são sempre pautadas por marcados elogios às entidades oficiais, tentando demover as dissonâncias. Porque para os dirigentes do Sindicato a unidade da classe em torno da defesa dos objectivos de índole profissional não permitia o direito à diferença de opinião, reinando uma nem sempre real concórdia, reflexo da realidade política nacional, demonstrando assim uma certa subserviência institucional, aliás esperada pelo Estado corporativo, organizado nos Sindicatos Nacionais. E neste aspecto, o dos Arquitectos não será a excepção que possa confirmar a regra. (132)

Não deixa de ser interessante constatar que muitos dos problemas decorrentes do exercício da profissão ao serviço do Estado não passavam pelo Sindicato. As Actas contêm a esse respeito pontuações demasiado vagas para que delas se possam tirar senão conclusões, pelo menos linhas de força que permitam equacionar o problema. Se o Sindicato, como rectaguarda legal da classe, tentava levantar e apontar soluções para problemas globais, os específicos eram deixados à idoneidade e integridade profissional de cada um. Deste modo, não há aquilo que poderia designar-se por *feed-back*, ou seja, os documentos produzidos no âmbito sindical reflectem os problemas colocados pela prática profissional sem dela tratarem directamente. As sucessivas propostas de carácter regulamentar

apresentadas pelas várias Direcções, uma vez travadas pelas instâncias oficiais eram reformuladas e reiniciava-se um círculo sem fim. Mas, aquilo que então ficava por resolver depreende-se que era contornado individualmente, com maior ou menor habilidade e ética.

A insatisfação destes está de alguma forma subjacente nas referências feitas no Relatório da Direcção sobre a Exposição do Mundo Português no âmbito da qual uma "menção especial deve ser feita" ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações que "como directo colaborador" do Presidente do Conselho "actuou nos trabalhos" daquela Exposição. Sobre este magno acontecimento das Comemorações Centenárias participado por 17 arquitectos todos ligados ao Sindicato, a Direcção de 1940 esquivou-se de fazer "o elogio" sob "o ponto de vista arquitectural" pois "não ficaria bem no Relatório da colectividade dos arquitectos", caso curioso, porque tal elogio poderia ser feito em termos globais e não individuais e também porque a Exposição do Mundo Português foi inicialmente divulgada na revista oficial do Sindicato, sendo então entusiasticamente comentada. Porém, não há euforia pelo trabalho produzido e a que existe é expressa para enaltecer os esforços oficiais. E na sua conclusão era então afirmado: "Enquanto aos arquitectos, sem motivo justificado, só se lhes reconheça o direito a galões de prata, quando por todas as razões têm direito a usar galões de ouro, nenhum arquitecto tem o direito de ser indiferente perante o problema de interesse colectivo, de elevação do nível cultural e moral da classe, nem de gastar o seu talento e as suas energias em questões de interesse restrito". (133)

Por tudo isto são escassas as referências a Duarte Pacheco que actuou dentro do seu Ministério, estabelecendo melhores relações profissionais entre arquitectos e engenheiros mas que, do ponto de vista do Sindicato, deixou em aberto as questões de fundo pelas quais se vinham batendo, formuladas numa espécie de palavra de ordem, chamando a Arquitectura para os arquitectos. Claro que o ministro tinha as suas razões que apresentou por escrito ao Sindicato, após o

Instituto Nacional do Trabalho e Previdência ter enviado àquele titular cópia do Relatório da Direcção de 1941, da parte referente "à necessidade de regulamentar o exercício das profissões liberais da construção civil" (134). O ofício de Duarte Pacheco foi lido em Assembleia Geral e enviado a todos os sócios numa circular (135). Por seu lado, a Direcção registava "com mágua, a resposta daquele Ministério, pela qual se verifica quanto será ainda longo o caminho a percorrer para que a justiça seja feita à nossa classe".

O titular da pasta das Obras Públicas e Comunicações era de opinião de que as considerações feitas no aludido Relatório do Sindicato, "correspondem a apreciações que de um modo geral, se devem reconhecer como justas nos aspectos técnico e social". Porém, "a sua realização terá de continuar a ser pendente, embora persistente, tendo em conta certas realidades e possibilidades" então enunciadas e entre as quais se encontrava "o reduzido núcleo de architectos de sólido calor profissional que o país possuía há alguns anos" (136). Tal como aqueles técnicos já se tinham habituado, foram também consignadas neste ofício algumas palavras de esperança e alento: "Crê-se sinceramente que muito se tem feito na matéria, esperando-se prosseguir na orientação encetada, de forma tanto mais rápida quanto maior fôr a projecção no ambiente, de excelência dos resultados alcançados". O ministro demonstrava ainda uma certa benevolência ao afirmar que se compreendia "perfeitamente que uns acham pouco o que está feito, tanto mais que se sabe que outros o julgam excessivo" (137). Ficava ainda bem claro que a política daquele Ministério "de valorização da profissão de architecto do domínio da construção civil" inspirava-se "simplesmente nos interesses do País" e realizava-se "de forma ajustada às circunstâncias". O teor deste ofício levava a Direcção a declarar que por ele se podia "avaliar o caminho que há ainda a percorrer até que à nossa classe seja atribuída a cota parte dos direitos que a lei e a moral lhe confere, mas que as circunstâncias lhe negam". (138)

Todavia, as declarações feitas pela Direcção do Sindicato quer no seu Relatório quer na Assembleia Geral realizada após a morte súbita de Duarte Pacheco a 6 de Novembro de 1943, desfazem equívocos que podessem persistir pelos comentários atrás enunciados. Os motivos subjacentes à gratidão demonstrada para com aquele ministro projectam-se para além do próprio Sindicato já que tiveram efeitos a nível do exercício da profissão, da promoção do arquitecto enquanto indivíduo e não enquanto classe profissional. Houve um aumento de mercado de trabalho proporcional ao aumento do volume das obras públicas então viabilizadas pelo jovem e dinâmico ministro (139), diversificando-se as encomendas devido ao impulso dado no domínio do urbanismo. Duarte Pacheco "demonstrando uma largueza de vistas não prejudicada pela sua proveniência profissional, (...) atribuiu aos arquitectos uma posição proeminente em matéria de planeamento urbano, não desdenhando subalternizar a figura do engenheiro" esperando daqueles técnicos "um contributo decisivo para a formulação da ideologia de planeamento urbano a adoptar pelo Estado Novo" (140). Para a Direcção do Sindicato, o ministro desaparecido era aquele que "até hoje melhor compreendeu qual o valor social e técnico do arquitecto e qual a sua verdadeira posição no conjunto das actividades superiores da sociedade". (141)

No dia 30 de Novembro de 1943 foi convocada uma Assembleia Geral extraordinária cujo primeiro ponto da ordem de trabalhos era o engenheiro Duarte Pacheco, sendo desde logo dada a palavra a Pardal Monteiro, "tanto mais que foi ele quem propôs esta ordem de trabalhos" (142), que então relatou aos doze sócios presentes, número demasiado insignificante para tamanha gratidão, as providências tomadas para a participação efectiva do Sindicato nas manifestações e homenagens a prestar ao falecido ministro (143). Porém, o objectivo daquela reunião era decidir qual a atitude que aquele organismo deveria tomar "em relação à memória de extinto ministro das Obras Públicas". O presidente da Direcção afirmou desde logo que é "em relação às qualidades do falecido que se deve agir,

no sentido construtivo e digno", pois a sua passagem por aquele Ministério assinala "um movimento de interesse pela Architectura" que "nunca houve em Portugal" e isto devido "à energia e faculdades de trabalho" daquele ministro. Pardal Monteiro continuou o seu elogio, reforçando a ideia de que as qualidades que relevou da personalidade de Duarte Pacheco foram exactamente aquelas que trouxeram "benefícios à colectividade porque se defeitos teve, a posteridade se encarregará de as julgar". Por outro lado, considerava-se e "crê que todos consideram" que ele "é a pessoa mais insuspeita de fazer o elogio do engenheiro Duarte Pacheco a cujas faculdades de estadista presta a mais sincera das homenagens".

Apesar de ainda haver dúvidas quanto às resoluções do Governo sobre as homenagens a prestar (144), Pardal Monteiro era da opinião que deveria ficar registado em Acta que o Sindicato Nacional dos Architectos reunido em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, "manifestou o seu reconhecimento pelos altos serviços prestados pelo falecido ministro das Obras Públicas, engenheiro Duarte Pacheco, à classe dos architectos e à Architectura, promovendo, em benefício da Nação o mais intensivo movimento architectural registado em Portugal nos últimos anos e como testemunho da sua gratidão resolve colocar-se à disposição do Governo para com ele colaborar, na medida das suas possibilidades, nas homenagens duráveis que venham a ser prestadas à memória daquele ministro". (145)

Dos sócios então presentes na Assembleia Geral foi Cristino da Silva o único que pediu a palavra (146), sendo de notar e registar a ausência de Cottinelli Telmo que entre todos os architectos filiados e activos no Sindicato foi aquele que mais intimamente colaborou com o falecido ministro (147). Para aquele orador Duarte Pacheco foi um "grande Homem da Nação que ela perdeu e que só difficilmente poderá ser substituído". Tal como Pardal Monteiro, também para Cristino da Silva "a architectura em Portugal com a sua acção ergueu-se e elevou-se a um nível muito alto havendo ainda esperanças de chegar ao nível necessário para desempenhar

na sociedade portuguesa a acção a que tem direito". Depois expressava ainda os seus receios do futuro: "Infelizmente, quando ela se encontrava nessa linha ascendente partiu-se a mola ou a força que a elevava, de tal forma que nos sentimos - ele, pelo menos - desacompanhados e sobretudo com grande temor de que essa curva de energia que nos sustentava sofra uma paralização". Apresentou então, verbalmente, a proposta de que "o Sindicato Nacional dos Architectos manifeste o seu sentimento pela morte do Engenheiro Duarte Pacheco, de pé guardando dois minutos de silêncio", o que foi aprovado e "relogiosamente cumprido" (148), passando-se então ao segundo ponto da ordem de trabalhos, a aprovação do orçamento suplementar para o pagamento do projecto do novo edifício sede da Ordem dos Engenheiros.

Mas se a situação profissional dos architectos sofreu alterações consideráveis e satisfatórias do ponto de vista da classe no âmbito do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, situação que se reflectiu na actuação simultânea de Duarte Pacheco na Câmara Municipal de Lisboa de cujos resultados se falará ainda, a subalternização daqueles técnicos ao serviço das então colónias portuguesas encontrava-se ainda por resolver.

Pela leitura das Actas da Direcção verifica-se que as primeiras acções do Sindicato em tomo da situação dos architectos ao serviço do Estado nas então colónias portuguesas em África, resultaram de denúncias de situações irregulares feitas pelos seus sócios, nomeadamente em 1939, por Fernando Batalha em Angola (149), Able Pascoal (150) e António Joaquim Rosas (151) em Moçambique, ano em que tais questões foram pela primeira vez referidas nos relatórios anuais das gerências do Sindicato. (152)

Em 1940, foram algumas das condições do concurso aberto pela Câmara Municipal de Luanda para a admissão de um architecto urbanista para o quadro daquela edilidade, que mereceram o desacordo da Direcção do Sindicato, o que foi

comunicado à entidade promotora do referido concurso (153) que aceitou as alterações propostas (154), sendo então feita uma circular aos sócios anunciando a sua abertura. No mesmo ano foi feita nova reclamação junto do Governador Geral da Província de Angola, face aos factos relatados pelo sócio H. Taveira Soares. Tratava-se de mais um caso de uso indevido do título de arquitecto, neste caso de um desenhador-arquitecto, que efectuava o projecto da aerogare do aeródromo de Lobito. No seu protesto a Direcção solicitava que aquele governador tomasse "as necessárias providências não só contra o facto de um indivíduo que não é arquitecto usar indevidamente e contra a lei o referido título, disfarçado, mas principalmente contra o facto de ser incumbido de elaborar projectos de arquitectura, pelo visto com carácter oficial, por serem submetidos à aprovação superior" (155). A criação, em 1942, de uma Comissão de Estética a funcionar junto da Câmara Municipal de Lourenço Marques, mereceu o aplauso da Direcção já que aquela teria atribuições de carácter deliberativo "o que representa um indiscutível avanço sobre as teóricas comissões de estética do continente, cuja acção é meramente concultiva" (156). A partir de então as referências à situação profissional dos arquitectos nas colónias são cada vez mais raras e na sua quase totalidade dizem respeito a contratações, tal como ocorreu em 1945 (157) e esclarecimentos solicitados por sócios. (158)

Também a situação das questões de Arquitectura no âmbito das autarquias locais do continente e das Ilhas mereceu o interesse do Sindicato na sua luta continua pela dignificação da classe. Se houve casos em que a Direcção se congratulou com medidas tomadas por iniciativa própria, como aconteceu com a Câmara Municipal da Madeira - que procurava "orientar os seus trabalhos por forma a que os projectos a submeter a sua aprovação" fossem assinados por arquitectos (159) - ou prestou esclarecimentos solicitados pelas próprias edilidades (160), outros houve em que foi necessário actuar no sentido de defender os seus interesses, como foi o caso de Cascais (161), de Vila Nova de Gaia (162) e de Aveiro. (163)

Todavia, um dos casos que melhor elucida a falta de apoio e compreensão das entidades oficiais, foi aquele que ocorreu com a Câmara Municipal de Elvas. Ao ter conhecimento através da imprensa que aquela autarquia encomendara o projecto para a construção do Estádio Municipal a um construtor civil, o Sindicato solicitou junto do seu presidente a confirmação da notícia e ainda informações sobre a "idoneidade do indivíduo indicado como autor daquela obra de arquitectura". A resposta, segundo era então afirmado pela Direcção era uma "demonstração completíssima da incompreensão do que seja a organização corporativa, o que é lamentável por parte duma autoridade administrativa". O presidente da Câmara Municipal de Elvas negou-se a prestar os esclarecimentos pedidos, comunicando que "apenas lhe competia dar satisfação dos seus actos aos seus superiores hierárquicos, o Ministério do Interior e o Supremo Tribunal Administrativo", tendo então o Sindicato feito uma exposição do assunto ao titular daquele Ministério. Esta resposta veio da Administração Geral Política e Civil informando que "por se tratar dum Conselho rural podia a Câmara Municipal de Elvas encomendar os seus projectos a outros técnicos que não apenas a architectos, segundo o disposto no novo código Administrativo" (164). Porém, o projecto teria de ser também aprovado pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações o que para a Direcção do Sindicato "era garantia da defesa dos interesses estéticos do local" (165). Dado que este caso não volta a ser mencionado, não é possível pela documentação do Sindicato apurar da sua conclusão.

Após a realização do 1º Congresso Nacional de Arquitectura em 1948, tomou finalmente posse a Direcção anteriormente eleita e que corresponderia a um novo ciclo de actividade sindical. Estava de alguma forma encerrado um longo período assegurado desde 1936 por Pardal Monteiro continuado por Cottinelli Telmo a partir de 1945, cuja acção desenvolvida durante o tempo de consolidação do Estado Novo atravessado transversalmente pela II Guerra Mundial, ditou limitações conjunturais e de política associativa que aqueles dirigentes não estavam, em acto

deliberado, interessados em transgredir. A entrada de Keil Amaral correspondeu a uma nova correlação de forças políticas, económicas, sociais e culturais internas e externas que tiveram necessariamente os seus efeitos no seio da classe dos arquitectos, diversificando o mercado de trabalho, favorecendo a circulação e adopção das ideias de Arquitectura emergentes do pós-guerra, desenhando um novo papel para o arquitecto. Assim, aquela Direcção reflectiu desde logo sobre a regulamentação do exercício da profissão, assunto único da Assembleia Geral extraordinária de 18 de Julho de 1949, participada por 27 sócios (166), sendo interessante verificar se existiram ou não assimetrias dos meios utilizados e fins propostos pelas Direcções anteriores.

Pode constatar-se desde logo uma ideia que não era inédita: "uma conversa particular" do presidente do Sindicato com o seu homólogo da Ordem dos Engenheiros "a fim de estudar em conjunto com aquele organismo um Regulamento futuro, no qual fossem inteiramente respeitados os direitos dos profissionais das duas classes" (167). A oportunidade desta discussão era justificado por Keil Amaral pelo facto da Ordem dos Engenheiros estar então "a proceder a idêntico estudo em relação à profissão e sabendo-se que estas profissões têm as suas actividades relacionadas, em certos aspectos, entende a Direcção que o regulamento de uma interferirá certamente no desenvolvimento da outra, pelo que considera indispensável que se proceda ao seu imediato estudo". Todavia, aquele órgão associativo ainda não tinha iniciado os seus trabalhos sem antes consultar a classe sobre dois aspectos: 1º - "se considera oportuno o estudo deste problema"; 2º - "qual o modo de realização, se por intermédio de uma Comissão, ou atendendo à urgência, por sucessivas reuniões de Assembleia Geral ou ainda por qualquer outro método que a Assembleia considerasse mais vantajoso". Confirmada a primeira questão foi resolvido quanto à segunda que a Direcção se constituísse em "Comissão de Redacção agregando a si os colegas que entender necessários, submetendo o seu trabalho oportunamente a debate de

novas Assembleias" (168). Porém, esta foi a última Assembleia Geral em que Keil Amaral participou na qualidade de presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, pois em Agosto de 1949 foi-lhe retirada a sanção oficial necessária para exercer tal cargo associativo. Por isso "as trocas de impressões particulares entre os presidentes da Ordem dos Engenheiros e do Sindicato Nacional dos Arquitectos, não prosseguiram depois das férias grandes, pelo impedimento forçado do último". (169)

Uma temática também abordada por esta gerência foi a das relações dos arquitectos com os seus colaboradores e clientes. Tratava-se de discutir o assunto como de interesse profissional, no intuito de examinar em que medida poderia o Sindicato "contribuir para assegurar uma perfeita correcção e eficiência nessas relações", embora na Acta e pelo seu conceito deliberadamente vago, nada seja transcrito quanto ao teor de tal troca de impressões. (170)

Da enumeração feita de todos os projectos regulamentares produzidos pelas Direcções do Sindicato no âmbito do período estabelecido para o inquérito em curso, verifica-se que na sua grande maioria eles permaneceram sempre no plano das intenções dos arquitectos agrupados naquele organismo. Esta situação não resulta de uma desatenção às questões fundamentais do exercício da profissão, traduzindo antes a enorme teia de relações profissionais e institucionais que se cruzam no ser arquitecto e no fazer Arquitectura. Por outro lado, tal circunstância demonstra que não era então suficiente a consonância ideológica com o Estado Novo, várias vezes afirmado e confirmado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, para que aquele desse permissão e benefícios oficiais àqueles que o apoiavam. Por isso, as relações entre o poder e os arquitectos pautaram-se sempre por uma contradição surda da qual saíram perdedores os segundos. Quer no diálogo institucional directamente circunscrito ao seu estatuto profissional, quer ainda no exercício da profissão através de concursos públicos de Arquitectura e Urbanismo, dos quais de falará em seguida.

NOTAS

- (1) Ver I Parte - Capítulo 3, 3.2. Trabalhos associativos até à constituição do Sindicato.
- (2) Idem.
- (3) Ver *Estatutos da Sociedade dos Architectos Portuguezes (Associação de Classe)*, 1903.
- (4) Cf. *Estatuto do Sindicato Nacional dos Architectos*, Capítulo III - Da profissão e do seu exercício, Art. 5º, a) a e), p. 7-8.
- (5) Idem., p. 7.
- (6) O primeiro decreto foi publicado em 1934: Decreto-Lei nº 24.802.
- (7) *Estatuto do Sindicato Nacional dos Architectos*, Capítulo III, Art. 5º, b), p. 7-8.
- (8) Idem, Art. 5º, c), p. 8.
- (9) Ibidem, Art. 5º, d) e e), p. 8.
- (10) Esta tabela foi aprovada na Assembleia Geral de 28.Jul.1904.
- (11) Neste sentido, em 1933, foi entregue pela Sociedade dos Architectos Portuguezes uma representação ao ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco. Cf. *Relatório do Conselho Director*, 1932-1933 [manusc.], p. 3.
- (12) Decreto nº 10.663, *Diário do Governo*, I série, nº 70 de 31.Mar.1925 e Decreto nº 11.089, de 17.Set.1925.
- (13) Ver I Parte - 3.2.: Trabalhos associativos até à constituição do Sindicato e Parte II - 2. Vectores dominantes: 1934-1950.
- (14) Ver Vol. II - Documentação, Doc. nº 19.
- (15) Ver II Parte - 1. As disposições legislativas e as implicações da transformação em Sindicato Nacional.
- (16) *Livro de Actas da Assembleia Geral da Sociedade dos Architectos Portuguezes*, de 25 de Maio de 1928 a 3 de Abril de 1934, Acta da sessão de 9.Maio.1932.
- (17) No mesmo dia em que esta Assembleia teve lugar foi enviada uma carta ao presidente da Direcção da Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes, na qual a Sociedade dos Architectos expunha os seus pontos de vista sobre o projecto de decreto apresentado pelo ministro. Assim, afirmavam: "(...), não podemos deixar de confessar que o referido projecto de decreto não atende aos votos que tem sido incessantemente formulados nos varios Congressos Internacionais de Architectos pelos representantes dos países onde estas questões não estão ainda legalmente resolvidas", sendo curiosa a argumentação baseada em factores internacionais como se a realidade nacional não fosse suficiente para fundamentar uma posição contrária à expressa pelo ministro. O Conselho Director dos architectos comunicava ainda aos engenheiros que "as deficiências do projecto derivam principalmente de uma imperfeita definição das funções características das nossas respectivas profissões, julgando-se, por isso, obrigado a levar a S.Exª o Ministro as suas ponderações". Neste sentido, e porque considerava que o assunto era de "tanta gravidade para o futuro" de ambas as classes, "não somente do nosso país como pela repercussão que pode ter no estrangeiro", entendia dever em primeiro lugar procurar estabelecer com os engenheiros "um acordo que, inspirando-se nos verdadeiros interesses do país, salvaguarde os interesses moraes, mentaes e economicos" das "respectivas especialidades profissionais". Assim sendo perguntava à Direcção da Associação dos Engenheiros se aquela estava "disposta a receber os delegados" da Sociedade "para em sessão conjunta se

tratar deste importante assunto", in Carta da Sociedade dos Arquitectos Portugueses ao presidente da Direcção da Associação dos Engenheiros Cívicos, Lisboa, 10.Maio.1932.

(18) "Seguidamente o arquitecto Jorge Segurado apresenta a seguinte proposta que não foi aprovada - 'Proposta: Considerando que a exposição apresentada pelo nosso colega Senhor Parda! Monteiro a esta Assembleia, é de facto uma clara e precisa representação, concebida em termos que se foca bem a nobre missão do arquitecto e os direitos que à sua profissão assiste e ainda do benefício público da sua actividade bem patenteada nos vigorosos mas justos termos da sua redacção; tenho a honra de propôr a V. Exas. que aquela exposição seja enviada ao Sr. Ministro do Comércio acrescentada com a nova redacção dos artigos e parágrafos a redigir por esta Assembleia. Mais proponho que a representação seja acompanhada por um officio desta Sociedade, agradecendo ao mesmo Ministro o interesse por Sua Ex^a demonstrado em querer resolver um assunto de tão grande importância para o desenvolvimento da Architectura em Portugal. Sede da Sociedade, em 9 de Maio de 1932. (assinado) Jorge Segurado", in *Livro de Actas da Assembleia Geral da Sociedade dos Arquitectos Portugueses*, de 25 de Maio de 1928 a 3 de Abril de 1934, continuação da sessão de 9.Maio.1932.

(19) "O arquitecto Adães Bermudes fala dos antecedentes lembrando a dificuldade que tem existido sempre em todos os países que não conseguiram ainda ter regulamentada estas profissões, entendendo que se deve auxiliar e não torpedear o projecto em questão, não se deixando portanto de se lhe fazer as alterações indispensáveis, mas sem carácter ofensivo. Faz notar que S. Ex^a o Sr. Ministro está rodeado de engenheiros, resultando daí uma diferença entre os delegados daquela classe e da nossa; (...)", in Idem.

(20) Ibidem, Acta da sessão de 13.Maio.1932.

(21) Ibidem, Acta da sessão de 11.Jul.1932.

(22) "Nestas circunstâncias esta Sociedade resolveu pura e simplesmente, perfilhar e fazer suas aquelas propostas (...), em vista dêsse perfeito acôrdo entre as duas classes igualmente úteis e indispensáveis aos progressos da Nação, que poderão servir em colaboração mais harmonica e fecunda, se o Govêrno da República sancionar, como esperamos, êsse importante diplôma, que terá a mais favoravel repercussão e aplauso, tanto no nosso país como em muitos outros países, onde a mesma questão se encontra na ordem do dia", in Carta do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses ao ministro do Comércio e Comunicações, Lisboa, 19.Maio.1932.

(23) *Livro de Actas da Assembleia Geral da Sociedade dos Arquitectos Portugueses*, de 25 de Maio de 1928 a 3 de Abril de 1934, Acta da sessão de 26.Jul.1932. Não deixa de ser curioso que tal proposta tenha sido feita por C. Rebelo de Andrade, pois tal como foi referido, ele foi o unico que na Assembleia Geral de 13.Maio.1932 se demarcou dos trabalhos apresentados pela comissão que redigiu a proposta apresentada aquele ministro e que agora pretendia ver reconhecida o mais rapidamente possível.

(24) A. Bermudes apresentou então uma proposta que foi aprovada cujo teor era o seguinte: "Proponho que se recomecem as diligencias para a aprovação official dos trabalhos organizados anteriormente para a regulamentação do título e exercicio da profissão de Arquitecto e que se proceda com a maior urgencia ao estudo da organização da Ordem dos Arquitectos". Justificava a última parte da sua proposta "com o facto da Nova Constituição pretender a criação das corporações", in Idem, Acta da sessão de 19.Dez.1932.

(25) Como exemplo, cite-se o Relatório do Conselho Director de 1929-1930: "Um assumpto importante e de grande interesse para a classe, mereceu a atenção deste Conselho Director como de resto tem merecido às Gerencias transactas, foi o da regulamentação do exercicio da profissão de Arquitecto e a criação da Ordem dos Arquitectos, afim de se pôr cõbro à confusão injustificavel que, há muito, no nosso paiz, se mantem entre a profissão artistica do Arquitecto e as de outras classes tecnicas de caracter scientifico ou industrial", in *Relatório do Conselho Director, 1929-1930* [manusc.], p. 7.

(26) Cf. Decreto-Lei nº 23.050, de 23.Set.1933, Capítulo I - Constituição e fins dos Sindicatos Nacionais, Art. 3º, § único.

(27) Cf. II Parte - Capítulo 1, 1. As disposições legislativas e as implicações legais da transformação em Sindicato Nacional. Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 17, 14.Jan.1935, p. 10.

(28) Idem, Acta nº 128, 12.Jan.1939, p. 74 vs.

(29) Representação do Sindicato Nacional dos Arquitectos enviada ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Ofício nº 13, 12.Jan.1938. Manuscrito sobre esta representação pode ler-se o parecer oficial: "Não sei até que ponto terá razão de ser a pertença do Sindicato e antes me parece que, abrindo-se o precedente, outros Sindicatos de profissão livre pedirão para se denominarem 'Ordens'. Em qualquer caso, porém, nada se poderia fazer sem a modificação do § único do art. 3º do Dec.-Lei nº 23.050, 18.1.38, assinatura ilegível". No entanto, a resposta enviada ao Sindicato pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência a esta representação, datada de 20.Jan.1938, foi bastante lacónica: "Em referência ao ofício de V.Exª nº 13, de 12 do corrente, informo que S.Exª o Sub-Secretário de Estado das Corporações, em despacho de concordo de ontem, esclareceu que oportunamente será estudada a modificação do § único do art. 5º do decreto-lei nº 23.050, porquanto dela depende a pretensão desse Sindicato". Perante tal expectativa, na reunião de Direcção de 6.Abr.1938 foi resolvido enviar novo ofício ao Instituto Nacional do Trabalho e Previdência "pedindo a criação da Ordem dos Arquitectos", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 140, 6.Abr.1938, p. 83.

(30) Por afirmações posteriores de Cristino da Silva parece que Pardal Monteiro se referia à criação de um colégio: "Seguindo o exemplo da Espanha e de outros países da Europa, deveria ser creado o - Colégio Oficial de Arquitectos - com todas as prerrogativas inerentes", in *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 69, 30.Jan.1945, p. 55.

(31) Idem, p. 54. Cottinelli Telmo enviou então uma moção à Mesa que foi aprovada por unanimidade do seguinte teor: "A Assembleia concordando inteiramente com a iniciativa da Direcção, de actuar junto do Governo para que seja criada a Ordem dos Arquitectos, apoia calorosamente essa iniciativa e incita a Direcção a prosseguir na luta por essa justíssima reivindicação da nossa Classe", p. 55.

(32) Representação do Sindicato Nacional dos Arquitectos ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, ofício nº 42/12, 14.Fev.1945.

(33) Carta do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência Social ao presidente do Sindicato Nacional dos Arquitectos de 13.Abr.1945. Tal despacho foi comentado em reunião de Direcção nos seguintes termos: "(...), se não é motivo para regozijo, também o não é para desesperança", continuando a Direcção a defender a criação da Ordem que estaria "mais de acôrdo com a altura da Arte que todos nós temos servido, procurando dignificá-la - a Arquitectura", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 328, 24.Abr.1945, p. 69-70.

(34) Pardal Monteiro acrescentou ainda que o subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social lhe "prometeu falar novamente sobre o assunto com o Senhor Presidente do Conselho e tentará que seja satisfeito o desejo dos arquitectos", in *Livro de Actas Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 69, 30.Jan.1945, p. 55.

(35) Idem.

(36) FERRO, António - *Salazar: o homem e a obra*, p. 124.

(37) Idem, p. 203-204.

(38) "A parte de arquitectura não constituía novidade em exposições colectivas pois os 'Novos' já apareciam regularmente nos salões da própria Sociedade Nacional de Belas Artes; agora porém, o seu conjunto coerente permite fazer o ponto do estado da sua arte à entrada dos anos 30, após alguns anos de propostas modernistas que lentamente, nos melhores dos casos, se transformaram em obra feita", FRANÇA, J.-A. - "Há cinquenta anos os Independentes de 1930", in *Colóquio Artes*, nº 46, Set.1980, p. 33. No I Salão dos Independentes participou: L. Cristino da Silva (que então apresentou o seu polémico estudo para o prolongamento da Av. da Liberdade), Paulino Montez, Adelino Nunes, Able Pascoal, Carlos Ramos, Vasco Regaleira, V. Reis Camelo, Jorge Segurado, Cottinelli Telmo e Raul Tojal. Cf. *Catálogo do I Salão dos Independentes*, Lisboa, Maio 1930.

(39) Leopoldo de Almeida, António de Azevedo, Canto da Maia, António da Costa, António Duarte, Barata Feyo, Francisco Franco, Diogo de Macedo, Abel Manta e Roque Gameiro. Cf. Idem.

(40) Sarah Afonso, Emanuel Altberg, Lino António, Jorge Barradas, Carlos Botelho, Maria Clementina Carneiro de Moura, Waldemar da Costa, Mário Eloy, Jaime de Figueiredo, Dórdio Gomes, Albert Jourdain, Júlio, Fred Kradolfer, Abel Manta, Soto-Mayor, José Tagarro, António Varela e Vieira da Silva. Cf. Ibidem.

(41) Sarah Afonso, Almada Negreiros, Lino António, Jorge Barradas, João Carlos, Cunha Barros, Carlos Botelho, Maria Clementina Carneiro de Moura, Olavo de Eça Leal, Mário Eloy, João de Menezes Ferreira, Jaime de Figueiredo, Francisco Franco, Ofélia, Milly Possos, José Tagarro, Luís Teixeira e Artindo Vicente. Cf. Ibidem.

(42) Sarah Afonso, Emanuel Altberg, Bettencourt e Branquinho, Carlos Botelho, João Carlos, Fred Kradolfer e Mário Novais. Cf. Ibidem.

(43) Ibidem, p. 2. Três anos mais tarde, numa conferência proferida na Sociedade Nacional de Belas Artes, intitulada "Artes e Artistas", Almada Negreiros afirmou: "A palavra mais desconsiderada hoje em Portugal é a palavra *artista*. Desconsiderada, desprestigiada, falida, e posta fora da cena e da vida. Não haja receio de afirmar isto mesmo, rendidos estamos pela evidência das realidades. Há outra palavra, hoje, tão diminuída e prejudicada no seu verdadeiro significado como a palavra *artista*. É precisamente essa que lhe serve de raiz: a palavra *Arte*. Estas duas palavras *Arte* e *artistas* estão à mercê das deficiências e barbarismos de quantos hão-de usar, do lado público e do lado particular, precisamente como se elas não fossem essenciais na vida dos povos e dos indivíduos", in NEGREIROS, Almada - *Obras completas: textos de intervenção*, Vol. VI, p. 69

(44) Cf. *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 1, 30.Jul.1934, p. 5. Pandal Monteiro era o relator da parte referente ao Imposto Profissional e C. Rebelo de Andrade o relator do Regulamento dos Honorários. Cf. Idem, Acta nº 5, 20.Dez.1934, p. 15.

(45) "O Arquitecto Senhor Carlos Rebelo de Andrade lê, elucidando, o estudo da Comissão, trabalho que apreçado na generalidade, merece a aprovação de todos os presentes, mas que ao sêr discutido na especialidade, sugere contínuas duvidas e emendas, ocasionando a redacção dos seus vários artigos demorada discussão e estudo, não se tendo podido chegar a quaisquer conclusões positivas nesta sessão", in Ibidem, Acta nº 8, 28.Jan.1935, p. 21.

(46) "Entende-se por serviços correntes do Arquitecto os que consistem em proceder aos estudos preliminares necessários, elaborar projectos, memórias descritivas, cadernos de encargos e pormenores de execução, e, em dirigir e fiscalizar os respectivos trabalhos, e ainda, quando solicitados, fornecer orçamentos, minutas ou normas para concursos, etc., etc.", Regulamento dos Honorários dos Arquitectos, Capítulo I - Serviços profissionais de conjunto, Art. 1º. O Art. 2º deste capítulo estipulava o cálculo dos honorários para os "serviços invulgares", ou seja "os que exigem estudos complexos, tais como: modelos em volume, pormenores de execução a grande escala, (além dos incluídos nos projectos

regulamentares), desenhos especiais, objectos de arte não industrializada. Estes trabalhos são, por exemplo, os de decoração, os de edifícios de grande categoria arquitectónica, os grandes monumentos comemorativos, os projectos de trabalhos de grande complexidade ou perigosos que impliquem excepcionalmente as responsabilidades do Arquitecto", in *Ibidem*, p. 24-25.

(47) "A avaliação de propriedades pode compreender o levantamento de plantas e outros desenhos, mais ou menos completos, considerados necessários segundo os casos, e relatórios semelhantemente desenvolvidos na descrição e apreciação da categoria da construção e seu estado de conservação, cálculo de rendimento, etc., etc.", Regulamento dos Honorários dos Arquitectos, Capítulo IV - Serviços profissionais de avaliações, Art. 1º, in *Ibidem*, p. 26.

(48) *Ibidem*, Acta nº 10, 5.Fev.1935, p. 29.

(49) "A Assembléa faz os seus agradecimentos aos Arquitectos Relatores Carlos Rebelo de Andrade e Cottinelli Telmo, lastimando que a intensa vida particular daquêle Colega o prive da sua comparência tão apreciável e tão desejada", in *Ibidem*, Acta nº 14, 11.Maio.1935, p. 34.

(50) *Ibidem*, Acta nº 15, 25.Set.1935, p. 36.

(51) *Ibidem*, Acta nº 21, 6.Nov.1935, p. 42.

(52) Curiosamente, o Relatório de final de gerência deste ano social, a última presidida por Tertuliano Marques, não faz qualquer referência ao Regulamento dos Honorários o que de alguma forma confirma a impressão deixada pelas Actas da Assembleia Geral: a redacção final do regulamento nunca teria sido votada após tê-lo sido na especialidade. Cf. *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1935 [dact.].

(53) A primeira intervenção, não conclusiva, do Conselho Disciplinar verificou-se em 1945, devido a uma queixa de Keil Amaral apresentada contra o colega Alberto Braga de Sousa, acusando-o de plágio ao seu projecto do aeroporto de Sacavém. De acordo com o determinado pelo Estatuto, a Direcção tentou inicialmente resolver o caso, contactando o visado e apurando as razões expostas pelo primeiro. Face às explicações dadas, Cottinelli Temo, presidente da Direcção, considerou sem fundamento as acusações de Keil Amaral que, apesar disso, insistiu no seu protesto. O caso foi então entregue a Pardal Monteiro, presidente da Mesa da Assembleia Geral e por inerência de cargo do Conselho Disciplinar. Importa realçar que os comentários à resposta do queixoso deixam pressentir assimetrias de humor e justiça profissional entre Cottinelli Telmo e Keil Amaral. Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 329, 1.Maio.1945, Acta nº 330, 15.Maio.1945, Acta nº 331, 30.Maio.1945 e *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1945 [dact.].

(54) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1937 [dact.], p. 5.

(55) Representação do Sindicato Nacional dos Arquitectos ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, de 28.Jul.1937. "Foi encarregado o secretário [A. Couto Martins] de preparar a minuta de uma exposição a apresentar a Sua Excelência o Sub-Secretário de Estado das Corporações sobre a defeza da profissão de architecto pela promulgação de leis especiais", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 90, 6.Jan.1937, p. 49 vs. Porém, foi Pardal Monteiro que em Julho "apresentou, para estudo, o projecto da exposição" a apresentar ao subsecretário de Estado das Corporações sobre o regulamento do exercício da profissão (in *Idem*, Acta nº 114, 14.Jul.1937, p. 60 vs.) e que foi aprovado na reunião seguinte, Cf. *Ibidem*, Acta nº 115, 21.Jul.1937, p. 61.

(56) "Foi, pois, a classe dos architectos das primeiras a constituírem um Sindicato Nacional, abraçando com entusiasmo as doutrinas corporativas, esperançada nos resultados da aplicação da letra dos decretos, não só quanto a garantias sôbre a actividade e atribuições

profissionais, como ao reflexo que, no que respeita à Arquitectura tais resultados teriam sobre o progresso da Arte Nacional", in *Representação do Sindicato Nacional dos Arquitectos ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social*, de 28.Jul.1937, p. 1-2.

(57) Não deixa de ser relevante o facto dos então dirigentes do Sindicato se demarcarem daquele estado de coisas: "Este mau gosto, que se ostenta em quasi toda a superficie construida de Lisboa, para não falar, agora, senão da capital, e cuja principal responsabilidade não pertence à nossa geração, é, há que affirmá-lo com a naturalidade e convicção com que se devem afirmar as verdades mais evidentes, única e exclusivamente devido ao facto da prática da Arquitectura nunca ter sido, entre nós, regulamentada", in *Idem*, p. 3-4.

(58) *Ibidem*, p. 4-5.

(59) "A classe dos architectos não se queixa de ninguém, mas queixa-se sobretudo da falta de protecção legal do exercicio das atribuições que especial e exclusivamente lhe competem em toda a parte. Muito menos, evidentemente, se pode queixar do Sub-Secretariado que V.Ex.^a tão proficientemente dirige, do qual só tem recebido apoio e conforto, e a quem só pode testemunhar aplausos pela extraordinária obra social já realizada. Este Sindicato reconhece que nenhuma responsabilidade cabem aos actuais organismos que dirigem o trabalho nacional, porquanto só agora se apresenta perante V.Ex.^a a expôr sobre o assunto. Sente-se mesmo na obrigação de confessar que confia em absoluto no alto critério e no imparcial espirito de justiça de V.Ex.^a para determinar a publicação das medidas de protecção que o exercicio da profissão de architecto requer, a bem do interesse nacional", in *Ibidem*, p. 2-3.

(60) *Ibidem*, p. 6. Neste aspecto os architectos não deixaram de fundamentar as suas razões na legislação em vigor, chamando a atenção das instâncias oficiais de que "a organização corporativa portuguesa tem por fim principal a protecção ao profissional mediante o seu agrupamento nos Sindicatos Nacionais, 'com objectivos de perfeição moral e intelectual que concorram para elevar o nivel espiritual da Nação'. Não é pois de admitir, na interpretação do espirito das leis da organização corporativa portuguesa que quem não tenha a necessária preparação artistica e técnica especial, sem ter praticado anos e anos, durante um longo curso (oito anos para o curso de architectura) para o qual já é indispensável possuir qualidades naturais e vocação artistica, possa substituir o architecto", in *Ibidem*, p. 6-7.

(61) "Esse papel é o de colaborador principal do architecto, actuando na limitação das possibilidades, na execução das obras, no exame e verificação de todas as boas condições de estabilidade, trabalhos estes que, no entanto, só depois de concebida a obra de arte que é a composição do architecto têm possibilidade de se efectuar", in *Ibidem*, p. 7.

(62) *Ibidem*, p. 7-8.

(63) *Ibidem*, p. 9.

(64) "O Sindicato Nacional dos Architectos não julga, no entanto, oportuno que para toda a espécie de construções e para todo o país seja, desde já, imposta a obrigatoriedade da intervenção dos architectos. Alguns inconvenientes adviriam duma medida tão radical. Mas, julga que uma medida dessa ordem deveria ser promulgada, abrangendo a obrigatoriedade da intervenção do architecto na elaboração dos projectos e sua fiscalização para todas as edificações feitas dentro de Lisboa e Porto, bem como para todas as obras feitas nas zonas de turismo do país e nas zonas principais de cada cidade, vila ou outra povoação importante, zonas estas que seriam definidas pelas respectivas Câmaras Municipais, ouvidas as Juntas de Província e os Ministérios das Obras Públicas e da Educação Nacional", in *Ibidem*, p. 10.

(65) Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 128, 12.Jan.1938, p. 74 vs.

(66) Cf. Idem, Acta nº 140, 6.Abr.1938, p. 83.

(67) Cf. Ibidem, Acta nº 134, 22.Fev.1938, p. 78 vs.

(68) C. Rebelo de Andrade, A. Couto Martins, António Lino, Dario Vieira, E. Moreira Santos, Ernesto C. Korrodi, Ernesto Korrodi, Fernando Batalha, F. Santa-Rita, J.C. Ferreira da Costa, F. Keil Amaral, Francisco dos Santos, G. Rebelo de Andrade, J. Faria da Costa, J. António Piloto, João Simões, Jorge Segurado, J. Coelho, J. Urbano de Castro, Norte Junior, P. Cunha, Pardal Monteiro, Raul Lino, Tertuliano Marques, Vasco Regaleira e Luís ?.

(69) Esta percentagem é calculada a partir das informações enviadas pela Direcção ao Instituto Nacional do Trabalho e Previdência nos finais de 1938. Os números fornecidos eram os seguintes: 75 arquitectos exerciam legalmente a profissão dos quais só 58 estavam filiados no Sindicato. Cf. Ibidem, Acta nº 184, 7.Dez.1938, p. 94-95 vs. Ver "Questionário", Vol II - Documentação, Doc. nº 13.

(70) Circular nº 1 do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 9.Abr.1938.

(71) Ver Vol. II - Documentação, Doc. nº 19.

(72) Cf. *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 44, 16.Jun.1938, p. 123.

(73) Cf. Idem, Acta nº 45, 7.Jul.1938, p. 125-127.

(74) Ver Vol. II - Documentação, Doc. nº 19.

(75) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 46, 14.Jul.1938, p. 127-128.

(76) Pardal Monteiro acrescentava ainda: "Admitamos a hipótese de cada um destes organismos vir aqui discutir o assunto e vejamos qual a figura que fariamos se o assunto não estivesse completamente esclarecido, visto que não estamos todos de acordo", in Idem, Acta nº 47, 22.Jul.1938, p. 130.

(77) Cf. Ibidem, Acta nº 48, 29.Jul.1938, p. 131-132. A julgar pelas declarações feitas, em 1943, por Manuel Madeira, presidente do Sindicato Nacional dos Construtores Cívicos à revista *Turismo*, aquele grupo também tinha problemas específicos quanto à limitação das competências profissionais. Interrogado sobre quais eram as principais aspirações dos construtores cívicos, respondeu: "(...). A maior aspiração da nossa classe, neste momento, e pela qual sempre tem lutado, é simples: desejariamos que no sector da Construção Civil cada um tivesse no seu lugar, sem invadir atribuições alheias. Os Construtores seriam, apenas Construtores Cívicos; os Arquitectos e Engenheiros apenas Arquitectos e Engenheiros - cada um no seu lugar, e só no campo legal das suas atribuições e da sua competência técnica. Assim evitariam abusos de intrusos e de incompetentes, que cobrindo-se com responsabilidades dalguns técnicos superiores, não só trabalham mal e com desleal concorrência, como dão lugar a péssima preparação do pessoal", in *Revista Turismo*, nº 62, Abr.-Maio.1945. Porém a luta dos construtores cívicos parece ter tido mais êxito do que a empreendida pelos arquitectos: em 1946 aquele Sindicato enviava ao Sindicato Nacional dos Arquitectos cópia da representação dirigida ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações sobre o Decreto Lei nº 35.721, de 26 de Junho de 1946, que visava regular o exercício da profissão de construtor civil no continente e ilhas adjacentes. Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 351, 24.Jul.1946, p. 106.

(78) Ver Vol II - Documentação, Doc. nº 12.

(79) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 220, 13.Dez.1939, p. 18/a.

(80) "Reconhece a lei nos architectos o direito exclusivo de usarem o título, e reconhece-lhes o direito exclusivo de exercerem a respectiva profissão. Tem pois os architectos a lei por si. Toda a sua luta, conduzida com toda a energia, com dureza até se fôr necessário, deve pois ser para que seja cumprida a lei. Para isso, a luta isolada de pouco serve. É necessário que ela seja conduzida por todos e em todas as oportunidades", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, 1939 [dact.], p. 15.

(81) Circular do Sindicato Nacional dos Architectos, 5.Dez.1939. As propostas da Direcção eram formuladas nestes termos: "Artigo....- O exercício da profissão de architecto consiste: no estudo e na preparação dos projectos de composição das edificações, determinando por este meio as proporções, as distribuições e a decoração; na elaboração dos respectivos orçamentos, memorias, cadernos de encargos e pormenores de composição e em dirigir e fiscalizar superiormente os respectivos trabalhos de execução.

"Além deste artigo, tenciona a Direcção incluir no projecto de lei, mais os seguintes, cujo alcance V.Ex.^a compreende:

"Art....- Os serviços profissionais dos architectos são remunerados por meio de honorários regulados pelas tabelas respectivas adoptadas pelo Sindicato Nacional dos Architectos.

"Art....- O Sindicato Nacional dos Architectos estabelecerá o Código dos Deveres Profissionais dos architectos, o qual deverá ser sancionado pelo Sub-Secretariado das Corporações e Previdência Social."

(82) Luís Benavente, Bernardino L. Coelho, António J. Pedroso, Jorge Segurado, Jorge Bermudes, E. Moreira Santos, J.C. Ferreira da Costa, F. Santa-Rita e Tertuliano Marques.

(83) "Deve a Direcção informar que S.Exa. o Ministro aceitou o ponto de vista exposto pela Direcção e declarou que estudaria o assunto com o maior interesse para na primeira oportunidade lhe dar a solução que tivesse por mais razoável. Reconheceu S.Exa. que não é de admitir que o campo bem restrito dos architectos seja invadido por quem quer que seja, pelo que via com simpatia a iniciativa da Direcção do Sindicato, prometendo-lhe a maior urgência no estudo do assunto", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, 1939 [dact.], p. 14.

(84) "E temos, que reconhecê-lo: se uma grande parte da culpa cabe aos que tem o encargo de administrar, outra parte e não menor, cabe aos architectos que se limitam, na maior parte das vezes a lamentarem-se, e ainda assim, nem sempre e quando é mais oportuno", in *Idem*, p. 15.

(85) *Ibidem*.

(86) Nesse Relatório pode ler-se: "É provável que o assunto seja em breve tratado pelo Governo, mas é natural que também aguarde a publicação doutras medidas de ordem geral respeitantes às profissões que actuam no campo da construção civil, tanto mais que parece que se levantam dúvidas sobre se será justo reconhecer aos architectos o direito, exclusivo, de fazerem Architectura.

"É justo esperar que o Sindicato seja ouvido na ocasião em que o Governo tomar resoluções sobre o assunto, dada a atenção que sempre tem sido dispensada às exposições da direcção tanto por S.Exa. o Subsecretario das Corporações como por S.Exa. o Subsecretario da Educação Nacional, e a simpatia com que S.Exas. apreciam as diligencias efectuadas pela Direcção", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, 1940 [dact.], p. 2.

(87) Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 233, 8.Maio.1940, p. 28 vs. A circular de 16.Maio.1940 refere que o projecto de regulamento da Carteira Profissional de Architecto era enviada aos sócios no "cumprimento das decisões tomadas na sessão da Assembléa Geral efectuada em 26 de Fevereiro findo". Todavia na Acta daquela reunião não há qualquer alusão ao assunto cuja ordem de trabalhos era a apreciação do Relatório e Contas da Direcção, Parecer do Conselho Fiscal, Eleição dos novos corpos gerentes e alteração aos Estatutos (parte referente ao Conselho Disciplinar). Cf. *Livro de Actas da Assembleia Geral*

do *Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 51, 26.Fev.1940, p. 138-142.

(88) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1940 [dact.], p. 3. No Relatório do ano anterior, por exemplo, pode constatar-se alguma apreensão perante a ocorrência de tais casos: "Um dos casos que mais preocupou a Direcção foi a da protecção do trabalho dos arquitectos nacionais. Vários casos se dão actualmente em Portugal que não teem aparente justificação. Um, o que diz respeito ao hospital escolar de Lisboa, de cujos estudos foi encarregado um arquitecto alemão; outro, o da nomeação para a colonia de Angola, de um arquitecto ex austriaco; outro, ainda, da intervenção dum arquitecto alemão, em colaboração com um engenheiro agrónomo português, nos novos planos do Estádio Nacional", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1939 [dact.], p. 11. Recorde-se que em 15.Mai.1935, a Direcção enviara uma carta a Salazar solicitando que fossem "submetidos a concursos públicos entre os Arquitectos portugueses, os projectos necessários às futuras construções dos novos Hospitais e dos edificios do Estadio Nacional", medida de que era desnecessário "encarecer as vantagens (...), não só para o Estado mas também para dar ensino a que se possam revelar novos valores profissionais".

(89) **ORDEM DOS ENGENHEIROS** - *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1938*, p. 15.

(90) Em 1941, por despacho do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, ficou determinado que "nenhuma autorização de trabalho a favor de engenheiros estrangeiros fôsse concedida pelo Instituto Nacional de Trabalho e Previdência sem prévia autorização da Ordem dos Engenheiros". No entanto, esta queixava-se de que foram dadas várias autorizações sem o conhecimento da Ordem, única a ter "competência para julgar da conveniência da admissão de determinado engenheiro estrangeiro, ou mesmo, em muitos casos, de determinado técnico estrangeiro, na indústria portuguesa", in *Idem*, 1941, p. 12.

(91) O eng. A. Cancela de Abreu foi o sucessor de Duarte Pacheco na pasta das Obras Públicas e Comunicações, em 1944. A primeira grande questão que tratou com os arquitectos foi a do Decreto Lei nº 33.583 que regulava a construção de piscinas e da qual aqueles técnicos queriam abolir "uma disposição iniqua e vexatória que tornava dependente da responsabilidade dum engenheiro civil a elaboração dos projectos para piscinas". Foi após "longos meses de insistência, e sucessivas representações" ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações que o assunto foi resolvido por despacho de Cancela de Abreu, "de modo a dar satisfação aos arquitectos". Porém, segundo era afirmado no Relatório daquele ano "a disposição não foi anulada e está corrigida por um despacho de S.Ex.a. o Ministro dando-lhe a interpretação que os arquitectos consideram como satisfatória", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1944 [dact.], p. 3.

(92) O pedido de Pardal Monteiro "foi imediatamente atendido, tendo sido especialmente convocada a Secção respectiva para emitir o parecer subsidiário sobre aquele projecto de lei. Foi nomeado relator dêsse parecer o presidente dêste Sindicato, o qual apresentou em seis do corrente, à apreciação da Secção, o seu relatório, no qual introduziu as alterações necessárias, ao projecto de lei, de modo a resolver a situação dos arquitectos em igualdade com a dos engenheiros. Tal parecer foi aprovado por unanimidade pela Secção e foi entregue ao relator geral Senhor Engenheiro Ramos Coelho, digno presidente da Ordem dos Engenheiros", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 221, 7.Fev.1941, p. 42 vs.

(93) No sentido de esclarecer a posição do Sindicato relativamente à actividade de arquitectos estrangeiros em Portugal, importa transcrever a seguinte passagem do seu Relatório de 1939: "A Direcção não é de modo nenhum contrária à vinda de arquitectos estrangeiros para Portugal. Antes, julga, até, útil a sua vinda quando dela resulte ensinamento para os portugueses (...)", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1939, [dact.], p. 12.

(94) Pela inscrição de cada trabalho o Sindicato cobraria a quantia de 10\$00. A comunicação ao Sindicato "é obrigatória para os trabalhos profissionais de que qualquer

arquitecto fôr incumbido ou esteja incumbido à data da entrada em vigor do presente regulamento e pelos quais o arquitecto tenha direito a receber honorários", sendo excepção: "a) consultas técnicas; b) arbitragens ou serviço parcial; c) serviços profissionais respeitantes a qualquer obra cuja construção seja estimada em valor inferior a 50 contos; d) trabalhos em estudo cuja execução esteja em suspenso por qualquer motivo ou cuja encomenda não esteja tomada firme e por conta da qual o arquitecto não tenha recebido quaisquer honorários", Regulamento da Carteira Profissional de Arquitecto anexo à Circular do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 16.Maio.1940, p. 3.

(95) "Os arquitectos possuidores da carteira profissional e que não sejam sócios do Sindicato ficam obrigados ao pagamento de cota mensal e das quantias estabelecidas neste regulamento e estão sujeitos á disciplina profissional imposta pelo Estatuto do Sindicato e seus regulamentos, mas não podem usufruir as regalias concedidas pelo menos aos sócios do Sindicato", Art. 22º, Idem, p. 5.

(96) Responderam: António J. Pedroso (que concorda "em absoluto"); J. Urbano de Castro (que também concorda "em absoluto"); J.C. Ferreira da Costa (que concorda com tudo excepto com o Art. 23º e seu § único, sobre a proibição do exercício da profissão a arquitectos portugueses e estrangeiros que após 60 dias de entrada em vigor do regulamento não possuissem a carteira profissional); e Able Silva Pascoal então a exercer a profissão em Lourenço Marques que manifestou a sua "discordância com o regimem da carteira profissional". Justificava-se: "Que se defenda a profissão, concordo, mas que se arranje um regulamento que acabe com o sigillo que convém manter na elaboração de muitos projectos, que a meu ver representa mesmo uma intromissão na vida profissional, V.Exa. perdoará a minha franqueza, não posso concordar".

(97) Em nome da Secção Distrital do Porto comunicava que "foi com o mais vivo interesse que apreciámos o regulamento que virá ordenar a nossa vida profissional, sob a égide do Sindicato, como convem, e sômos inteiramente favoráveis á sua publicação", Carta de 21.Maio.1940.

(98) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1940 [dact.], p. 3.

(99) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 70, 5.Abr.1945, p. 67.

(100) Idem, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 23, 20.Nov.1935, p. 45.

(101) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 45, 4.Dez.1935, p. 20 vs.

(102) Idem, Acta nº 121, 3.Nov.1937, p. 66 vs.

(103) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1941 [dact.], p. 6.

(104) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 231, 7.Maio.1941, p. 50.

(105) Idem, Acta nº 232, 14.Maio.1941, p. 50 vs.

(106) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1941 [dact.], p. 6.

(107) "Officio da Junta Autónoma do Distrito de Ponta Delgada, acompanhado de uma colecção de desenhos, pedindo o nosso parecer sôbre os honorários apresentados pelo snr. Henrique Read Teixeira, que classifica de 'aluno de Architectura'. O Presidente informa que já a anterior Direcção se tinha dirigido àquêlê Senhor, - que tem o curso de Architectura, mas não é diplomado - lembrando-lhe que, nas suas condições era ilegal o exercício da profissão. Resolvido officiar dizendo que nada podemos ter com êsse assunto, por se tratar de um indivíduo não diplomado e aproveitando-se a oportunidade para lembrar á Junta

referida que não devia ter utilizado os serviços de um 'aluno de Architectura' ainda que tal lhe parecesse uma aparentemente boa medida económica", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 339, 12.Out.1945, p. 89.

(108) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, 1943 [dact.], p. 3.

(109) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 282, 20.Mar.1943, p. 84.

(110) Idem, Acta nº 283, 20.Abr.1943, p. 84 vs. Não foram localizados os nomes dos architectos que responderam afirmativamente ao convite da Direcção e que por isso também teriam estado presentes nesta reunião.

(111) "O Senhor Architecto Cristino da Silva dá explicações sobre as sujeições a que terá de se submeter o novo edificio por se encontrar integrado no conjunto architectonico em construção nos terrenos do Parque Eduardo Sétimo, ao longo da Avenida António Augusto de Aguiar, declarando ser o problema bastante ingrato, razão porque, caso o Senhor Presidente não quizesse aceitar o honroso encargo, entendia que todos os consocios que se ofereceram para elaborar o projecto o podiam fazer em conjunto, estudando-se convenientemente o 'Modus Faciendi'", in Ibidem, p. 84 vs.-85.

(112) "O Senhor Architecto Guilherme Rebelo de Andrade, em face das explicações do Senhor Architecto Cristino da Silva, declara em seu nome e do seu irmão que nessas condições o caso não lhe interessa; diz entender que o projecto deve ser elaborado pelo architecto autor do projecto que confina com o terreno do futuro edificio, visto que este deve formar um tódo com aquêle, segundo depreendeu dos esclarecimentos prestados pelo Consócio Senhor Architecto Cristino ds Silva. Este esclarece que não deve formar 'tódo' mas sim harmonizar-se com o conjunto e diz que o Architecto Pardal Monteiro já conhece as condições do local e poderá perfeitamente resolvê-lo, concordando com a proposta do Architecto Veloso Reis", in Ibidem, p. 85

(113) Pardal Monteiro afirmou ainda que "fosse qual fosse a resolução adoptada, tencionava frisar que o architecto que viesse a ser escolhido para prestar este serviço à Associação dos Engenheiros Civis e portanto à Ordem dos Engenheiros teria nas suas mãos não apenas as dificuldades do problema architectural a resolver, mas uma bandeira que tinha o dever de não deixar tombar: essa bandeira era a do prestígio da classe que neste caso se reflectirá não apenas na perfeição da obra concebida, mas também no modo como tudo deva ser conduzido para saber corresponder à atitude correctíssima e leal da Associação dos Engenheiros Civis", in Ibidem, p. 85 vs.

(114) Ibidem, p. 86.

(115) Ibidem, Acta nº 292, 8.Nov.1943, p. 99.

(116) Nessa Assembleia Geral Pardal Monteiro aproveitou para elogiar publicamente o seu colaborador Sérgio Botelho de Andrade Gomes "pessoa cheia de aprumo e de excelentes qualidades" que "assim poderá depois lançar-se na vida profissional". Dizia então que achava "êsse estudante tão merecedor da sua estima que resolveu convidá-lo a assinar também o projecto, claro está sem a categoria de architecto, visto ainda não a ter". Quanto ao projecto esclarecia que este "tem estado a fazer-se no seu atelier e com tudo quanto é trabalhos de composição e material o Sindicato não terá qualquer despesa excepto o resultante com a remuneração daquêle colaborador a quem não era justo pedir que trabalhasse de graça. Assim torna-se necessário atender a êsses encargos porque a primeira fase dos trabalhos está concluída", in *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 63, 30.Nov.1943, p. 194.

(117) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, 1943 [dact.], p. 4.

(118) ORDEM DOS ENGENHEIROS - *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros referente ao ano de 1943*, p. 8.

(119) Aliás, Pardal Monteiro na reunião de Direcção esclareceu os colegas de que se tratava de uma diligência de sua iniciativa "e a título meramente pessoal sem envolver qualquer responsabilidade para o Sindicato", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 289, 26.Jul.1943, p. 90 vs.

(120) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1943 [dact.], p. 5.

(121) Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 289, 26.Jul.1943, p. 97.

(122) Cf. *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1943 [dact.], p. 5.

(123) Ver Vol II - Documentação, Doc. nº 15.

(124) Ver Idem, Doc. nº 14.

(125) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 289, 26.Jul.1943, p. 93 vs.

(126) ORDEM DOS ENGENHEIROS - *Relatório do Conselho Directivo relativo ao ano de 1942*, p. 10.

(127) Por exemplo, em 1938 a Ordem dos Engenheiros entregou uma exposição ao ministro do Interior "acêrca da disposição do Código Administrativo que não permite que os vencimentos dos engenheiros das Câmaras Municipais sejam superiores aos dos chefes de Secretaria", apesar de tais disposições estarem anuladas em Lisboa e no Porto (Cf. Idem, 1938, p. 13). Em 1941 nova exposição foi enviada ao mesmo ministro "insistindo pela equiparação (...) dos vencimentos dos engenheiros camarários aos dos seus Colegas do Estado" (Ibidem, 1941, p. 10). Mas aí a diferença dos arquitectos era de certo maior pois em 1935 estes profissionais ao serviço do Ministério das Obras Públicas e Comunicações desempenhavam o cargo de desenhadores e recebiam 950\$00, enquanto que os engenheiros de 3ª classe do mesmo quadro, recebiam 1.200\$00 (Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 34, 17.Jul.1935, p. 16). Porém, em 1941 no seu Relatório, o Conselho Directivo da Ordem afirmava: "Por circunstâncias várias, a que não é estranho o deficiente nível de cultura que se observa, de um modo geral, no nosso meio industrial, é a nossa profissão aquela que mais dificuldade tem em obter uma justa remuneração (...)" (*Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1941*, p. 10). Novamente em 1946 a Ordem fez "uma exposição ao Governo chamando a atenção para a exiguidade dos vencimentos dos engenheiros que trabalhavam no Estado ou nos corpos administrativos" (Idem, 1946, p. 7).

(128) Decreto-Lei nº 26.117, 23.Nov.1935.

(129) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 25, 21.Dez.1935, p. 55. Contudo, e apesar de haver alguns aspectos que não satisfaziam os arquitectos, em reunião de Direcção "foi resolvido oficial a Sua Excelência o Senhor Ministro das Obras Públicas, para lhe agradecer a equiparação dos arquitectos aos engenheiros", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 46, 26 de Dezembro de 1945, p. 21 vs.

(130) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 25, 21.Dez.1935, p. 55-57.

(131) Dois anos mais tarde a Direcção chamava a atenção dos sócios que com o "Ministério das Obras Públicas é indispensável manter constante contacto e diligenciar que a acção dos architectos daquêlê Ministério, sem nunca deixar de sêr absolutamente concordante com a disciplina interna e com os superiores interesses da Nação, não se tome prejudicial aos architectos e, o que é mais grave, à própria Architectura", *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, 1937 [dact.], p. 15.

(132) Como ilustração do que foi dito transcreve-se, a título de exemplo, um pequeno extrato do Relatório da Direcção de 1937: "Procurêmos encontrar o meio para a conciliação dos que andam desavindos, tenhamos a coragem de admitir que uma conciliação sem reservas é bem mais agradável do que um rompimento de relações. Tenhamos cuidado na apreciação quási sempre injusta dos outros e crêemos uma política profissional que a todos e até aos estranhos possa agradar", in *Idem*.

(133) *Ibidem*, 1940 [dact.], p. 16. Note-se que foi Oliveira Salazar quem foi neste ano eleito sócio honorário do Sindicato.

(134) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 258, 2.Mar.1942, p. 67 vs.

(135) Cf. *Idem*, p. 70. Apesar de nesta Acta ser afirmado que na Assembleia Geral extraordinária de 8.Mar.1942 "foi lido o referido officio cujo conteúdo muito interessa à Classe dos Architectos", esta é omissa quanto ao assunto. Cf. *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 59, 8.Abr.1942, p. 172-173.

(136) Eram as seguintes as outras "realidades e possibilidades" enunciadas por Duarte Pacheco: "a situação caótica a que o país foi conduzido em matéria de construção civil, para traz da última década; a forte relutância que o nosso meio oferecia e, ainda oferece - embora cada vez mais atenuadamente à intervenção e orientação do profissional competente; os interesses criados e os embaraços e resistências opostos por poderosos e influentes comerciantes da construção civil e seus protectores; (...); os meios de que se tem podido dispôr para promover a formação de um corpo suficientemente numeroso de bons architectos; e o mais que de alguns é conhecido e bem melhor fôra que de nenhuns fôsse" [sublinhado no original], in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, 1942 [dact.], p. 4.

(137) *Idem* [sublinhado no original].

(138) *Ibidem*, p. 4-5.

(139) "Ao Ministro Duarte Pacheco não só deve a nossa classe o ter sido frequentemente solicitada para prestar ao País o serviço que só os architectos podem e devem prestar, como deve o ter sido reconhecida a sua equiparação à classe dos engenheiros e outros técnicos, nos quadros dos serviços públicos.

"Esta elementar justiça feita à nossa classe, por mais simples e fácil que pudesse parecer, nunca tinha sido sequer prestada pelos antecessores do engenheiro Duarte Pacheco e quem escreve estas linhas [Pardal Monteiro ?] julga-se com autoridade bastante para afirmar que só a coragem, a inteligência e a superior fôrça de vontade do engenheiro Duarte Pacheco teriam conseguido vencer tôdos os obstáculos que se opunham à satisfação daquela regalia a que os architectos tinham incontestável direito.

"(...).

"Os agravos que um ou outro architecto possa ter recebido não podem nem devem de modo nenhum sobrepôr-se, por méramente pessoais, aos benefícios de ordem geral que o engenheiro Duarte Pacheco concedeu à colectividade inteira, tão sequiosa duma justiça que tarda em ser-lhe feita", in *Idem*, 1943 [dact.], p. 1-2.

(140) GONÇALVES, Fernando - "Urbanística à Duarte Pacheco", in *Arquitectura*, nº 142, Jul. 1981, p. 26. Sobre a política urbanística de Duarte Pacheco ver também do mesmo autor "Duarte Pacheco e os encantos da megalomania", in *Arquitectura*, nº 151, 1983 e

FERREIRA, V. Matias - "O mito de Duarte Pacheco e a urbanística fascista", in *Idem e A cidade de Lisboa: de capital do Império a centro da metrópole*.

(141) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1943 [dact.], p. 1.

(142) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 28 de Julho de 1943 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 63, 30.Nov.1943, p. 190.

(143) "Pela morte do Engenheiro Duarte Pacheco a Direcção pensou imediatamente que o Sindicato deveria tomar uma posição para pública homenagem nos funerais, mas ela foi prejudicada visto o Governo ter resolvido fazer funerais nacionais, estando portanto a cargo da Nação o funeral. (...). O Presidente da Direcção [Pardal Monteiro] teve conhecimento do desastre poucas horas depois de se dar e desde esse momento tomou providencias. No dia seguinte no Instituto Superior Técnico cujo conselho reuniu especialmente procurou, como era natural, tomar uma posição em conformidade com aquela Escola que tanto lhe devia. Ele orador como Presidente do Sindicato tratou com o Director do mesmo assunto e foi-lhe respondido pelo Ministério do Interior que o Governo trataria do funeral e portanto nem o Sindicato nem o Instituto podiam tomar qualquer iniciativa", in *Idem*, p. 190-191.

(144) Pardal Monteiro punha então a hipótese: "Procurará o Governo prestar uma homenagem que se traduza por forma lapidar e tome oportuna a intervenção dos artistas? Sabe que há pelo Paiz fóra idéas várias. Se se fizerem algumas obras plásticas, tôdas, por muito que exijam a intervenção dos escultores, hão-se forçosamente exigir a intervenção dos architectos. Todos Têm o dever de dar o seu esforço para colaborar com essas entidades", in *Ibidem*, p. 191-192.

(145) *Ibidem*, p. 192.

(146) Que viria a ser afinal o autor, com Leopoldo de Almeida e Álvaro de Brée, do monumento erigido em Loulé à memória de Duarte Pacheco, contudo só inaugurado dez anos após morte daquele ministro.

(147) Ver Vol. II - Documentação, Doc. nº 19. Note-se que Cottinelli Telmo prestou pública e reconhecida homenagem a Duarte Pacheco no artigo "Um grande homem de Acção" publicado na revista *Panorama*, nº 19, Fev.1944. Ver também *Revista Municipal*, número especial dedicado à memória do eng. Duarte Pacheco, Jan. 1944.

(148) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 63, 30.Nov.1943, p. 192-193. Em 1944 e a propósito do Decreto-Lei que estipulava que os projectos de piscinas só podiam ser elaborados sob a responsabilidade de um engenheiro civil, Cottinelli Telmo afirmou: "A morte do engenheiro Duarte Pacheco que, sendo engenheiro como muitos outros que se sabem pôr no seu papel, veio trazer a pouco e pouco um resvalar pela vertente imposta àquêles architectos que sabiam a altura em que se devia colocar. Acho que tôdos os architectos devem tomar uma defesa ferraonha de tôdos os seus direitos e não começar a pouco e pouco a transigir (apoiado). Deve-se falar, fazer conferências, combater em tôda a parte pelos seus direitos". Por seu lado, Carlos Ramos "disse que o que se está passando é bem a nota de toda a ofensiva que a partir da morte do engenheiro Duarte Pacheco se vem fazendo contra os architectos." in *Idem*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Abril de 1954, Acta nº 66, 17.Abr.1944, p. 31-32.

(149) F. Batalha escrevia à Direcção "solicitando providências para o facto da Câmara Municipal de Luanda, ir contratar um architecto alemão para executar diversos trabalhos de urbanismo a fazer naquela Cidade, em menosprezo dos architectos nacionais". Foi então resolvido apresentar o protesto do Sindicato ao Governador Geral de Angola e ao ministro das Colónias, in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 204, 28.Jun.1939, p. 9 vs.-10.

(150) Able Pascoal, residente em Lourenço Marques, enviou à Direcção a cópia de uma representação que ele próprio enviara ao Governador Geral da Província de Moçambique

sobre a situação dos arquitectos em serviço naquela colónia. Foi então resolvido officiar ao ministro das Colónias "secundando a referida representação e responder-se àquêlê nosso Colega agradecendo a sua colaboração", in *Idem*, Acta nº 208, 16.Ago.1939, p. 12.

(151) Este sócio enviou uma carta à Direcção pedindo "a boa atenção dêste Sindicato para que se intercêda junto do Govêmo no sentido de serem equiparados os vencimentos dos arquitectos nas Colónias, aos dos Engenheiros, tal como acontece na Metrópole. Foi resolvido officiar a Sua Excelencia o Senhor Ministro das Colonias nesse sentido", in *Ibidem*, Acta nº 214, 11.Out.1939, p. 15 vs. Tal intervenção vem referida no Relatório da gerência de 1940, sendo então afirmado que a Direcção não tinha ainda qualquer resposta ao seu pedido. Cf. *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1940 [dact.], p. 12. Nova diligência foi feita em 1942, Cf. *Idem*, 1942 [dact.], p. 5.

(152) Quanto ao caso apresentado por F. Batalha, o Relatório diz o seguinte: "O caso de Angola é estranho.

"Nomeou-se para architecto da Junta de Fomento de Angola um estrangeiro quando naquela colonia residia um architecto português competente e que já ali déra excelentes provas de aptidão profissional e, o que é mais estranho, pertendia o lugar, como foi do conhecimento das autoridades que interviêm na nomeação. O presidente da direcção procurou obter junto da Direcção de Obras Públicas das Colonias, junto do Chefe de Gabinete de S.Exa. o Ministro das Colonias, junto do proprio Governador Geral de Angola, então em Lisboa, a nomeação daquêlê architecto e chegou a alimentar esperanças de que as suas deligencias fossem coroâdas de exito. Quando o caso já não tinha remedio foi surpreendido no Funchal com a visita dum architecto estrangeiro que fôra nomeado para o cargo a que era pretendente o architecto português, residente na propria Colónia.

"É possível, é mesmo de crêr, que ponderosos motivos houvesse para preterir um português de valor real em beneficio dum estrangeiro desconhecido no meio internacional dos architectos. Por isso a Direcção se limita a registar o facto, dando dêle conhecimento à Assembea Geral", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1939 [dact.], p. 11.

(153) Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 235, 19.Jun.1940, p. 29 vs.

(154) A Câmara Municipal de Luanda enviou um officio à Direcção do Sindicato no qual informava ter resolvido "alterar a redacção das bases do concurso para urbanista daquela Câmara, de forma a torná-lo extensivo aos architectos com pratica comprovada de urbanismo. Esta Direcção congratula-se por terem sido aceites por aquêlê organismo do Estado as sugestões que apresentou relativamente às condições daquêlê concurso", in *Idem*, Acta nº 238, 17.Jul.1940, p. 32.

(155) *Ibidem*, Acta nº 240, 14.Ago.1940, p. 34.

(156) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1942 [dact.], p. 5. Tal noticia foi comunicada à Direcção pelo sócio Able Pascoal. Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, Acta nº 275, 18.Nov.1942, p. 7-8.

(157) No início de 1945 o Director Geral do Fomento Colonial informou a Direcção de que fora "superiormente deliberado contratar um architecto, de preferêcia especializado em construções hospitalares, para servir na Colonia de Moçambique e solicitando para que informêmos o nome do architecto a quem possa interessar o assunto". Foi então enviada uma circular aos sócios (Cf. *Idem*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 321, 15.Jan.1945, p. 52). Manifestaram o seu interesse: Vasco Marques, Francisco d'Assis, António Brito e Cunha, António R. Martins e Fernando Santa-Rita (Cf. *Ibidem*, Acta nº 323, 29.Jan.1945, p. 55). Idêntica diligência foi feita pela Câmara Municipal da Beira em 1948 (Cf. *Ibidem*, Acta nº 380, 18.Fev.1948, p. 139), à qual corresponderam Fernando F. Q. Mesquita e Maurício Trindade Chagas, Cf. *Ibidem*, Acta nº 382, 3.Mar.1948, p. 143.

(158) "Carta de um do corrente, do Architecto Senhor Fernando Batalha actualmente em Benguela, pedindo para sêr informado àcêrca dos Honorários dos Arquitectos, a-fim-de

solucionar um caso havido com um seu cliente. Foi respondido (...), informando não poder haver senão uma interpretação sobre o 'Regulamento dos Honorários dos Arquitectos' e não aquela que o seu cliente queria dar-lhe", in *Ibidem*, Acta nº 349, 30.Maio.1946, p. 102.

(159) "Como esta atitude representa uma das maiores aspirações da nossa Classe; e, atendendo que ela só foi devida à iniciativa do Ilustre Presidente desta Câmara [A. Couto Martins, secretário da Direcção], propõe que se oficie ao mesmo Presidente fazendo-lhe sentir a nossa simpatia pela sua atitude e informando-o também que na acta desta sessão se registou um voto de louvor a Sua Excelência por tão importante facto", in *Idem*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 100, 24.Mar.1937, p. 54 vs.

(160) Por exemplo, em 1939, numa das Actas da Direcção está registada a recepção de um officio da Câmara Municipal de Ponta Delgada que pedia a opinião do Sindicato quanto a um engenheiro químico ou mecânico poder assinar "projectos de construções urbanas. Foi dado parecer desta Direcção, no qual se considera que não parece razoável" tal situação "pois tais cursos não habilitam para a construção", in *Idem*, 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 219, 29.Nov.1939, p. 18-18 vs.

(161) A Direcção protestou junto do presidente da Câmara Municipal de Cascais contra o teor do Edital de 26.Jul.1939, "em especial o seu artigo décimo, pelo qual aquêla Câmara permite a inscrição, para assinar projectos, para edificações, de desenhadores com prática para assinar os mesmos", in *Idem*, Acta nº 215, 20.Nov.1940, p. 38 vs.

(162) "Foi resolvido officiar ao Presidente da Junta de Freguesia da Madalena, Gaia, sobre a noticia publicada no 'Diario de Noticias' de onze do corrente, acêrca do novo edificio da sede da referida Junta, pois tal projecto, segundo diz a mesma noticia, é da autoria do tecnico da construção civil da Câmara de Gaia, Senhor Reinaldo Pereira da Silva e será orientado pelo architecto gaiense Senhor Moura da Costa. Foi solicitado da aludida Junta para nos informar qual o curso official e titulo que possui o tecnico autor do projecto e qual a escola que conferiu o titulo de architecto ao Senhor Moura da Costa", in *Ibidem*, Acta nº 280, 22.Fev.1943, p. 81 vs.

(163) No caso da Câmara Municipal de Aveiro foi o Sindicato Nacional dos Construtores Civis que denunciou à Direcção o facto de haver "individuos que exercem ilegalmente a profissão com a sanção da mesma Câmara. (...). O Presidente nota que a Direcção do Sindicato dos Construtores toma a sua missão a sério e congratula-se pela circunstância de ver quanto a mesma deseja e estima colaborar connosco", in *Ibidem*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 336, 10.Ago.1945, p. 85.

(164) A Direcção lamentava que da parte do ministro do Interior não tivesse havido "nem uma palavra de concordância com os pontos de vista de interesse nacional invocados" na sua exposição, in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1941, [dact.], p. 9.

(165) "Esta informação foi a única que tranquilizou a Direcção pois é sabido o escrupulo com que no Ministério das Obras Públicas e Comunicações, até por parte de S.Exa o Snr. Ministro [Duarte Pacheco] tôdos êstes projectos são joeirados", in *Idem*.

(166) Ver Vol. II - Documentação, Doc. nº 19. Note-se que tal como foi assinalado em relação ao início da actividade da Sociedade dos Arquitectos Portugueses e do Sindicato, também esta Direcção nomeou uma comissão para estudo do regulamento dos honorários da qual faziam parte Pardal Monteiro, Jorge Segurado e Faria da Costa.

(167) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1948 e 1949 [dact.], p. 8. Neste documento era ainda referido: "Já em tempo o architecto Pardal Monteiro, quando Presidente da Direcção do Sindicato tinha feito idêntica deligência".

(168) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 84, 18.Jul.1949, p. 144-145. Na reunião de Direcção "foi deliberado sobre a melhor maneira de dar cumprimento às decisões da

Assembleia Geral de dezoito de Julho, sobre as diligências a fazer para se conseguir uma harmoniosa e bem orientada cooperação com os engenheiros na regulamentação dos exercícios das nossas profissões. Debatido o problema longamente, decidiu-se ouvir o anterior Presidente da Direcção - arquitecto Pardal Monteiro -, acerca dos trabalhos que encetara nesse sentido e resolveu-se que, depois de ouvir as informações que aquêle Colega, por certo prestaria, se solicitasse ao Presidente da Ordem dos Engenheiros, a título particular, uma entrevista para se trocarem impressões sobre a maneira de levar a bom termo tão importante quão melindroso problema. Como dessas conversas deverá depender, em grande parte, o rumo a seguir, conveiu-se em que seria vom retardar o cumprimento de algumas das incumbências da Assembleia Geral, pela Direcção, dando-se na próxima Assembleia as devidas explicações desse facto aos sócios", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 432, 22.Jul. 1949, p. 193-194.

(169) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1948 e 1949 [dact.], p. 8.

(170) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 414, 18.Mar.1949, p. 176 e Acta nº 426, 9.Jun.1949, p. 188. Como exemplo pode referir-se um caso de uma "queixa de negligência (...) na finalização de um trabalho" apresentada por António da Costa Cabral contra Jorge Segurado (Idem, Acta nº 335, 27.Jul.1945, p. 83). A Direcção tentou contactar o arquitecto visado, sem êxito, pois este tinha entregue o caso a um advogado. Tal atitude levou aquele órgão a afirmar: "Em última análise verifica-se isto: o disinteresse doloroso a que os nossos Consócios votam o Sindicato, até mesmo quando, como neste caso, nos desejaríamos sempre pugnar pelos seus interesses!", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1945 [dact.], p. 9.

Capítulo 4

CONCURSOS PÚBLICOS DE ARQUITECTURA E URBANISMO

A atribuição de trabalhos profissionais através de concursos públicos foi defendida desde sempre pelas organizações associativas dos arquitectos portugueses. A sua promoção permitia colocar aqueles profissionais em igualdade de circunstâncias face ao encomendador, por um lado e, por outro, viabilizava o aparecimento de novos valores. A vertente da salutar competição entre colegas do mesmo ofício era entendida desde a Sociedade dos Arquitectos Portugueses como um estímulo, um exercício necessário para a melhoria da qualidade da própria produção arquitectónica, um desafio à formulação de propostas com base em programas previamente propostos e impostos. O conjunto dos trabalhos apresentados a qualquer concurso, uma vez que as soluções eram cuidadosamente preparadas porque havia opção de escolha, representam de alguma forma uma espécie de súpula estética, técnica, teórica e imagética das ideias circunscritas a determinado tema, definindo também afinidades e parcerias profissionais e interdisciplinares relevantes para a História da Arquitectura.

É morosa toda a fase preparatória para o lançamento de um concurso público, caminho, como se verá, por vezes conflituoso e constantemente redefinido quer em função do objecto quer pelo tipo de promotor. Por isso, as associações dos arquitectos sempre pugnaram pela sua participação desde o início de todo o processo no sentido de salvaguardar os interesses e dignidade profissional da classe que representavam apesar dos conflitos que daí poderiam advir, sobretudo, como se poderá constatar, da sua actuação nos júris, defendendo como critério primeiro a qualidade das soluções propostas como factor de selecção e não o seu custo. Por outro lado, eram desde logo definidas relações com a entidade

promotora que em caso extremo funcionariam como força de pressão a fim de serem satisfeitas exigências programáticas: o desacordo do organismo profissional com aquela poderia resultar num concurso deserto.

Vários passos definem a organização de um concurso público e que cabem ao seu promotor: a definição do objecto, o programa, o regulamento, a constituição e funcionamento do júri e a divulgação, sendo o primeiro destes aspectos aquele que gera menor polémica, apesar de nem todos os problemas serem susceptíveis de ser postos a concurso. Todos os outros têm desenvolvimentos e concretizações diversas que passam pelo faseamento do próprio concurso (de ideias, de anteprojectos, de projectos), pelo tipo de habilitações profissionais exigidas aos candidatos, pelo tipo de prémios que se propõe atribuir, pela composição do júri, pelos diversos critérios que orientam a selecção de trabalhos e ainda pelo tipo de contratação proposta para os vencedores, uma vez que o exercício da profissão de arquitecto visa fundamentalmente a realização de obras e não apenas de projectos.

Porém, e de acordo com os objectivos previamente estabelecidos no início deste inquérito, a temática dos concursos será abordada do ponto de vista da sua formulação e no que ela implica quanto à dignificação e promoção da classe dos arquitectos e não no que ela revela enquanto produção, interpretação e propostas de ideias de Arquitectura e de Urbanismo.

Foi cerca de oito anos após a sua fundação que a Sociedade dos Arquitectos Portugueses aprovou em sessão de Assembleia Geral de 2 de Agosto de 1909, o primeiro Regulamento para Concursos Públicos de Arquitectura, produzido no âmbito da uma associação profissional específica (1). Ao longo de 16 alíneas determina aspectos relacionados com a preparação e desenvolvimento dos concursos, sendo, naturalmente, colocada uma tónica dominante na participação dos arquitectos logo desde a organização do programa. De acordo com o regulamento, este deveria indicar quais as peças desenhadas ou escritas a

apresentar pelos concorrentes e a verba destinada à execução da obra, sendo os prazos e prémios a atribuir estabelecidos em relação à importância do objecto posto a concurso, apesar de ser omissivo quanto à indicação dos factores conducentes a tal hierarquização. Também os concursos abertos "para obras de excepional importância", poderiam ser feitos em duas fases, sendo a primeira eliminatória "para simples apreciação de esboços" e selecção dos concorrentes a admitir à segunda fase.

De acordo com as aspirações da classe, o júri deveria ser constituído por uma maioria de arquitectos, dos quais um seria escolhido entre os professores das Escolas de Belas Artes do país e outro nomeado pela Sociedade dos Arquitectos Portugueses, não podendo os seus membros "ter qualquer interesse pessoal na classificação dos trabalhos dos concorrentes ou na execução das obras". Um outro aspecto relevante que exprime a vertente pública de divulgação e promoção da Arquitectura pretendida através dos concursos é o facto de ser desde logo previsto no regulamento que os projectos apresentados seriam expostos antes e depois de serem classificados, podendo assim colocar-se a hipótese da opinião pública ou da própria imprensa funcionarem como um indicador de pressão influente na decisão do júri.

À defesa dos concorrentes cujas provas deveriam ser apresentadas anonimamente "e marcadas com uma divisa ou epigrafe" que permitisse a sua posterior identificação, eram dedicadas três alíneas, uma respeitante ao vencedor do concurso que teria o direito, para além do prémio, de exercer a direcção da obra, tarefa remunerada de acordo com a tabela oficial dos honorários dos arquitectos ou a receber "uma indemnização equivalente a dois terços dos referidos honorários, no caso da obra não começar no prazo de três anos"; outra que estabelecia a necessidade de haver um acordo entre o promotor do concurso e o arquitecto no caso de haver qualquer alteração no projecto classificado em primeiro lugar; e por fim, uma última cláusula salvaguardando para os seus autores a propriedade

artística dos projectos classificados "embora à entidade promotora do concurso fiquem pertencendo os exemplares premiados para lhes dar a aplicação que o referido concurso tinha em vista". Para os concursos internacionais a Sociedade defendia a adopção do regulamento especial aprovado no VIII Congresso Internacional dos Architectos, realizado em Viena de Áustria em 1908, então publicado do Anuário daquela associação. (2)

Ainda que de forma não exaustiva, importa referir quais os concursos públicos de arquitectura mencionados nos Relatórios das gerências da Sociedade dos Architectos até à aprovação daquele regulamento por forma a clarificar as solicitações e intervenções ocorridas neste âmbito, o primeiro dos quais é o da igreja-monumento à Imaculada Conceição, em 1904, cujas bases principais foram estabelecidas em Assembleia Geral (3); cadeias civis da cidade do Porto, aberto pelo Ministério da Justiça que não se chegou a realizar (4); projecto para a nova sede do Asilo dos Cegos António Feliciano de Castilho, promovido pela Direcção do mesmo asilo que não teve concretização (5); no ano social de 1907-1908 foi defendida a realização de concursos públicos a propósito do Plano de Melhoramentos para a Vila de Sintra (registando-se assim a primeira referência de uma ideia de concurso em tomo de questões urbanísticas), da construção do edifício do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa e do incêndio do teatro de S. João, no Porto (6); construção do matadouro municipal e mercado de gados, iniciativa da Câmara Municipal do Porto cujo programa "não podia ser aceite pelos architectos pela forma vaga e incompleta como estava redigido" (7); abertura do concurso para a construção do Teatro Municipal de S. João, também promovido pela Câmara Municipal do Porto (8); construção do palácio de exposições no Parque Eduardo VII para o qual a Câmara Municipal de Lisboa decidiu abrir concurso por proposta de M. Ventura Terra, então vereador (9); monumento da Guerra Peninsular (10); e ainda para o monumento comemorativo da União Telegráfica, em Berna, único concurso internacional mencionado neste período.

(11)

Após a aprovação do regulamento e a proclamação da República, o primeiro concurso referido é o do Monumento ao Marquês de Pombal ideia que surgiu durante a comemoração do centenário da sua morte em 1882, cuja comissão executiva, "encarregada em 1905 de angariar donativos, exorbitando das suas atribuições, resolveu abrir concurso para apresentação de maquetes". Porém e dado que o programa incluía "cláusulas inaceitáveis para a dignidade dos artistas" estes, de acordo com as decisões tomadas em Assembleia Geral da Sociedade dos Arquitectos Portugueses e da Sociedade Nacional de Belas Artes, decidiram não concorrer, "considerando sem efeito a abertura desse concurso, que sempre lhes despertára grande entusiasmo e pelo qual ansiavam de há muito" e ao qual se apresentou um único concorrente. Os protestos feitos à comissão executiva por ambas as organizações não foram atendidos "apesar da opinião da comissão técnica e artística que neste assunto" concordava com aquelas. A solução estava assim dependente do ministro do Interior (12) e ainda por resolver no ano seguinte.

No ano social de 1913-1914, o Conselho Director considerava que em tomo deste assunto se tinha "levantado uma campanha, em que foi gravemente molestado e afrontado o respectivo júri", então presidido por J. Luís Monteiro, tentando por isso promover "uma manifestação de homenagem, embora modesta, mas significativa" àquele colega (13). Porém, o concurso do Monumento ao Marquês de Pombal adquiriu nova dimensão ao ser apresentada no Parlamento uma proposta que visava alterar a lei de 26 de Maio de 1911, "constituindo um júri para apreciação de todos os concursos de arte, por uma forma que tende a terminar com a realização desses concuros, visto essa constituição não merecer confiança aos artistas e daí resultar a sua abstenção" (14). No seu Relatório do ano seguinte, o Conselho Director referenciava o facto de ter sido anulada a decisão do primeiro júri baseada num parecer emitido pela Procuradoria Geral da República (15), o que resultou num pedido à Sociedade dos Arquitectos para nomear representantes para o novo júri

que iria ser constituído, o que o Conselho teve "relutância em o fazer". Todavia, e dada a "conveniência em não embaraçar" a solução do concurso, foram eleitos para esse fim Artur Manuel Rato e Miguel J. Nogueira Junior que viriam a ser excluídos, sendo substituídos por Frederico E. da Silva Gomes e A. d'Assunção Machado. A gerência da Sociedade procurava então fazer com que fossem respeitadas as decisões deste segundo júri e enviou diversas representações aos titulares da pasta da Instrução no sentido deste dar andamento ao concurso "em conformidade com a lei, que tão notável se tem tomado, pelas diferentes fases por que tem passado e pelo imprevisto do seus episódios" (16). O Conselho Director de 1916-1917 tal como no anterior, voltou a solicitar ao ministro da Instrução o cumprimento da lei a fim de pôr definitivamente "térmo a interminável chicana, que não só representa um desrespeito pela decisão dos júris, como um entrave à homenagem a prestar ao grande estadista Marquês de Pombal" (17). Só em 1926 é que uma comissão dirigida pelo republicano Magalhães Lima (18), deu início aos trabalhos de construção do projecto vencedor do concurso de 1913, da autoria de A. Bermudes e António do Couto com o escultor Francisco dos Santos e que teve a colaboração dos escultores Simões de Almeida e Leopoldo de Almeida, este último a partir de 1930 (19), e que se prolongaram até 1934, data da sua inauguração (20). De certo que do mais de meio século que decorreu entre a ideia de erigir um monumento a Marquês de Pombal e a sua concretização, não foram alheios os controversos atributos evocativos do estadista a homenagear. Se a sua acção decisiva na reconstrução de Lisboa merecia o apreço dos governantes já dos anos vinte deste século, o seu anti-jesuitismo nunca lhe seria perdoado por alguns (21). À data da sua inauguração, a 13 de Maio de 1934, só Duarte Pacheco esteve presente, recusando o Presidente da República, general Carmona, o convite pessoal que lhe fora dirigido para estar presente nessa cerimónia, da qual também Oliveira Salazar, enquanto Presidente do Conselho de Ministros, se demarcou.

Outro concurso que visava também um monumento comemorativo foi alvo de vivos protestos por parte da Sociedade dos Architectos. Tratava-se do Monumento Comemorativo do Triunfo da República a erigir no Porto, o qual só teve um concorrente que viu o seu projecto aprovado por um júri sem legitimidade legal (22). A situação descrita no Relatório da gerência do ano social de 1913-1914 quanto aos concursos públicos continua a ser elucidativa de que aqueles se continuavam a realizar sem ter em consideração quer o regulamento aprovado pelos architectos quer normas éticas satisfatórias para os artistas. Nesta situação encontra-se o concurso para o monumento a Camões a erigir em Paris e para cuja elaboração do programa foi solicitada a indicação de dois architectos - foram indigitados Leonel Gaia e Álvaro Machado - e que após a primeira reunião do júri, a comissão promotora do concurso alterou a constituição deste, tendo então a Sociedade considerado não estarem reunidas as condições necessárias para continuar a participar no concurso. (23)

Durante o ano social de 1915-1916 passaram pela Sociedade dos Architectos dois concursos: um que teve a sua representação no júri assegurada por A. Marques da Silva e que era destinado à selecção da estátua da República para a sala das sessões da Câmara dos Deputados e outro, promovido pela Câmara Municipal de Guimarães para a elaboração de um projecto para os Paços do Concelho e várias repartições públicas daquela cidade (24). O programa deste último foi submetido à aprovação da Sociedade que, reunida em Assembleia Geral deu "o seu parecer favorável (...) propondo no entanto certas modificações", sendo o concurso aberto "em harmonia com esse parecer" (25). Porém, o mesmo comentário não mereceu o concurso aberto pela Câmara Municipal do Porto também para a construção do novo edificio dos Paços do Concelho. O seu programa foi então considerado pelo Conselho Director "absolutamente inconveniente e inaceitável", "tão absurdo como atentatório do brio e da dignidade dos architectos", "pelo que todos os colegas, à excepção de dois, se abstiveram de concorrer". A Sociedade não teve assim

representação oficial num júri que foi da opinião de que os trabalhos apresentados "não satisfaziam, propondo a abertura de novo concurso, com um novo programa, elaborado de acordo com as instâncias oficiais". Este parecer foi acatado pela Câmara Municipal do Porto que veio a solicitar à associação dos arquitectos a indicação das alterações que considerava necessárias introduzir no programa inicial. (26)

Já nos anos 20 a Sociedade fez-se representar por Miguel Nogueira Junior e Pardal Monteiro (este último em substituição de F. Carlos Parente que faleceu) no júri do concurso público para o monumento aos Mortos da Grande Guerra (27). Mais vagas são as informações do Relatório de 1927-1928, no qual era afirmado que o Conselho Director "não descurou os concursos relativos à elaboração dos projectos do Palácio da Justiça, dos pavilhões para a exposição de Sevilha, etc." e que "sempre pugnou para que os projectos de construções de certa importância fossem sempre feitos por concursos, defendendo deste modo os interesses da Architectura e dos próprios arquitectos". (28)

O Conselho Director para o ano social de 1929-1930 ocupou-se de oito concursos públicos: o aberto pela Sociedade de Casas Económicas entre arquitectos portugueses para a elaboração de projectos tipo de casas económicas, para o qual foi significativamente indicado Raul Lino para representar a Sociedade no júri; o do monumento a erigir em Lamego promovido pela Liga dos Combatentes da Grande Guerra - A. Marques da Silva foi o delegado no seu júri cujo primeiro prémio foi atribuído à proposta de A. Machado em colaboração com o escultor Júlio Vaz Júnior sendo inaugurado a 5 de Setembro de 1932; o do monumento a João de Deus, organizado pela Liga dos Amigos de João de Deus, sendo então nomeados como representantes da agremiação dos arquitectos, A. Marques da Silva e José Coelho. (29)

Outros dois concursos que mereceram a intervenção do Conselho Director foram os abertos em Luanda e em Lobito, o primeiro para um padrão, promovido pela Comissão dos Padrões da Grande Guerra (30) e o segundo para o projecto dos Paços do Concelho, de iniciativa da Câmara Municipal do Lobito, apesar daquele órgão associativo só ter tido conhecimento dos respectivos regulamentos através da imprensa. Discordando de algumas cláusulas foi convocada uma Assembleia Geral para se debruçar sobre o assunto que não se chegou a realizar por falta de participantes, o que levou o Conselho Director a pensar "que por este facto todos estavam de acordo com as condições dos referidos concursos", entendendo assim "desnecessário apresentar qualquer projecto ou reclamação" (31). Importa ainda referir um outro concurso de promoção camarária e do qual se voltará a falar, o da entrada monumental para o Parque Eduardo VII. Eram ainda feitas referências ao concurso do monumento à Rainha D. Leonor a erigir nas Caldas da Rainha, sendo nomeados para representar a Sociedade no júri A. Marques da Silva e Pardal Monteiro (32) e, por fim, o concurso para a elaboração de três pavilhões a construir em Paris por ocasião da Exposição Internacional e Colonial a realizar em 1931 e em relação ao qual a Sociedade solicitou ao Comissariado Geral de Portugal a possibilidade de se fazer representar no respectivo júri. (33)

Verifica-se assim que até aos anos 30 os concursos públicos que mereceram a atenção do órgão representativo dos architectos portugueses tiveram na sua maioria por objecto, a escolha de monumentos comemorativos que pontuaram vários centros urbanos um pouco por todo o país. Elegendo figuras históricas de algum relevo ou unicamente com o intuito evocativo de momentos eleitos como cruciais na história nacional, estátuas e monumentos secundaram a fixação de uma memória colectiva, ainda que em termos iconográficos não tivesse sido tão representativa como o foram aquelas que viriam a ser expressamente concebidas para a Exposição do Mundo Português em 1940.

Foi a partir do decénio de 30 que os concursos públicos puderam com maior continuidade denominar-se de Arquitectura. Destes, o primeiro a ser referido nas Actas da Assembleia Geral da Sociedade dos Architectos Portugueses, logo em 1930, foi o dos liceus que viria a realizar-se no ano seguinte. Algumas das cláusulas do seu programa mereceram o desacordo da classe, sendo João Antunes e o recém inscrito Victor Piloto designados pela Assembleia para "estudar detalhadamente o assunto e o apresentar na próxima sessão" (34). Na reunião seguinte, com a participação de apenas seis sócios (35), o primeiro expôs então os pontos das bases para o concurso aberto para a construção de vários liceus do país que eram mais lesivos para os architectos: "vários artigos não lhes (davam) o papel que lhe deve caber na elaboração e execução desses projectos", propondo que se reclamasse "imediatamente a quem de direito apontando-se esses inconvenientes e pedindo-se a suspensão dos artigos a que se refere", sendo votada por unanimidade a eliminação de tais cláusulas (36). No entanto, os presentes não consideraram o assunto esgotado, designando uma comissão formada por João Antunes, José Coelho e J. Urbano de Castro para estudar "concretamente" as referidas bases cujas conclusões seriam apresentadas numa próxima sessão de Assembleia Geral. Sete sócios compareceram então à reunião de 23 de Julho de 1930 (37), onde foi lido o ofício a enviar à Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário, promotora do concurso, cujo teor e consequências se desconhecem pois esta foi a última referência quanto a este assunto. O número de presenças nas reuniões em que as bases do concurso para a construção dos novos liceus de Coimbra, Lamego e Beja foram discutidas é relevante tendo em consideração que nele participaram equipas de jovens architectos, todos eles já ligados ao seu organismo de classe e cujos resultados são uma referência incontornável no panorama da Arquitectura modernista em Portugal, excepção feita ao projecto para Lamego. (38)

No relatório do Conselho Director do ano social de 1930-1931 era afirmado que aquele órgão elaborou "os seguintes programas de concursos públicos abertos entre architectos portugueses diplomados: Palácio da Agricultura, Cemitério Militar Português em Richebourg l'Avoué em França (39), Monumento aos Mortos da Grande Guerra, a erigir na cidade de Braga" (40). Todavia, a inexistência dos livros de Actas do Conselho Director entre 9 de Julho de 1930 e 7 de Abril de 1932 não permite avaliar concretamente o trabalho desenvolvido em relação àqueles concursos. É só através das afirmações proferidas em Assembleia Geral já de 2 de Abril de 1932 que é possível, pelo menos, saber-se de algumas das consequências directas que deles resultaram para a Sociedade dos Architectos: Eugénio Correia, vogal do Conselho Director "declarou ter abandonado os trabalhos da Direcção após a classificação do concurso do Palácio da Agricultura, como protesto, pelo facto de se sentir bastante prejudicado com a deliberação do júri". J. Urbano de Castro que integrou o aludido júri, com António do Couto, representante da Sociedade, afirmou então que não se sentia "atingido pelas palavras de desabafo do seu colega" sendo encerrado este assunto. (41)

Em 1933, ainda no âmbito da Sociedade dos Architectos Portugueses, foram elaboradas e apreciadas em Assembleia Geral as bases do programa do "concurso dum plano de urbanização da Praia do Cabedêlo em Viana do Castelo", sendo esta do "parecer que não correspondendo as bases apresentadas" às que a Sociedade "a pedido da Câmara de Viana do Castelo remetera" e que verificando que "algumas dessas bases eram pouco favoráveis para o artista classificado, se deveria officiar à Sociedade dos Architectos do Norte" para que igual posição fosse assumida em conjunto (42). Só cerca de quatro meses depois o assunto foi referido numa outra Assembleia Geral. Após a leitura da Acta da reunião anterior, H. Taveira Soares "lastimou que referindo-se essa acta a uma deliberação pela qual o architecto Jorge Segurado devia informar os colegas sobre a resolução dos colegas do Norte quanto ao concurso para o plano de Urbanização da Praia do

Cabedêlo, de nada ter conhecimento perdendo a oportunidade de concorrer, o que outros colegas fizeram, e entre eles o próprio colega Jorge Segurado". Tais declarações foram então comentadas por J. Urbano de Castro que afirmou que "procurará evitar que tais factos se tomassem a dar, pois que esta era tomada na devida conta". (43)

No ano seguinte vários concursos públicos de arquitectura e urbanismo voltaram a merecer a atenção da Direcção e da Assembleia Geral agora já do Sindicato Nacional dos Arquitectos entre os quais se encontra a ideia de abertura de um concurso para o plano de urbanização da cidade de Luanda, o referente ao plano de urbanização da Praia da Rocha e o do Monumento ao Infante D. Henrique.

A abertura do primeiro foi sugerida por J.C. Ferreira da Costa, numa reunião geral de arquitectos em alternativa ao pedido feito ao Sindicato pela Câmara Municipal de Luanda para que lhe fossem indicados "nomes de Associados para efectuarem um plano de urbanização da cidade". Porém, Cottinelli Telmo discordou da proposta do seu colega "dada a impossibilidade dos concorrentes se deslocarem a Luanda" e porque entendia "que para se fazer um projecto de urbanização" era "indispensável conhecer o local, visitando-o" - opinião contestada pelo primeiro interveniente - apresentou outra sugestão: que "a Câmara daquela cidade, contrate por intermédio do Sindicato com os honorários da tabela oficial um associado para elaborar esse projecto". Generalizada a discussão em torno das hipóteses colocadas foi decidido que se fizesse "uma consulta a todos os filiados", inclusive aos da Secção Distrital do Porto, para saber quais os que estariam interessados em elaborar o referido plano de urbanização (44). Em Novembro de 1934 era comunicado ao presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Luanda que os sócios Jorge Segurado, Amílcar da Silva Pinto, Carlos Ramos, C. Rebelo de Andrade e J.C. Ferreira da Costa estavam interessados nesse trabalho (45), tendo aquela entidade solicitado do Sindicato a indicação de dados curriculares daqueles e a tabela dos honorários a fim de avaliar as possibilidades

da contratação proposta (46). Porém, em Fevereiro do ano seguinte este último documento ainda não tinha sido enviado (47), sendo-o só no início de Abril (48). As propostas de remunerações apresentadas foram aceites, quase na totalidade, pela Câmara Municipal de Luanda (49), o que levou a Direcção do Sindicato a convocar os cinco sócios que responderam à circular (50). Em Julho, a Agência Geral das Colónias, enviava aos arquitectos a cópia de um telegrama que recebera de Luanda, no qual era solicitada a resposta definitiva daqueles (51). Só no mês seguinte é que o Sindicato enviou a sua contra-proposta focando três aspectos fundamentais: elementos a fornecer pela Câmara Municipal de Luanda; trabalhos a executar pelo arquitecto; remuneração e prazos de entrega (52). Verifica-se assim ter decorrido cerca de um ano em que o Sindicato apresentando uma proposta que foi aceite, acabou por protelar e arrastar o assunto que ficou pendente até 1938, quando a mesma Câmara optou pela contratação de um técnico estrangeiro.

Logo na primeira reunião da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos foi lido um officio enviado pelo presidente da Comissão de Iniciativa e Turismo da Praia da Rocha que solicitava "a organização das bases do concurso para a urbanização da referida praia", sendo decidido dar conhecimento do seu conteúdo aos membros da comissão encarregada, no âmbito do Sindicato, de elaborar as bases dos programas dos concursos, integrada por Luís Cunha e Adelino Nunes (53). Na reunião seguinte, Vasco Regaleira, secretário da Direcção propunha que à mesma comissão fosse dado conhecimento "do decreto que brevemente vai entrar em vigor, sobre 'projectos de urbanização em todo o País'" (54) para ser feita a sua apreciação e a fim de que alguns aspectos fossem tomados em conta no regulamento-tipo que aquela preparava. Passado cerca de um mês, Tertuliano Marques propôs que Carlos Ramos, vogal da Direcção, se encarregasse "de delinear as linhas gerais do concurso de urbanização da Praia da Rocha" (55), não tendo porém justificado a razão da escolha deste colega que, aproximadamente uma semana depois, expôs em pormenor "a orientação seguida na elaboração das

referidas bases", omissa na Acta, o que foi aprovado (56) sendo o programa definitivo apresentado e também aprovado na reunião posterior (57). Já em 1935, a Comissão de Iniciativa e Turismo da Praia da Rocha solicitava um elemento do Sindicato para o júri do referido concurso: foi então designado o presidente da Direcção, Tertuliano Marques. (58)

O concurso para o monumento ao Infante D. Henrique a erigir no promontório de Sagres, comemorativo do primeiro ciclo das navegações e dos descobrimentos dos portugueses, foi aberto "entre artistas nacionais sem distinção de especialidade" pelo Decreto-Lei nº 23.405 de 27 de Dezembro de 1933 (59). A sua história já de seis decénios - uma vez que o assunto se encontra ainda em aberto - teve e tem contornos bem mais claros do que aqueles que eram definidos na figura do infante e na "síntese da época" que pretendia evocar. Naquele concurso, lançado pela Presidência do Conselho exactamente no mesmo ano em que foi aprovada a nova Constituição da República Portuguesa, o Estado Novo deu o primeiro grande passo no sentido da definição pública da sua ideia de valorização de momentos históricos. Por outro lado, o preâmbulo que justificava a sua abertura e objectivos, deixava bem claras as condicionantes programáticas que iriam secundar a pressão oficial exercida neste domínio no intuito de criar um "estilo" que correspondesse àquele Estado que em tudo se desejava Novo, reforçando um conflito deixado a mais das vezes em aberto opondo tradição e modernidade. A sua localização, atenta a uma geografia mítica e efabulada - "no promontório de Sagres, que é já, por natureza, um conjunto monumental", "uma verdadeira oferta da natureza" que "pelo seu aspecto grandioso, obriga a que ele corresponda ao pedestal formado, nas proporções, nas linhas e na magestade" de acordo com o citado Decreto-Lei - enformava o primeiro aspecto. Quanto ao segundo, era determinado que o monumento deveria também reflectir "o espírito da época em que foi concebido e realizado", não "se limitando, portanto, a réplicas e estilizações de motivos que nobilitaram na época outras gerações". (60)

O teor do projecto daquele Decreto-Lei mereceu alguma discordância por parte dos arquitectos, expressa numa carta de Janeiro de 1934 dirigida a Oliveira Salazar pelo Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses "tacitamente dissolvida (...) até que se reorganize em Sindicato" mas que suponha ser "ainda o legítimo representante dos seus colegas" (61). A abertura do concurso para o Monumento ao Infante D. Henrique era então considerada como "mais um valiosíssimo serviço ao país com a colaboração dos artistas nacionais" que o Presidente do Conselho prestava, sendo por isso "motivo para nos enchermos de satisfação e legítimo orgulho". Todavia, algo se "(oferecia) dizer" sobre o regulamento do concurso, estando aquele órgão associativo "conscio de que prestando por esta forma um serviço aos seus colegas" vinha "ao encontro dos altos desejos de harmonia e de justiça" de Oliveira Salazar. O primeiro reparo incidia no facto de, conforme o parágrafo 2º do Art. 1º, "não (ter) o architecto primeiro classificado a garantia da execução do seu projecto, porque assim o pode entender o Governo". Deste modo, os prémios que aquele receberia "só deveriam ser considerados como recompensa de uma competição e nunca como a remuneração bastante de um trabalho elaborado, que bem se pode classificar de ante-projecto", defendendo o Conselho Director que a verificar-se esta hipótese "uma indenmização era devida ao architecto".

Outra das observações ao projecto de decreto incidia sobre o Art. 2º que determinava que o architecto co-autor apenas teria a "d direcção artística da obra" elaborando "os detalhes necessários à sua realização". Ora, para aquele Conselho, qualquer architecto diplomado pelas escolas nacionais era "absolutamente competente para dirigir a realização total de toda a obra que concebe e projecta" (62). Era assim defendido que o architecto co-autor deveria fazer parte da entidade nomeada para a realização do projecto, na qualidade de "director dos trabalhos", admitindo a participação de outros técnicos. (63)

O limite de "cinco anos" previsto para a "construção de um grande monumento, como há-de ser este, mas cujas características ainda se não conhecem", foi também contestado na referida carta. Para os arquitectos, "o resultado prático que se poderá conseguir com tal limitação de tempo, será exclusivamente aquele que, contrariamente ao desejo do Governo, prejudica a realização de uma obra de Arte, isto é, a velocidade da sua execução". Não deixam de ser curiosos os comentários então feitos pois que são de algum modo desprestigiantes para aquele que viesse a ser classificado em primeiro lugar. "Essa velocidade, pode, humanamente, tentar o artista, com a mira do lucro. Esse lucro, conseguido por tal forma de estímulo, sendo atentatório da dignidade do artista, só pode ser prejudicial para com a obra de Arte". Por outro lado, tal demora implicava um desfazamento dos custos inicialmente previstos "com manifesto prejuízo" do arquitecto co-autor, advogando por isso a aplicação dos cálculos destas percentagens de acordo com o Regulamento dos Honorários dos Arquitectos Portugueses. Por fim e dado que tinham então decorrido "doze dias após a publicação do programa do concurso no Diário do Governo" e ainda não se encontravam na Secretaria Geral do Ministério das Finanças os elementos que deveriam ser fornecidos aos concorrentes segundo o Art. 6º do Decreto-Lei nº 23.405, o Conselho Director pedia ao Presidente do Conselho que o "prazo de entrega das provas" fosse "ampliado de forma a que seja prejudicado o prazo dos 150 dias".

A publicação, no início de Maio de 1935, dos resultados finais deste concurso a que se apresentaram 15 concorrentes e que deu o 1º prémio ao projecto da equipa dos irmãos Rebelo de Andrade com a colaboração do escultor Rui Gameiro que tinha já modulado outras figuras históricas, gerou viva polémica cujo significado e consequências se situam muito para além de uma simples contestação ao concurso que afinal funcionou mais como um pretexto (64). Um extenso documento subscrito por 44 individualidades entre os quais se encontravam oito arquitectos (65), constituiu a representação apresentada a Oliveira Salazar para que fosse

"construído em Sagres o monumento digno dos descobrimentos e do infante", protestando violentamente contra a orientação do júri, que segundo aqueles era um "erro". Um dos objectivos daquele " grupo de homens que, acima de tudo, prezam o bem da Nação e a sua grandeza espiritual", de acordo com as suas palavras , "(...) é mostrarmos que não pode a nossa época consagrar os Descobrimentos e a grandeza da Raça e do Infante em Sagres - terra sagrada - por um monumento que não é um obra de arte, que não tem valor de criação de arte, nem poder de religiosa e simbólica comoção " (66). Defendiam por oposição à escolha do júri e "sem ofensa para ninguém , sem menoscabo dos talentos, confirmados ou revelados no concurso", o projecto apresentado por Pardal Monteiro com o escultor Leopoldo de Almeida (67), "maior realização do exterior monumental" e a proposta de José Cortez como "a maior concepção e realização de arte do interior do monumento."

Se a contestação deste grupo visava a decisão do júri do ponto de vista estético, esta também foi posta em causa no âmbito do Sindicato, mas do ponto de vista do não cumprimento das bases do concurso. O projecto classificado em primeiro lugar por mérito absoluto com maioria de votos, foi aprovado "sob a condição expressa de se verificar, pelos cálculos que têm que ser feitos por técnicos, que o referido projecto pode ser executado em condições de estabilidade, resistência e de duração, dentro da verba de 9 mil contos, autorizada pelo decreto-lei nº 23.405", de acordo com a Nota Oficiosa do Presidente do Conselho de 30 de Abril de 1934. Assim, Cottinelli Telmo numa Assembleia Geral afirmava que não discutia a resolução do júri, mas salientava que este "faltou a uma das bases do concurso, no que diz respeito a orçamentos, pois foi aprovado um projecto com orçamento manifestamente superior ao estipulado". Informava então os colegas que "reclamou superiormente" contra este facto através de um requerimento a Oliveira Salazar a fim de que fosse revista a decisão do júri, tendo o Presidente do Conselho respondido "por intermédio do seu secretário, que não poderia tomar conhecimento

desse requerimento visto que, por lei, das decisões do júri não há apelo". Cottinelli Telmo justificava o facto de ter agido individualmente e sem o conhecimento prévio do Sindicato pois "a sua actuação teve por fim não criar ao Sindicato dificuldades no período de formação" em que ainda se encontrava. Na mesma Assembleia e ainda a propósito deste concurso, intervieram também Tertuliano Marques e Jorge Segurado, insistindo no facto de no júri não terem participado os dois arquitectos inicialmente previstos (68). Poucos dias após esta Assembleia, na reunião de Direcção, foi discutido o teor de um officio a endereçar pelo Sindicato ao presidente do júri, sendo depois suspensa tal iniciativa para serem auscultadas opiniões de outros colegas". (69)

Em 1936 e prevendo-se a abertura de um segundo concurso o assunto foi de novo abordado em Assembleia Geral, tendo o sócio José Coelho feito uma intervenção no sentido de fazer "ver a conveniência de instar junto das entidades competentes para que no júri do concurso para o Monumento ao Infante de Sagres haja mais número de arquitectos, porquanto a opinião de um só arquitecto no meio de tantos vogais estranhos" à profissão "nunca poderá dar as necessárias garantias de prevalecer". Regista-se então a primeira intervenção de Pardal Monteiro sobre este assunto nos documentos associativos: para aquele era "já tarde para se tratar deste caso, entendendo que o Sindicato deve elaborar umas bases gerais de organização de concursos e seus júris e obter das entidades superiores a sua aprovação". Acrescentava ainda que os "júris dos concursos de arquitectos" deveriam ser "formados por arquitectos e não por pessoas, dignas aliás da máxima consideração, mas que não possuem os conhecimentos técnicos indispensáveis para bem poder ajuizar concursos" daquela natureza. Foi então que J. Urbano de Castro, presidente da Mesa da Assembleia Geral, interviu no sentido de lembrar aos presentes que já existiam "umas bases estudadas por uma comissão de que faziam parte os arquitectos Luís Cunha e Adelino Nunes" que deveriam "servir de ponto de partida para o estudo mencionado". Sobre o assunto falaram ainda

Tertuliano Marques, V. Reis Camelo e C. Rebelo de Andrade, tendo este último proposto que uma vez criada a Junta Nacional de Educação se deveria "solicitar do Governo que todas as obras sejam dadas por concurso". Por decisão da Assembleia, cabia à Direcção julgar da oportunidade da diligência a efectuar junto das entidades superiores para que mais architectos fossem agregados ao júri do concurso do Monumento ao Infante D. Henrique. (70)

Ao novo concurso aberto em 1937 sobre o mesmo tema e com base nos pressupostos anteriores, dado que o primeiro foi anulado, apresentaram-se cinco concorrentes, ou seja, tantos quantos os prémios a atribuir, e do qual saiu vencedora a equipa de Carlos Ramos, com o escultor Leopoldo de Almeida e o pintor Almada Negreiros (71), sendo os outros prémios do segundo ao quinto lugar entregues respectivamente às equipas dos architectos V. Lacerda Marques; António Lino; irmãos Rebelo de Andrade (primeiros classificados no concurso anterior) e Raul Lino. Porém, este concurso suscitou novas dúvidas e polémicas e foi tal como o anterior anulado, falhando assim, "nestes anos de afincado nacionalismo, a proposta de um monumento a um dos símbolos do pensamento tradicionalista nacional" (72), sendo lançada em 1954 uma 3ª versão do mesmo. (73)

De acordo com o que se pode depreender pelas afirmações contidas numa Acta da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos, em Janeiro de 1938, a decisão do júri do segundo concurso ainda não tinha sido homologada pelo Presidente do Conselho (74). Apesar disso, em Março daquele ano, na Nota Oficiosa em que lançava as primeiras bases das Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e Restauração da Nacionalidade, Oliveira Salazar manifestava o seu descontentamento face ao falhanço dos dois concursos já realizados. Escrevia então: "Pena é que o monumento do Infante D. Henrique, à volta do qual se anda há anos, não possa ser inaugurado nessa época e nos não seja por isso dado a assistir ao espectáculo maravilhoso que seria desfilarem em grande parada naval,

diante da ponta de Sagres, em face do monumento ao propulsor da navegação e dos descobrimentos nos tempos modernos, luzidas representações de todas as marinhas do Mundo". (75)

Após os concursos dos planos de urbanização das Praias do Cabedêlo e da Rocha, um outro mereceu a atenção da Direcção, em 1935: tratava-se então do concurso para o plano de urbanização das Termas do Gerês, promovido pela Comissão de Iniciativa e Turismo daquelas termas e cujas bases foram solicitadas ao Sindicato, de acordo com uma proposta apresentada por Jorge Segurado (76). Este foi o primeiro concurso de urbanismo realizado após a publicação pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações dirigido por Duarte Pacheco, do Decreto-Lei nº 24.802, de 21 de Dezembro de 1934, que lançava as bases de elaboração dos planos de urbanização municipais e pelo qual eram também abrangidos os "centros urbanos ou zonas de interesse turístico, recreativo, climático, terapêutico, espiritual ou artístico", estando prevista aquela modalidade de encomenda dos referidos planos (77). Por outro lado, este concurso, tal como os anteriores integrava-se numa mais vasta estratégia de promoção e valorização turística do país, empreendida a partir do Secretariado da Propaganda Nacional e por iniciativa de António Ferro, seu director. Pela documentação consultada parece que as bases enviadas não suscitaram quaisquer objecções por parte da Direcção que no final do ano delegava em Luís Benavente a sua representação do júri do mesmo concurso. (78)

Também em 1935, Carlos Ramos foi incumbido pela Direcção de apresentar um projecto de programa para o concurso de ante-projectos do Palácio do Comércio, Indústria e Agricultura de Luanda, promovido pela Associação Comercial de Luanda, para ser discutido na reunião seguinte (79). Este concurso mereceu especial atenção da Direcção devido às suas especificidades pois tratava-se de completar um edifício pré-existente, projecto do arquitecto Sá Menezes (80), integrando-o com novas construções. O seu regulamento deixa transparecer alguns

princípios básicos que neste âmbito o Sindicato vinha defendendo: o concurso era unicamente aberto entre arquitectos portugueses diplomados; a constituição do júri, do qual faziam parte quatro arquitectos entre sete elementos; a atribuição de três prémios, em que o primeiro premiado era inteiramente responsável pela execução do projecto definitivo. (81)

Porém, e à semelhança do que aconteceu no ano anterior em relação ao plano de urbanização de Luanda, este também foi um processo moroso que se arrastou de Dezembro de 1934 a Junho do ano seguinte. O primeiro contacto foi estabelecido pela Agência Geral das Colónias no intuito do Sindicato lhe fornecer uma relação dos arquitectos que estivessem interessados em realizar o projecto definitivo do Palácio do Comércio, Indústria e Agricultura de Luanda e entre os quais seria aberto um concurso (82). Após a insistência daquela Agência (83), o Sindicato respondeu finalmente, indicando os nomes de Carlos Ramos, Jorge Segurado, C. Rebelo de Andrade, Pardal Monteiro, Cassiano Branco, Paulino Montez e António Varela (84). No início de Fevereiro foi enviado à Direcção do Sindicato diversa documentação sobre o assunto, em resultado de uma conversa entre Carlos Ramos e Júlio Cayolla (85) que foi então devidamente estudada. Tal trabalho decorria ainda em Abril apesar dos pedidos posteriores para a sua urgente resolução, estes sempre formulados pela Agência Geral das Colónias (86), sendo finalmente entregue a 7 de Junho de 1935. Mais uma vez não se pode deixar de registar com certa estranheza a demora de todo este processo, de alguma forma contraditório com os propósitos do Sindicato. Apesar de, como se pode verificar, aquele não ser o único concurso ou questão a merecer a atenção dos seus corpos gerentes, podendo tal argumento justificar a lentidão com que o assunto foi abordado, ele não impede que se possa colocar a hipótese de que o Sindicato, ao querer fazer de cada resposta às solicitações que lhe eram expressamente dirigidas, um caso exemplar de intervenção, tivesse perdido com isso.

Outro concurso, o da casa de repouso para a associação filantrópica dos Inválidos do Comércio, teve início em 1935, prolongando-se até ao ano seguinte, sendo o seu programa também elaborado por Carlos Ramos (87). De acordo com o processo deste concurso, foi por indicação de Jorge Segurado que a Direcção daquela instituição solicitou ao Sindicato as bases do concurso público entre arquitectos portugueses para o respectivo ante-projecto, que enviou também várias peças desenhadas respeitantes às suas instalações na quinta do Outeiro, no Lumiar (88). Nas bases elaboradas e enviadas cerca de dois meses depois daquele pedido, o concurso era aberto entre arquitectos portugueses diplomados, e o seu júri era composto por cinco elementos, sendo dois arquitectos (um designado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos e outro pela Sociedade Nacional de Belas Artes) (89). O concurso foi aberto a 6 de Janeiro de 1936 terminando a 6 de Maio, tendo a Direcção dos Inválidos do Comércio, no final de Abril, solicitado a nomeação de um elemento que representasse o Sindicato, escolha que por decisão dos corpos gerentes recaiu em João António Piloto (90) que recusou, sendo então substituído por Carlos Ramos. (91)

Nos finais de Junho, J. Urbano de Castro e António do Couto reclamaram junto da Direcção do Sindicato sobre o processo de avaliação dos projectos levados a concurso, o que levou aquele órgão a solicitar uma entrevista com o presidente da sua associação promotora (92). Apenas se apresentaram quatro concorrentes, sendo classificado em primeiro lugar, por unanimidade, o de Cristino da Silva e Tertuliano Marques, tendo o júri decidido não atribuir aos restantes a segunda classificação, ficando em terceiro, também por unanimidade, o de M. J. Norte Junior. Em posse das actas do júri elucidativas de tais resultados, a Direcção oficiou ao presidente dos Inválidos do Comércio, pondo em causa o rigoroso cumprimento do regulamento do concurso ao não ter sido atribuído um dos prémios, sendo curioso o facto de não ter sido então pedido qualquer esclarecimento a Carlos Ramos que foi o representante do Sindicato no referido júri

(93). Este voltou a reunir a fim de analisar os protestos apresentados por J. Urbano de Castro e António do Couto e reafirmou a classificação já anunciada pois considerou "injustificadas" as declarações daqueles concorrentes (94), o que levou o primeiro a apresentar o seu pedido de demissão do cargo de presidente da Mesa da Assembleia Geral e o segundo a pedir a sua demissão de sócio do Sindicato (95). O projecto vencedor foi publicado na revista oficial do Sindicato em 1939, com comentários de Cottinelli Telmo, onde era referido que parecia que o projecto "se não realizou senão em parte" não se sabendo "se será levado inteiramente a efeito". (96)

Outros concursos, ainda que de menor projecção, são mencionados em Actas da Direcção do Sindicato em 1935: o dos Grandes Amazêns do Chiado (97); o do teatro Gil Vicente, no Porto (98); o da Caixa Geral de Depósitos, em Viseu (99); e o do plano de urbanização da cidade de Estremoz. (100)

Até à elaboração no âmbito do Sindicato do regulamento dos concursos públicos de Arquitectura, três concursos mereceram as atenções da Direcção: o do Monumento a Mouzinho de Albuquerque, em Lourenço Marques; o do projecto para os Paços do Concelho de Almada; e o do ante-projecto para o pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Paris.

A Direcção teve conhecimento do primeiro daqueles através da imprensa, tendo imediatamente solicitado à Comissão Executiva do Monumento a Mouzinho de Albuquerque a alteração de duas das condições do referido programa (101), que implicavam que aquele se realizasse por convites, diligência bem sucedida pois este passou a ser aberto a todos os arquitectos e escultores portugueses que a ele quisessem concorrer. O delegado do Sindicato ao seu júri foi Vasco Regaleira. (102)

O regulamento do concurso promovido pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada para a construção dos Paços do Concelho, Tribunal e outros

serviços, foi solicitado pela Direcção do Sindicato ao presidente daquela autarquia (103). Uma vez apreciado, foi pedida a suspensão daquele concurso que seria aberto "sem que as suas condições se subordinassem à mais elementar noção das realidades", merecendo por isso "a mais completa repulsa da Direcção do Sindicato" (104) que se ofereceu para colaborar com a Câmara para que fosse elaborado um novo regulamento. Esta recusou tal proposta e os corpos gerentes do Sindicato "ponderando o assunto", resolveram, "em face do disparatado do programa, que o melhor seria aguardar que os acontecimentos lhe dessem razão". Com satisfação era registado que apenas foi apresentado um projecto a concurso. (105)

O concurso para o pavilhão de Portugal na Exposição de Paris foi promovido pelo Secretariado da Propaganda Nacional e classificado no Relatório da Direcção de 1936 como um "concurso relâmpago, (...), pois foi aberto à última da hora, tendo-se dado apenas cerca de quinze dias aos architectos para estudarem os seus ante-projectos". Apesar disso, aquele órgão associativo afirmava-se satisfeito pois o "seu júri foi constituído por uma franca maioria de architectos", no qual se fez representar pelo seu presidente, Pardal Monteiro e por Adelino Nunes, nomeado pela Direcção. (106)

A quantidade de concurso públicos até então realizados com programas quase todos lesivos para os interesses dos architectos e os frustrantes resultados obtidos pelas Direcções sindicais sempre que tentaram corrigir tais situações, sobretudo por falta de bases legais para a sua contestação, foram factores determinantes para que a Direcção, "sem pretender resolver totalmente o problema", se sentisse "na obrigação de promover a preparação das bases para um projecto de lei sobre concursos públicos de architectura" (107). No penúltimo dia de 1936, Pardal Monteiro apresentou na reunião de Direcção tal "projecto de normas" que foi aí aprovado na generalidade, sendo então enviada cópia a todos os sócios a fim de que o documento fosse discutido em Assembleia Geral. (108)

O Regulamento dos Concursos Públicos de Arquitectura foi discutido em nove Assembleias Gerais consecutivas realizadas desde o início de Março de 1937 até meio de Abril, com participação irregular dos sócios (109). Pelo teor das suas Actas verifica-se que a proposta subscrita pela Direcção não mereceu grandes alterações, apesar de serem documentos bastante sucintos quanto ao teor das intervenções feitas nesse sentido, resultando o regulamento final mais extenso. Todavia, não pode ser considerada relevante nenhuma posição assumida pelos associados, sendo somente de assinalar a colaboração inicial dada por C. Rebelo de Andrade, Cristino da Silva, Cottinelli Telmo e P. Cunha, para além de Pardal Monteiro que apresentou e esclareceu em todas as reuniões os propósitos subjacentes à proposta apresentada.

A experiência vivida ou conhecida por estes profissionais nos concursos até então realizados foi determinante para que maior atenção fosse dada à constituição e atribuições dos júris e à descrição detalhada do conteúdo do seu programa. Tal cuidado foi de certo intencional já que o regulamento pretendia que a ele se subordinassem todos "os concursos públicos de arquitectura abertos pelo Estado ou por quaisquer entidades oficiais" (Art. 1º). Quanto às "entidades particulares" que tivessem essa iniciativa, só poderiam "obter a comparticipação do Estado na realização das respectivas obras e obter a colaboração das entidades" que tinham a sua representação no júri prevista naquele documento, desde que a ele também obedecessem (Art. 1º, § único).

De acordo com o regulamento apresentado à Assembleia, "antes de aberto o concurso", deveria ser "nomeado o respectivo júri" cuja constituição era anunciada no Diário do Governo, sendo o seu presidente "sempre o representante, devidamente nomeado, da entidade que determinou a abertura do concurso". Este júri teria no mínimo cinco elementos, sendo três arquitectos, dos quais um, o secretário, não tinha direito a voto. Não deixa de ser interessante verificar que estava inicialmente prevista a participação de um delegado da Ordem dos

Engenheiros que, por decisão da Assembleia Geral, foi substituído por um representante da Junta Nacional de Educação (110). No caso de ser pedido pela entidade promotora do concurso ou quando se tratasse "de concursos para obras de excepional importância arquitectural", o júri seria acrescido de mais quatro membros, dois arquitectos e dois artistas plásticos, designados parcial ou totalmente, conforme necessário (111). Nenhum dos elementos do júri podia trabalhar num projecto a ser apresentado a concurso "ou tomar conhecimento prévio dos estudos dum concorrente" (Art. 5º), sendo em parágrafo único definidas outras regras neste sentido e no intuito de evitar quaisquer "suspeições por parte dos outros concorrentes". (112)

Por outro lado, se o concurso fosse anulado ou dele não resultasse "a escolha dum projecto para servir à execução da obra" que o motivou, "nenhum dos membros do júri (poderia) tomar parte como concorrente em novo concurso que para o mesmo fim" fosse aberto, nem poderia "aceitar a incumbência de executar qualquer projecto respeitante ao objectivo do concurso de cujo júri fez parte" (Art. 6º) (113). A esta figura regulamentar cabia também "antes de elaborar o programa do concurso, preparar as respectivas bases de harmonia com os dados que lhe forem fornecidos pela entidade que determinou a sua abertura", tendo em atenção quer "a implantação da obra a realizar" quer ainda "a concordância da verba com a amplitude e natureza da mesma obra" (Art. 9º). De acordo com as afirmações proferidas por Pardal Monteiro este artigo tinha por fim "evitar" o que então se verificava "em muitos concursos, a discordância entre a verba dada e as exigências das bases para a realização da obra". (114)

Importa explicitar agora um pouco melhor a diferença entre as "Bases do Programa" e o "Programa do Concurso" por obedecerem a finalidades distintas e por serem passos na formulação de um concurso muitas vezes ignorados ou pouco claros. Assim, as primeiras deveriam indicar "todas as forças e eventuais subordinações de ordem técnica ou funcional" bem como "as superfícies

aproximadas para cada uma das suas partes" e eram "conservadas secretas pelo júri até à publicação oficial do Programa do Concurso" (Art. 10º). Quanto ao "Programa", este deveria indicar "com a máxima clareza a finalidade e características da obra a projectar", "a verba prevista para a sua realização" e ainda "todas as cláusulas de ordem geral e especial em concordância com as normas "daquele regulamento" (Art. 11º). Da aprovação do programa por parte da Direcção do Sindicato, dependia a validade do respectivo concurso (Art. 11º, § único), não perdendo aquele órgão associativo a oportunidade de se afirmar e até se sobrepor às entidades oficiais numa contínua busca de prestígio.

Naquele regulamento era defendido que "por via de regra os concurso (deviam) ser feitos num só grau", justificando-se um segundo "em casos de excepcional importância" (Art. 16º). Verificando-se esta última situação, a primeira fase seria "simplesmente um concurso de ideias e destinado à selecção dos melhores, em número limitado, para admissão" à fase seguinte (Art. 16º, § único). Os concorrentes então aprovados deveriam "desenvolver a sua primeira ideia, da qual (devia) ser mantido o respectivo partido geral" (Art. 19º, § 3º).

No âmbito da especificação das peças que "em regra" deveriam constituir os projectos apresentados a um concurso, era feita a única referência aos concursos de projectos de urbanização (Art. 19º, § 4º), cuja redacção final foi proposta por Pardal Monteiro e aprovada após ter sido "completada segundo a opinião apresentada por vários sócios" (115). Tal facto deve-se por este regulamento se destinar unicamente aos concursos públicos de Arquitectura.

Em oposição ao regulamento de 1909 aprovado pela Sociedade dos Architectos Portugueses, "como norma", os projectos deveriam "ser assinados pelos seus autores", embora aqueles que preferissem apresentar-se sob anonimato o pudessem fazer escolhendo uma divisa (Art. 20º).

Especial atenção também foi dada a uma das fases finais de um concurso: as reuniões do júri para determinar as classificações a atribuir aos concorrentes. Assim, e "antes de proceder às votações sobre os projectos apresentados" aquele deveria examinar cada um deles "pormenorizadamente e eliminar todos os que independentemente do seu mérito artístico" não correspondessem "às condições textuais do Programa". Desta primeira eliminatória deveria ser elaborado "um relatório circunstanciado" (Art. 22º). Todos os elementos do júri com direito a voto eram "obrigados a pronunciar-se sobre cada um dos projectos admitidos a concurso", ficando transcritas em acta "as opiniões formuladas", "não sendo admitidas as abstenções" (Art. 23º). Após estes procedimentos, de acordo com o proposto no regulamento, seria destacada uma comissão de pelo menos três membros, um dos quais era o presidente do júri, que estava "encarregada de analisar as diversas opiniões emitidas sobre cada projecto". Esta comissão tinha a incumbência de concretizar "as objecções que (tivessem) sido apresentadas sobre cada projecto ou os esclarecimentos de que o júri carecer, enviando-os, em carta fechada, ao autor ou representante do grupo de autores para que no prazo que for determinado estes apresentem, por escrito, a contestação a essas objecções ou os esclarecimentos que lhes tiverem sido solicitados". Só após esta diligência é que o júri poderia proceder às votações (Art. 23º, § 1º). Estas eram nominais, incidindo "sobre o mérito absoluto (116) e o mérito relativo (117) dos trabalhos não eliminados" (Art. 24º).

Contrariamente ao que vinha sucedendo em relação aos concursos oficiais, as decisões do júri eram "sujeitas a revisão quando este atribuir o primeiro prémio a um projecto que não responda inteiramente às condições textuais do Programa do concurso e respectivas bases", mas somente se o júri tiver recebido através do Sindicato Nacional dos Arquitectos "reclamação fundamentada e como tal reconhecida pelo júri" por parte de qualquer concorrente (Art. 26º, § único). Antes da publicação dos resultados definitivos era "proibido" aos participantes "fazer

publicidade" sobre os projectos que apresentaram a concurso (Art. 27º). A entidade promotora "(obrigava-se) a acatar a decisão tomada pelo júri desde que não (houvesse) fundamento legal para a anulação ou correcção das votações" (Art. 29º).

Quando aquela "(determinasse) a execução das respectivas obras", o architecto que obteve o primeiro prémio era "encarregado de executar o projecto definitivo e o desenvolvimento dos respectivos pormenores, bem como as correcções que se tomem necessárias, e de tomar a direcção architectónica das obras, entendendo-se por esta o direito e o dever de inspecionar todos os trabalhos da execução, bem como os de colaboração técnica, para que as obras resultem em tudo fielmente executadas segundo o seu projecto" (Art. 37º). No caso do projecto vencedor não ser executado, ao seu autor não cabia "nenhum direito de indemnização (...) além do prémio ou prémios que lhe tiverem sido atribuídos" (Art. 40º). Tal como no regulamento de 1909, todos os projectos admitidos a concurso, eram expostos publicamente nunca por menos de três dias (Art. 41º).

Na última Assembleia Geral em que foi discutido o regulamento dos concursos públicos de Architectura, Pardal Monteiro informou que "já tinha consultado o sub-secretário das Corporações sobre os artigos" daquele que "para esse fim, haviam ficado em suspenso", propondo então nova redacção de alguns, "segundo as indicações recebidas" (118). No final da reunião Paulo Cunha considerando que o projecto do referido regulamento se encontrava "completamente esclarecido" e que tinha sido feita "a revisão dos artigos que anteriormente tinham ficado em suspenso e que o projecto em questão (tinha) que ser revisto pelo secretário das Corporações", propôs que a Assembleia considerasse "revisto o referido projecto, o aprove e (encarregasse) a Direcção de coordenar as conclusões estabelecidas pela Assembleia e lhe dê o necessário seguimento". (119)

De acordo com o Relatório da Direcção de 1937, o projecto de regulamento foi entregue ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social que o recebeu "com a maior simpatia e prometeu promover a sua rápida aprovação pelo Governo". Aquele órgão associativo afirmava ainda que tinha "acompanhado constantemente o assunto", sabendo que foi solicitado o parecer do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, "o qual ainda se não pronunciou". Porém, a Direcção dava conhecimento aos seus colegas que o "referido projecto mereceu já a aprovação da Secção de Belas Artes, da Junta Nacional de Educação, onde o Ministério das Obras Públicas está representado pelo Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais" (120). Em 1940, a Direcção instou de novo junto do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social para que aquele se interessasse "pela publicação do diploma legal que sanciona a doutrina defendida pelo Sindicato", sendo depois informada de que o projecto de regulamento aguardava o parecer do Ministério das Obras Públicas (121). Todavia, os resultados últimos de tal projecto de regulamento, saldaram-se em mais um processo inconclusivo iniciado pelo Sindicato.

Paralelamente à formulação e discussão daquele, a Direcção interveio "junto de diversas entidades que abriram concursos de Arquitectura segundo programas inaceitáveis pelos architectos". Era no entanto reconhecido que durante 1937 não se podiam "apontar o mesmo número de casos do ano anterior", concluindo - "não quer isto dizer que diminuisse a percentagem de programas mal preparados: o que diminuiu foi o número de concursos" (122). Com efeito, apenas dois são referidos nas Actas da Direcção: o concurso para o projecto do edificio da Casa do Douro e o do ante-projecto de urbanização da Praia de Santa Cruz, promovido pela Câmara Municipal de Torres Vedras.

Tal como se verificou em situações anteriores, foi a Direcção que teve de solicitar à Casa do Douro o programa do concurso promovido por aquela e de que teve conhecimento pela imprensa e cujo anúncio considerava ser feito "em condições

discordantes com princípios de boa doutrina, defendidos" pelo Sindicato (123). Cerca de um mês depois, era dada uma resposta, pedindo então os promotores daquele concurso que a Direcção indicasse "quais as objecções" que tinha a fazer às condições do mesmo, tendo esta "fornecido o maior número possível de elementos" elucidativos das suas críticas (124). Porém, e dado que tais sugestões não foram aceites, a 19 de Maio de 1937 foi enviada uma circular aos sócios informando que em face destes acontecimentos a Direcção decidiu: "1º - recusar a indicação de qualquer delegado oficial do Sindicato para fazer parte do respectivo júri; 2º - recusar toda e qualquer assistência aos concorrentes architectos que, por ventura, venham a tomar parte nesse concurso".

Quanto ao segundo concurso atrás mencionado, o processo decorreu de um modo um pouco diferente. Foi a Câmara Municipal de Torres Vedras que solicitou ao Sindicato para lhe "ser fornecido um modelo para o Programa de Urbanização da Praia de Santa Cruz", ficando então A. Couto Martins, vogal da Direcção, encarregado de "elaborar as bases para esse modelo" (125). Ao mesmo tempo eram solicitadas àquela autarquia as seguintes informações: quais os elementos locais que o seu presidente entendia que deviam fazer parte do júri, qual a verba a considerar para as obras de urbanização e quais os dados especiais ou particulares que a Câmara entendia que deveriam ser incluídos nas condições do concurso. (126)

Em resposta a tais questões foram enviadas ao Sindicato as bases já elaboradas na referida Câmara, "decalcadas segundo as do concurso da Praia do Cabedêlo, em Viana do Castelo", às quais foi "resolvido introduzir modificações" (127) no sentido de assegurar "o maior número de possibilidades do êxito do concurso, bem como de permitir a melhor colaboração do Sindicato" (128). A primeira alteração limitava a abertura do concurso a architectos portugueses diplomados, excluindo assim os engenheiros civis ou quaisquer outros técnicos diplomados com um "curso de especialização em escolas estrangeiras de urbanização". De acordo com o

regulamento aprovado no Sindicato, os projectos a concurso deveriam ser entregues em Lisboa, na Sociedade Nacional de Belas Artes, sendo também feitas importantes modificações na composição do júri, em que mais uma vez eram afastados os engenheiros, ficando os arquitectos então em maioria (129) e ao montante dos prémios a atribuir (130). Por fim, eram ainda corrigidas as intenções da Câmara previstas no regulamento que determinavam que "os ante-projectos premiados e não premiados" ficassem "propriedade da Câmara Municipal de Torres Vedras", que teria também o "direito de execução no todo ou em parte sem qualquer remuneração aos seus autores". Naturalmente o Sindicato defendeu que dos ante-projectos premiados, só aquele a que fosse atribuído o primeiro prémio poderia ser utilizado para as obras de urbanização, ficando o seu autor responsável pela "elaboração dos respectivos estudos definitivos" sendo-lhe também "assegurado o direito de architecto-consultor no que se referia aos trabalhos que se efectuarem e à medida da sua realização", tarefas que seriam remuneradas (131). Porém, nada de concreto viria a ser comunicado ao Sindicato pela Câmara quanto à aceitação de tais alterações ao regulamento por ela enviado. (132)

Não havendo qualquer indicação de representantes nos júris, parece que nenhum destes concursos que em 1937 mereceram a atenção da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, se realizaram. De facto, e tal como tinha sido referido pelos corpos gerentes daquele ano, diminuíram o número de concursos públicos de arquitectura e urbanismo, ironicamente, a partir da altura em que os arquitectos tinham aprovado o seu regulamento. Assim, e para além do segundo concurso para o Monumento ao Infante D. Henrique, já referido, nenhum outro é mencionado em 1938 nos documentos associativos consultados para o inquérito em curso.

No ano seguinte um concurso para um monumento também do Infante D. Henrique, agora em Luanda, promovido pela Liga Nacional Africana (133) e a organização de um concurso anual pelas Companhias Reunidas de Gaz e Electricidade, são os únicos assinalados nas Actas da Direcção e no seu Relatório.

Este último tinha por finalidade "premiar os esforços dos architectos, construtores e proprietários na melhoria das condições de conforto nos prédios urbanos de rendimento" e o seu regulamento mereceu a concordância do Sindicato que, apesar disso, apresentou "algumas sugestões no sentido de [o] tomar mais perfeito", estando estas omissas da Acta desta reunião (134), o que veio a ser agradecido pela entidade promotora do concurso no início do ano seguinte (135). Porém, só viria a realizar-se em 1941.

Em 1940, a Direcção do Sindicato considerava que "o estado de guerra" fez "paralisar muitas iniciativas com que os architectos lucrariam" e por isso "quase não (houve) concursos de architectura". No entanto, defendia que a publicação do regulamento aprovado em 1937 se impunha "para acabar com a desordem que apesar de tudo (subsistia) neste campo, onde cada um faz o que a inspiração lhe dita, sempre seguramente, bem intencionado, mas sem a noção, em geral, do que seja organizar um concurso de architectura". Elucidavam tal constatação com o concurso aberto pelo Rádio Clube de Moçambique para a elaboração do anteprojecto da sua sede e estúdios, e no qual convidava a participar "architectos, engenheiros, condutores de obras públicas, empreiteiros, etc". Um certo desânimo transparece da atitude da Direcção face às condições deste concurso: "pela experiência dos anos anteriores, resolveu sobre este caso, apenas dar dele conhecimento aos sócios, aguardando que cada um fizesse o que a sua noção da disciplina e das conveniências da classe e da Architectura lhes determinasse". Por outro lado, era ainda colocada uma outra questão relativa à falta de disciplina e coesão no seio da classe: "Todos os protestos, todos os conselhos têm sido, até hoje, inúteis, pois por mais que a direcção procure evitar que os architectos tomem parte em concursos mal organizados, há sempre architectos que entendem que o melhor é aproveitar tudo, sejam quais forem as condições". (136)

Até ao final do período estabelecido para o presente inquérito, verifica-se que os concursos públicos nos quais houve intervenção do Sindicato foram promovidos ou

no Porto ou nas então colónias portuguesas em África, merecendo quase todos eles a discordância da Direcção, acentuando o distanciamento entre os seus propósitos nesta matéria e a prática de abertura e efectivação daqueles.

O primeiro destes foi lançado em 1943, tendo o papel do Sindicato resultado no seu adiamento "sine die", impedindo assim a realização de um concurso para o arranjo arquitectónico da Praça dos Poveiros, no Porto, iniciativa da Câmara Municipal daquela cidade, aberto entre "engenheiros, architectos e estudantes de Architectura". Se esta condição era inadmissível para a Direcção outras houve que também foram contestadas como os prémios que "não obrigavam a Câmara a confiar ao autor a elaboração do projecto e as simples ideias aproveitáveis podiam ser utilizadas pela Câmara sem que o respectivo autor tivesse direito a qualquer indemnização" (137). No intuito destas cláusulas serem alteradas, a Direcção "convocada expressamente para tratar deste assunto", comunicou então ao presidente daquela Câmara que "dadas as condições do concurso não podia" o Sindicato "dar-lhe a sua concordância nem aconselhar os architectos a concorrerem, antes pelo contrário". (138)

Na reunião seguinte, a Direcção registava "com estranheza" não ter sido até então recebida qualquer resposta da Câmara Municipal do Porto ao ofício que lhe tinha enviado sobre o concurso, que mereceu também algumas observações por parte do director da Escola de Belas Artes de Lisboa (139). Ao mesmo tempo era enviado um telegrama e uma carta para a Direcção da Secção Distrital do Porto "expondo o ponto de vista do Sindicato sobre tal concurso" (140). Mais tarde foi comunicado à Direcção pela Câmara Municipal do Porto que em reunião do dia 13 de Maio "tinha sido resolvido, suspender, *sine die*, a realização do concurso". Aquele órgão associativo ofereceu então àquela autarquia "toda a colaboração no sentido de promover a realização do concurso em concordância com os objectivos do presidente daquela, "de modo a provocar a mais larga participação de architectos, oferecendo-se o presidente da Direcção para ir ao Porto trocar

impressões com Sua Excelência quando for oportuno". Como resposta a tal oferecimento, a Câmara Municipal do Porto limitou-se a dizer que contava "com a colaboração do Sindicato se o assunto em questão voltar a ter actualidade". (141)

A 12 de Abril de 1944 eram apreciadas em reunião da Direcção as bases para o concurso de ante-projectos da Igreja Paroquial de Santo António das Antas, no Porto, enviadas pela Secção Distrital do Sindicato. Desde logo foi resolvido officiar à comissão promotora do concurso que tais bases não podiam merecer a aprovação do Sindicato, apresentando mais uma vez a disponibilidade deste organismo para colaborar na sua modificação. Foi também enviada uma nota à Secção Distrital do Porto na qual era solicitado àquela que conseguisse "até nova resolução sobre o assunto" que os "arquitectos se recusem a tomar parte no referido concurso". (142)

Atendendo às primeiras reclamações apresentadas pelo Sindicato, a comissão promotora do concurso comunicava mais tarde que tinha ficado "sem efeito a cláusula que permitia que tomassem parte no concurso alunos de Architectura ou architectos não diplomados". Porém, tais alterações não eram ainda suficientes para que tal concurso pudesse ser "recomendado" pelo Sindicato e por isso este sugeriu novas modificações a introduzir no programa (143) e que não mereceram a concordância por parte da aludida comissão. Assim, a Direcção renovou "a oferta de colaboração" do Sindicato "desde que tais sugestões (fossem) adoptadas" pois, caso contrário, não era possível à Direcção nem à Secção Distrital do Porto "fazer-se representar no júri nem dar qualquer apoio ao referido concurso" (144), o que veio a verificar-se. Aquele órgão associativo enviou a todos os sócios, inclusivé aos do Porto, uma circular "transmitindo a opinião do Sindicato e aconselhando-os a não tomarem parte no concurso". (145)

Todavia, tal indicação não foi acatada nem as promessas da comissão promotora do concurso foram cumpridas: o primeiro prémio foi atribuído a dois estudantes de Architectura; os architectos Francisco Granja e Francisco de Oliveira Ferreira

concorreram; e entre os membros do júri, cuja representação foi negada por parte do Sindicato, encontravam-se dois associados - Arménio Losa e Manuel Marques (146). No seu Relatório de final de gerência, a Direcção, já então presidida por Cottinelli Telmo, comentava a este propósito: "Mais uma vez se verifica quanto é difícil manter uma disciplina conveniente entre architectos, convindo, no parecer da Direcção, averiguar-se se a indisciplina será filha apenas de falsa noção da dignidade profissional, de ganância ou de dificuldades de vida que levem os architectos a aceitarem condições que o Sindicato tem por vexatórias. Um inquérito entre os que aceitam estas condições talvez esclarecesse a colectividade" (147)

Em 1945 a Direcção afirmava no seu Relatório que "gastou a melhor parte das suas energias" a propósito das "bases de um concurso para o arranjo do quarteirão Norte da Praça de Gomes Teixeira e fachadas dos edificios com frente para esta Praça e para a de Carlos Alberto", também promovido pela Câmara Municipal do Porto. Como se verá, as proporções assumidas por este assunto, que envolveram directamente o ministro das Obras Públicas e Comunicações e o Instituto Nacional do Trabalho, demonstram bem a vasta e complexa teia de relações institucionais e os problemas que convergem na organização e abertura de um concurso público.

Tais bases foram desde logo consideradas "atentatórias da (...) dignidade profissional", sendo os seus "pontos graves" os seguintes: "o autor do projecto aprovado podia ser posto de parte se a Câmara assim o entendesse, o concurso, manifestamente de 'Arquitectura' era aberto indiferentemente entre 'Engenheiros e Architectos'" (148). Cottinelli Telmo, em reunião de Direcção afirmava que "à semelhança do que se passou com o concurso para a Praça dos Poveiros, aberto pela mesma Câmara este concurso ficará sem efeito", entendendo, porém, que era necessário prosseguir com os protestos do Sindicato a fim de dignificar a profissão e de "desfazer erros que resultam da falta de cultura artística e da incompreensão do papel do Architecto na Sociedade". Comunicava aos colegas que estava ciente das consequências que poderiam advir da carta que enviara ao presidente da

Câmara Municipal do Porto protestando contra as bases do concurso e que previa a "luta que se vai travar", mas entendia que era preciso "mais uma vez e de uma vez para sempre" colocar o problema claramente: "a Arquitectura é para os Arquitectos e não para 'Engenheiros ou Arquitectos' como entende a Câmara Municipal do Porto". (149)

De facto, na reunião de 18 de Agosto de 1945, Cottinelli Telmo comunicava que foi "chamado particularmente" pelo engenheiro Cancela de Abreu, ministro das Obras Públicas e Comunicações, que recebera através do Ministério da Educação Nacional um dossier sobre o referido concurso. A Câmara Municipal do Porto, num ofício inserido naquele processo "lastimava-se do dilema em que a colocava o Sindicato: modificar as Bases ou ver o Concurso deserto de Arquitectos", manifestando também a sua estranheza pelo facto da Direcção do Sindicato ter declarado na carta que lhe enviara que "nenhum Arquitecto, sem quebra da mais rudimentar dignidade profissional poderia concorrer". O ministro pedia então explicações ao presidente daquele organismo e, "em última análise, concordou que a Câmara Municipal do Porto devia ter procurado indagar, antes de mais nada, das razões do Sindicato" e que seria esse o "conselho que ia dar àquele Corpo Administrativo" (150). E assim sucedeu, pois a 20 de Agosto o presidente daquela edilidade "a fim de cumprir o determinado por S. Ex^a o Ministro das Obras Públicas e Comunicações" oficiava ao Sindicato para que este concretizasse as objecções ao programa do concurso (151). Na mesma reunião em que esta carta foi lida, Cottinelli Telmo comunicou também ter recebido um ofício do Instituto Nacional do Trabalho acompanhado do processo relativo ao concurso, cujo subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social face à reclamação apresentada pela Câmara Municipal do Porto "despachou 'Ouça-se o Sindicato'". Foi então que o presidente do Sindicato respondeu à Câmara Municipal do Porto. (152)

No final do ano Cottinelli Telmo dava conta em reunião da Direcção da sua iniciativa de ter oficiado ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência

Social, declarando que a Direcção do Sindicato se sentia "com o direito de exigir" que aquela Câmara lhe desse "uma explicação acerca da conclusão do caso do Concurso por ela aberto", uma vez que lhe constava que fora "posta uma pedra sobre o assunto e o silêncio da referida Câmara não (correspondia) aos prejuízos materiais e morais causados pela maneira como fez alastrar a questão sem necessidade" (153). No seu Relatório a Direcção afirmava : "Não recebemos ainda resposta, certamente porque a questão não está morta como parece...", ao mesmo tempo que declarava que não estava "arrependida de ter levantado desassombradamente uma questão de princípio" (154). A forma como a Direcção procedeu ao longo de todo este processo mereceu o elogio da Assembleia Geral. (155)

A então designada "eterna questão dos concursos" nos quais "a posição do concorrente arquitecto não está assegurada convenientemente, quer por confusão de atribuições, quer por constituição defeituosa de júris" (156), foi novamente colocada em 1947 a propósito do concurso para a elaboração e apresentação de ante-projectos de um hotel de primeira classe nas Termas do Gerez, promovido pela Empresa das Águas do Gerez, aberto entre arquitectos e engenheiros e para o qual foi solicitado um elemento do Sindicato para o seu júri. A Direcção, apesar de "louvar o procedimento havido, pretendendo entregar aos profissionais competentes o estudo do Hotel, e sem representar o menor melindre para a categoria e pessoas mencionadas na constituição do júri", lembrava à entidade promotora do referido concurso que "há muito se vem perdendo o verdadeiro espírito que deve presidir à escolha dos Membros encarregados de julgar um estudo que é especialmente e em primeiro lugar uma obra de Architectura". Neste sentido, defendia que o júri deveria ser constituído por uma maioria de arquitectos, uma vez que se tratava de "julgar uma obra de Architectura numa fase em que nem sequer os problemas de estabilidade" eram "ainda para considerar" (157). No intuito de "não entrar" a iniciativa, a Direcção propunha então a possibilidade de

"agregar aos membros já convidados pela referida Empresa mais um representante" do Sindicato e outro da Secção Distrital do Porto, solicitando serem informados da decisão tomada "visto que a constituição do júri" ter para aquela Direcção "uma importância primacial" (158), resposta que não viria a ser dada. Aliás, e também para não criar obstáculos ao concurso, a Direcção procurou "não dar conta oficial do sucedido aos arquitectos nomeados já por outros organismos", não havendo porém outros comentários a tal concurso cujo júri viria a reunir no Porto, no edifício da Associação Industrial Portuguesa. (159)

O decréscimo da prática dos concursos públicos de Arquitectura e Urbanismo resultou em que, apesar da atenção dada aos poucos que iam ocorrendo, de algum modo tal questão tenha passado a um segundo plano na hierarquização de prioridades associativas. Elucidando tal situação está o facto dos novos corpos gerentes do Sindicato presididos por Keil Amaral, em 1949, não terem constituído nenhuma comissão específica para atender a este assunto, enquanto o fizeram em relação às palestras e debates profissionais, à biblioteca, ao estudo do regulamento dos honorários, à remodelação dos Estatutos e à reforma do ensino de Arquitectura.

Aliás, aquela Direcção ao receber um pedido da Câmara Municipal da Beira para a divulgação do programa do concurso público para a elaboração do ante-projecto de um mercado municipal para aquela cidade, limitou-se a responder que não lhe podia dar "publicidade" por aquele programa ser "contrário aos princípios que devem nortear o exercício da profissão e aos mais altos interesses do Sindicato" (160). Verifica-se que as cláusulas consideradas lesivas dos interesses dos arquitectos eram as referentes às habilitações e especialidades exigidas aos concorrentes (desde arquitectos a empresas de construção), bem como o seu júri que só seria constituído quando o presidente daquela Câmara o entendesse. (161)

Foi através da Embaixada de Portugal em Madrid que em Março de 1949 foram recebidas no Sindicato as "Bases do Concurso Internacional de 1949, para a fabricação Industrial de 50 mil vivendas destinadas a famílias espanholas". Merecendo a aprovação da Direcção, foi decidido anunciar na imprensa aquele concurso, bem como "pôr o Sindicato ao dispôr de todos aqueles que, sobre o assunto, necessitassem esclarecimentos" (162). Já em 1950, a Direcção resolveu delegar em João Simões a sua representação no júri do concurso para o anteprojecto da futura sede da Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné, "em face das garantias dadas". (163)

A questão dos concursos públicos de Architectura e Urbanismo parece, sem quaisquer dúvidas, poder ser considerada um dos vectores dominantes da acção do Sindicato no período compreendido no inquérito em curso, a par da defesa do uso do título e exercício da profissão de architecto. Ambas as linhas de actuação podem ser consideradas complementares, sobretudo tendo em conta que no primeiro caso as objecções eram sempre colocadas em torno da constituição do júri e no variado leque de candidatos que poderiam concorrer. O balanço do que atrás ficou descrito, não pode ser considerado positivo em termos de efeitos práticos da acção e intervenção do Sindicato. Porém, ele revela-se importante enquanto através dele é possível aferir princípios básicos, oposições de fundo e, principalmente, a ideia de "concurso público de Architectura". Em suma, qual a *doutrina*, segundo as próprias palavras de Pardal Monteiro, defendida neste domínio pelo organismo legal representativo dos architectos portugueses, que como se verá em seguida, foi também extensiva à Câmara Municipal de Lisboa. (164)

NOTAS

(1) Ver Vol II - Documentação, Doc. nº 8.

(2) MACHADO, A. d'Ascensão - "VIII Congresso Internacional dos Architectos em Vienna d'Austria", in *Anuario da Sociedade dos Architectos Portuguezes*, Ano IV, 1906, p. 82.

(3) "Os resultados obtidos são tanto material como moralmente de grande importancia associativa, bem justificada na orientação de todos os nossos collegas que com os seus trabalhos concorreram a essa bella prova de vitalidade artistica em Portugal. O grande numero de concorrentes foi uma consequencia da nossa missão associativa e os seus resultados foram igualmente um poderoso facto para o prestigio da nossa classe", in *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portuguezes, 1904-1905* [dact.], p. 2-3. Ainda sobre este concurso ver as referências bibliográficas indicadas na nota (158) da I Parte, Capítulo 3.2. - Trabalhos associativos até à constituição do Sindicato.

(4) "Constatando a abertura do concurso, representámos desenvolvidamente ao titular da respectiva pasta, pedindo-lhe a inclusão no programma de varias clausulas, de forma a ficarem garantidos os direitos dos concorrentes. Infelizmente, todas as diligencias empregadas não produziram o efeito devido por se não ter até hoje aberto o concurso, ficando assim prejudicada a ideia louvavel que pretendia destruir as prisões actuaes que possuem as mais perniciosas condições de salubridade", in *Idem, 1905-1906* [dact.], p. 4.

(5) O director do Asilo pretendia a abertura de um concurso gratuito entre os sócios da Sociedade dos Architectos. Porém, o Conselho Director entendeu que "não devia estabelecer o precedente da gratuidade dos concursos, mas offereceu-se áquella philantrópica agremiação para indagar quaes os socios que se prestariam a fazer esse projecto gratuitamente para, entre elles a sorte designar aquelle que deveria executar esse trabalho, como o fim de evitar um inutil dispendio de tempo a todos os architectos n'um assumpto de tão pequena importancia artistica. Esta formula parece que não satisfiz aquella agremiação e por isso o assumpto não teve seguimento", in *Ibidem, 1906-1907* [manusc.], p. 1-2.

(6) Cf. *Ibidem, 1907-1908* [manusc.].

(7) O Conselho Director foi encarregue pela Assembleia Geral de elaborar uma representação de protesto e na qual declararam "que os architectos a elle não concorreriam se não fosse modificado o referido programma", facto de que os sócios foram avisados por circular. Porém, a Câmara Municipal do Porto respondeu que apesar de tomar em consideração as queixas apresentadas "não podia suster o concurso, para não dar logar a reclamações, e que fallo-há se aquelle ficar deserto, lastimando contudo que os architectos tivessem resolvido abster-se do concurso", in *Ibidem, 1908-1909* [manusc.], p. 4-5. Tal concurso resultou "improductivo, conforme este Conselho previra", *Ibidem, 1909-1910* [manusc.].

(8) A construção deste teatro lírico visava substituir aquele que tinha sido destruído por um incêndio. O Conselho Director oficiou à Comissão Promotora do Teatro "pedindo para que se abrisse concurso entre architectos nacionaes para a elaboração do projecto. O Conselho obteve resposta affirmativa, e officiou à mesma Comissão congratulando-se pela resolução tomada e pedindo também para que nos fosse enviado o programma do concurso", in *Ibidem, 1908-1909* [manusc.], p. 5. Tal concurso veio a ter lugar e a "má organização dos programmas mereceu reparos" do Conselho Director que, no entanto, não pode "evitar que se realizasse segundo as bases estabelecidas", in *Ibidem, 1909-1910* [manusc.].

(9) Cf. *Ibidem, 1908-1909* [manusc.].

(10) "[O Conselho Director] congratulou-se pelo resultado geral do concurso realizado para o monumento da Guerra Peninsular, onde a quantidade e qualidade dos trabalhos enviados attestaram o evidente progresso da arte em Portugal", in *Ibidem, p. 7 vs.*

(11) Cf. *Ibidem*. Em relação a este primeiro grupo de concursos ver a tese de doutoramento de CARDOSO, António - *O arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no norte do país na primeira metade do séc. XX*, Porto, 1992, II Vol., p. 494 e segs.

(12) *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, 1910-1911* [dact.], p. 9.

(13) Essa manifestação de homenagem "consta da realização de uma mensagem, contendo as assignaturas dos colegas e discipulos, e que brevemente lhe será entregue, resolvendo outrosim envidar os seus esforços para que seja levada a efeito, a construção de um seu projecto para uma fonte monumental, trabalho valiosissimo, executado em Paris e que ali obteve o premio Rugevin", in *idem*, 1913-1914 [manusc.], p. 4.

(14) "Por este facto, o conselho resolveu declarar-se contrario a qualquer alteração n'esse sentido, do referido diploma, levando ao conhecimento da Camara dos Senhores Deputados, o seu protesto contra a approvação d'essa proposta e convidando a Sociedade Nacional de Bellas-Artes igualmente a manifestar-se", in *Ibidem*.

(15) Desse parecer resultava ainda "que nos futuros jurys os architectos ficariam n'uma minoria esmagadora, pois que se admittia a hypothese de serem representados unicamente pelos delegados d'esta Sociedade. Não podendo deixar passar sem o nosso protesto esse parecer, entendeu este Conselho representar a S. Ex^a o Ministro da Instrucção, no sentido de que essa opinião não vingasse", in *Ibidem*, 1914-1915 [manusc.], p. 3-4.

(16) *Ibidem*, p. 3. No seu Relatório de 1915-1916, o Conselho Director referiu novamente que em conjunto com a Direcção da Sociedade Nacional de Belas Artes tinha procurado o ministro da Instrucção "instando pela solução do Concurso do monumento ao Marquez de Pombal, respeitando-se as deliberações dos jurys respectivos, em harmonia com a lei", p. 5.

(17) *Ibidem*, 1916-1917 [manusc.], p. 5.

(18) Sebastião de Magalhães Lima (1850-1928), apesar de ter formação em Direito e ter exercido advocacia, foi sobretudo um jornalista que propagandeou os ideais republicanos, tendo sido ministro da Instrucção Pública em 1915 e grão-mestre da Maçonaria.

(19) A este concurso apresentaram-se 14 equipas, passando quatro à fase seguinte. Os 2º, 3º e 4º prémios foram entregues respectivamente a: J. Marques da Silva com a colaboração do escultor Alves de Sousa; a J. C. de Paula Ferreira e Emílio de Paula Campos; e a Maximiano Alves e Edmundo Tavares. Ver: *A Construção Moderna*, nº 415, 10.Abr.1914, p. 51. Este periódico divulgou todos os trabalhos premiados excepto o classificado em 2º lugar. Cf. *Idem*, nº 420, 25.Jun.1914, p. 1-2; nº 421, 10.Jul.1914, p. 103; nº 432, 10.Ago.1914, p. 119.

(20) Sobre o atribulado processo da construção deste monumento em 1926 e 1934 ver: SAIAL, Joaquim - *Estatuária portuguesa dos anos 30 (1926-49)*, p. 139-151.

(21) Magalhães Lima nas suas memórias dedicou um capítulo ao monumento a Marquês de Pombal que significativamente tinha o subtítulo de "Reivindicação Nacional". Expunha então o significado de tal homenagem: "Este monumento representa uma satisfação dada à opinião pública. O povo de Lisboa não perdoa esta falta havida para com o restaurador da cidade, o reformador do ensino, e o estadista eminente, que teve a rara coragem de expulsar os jesuítas. Reputa essa falta um verdadeiro crime". M. Lima apontava também as razões que teriam conduzido a tão demorado processo: "Supõem muitos que as dificuldades que surgiram com a construção do monumento foram devidas ao ódio do jesuíta contra a memória do Marquês. (...). Mas os obstáculos que se levantaram foram devidos a circunstâncias extraordinárias e não propriamente à vontade dos inimigos da liberdade", referindo ainda que a "guerra contribuiu grandemente para retardar o seu acabamento". Sobre a comemoração do 1º centenário da morte de Marquês de Pombal e a história do monumento são também dadas importantes informações. Ver LIMA, Magalhães - *Episódios da minha vida*, Vol. II, p. 177-191.

(22) Cf. *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, 1911-1912 [dact.].

(23) Cf. Idem, 1913-1914 [manusc.], p. 2. "Apezar das resoluções da assembleia geral e das diligencias feitas por este Conselho (...) [o concurso] teve lugar procedendo-se ao seu julgamento sem que a Sociedade se achasse representada no jury, em virtude do mesmo concurso ter sido aberto nas condições já conhecidas, isto é, fóra das normas estabelecidas e para cuja constituição não foi attendido o disposto na lei de 26 de maio de 1911, facto que deu lugar à retirada dos nossos delegados a esse jury, (...)". in Ibidem, 1914-1915 [manusc.], p. 4.

(24) Ibidem, 1915-1916 [manusc.], p. 4-5.

(25) "Todos os trabalhos apresentados foram julgados pelo jury do concurso, por excesso de verba, tendo sido feita uma classificação condicional com relação ao mérito artistico", in Ibidem, 1916-1917 [manusc.], p. 4.

(26) Ibidem, p. 5. No Relatório do ano seguinte era afirmado que a Sociedade dos Architectos Portugueses a pedido da Câmara Municipal do Porto elaborou o programa do concurso "o qual após largo estudo d'este Conselho, se acha concluido, de acordo com as bases geraes e as condições regulamentares estabelecidas por esta Sociedade para os concursos publicos de architectura no nosso Paiz", in Ibidem, 1917-1918 [manusc.], p. 8-9.

(27) Cf. Ibidem, 1924 [dact.], p. 6-7. Sobre os Monumentos aos Mortos da Grande Guerra, erigidos entre 1926 e 1940, ver SAIAL, Joaquim - *Estatuária portuguesa dos anos 30 (1926-40)*, Capítulo I.

(28) *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, 1927-1928 [manusc.], p. 15.

(29) "Por motivo do falecimento do Ilustre escultor Costa Mota (Tio) a quem tinha sido conferido o primeiro prémio e a execução da respectiva 'maquete' resolveu o Grupo dos Amigos de João de Deus, abrir novo concurso, e solicitando novamente a esta Sociedade os seus representantes para o referido júri. Indicou o Conselho Director os nomes dos nossos consocios Eugenio Correia e Pardal Monteiro", in idem, 1929-1930 [manusc.], p. 5.

(30) Sobre a constituição da Comissão dos Padrões da Grande Guerra transcreve-se a citação que a este propósito consta da obra de J. Saial, *Estatuária portuguesa dos anos 30 (1926-40)* da nota publicada no *Diário de Notícias* de 26.Out.1928, p. 1, da autoria do general Roberto Baptista: "O Touring Club de France tomou a iniciativa de colocar desde a fronteira suíça até ao mar do Norte 240 padrões, construídos em granito da Alsácia, marcando o maior avanço dos exércitos alemães, a fim de perpetuar a linha de defesa do direito e da justiça. Nessa linha, numa grande extensão, esteve Portugal. O general Sá Cardoso, então coronel, lembrou que os padrões correspondentes à nossa frente, naquela linha, em 1917-18, um ou mais, poderiam ser portugueses. Assim nasceu a ideia de erigir os Padrões da Grande Guerra, a qual se estendeu depois, resolvendo-se fazê-los também em África - Angola e Moçambique - e nos Açores, Ponta Delgada. Constitui-se a Comissão que iniciou os seus trabalhos (...)". p. 249-250.

(31) "No entanto o Conselho Director, entendeu que o programa do Concurso do Padrão de Luanda fosse alterado com vista de não estar de acordo com as bases do concurso. Solicitou da respectiva Comissão uma pequena alteração, no qual não foi atendido, alegando a Comissão dos Padrões da Guerra, que isso iria prejudicar, talvez, alguns concorrentes por terem iniciado, já, os seus trabalhos. Verificou o Conselho Director não querer a Comissão atender ao pedido feito, pois, no seu entender, em nada prejudicava o trabalho dos concorrentes as alterações pedidas", in *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, 1929-1930 [manusc.] p. 5. O concurso realizou-se em Fevereiro de 1930, tendo sido apresentadas 12 maquetes, ver SAIAL, J. - *Estatuária portuguesa dos anos 30 (1926-40)*, p. 46-48.

(32) A ideia da construção deste monumento foi lançada em 1925 durante as cerimónias do IV Centenário da Morte da Rainha, apesar do concurso só se ter realizado em Maio de 1930. Para conhecimento do atribulado e irregular processo de classificação dos trabalhos concorrentes, cf. Idem, p. 114-121.

(33) *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, 1929-1930* [manusc.], p.6.

(34) *Livro de Actas da Assembleia Geral da Sociedade dos Arquitectos Portugueses*, de 25 de Maio de 1928 a 3 de Abril de 1934, Acta da sessão de 11.Jul.1930.

(35) Ver Vol. II - Documentação, Doc. nº 11.

(36) A proposta apresentada por J. Antunes foi a seguinte: "Considerando que entre as condições para o concurso aberto pela Junta administrativa do empréstimo para o ensino secundário para a elaboração de projectos de liceus do paiz, vem uma clausula que é vexatória para a indiscutível independencia profissional dos Arquitectos, classe que tem provado bem a evidencia a sua competencia e que sabe ocupar o seu lugar, proponho que se officie à mesma junta, solicitando-lhe a eliminção dessa clausula que é o periodo final da condição 4º que diz:

"... e uma declaração de um engenheiro civil portuguez, devidamente reconhecida, em que os calculos de estabilidade e o compromisso de ficar responsavel pela direcção e fiscalização dos trabalhos da sua especial competencia.

"e bem assim que seja também suprimido o § 2º da condição 8ª que diz: - § 2º O pagamento pelos trabalhos de engenharia civil, a que se refere a ultima parte da condição 4ª, será da responsabilidade exclusiva do concorrente a quem for adjudicada a direcção dos trabalhos - (a) João Antunes", in *Livro de Actas da Assembleia Geral da Sociedade dos Arquitectos Portugueses*, de 25 de Maio de 1928 a 3 de Abril de 1934, Acta da sessão de 16.Jul.1930.

(37) Ver Vol. II - Documentação, Doc. nº 37.

(38) A equipa vencedora do 1º prémio do liceu masculino de Coimbra era constituída por Carlos Ramos, Jorge Segurado e Adelino Nunes, pertencendo o 2º prémio a Cristino da Silva, ao qual foi atribuído o 1º para o liceu feminino da mesma cidade, nunca construído e o 2º a Jorge Segurado. O projecto premiado em primeiro lugar para o liceu de Beja foi o de Cristino da Silva (significativamente publicado no nº 1 da revista oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos) e para Lamego o de Cottinelli Telmo, ficando em segundo lugar a equipa de Carlos Ramos. Ver FRANÇA, J.-A. - *A Arte em Portugal no séc. XX*, p. 229; PORTAS, Nuno - "A evolução da arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação", in *História da Arquitectura Moderna*, p. 710-711.

(39) A Sociedade dos Arquitectos Portugueses teve conhecimento desta iniciativa através do pintor Sousa Lopes que tinha sido pessoalmente contactado pelo Adido militar inglês. Tratava-se de um talhão cedido dentro do Cemitério inglês em França que era necessário tratar, apesar de haver à partida várias condicionantes: já existiam os portões oferecidos por Leal da Câmara cujo desenho esteve exposto na Exposição do Rio de Janeiro e as lápides para as sepulturas que deveriam ser iguais às existentes. Em Assembleia Geral foi decidido que este concurso seria aberto entre arquitectos diplomados. Cf. *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 25 de Maio de 1928 a 3 de Abril de 1934, Acta da sessão de 30.Out.1930.

(40) *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, 1930-1931* [manusc.].

(41) *Livro de Actas da Assembleia Geral da Sociedade dos Arquitectos Portugueses*, de 25 de Maio de 1928 a 3 de Abril de 1934, Acta da sessão de 2.Abr.1932. Dias depois C. Rebelo de Andrade, então vogal do Conselho Director afirmou em reunião "ter moralmente que apelar para este conselho pelo motivo do edificio do Palácio da Agricultura não ter entrado ainda em construção e nem sequer terem recebido a menor importância referente a esse

projecto além do premio estipulado", in *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 7 de Abril de 1932 a 29 de Novembro de 1933, Acta da sessão de 7.Abr.1932.

(42) "A assembleia aproveita a ida ao Porto do Architecto Jorge Segurado, para nele delegar o seu modo de sentir e se avistar com os colegas do Norte e nos transmitir as deliberações tomadas, aguardando-se as suas informações para os socios iniciarem ou não os seus estudos para o Concurso", in *Livro de Actas da Assembleia Geral da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 25 de Maio de 1928 a 3 de Abril de 1934, Acta da sessão de 21.Jun.1933. Note-se que com a data de 11.Maio.1933 foi enviado um officio pelo Conselho Director da Sociedade ao vice-presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo no qual eram sugeridas algumas alterações pontuais ao programa do concurso. Apesar de não ser feita nas Actas qualquer alusão ao autor das bases deste concurso, parece pouco provável poder atribuí-las a Carlos Ramos, representante da Sociedade dos Architectos no júri daquele, pois este não esteve presente na Assembleia Geral em que estas foram apresentadas e discutidas. Cf. Vol. II - Documentação, Doc. nº 11.

(43) *Livro de Actas da Assembleia Geral da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 25 de Maio de 1928 a 3 de Abril de 1934, Acta da sessão de 2.Out.1933. Note-se que H. Taveira Soares esteve presente na reunião anterior.

(44) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 3, 19.Set.1934, p. 5 vs.

(45) Officio nº 78 do Sindicato Nacional dos Architectos ao presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Luanda, Lisboa, 7.Nov.1934.

(46) Officio nº 1458/28 da Câmara Municipal de Luanda ao secretário da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos, Luanda, 21.Nov.1934.

(47) Cf. Officio nº 153 do Sindicato Nacional dos Architectos ao presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Luanda, Lisboa, 8.Fev.1935. Era dada a seguinte informação: "(...) êste Sindicato está procedendo à elaboração da Tabela dos Honorários, cuja discussão e estudo se vem fazendo em diversas sessões da sua Assembléa Geral, as quais ainda não terminaram".

(48) Cf. Officio nº 170 do Sindicato Nacional dos Architectos ao presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Luanda, Lisboa, 3.Abr.1935.

(49) Cf. Officio nº 594/28 da Câmara Municipal de Luanda ao presidente do Sindicato Nacional dos Architectos, Luanda, 7.Maio,1935.

(50) Cf. Officio nº 199 do Sindicato Nacional dos Architectos enviado a Jorge Segurado, Carlos C. Ramos, C. Rebelo de Andrade, Amílcar da Silva Pinto e J.C. Ferreira da Costa, Lisboa, 29.Maio.1935.

(51) O teor do telegrama era o seguinte: "Câmara Municipal Luanda pede urgência condições contrato architecto urbanista causando demoras enormes prejuizos licenças principais construções tudo pendente plano de urbanização cidade (...)". Júlio Cayolla, na qualidade de agente geral da Agência Geral das Colónias acrescentava: "(...) está causando grande transtorno a demora na remessa das condições do contrato para a urbanização daquela cidade", in Officio nº 2854 da Agência Geral das Colónias-Divisão de Casas da Metrópole e do Ultramar ao presidente do Sindicato Nacional dos Architectos, Lisboa, 24.Jun.1935.

(52) Cf. Officio nº 215 do Sindicato Nacional dos Architectos ao presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Luanda, Lisboa, 12.Jul.1935.

(53) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 1, 29.Ago.1934, p. 2 vs.

(54) Tal estudo, segundo V. Regaleira deveria ser feito de "modo a poder salvaguardar todos os interesses profissionais e ainda todas as características locais, no que diz respeito aos monumentos históricos e à Arquitectura local, devendo as Camaras Municipais organizar os dossiers respectivos, dos varios factores de urbanismo para assim os concorrentes têm os elementos necessários à elaboração dos projectos que lhes forem confiados", in *Idem*, Acta nº 2, 5.Set.1934, p. 3.

(55) *Ibidem*, Acta nº 5, 3.Out.1934, p. 5.

(56) *Ibidem*, Acta nº 6, 9.Out.1934, p. 5 vs.

(57) *Ibidem*, Acta nº 8, 17.Out.1934, p. 6 vs. Em Dezembro foi enviada uma cópia das bases do programa para o ministro das Obras Públicas, Cf. *Ibidem*, Acta nº 13, 5.Dez.1934, p. 8.

(58) Cf. *Ibidem*, Acta nº 22, 3.Abr.1935, p. 12.

(59) Os trabalhos preliminares conducentes à publicação deste Decreto foram desenvolvidos no âmbito de uma comissão nomeada por uma Portaria de 16 de Junho de 1933 e que tomou posse a 22 do mesmo mês, constituída por: Dr. Júlio Dantas (presidente), Almirante Gago Coutinho, Dr. José de Figueiredo, pintor António dos Santos, arqueólogo Matos Sequeira, escultor Simões de Almeida, Dr. Joaquim Manso e arq. L. Cristino da Silva.

(60) Ver Decreto-Lei nº 23.405, in *Diário do Governo*, I série, nº 295, 27.Dez.1933. Sobre o concurso de Sagres ver também: FRANÇA, J.-A. - *A arte em Portugal no séc. XX*; ALMEIDA, P. Vieira de - *História da Arte em Portugal*, Pub. Alfa, Vol 14; PEDREIRINHO, J.M. - "Memória dos concursos de Sagres" in *Jornal Arquitectos*, nº 77-78, Jul./Ago. 1989, p. 19-21; ACCIAIUOLI, Margarida - *Os anos 40 em Portugal: o país, o regime e as artes...*, Vol. I, p. 656 e segs.

(61) Não foi possível apurar se esta carta chegou a ser ou não enviada visto estar em branco o espaço destinado a inscrever o dia em que seria expedida. No entanto, este texto será utilizado visto ser o único documento no qual estão expostos os pontos de discordância dos arquitectos quanto ao regulamento do concurso.

(62) A este propósito acrescentavam ainda: "Nem outra coisa pôde afirmar desde que o Governo sustenta duas Escolas de Belas Artes nas quais se ministram Cursos Superiores de Arquitectura Civil e Monumental com todos os ensinamentos indispensáveis para iniciar os seus Diplomados na Arte da Composição e na Ciência da Construção", in Carta do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses ao Presidente do Conselho, Lisboa, Jan.1934.

(63) "Compreende e reconhece este Conselho que o Govêmo delégué essa realização n'uma entidade de sua nomeação. Contudo é de toda a justiça que o arquitecto co-autor faça parte dessa entidade como director dos trabalhos, embora d'ela possa fazer parte mais algum tecnico, atendendo a que a construção do Monumento por ser muito importante, poderá necessitar da colaboração, ao ser realizada, da especialidade de mais alguns técnicos", in *Idem* (sublinhado no original).

(64) O júri, nomeado por O. Salazar era constituído por Júlio Dantas (presidente), Gago Coutinho, Joaquim Manso, José de Figueiredo, Reinaldo dos Santos, Cristino da Silva, António Soares, Maximiano Alves, Paulino Montez e Carlos Ribeiro. Raul Lino, também membro do júri, afastou-se na sua primeira reunião por ser concorrente. De acordo com o previsto no Decreto-Lei nº 23.405, a exposição de todos os trabalhos apresentados a concurso teve lugar no pavilhão de Festas do Parque Eduardo VII, sendo inaugurada a 1 de Maio de 1935.

(65) Ernesto Korrodi, Carlos Dias, Ferreira da Costa, António Lino, Camilo Korrodi, António Martins, Jorge Bermudes França e Francisco Cunha, cf. *Representação a Sua Excelência o*

Presidente do Ministério Doutor António de Oliveira Salazar para que seja construído em Sagres o Monumento digno dos Descobrimentos e do Infante, 1935.

(66) A outra finalidade desta representação era assim enunciada: "O nosso fim é ainda mais - reconhecida a impossibilidade da realização da obra aprovada pelo júri por todos os motivos técnicos e materiais, mas também, e sobretudo, sentimentais, espirituais e artísticos - mostrar que o concurso deu a V. Ex.^a os elementos necessários para poder fazer com que se realize uma obra de arte digna do Infante, digna dos Descobrimentos, digna de Sagres e também digna de perpetuar o poder criador da nossa época", in *Idem*.

(67) "Para sermos coerentes connosco próprios e dizermos toda a verdade, não nos furtaremos a afirmar que esta obra, verdadeiramente genial, não podia realizá-la Pardal Monteiro, se não tivesse sido iluminado pela força espiritual imensa do motivo da sua obra. A grandiosidade da ideia a exprimir, fê-lo transcender-se a si próprio. E iluminado pela grandeza do motivo, vivendo com paixão e fé o formidável impulso do passado na sua crença nacionalista - força viva e não morto tradicionalismo - e ao mesmo tempo pondo, sem um desfalecimento ou uma transigência, a aspiração da sua crença de artista, conseguiu criar uma obra que é já um novo estilo de arquitectura moderna e de um ideal a exprimir", in *Ibidem*.

(68) Tertuliano Marques lamentou "que nas reuniões do Júri do concurso do Monumento ao Infante de Sagres não tivessem tomado parte os dois arquitectos que a êle pertenciam e que eram dois técnicos de valôr, não se compreendendo que o concurso dum monumento de tão grande valor architectural fôsse julgado por literatos e escultores. Faz votos por que para o futuro se não repitam casos semelhantes.

"O Arquitecto Snr. Segurado diz que todas as verdades devem ser ditas e esclarecidas no Sindicato e que o caso do monumento ao Infante de Sagres não pode ficar no pé em que se acha, pois é um caso grave e, por isso, propõe que se officie ao Snr. Presidente do Júri, lamentando que na decisão dêste não tivessem intervido os dois técnicos arquitectos que a êle pertenciam", in *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta n.º 3, 19.Set.1934, p. 7-8.

(69) "(...) falaram vários oradores, tendo por fim sido aprovada uma proposta, no sentido de se aguardar o regresso dos Ilustres Membros dêste Sindicato, actualmente no Estrangeiro, para se poder julgar da oportunidade do envio do referido officio", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta n.º 5, 3.Out.1934, p. 5.

(70) "O Senhor Presidente [J. Urbano de Castro] resume todos os pareceres nas seguintes propostas que se transcrevem e que foram aprovadas por unanimidade: 1.^a Que a Direcção, se ainda fôr oportuno, inste junto das entidades superiores para que ao Jury do Concurso do Monumento ao Infante de Sagres, digão D. Henrique sejam agregados mais Arquitectos; 2.^a Que se inste para que os prémios do referido Concurso sejam aumentados proporcionalmente ao aumento da verba destinada para o seu custo; (...)", in *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta n.º 28, 15.Maio.1936, p. 64-65. Segundo era afirmado no Relatório do final da gerência "esta aspiração não poudê sêr satisfeita porquanto, estando já na ocasião em que êsse assunto foi tratado constituído o respectivo júri, soube-se por informações particulares que o Govêmo não alteraria a sua constituição. Dêste modo, a Direcção resolveu não intervir no caso", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1936 [dact.]*, p. 10

(71) Faziam ainda parte da equipa os engenheiros: Ricardo Amaral, José Pena Pereira da Silva, Germano Joaquim Venade, Joaquim de Oliveira Júnior e Jorge Seabra. Ver *Arquitectos*, n.º 2, Mar. 1938, p. 49-55 e ALMEIDA, P. V. - "Carlos Ramos: uma estratégia de intervenção" in Catálogo Carlos Ramos, exposição retrospectiva da sua obra, Lisboa, 1986.

(72) FRANÇA, J.-A. - *A Arte em Portugal no séc. XX*, p. 252.

(73) Realizado no ano seguinte, a este 3º concurso, pela primeira vez aberto a estrangeiros, apresentaram-se 49 propostas, das quais saiu vencedora a equipa de João Andresen que também não veio a ser realizada. Ver: *Concurso de projectos para o monumento ao Infante D. Henrique em Sagres*, 1957. Um 4º concurso foi aberto em 1988 ao qual se apresentaram 10 concorrentes sendo o 1º prémio atribuído à equipa de João Carreira, encontrando-se actualmente por executar.

(74) "(...); ofício da Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, comunicando que as peças apresentadas ao concurso para o Monumento de Sagres só podem tomar-se publicas depois de homologada por Sua Excelência o Presidente do Conselho, a decisão do Juní; (...)", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 130, 26.Jan.1938, p. 76.

(75) Nota Oficial da Presidência do Conselho, in *Diário de Notícias*, 27.Mar.1938.

(76) Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 27, 15.Maio.1935, p. 14.

(77) Sobre este assunto e conteúdo do referido Decreto ver: GONÇALVES, F. - "Formação e qualificação dos urbanistas em Portugal", in *Cidade/Campo*, nº 2, 1979, p. 158-159.

(78) Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 46, 26.Dez.35, p. 21.

(79) Cf. Idem, Acta nº 31, 5.Jun.1935, p. 15.

(80) "O problema apreciado em detalhe é deveras complexo se atendermos a que a parte já construída do edifício não corresponde de maneira alguma às intenções de quem o deliniou, intenções que podem verificar-se pela leitura da memória descritiva. Já hoje, apesar de todas as boas vontades dos nossos Associados, será difícil repôr o edifício em questão em termos de corresponder a tão elevado objectivo", in Ofício nº 205 do Sindicato Nacional dos Arquitectos ao Agente Geral das Colónias e Anexo [Bases do concurso de ante-projectos do Palácio do Comércio, Indústria e Agricultura de Luanda], Lisboa, 7.Jun.1935.

(81) Cf. Idem.

(82) Cf. Ofício nº 4770 da Agência Geral das Colónias à Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, Lisboa, 20.Dez.1934.

(83) Cf. Ofício nº 113 da Agência Geral das Colónias à direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, Lisboa, 12.Jan.1935.

(84) Cf. Ofício nº 141 do Sindicato Nacional dos Arquitectos à Agência Geral das Colónias, Lisboa, 17.Jan.1935.

(85) Cf. Ofício nº 435 da Agência Geral das Colónias ao secretário da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, Lisboa, 1.Fev.1935.

(86) Cf. ofício nº 1640 da Agência Geral das Colónias ao secretário do Sindicato Nacional dos Arquitectos, Lisboa, 22.Abr.1935, Idem, Ofício nº 2227, Lisboa, 23.Maio.1935, Ibidem, Ofício nº 2425, Lisboa, 31.Maio.1935, Ibidem, Ofício nº 2432, Lisboa, 1.Jun.1935.

(87) Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 45, 4.Dez.1935, p. 20 vs e Acta nº 46, 26.Dez.1935, p. 21 vs. Contrariamente ao que vinha acontecendo, este assunto foi levado a Assembleia Geral, apesar de na Acta da mesma constar apenas que Carlos Ramos expôs "o critério que seguiu para a elaboração do programa para o concurso público da 'Casa de Repouso dos Inválidos do Comércio', atendendo à falta de elementos que lhe deveriam ser fornecidos por aquela Instituição e que não conseguiu obter", in *Livro de Actas da*

Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 25, 21.Dez.1935, p. 56.

(88) Cf. Offício nº 429 da Direcção dos Inválidos do Comércio à Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, Lisboa, 11.Out.1935.

(89) Cf. Offício nº 260 do Sindicato Nacional dos Arquitectos a Alexandre Pereira, presidente da Direcção dos "Inválidos do Comércio", Lisboa, 27.Dez.1935.

(90) Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 57, 22.Abr.1936, p. 27 vs.

(91) "Carta do Architecto Senhor João António Piloto, comunicando não dispôr de tempo para poder desempenhar as funções de Vogal do Jury que há-de apreciar e classificar os ante-projectos para as instalações da Casa de Reposuso dos Invalidos do Comercio e para o que havia sido convidado por esta Direcção, como representante do Sindicato. Estranhando que o Senhor Architecto Piloto tenha apresentado o seu pedido de escusa, precisamente no dia em que para aquele fim devia reunir pela primeira vêz o referido Jury, resolveu a Direcção convidar para o mesmo fim o Architecto Senhor Carlos Chambers Ramos e comunicar esta resolução, para os devidos efeitos, aos 'Inválidos do Comercio'", in *Idem*, Acta nº 60, 13.Maio.1936, p. 29 vs.

(92) Cf. Offício nº 377 do Sindicato Nacional dos Arquitectos ao presidente da Direcção dos "Inválidos do Comércio", Lisboa, 22.Jun.1936. No seu Relatório de final de gerência, a Direcção a este propósito era afirmado: "Nêste ponto deve a Direcção confessar uma falta involuntaria, que cometeu, sem qualquer intuito reservado, mas que não quer deixar de confessar. É que sendo delegado dêste Sindicato no juri o nosso ilustre colega Snr. Carlos Chambers Ramos, nomeado à ultima hora, por recusa, no dia da primeira reunião do juri, do nosso ilustre colega e professor Snr. João António Piloto, a direcção em vez de procurar primeiramente ouvir o delegado do sindicato nêsse juri, por lapso não o fez e dirigiu-se directamente ao presidente do juri. Foi uma falta que o Presidente da Direcção procurou reparar, apresentando ao snr. Carlos Ramos as devidas desculpas e confessando lealmente que nem sequer se lembrara de que lhe competia cumprir êste elementar dever de cortezia, o que não fez por menos consideração pelo nosso colega Snr. Carlos Ramos, nem com qualquer intuito de não o ouvir. Esqueceu-se, pura e simplesmente de fazer essa primeira e natural deligência", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1936 [dact.], p. 8.

(93) Cf. Offício nº 405 do Sindicato Nacional dos Arquitectos ao presidente da direcção dos "Inválidos do Comércio", Lisboa, 1.Jul.1936 e *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 69, 1.Jul.1936, p. 37.

(94) Cf. Offício nº 2.408 dos "Inválidos do Comércio" a Pardal Monteiro, presidente do Sindicato Nacional dos Arquitectos, Lisboa, 6.Ago.1936. "Em face do teôr dêste officio resolveu a Direcção [do Sindicato Nacional dos Arquitectos], por unanimidade, enviar cópia do mesmo a cada um dos reclamantes e dar-lhes conhecimento de que esta Direcção não vê possibilidade de prosseguir na reclamação por entender que o júry procedeu no uso do direito contra o qual não ha recurso", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 75, 12.Ago.1936, p. 40.

(95) "Foi recebido um officio do consocio, Senhor António Couto, pedindo a demissão de associado dêste Sindicato, por não se conformar com o resultado da intervenção desta Direcção junto do Jury do Concurso para a Casa de Repouso, da Instituição 'Invalidos do Comercio'. Foi resolvido officiar a êste consócio, para que desista da sua resolução, explicando-lhe ao mesmo tempo qual a atitude desta Direcção naquêle assunto. Igualmente foi recebido um officio do consócio, Senhor José Urbano de Castro, apresentando o seu pedido de demissão do cargo de Presidente da Assembléa Geral dêste Sindicato", in *Idem*, Acta nº 78, 9.Set.1936, p. 41.

(96) Ver *Arquitectos*, nº 10, Jul./Set. 1939, p. 292-293.

(97) Na reunião da Direcção de 29.Maio.1935 houve uma troca de impressões sobre este concurso, "ficando o Senhor Presidente [Tertuliano Marques] incumbido de se informar do assunto para completo conhecimento do Sindicato" (in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 30, 29.Maio.1935, p. 14 vs.). Porém, na reunião seguinte é somente referido que o presidente prestou tais informações a propósito do projecto de alterações às instalações daquele armazém, Cf. Idem, Acta nº 31, 5.Jun.1935, p. 15.

(98) A Direcção teve conhecimento deste concurso através de uma notícia publicada na imprensa, face à qual oficiou ao presidente da Câmara Municipal do Porto e que, aberto entre arquitectos e engenheiros, se destinava à elaboração de ante-projectos de transformação do teatro Gil Vicente a uma sala de espectáculos "com os mais modernos requisitos da tecnica e obedecendo a todas as exigências de conforto e elegancia". O Sindicato protestou contra o facto de serem "tão vagas" as suas condições e "principalmente" no "respeitante à importância do premio para um trabalho de tal natureza", solicitando a abertura de novo concurso "em condições aceitáveis e não deprimentes", in Ofício nº 217 do Sindicato Nacional dos Arquitectos ao presidente da Câmara Municipal do Porto, 15.Jul.1935.

(99) Sobre este assunto existe uma carta que informa o administrador geral da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência de que o presidente do Sindicato, Tertuliano Marques "aceitou o convite para fazer parte da Comissão que há-de dar parecer sobre a classificação dos projectos para a construção de um edificio destinado à v/Filial de Vizeu", in Carta do Sindicato Nacional dos Arquitectos ao Administrador Geral da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, Lisboa, 8.Fev.1935.

(100) Pela documentação consultada existente no Sindicato, tudo leva a crer que este organismo não teve qualquer intervenção na definição das bases do programa deste concurso, participando somente no seu júri.

(101) Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 53, 25.Mar.1936, p. 25 vs.

(102) Cf. Idem, Acta nº 80, 21.Out.1936, p. 42 vs. Sobre o processo de lançamento e efectivação deste concurso ver: SAIAL, J. - *Estatuária portuguesa dos anos 30 (1926-40)*, p. 163-167.

(103) Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 68, 24.Jun.1936, p. 36.

(104) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1936 [dact.], p. 9.

(105) "A Direcção ainda chegou a resolver intervir junto do Ministério do Interior mas acabou por emendar essa resolução que nenhuma garantia de bom êxito tinha, pois não havendo nenhuma normas legais a respeitar sobre concursos públicos de arquitectura, a Câmara Municipal de Almada, afinal, embora mal, estava no seu direito de abrir um concurso subordinado às condições que quizesse. De resto já o demonstrára não ouvindo os alvites do Sindicato. Restava apenas que os arquitectos se soubessem comportar com dignidade e este comportamento regista-o com orgulho profissional a Direcção, foi exuberantemente demonstrado pela ausência quasi absoluta de arquitectos a este concurso, como a Direcção o vaticinára junto da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada", in Idem, p. 10.

(106) Ibidem. Significativamente, este projecto foi publicado em dois números da revista oficial do Sindicato. Ver *Arquitectos*, nº 1, Fev.1938, p. 21 e nº 3, Abr.1938, p. 91.

(107) No relatório de 1936 era afirmado o seguinte: "O mal dos concursos públicos, está, quanto à Direcção, em não haver ao menos uma regra legal à qual a organização dos concursos se subordine, e d'ahi resulta que cada concurso é uma surpresa no que respeita à sua organização e consequentemente aos seus resultados.

"Todos gritamos quando nos sentimos atingidos, mas no fundo, por mais razão que tenhamos não há forma se sairmos desta situação enquanto se não procurar estabelecer uma disciplina rígida sobre concursos", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1936 [dact.], p. 11.

(108) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 89, 30.Dez.1936, p. 49.

(109) Ver Vol. II - Documentação, Doc. nº 19.

(110) Cf. *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 32, 8.Mar.1936, p. 86. De acordo com o regulamento os vogais dos júris dos concursos eram os representantes dos seguintes organismos: um arquitecto (Sindicato Nacional dos Arquitectos); um arquitecto (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais); um artista plástico (Sociedade Nacional de Belas Artes) um arquitecto eleito pelos concorrentes até oito dias antes da data designada para a entrega das provas do concurso; um vogal (secretário, sem direito a voto, nomeado pela entidade promotora).

(111) Os representantes previstos pertenciam aos seguintes organismos: um arquitecto pelas Escolas de Belas Artes (nomeado pelo Ministério da Educação Nacional); um arquitecto (Junta Nacional de Educação); um artista plástico (Academia Nacional de Belas Artes); e um artista plástico (escolhido pelo promotor), in *Regulamento dos concursos públicos de Architectura*, Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1937.

(112) Art. 5º, § único: "Quando a um membro nomeado para um júri se tome difícil deixar de frequentar o local de trabalho dum concorrente ou evitar de ter com êste frequente contacto por força das obrigações inerentes às funções normais ou acidentais de um e outro, deve o primeiro apresentar à entidade que o nomeou a exposição dos factos que possam dar origem a suspeições por parte dos outros concorrentes, competindo a essa entidade, sempre que os factos expostos sejam de natureza a poder provocar, embora apenas com fundamento aparente, reclamações por parte de algum concorrente, proceder imediatamente à substituição do nomeado", in *Idem*.

(113) "O Senhor Carlos Andrade pede que se registem as suas felicitações ao membro da Direcção que redigiu êste artigo, pois êle prova a sua grande isenção", in *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 33, 10.Mar.1937, p. 89.

(114) Ainda de acordo com a Acta daquela reunião a redacção deste artigo foi proposta por Carlos Ramos, Cf. *Idem*, Acta nº 34, 12.Mar.1937, p. 91.

(115) *Ibidem*, Acta nº 137, 19.Mar.1937, p. 97.

(116) "Artº 34º - Quando o Júri tenha classificado projectos em mérito absoluto e ao proceder às classificações em mérito relativo verifique que os projectos em apreciação não reúnem as condições necessárias para justificar a atribuição de prémios, poderá deixar de os atribuir, devendo, neste caso, fundamentar circunstanciadamente na respectiva acta os motivos que justifiquem essa decisão", in *Regulamento dos concursos públicos de Architectura*, Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1937.

(117) "Artº 32º - A atribuição de prémios na classificação em mérito relativo, obedecerá à seguinte regra: ao projecto que apresente a melhor solução do problema posto e que mais satisfatoriamente responda às determinações do Programa e quando reúna as necessárias condições para ser executado, será atribuído o 'Primeiro Prémio'; aos restantes classificados em mérito absoluto serão atribuídos prémios com a designação de 'Prémio pecuniário de

.....\$00', podendo êstes sêr de valores diferentes e haver mais do que um prémio de valôr igual.

"§ único - Quando se trate de concurso em dois graus, no primeiro apenas se fará a escolha do número de projectos que devam sêr admitidos à prova do segundo grau, sem atribuição da posição relativa dos projectos escolhidos", in *Idem*.

(118) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 40, 13.Abr.1937, p. 103. Os artigos alterados de acordo com as indicações do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social não se prendiam com questões de fundo nem com o papel decisivo no Sindicato em todo o processo de promoção dos concursos públicos de Arquitectura. Aqueles eram referentes à publicação em Diário do Governo do programa e bases dos concursos (Artº 14º, § único); a imposição da entrega "das provas dos concursos públicos de arquitectura, bem como o seu julgamento" serem "em regra", realizados em Lisboa (Artº 15º); e ainda a inclusão do artigo que previa a possibilidade da revisão das decisões do júri (Artº 26º e § único).

(119) *Idem*, p. 110. De acordo com as decisões daquela Assembleia Geral logo no dia seguinte, no âmbito da Direcção, "foi iniciada a leitura da redacção dada ao projecto de Regulamento dos Concursos Públicos de Arquitectura", trabalho que se prolongou na reunião posterior. Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 103, 14.Abr.1937, p. 56 e Acta nº 104, 21.Abr.1937, p. 56-57.

(120) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, 1937 [dact.], p. 7.

(121) *Idem*, 1940 [dact.], p. 2.

(122) *Ibidem*, 1937 [dact.], p. 5.

(123) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 102, 7.Abr.1937, p. 55 vs.

(124) *Idem*, Acta nº 106, 12.Maio.1937, p. 57 vs.

(125) *Ibidem*, Acta nº 116, 28.Jul.1937, p. 61 vs.

(126) Cf. Offício nº 521 do Sindicato Nacional dos Architectos ao presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Lisboa, 28.Jul.1937.

(127) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 117, 11.Ago.1937, p. 63-63 vs.

(128) Offício nº 528 do Sindicato Nacional dos Architectos ao presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Torres Vedras, Lisboa, 14.Ago.1937.

(129) Na proposta apresentada pela Câmara Municipal de Torres Vedras estava previsto o seguinte júri: presidente da Câmara, um delegado da Comissão de Turismo do Concelho de Torres Vedras, um engenheiro da Câmara, um delegado da Ordem dos Engenheiros e um delegado do Sindicato Nacional dos Architectos. O teor da contra-proposta sugeria a seguinte constituição: presidente da Câmara, um delegado do Turismo da Câmara; dois delegados do Sindicato Nacional dos Architectos, um arquitecto pelo Conselho da Junta Provincial da Extremadura. Cf. Offício nº 10 da Câmara Municipal de Torres Vedras ao presidente do Sindicato Nacional dos Architectos, Torres Vedras, 3.Ago.1937 e Offício nº 528 (anexo) do Sindicato Nacional dos Architectos ao presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Torres Vedras, Lisboa, 14.Ago.1937.

(130) Os prémios previstos no regulamento da Câmara Municipal de Torres Vedras eram os seguintes: 1º - 3.000\$00; 2º - 2.000\$00. Os propostos pelo Sindicato eram substancialmente maiores: 1º - 20.000\$00; 2º - 10.000\$00; 3º - 5.000\$00, Cf. *Idem*.

(131) Era ainda proposta a introdução de um novo artigo no regulamento que previa que os "outros trabalhos premiados ficam propriedade da Câmara Municipal de Torres Vedras, a qual no entanto os não poderá utilizar para a realização de quaisquer trabalhos, ficando assegurados aos seus auctores todos os direitos de propriedade artística", *Ibidem*.

(132) Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 119, 20.Out.1937, p. 65.

(133) A propósito deste concurso é apenas referido que a Divisão de Propaganda da Agência Geral das Colónias solicitou ao Sindicato a indicação de um seu representante no júri, sendo para o efeito designado Adelino Nunes. Cf. *Idem*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 203, 7.Jun.1939, p. 9 vs. A revista do Sindicato publicou fotografias da maquete apresentada a este concurso da autoria de Faria da Costa e Raul Tojal com a colaboração do escultor António da Costa, Cf. *Arquitectos*, nº 10, Jul.-Set. 1939, p. 289-291.

(134) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 211, 13.Set.1939, p. 14.

(135) Cf. *Idem*, Acta nº 223, 31.Jan.1940, p. 20 vs. No final de Novembro, a Direcção do Sindicato recebeu um ofício das Companhias Reunidas de Gaz e Electricidade, "juntando as condições estabelecidas no Regulamento para o Concurso do 'Bem Estar Moderno', a que podem concorrer os arquitectos que tal desejarem", não vendo aquele órgão associativo "motivo para discordar das condições estabelecidas no referido Regulamento", in *Ibidem*, Acta nº 216, 27.Nov.1940, p. 39.

(136) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1940 [dact.], p. 2-3.

(137) *Idem*, 1943 [dact.], p. 7.

(138) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 284, 27.Abr.1943, p. 87 vs.

(139) "Recebeu-se um ofício do Senhor Director da Escola de Belas Artes de Lisboa, de vinte e nove de Abril último, transcrevendo o que enviou ao Presidente da Câmara Municipal do Porto, sobre as 'Bases do Concurso para o Arranjo da Praça dos Poveiros, daquela Cidade.

"Foi resolvido agradecer a comunicação e enviar-lhe copia do ofício que endereçámos ao Presidente da Câmara Municipal do Porto, sobre o mesmo assunto, em vinte e seis de Abril último", in *Idem*, Acta nº 285, 10.Maio.1943, p. 88.

(140) *Ibidem*.

(141) *Ibidem*, Acta nº 286, 31.Maio.1943, p. 88 vs.-89.

(142) *Ibidem*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 300, 12.Abr.1944, p. 15.

(143) *Ibidem*, Acta nº 301, 24.Abr.1944, p. 18.

(144) *Ibidem*, Acta nº 304, 22.Maio.1944, p. 22

(145) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1944 [dact.], p. 6.

(146) "Apesar de têr decorrido um ano sobre êste lamentavel incidente, a Direcção do Sindicato não pode ficar indiferente a êle, tendo-se resolvido escrever à Secção Distrital do Porto lembrando-lhe que, antes de se proceder contra êsses sócios, lhes oficiasse no sentido de lhes pedir explicações sobre tão insólito procedimento", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº

332, 6.Jun.1945, p. 78. No ano seguinte este assunto não tinha ainda sido esquecido pois na Acta da Direcção de 10.Ago. era afirmado: "Foi resolvido oficial também à Secção do Pôrto, a-fim de se saber o que há sobre os officios que deviam ter sido enviados aos sócios que prevaricaram no concurso da Igreja Paroquial de S. António das Antas, pedindo-lhes explicações sobre a sua atitude, de modo a poder poceder-se contra eles e ainda que, dado o tempo decorrido, êsse procedimento não seja mais que uma prevenção contra futuros casos identicos", in Idem, Acta nº 336, 10.Ago.1946, p. 84.

(147) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos, 1944* [dact.], p. 6.

(148) Idem, 1945 [dact.], p. 12. Na reunião de Direcção em que este concurso foi discutido pela primeira vez, o seu secretário, A. Couto Martins, e o seu tesoureiro, Dario Vieira, delegaram no presidente, Cottinelli Telmo "a redacção de todo o expediente relativo a este caso", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 335, 27.Jul.1945, p. 82.

(149) Idem, Acta nº 336, 10.Ago.1945, p. 84-85.

(150) Ibidem, Acta nº 337, 18.Ago.1945, p. 86.

(151) Cottinelli Telmo "comenta que está convencido que o Snr. Ministro não mandou mas sim deve ter aconselhado a Câmara Municipal do Pôrto a pedir esclarecimento, o que esta já podia ter feito sem recorrer a outras entidades ou individualidades", in Ibidem, Acta nº 338, 11.Set.1945, p. 87 (sublinhado no original).

(152) Nessa mesma reunião foram lidas duas cartas, uma da Secção Distrital do Porto e outra do sócio Ferreira da Costa, "de apoio à atitude da Direcção". Porém, Cottinelli Telmo comunicava que "infelizmente, há dois Consocios do Pôrto - Carlos Neves e Francisco Granja - que parece quererem inutilizar o trabalho da Direcção. É lida a carta dos mesmos, em que declaram ter o trabalho pronto e perguntam se devem ou não levá-lo ao Concurso e a resposta que lhes foi dada em 30 de Agosto. comunica ainda que oficiou ao nosso Consocio Director da Escola de Belas Artes de Lisboa e à Secção Districtal do Pôrto, expondo o que se passava quanto ao mesmo caso da Câmara Municipal do Pôrto", in Ibidem, p. 88.

(153) Ibidem, Acta nº 342, 15.Dez.1945, p. 94.

(154) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos, 1945* [dact.], p. 13.

(155) Após Cottinelli Telmo ter relatado na Assembleia todas as iniciativas e diligências da Direcção tomadas em tomo daquele concurso, Pardal Monteiro, então presidente da Mesa, "disse interpretar o sentimento de toda a Assemblêa felicitando a Direcção pela maneira brilhante como fez frente à investida da Câmara Municipal do Pôrto. O Senhor Architecto Cottinelli Telmo, em resposta agradeceu à Assemblêa a maneira como julgou os actos da Direcção", in *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 71, 27.Dez.1945, p. 74.

(156) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos, 1947* [dact.], p. 4.

(157) "Evidentemente que num Júri onde os Architectos representam uma minoria, seria muito desagradavel para eles que a sua opinião, baseada no conhecimento de todas as subtilezas de uma Arte-Ciência que aprenderam e cultivam e de que são os únicos legitimos detentores, não prevalecesse", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 370, 22.Set.1947, p. 127.

(158) Idem.

(159) Cf. Ibidem, Acta nº 372, 27.Out.1947, p. 129. Sobre o júri deste concurso, a Direcção afirmava no seu Relatório: "Deve registar-se a acção do Consócio Leonardo de Castro Freire

nesse júri, onde, julgamos que pela primeira vez, a representação da Ordem dos Engenheiros foi dada a um arquitecto-engenheiro do Norte. É caso para pensar se esta medida não é fruto de anteriores atitudes tomadas por esta e outras Direcções do Sindicato, que, registre-se aliás, não procederam nunca senão tendo em vista princípios e não animosidade contra outros profissionais cuja colaboração não pode ser dispensada nem ser merecedora de outra coisa senão da nossa admiração", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1947 [dact.], p. 4.

(160) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 407, 1.Fev.1949, p. 171.

(161) O concurso encontrava-se aberto entre "engenheiros civis, arquitectos e agentes técnicos de engenharia, tanto nacionais como estrangeiros, e ainda qualquer firma que se dedique a estudos de construção civil e arquitectura". De acordo com o mesmo regulamento "o júri encarregado da apreciação e classificação dos trabalhos será organizado pelo Presidente da Câmara Municipal quando esta o julgar oportuno", Cf. Ofício nº 985/P./948 da Câmara Municipal da Beira ao presidente do Sindicato Nacional dos Arquitectos, Beira, 18.Dez.1948

(162) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 416, 28.Mar.1949, p. 179.

(163) Idem, de 14 de Outubro de 1949 a 26 de Maio de 1950, Acta nº 456, 3.Mar.1950, p. 7 vs.

(164) Para avaliação de todos os concurso públicos de que foram encontradas referências nas Actas e Relatórios da Sociedade dos Arquitectos Portugueses e do Sindicato Nacional dos Arquitectos, ver Vol II - Documentação, Doc. nº 17.

Capítulo 5

RELAÇÕES COM A CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Os arquitectos portugueses não se alhearam nunca da vivência da cidade nem como cidadãos nem como técnicos, lançando olhares quase sempre entristecidos sobre o espaço edificado que crescia alheio às suas ideias de Arquitectura e Urbanismo. Demarcaram-se de tais situações, apelaram junto daqueles que em última instância poderiam inflectir tais desacertos, propuseram alternativas, ofereceram a sua colaboração... mas, acabaram quase sempre por permanecer, por força das circunstâncias, numa marginalidade incerta e contestada.

Atentas e diligentes a quem e ao que se fazia no âmbito da sua profissão, as direcções associativas, por terem sempre a sede social em Lisboa, foi à sua Câmara Municipal que preferencialmente se dirigiram desde a fundação da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, apesar de não descurarem o que então ocorria no resto do país, pugnando sempre pela dignificação da classe e defendendo assim a qualidade do espaço construído.

Como se verá, a sua actuação foi muito diversificada, abrangendo questões pontuais ou de maior alcance para o seu trabalho que, afinal, se reflectia na cidade. Dos seus êxitos ou desaires não foram nunca alheios aqueles que presidiam ao município e que ditavam as suas estratégias de intervenção, tal como se pode concluir pela documentação em que se apoiou o presente inquérito. Porém, e seguindo as linhas orientadoras deste, importa atentar numa leitura subsidiária dos problemas existentes em Lisboa, não numa perspectiva de análise e interpretação estética e de julgamento das grandes opções arquitectónicas e urbanísticas, mas antes constatando como estas se reflectiram no seio do organismo da classe dos

arquitectos portugueses, averiguando efeitos directos de causas factológicas e outros acontecimentos já divulgados e conhecidos.

Os primeiros contactos estabelecidos entre a Sociedade dos Architectos Portugueses e a Câmara Municipal de Lisboa remontam à também primeira atribuição do prémio Valmor, traduzindo-se no pedido de nomeação de um representante dos architectos no júri (1) que, de acordo com o seu regulamento era constituído por três architectos, um nomeado pela Câmara Municipal de Lisboa, outro pela Academia Real de Belas Artes e o terceiro por aquela Sociedade. Este prémio anual instituído por determinação testamentária de 1898 pelo Visconde de Valmor (2), só foi aprovado em sessão camarária de 21 de Janeiro de 1903 e visava distinguir "o mais belo prédio ou casa edificada em Lisboa, com a condição porém, de que essa nova casa ou restauração de edifício velho, tenha um estilo architectónico, clássico, grego ou romano, romano-gótico ou renascença, ou algum tipo artístico português, enfim digno de uma cidade civilizada" e cujo valor pecuniário deveria ser dividido em "duas partes iguais" entre o proprietário e o architecto" (3). Porém, se para a capital portuguesa tal prémio constituiu uma inovação, ele era próximo nas suas intenções e formulação de um outro aprovado pelo Conselho Municipal de Paris na sessão de 7 de Dezembro de 1897 e desde então atribuído, o denominado "curso das fachadas". (4)

O prémio Valmor, única recompensa oficial camarária aos architectos e proprietários, estes últimos que nunca foram estimulados por essa distinção para procurar a assinatura daqueles técnicos na maioria das edificações que financiavam, foi atribuído inicialmente com regularidade, prática que por razões várias foi alterada. A selecção feita pelos sucessivos júris nomeados, nos quais se encontrava sempre um representante da Sociedade dos Architectos Portugueses ou do Sindicato Nacional dos Architectos, revela gostos e preferências estético-formais significativas no contexto da historiografia architectónica da capital. Por outro lado, a localização no tecido urbano dos edifícios premiados, é de alguma

forma elucidativa da valorização de determinadas zonas e artérias da cidade, onde nos anos 10 e 20 se instalava a burguesia lisboeta em casas unifamiliares ou em prédios de rendimento (5). Todavia, tais aspectos transcendem as opções de pesquisa inicialmente delineadas para o presente trabalho, interessando antes verificar o significado que tal prémio teve no seio das organizações profissionais dos arquitectos portugueses.

Nos sucessivos Relatórios das gerências associativas, a primeira referência localizada, para além do pedido de nomeação dos seus representantes no júri de atribuição daqueles prémios, diz respeito ao projecto de alteração do seu regulamento após a implantação da República. Porém, tudo leva a crer que os estudos iniciados sobre o assunto pelo Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos no ano social de 1911-1912 ficaram a dever-se à sua iniciativa própria e não a um pedido concreto da Câmara Municipal de Lisboa nesse sentido (6), apesar desta questão não constar de mais nenhum dos Relatórios seguintes. Nova referência foi feita já no final dos decénio de 20, em que o mesmo Conselho dava conhecimento aos sócios do facto de ter intercedido junto da Comissão Administrativa da Câmara a fim desta reunir o júri para a adjudicação dos prémios relativos a 1927, 1928 e 1929, pedido que foi atendido (7) e repetido em 1936. (8)

Posteriormente, na sessão pública da Câmara Municipal de Lisboa de 17 de Março de 1938, então presidida pelo engenheiro Duarte Pacheco, a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, cujo presidente era o vereador Dr. Viegas da Costa, propunha a criação de dois prémios municipais de Arquitectura - um de edificações e outro a atribuir a projectos para casas de habitação. Desta ideia de premiação eram afastados os proprietários, incluídos, como se viu, no prémio Valmor, valorizando a obra e o arquitecto. A sua institucionalização foi já considerada como o "primeiro sinal" do "empenhamento" do novo presidente do município no sentido de "atender e velar" pela Arquitectura privada, parcela de outras medidas e orientações de diferentes alcances, gizadas por aquele jovem engenheiro no intuito

de "proporcionar um remédio lato e eficaz em prole da 'estética da cidade'" (9). Tal facto foi desde logo reconhecido pela Direcção do Sindicato que pouco depois enviava as bases de tais prémios aos associados, numa circular em que era referido que tal medida se devia à "iniciativa" do então "presidente da Câmara Municipal de Lisboa (...) que ao problema da arquitectura nacional tem dedicado excepcional atenção" sendo por isso "merecedor das mais inequívocas provas de reconhecimento da parte de todos aqueles para quem o problema da arquitectura é considerado como de primordial importância como expoente do grau da cultura nacional". (10)

A criação destes dois novos prémios "destinados a estimular o aparecimento de boas composições arquitecturais e de boas edificações", não teve tradução prática imediata. De acordo com as informações do Relatório da Direcção de 1938, a Câmara iniciou durante aquele ano "o estudo do programa para o concurso dos projectos" mas até então "não foi realizado o concurso, nem foi feito o julgamento dos edifícios da autoria de architectos, concluídos no ano de 1938" tal como "não chegou a reunir o júri para atribuir o prémio Valmor de 1937", tendo aquele órgão associativo oficiado à referida Câmara "lembrando a vantagem de se dar cumprimento às deliberações municipais quanto a estes prémios" (11). Idêntico pedido foi repetido novamente em 1939.

A Direcção do Sindicato considerava os prémios municipais como uma iniciativa camarária "louvável", defendendo a ideia de que "se as razões que levaram a Câmara a criar esses prémios já eram, então, absolutamente justificadas" eram-no ainda "muito mais dada a falta de medidas para estimular a construção". De certo que os architectos não deixariam de insistir neste assunto pois a falta de estímulos oficiais era notória e a premiação de obras assinadas por architectos constituía também um reconhecimento público da sua actividade profissional. Pelo seu lado, a entidade promotora de tais prémios justificava a sua demora pelo facto de "não estar ainda feito o respectivo regulamento" o que era comentado pelo Sindicato

nestes termos: "por esse facto os anos vão-se passando sobre a aprovação daquela resolução municipal, sendo assim os seus objectivos prejudicados". (12)

Com efeito, só em 1942 é que foi oficialmente elaborado pela Comissão de Arte e Arqueologia da Câmara Municipal de Lisboa o regulamento do Prémio Municipal de Arquitectura - projectos para casas de habitação e iniciada a discussão do mesmo prémio respeitante a construções (13), cujo projecto foi da autoria de Pardal Monteiro na qualidade de representante do Sindicato naquela Comissão (14), e que viria a ser publicado no Diário Municipal de 12 de Janeiro de 1943. Três importantes aspectos, por diversas vezes defendidos por aquele organismo, eram enunciados como os objectivos daquele concurso: "estimular os arquitectos", "esclarecer, por exemplo, os proprietários" e "incitar os construtores", todos eles tendo subjacentes outros pressupostos, respectivamente, o "melhorar a estética citadina", as "vantagens que resultam da criteriosa solução architectónica das composições" e a adaptação de "normas sucessivamente mais perfeitas na construção das casas de habitação". No entanto, se foi dado andamento aos prémios municipais, o prémio Valmor não era atribuído há já alguns anos e a Câmara não pretendia inicialmente fazer reunir o seu júri a fim de proceder a tais adjudicações, posição que veio a alterar, tendo o Sindicato dado um importante contributo neste sentido (15). No Diário Municipal de 5 de Maio de 1942, era publicada a revisão das condições do concurso para adjudicação do prémio que, mantendo os critérios de 1903, introduzia uma nova distinção, as menções honrosas, também entregues aos arquitectos e proprietários.

Cerca de seis anos decorreram desde que foi aprovada a criação dos prémios municipais de Arquitectura até ter sido recebido no Sindicato o pedido de nomeação de representantes seus naqueles júris (16), tempo que traduziu outros centralismos e prioridades: Duarte Pacheco foi chamado para a pasta das Obras Públicas logo em 1938, Ministério em torno do qual se concentraram todos os esforços preparatórios do vasto plano da Presidência do Conselho para as

comemorações centenárias, iniciando-se depois o estudo do Plano de Urbanização da capital. Duarte Pacheco, falecendo em 1943, não viu assim cumpridos os seus designios, tardiamente concretizados. No sentido de clarificar a importância que tinham as representações do Sindicato nos júris destes concursos, importa referir que em 1951, quando Keil Amaral se encontrava já afastado de cargos sindicais por determinação oficial, o seu nome foi proposto por I. Peres Fernandes, então presidente da Direcção, como delegado do Sindicato nos júris do prémio Valmor e Municipal de Arquitectura, o que foi aprovado por unanimidade em Assembleia Geral. (17)

Porém e tal como foi anteriormente apontado, as relações institucionais entre a Sociedade dos Arquitectos e o Sindicato com a Câmara Municipal de Lisboa revestiram-se de outros aspectos para além daqueles que atrás foram referidos (18). As direcções associativas em diferentes momentos procuraram sempre coadjuvar as administrações municipais a fim de defender questões de estética cidadina bem como a posição dos arquitectos como técnicos indispensáveis nos seus quadros.

Remonta a 1905 a primeira proposta localizada da Sociedade dos Arquitectos Portugueses para a constituição de uma "comissão artística" junto daquela edilidade, considerada como o "sistema mais adequado" para "resolver o desideratum na actualidade" e que teria "poderes para aprovar ou rejeitar os projectos sob o ponto de vista estético, visto que sob qualquer outro aspecto o município (tinha) os seus serviços organizados, dos edificios que se pretendam construir na cidade e cuja aprovação (fosse) da alçada municipal". De acordo com o Relatório da gerência de 1905-1906, para a concretização deste "momentoso assunto" tinham sido já iniciados "vários trabalhos e negociações (...) que a seu tempo (seriam) do conhecimento público". (19)

No ano seguinte, a Sociedade dos Architectos foi convidada a fazer-se representar na Comissão de Monumentos e Estética da Cidade de Lisboa criada pela recém-fundada Sociedade de Propaganda de Portugal (20). Foram então designados para esses cargos F. Carlos Parente e A. Bermudes, que segundo o Relatório da gerência de 1906-1907, nela advogavam "com o maior fervor os interesses da arte portuguesa, a fim de manter o bom exemplo de serem os architectos, os primeiros a occuparem-se dos assuntos que fundamentalmente interessam à nossa profissão" (21). De acordo com os trabalhos desenvolvidos por aquela comissão, a Direcção seguinte organizou uma "representação estudada sobre todos os pontos de vista na parte que diz respeito à estética de edificação na cidade de Lisboa" que depois entregou ao vice-presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa (22). As suas consequências não foram porém as desejadas pela Sociedade dos Architectos cujo Conselho Director para o ano social de 1908-1909 estudou "um projecto de lei sobre a estética da cidade, tendente a evitar a continuação dos edificios anti-estéticos que se constroem em Lisboa, sem a menor parcela de arte ou bom gosto" (23). No ano seguinte a mesma Sociedade defendia a admissão de "architectos tirocinantes" na Câmara Municipal de Lisboa, "como já se tem praticado nas obras de Estado", de certo como um reforço dos quadros existentes e no sentido de obviar às situações que então criticava (24). Verifica-se que até à implantação da República foram estas as diligências efectuadas pela Sociedade dos Architectos Portugueses no sentido de conferir maior qualidade ao espaço edificado na capital do seu país, ainda que assentes num débil corpo teórico. O diagnóstico foi sempre feito em termos demasiado vagos e indefinidos, numa enunciação de conceitos subjectivos através dos quais é difícil aferir qual era então a ideia de Architectura para cidade que os architectos defendiam em opposição à existente.

A Comissão de Estética criada em 1914 já pelos ministérios republicanos cuja primeira vereação camarária foi alvo de alguns elogios (25), mereceu alguns

reparos do Conselho Director da Sociedade dos Architectos que lançou "um apelo" à Câmara Municipal de Lisboa para que esta "envidasse os seus esforços com o fim de regularizar o funcionamento" daquela comissão, conferindo-lhe "poderes para interferir na apreciação de projectos submetidos à aprovação da mesma Câmara, de forma a evitar que por falta de regulamentos, continue o actual estado de coisas" (26). No ano seguinte, no Relatório do Conselho Director, é acrescentada uma causa objectiva responsável pelos "vandalismos que, em matéria de arte" se praticavam "nas modernas construções da capital em que a estética sofre verdadeiros atentados": eram os "indivíduos das mais variadas profissões" que pelo facto da "estética municipal" ser "falha da devida protecção oficial" permitia que Lisboa continuasse "à mercê das mais criminosas extravagâncias". Quanto à profissão de architecto, esta era "usurpada por indivíduos sem escrúpulos artísticos, ao abrigo da impunidade oficial". (27)

Para a Direcção da Sociedade dos Architectos a questão da estética da cidade tinha uma "importância moral e material", sendo por isso "desolador constatar o ponto a que chegou a construção moderna de Lisboa". Esta, por não ser da competência dos técnicos que estavam habilitados para esse fim, apresentava perigos, nomeadamente de estabilidade, de acordo com o que era afirmado em 1917 no Relatório do Conselho Director, presidido por Leonel Gaia (28). Tal situação era alvo de protestos continuados de pouco ou nenhum efeito, apresentados pelas direcções associativas que no interior da Câmara eram secundadas pelos seus sócios que aí desempenhavam funções profissionais como era o caso de António do Couto Abreu (29) e A. Bermudes (30), elogiados naquele Relatório, sobretudo este último que no ano seguinte apresentou em sessão camarária uma proposta no sentido de ser nomeada uma comissão de melhoramentos da cidade. (31)

O crescimento urbano e a modernização das capitais e grandes centros populacionais foram constantes europeias do pós-guerra que também atingiram

Lisboa, cujo incremento escapou ao controle camarário que, num vazio legislativo e carência de meios, permitiu a intervenção de especuladores fundiários e construtores civis. As dificuldades financeiras sempre existentes na Câmara impediram, por outro lado, a construção de projectos mais amplos e sistemáticos como foram as tentativas promovidas pela instável I República para a resolução do problema da habitação em Lisboa (32). Até à instauração da ditadura militar em 1926, verifica-se que o planeamento então empreendido para as futuras realizações camarárias, ficou aquém do desejado, apesar de corresponder a um premente diagnóstico, posteriormente adaptado pelo Estado Novo: a criação de uma subcomissão para estudar as medidas de carácter urgente no domínio do saneamento e abastecimento de Lisboa (1918), a regulamentação de construção de bairros sociais (33), o início da construção do bairro do Arco do Cego (1919), uma nova proposta para a elaboração de um plano de urbanização da cidade de Lisboa (1923) e ainda, em vésperas da instauração da ditadura militar a aprovação pelo Senado Municipal, a 22 de Abril de 1926, de uma proposta de Jaime Cortesão, vereador que no ano anterior tinha sido nomeado para a presidência da Comissão de Instrução Pública daquela edilidade (34), para a constituição de uma comissão destinada a estudar um plano geral de melhoramentos da cidade de Lisboa. (35)

A ideia foi relançada com alguns efeitos práticos na sessão de 14 de Outubro de 1926 da Câmara Municipal, então presidida pelo coronel José Vicente de Freitas, no seguimento da qual o arquitecto urbanista francês J.C.N. Forestier, já com currículo neste domínio nomeadamente em Paris, Bruxelas, Barcelona e Sevilha, veio para Portugal a fim de dar o seu parecer sobre a urbanização da cidade de Lisboa (36). Em 1927 tinham sido iniciados os estudos de planos parciais que se arrastaram tendo em 1932 o engenheiro A. Emidio Abrantes, chefe da secção da planta da cidade, ficado encarregue de elaborar um relatório sobre as necessidades urbanísticas de Lisboa, isto no mesmo ano em que Oliveira Salazar

constituiu o seu primeiro governo, em que foi criado o Ministério das Obras Públicas e Comunicações, sendo Duarte Pacheco o seu primeiro titular e também o Fundo de Desemprego administrado pelo Comissariado do Desemprego, organismo dependente daquele novo Ministério.

No ano da formação compulsiva do Sindicato Nacional dos Architectos, o lisipógrafo L. Pastor de Macedo, vogal do pelouro de Architectura da Câmara Municipal de Lisboa e que nesse mesmo ano apresentou uma proposta para a criação dos Serviços Culturais da edilidade, presidia a comissão incumbida de elaborar o plano geral de urbanização da capital e também a finalmente constituída, em 29 de Dezembro de 1933, Comissão de Estética Citadina, onde os architectos estavam representados pelo seu organismo de classe. Esta tinha por finalidades "emitir parecer sobre os problemas gerais de estética urbana e sobre as questões relacionadas com as transformações da cidade de Lisboa, de forma a evitar quaisquer atentados à arte, à tradição ou à história da capital" (37). Tais medidas eram todas elas convergentes na vontade de moralização estética criando uma nova imagem da cidade, tão disciplinada e ordeira quanto os novos governantes se queriam impôr ao País (38). Porém, este empenhamento imediato nas questões urbanas e estéticas de Lisboa traduziam mais um novo estilo de actuação do regime que pretendia nobilitar a cidade-sede do poder - a capital do país e em breve do império - exibindo um potencial de execução e gestão superior aos anteriores dirigentes do país, do que um interesse pela Architectura e pelos architectos, pelo menos no sentido que sempre foi defendido pela Sociedade dos Architectos Portugueses e depois pelo Sindicato.

Um caso paradigmático desta situação foi o facto da nova administração camarária não ter alterado a sua organização interna, possibilitando a existência de diferentes repartições de Architectura e Engenharia, tal como acontecera entre 1911 e 1926. Todavia, tendo em conta o contexto do exercício da profissão de architecto era impensável inflectir tais circunstâncias. Aliás, essa subalternização

ficou desde logo fixada no Decreto-Lei que criou os Sindicatos Nacionais ao atribuir à organização profissional dos engenheiros a designação de "Ordem", com todo o prestígio social nela implícito, ficando os arquitectos até aos anos 70 com a de "Sindicato Nacional".

O desdobramento das repartições de Architectura e Engenharia, criado por decreto de 5 de Julho de 1911, ficou a dever-se a uma proposta de M. Ventura Terra, sendo tal medida considerada no Relatório do Conselho Director de 1911-1912 como um "exemplo que deveria ser seguido, visto tornar independentes serviços de natureza diversa é sempre boa orientação" (39). No entanto, na reorganização dos serviços municipais de 1925 os serviços de Architectura ficaram "subordinados a uma única Repartição de Engenharia e Architectura, colocando-a sob a direcção de um engenheiro civil, e centralizando num único pelouro os dois serviços mais importantes, mais variados, e mais complexos da Câmara Municipal de Lisboa". A direcção associativa apesar de enaltecer o "zelo, inteligência e civismo" demonstrado por aquela vereação presidida por A. Augusto Portugal Durão, não podia "deixar de considerar aquelas deliberações como contrárias às normas adoptadas noutros países para a organização e administração dos Serviços Municipais de Architectura" que eram "nocivas aos mais altos interesses da cidade" e "deprimente da dignidade da classe dos arquitectos" representados pela Sociedade.

Ainda nesta representação dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa eram cuidadosamente explicadas as atribuições profissionais de cada uma daquelas profissões, defendendo o Conselho Director a ideia de que nenhum dos serviços deveria ser subalternizado. Contudo, no caso de haver necessidade de o fazer "então seria, como se faz nos outros países: os Serviços de Engenharia é que seriam abrangidos na Architectura, porque o que é lógico é que os detalhes se subordinem ao conjunto e as partes ao todo", ideia que certamente os arquitectos não esperavam ver concretizada em Portugal. Importa ainda realçar que naquele

documento era de alguma forma antecipada a questão aí designada por "Arquitectura Urbana", ou sejam os "serviços de superior interesse para as cidades" cuja responsabilidade reclamavam para a classe, marcando posições que se agudizariam no início dos anos 30 face à legislação produzida neste domínio. (40)

Tal representação não obteve para o Conselho Director uma resposta satisfatória, a qual foi solicitada em novo ofício enviado já em 1926 (41). No entanto, neste caso, o evoluir dos acontecimentos foi bem mais elucidativo do que quaisquer satisfações que pudessem ser dadas pela Câmara. Assim, em Maio daquele ano, a Sociedade em nova carta enviada ao presidente da Comissão Executiva do município, Dr. António Corvinel Moreira afirmava estar "convencida da impossibilidade de repôr em honra, (...), tais Serviços, donde deveriam irradiar todos os outros", e limitava-se a solicitar à vereação que até à concretização de tal reforma fosse mantido o "antigo prestígio da Repartição de Architectura, dando-lhe os elementos necessários para que possa desempenhar-se condignamente da sua missão - ou seja imediato preenchimento das vagas dos architectos, causadas pela actual organização". (42)

Efectivamente, a extinção da 4ª Repartição (Arquitectura) da Câmara Municipal de Lisboa integrando os seus serviços na 3ª Repartição (Engenharia), seria votada por unanimidade em Outubro de 1926, resultado da proposta apresentada neste sentido pelo vereador substituto de Architectura, o oficial da marinha de guerra Quirino da Fonseca, facto que levou a Sociedade dos Architectos Portugueses a pedir de imediato a solidariedade com os seus protestos, à Sociedade Nacional de Belas Artes (43). Esta medida era comentada no Relatório do Conselho Director nos seguintes termos: "(...), para vergonha de todo o português normalmente inteligente, e num apogeu de obra negativa nunca vista, é dissolvida e tresmalhada, ainda mesmo há poucos dias, a Repartição de Architectura sob pretextos idiotas que envergonhariam qualquer tolo!" (44). De facto, tal proposta empreendida até às últimas consequências devido à iniciativa de um vereador

estudioso de arqueologia naval, parece clarificar o deficiente entendimento dos poderes públicos quanto ao papel do arquitecto na sociedade, cerceando e dificultando, em óbvia contradição, o exercício de uma especialidade profissional, cujo diploma era conferido pelas Escolas de Belas Artes, também elas oficiais.

Os efeitos de tal decisão fizeram-se sentir no seio da Sociedade dos Arquitectos Portugueses que já contava então com 60 arquitectos inscritos (45) e que nos finais de 1934 foi também comentada em Assembleia Geral (46). No início de Janeiro de 1927 foi resolvido em reunião do Conselho Director que este se "desinteresse em absoluto de qualquer nova decisão ou deliberação da Câmara Municipal, enquanto não forem atendidas todas as reclamações feitas pela Sociedade" (47). Como se viu e como se verá, tal medida não foi estritamente cumprida, sob pena de ainda se manter tal desinteresse..., pois em 1929 foi solicitado ao presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Mardel Ferreira, a convocação do júri para a adjudicação do prémio Valmor relativo a 1928, sem que tais reclamações tivessem sido atendidas.

Porém, posições mais radicais face ao município foram assumidas em Assembleia Geral da Sociedade em 1930 quando aquele promoveu o concurso para o projecto da entrada monumental do Parque Eduardo VII - já designado por "um simbolo" que se fixou na cidade "como um abcesso a localizar humores" (48) - não em coerência com a decisão referida mas antes por aquele ser aberto sem oferecer aos concorrentes "as necessárias garantias" sendo "deprimente para a dignidade profissional dos arquitectos e para a autoridade moral do júri" e ainda porque "algumas das condições técnicas e económicas do respectivo programa eram irrealizáveis" (49), tudo isto, recorde-se no mesmo ano em que Cristino da Silva apresentou um estudo de prolongamento da Avenida da Liberdade através do mesmo Parque no I Salão dos Independentes. Um dos aspectos do regulamento que foi desde logo posto em causa era o facto de estar previsto que aquela construção fosse feita sob a responsabilidade de um engenheiro civil. No entanto, a

opinião quanto à atitude imediata a tomar pela direcção associativa não foi unânime, sendo mesmo concedido à edilidade um certo benefício da dúvida até à publicação do programa definitivo (50). Mais tarde, na Assembleia Geral realizada em Abril, foi decidido que os arquitectos não participariam no concurso dado não terem sido alteradas as cláusulas consideradas atentatórias da dignidade profissional.

Esta tomada de posição não foi, no entanto, cumprida por todos os arquitectos portugueses: C. Rebelo de Andrade na Assembleia realizada após a abertura do referido concurso lamentava que apesar da decisão votada colectivamente, Álvaro Machado tivesse "enviado um projecto seu para a Câmara Municipal de Lisboa, (...), faltando assim às leis da Camaradagem que devem presidir aos actos dos arquitectos portugueses, associados ou não", tendo Tertuliano Marques tentado justificar sem êxito a atitude daquele colega que não pertencia à Sociedade. (51)

Quatro anos depois o concurso para a entrada monumental do Parque Eduardo VII voltou a ser tema da Assembleia Geral do já então Sindicato Nacional dos Arquitectos. Importa referir que apesar de haver continuidade destas duas organizações, da leitura da Acta desta reunião ressalta um certo desconhecimento da actuação das gerências anteriores, conhecida em casos gerais mas ignorada em casos pontuais como o deste concurso. Por outro lado, verifica-se que Tertuliano Marques, presente na qualidade de presidente da Direcção do Sindicato, não foi muito claro nos esclarecimentos que prestou, apesar de ter estado directamente envolvido no assunto, tal como se referiu. Assim, foi aquele que leu uma carta de Álvaro Machado na qual solicitava à Direcção que interferisse junto da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, para que lhe fosse concedido o primeiro prémio daquele concurso "a que se (julgava) com direito, por ser o único concorrente". Intervieram então J. Urbano de Castro, presidente da Mesa da Assembleia Geral (52), Jorge Segurado (53) e Cristino da Silva (54), tendo por fim o primeiro dos oradores proposto que a Direcção respondesse àquele

arquitecto o seguinte: "A Assembleia, manifestando toda a consideração pelo colega Álvaro Machado, não se pode ocupar deste assunto, visto se ter desinteressado do mesmo, na devida altura, aquando do Concurso", o que foi aprovado por unanimidade. (55)

Porém, importa ainda referir que o Parque Eduardo VII tinha sido já motivo de referências em Relatórios das primeiras direcções associativas, como no ano social de 1908-1909, a propósito do concurso entre arquitectos para a construção do palácio de exposições da Câmara Municipal de Lisboa naquele local, por proposta de M. Ventura Terra, então eleito vereador republicano (56), e que só foi aberto em 1913 (57), sendo-o ainda em 1932 a propósito do concurso das estátuas, uma representando a Arte e outra a Ciência, a colocar na fachada principal do pavilhão daquele Parque. (58)

Mas, até à constituição do Sindicato outros concursos de iniciativa camarária mereceram as atenções da Sociedade dos Arquitectos: o aberto entre arquitectos portugueses para a "elaboração do mausoléu perpetuador da memória dos mortos da Grande Guerra, a erigir no 1º Cemitério da capital (Alto S. João)" e o de apresentação de projectos de casas económicas. Quanto ao primeiro, os sócios foram avisados por circular que apesar de tal ideia merecer a "patriótica simpatia" do Conselho Director, aqueles "num dever de dignidade e de coerência" eram convidados a não participar, ainda como retaliação à medida camarária de extinguir a 4ª Repartição. (59)

O segundo daqueles concursos tinha sido aberto "sem programa", de acordo com o Relatório da gerência de 1932-1933 que solicitou junto da Câmara que fosse promovido outro concurso "baseado num programa de normas aceitáveis" (60). No ofício enviado ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa ao qual aquele Conselho tomou a iniciativa de juntar uma proposta de "Programa do Concurso para apresentação de projectos de Casas Baratas", eram apontadas as lacunas

principais do programa oficial nas quais importa atentar tendo em consideração a sua entidade promotora: não especificar as peças desenhadas ou escritas exigidas (memória descritiva e/ou caderno de encargos); não referir se as provas deveriam ser apresentadas anonimamente; o prazo de 30 dias para encerramento do concurso; e, por fim, não anunciar previamente a composição do júri. Em oposição aos "modelos-tipos de casas baratas" que se pretendiam obter através daquela iniciativa, os arquitectos defendiam o maior interesse na abertura de um concurso "para os projectos de conjunto dos bairros, tendo desde logo em consideração a sua lógica distribuição num plano geral de urbanismo, a natureza dos terrenos, topografia, exposição, orientação, a ventilação dos locais, vias de acesso, abastecimento de águas e esgotos, etc." (61). Em suma, tratava-se de uma ideia articulada do conjunto dos problemas de planeamento e urbanismo contra a solução pontual e inconsistente proposta pela Câmara para demagogicamente solucionar os problemas de habitação na cidade de Lisboa.

Recorde-se que desde a instauração da República várias medidas foram tomadas tendentes à sua resolução, iniciadas desde logo em 1910 com a Lei do Inquilinato promulgada a 12 de Novembro (62) e com as propostas apresentadas ao Congresso por Tomás Cabreira, a 26 de Fevereiro de 1914 e por Ramos da Costa, a 20 de Agosto de 1915, no sentido de incentivar os especuladores pela construção de casas de renda económica, mas que nunca chegaram a constituir-se como textos com força legal. A 25 de Abril de 1918, já sob a ditadura de Sidónio Pais, foi publicado o Decreto nº 4.137 que visava promover a construção de "casas destinadas ao alojamento das classes menos abastadas" (63), sendo iniciada no ano seguinte a construção do primeiro "bairro social", o bairro do Arco do Cego em Lisboa, que viria a ser abandonada em 1922. Parcialmente inacabado, pois faltava ainda o equipamento colectivo para recreio e cultura previsto no projecto inicial, foi inaugurado em 1931, agora sob a égide panfletária de promoção de uma outra ditadura.

Entre 1928 e a aprovação da nova Constituição em 1933, teve lugar a reforma da contribuição predial que tendia claramente para beneficiar os proprietários imobiliários: o Decreto nº 15.289, de 19 de Março de 1928 estipulou a actualização das rendas de casa, permitindo o aluguer de novas habitações em "regime de liberdade contratual" (64), agravando a situação das classes média e operária. Seguiram-se outros diplomas, como o Decreto nº 16.055, de 22 de Outubro de 1928 e o Decreto nº 18.738, de 9 de Agosto de 1930 que, viabilizando a construção de "casas económicas", habitações unifamiliares de inspiração inglesa e modificando a isenção do imposto prevista em 1928, vieram beneficiar a especulação fundiária e imobiliária, sendo então preponderante a intervenção e promoção privada da construção de habitação que só depois viria a ser resultado de um programa central mais sistematicamente implantado. Com efeito, em 1933, o Decreto-Lei nº 23.052 de 23 de Setembro, data coincidente com a aprovação de outros decretos que definiam aspectos basilares do regime como o Estatuto do Trabalho Nacional, os Sindicatos Nacionais, a criação das Casas do Povo e do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, definia o regime de construção de "casas económicas" (65). Entre 1933 e 1948 foram então construídas perto de 6.000 habitações, cerca de 3.500 em Lisboa e 1.500 no Porto, números que ficaram muito aquém das necessidades reais das populações.

Não deixa de ser significativo, sobretudo devido à temática que lhe estava subjacente, que a proposta apresentada na sessão da Câmara de 23 de Agosto de 1934 pelo vereador Luís Pastor de Macedo para a abertura de um concurso público para "apresentação de um plano de melhoramento estético do Rossio" que visava "reintegrar" aquela que era considerada por "bela praça pombalina" na sua "pureza e unidade arquitectural" e harmonizá-la com "as exigências da vida comercial" de então (66), tenha passado à margem do Sindicato, tanto mais que a Sociedade dos Arquitectos no abrir do decénio de 20 se tinha manifestado contra as obras aí efectuadas por iniciativa camarária (67). Tal omissão não é de certo gratuita e

parece pouco provável poder relacioná-la com o facto de todos os concorrentes serem então membros activos no Sindicato. Por outro lado, foram já constatados casos em que este organismo apesar de não ter qualquer espécie de interferência nos concursos, lhes fez uma breve referência. Este, porém, tendo como objecto o Rossio, no coração da Lisboa pombalina, apresentava novas questões que foram assim habilmente contornadas por omissão.

Constituindo-se como uma primeira reflexão efectiva sobre a cidade e a sua tradição arquitectónica, este concurso pode por isso ser aproximado de um outro, o do monumento ao Infante D. Henrique a erigir em Sagres realizado no ano anterior e que também confrontou os arquitectos com o seu processo histórico (68). No entanto, o cruzamento dos vectores que perpassam ambos os concursos e que de alguma forma culminam na Exposição do Mundo Português - modernidade / tradição - só é possível de aferir através do confronto das propostas apresentadas e das ideias por elas veiculadas o que transcende o âmbito do presente trabalho.

As profundas reformas políticas, económicas e sociais iniciadas pelo Estado Novo passaram também, necessariamente e como já se referiu, pela Câmara Municipal de Lisboa que logo em 1933 introduziu várias alterações ao Regulamento Geral da Construção Urbana para a Cidade de Lisboa publicado pela primeira vez em 1930, tendo em vista os estudos que decorriam para a elaboração do novo plano de urbanização de acordo com a proposta de L. Pastor de Macedo (69). A este propósito a Sociedade dos Arquitectos Portugueses entregou uma exposição aos vereadores do município, enviando cópia da mesma aos ministros da Instrução, das Obras Públicas e Presidência do Conselho, afirmando-se então confiante que daquele "esforço conjugado algum bem" resultasse para a "classe e para as condições de urbanismo e estética do País, o qual (carecia) duma remodelação completa nos seus serviços de Architectura" (70). Naquele documento o Conselho Director afirmava que a análise detalhada das alterações a introduzir ao citado Regulamento, o conduziu a sentir a necessidade de prestar alguns esclarecimentos

dado que através dele "a missão do architecto (continuava) não só a não ser valorizada e atendida, como até a ser desfavorecida por algumas das suas disposições".

Tal observação era fundamentada no facto de só ser obrigatória a intervenção daqueles técnicos na zona já edificada, onde, segundo a Direcção da Sociedade, "nada de novo há a fazer" e na qual apesar disso, os projectos poderiam ser assinados por um engenheiro civil ou um architecto (71). Deste modo, toda a parte da cidade onde havia terrenos para construção ficava entregue à autoria e às "responsabilidades de desenhadores e de falsos construtores civis, que de mãos dadas se apossaram de todos os projectos e obras da cidade de Lisboa". O mesmo regulamento ressaltava ainda a intervenção obrigatória do architecto quando o projecto a efectuar fosse referente a "obras de grande importância sobre o ponto de vista architectónico". Mas aqueles técnicos não se deixaram iludir por esta medida, afirmando: "mas... como em Lisboa raramente se constroem obras de grande importância architectónica, a intervenção do architecto continua a nunca se fazer e a profissão a não ser exercida". Dai advinha, ainda segundo a direcção associativa que "a maioria destes artistas se (desviassem) da sua profissão derivando para cargos públicos", por um lado e, por outro, conduzia a que o "público não (chegasse) nunca a reconhecer a necessidade e a superioridade do architecto como o único orientador e executor do seu pensamento e do seu bem estar".

Porém, um pouco mais adiante a Sociedade afirmava ainda que a construção em Lisboa não era, "tal diminuta percentagem, nem projectada nem construída por Architectos, Engenheiros ou Mestres de Obras diplomados", mas antes por "um aluvião de amadores de todos os géneros, e de incompetentes de toda a classe" (72). A Sociedade dos Architectos apelava então ao coronel de Engenharia Júlio César de Carvalho Teixeira, vereador do pelouro das Edificações Urbanas da Câmara Municipal de Lisboa que actuasse firmemente junto de "determinados

técnicos que fazem das suas profissões um balcão", sendo "mister (expulsá-los) do templo sagrado, como vendilhões da segurança, da estética e da vida humana".

Já na parte final deste documento, o Conselho Director interrogava-se: "Em face do exposto dos erros do Regulamento, da inversão de situações e da invasão de atribuições, que resta fazer a esta Sociedade já cansada e quasi desiludida da eficácia de todas as suas representações?". Colocava então duas hipóteses: ou "pedir o encerramento", "por inúteis", dos cursos de Architectura das Escolas de Belas Artes, "prescindindo-se de architectos portugueses, ficando o país, contra todas as regras do Nacionalismo à mercê dos estrangeiros", ou, "mais acertadamente pedir a promulgação de uma série de medidas, sábias e enérgicas que valorizem a architectura nacional, o Conselho de Arte e Architectura e protejam condignamente a profissão de Architecto". (73)

De facto, tais medidas mais enérgicas do que sábias, foram aprovadas em 1934 não no âmbito da Câmara mas do Ministério das Obras Públicas e Comunicações dirigido por Duarte Pacheco nesse mesmo ano eleito sócio honorário do Sindicato Nacional dos Architectos (74), que tiveram os seus efeitos directos no município pois que se tratava do Decreto-Lei nº 24.802 que estipulava as bases que regiam a elaboração dos planos de urbanização camarários com extensão a todo o País. (75)

Aliás, e na continuidade de tal legislação, em 1934, foram introduzidas alterações ao Código Administrativo em virtude das quais a aprovação dos planos de urbanização camarários deixava de pertencer aos Ministérios do Interior e das Obras Públicas e Comunicações, passando esta a ser da competência dos respectivos concelhos municipais. Porém, tais medidas só começaram a vigorar definitivamente em 1940, após um período experimental de quatro anos. (76)

Verifica-se da parte do Estado uma preocupação em legislar, regulamentar, inquirir - como foi, por exemplo, o inquérito às condições de habitação realizado pelo

Instituto Nacional de Estatística e pela Direcção Geral de Saúde, em 1937 - criando a instrumentação legal necessária para a implementação de planos mais vastos e eliminando as anteriores bases de intervenção do Estado, algumas ainda da I República, através dos seus Ministérios. No entanto, as novas medidas empreendidas, como se procurou demonstrar, não vieram totalmente de encontro às aspirações do Sindicato Nacional dos Arquitectos cuja classe que representava foi de alguma forma mais uma vez marginalizada no seu poder de obrigatoriedade de prestação de determinados trabalhos específicos, sendo também, e mais uma vez, subalternizada em relação aos engenheiros.

Em 1937, a Câmara Municipal de Lisboa presidida pelo general Daniel de Sousa, iniciou novo estudo da reforma do Regulamento da Construção Urbana do qual o Sindicato teve conhecimento. Assim, desde logo oficiou ao presidente da Comissão Administrativa da edilidade "lembrando a conveniência de que o respectivo regulamento seja feito com a colaboração dos diversos organismos que intervêm na construção civil" e oferecendo para esse fim a colaboração do Sindicato (77). No entanto, aquela Comissão "resolveu prosseguir naquele trabalho sem a colaboração do Sindicato" tendo, porém, prometido que antes daquele ser publicado, seria submetido à sua apreciação. Devido a esta decisão, a Direcção resolveu fazer "um estudo particular do assunto, para na devida altura o comparar com o novo regulamento", mas que ficou sem efeito dado um arquitecto integrar a nova vereação. (78)

No Relatório da gerência de 1937, dois aspectos relacionados com a Câmara Municipal de Lisboa eram ainda mencionados: o pedido de dados estatísticos por parte do Sindicato "sobre o número de projectos para construções entrados na Câmara nos anos de 1934-35 e 1936, bem como de qual a percentagem correspondente aos que eram assinados por arquitectos" e a escolha, por parte do Governo, de Duarte Pacheco para presidir àquele município. Quanto ao primeiro, os resultados foram bastante desanimadores mas não surpreenderam a Direcção:

entre 1 de Julho de 1935 e 31 de Dezembro de 1936 entraram na Câmara 715 projectos, dos quais só 66 foram assinados por arquitectos, isto é, cerca de 9%. Contudo, os órgãos directivos supunham que tal percentagem era "uma das mais elevadas", pois tinha conhecimento de anos "em que não chegou a atingir 1%". (79)

Tal como foi referido, a nomeação de Duarte Pacheco para presidente da Câmara Municipal de Lisboa, designado por "tão ilustre homem de Estado", não podia "deixar de merecer todo o aplauso do Sindicato", isto devido à sua actuação como ministro das Obras Públicas e Comunicações entre 1932 e 1936. A Direcção considerava que de todos os titulares daquela pasta, Duarte Pacheco tinha sido o "único que se dignou a olhar a sério para a classe dos arquitectos e para a situação nos serviços daquele Ministério". Acreditava por isso que ao serviço do principal município do país não deixaria de verificar quanto o problema da construção civil em Lisboa estava "precisamente às avessas, construindo de facto quem não (tinha) para isso nenhuma idoneidade e fazendo arquitectura quem de arquitectura não (tinha) a necessária noção".

Todavia, e como se verá, as relações entre a Câmara e o Sindicato não foram, de forma significativa, mais satisfatórias do que as estabelecidas com as presidências anteriores, embora tal nomeação tenha trazido alguma tranquilidade inicial à classe dos arquitectos cuja Direcção quis que tal nomeação daquele ficasse registada em Acta. (81)

Nos finais de Maio de 1938, o engenheiro E. Rodrigues de Carvalho que então desempenhava o cargo de director dos Serviços de Urbanização e Obras do município da capital, foi nomeado presidente substituto da Câmara Municipal de Lisboa. Pertencera, desde 1934, ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações onde foi chefe de repartição da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e também chefe do gabinete do ministro Duarte Pacheco enquanto aquele foi titular daquela pasta (1932-1936). A Direcção do Sindicato considerava-o

"um dos técnicos portugueses mais competentes", sendo também naquele momento, "talvez, a pessoa que reunia as qualidades necessárias para substituir o presidente efectivo e dar continuidade às suas ideias". Eram ainda sublinhadas as "excepcionais qualidades" que o distinguiam "e que por si só (constituíam) motivo para que os architectos portugueses lhe (rendessem) as homenagens" que merecia, para além de um outro aspecto de grande importância para a classe: E. Rodrigues de Carvalho era referido como um engenheiro que no exercício da sua profissão tinha "demonstrado a mais larga compreensão do papel do architecto e do engenheiro no campo comum das suas actividade". (82)

No segundo número da sua revista oficial, o Sindicato publicou um discurso proferido por Duarte Pacheco, já na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Lisboa, sobre a fisionomia da capital e em grande parte dedicado à construção civil. Aquelas palavras justificavam as expectativas colocadas em torno da sua nomeação, pois que vinham ao encontro das aspirações da classe ao distinguirem a intervenção dos architectos, dos engenheiros e dos construtores na edificação, conferindo aos primeiros a primazia "visto que uma edificação urbana é fundamentalmente um obra de architectura". Também para o ministro-presidente "velar pela estética da cidade" era entregar aos architectos "a orientação geral das construções", afirmações de alento que criaram novas esperanças que levaram a Direcção a apelar à "probidade profissional" dos architectos e à "dedicação à arte que cultivam", demonstrando-o na colaboração a prestar a "tão ilustre Homem de Estado, a bem da causa pública e do enriquecimento do património nacional" (83). Os architectos, pelo menos aqueles que pertenciam aos corpos directivos do Sindicato, estavam cientes da importância de tais palavras e por isso, prontos para se dedicarem inteiramente ao trabalho proposto por Duarte Pacheco. Esta noção levava-os a dirigirem-se aos membros daquele organismo em termos de uma maior consciencialização da classe, como se eles fossem afinal missionários de uma

causa cuja integridade profissional tivesse que ser provada e comprovada a cada instante.

No Relatório da Direcção do ano de 1938 eram realçados os factores considerados mais positivos desde que fôra iniciada a presidência de Duarte Pacheco: a nomeação de A. Couto Martins para chefiar os serviços de Architectura e que era então vogal da Direcção em exercício e o convite a novos architectos para prestarem serviço na organização municipal de urbanização e de Architectura, registando aquela gerência que embora sob este aspecto a solução adoptada pela Câmara fosse "bastante melhor do que as anteriores, ainda não (correspondia) ao que no entender do Sindicato deveria ser" (84). Neste sentido, chamavam a atenção dos architectos que trabalhavam na Câmara para o "papel de grande responsabilidade na melhoria das condições em que se (exercia) a acção profissional do architecto" para além da "correccão de disposições, regulamentos e hábitos que nem sempre se (coadunavam) com o puro espírito da Architectura" (85). Ainda durante o ano de 1938 o Sindicato foi convidado pelo municipio a nomear o seu representante no Conselho de Arte e Arqueologia municipal, criado pelo novo Código Administrativo, sendo para o efeito escolhido Pardal Monteiro, então presidente da Direcção (86) que, tal como se viu, desempenhou importante papel na regulamentação dos prémios municipais de Architectura também criados naquele ano.

O Sindicato colaborou ainda com a Câmara quer "intervindo junto dos colegas a quem eram recusados os respectivos projectos no todo ou em parte" quer "intervindo junto da Câmara no sentido de apoiar reclamações de colegas contra decisões ou julgamentos por estes considerados menos justos" (87). Através das Actas da Direcção é possível concretizar tais intervenções sendo a primeira delas registada sobre o parecer de um projecto da autoria de J. C. Ferreira da Costa, antigo membro da Sociedade dos Architectos Portugueses, a construir na R. Buenos Aires (88) e no qual uma alteração foi rejeitada pela Câmara (89) e, a

segunda, a propósito de uma reclamação apresentada por Raul Tojal, arquitecto que oito anos antes participara no I Salão dos Independentes e que se afirmara já no plano profissional com o seu projecto para a piscina do Algés e Dafundo, contra um despacho do presidente do município cujo conteúdo não é especificado em Acta. (90)

Mas, já no Relatório de 1939, a Direcção do Sindicato afirmava: "Pouco foi o contacto, durante esta gerência, com a Câmara Municipal. (...). Apesar, da Direcção do Sindicato se ter colocado abertamente à [sua] disposição para com ela colaborar, não tem, pelo visto, a Câmara, sentido necessidade de aproveitar o oferecimento". Os contactos directos limitaram-se aos prémios municipais de Arquitectura, já referidos, e à situação do sócio H. Taveira Soares, caso que no final de mandato se encontrava ainda por solucionar. (91)

A pedido da Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras da Câmara Municipal de Lisboa, chefiada então pelo engenheiro Eduardo de Arantes e Oliveira, depois ministro das Obras Públicas entre 1954 e 1967, o Sindicato interveio também num processo conducente ao esclarecimento da atribuição de autoria a um projecto que tinha sido entregue naquela Direcção de Serviços com a assinatura do associado Carlos Florêncio Dias e que veio publicado no jornal "A Construção" atribuindo-o a J. Marques Robalo (92). Aquele sócio foi então convidado a clarificar o assunto junto da Direcção reclamando para si a autoria de tal projecto num terreno do qual um dos proprietários era o editor da referida publicação, ficando transcrito em Acta o auto de tais declarações. (93)

Porém, um outro artigo divulgado no mesmo periódico levou a Direcção a enviar um ofício "confidencial" ao ministro do Interior, Dr. Mário Pais de Sousa, dando-lhe conhecimento das "campanhas" feitas por aquele jornal "contra a Câmara Municipal de Lisboa e os técnicos que junto dela trabalham" (94). Naquela carta era exaltada a actuação de Duarte Pacheco na presidência da Câmara, sendo dado especial

relevo às medidas tomadas no intuito de "melhorar as condições estéticas e técnicas das edificações" que procurara resolver "pelos meios de que dispunha, que cada classe de técnicos se ocupasse da parte em que (era), por todos os motivos, idónea". A Direcção atacava ainda os então denominados "gaioleiros" (95), responsabilizando-os pelo descrédito a que foi votada a classe dos arquitectos e ainda pelo caos em que se encontrava a construção civil em Lisboa, fazendo "baixar gravemente o nível de feição artística e de qualidade técnica da construção" na capital. Num discurso assente nos aspectos negativos criados por tal situação, fazia prevalecer a necessidade dos arquitectos bem como a falta de protecção legal a que estavam sujeitos. Solicitavam por isso a actuação do Ministério do Interior junto do jornal "A Construção" que, representando um grupo que se sentiu lesado pelas medidas tomadas por Duarte Pacheco, resolveu "atacar por todos os modos as várias entidades que não podemos chamar beneficiadas, mas a quem se fez, finalmente, um pouco de justiça". (96)

No ano das Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e Restauração da Nacionalidade, a Direcção do Sindicato teve especial preocupação com a venda de terrenos camarários já com os respectivos projectos aprovados, matéria que a levou a dirigir uma circular-questionário aos sócios, dado que aquele órgão desejava "definir a sua posição perante tal assunto" (97). Era então perguntado se havia "algumas vantagens, de ordem geral" naquela prática, resposta que teria de ser justificada, sendo a segunda questão sobre se seria vantajoso ou "prejudicial para os arquitectos a encomenda de projectos para grandes grupos de prédios", tendo em conta que estes seriam cedidos juntamente com os lotes de terreno vendidos pela Câmara (98). Porém, apenas duas respostas foram remetidas ao Sindicato, uma não assinada e outra de J.C. Ferreira da Costa, sendo claramente insuficientes para que se possa concluir sobre a opinião da classe em torno deste assunto.

Ainda durante 1940, a Direcção sugeriu ao presidente da Câmara que fosse adoptada "uma nova modalidade na apreciação de projectos que não só facilitaria a rapidez de execução dos trabalhos como daria a todos, Câmara, architectos, proprietários e empreiteiros extraordinárias vantagens", ou seja, tornar facultativa a apresentação oficial do ante-projecto da construção em vez da obrigatoriedade de apresentar desde logo o projecto (99). Tal sugestão foi aceite a "título de experiência (...) em relação aos sócios" do Sindicato inscritos na Câmara (100). No seu Relatório final, a Direcção salientava o interesse que este assunto mereceu ao presidente da referida Câmara e a A. Couto Martins, chefe dos Serviços de Architectura, com os quais aquele órgão associativo "conferenciou por diversas vezes (...) e a quem na devida altura apresentou os agradecimentos em nome do Sindicato" (101)

As condições estabelecidas pela Câmara Municipal de Lisboa para a venda em hasta pública de dez lotes de terreno situados na Av. António Augusto de Aguiar e na então Av. Oriental ao Parque Eduardo VII, actual Sidónio Pais, publicadas no Diário Municipal de 15 de Novembro de 1941, não foram consideradas por alguns architectos "muito justas", manifestando estes o desejo que a Direcção interviesse no assunto. Assim, e no intuito daquele órgão ficar habilitado "com os meios suficientes para agir como for reputado de maior conveniência" para a classe, foi enviada uma circular aos sócios na qual eram transcritas as aludidas condições de venda e pedida a opinião daqueles sobre as mesmas (102). Aquelas determinavam que os projectos só poderiam ser elaborados "por architectos de reconhecido mérito, aceites pelo Município, sendo-lhes facultado a apresentação prévia dos ante-projectos, como já estabelecido". Quanto à "inspiração do carácter da feição estética das fachadas [deveria basear-se] nos melhores exemplos de construção portugueses", devendo as construções, "separadamente e no seu conjunto" constituir "forte motivo de valorização da architectura Nacional"

É curioso e significativo atentar no grupo de dez sócios que então responderam a esta circular (103), assinalando-se ausências como as de Cottinelli Telmo, irmãos Rebelo de Andrade, Cristino da Silva, V. Reis Camelo..., entre outros. Excepto Ferreira da Costa, todos os outros deram igual resposta: pedir a convocação de uma Assembleia Geral devido à gravidade do assunto, podendo-se aferir, de certo não erradamente, que aquele conjunto de sócios pretendia forçar o Sindicato a tomar uma posição face às condições impostas e lesivas da dignidade profissional e talvez melindrosa de assumir pela Direcção face ao seu relacionamento, pessoal e institucional, com o presidente do município.

Todavia, a primeira Assembleia Geral realizada após ter sido enviada a circular, não contemplava este assunto na sua ordem de trabalhos, apesar dele ter sido focado, gerando inevitavelmente alguma polémica. Aliás, nesta Assembleia registaram-se veladas acusações às relações entre Pardal Monteiro e Duarte Pacheco que, segundo Carlos Ramos, teriam influenciado o insucesso de algumas diligências da Direcção (104). Por seu lado, Adelino Nunes afirmava que a carta que enviara ao Sindicato em resposta à circular tinha sido divulgada. Pardal Monteiro esclareceu então "que a divulgação da sua carta não terá nunca partido do Sindicato, mas possivelmente de uma sua conversa particular com um alto funcionário municipal". (105)

A leitura da Acta desta reunião deixa transparecer um clima de suspeição e de algum descontentamento por parte dos sócios que esperavam da Direcção senão pronta resposta, pelo menos alguma tomada de posição relativamente às condições impostas pelo despacho camarário. Se, de facto, como tudo aponta, houve desentendimentos entre Pardal Monteiro e Duarte Pacheco em torno de questões que transcendiam o próprio Sindicato, este argumento não era válido para a ambiguidade da atitude da Direcção que entrou assim numa contradição evidente. Até então este organismo, como por várias vezes se referiu, procurou manter-se isento, não politicamente até porque o não podia, mas no critério de

selecção dos seus associados. Nos casos em que foi solicitada a indicação de um arquitecto para determinados trabalhos, a Direcção sempre consultou os sócios para dar uma resposta, admitindo agora que a Câmara reconhecesse o mérito profissional daqueles que poderiam projectar para aquela zona da cidade. Por outro lado, importa também referir que Carlos Ramos, como presidente da Assembleia Geral, não viabilizou o rápido debate de tais questões no seio da classe.

Só a 8 de Abril de 1942 é que foi convocada uma Assembleia Geral cuja ordem de trabalhos visava a intervenção e as relações profissionais com a Câmara Municipal de Lisboa na qual participaram 13 sócios (106) e na qual Carlos Ramos expôs o seu caso pessoal. Contava então que fora contactado pelo proprietário de um dos lotes vendidos pelo município no Parque Eduardo VII junto à Av. António Augusto de Aguiar, para fazer o projecto do prédio que ali pretendia construir. Quando aquele foi à Câmara indicar o seu nome, informaram-no que "escolhesse outro arquitecto" pois ele "não podia ser aceite para aquele fim". Carlos Ramos terminava o seu relato concluindo: "não é de admitir que se cerceie a actividade de qualquer arquitecto, nem que se impeça que os proprietários escolham livremente os arquitectos a quem desejam confiar os seus trabalhos", pelo que entende que "é necessário que a classe tome sobre o assunto uma atitude enérgica de protesto contra esta limitação dos direitos legais de arquitectos e proprietários". Considerava ainda que a resolução da Câmara atingia a dignidade profissional dos arquitectos e por isso parecia-lhe que a Assembleia se deveria manifestar sobre o caso exposto. (107)

O primeiro orador foi Pardal Monteiro que lamentou o sucedido, "prestando as suas homenagens ao valor do arquitecto Carlos Ramos e à sua qualidade de professor de Architectura na Escola de Belas Artes do Porto". Recordou depois que "na devida altura" aquele assunto não tinha sido "tratado com a largueza necessária" e que se tal não sucedeu a responsabilidade não cabia à Direcção que "dele deu

conhecimento aos sócios logo que os terrenos foram postos em praça com restrições quanto à escolha dos architectos que viessem a ser encarregados dos respectivos projectos". Era então, passados cerca de seis meses sobre a publicação daquele despacho camarário que Carlos Ramos insistia "na conveniência de se levar o assunto até aos mais altos poderes do Estado, porque a questão de princípio e de legalidade se sobrepõe a todas" e na necessidade da realização de uma Assembleia Geral extraordinária para tratar do assunto. Em seguida, intervieram quase todos os sócios presentes "solidarizando-se" com o architecto queixoso e que, lamentavelmente, não foram transcritas na Acta. Por proposta de Pardal Monteiro, Carlos Ramos ficou encarregue de "preparar os termos da reclamação a apresentar às entidades competentes" (108). Assim, parece que neste caso concreto foi necessário as disposições camarárias atingirem directamente um dirigente associativo para que o Sindicato tomasse posições mais definidas.

Dias depois, voltou a reunir a Assembleia Geral com a mesma ordem de trabalhos da anterior, agora já só com a presença de seis sócios (109). Carlos Ramos informou então os colegas de que se encontrara com o subsecretário de Estado das Obras Públicas "o qual lhe expusera as razões que teriam levado a Câmara a promover a publicação daquelas medidas". Em face das explicações dadas "considerava agora como desnecessária qualquer acção do Sindicato sobre o assunto", motivo pelo qual não preparara o projecto de representação de que tinha sido incumbido na reunião anterior. Ficava, no entanto, de "continuar as negociações em curso até completo esclarecimento do caso e até que a Classe fosse publicamente reabilitada das acusações ou faltas que a letra das mencionadas condições municipais parece imputar-lhe", sendo encerrada a reunião (110). É de lamentar que o teor de tais explicações não tenha sido transcrito em Acta, sobretudo sabendo-se que os architectos colaboraram efectivamente nos projectos para aquela zona e que tacitamente aceitaram as imposições da Câmara,

revelando uma actuação individual em detrimento de uma posição de grupo assumida através do Sindicato. (111)

Este assunto voltou a ser discutido em Assembleia Geral, a 9 de Janeiro de 1943, apenas pelos nove sócios presentes (112). Pardal Monteiro a propósito da venda recente de nove lotes no Parque Eduardo VII pela Câmara Municipal de Lisboa, lembrava a "conveniência de se adoptarem medidas tendentes a evitar a concorrência desregrada dos trabalhos profissionais", sugerindo que se "deveria impôr a todos os architectos a obrigação de estabelecerem para os seus honorários as mesmas bases". Foram então aprovados os critério base para o estabelecimento dos honorários a receber pelos architectos que teriam de os submeter previamente à sanção da Direcção do Sindicato, decisão que foi comunicada a todos os architectos inscritos na Câmara Municipal de Lisboa (113). Deste modo parece que foram ultrapassadas as questões relativas às imposições estéticas aos projectos a elaborar, ganhando primazia as remunerações recebidas por esses mesmos trabalhos.

Ainda durante o ano de 1943 foram publicadas no Diário Municipal de 21 de Abril as normas aprovadas pelo presidente da Câmara acerca do disposto no Regulamento Geral da Construção Urbana para a Cidade de Lisboa, no respeitante a projectos de construção, transformação ou grandes reparações, tendo a Direcção resolvido felicitar a edilidade por esse facto (114). A 14 de Novembro um acidente de viação vitimou fatalmente Duarte Pacheco que deixou assim por concluir os programas mais vastos de sua iniciativa. O plano de urbanização da cidade encontrava-se ainda em curso, facto que era justificado pela "grande complexidade de um tal estudo que obriga a colher os mais variados elementos, por vezes junto de entidades que não estão preparadas para os fornecer e que obrigam a grande perda de tempo e a frequentes alterações". Em 1943 a Câmara não dispunha ainda de "uma planta actualizada da cidade, que (era) imprescindível para permitir a condução do plano com o pormenor desejado" (115). De facto, este só foi

concluído e publicado em 1948, data em torno da qual o Estado Novo se apressou em fazer coincidir a conclusão de projectos em curso, promovendo algumas manifestações públicas de grande impacto nacional como a exposição "15 Anos de Obras Públicas, 1932-1947" realizada no Instituto Superior Técnico, preparando terreno para as eleições presidenciais que teriam lugar no ano seguinte e nas quais o governo iria enfrentar a Oposição unida em torno da candidatura do general Norton de Matos.

A presidência da Câmara, em Março de 1944 foi ocupada pelo tenente coronel Álvaro de Salvação Barreto que desde logo recebeu as felicitações do Sindicato que ofereceu a sua "mais decidida e leal colaboração (...) em tudo quanto possa interessar à Arquitectura, à Urbanização e, dum modo geral, à valorização artística e estética da Cidade de Lisboa" (116). No ano seguinte mudava também a presidência do Sindicato agora assegurada por Cottinelli Telmo que no seu primeiro Relatório comentava que as relações daquele organismo com o município continuavam "a ter lugar sobretudo para a nomeação de delegados (...) aos júris dos Prémio Valmor e do Prémio Municipal de Arquitectura - Edificações". (117)

Só em Janeiro de 1946 é que numa das Assembleias Gerais do Sindicato com elevado número de participantes (118), foi debatido especificamente o Regulamento Geral da Construção Urbana que há três anos continuava a ser alvo de um estudo por parte de uma comissão formadas no âmbito da Câmara Municipal de Lisboa e na qual estavam os arquitectos A. Couto Martins e Faria da Costa. É curioso verificar que naquela reunião o que estava em causa não era o conteúdo daquele regulamento mas, de acordo com o que afirmou Pardal Monteiro, presidente da Mesa da Assembleia Geral, a conveniência de serem criados pelas entidades competentes "disposições regulamentares que permitam aos arquitectos actuar no seu campo profissional com pleno conhecimento de todas as leis vigentes". Fundamentava essa opinião no facto do regulamento "não corresponder, tanto quanto seria de desejar, às necessidades actuais da Arquitectura e

Urbanização", por um lado e, por outro, devido à circunstância da própria Câmara "o abandonar com frequência, adoptando regras e outros princípios, certamente mais razoáveis mas baseados apenas no critério individual deste ou daquele que tem intervenção no assunto". Deste modo, o arquitecto, desconhecendo a lei, tinha que solicitar a opinião prévia do serviço ao qual o projecto iria ser entregue, o que para o orador era uma "situação deprimente" (119). Sugeria que a Direcção apoiada pela Assembleia solicitasse junto da Câmara e do Ministério do Interior que "quanto antes" fosse publicado um novo regulamento sobre construção urbana e arquitectura" ou então que entre a vigência do antigo e a publicação do novo se procedesse à edição de todas as alterações e disposições em vigor.

Por seu lado, Cottinelli Telmo teve o cuidado de frisar que não havia "razões de queixa da Câmara Municipal de Lisboa ou dos seus funcionários, que são Colegas bastante amáveis" mas antes das "deficiências do Regulamento e das 'novidades' regulamentares que diária e arbitrariamente se (criavam)" (120). Aliás, A. Couto Martins, funcionário daquele município, foi o próprio a afirmar que "o caso de um colega arquitecto submeter um projecto à apreciação de um director da Câmara, que é um engenheiro, pedindo-lhe a sua opinião, só serve para rebaixar a classe dos arquitectos", sendo no entanto, da opinião que o Sindicato deveria aguardar a conclusão dos estudos em curso sobre o regulamento. Foi então que I. Peres Fernandes propôs a nomeação de uma comissão para estudar o regulamento em vigor "a fim de preparar-se para a discussão do futuro, comissão essa constituída por arquitectos e urbanistas", o que mereceu a aprovação de Cottinelli Telmo reportando-se mais a uma solução de médio prazo (121) e a discordância de Pardal Monteiro que pretendia uma via mais imediatista. (122)

O presidente da Direcção perante o teor das intervenções efectuadas afirmou que se a Assembleia estivesse de acordo, pediria à Câmara que "dentro do mais curto prazo de tempo se publique um aditamento ao Regulamento Geral da Construção Urbana, de modo a que todos saibam a lei em que vivem". Cristino da Silva, numa

posição conciliatória, manifestou-se inteiramente de acordo com o exposto tanto por Pardal Monteiro como por Cottinelli Telmo informou também a Assembleia do estudo em curso sobre o "Código de Urbanismo, lei geral do país sobre tudo o que se refira a essa matéria", formulando depois por escrito a proposta apresentada oralmente pelo segundo e que foi aprovada por unanimidade (123). Logo em seguida, também I. Peres Fernandes formalizou a sua sugestão de ser criada "uma Comissão para estudar as disposições relativas à regulamentação das construções urbanas, bem como a apreciação, a fazer oportunamente, a qualquer regulamento que, para aquele efeito, seja enviado " ao Sindicato, o que foi aprovado também por unanimidade. Sobre esta proposta falaram ainda Pardal Monteiro (124) e Cristino da Silva (125). Porém nada do que ficou decidido nesta Assembleia Geral teve quaisquer consequências práticas: nem a comissão do Sindicato foi nomeada, nem a Câmara publicou a adenda ao Regulamento apesar de ter comunicado à Direcção do Sindicato que tomara o seu pedido na devida consideração. (126)

Para os dois anos seguintes nada de relevante é mencionado nas Actas ou Relatórios do Sindicato sobre a Câmara Municipal de Lisboa, para além da nomeação de representantes nos júris dos prémios Valmor e Municipal de Arquitectura. Recorde-se, porém, que em 1947 a Direcção se ocupou fundamentalmente da organização da 2ª Reunião Luso-Espanhola de Architectos bem como dos trabalhos preliminares do 1º Congresso Nacional de Arquitectura que se realizou em 1948. Deste modo, só em 1949, já na gerência presidida por Keil Amaral, é que foi novamente discutido o Regulamento Geral da Construção Urbana agora elaborado pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações e não pela Câmara Municipal de Lisboa. Foi a Direcção que tendo conhecimento da preparação daquele que solicitou ao titular da pasta das Obras Públicas que o Sindicato "fosse ouvido, dada a importância que tal instrumento viria e virá a ter no exercício da profissão" (127). Dado que o ministro anuiu a tal pedido, a Assembleia Geral reuniu durante o mês de Abril em sucessivas sessões nas quais foram

discutidos na "sua generalidade e na sua especialidade, todos os artigos do mesmo Regulamento, que a Classe tinha competência para discutir". Uma vez concluídos os trabalhos, a Direcção entregou ao presidente do Conselho Superior de Obras Públicas as objecções finais colocadas pelo Sindicato à proposta oficial. No seu Relatório era salientada a "inestimável" colaboração de Cristino da Silva que "na sua qualidade de vogal daquele Conselho, pôde e quiz defender os interesses da Classe quando as objecções por ela apresentadas ali foram discutidas". (128)

A situação dos arquitectos perante a Câmara Municipal de Lisboa e pelo que ficou exposto, parece não poder considerar-se muito diferente daquela que manteve face a outras entidades oficiais, verificando-se assim que o Sindicato teve sempre a preocupação de intervir junto do município tentando resolver problemas de ordem prática no intuito de dignificar o exercício da profissão. Nas restantes propostas conducentes a uma participação mais continuada em questões de fundo, como as regulamentares ou o próprio plano de urbanização da cidade, a sua intervenção ficou aquém do desejado, pois aquele organismo de classe não tinha representação oficial nessas comissões de estudo. Porém, quando aquelas temáticas foram abordadas pela Direcção ou pela Assembleia Geral, constata-se que não é possível através das intervenções realizadas, desenhar com maior clareza uma ideia de cidade ou de urbanismo que traduza directa ou indirectamente o pensamento teórico dos arquitectos portugueses no seio do seu organismo de classe, linha mais fácil de seguir na sua prática profissional onde estas eram expressas.

NOTAS

(1) Cf. *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portuguezes*, 1902-1903 [manusc.].

(2) Fausto de Queiroz Guedes, 2º Visconde de Valmor (1837-1898), era um dos grandes proprietários de Lisboa que foi militante activo do Partido Progressista, Par do Reino e governador civil de Lisboa. Desempenhou também missões diplomáticas em cortes europeias, frequentando e protegendo os meios artísticos sendo mesmo um dos maiores coleccionadores portugueses de arte de então.

(3) Regulamento do Prémio Valmor de 23 de Dezembro de 1902.

(4) A propósito deste prémio, J.L. Monteiro escrevia: "O que nem todos sabem é que, desde 1898, 1º anno da sua realisação, existe em Paris um concurso muito semelhante, e cujos fins são exactamente os mesmo.", ou seja o denominado "Concurso das Fachadas", in *Anuario da Sociedade dos Architectos Portuguezes*, Ano I, 1905, p. 42-43. A única publicação monográfica sobre este prémio é da autoria de J.M. Pedreirinho - *História do Prémio Valmor*.

(5) Sobre estes assuntos ver o texto introdutório do catálogo da Exposição Comemorativa do 50º Aniversário da criação do Prémio Municipal de Arquitectura de Ana Cristina Leite, intitulado "Arquitectura premiada em Lisboa: Prémio Valmor, Prémio Municipal de Arquitectura" e FERNANDES, J. Manuel et al. - "Prémios Valmor" in *Jornal Architectos*, separata, nº 35/36, 1985.

(6) "Tendo a Camara Municipal de Lisboa, manifestado desejos de que o regulamento a que está sujeita a adjudicação do premio Valmôr, fosse modificado, encetou este Conselho estudos n'esse sentido e cuja resolução está pendente da discussão, tendo-se reunido varias assembleias para tratar d'esse assumpto", in *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portuguezes*, 1911-1912 [dact.].

(7) "Teve conhecimento o Conselho Director de não ter sido distribuido o premio Valmôr no ano de 1928, por isso resolveu solicitar da Exmª Comissão Administrativa da Camara Municipal de Lisboa que se fizesse reunir o respectivo juri, no que foi atendido. Verificando o delegado desta Sociedade, no mesmo juri, que não havia sido distribuido o premio correspondente ao ano de 1927 e que era ocasião de ser distribuido o de 1929, isto com o fim de não prejudicar colegas concorrentes a esses premios, resolveu o Conselho Director, por proposta do nosso colega José Coelho, solicitar da mesma Exmª Camara que o mesmo juri fizesse as classificações correspondentes aos tres mais belos edificios, os premios dos anos 1927, 1928 e 1929.

"Atendido o pedido pela Exmª Comissão Administrativa, foram os tres premios distribuidos aos nossos presados colegas Norte Junior e Pardal Monteiro, segundo comunicação do delegado desta Sociedade nos respectivos juris.

"Com este facto muito se congratula este Conselho e apresenta as suas felicitações aos colegas premiados", in *Idem*, 1929-1930 [manusc.], p. 8.

(8) "Resolvido officiar à Comissão Administrativa da Camara Municipal de Lisboa, solicitando o cumprimento das disposições do testamento do Visconde de Valmor, fazendo reunir o Jury que deve atribuir o respectivo prémio. (...). Resolvido, também, enviar copia d'este officio ao Architecto Chefe dos Serviços de Arquitectura da Câmara Municipal", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 51, 11.Mar.1936, p. 24-24 vs.

(9) Cf. ACCIAIUOLI, Margarida - *Os anos 40 em Portugal: o país, o regime e as artes...*, Vol I, p. 607-608. Sobre este assunto ver também: LEITE, A. Cristina - "Arquitectura premiada em Lisboa: Prémio Valmor, Prémio Municipal de Arquitectura", in catálogo da *Exposição comemorativa do 50º Aniversário da criação do Prémio Municipal de Arquitectura*, Mar.-Abr. 1988.

(10) Circular nº 2 do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 9.Abr.1938. "Por intermédio do seu delegado ao Conselho de Arte e Arqueologia Municipal o Sindicato ponde ter larga intervenção no estudo das bases que estabelecem esses prémios, cuja iniciativa pertence a S. Ex.^a o presidente efectivo da Camara Municipal de Lisboa", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1938 [dact.], p. 8.

(11) Idem.

(12) Ibidem, 1939 [dact.], p. 6. Recorde-se que Duarte Pacheco, na sessão de 17 de Março de 1938 e na qual foram aprovados os prémios municipais de Arquitectura, teceu algumas considerações sobre a questão da construção civil em Lisboa, afirmando: "O problema é particularmente importante, por vários motivos: pelo volume de capitais que nêle andam envolvidos; pelo que as construções particulares podem influir na expressão da Cidade; e pela grande massa de operários que vive da construção civil na Capital. Mesmo antes de conhecer os negócios municipais, já tinha uma impressão de que a construção civil em Lisboa estava muito doente; mas pelo contacto obtido com o doente, ao auscultá-lo, verifiquei que a doença era de molde a fazer quebrar o ânimo dos mais arraigados à defesa do interesse da causa pública. Vamos ver se a Câmara da minha presidência tem a coragem de prestar à Cidade o pequeno serviço de orientar devidamente a construção civil em Lisboa".

(13) "A Direcção nunca descurou este assunto e regista com reconhecimento a boa intervenção do ilustre Verador Sr. Dr. João Couto, no sentido de conseguir da Câmara que ponha em vigor a atribuição destes premios", in Ibidem, 1942 [dact.], p. 11.

(14) "O Presidente [Pardal Monteiro] informa mais que ficou finalmente aprovado pela Comissão de Arte e Arqueologia da Câmara Municipal de Lisboa o regulamento do Prémio de Arquitectura para - Casas de Habitação, regulamento cujo projecto foi da sua autoria como representante do Sindicato naquela Comissão", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 276, 23.Nov.1942, p. 79.

(15) "O Presidente [Pardal Monteiro] informa do que tem sido a luta com a Câmara Municipal de Lisboa para dar cumprimento ao disposto no testamento do Visconde Valmor, informando que a Câmara pretendia não fazer reunir o Júri dos anos em atraso, o que era contra a letra do legado. Por fim a Câmara pediu que o mesmo Júri julgasse os anos tódos em atraso, pelo que a Direcção resolveu confiar esse encargo ao Architecto Jorge Segurado, conforme anteriormente se refere", in Ibidem.

(16) Cf. Ibidem, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 294, 4.Jan.1944, p. 2 e Acta nº 295, 4.Fev.1944, p. 3.

(17) Cf. *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 88, 28.Fev.1951, p. 178.

(18) Ver I Parte, Capítulo 3 - 3.2. Trabalhos associativos até à constituição do Sindicato e II Parte, Capítulo 2 - Vectores dominantes: 1934-1950.

(19) Tal proposta enquadrava-se num trabalho feito por aquele Conselho Director sobre o "estudo de medidas que possam evitar a continuação do que se passa na cidade de Lisboa no referente á construção de edificios sem os mais rudimentares principios de esthetica, isentos por completo da mais infima particula do bom gosto, e que teem convertido a capital do paiz, tão ostensivamente dotada pela natureza, na mais anti-esthetica e mal cuidada das capitães do mundo civilizado", in *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses*, 1905-1906 [dact.], p. 2-3.

(20) Sobre os objectivos desta Sociedade ver I Parte, Capítulo 3 - 3.2. Trabalhos associativos até à constituição do Sindicato, nota (54).

(21) *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, 1906-1907* [manusc.], p. 3.

(22) Segundo é afirmado no Relatório, o vice-presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa "tomou em toda a consideração" a representação entregue, "achando bastante justa tal reclamação e promettendo-nos todo o seu auxilio como da dita Comissão, fazendo nascer em nós toda a esperança de ver realizado esse ideal, tanto mais que o Sr. Dr. António Viana membro da comissão se interessava no assumpto, encarregando a repartição competente de dar a sua opinião sobre o que havia a fazer", in *Idem, 1907-1908* [manusc.].

(23) "Este projecto que foi elaborado na secção dos Monumentos da Sociedade Propaganda de Portugal, com o concurso de membros d'este Conselho, foi descurado por aquella Sociedade que tinha tomado sobre si o encargo de dar andamento a este interessante assumpto". Assim, e de acordo com as decisões tomadas na Assembleia Geral da Sociedade dos Architectos de 28 de Dezembro de 1908, o Conselho Director "officiou áquella Sociedade participando-lhe que visto não darem o andamento preciso e urgente ao assumpto em questão, resolvia tomar sobre si o encargo de representar ao Governo pedindo para que sejam creadas comissões especiaes junto das principaes Camaras Municipaes do paiz para a defeza dos interesses estheticos das cidades." Porém, "este trabalho que o actual Conselho tanto se empenhava em levar a effeito, não chegou a ser discutido por absoluta falta de tempo", in *Idem, 1908-1909* [manusc.], p. 3.

(24) Cf. *Idem, 1909-1910* [manusc.]. No ano seguinte era afirmado: "Esta Camara, accedendo a um pedido feito na gerencia passada, admitiu ao serviço da sua secção de architectura, architectos-tirocinantes, pelo que este Conselho Director lhe consigna os seus agradecimentos, que opportunamente lhe apresentou", in *Idem, 1910-1911* [dact.], p. 3.

(25) "(...) este Conselho Director, louvando o interesse que á mesma Excellentissima Vereação estão merecendo as questões de arte, apreciou devidamente as propostas approvadas e postas em execução: para aquisição de esculptura afim de decorarem os jardins e praças publicas da capital; para aquisição d'uma lapide commemorativa da proclamação da Republica; e para a execução do busto da Republica", in *Idem, p. 2-3*.

(26) *Idem, 1914-1915* [manusc.].

(27) *Idem, 1915-1916* [manusc.].

(28) "Salvo rarissimas e honrosas excepções, o que na capital se tem construido nos ultimos tempos, é tudo quanto ha de mais perigoso em materia de estabilidade, alem de constituir um desrespeito flagrante pelos mais rudimentares principios de esthetica. É a ignorancia completa da sciencia de construir, aliada a uma ausencia absoluta de sentimento artistico, para não attribuir a baixos sentimentos de mercantilismo tanta vergonha, que dia a dia vem pejando as mais bellas arterias da nossa primeira cidade. Junto da actual vereação municipal temos feito varias reclamações no sentido de pôr cõbro a tanta falta de bom senso, devendo a Sociedade, tanto em defeza da esthetica, como dos interesses moraes e materiaes dos architectos, não abandonar este assumpto de tamanha gravidade", in *Idem, 1916-1917* [manusc.].

(29) "(...), este Conselho Director, tendo acompanhado de perto os relevantes serviços que, como vereadores do municipio de Lisboa, este nosso collega [A. Bermudes] e o distincto architecto sr. Antonio do Couto Abreu, prestaram á nossa causa, defendendo tenazmente todas as questões que, directa ou indirectamente nos dizem respeito, entendeu, interpretando o sentimento geral da nossa classe, dever consignar n'este modesto relatório, o reconhecimento d'esta Sociedade por tão exaltados serviços", in *Idem, 1917-1918* [manusc.].

(30) "Tendo-se procedido, de accordo com a ultima Lei eleitoral, á eleição dos senadores representantes das differentes classes no futuro Parlamento, e tendo sido eleito o nosso illustre consocio sr. Adães Bermudes, este Conselho Director vangloria-se por ter cabido a

este distinto collega, que tanto tem contribuído, com a sua elevada intelligencia e saber, para o levantamento moral da nossa classe, essa subida honra. E, consciente dos altos serviços que Sua Ex^a vae prestar à Arte em Portugal, com a occupação d'esse honroso logar, aonde o vigor das suas poderosas qualidades hão-de conseguir vencer quantos obstaculos se oppoñham à sua inquebrantavel vontade, este Conselho presta a este querido collega a sua homenagem de profunda admiração e respeito", in *Ibidem*. Recorde-se que em 1918 A. Bermudes propôs a elaboração de um "plano regulador da cidade de Lisboa".

(31) Esta comissão proposta por A. Bermudes na qualidade de vereador da Câmara Municipal de Lisboa era "presidida pelo Presidente da Comissão Executiva do Município de Lisboa, composta pelos vereadores e chefes dos Serviços de Architectura e Engenharia e por três vogais da Comissão de Estética Municipal, os quais ficarão incumbidos de elaborar e de submeter à aprovação da Câmara, com a possível urgência, o plano regulador da cidade de Lisboa, onde se fixe num conjunto lógico e harmónico a orientação geral que deve presidir ao desenvolvimento e transformação da cidade e seus arredores, sistematizando e subordinando a essa orientação todos os melhoramentos parciais a realizar", in *Actas da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa*, sessão de 18.Abr.1918, cit. por MARQUES, M. C. Oliveira - "Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa: 1879-1938", in *Architectura*, nº 124, Maio.1972, p. 39.

(32) Sobre estes assuntos ver: MARQUES, A.H. Oliveira (coord.) - *Portugal da Monarquia para a República*, p. 59 e segs. Da mesma obra ver Cap. XV - Aspectos da vida quotidiana, III - A habitação, no qual são dadas informações sobre o interior e utência das habitações nos primeiros decénios do século XX. Para uma perspectiva global da evolução de Lisboa e principais medidas empreendidas desde a República para tentar resolver as questões mais prementes de âmbito architectónico e urbanístico ver: FRANÇA, J.-A. - *Os anos vinte em Portugal*, Cap. II - A cidade possível, p. 238-262.

(33) Decreto nº 4137, de 25 de Abril de 1918.

(34) J. Cortesão (1884-1960), licenciou-se em Medicina que exerceu por pouco tempo, dedicando-se depois ao ensino e a actividades no âmbito de movimentos culturais ligados aos ideais democráticos como a Renascença Portuguesa e a Universidade Popular do Porto, sendo também um dos fundadores do grupo Seara Nova. Nomeado em 1919 para director da Biblioteca Nacional, formou então o "Grupo da Biblioteca". Inicialmente contactado para integrar a lista da opposição nas eleições para a vereação da Câmara Municipal de Lisboa em 1925, a apresentar por uma coligação formada entre outras forças políticas pelo Partido Republicano de Esquerda Democrática, o Partido Republicano Radical, o Partido Socialista Português e o grupo Seara Nova, mas que não se chegou a constituir, J. Cortesão veio a ser incluído na lista conjunta dos Partidos Radical e da Esquerda Democrática e por elementos de vários sectores das classes trabalhadoras. A proposta que apresentou em 1926 para que fosse nomeada uma comissão para o "estudo de um vasto plano de melhoramento da capital", constituiu-se como a sua última intervenção no Senado Municipal que viria a ser dissolvido pelo Decreto nº 11.882, de 2 de Julho de 1926, em directa consequência da ditadura vigente após o golpe militar de 28 de Maio daquele ano. Cf. CASTELO-BRANCO, F. - "Jaime Cortesão vereador da Câmara Municipal de Lisboa", in *Lisboa - Revista Municipal*, nº 12, 2º Trim.1985, p. 32-46.

(35) Na proposta estava prevista a participação naquela Comissão de A. Bermudes e António do Couto, na qualidade de vogais da comissão de Estética e de um architecto representante da Sociedade dos Architectos Portugueses, Cf. Ofício nº 1141 da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa para a Sociedade dos Architectos Portugueses, 8.Maio.1926.

(36) A proposta aprovada na reunião da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa previa que fosse "nomeada uma comissão formada por um engenheiro, um architecto, um architecto de paisagem, um arqueólogo, um médico higienista, sob a presidência do vogal da Comissão Administrativa, encarregado do pelouro de engenharia" para estudar um novo plano geral da cidade, in *Actas da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa*, sessão de 14.Out.1926, cit. por MARQUES, M. C. Oliveira - "Introdução

ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa: 1879-1938", in *Arquitectura*, nº 124, Maio.1972, p. 39. A vinda para Portugal de Forestier não foi bem acolhida pela Sociedade dos Architectos que pela voz de A. Bermudes fez então os seus protestos no jornal "Diário de Notícias", 3.Fev.1927. Cf. FRANÇA, J.-A. - *Os anos vinte em Portugal*, p. 254.

(37) Ofício nº 35 do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses ao presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa, 30.Dez.1933.

(38) No início de Dezembro de 1933 o Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses lembrou ao presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa "a necessidade imperiosa de ser creada uma comissão de estética citadina, constituída por individualidades de reconhecida competencia e categoria artistica para o fim exclusivo de valorizar a Urbanização da primeira Cidade do País e de desenvolver os serviços de Architectura Municipal afim de obstar á continuação de erros e defeitos que se tomam irremediaveis", in Carta da Sociedade dos Architectos Portugueses ao presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, 9.Dez.1933.

(39) *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, 1911-1912* [dact.].

(40) "Serviços de superior interesse para as cidades, cujo desenvolvimento, nestes ultimos tempos, por toda a parte, se tomou vertiginoso, impondo applicação de metodos e de precauções que até aqui não existiam, são os da Architectura Urbana.

"Serviços de natureza estetica, de higiene, de conforto e de embelezamento, que começam com a elaboração de planos gerais de arranjo e de expansão das cidades; que devem orientar e sistematizar todos os melhoramentos futuros; que abrangem a composição dos novos bairros e o corregimento dos antigos; a conservação e valorisação das perspectivas e dos sitios pitorescos; estudos dos arruamentos sob os pontos de vista racional e estetico; edificações urbanas, parques e jardins, são serviços caracteristicamente artisticos que nada tem que ver com a Engenharia e que, consequentemente não podem ser oficialmente exercidos sob a alçada dos engenheiros", in Carta da Sociedade dos Architectos Portugueses ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa, 25.Ago.1925.

(41) Cf. Carta do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses ao presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa, 9.Mar.1926.

(42) Carta do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses ao presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa, 19.Maio.1926

(43) Cf. Carta da Sociedade dos Architectos Portugueses ao presidente da Direcção da Sociedade Nacional de Belas Artes, 16.Out.1926. Curiosamente, não há referências posteriores a esta agremiação, mas antes à Associação dos Construtores Cívicos, à qual o Conselho Director resolveu agradecer "a solidariedade" que aquela lhes prestou "nos protestos contra a extinção da 4ª Repartição (Arquitectura), da Camara Municipal", in *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 11 de Março de 1925 a 26 de Janeiro de 1927, Acta nº 30, 19.Jan.1927, p. 16.

(44) *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, 1926* [dact.], p. 3

(45) Cf. *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 11 de Março de 1925 a 26 de Janeiro de 1927, 19ª sessão, 1.Out.1925. Apesar de não haver nenhuma indicação neste sentido, parece não ser errado concluir que um dos efeitos imediatos desta medida foi a desmobilização do próprio Conselho Director da Sociedade que em 20 e 27 de Outubro e em 3 de Novembro de 1926 não reuniu por "falta de numero". *Idem*, p. 15.

(46) Após terem sido proferidos alguns elogios a L. Pastor de Macedo por "tudo quanto tem feito pela nossa Classe e dos Artistas em geral" na Câmara Municipal de Lisboa, António

Couto exprimiu a opinião de que "se não deve perder a oportunidade de pedir para serem elevados os serviços de Arquitectura da Camara Municipal de Lisboa, pelo menos ao nível em que já estiveram, posição que bastante tempo levou a conquistar e que se perdeu de um momento para o outro; entende que a ocasião é oportuna para se tratar deste assunto, por isso pede à nova Direcção a sua atenção neste sentido", in *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 27 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 5, 20.Dez.1934, p. 14.

(47) *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses*, de 11 de Março de 1925 a 26 de Janeiro de 1927, Acta nº 29, 12.Jan.1927, p. 16.

(48) Expressão utilizada por J.-A. França in *Os anos vinte em Portugal*, p. 245. Ver a mesma obra, p. 245-248 para uma visão global das diferentes ideias para aquele parque.

(49) Ofício nº 10 da Sociedade dos Arquitectos Portugueses ao presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, 18.Set.1930.

(50) "Os Snrs. Eugenio Correia [vogal do Conselho Director] e Carlos Andrade [que pedira para estar presente na reunião em que este assunto fosse abordado] são da opinião que se devia protestar, desde já, junto da Camara Municipal, contra a inclusão da referida clausula no programa. Os Sns. Tertuliano Marques [vogal] e João Antunes [tesoureiro], também fizeram algumas considerações sobre o assumpto. O Snr. José Coelho [secretário] não concorda com a ideia de se ir, já, protestar junto da Camara Municipal, afim de não ir o Conselho Director, entrar em conflito com a mesma Camara Municipal, sem ter conhecimento oficial do programa do Concurso, no entanto propõe que o Conselho solicite a convocação da Assembleia Geral, para assim ser tratado, por todos os colegas o referido assumpto", in *Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses*, de 30 de Março de 1927 a 9 de Julho de 1930, Acta nº 31, 26.Fev.1930.

(51) "Tertuliano Marques procura justificar o acto do referido architecto, alegando principalmente que não podendo ele ter conhecimento das resoluções da Assembleia, por não ser socio, senão por intermedio dos jornais, tivesse concorrido desconhecendo a deliberação tomada. Eugénio Correia lembra a conveniencia de se officiar a Alvaro Machado sugerindo-lhe o retirar o projecto da Camara Municipal, proposta que é aprovada", *Livro de Actas da Assembleia Geral da Sociedade dos Arquitectos Portugueses*, de 25 de Maio de 1928 a 3 de Abril de 1934, Sessão de 12.Jul.1930. Porém, tal officio ainda não tinha sido enviado no final do mês "por não ter havido reunião da Direcção", in Idem, Sessão de 23.Jul.1930.

(52) "(...) diz parecer-lhe que, tendo-se a antiga Sociedade dos Arquitectos Portugueses desinteressado dêsse assunto, não enviando membros para o Jury e resolvendo que os Arquitectos não concorrêsem, não deve agora o Sindicato, por coerência, ocupar-se do assunto", in *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 4, 19.Dez.1934, p. 9.

(53) "(...), concordo com o Snr. Presidente e diz que a unica coisa que o Snr. Architecto Alvaro Machado pôde exigir à Câmara Municipal de Lisboa, é que o seu projecto seja aprovado por um Jury, o qual poderá ou não conceder-lhe o prémio, embora êle tenha sido o único concorrente", in Idem.

(54) "(...) pergunta se a Sociedade enviou, por escrito, alguma circular para os Arquitectos Portugueses, afim de que não concorressem, entendendo que em qualquer dos casos, o Sindicato não se pôde interessar por êste assunto, atendendo à falta de camaradagem manifestada pelo Snr. Architecto Alvaro Machado. O Snr. Presidente da Assembléa Geral diz que não se lembra se foi enviada qualquer circular a todos os Arquitectos (...)", in Ibidem.

(55) Ibidem, p. 10.

(56) *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses*, 1908-1909 [manusc.].M. Ventura Terra fez parte da primeira vereação republicana da Câmara

Municipal de Lisboa eleita em Novembro de 1908, que desde logo se propôs realizar uma das grandes ideias urbanísticas para a capital, preconizada já em 1906 por Fialho de Almeida que na "Ilustração Portuguesa" traçou as linhas fundamentais da sua "Lisboa Monumental". Tratava-se de efectuar finalmente uma intervenção no Parque Eduardo VII. "As obras do Parque chegaram a ser iniciadas, mas a comissão administrativa que sucedeu à vereação tudo mandou parar e tudo pôs de parte. O Parque, arruado e ajardinado, ficaria rodeado de uma linha de moradias que para ele voltariam as fachadas trabalhadas; no meio dele, um palácio de Exposições e Festas para o qual se abriu concurso. A entrada, sobre a Rotunda, far-se-ia por um arco de triunfo e por uma larga esplanada cheia de estátuas e de bustos", in FRANÇA, J.-A. - *A Arte em Portugal no séc. XIX*, Vol. II, p. 130-131.

(57) "A pedido de alguns artistas promoveu o vosso Conselho Director a deliberação da Assembleia Geral para que se solicitasse da Comissão Administrativa do Município de Lisboa a prorrogação do prazo do concurso para o projecto do Palácio de Exposições e Festas a construir no Parque Eduardo VII, ao que a mesma Comissão prontamente anuiu, adiando a data da recepção dos trabalhos para 31 de Dezembro proximo futuro", in Idem, 1912-1913 [manusc.].

(58) "O Architecto Tertuliano de L. Marques, presidente do Conselho Director apresenta um officio da Camara Municipal de Lisboa, convidando esta Sociedade para nomear um vogal para o jury que deve classificar o Concurso das estatuas a colocar na fachada principal do Pavilhão do Parque Eduardo VII (setimo), tendo sido eleito para esse cargo o Architecto Carlos Ramos", in *Livro de Actas da Assembleia Geral da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 25 de Maio de 1928 a 3 de Abril de 1934, Acta de 7.Set.1932, p. 22.

(59) "(...) nenhum colega deverá pelo seu proprio brio profissional de se apresentar ao referido Concurso e de prestar ao mesmo Municipio, o mais insignificante serviço que seja", in *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses*, 1927-1928 [manusc.].

(60) Ibidem, 1932-1933 [manusc.]. Este concurso foi "largamente debatido" em Assembleia Geral "sendo todos os presentes concordes em que as bases não satisfazem por estarem muito imperfeitas e incompletas, não podendo os architectos apresentar-se nesse Concurso por não se considerarem suficientemente inteirados. Foi deliberado que o Conselho Director se avistasse com o Exmo Sr Presidente da Camara Municipal, apresentando-lhe as duvidas sugeridas, e pedindo os necessarios esclarecimentos do programa", in *Livro de Actas da Assembleia Geral da Sociedade dos Architectos Portugueses*, de 25 de Maio de 1928 a 3 de Abril de 1934, Acta de 19.Dez.1932.

(61) Carta da Sociedade dos Architectos Portugueses ao presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, 27.Dez.1932.

(62) Este diploma vinha "dificultar os despejos, limitar as actualizações das rendas a aumentos máximos de 10% de 10 em 10 anos e obrigar que se mantivesse a renda anteriormente cobrada no caso de se celebrarem novos contratos", in GONÇALVES, F. - "A mitologia da habitação 'social': o caso português", in *Cidade/Campo*, nº 1, Fev.1978, p. 29.

(63) "(...), comparando com o projecto de Fuschini [apresentado na Câmara dos Deputados a 16 de Maio de 1884 e que visava a construção de casas económicas destinadas para habitação das classes pobres], o Decreto nº 4137 é bastante mais minucioso nos seus preceitos: admite a existência de quatro classes de 'casas económicas' e pormenoriza as regras de projecto a que deverá obedecer o desenho dos bairros a construir. Em princípio, e para além das empresas privadas, tais casas seriam construídas pelas câmaras municipais e pelas instituições de previdência, mas ponderava-se que quando 'circunstâncias especiais e urgentes assim o aconselham', o próprio Estado poderia intervir directamente nesta matéria", in Idem, p. 31.

(64) "Não admira o entusiasmo suscitado entre os proprietários por este diploma que parecia destinado a restaurar os seus antigos direitos. Também não será de estranhar o à-vontade manifestado pelo Governo ao decretar medidas tão impopulares: a conjuntura era-lhe

favorável e meios repressivos não lhe faltavam. Mesmo assim, e para iludir qualquer oposição, o Governo teve o cuidado de incluir na sua reforma algumas disposições aparentemente destinadas a auxiliar os inquilinos. De facto, o Decreto nº 15.289 previa que a parte do aumento das receitas do Estado conseguido através da reforma da contribuição predial fosse aplicado na constituição de um 'fundo nacional de construção e rendas económicas' destinado a promover e a subsidiar a iniciativa particular de construção e barateamento das rendas de casa e de quartos (!?) para habitação das classes médias e operárias", in *Ibidem*, p. 33.

(65) "Com este diploma, o Estado Novo demarca-se da política cripto-liberal praticada a partir de 1928 em matéria de habitação, política que, ao fomentar uma especulação desenfreada, constituiria um desencanto para a pequena burguesia e uma preocupação para o capital industrial, este encontrando no imobiliário um concorrente. Não se tratava, como até aí se fizera, de esperar que a iniciativa privada acesse ao chamamento do Estado e que, encantada pelas facilidades que este lhe oferecia, iniciasse a construção de umas quantas habitações 'económicas'. O sistema estava por demais denunciado para alimentar a propaganda do regime. Também não se tratava de ressuscitar, tal e qual, os velhos 'bairros sociais' da 1ª República, demasiadamente vinculados a uma diáfana ideologia colectivista, com as suas habitações multifamiliares e o seu equipamento cultural e recreativo. O caminho teria de ser outro, o das casinhas isoladas e aninhadas sob o campanário da igreja, e a iniciativa deveria pertencer exclusivamente ao sector público e, dentro deste, ao Estado todo-protector. Os empresários que se entretivessem com a construção dos seus prédios de 'rendimento'...", in *Ibidem*, p. 36-37.

(66) Sobre este concurso ver: FRANÇA, J.-A. - *Os anos vinte em Portugal*, p. 248-250 e o artigo de: GOMES, P. Varela - "O paradoxo do Rossio...", in *Prelo*, nº 16, Jul.-Set.1987, p. 83-102.

(67) "Na altura própria manifestou-se também este Conselho contra as obras que a C.M.L. encetou no Rocio, dando-lhe o seu voto de reprovação por entender que esses trabalhos obedecem a um projecto que não resolve o problema da circulação e ao mesmo tempo exprimindo a sua magua por n'um assunto de tal importancia não ter sido ouvida a Comissão de estética municipal", in *Relatório do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, 1919-1920* [manusc.], p. 3.

(68) Sobre o concurso para o monumento ao Infante D. Henrique a erigir em Sagres, ver Capítulo 4 - Concursos públicos de Arquitectura e Urbanismo.

(69) Sobre este assunto ver: MARQUES, M.C. Oliveira - "Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa: 1879-1938 (V)", in *Arquitectura*, nº 124, Maio.1972, p. 40.

(70) Carta-minuta da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, 28.Ago.1933.

(71) "(...), a intervenção do Arquitecto, Artº 12 B, só é obrigatória na 1ª Zona, isto é na Zona já construída, onde nada de novo ha a fazer, aparte qualquer ligeira modificação ou alteração de montra de estabelecimento rico, o que é rarissimo; notemos, porem, que nem ahí a sua intervenção artistica é taxativa, antes contrariada, pois que o projecto deverá ser assinado por um Engenheiro Civil... ou um Arquitecto!...", in Exposição da Sociedade dos Arquitectos Portugueses enviada ao vereador do Pelouro das Edificações Urbanas da Câmara Municipal de Lisboa, 21.Ago.1933 [sublinhado no original].

(72) "(...), desde o empregado bancario até ao caixoteiro de malas, desde o guarda freio dos electricos ao caixeiro de praça se teem arvorado simultaneamente em proprietarios e constructores, munidos de projectos feitos ás escondidas e a coberto de termos de responsabilidade passados por constructores que fazem da sua assinatura um negocio rendoso mas pouco honesto", in *Idem*.

(73) *Ibidem*.

(74) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1934 [dact.], p. 3.

(75) Decreto-Lei nº 24.802, 21.Dez.1934. "Desde logo ficou patente o carácter megalómano dos objectivos cujo cumprimento o Estado Novo então impunha aos municípios. Basta dizer que enquanto noutros países europeus como na Holanda, na Espanha, na França e, mais tarde, na Itália, se sujeitavam a plano de urbanização obrigatório as cidades com 10.000 ou mais habitantes, em Portugal baixava-se este número para 2.500, incluíam-se todas as sedes de concelho e acrescentavam-se-lhes os 'centros urbanos ou zonas de interesse turístico, recreativo, climático, terapêutico, espiritual ou artístico', localidades estas que seriam designadas numa relação a publicar conjuntamente pelos Ministérios do Interior (MI) e das Obras Públicas e Comunicações (MOPC)", in GONÇALVES, F. - "Formação e qualificação dos urbanistas em Portugal", in *Cidade/Campo*, nº 2, 1979, p. 158-159.

(76) Sobre o significado, importância e consequências de tal alteração ao Código Administrativo ver: Idem, p. 162 e segs. Ver também de Marcelo Caetano, um dos autores do Código Administrativo de 1936, *O Município na reforma administrativa*, 1936.

(77) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 124, 24.Nov.1937, p. 72.

(78) Cf. *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1937 [dact.], p. 9.

(79) A divulgação de tais valores levou a Direcção no seu relatório apresentado na Assembleia Geral a tecer as seguintes considerações: "Vê a Assembléa que é preciso não deixar apenas ao cuidado das Direcções a acção da classe no sentido de modificar as actuais circunstâncias em que os arquitectos trabalham em Lisboa, mas que a todos compete o dever de se unirem em volta da bandeira do Sindicato, para que os arquitectos se apresentem como um só homem, a reclamar justiça. É preciso, perante um quadro destes, que todos os arquitectos tenham a coragem de pôr de parte ressentimentos, rivalidades, e se lembrem um pouco mais dos deveres de ordem colectiva que têm, para que os direitos e regalias individuais melhorem. A Direcção fez quanto pôde, mas há muito mais a fazer", in Idem.

(80) "A Direcção do Sindicato no momento oportuno avistou-se com S.Exª e manifestou-lhe a sua confiança na obra que, seguramente, vai realizar e na qual, como não pôde deixar de ser, os arquitectos hão-de ter um papel de grande responsabilidade. À nova Direcção, a que hoje cessa o seu mandato, lembra que prometeu a S.Exª toda a colaboração", in Ibidem, p. 10. "Havia, pois, uma necessidade imperiosa de intervenção dos poderes públicos, e mais do que isso, havia condições para que ela fosse desejada pela classe que, exactamente, mais deveria temer essa intromissão. Só que a realidade era de tal forma caótica que não era possível acreditar em nenhuma conjugação de esforços sem que ela passasse por essa centralização tornada inevitável para assegurar a viabilidade do exercício profissional e do papel que aos arquitectos competia. Não admira, portanto, que estes tivessem louvado a atitude intervencionista de Duarte Pacheco, e prometido 'a mais larga e leal colaboração'", in ACCIAIOLI, Margarida - *Os anos 40 em Portugal: o país, o regime e as artes...*, Vol. I, p. 607.

(81) Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 127, 7.Jan.1938, p. 74.

(82) *Arquitectos*, nº 4, Maio.1938, p. 125. Recorde-se que o eng. E. Rodrigues de Carvalho era na altura presidente da Comissão Administrativa do Estádio Nacional e colaborava com Rebelo de Andrade nas obras do anexo do Museu Nacional de Arte Antiga. Entre outros, dera também colaboração profissional nos projectos das gares marítimas de Lisboa, dos novos edifícios do Ministério das Finanças e também do "Diário de Notícias".

(83) Ver Idem, nº 2, Mar.1938, p. 58-59.

(84) A Direcção acrescentava ainda: "É de esperar que mercê dos resultados obtidos a própria C.M.L. venha a reconhecer até que ponto a acção dos arquitectos pode ser útil á

cidade. É também de esperar que os arquitectos procurem constantemente, pelo seu trabalho e pelo estudo consciencioso dos problemas, justificar a necessidade da sua intervenção em esferas mais altas do que as actuais", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1938 [dact.], p. 6-7.

(85) "O Sindicato oferecendo a todos a sua cooperação procura por um lado facilitar a sua difficilima tarefa e prestar um serviço á cidade e á Nação", in *Idem*, p. 7.

(86) Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 131, 2.Fev.1938, p. 76 vs.

(87) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1938 [dact.], p. 8-9.

(88) "Officio do Director dos Serviços de Urbanização e Obras da Câmara Municipal de Lisboa, enviando a este Sindicato, para tomar conhecimento, uma cópia do projecto elaborado pelo nosso Consócio Senhor Ferreira da Costa, para um edificio a construir na Rua Buenos Aires. Com o citado projecto vem junta uma cópia dos pareceres emitidos sobre o projecto, pelos Serviços de Architectura e pelo Director dos Serviços de Urbanização, com o despacho de Sua Excelencia o Presidente da Câmara. Foi resolvido officiar a este consócio comunicando a recepção deste documento", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 134, 22.Fev.1938, p. 78-78 vs.

(89) Nada mais é acrescentado sobre o assunto. Cf. *Idem*, Acta nº 136, 9.Mar.1938, p. 80.

(90) "(...); carta, de três do corrente, do Consócio, Senhor Raul Tojal, reclamando contra um despacho de Sua Excelencia o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, tendo o Presidente da Direcção tomado o encargo de se avistar com aquêle Colega e procurar resolver conciliatoriamente o assunto exposto; (...)", in *Ibidem*, Acta nº 135, 3.Mar.1938, p. 79.

(91) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1939 [dact.], p. 5-6. "(...); carta do architecto Senhor Henrique Taveira Soares, àcerca da sua situação na Câmara Municipal de Lisboa. Foi resolvido que o Presidente procurasse, particularmente, junto de Sua Excelencia o Senhor Doutor Fezas Vital, relatór do parecer da Câmara Corporativa à reforma da Câmara Municipal de Lisboa, a-fim-de tratar do assunto.", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939, Acta nº 191, 8.Fev.1939, p. 99 vs.

(92) Ver *A Construção*, publicação mensal de defeza dos interesses da construção civil, 25.Mar.1939. Este jornal era propriedade da Cooperativa Geral dos Industriais da Construção Civil e tinha como director João Andrade Neves e por editor Valeriano Ribeiro de Faria Abreu. Recorde-se que em 1935 a Direcção procedeu judicialmente contra J. Marques Robalo pelo uso ilegal do título de architecto.

(93) Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 198, 5.Abr.1939, p. 4 vs.-6.

(94) O artigo que deu origem a este officio intitulava-se "Isto é demais" e foi publicado in *A Construção*, 25.Jun.1939, p. 20. Cf. *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 205, 26.Jul.1939, p. 11 e Acta nº 209, 23.Ago.1939, p. 13.

(95) "Gaioleiros" foi a designação por que ficaram conhecidos os construtores civis tomarenses que em 1906 construíram o seu primeiro prédio para venda em Lisboa, na R. António Pereira Carrilho, nº 32. Os lucros então obtidos pelos três carpinteiros que enriqueceram rapidamente, estimularam a vinda para a capital de outros conterrâneos no período que antecedeu a Ditadura Militar e que se dedicaram à compra de lotes, à construção e venda dos edificios neles construídos. O deflagrar da I Grande Guerra, implicando a retracção de capitais, o aumento dos custos dos materiais e o aumento de

salários, quase comprometeu a continuação de tais negócios especulativos. Porém, procurando materiais mais económicos e de inferior qualidade, aqueles construtores começaram a construir só com areia o que ocasionou a ruína de alguns prédios, acarretando por outro lado o desprestígio do grupo de construtores que rapidamente passou, depois da fase da "cal e areia" à do "cimento armado". Sobre a história dos construtores civis tomarenses ver POPULI, Filiius - *Os construtores civis tomarenses e o desenvolvimento da construção urbana em Lisboa*, Lisboa, 1946.

(96) Ofício nº 55 do presidente do Sindicato Nacional dos Arquitectos ao chefe de Gabinete do Ministro do Interior, "confidencial", 30.Ago.1939

(97) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 233, 8.Maio.1940, p. 28 vs.

(98) Circular do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 9.Maio.1940.

(99) O ante-projecto era apresentado na mesma escala do projecto com as peças desenhadas essenciais (plantas, alçados e cortes), acompanhado da respectiva memória descritiva pormenorizada. "Este ante-projecto sem cálculos, nem detalhes a grande escala, seria apreciado pelos serviços municipais, mas unicamente por aqueles que tenham que apreciar a parte estética, higienica, de segurança, e enfim, toda a parte regulamentar da qual possa depender o partido da composição e o cumprimento de todas as disposições municipais, regulamentares ou não, susceptíveis de serem verificadas mediante desenhos". Deste modo, "a preparação dum projecto que às vezes leva largos meses a fazer, sobretudo quando os autores os estudam a fundo, não correria assim tantos riscos de demoras, nem acarretaria os prejuizos que muitas vezes acarreta, sem que dêles resulte vantagem para ninguém", in Ofício nº 185 do presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa, 11.Jul.1940, transcrito na circular nº 9, 2.Nov.1940.

(100) Ofício nº 2690 do presidente da Câmara Municipal de Lisboa ao presidente do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 29.Out.1940, transcrito in Idem.

(101) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1940 [dact.], p. 12.

(102) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 249, 26.Nov.1941, p. 62-62 vs.

(103) Responderam à circular nº 22 de 21.Nov.1941 os seguintes sócios: Ferreira da Costa, António Lino, Raul Tojal, José Morais Amado, Adelino Nunes, I. Peres Fernandes, Keil Amaral, A. Simões da Fonseca, Carlos F. Dias e Jorge Segurado.

(104) Após a intervenção de Carlos Ramos, Pardo Monteiro pediu a palavra: "Diz que ouviu e compreendeu o sentido das considerações do Senhor Carlos Ramos acerca do Relatório. Diz que é uma infamia considerar que as suas possíveis más relações pessoais com o Senhor Ministro das Obras Publicas possam ter qualquer reflexo no insucesso das diferentes diligências efectuadas pela Direcção do Sindicato, junto das diferentes entidades oficiais, a que se dirigiu", in *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 55, 12.Jan.1942, p. 161.

(105) Idem, p. 161-162.

(106) Ver Vol. II - Documentação, Doc. nº 19.

(107) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 59, 8.Abr.1942, p. 172.

(108) Idem, p. 173.

(109) Ver Vol. II - Documentação, Doc. nº 19.

(110) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 60, 15.Abr.1942, p. 173-174.

(111) A este propósito no Relatório da Direcção de 1943 era dito o seguinte: "Se se afirmasse que foram bem interpretados os objectivos e que dêles cada um soube tirar o partido mais conveniente para o prestígio da classe seria ir longe demais. O que se pôde concluir é que lutar por uma tabela, por umas condições uniformes de prestação de serviços e combater a vergonhosa concorrência de preços entre arquitectos, deve andar pelos domínios da utopia segundo parece quererem demonstrá-lo os que tinham o dever de tomar realidades tôdas estas elementares aspirações", in *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1943 [dact.], p. 8. Recorde-se que neste conjunto de edifícios situado na Av. Sidónio Pais, trabalharam, de 1942 e 1947, os arquitectos entre os quais se encontravam Fernando Silva e R. Rodrigues Lima (prémio Valmor de 1943, Av. Sidónio Pais, nº 6), V. Reis Camelo (prémio Valmor de 1945, Av. Sidónio Pais, nº 14), M. Jacobetty Rosa (prémio Municipal de Arquitectura de 1943, Av. António Augusto Aguiar nº 9), Pardal Monteiro (prémio Municipal de Arquitectura de 1947, Av. Sidónio Pais, nº 16), Lício Cruz, Cassiano Branco, Raul Tojal e Cristino da Silva.

(112) Ver Vol. II - Documentação, Doc. nº 19.

(113) A resolução aprovada por unanimidade foi a seguinte: "-Quando se trate de realizar trabalhos profissionais respeitantes a edificações sujeitas a condicionamentos especiais impostos pelas autoridades competentes de que resulte obrigatoriamente a intervenção de arquitectos, os correspondentes honorários dêsses arquitectos serão obrigatoriamente iguais quando se trate de construções do mesmo montante e proporcionais a êstes quando se trate de construções de montante diferente.

"- Para evitar a livre interpretação destas deliberações, mais resolveu a Assembléa que os arquitectos que venham a ser incumbidos de trabalhos profissionais para os casos referidos ficam obrigados a submeter previamente à sanção da Direcção do Sindicato os termos do acordo da sua prestação de serviços aos respectivos clientes, implicando a falta de acatamento a qualquer destas resoluções immediato procedimento disciplinar nos termos do Estatuto dêste Sindicato", in *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 28 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943, Acta nº 61, 9.Jan.1943, p. 177.

(114) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943, Acta nº 284, 27.Abr.1943, p. 87.

(115) Câmara Municipal de Lisboa - *Anais*, 1943, p. 54. Neste relatório oficial da Câmara sobre a Arquitectura de Lisboa era afirmado: "Na evolução arquitectural da Cidade tem-se verificado melhoria nas edificações. As plantas apresentam-se mais racionais e lógicas, no respeitante às suas divisões. Os alçados mais ricos em proporções e materiais, pois a pedra tem sido empregada com mais frequência nos elementos vulneráveis à acção do tempo e dos homens. (...). Foi apreciável o número de projectos, apresentados por arquitectos, facto que é grato registar pelo que de sintomático representa", in *Idem*, p. 59-60.

(116) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 297, 13.Mar.1944, p. 8. Sobre os trabalhos até então feitos na capital observados numa óptica oficial ver o texto de A. Salvação Barreto, "Lisboa nos últimos anos", in *Livro de Ouro da Exposição 15 anos de Obras Públicas, 1932-1947*, 1º Vol., p. 49-52.

(117) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1945 [dact.], p. 4.

(118) Ver Vol. II - Documentação, Doc. nº 19.

(119) Afirmava Pardal Monteiro: "Não se pretende criticar nem dizer se é boa ou má essa orientação, mas o que se quer é tentar que alguma coisa de legal seja feita no sentido de evitar aos arquitectos esta situação deprimente de terem de solicitar das entidades oficiais o favor de os orientarem. Ao Sindicato compete tomar disposições a este respeito porque a isso é obrigado pela letra dos estatutos. É dever moral da nossa classe o não consentir que os arquitectos se submetam a esta situação. Os arquitectos desejam trabalhar em obediência a disposições claras que não os coloquem à mercê do capricho de quem manda arbitrariamente", in *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 73, 20.Fev.1946, p. 85-86.

(120) Completando as palavras do presidente da Direcção, Pardal Monteiro comentou: "Esse regulamento tem deficiências e não está actualizado e é a falta dessa actualização que leva a própria Câmara a criar normas que não são do prévio conhecimento do público, o que faz com que os Arquitectos ao resolverem os seus problemas tenham muitas vezes surpresas desagradáveis", in *Idem*, p. 87.

(121) "O Senhor Arq. Cottinelli Telmo concorda que, a verificar-se a informação de vir o Sindicato a ser consultado sobre esse novo Regulamento, seria de toda a conveniência que estivéssemos preparados para colaborar na sua revisão", in *Ibidem*, p. 88.

(122) "O Senhor Arq. Pardal Monteiro, disse parecer-lhe que se está seguindo por caminho errado. Não se trata de estudar o Regulamento Geral da Construção Urbana nem de aguardar a publicação de um novo Regulamento. Trata-se sim da situação moral criada aos arquitectos na Câmara Municipal de Lisboa. Por isso deve-se pedir à Câmara que, mantendo o actual Regulamento em vigor, promova a imediata publicação de medidas que permitam aos arquitectos conhecer a lei em que vivem. Actualmente vive-se em regime de arbítrio. Não se pode exigir que se faça imediatamente um novo regulamento, mas sim que se publiquem as normas que os arquitectos antecipadamente conheçam", in *Ibidem*.

(123) Era o seguinte o teor da proposta de Cristino da Silva: "Proponho que a Direcção do Sindicato solicite da Câmara Municipal de Lisboa a publicação em aditamento ao regulamento Geral da Construção Urbana, de todas as disposições que alteram o Regulamento Geral da Construção Urbana, para que essas disposições sejam do conhecimento de todos os Arquitectos;

"Que a mesma Direcção solicite de Sua Excelencia o Ministro do Interior a urgente publicação do novo Regulamento das Construções Urbanas.

"Que, finalmente, a Direcção solicite de S.Exª o Ministro das Obras Públicas a publicação do Código de Urbanismo", in *Ibidem*, p. 89.

(124) "(...), o Senhor Presidente disse querer chamar a atenção de todos para alguns pontos da proposta do Colega Senhor Peres Fernandes, pois tem receio de que a referida Comissão vá fazer o mesmo trabalho que a Comissão nomeada pelo Govêmo está a fazer há três anos. Seria um trabalho extenuante e sem vantagens", in *Ibidem*, p. 90.

(125) "O Senhor Cristino da Silva disse ser de louvar a ideia do Arq. Peres Fernandes. Todos têm ideias e só será de apreciar que dentro do Sindicato haja uma comissão de técnicos que queiram estudar este assunto. Essa mesma Comissão, para elucidações de todos, poderia promover, no Sindicato conferências, etc", in *Ibidem*.

(126) "Recebeu-se um officio da Camara Municipal de Lisboa, de vinte e sete de Março ultimo, acusando a recepção do nosso de vinte e um de Fevereiro, informando ter tomado na devida consideração o pedido que lhe formulámos, pelo que se vai proceder com a maior urgencia ao estudo das disposições e normas criadas à margem do Regulamento Geral da Construção Urbana, promovendo a sua publicidade. Respondeu-se em quatro do corrente agradecendo esta comunicação", in *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 348, 30.Abr.1946, p. 100.

(127) Foi Fernando Mesquita que na Assembleia Geral de 14 de Fevereiro de 1949 sugeriu "que a Direcção do Sindicato fizesse as necessárias diligências a fim de a Classe sêr ouvida sôbre o Regulamento da Construção Urbana, actualmente em estudo, antes dêste instrumento sêr aprovado oficialmente", in *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 82, 14.Fev.1949, p. 135.

(128) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Architectos*, 1948 e 1949 [dact.], p. 6. Na Assembleia Geral realizada em Maio de 1950, Pardal Monteiro deu conhecimento de que "na discussão do projecto de remodelação do Regulamento Geral de Construção Urbana, alguns dos pontos de vista defendidos pela Classe tiveram aceitação por parte da Assembleia Nacional. Contudo outros de igual importância não foram aceites e isso levava-o a recomendar muito cuidado de futuro", in *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Architectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 87, 29.Maio.1950, p. 177.

III PARTE

PARA ALÉM DAS DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS DO SER "ARQUITECTO"

Percorreram-se 90 anos de vida associativa dos arquitectos portugueses, privilegiando-se os aspectos considerados mais marcantes e significativos para a classe, sobretudo aqueles que ainda hoje se podem detectar como linhas orientadoras da conduta profissional do ponto de vista reivindicativo,

O inquérito empreendido ao longo deste estudo elegeu como fontes principais a documentação produzida no âmbito das organizações de classe. Partindo deste conjunto, lido através de uma grelha preferencial de temáticas previamente estabelecida - designadas por *vectores dominantes de actuação* - uma reflexão tornou-se desde logo necessária: a formação e estruturação das organizações de classe dos arquitectos constitui-se como uma forma de expressão ordenada da convergência de causas e efeitos, determinados pelos contextos específicos do exercício da profissão. No seu âmbito não eram por isso abordadas questões mais globalizantes referenciadas a um caminho conducente à caracterização estética subsidiária da historiografia da Arquitectura portuguesa. Tais organizações, por óbvia vocação, desenvolveram sempre a sua actividade no domínio reivindicativo da classe, procurando, do ponto de vista legal, ganhar um espaço social e cultural dignificante e dignificado para o desempenho da profissão.

Os arquitectos, enquanto grupo profissional, inseriram-se sempre, tal como se pode aferir através das fontes utilizadas, na sociedade sua contemporânea, trabalhando nela e para ela, sendo criadores solidários com o meio e com essa mesma sociedade cujas características exprimiram. A sua actividade desenvolveu-se com uma marcação relevante em torno da memória individual e colectiva (o património histórico), da sua capacidade vivencial (o presente) e da sua aptidão imaginativa que através das obras de Arquitectura os fizeram permanecer em conformidade ou em oposição ao seu tempo (o futuro). A criação arquitectónica, assente numa vertente imagética e inventiva, poderia desenvolver-se até a uma consciência máxima, numa reinterpretação do todo social a que preferencialmente se destinava,

não descurando por isso estruturas políticas, económicas, sociais e culturais que lhes estavam subjacentes e o enformavam. Do ponto de vista da expressão formal, aquela criação não podia ser alheia e condicionada pelos recursos e meios técnicos e materiais à disposição do arquitecto.

Neste sentido, parece ser possível estabelecer a distinção entre *Arquitectura* (enquanto produção concreta condicionada às condições de produção) e *Arquitecto* (enquanto indivíduo que tem uma actividade social, que pensa e produz de acordo com as suas condições de trabalho), cuja ligação passa pelo ensino da Arquitectura (teoria e propedêutica da prática profissional) e pela instituição da própria profissão. É exactamente esta última vertente que se procurou elucidar nas formulações sociais que assumiu, expressando-se nas suas associações de classe, estas por sua vez, sendo, antes demais, o agrupamento de técnicos que exerciam a mesma actividade e que desde o seu início, no século XIX, foram reveladoras da sua consciencialização de classe profissional. Centrar a História da Arquitectura unicamente na produção arquitectónica é, de alguma forma, deixar à margem os arquitectos, ou seja, aqueles que a produzem e cujo movimento associativo se revelou uma linha de leitura consistente e suficientemente forte para ser seguida, secundando, não numa hierarquização subalterna, o primeiro daqueles aspectos.

Na documentação consultada para o período abrangido pelo presente estudo, mais do que o desenho subsidiário da História da Arquitectura é possível detectar um esboço da ideia de arquitecto, marcando os contornos de uma profissão que desde o século XIX se veio demarcando de outras áreas que depois se constituíram como disciplinas autónomas. Se o *arquitecto-arqueólogo* se diluiu enquanto tal na Sociedade dos Arquitectos Portugueses fundada logo no virar do século, ela própria resultado da consciencialização da individualidade da sua prática profissional, a ideia de *arquitecto-artista* prolongou-se e reflectiu-se, sobretudo nos decénios de 20 e 30, no entendimento dos poderes públicos do papel profissional que cabia àqueles técnicos. Pesado estigma que cerceou ambições outras e de

alguma forma simbolizadas na cruzada empreendida pelas organizações profissionais para que lhes fosse reconhecido oficialmente o direito de utilizarem a designação de *Ordem dos Architectos* e não de Sociedade ou de Sindicato Nacional, comuns a qualquer outro ramo de actividade. Porque o alargamento da definição da profissão reflectia a inclusão de novas formas da prática architectónica, nos anos 30 e 40 pode considerar-se que surgiu depois do *arquitecto-decorador* o *arquitecto-urbanista* que coexistiu em convivência mais prolongada com o que poderá designar-se, unicamente, por *arquitecto*.

Neste período foi o então já Sindicato Nacional dos Architectos que pugnou pelos legítimos interesses dos seus associados traçando como que fronteiras profissionais que determinassem o âmbito das suas competências, sobretudo face aos engenheiros, classe que em diversos momentos espelhou a preferencialidade oficial numa clara subalternização daqueles, ultrapassando no exercício da sua profissão a preparação académica e vocação curricular. Porém, muita da documentação produzida neste sentido acabou por se traduzir numa espécie de declarações de princípios sem qualquer efeito legal. A imposição de regras e normativas só poderia ter sido efectiva se o Sindicato possuísse alguma autoridade, para além da moral exercida em continuidade e herança históricas, conferida pela delegação de poder por parte do Estado e na qual se pudesse apoiar.

Aliás, e ainda através de uma indispensável referenciação à classe dos engenheiros, verifica-se uma desadequação e um certo desajustamento dos architectos organizados em Sindicato Nacional que se viram assim, do ponto de vista de prestígio social e profissional, arredados do necessário e sempre defendido alinhamento por outras profissões liberais, como a de médico e de advogado.

Neste sentido, pode colocar-se a interrogação em torno da legitimidade representativa dos organismos da classe já que a inscrição na Sociedade dos Architectos e depois no Sindicato, não era obrigatória. Tendo em consideração este

aspecto, o inquérito realizado leva a concluir que é necessário fazer uma distinção entre os arquitectos portugueses, enquanto classe profissional e os seus organismos associativos, sobretudo porque, e como se viu, aqueles que estavam aí inscritos nem sempre deram participação continuada de modo a que muitas das decisões e posições assumidas possam ser consideradas de classe. Por si só, este último aspecto legitima a importância que deve ser atribuída aos dirigentes associativos, sobretudo aos presidentes das direcções, já que a figura estatutária de presidente da Mesa da Assembleia Geral conferiu aos seus titulares um cargo de maior prestígio e de coordenação de actividades internas.

Como principal figura de continuidade e transição da Sociedade dos Arquitectos para o Sindicato surge desde logo Tertuliano Marques (1882-1942). Este arquitecto, defensor de ideias mais tradicionalistas, que se dedicou também à pintura, à aquarela e à miniatura e que em 1923 formou uma equipa de trabalho com Cristino da Silva e Carlos Ramos, desempenhou o cargo de primeiro presidente sindical. No entanto, a sua actividade associativa surtiu poucos efeitos para a classe, sendo ainda bastante enraizada e marcada por uma modalidade de diálogo institucional preferencialmente adoptada pela Sociedade de 1903 nos seus últimos anos de existência, ou seja, o assumir de posições da classe, porém numa anuência quase submissa e conformista perante a ineficácia dos seus protestos e petições às instâncias oficiais.

Só em 1936, dois anos após a constituição do Sindicato, é que aquela situação foi profundamente alterada com a passagem de Pardal Monteiro (1897-1957) para a primeira linha dos cargos associativos que assumira já entre 1919 e 1922 como secretário do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses. Neste sentido, parece poder considerar-se que teve então início o arranque do trabalho sindical, agora planificado, com objectivos e directrizes mais claras e que se traduziu na persecussão das reivindicações associativas de forma mais sistemática. O diálogo estabelecido por iniciativa oficial ou oficiosa foi muitas vezes resultado

das diligências pessoais de Pardal Monteiro que em diversas ocasiões colocou ao serviço da classe os seus conhecimentos e influências particulares, entrando em confronto directo com imposições oficiais e manipulando habilmente a pequena margem de contestação concedida pelo Estado Novo às medidas que promulgava. Mas e apesar disso, ele não pode ser considerado uma figura de clivagem no movimento associativo dos arquitectos portugueses, sendo antes uma figura de permanência modelada às exigências do próprio trabalho associativo que assegurou a passagem do testemunho à geração pós 1º Congresso Nacional de Arquitectura: abandonando em 1944 o cargo de presidente da Direcção, assumiu depois até 1953 o de presidente da Mesa da Assembleia Geral do Sindicato.

Tal percurso de dirigente associativo não foi isento de momentos de tensão, inevitavelmente gerados pela heterogeneidade profissional e política dos elementos que integravam o Sindicato, ou de alguma polémica, adivinhada muitas vezes nas entrelinhas de um discurso escrupuloso, medido e passado a limpo nas Actas. Por isso e também por não reunir todos os consensos, Pardal Monteiro não pode ser considerado um líder natural da classe, mas antes uma figura que tendo a confiança do Estado Novo, se disponibilizou, num período de consolidação do próprio regime e de profundas alterações conjunturais da sociedade portuguesa, para defender em nome de um colectivo os direitos dos arquitectos e da Arquitectura, nos quais demonstrou sempre acreditar, cumprindo o seu papel de presidente do Sindicato como se de uma *missão* se tratasse. Neste sentido, revelou ter preocupações humanitárias e de solidariedade profissional, estas últimas sempre como consequência das primeiras e não de cumplicidade tácita com os colegas que por diferentes opções políticas viram limitada a sua actividade profissional. Assim, entre outros, entregou sempre para o fundo do Sindicato os honorários a que teve direito como procurador à Câmara Corporativa (1), representação que exerceu por inerência do cargo associativo, propôs a constituição de um atelier de Arquitectura a funcionar no âmbito do Sindicato a fim

de auxiliar os seus sócios que não tinham trabalho e introduziu a prática das circulares-questionário sobre os principais assuntos em discussão a fim de auscultar a opinião da classe.

Já em 1944, após cerca de oito anos consecutivos como presidente da Direcção, Pardal Monteiro enviou uma carta à Assembleia Geral (2) na qual teria lugar a eleição dos futuros corpos gerentes, alegando que "motivos diversos" o levavam "a não desejar continuar a exercer" aquele cargo, "nem qualquer outro cargo nos corpos gerentes", pois "(sentia) a necessidade de (se) afastar, pelo menos por algum tempo, da actividade associativa". Apesar de tais declarações poderem ser entendidas como um excesso de confiança no resultado das votações pois partiam do pressuposto da sua reeleição, parece também ser possível detectar nas suas palavras alguma sinceridade, quando declarava: "Considero-me como tendo já dado o meu contingente de trabalho e por isso no direito de descansar um pouco da luta inglória, improfícua e ingrata que com os consequentes aborrecimentos e amargos forçosamente tem que desenvolver quem, a sério, se ocupe da Direcção de um organismo como este".

Pardal Monteiro argumentava ainda: "A presença tão prolongada da mesma pessoa à testa do Sindicato não traz grandes vantagens, pois é necessário que novas ideias, novos programas e novos métodos de trabalho sejam postos em prática, para bem de todos nós". Se por um lado, tais afirmações deixam transparecer a consciência de *ideias*, *programas* e *métodos* próprios, por outro, elas podem ser entendidas como uma espécie de desafio a todos aqueles que inscritos ou não no Sindicato, se mantinham à margem deste. Mas, em relação aos mais críticos, o presidente cessante tinha também uma palavra a dizer ao manifestar a sua pretensão de se retirar da actividade associativa, porém, "com a consciência tranquila e a certeza de ter cumprido o melhor que podia" o seu "dever" de presidente: "Não seria tão a contento de alguns quanto estes desejariam, mas só a minha pobre condição humana, falível e fraca, por isso mesmo, poderão com

justiça atribuir as muitas deficiências da minha actuação no cargo que com entusiasmo e boa vontade exerci, procurando prestigiar e dignificar a nossa classe em todas as circunstâncias". Todavia, apesar de estar ausente daquela sessão de Assembleia Geral com o "propósito de deixar que [aquela] sem receio de (o) magoar, escolha livremente quem entenda para o lugar que (ocupou) nos últimos anos na certeza de que o (seu) nome não (seria) votado, por ser essa a (sua) vontade", Pardal Monteiro veio a ser reeleito por quinze votos, tantos quantos o número de presentes na reunião.

Por a decisão da Assembleia ter sido contrária aos desejos expressos por aquele, foi redigida "uma carta particular por vários arquitectos, e que obteve a concordância da maioria, os quais (eram) da opinião que Pardal Monteiro (era), mais uma vez, e sobretudo (naquele) momento, a pessoa mais indicada para presidente da Direcção" (3). Tendo em consideração o desenvolvimento do trabalho associativo parece que o aludido *momento*, apesar de ter inegável relação com todo o contexto de relações oficiais estabelecidas a partir de Pardal Monteiro, se referia mais directamente à preparação da 1ª reunião Luso-Espanhola de Arquitectos que se revestiu de enorme importância para a classe e que realizando-se nos finais de 1944, do ponto de vista organizativo teve aquele arquitecto por principal protagonista. Aliás, esta foi a razão porque Pardal Monteiro recuou nos seus propósitos iniciais, aceitando assumir o cargo de presidente da Direcção até aquele assunto estar concluído, altura em que por proposta de Carlos Ramos foi eleito, "por uma grande aclamação", sócio honorário do Sindicato Nacional dos Arquitectos. (4)

Antes, porém, deixara bem claro que só voltaria à vida associativa "quando a classe inteira, sem excepção de um único membro, (tivesse) uma única atitude, uma única opinião, no que (dizia) respeito aos seus interesses materiais e morais" (5). Tal obsessão por uma hegemonia absoluta não esconde o pano de fundo em que era desenvolvido o trabalho sindical que espelhava, numa outra escala, o

partido político único, papel desempenhado pela União Nacional apesar de nunca se ter assumido como partido e outros uníssonos propagandeados pelo Estado Novo gerando, porém, dissonâncias de maior profundidade que a seu tempo se iriam fazer ouvir não só, mas também no Sindicato Nacional dos Arquitectos.

No início de 1945, Pardal Monteiro solicitou novamente à Assembleia que ia eleger os novos corpos gerentes que não votassem no seu nome para a Direcção: "tendo dado durante oito anos todo o seu entusiasmo na gerência dos negócios do Sindicato e tendo incessantemente lutado pelo bem dos arquitectos e da Arquitectura com quanta energia tinha, sentia necessidade de descansar algum tempo" (6). No entanto, e ao contrário do que sucedera no ano anterior, disponibilizou-se para colaborar com a futura Direcção ou para prestar qualquer outro serviço que a classe entendesse necessário. Cottinelli Telmo (1897-1948) foi então eleito para o cargo de presidente do Sindicato a cuja Direcção já pertencia como secretário, desde 1942. Abruptamente terminada pela sua morte, a sua gerência, por isso de carácter algo meteórico, ocupou-se fundamentalmente da organização do 1º Congresso Nacional de Arquitectura, beneficiando de uma base bastante sólida deixada pelo seu antecessor.

Em termos globais, poder-se-á afirmar que a direcção associativa de Cottinelli Telmo foi mais agressiva do que as anteriores, registando-se mesmo um maior distanciamento afectivo e uma maior frieza na discussão e resolução dos assuntos associativos. De tal constatação não serão alheias as diferentes personalidades de Cottinelli Telmo e de Pardal Monteiro. Ambos enérgicos nos seus propósitos, o primeiro era, no entanto, mais imediatista e pragmático na sua acção, deixando em mais óbvia transparência a exigência à já mencionada hegemonia, agora menos questionada, mais seguidista e obediente aos designios oficiais. O seu discurso foi sempre directo, menos harmonioso e tolerante para com aqueles que hesitavam ou manifestavam a negação possível às propostas por ele formuladas em repetição de outras que lhe tinham sido feitas pelo Governo, do que o de Pardal Monteiro. Este,

atingindo os mesmos fins, socorria-se no entanto de maior tolerância, falseando de alguma forma o direito à diferença. Aliás, Cottinelli Telmo ao elogiá-lo utilizou palavras como "inteligência", "diplomacia", "segurança", "calor", "vocação", atributos que lhe advinham do "amor" que tinha à profissão que exercia "e de que fez seu ideal".

Inevitavelmente, a herança deixada por Pardal Monteiro foi demasiado forte e a sua acção constituiu um ponto de referência incontornável para as Direcções seguintes que procuraram enfatizá-la. Cottinelli Telmo pretendeu assim organizar uma festa em sua homenagem que não deveria ter "só o cunho de uma consagração pessoal, mas mais ainda o de uma manifestação colectiva da classe, em que se marcasse" a posição desta "no âmbito da evolução cultural e artística de Portugal" (7). O homenageado negou tal reconhecimento público, pelo menos a título individual, aceitando-o somente se este se "apresentasse com um carácter simbólico de união da família dos arquitectos, de que ele seria o pretexto" (8). No entanto, tal homenagem não viria a realizar-se.

Parece assim que Pardal Monteiro oscilou por vezes entre uma certa humildade e a clara afirmação do seu esforço que queria ver reconhecido pelos seus colegas. Porém, até à realização do 1º Congresso Nacional de Arquitectura em 1948, ele representou uma ideia de classe, em sinónimo próximo de família, pela qual perpassa a noção das antigas corporações de ofícios, coesas, solidárias e com áreas de intervenção bem definidas. Deste sentido de intervenção não era alheia a sua formação e as suas referências paradigmáticas dos arquitectos e das arquitecturas nacional e estrangeira, encontrando-se entre os primeiros Eugénio dos Santos e M. Ventura Terra, nem as relações que manteve, pelo menos a partir de 1937, com organismos internacionais.

Foi a partir de Janeiro daquele ano que, em contacto com o seu colega Pierre Vago que desde 1932 pertencia ao corpo redactorial da revista "L'Architecture

d'Aujourd'hui", secretário-geral das Reuniões Internacionais de Arquitectos (R.I.A.), organismo vocacionado para a defesa no plano internacional dos interesses dos arquitectos, Pardal Monteiro iniciou as diligências para formar em Portugal o Grupo Nacional das R.I.A.. Em menos de um mês, conseguiu obter do Governo português a autorização necessária para esse fim, sendo da opinião de que aquele grupo deveria ter existência autónoma apesar de colaborar estreitamente com o Sindicato Nacional dos Arquitectos. Porém, só em Janeiro de 1939 é que o grupo português das R.I.A. estava definitivamente organizado com estatutos próprios, reconhecidos e aprovados oficialmente. Desde logo à sua Direcção pertenceu um heterogéneo grupo de arquitectos: Pardal Monteiro, presidente, Dario Vieira, secretário nacional, Keil Amaral, secretário para o estrangeiro, Raul Tojal, tesoureiro e Adelino Nunes, Conselho Fiscal.

Após o deflagrar da II Guerra Mundial, em nome de Auguste Perret, prestigiado arquitecto e um dos percursores da utilização do betão armado na construção, presidente das R.I.A. e dos restantes membros daquele organismo, Pierre Vago solicitava a Pardal Monteiro que assegurasse a continuidade do trabalho iniciado oito anos antes através de um Comité de Ligação, na sua qualidade de membro eleito do comité central em 1939 e ainda por ter sido um dos primeiros que coadjuvaram os esforços daquele grupo de arquitectos. Porém, em 1940, a direcção provisória do secretariado mudou-se para Marselha. Quatro anos depois, após a libertação da França, recomeçaram os trabalhos conducentes à conjugação dos esforços internacionais para a defesa dos interesses dos arquitectos. As R.I.A. e o Comité Internacional dos Arquitectos, reúnem-se sucessivamente em Londres (1946), em Bruxelas (1947) e em Paris (1948), decidindo criar um único organismo, a União Internacional dos Arquitectos (U.I.A.), sendo Pardal Monteiro o representante de Portugal no comité directivo provisório então constituído. (9)

Em Portugal, a Secção Portuguesa das R.I.A., transformou-se à semelhança das suas congéneres estrangeiras, na Secção Portuguesa da U.I.A. (S.P.U.I.A.) que

teve também a autorização do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência. Da sua primeira Direcção fizeram parte Pardal Monteiro, Sérgio Botelho de Andrade Gomes, secretário e Fernando Mesquita, tesoureiro. Em 1950, a presidência da S.P.U.I.A. passava para Carlos Ramos, secretariado por Manuel Laginha e tendo como tesoureiro o secretário da comissão anterior.

O I Congresso da U.I.A. teve lugar em Lausanne, em Junho de 1949, subordinado ao tema "O arquitecto em face das suas novas tarefas" e no qual participaram arquitectos portugueses apesar de não constituírem uma delegação. O Congresso seguinte, realizou-se em Rabat, Marrocos, em 1951, ao qual assistiu Carlos Ramos na qualidade de presidente da Secção Portuguesa. Ficou então marcado para Lisboa o III Congresso da U.I.A., que ocorreu em 1953, de 20 a 27 de Setembro, no Palácio Foz, sede do Secretariado Nacional de Informação. Tratou-se do Congresso mais importante até então realizado não só pelo número e reconhecido prestígio dos seus participantes, mas também pela actualidade dos temas aí debatidos: a formação e posição social do arquitecto, as relações entre arquitectos e engenheiros, o problema da síntese das artes plásticas, o urbanismo, o habitat, as construções escolares e ainda a industrialização da construção. Tal acontecimento foi presidido por Carlos Ramos e Pardal Monteiro - que se desentendera com Keil Amaral a propósito da eleição dos delegados ao Congresso - ao lado dos seus colegas Homero Ferreira Dias, I. Peres Fernandes e L. Cristino da Silva, pertencia aos membros do comité de organização do Congresso. Apesar de em Lisboa terem sido abordadas questões anteriormente tratadas, aquele revestiu-se de extrema importância para a vida interna da sua organização promotora marcando assim uma nova fase da U.I.A..

Antes da realização do 1º Congresso Nacional de Arquitectura, tiveram lugar as eleições para os corpos gerentes do Sindicato para o triénio de 1948/1950, cujo resultado é um dado importante para uma leitura subsidiária do que então ocorreu naquele Congresso. Se este, como por várias vezes foi afirmado, exprimiu pela

primeira vez e publicamente, as ideias da classe em relação à Arquitectura e ao exercício da profissão num idêntico diagnóstico de causas e efeitos, independentemente do alinhamento político dos intervenientes, aquele congresso traduziu também a participação na vida sindical de uma geração recém chegada à prática profissional, aglutinada em torno de Keil Amaral, portadora de outras ideias de arquitecto, de Arquitectura e de Urbanismo, enformadas e elas próprias reflexo de uma outra estratégia oposicionista.

Só desta forma poderá ser entendida a heterogeneidade da direcção sindical então eleita, onde ao lado de arquitectos claramente afectos ao regime - não por para ele terem trabalhado, mas pelas suas actividades cívicas paralelas - se encontravam outros que até então, numa atitude crítica, mas sempre exterior ao Sindicato, se tinham mantido à margem daquele. Era ainda porém um equilíbrio de forças algo precário, expresso no número de votos alcançados individualmente. O presidente cessante, Cottinelli Telmo, obteve menos um voto, 25, do que aquele que viria a ser o presidente eleito, Keil Amaral, ou seja metade do número de participantes no acto eleitoral. Por sua vez, Pardal Monteiro alcançou mais um voto do que este último para presidente da Mesa da Assembleia Geral. A unanimidade de votos, 50, recaiu em I. Peres Fernandes e João Simões que, respectivamente, ocuparam os cargos de secretário e 1º vogal da Direcção.

A 10 de Março de 1948 a lista nominal dos sócios eleitos para os corpos sociais para o triénio de 1948/1950 foi enviada ao Instituto Nacional do Trabalho e Previdência que a 16 de Novembro do mesmo ano enviou um ofício ao presidente do Sindicato, informando de que por despacho de 11 de Novembro fora sancionada aquela eleição, ou seja, só depois da realização do 1º Congresso Nacional de Arquitectura que decorreria em Maio/Junho, também de 1948. Deste modo não parece errado depreender que tal demora na resposta oficial, só após a qual os membros eleitos poderiam entrar em actividade, garantiu ao Governo que patrocinara o Congresso, que à frente do Sindicato apareceria uma pessoa da sua

inteira confiança, Cottinelli Telmo, não arriscando na possibilidade que de facto se veio a verificar, ou seja, a escolha de Keil Amaral para presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, tal como foi comunicado a 5 de Abril de 1949, também para o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

Porém, e demonstrando uma rigorosa e escrupulosa atenção do Estado aos dirigentes sindicais exercida através daquele Instituto, a 18 de Agosto de 1949 o subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Mota Veiga, emitiu um despacho pelo qual era retirada a sanção ao presidente eleito da Direcção do Sindicato, ao abrigo do Art. 15º, parágrafo 5º, do Decreto-Lei nº 23.050 que legislava a constituição e orgânica dos Sindicatos Nacionais e que determinava que os dirigentes sindicais deveriam ser pessoas que dessem "garantias de cooperar com o Estado na realização da ordem social estabelecida e no desempenho das suas funções políticas que a lei confia àqueles organismos".

A suspensão de Keil Amaral que causou desde logo grande consternação na classe, foi o assunto abordado na Assembleia Geral de 13 de Dezembro de 1949, que se prolongou em mais três sessões (10). Porém, a mobilização feita em torno do acto eleitoral revelou-se circunstancial, já que naquelas reuniões participaram respectivamente, 41, 35, 20 e 21 sócios. Os trabalhos foram dirigidos por Pardal Monteiro na qualidade de presidente da Mesa da Assembleia Geral que esclareceu todo o processo em torno daquelas eleições, sem deixar de lamentar o sucedido, "dados os bons serviços" que Keil Amaral "prestou enquanto se conservou à frente do Sindicato". Segundo afirmou ainda, a sanção dos corpos gerentes para o triénio de 1948/1950 não fora imediata, "como se esperava", pois "grandes foram as dificuldades que se levantaram" desde logo em torno do nome de Keil Amaral.

A posição de Pardal Monteiro, cuja actuação ele próprio revelou à Assembleia, não deixa de ser algo ambígua, apesar de não ter sido contestada pelos colegas. Declarou que logo após o acto eleitoral de Março de 1948 estava demissionário do

cargo para que fora eleito e reafirmando a sua decisão anterior, novamente "disposto a afastar-se de toda a actividade que se relacionasse com a vida colectiva da classe". Porém, perante a demora do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência entendeu que "devia ainda mais uma vez lutar pela união da classe que via na eminência de se dividir, com prejuízo para todos, caso não fosse sancionado qualquer dos membros eleitos para a Direcção". Neste sentido, e "para salvaguardar a união, foram necessários meses de persistente insistência junto de quem de direito até que obteve a promessa da necessária sanção para todos aqueles que em Assembleia eleitoral tivessem obtido maioria de votos". Pardal Monteiro esclareceu ainda que a dificuldade daquela aprovação surgiu "exclusivamente de em determinados sectores da administração dos negócios do Estado se considerar como não merecedor da sua confiança, sob pontos de vista estranhos à vida colectiva da (...) classe e ao exercício da (...) profissão, o (...) colega Keil Amaral".

Depreende-se das palavras daquele orador que um acontecimento teria grande importância naquela decisão, o 1º Congresso Nacional de Arquitectura, durante o qual, segundo afirmou ainda, Keil Amaral teve "sensatas e úteis intervenções", o que o fez considerar que "estaria assim, felizmente assegurada a necessária união da classe, com plena satisfação de todos os arquitectos". Também a actuação de Keil Amaral já no exercício do cargo de presidente do Sindicato, "só veio confirmar o acerto da atitude que tomara perante as autoridades de quem dependia a sanção".

Verifica-se assim que para Pardal Monteiro - que perante as instâncias oficiais defendeu Keil Amaral - acima e para além de suspeitas outras, permaneceram sempre os interesses e a união da classe, aspectos pelos quais sempre lutara, talvez porque ele e tal como vinia a afirmar, tinha "honra de exercer tão bela e maravilhosa profissão", a Arquitectura tivesse de ser protegida de ingerências políticas de maior fôlego, numa recusa de enfrentar o espelho da realidade exterior

que se construía então com novos argumentos e consequências e que pela primeira vez se intrometia directamente no Sindicato Nacional dos Arquitectos. Talvez ainda por isso, Pardal Monteiro fez a distinção entre Keil Amaral arquitecto, que elogiou e cujas actividades em prol da classe reconheceu, e Keil Amaral cidadão que exprimiu opiniões pessoais sobre assuntos que na sua perspectiva não eram directamente do foro sindical, o que de alguma forma critica - "É um caso de consciência que só ao arquitecto Keil Amaral diz respeito" - uma vez que, na sua opinião, o seu colega não colocara em primeiro lugar os interesses superiores da classe. A sua já longa experiência de presidente do Sindicato ensinara-lhe que daquela atitude de certo poderiam surgir "dificuldades" ou "reservas" que se manifestariam quando Keil Amaral fosse "atendido quando da sua actuação como representante dos arquitectos junto dos poderes públicos e sobretudo dos altos sectores de quem por vezes depende directamente a solução dos assuntos respeitantes às reivindicações da classe e até por vezes os que respeitam à simples actividade profissional de cada um (...), porque a tanto tem que chegar a acção pessoal dum presidente do Sindicato".

Devido às relações pessoais que ele próprio estabelecera, Pardal Monteiro foi questionado, não revelando exactamente por quem, julgando-se no entanto, pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, sobre "qual seria o efeito produzido na classe" se fosse retirada a sanção a Keil Amaral. Declarou ter respondido que "essa impressão seria a pior possível" e que causaria "grande descontentamento entre os arquitectos, dada a actividade desenvolvida" por aquele no desempenho do cargo para que fora eleito, "a contento geral da classe". Pardal Monteiro reconhecia perante a Assembleia que a "obra" já então iniciada tivera a "virtude de atrair ao Sindicato, em franca colaboração com essa Direcção, todos os arquitectos que se (interessavam) pelos problemas da classe, sem restrições nem reservas de qualquer espécie". Devido às declarações sempre repetidas por aquele dirigente associativo, é fácil de concluir quanto era importante o facto de poder afirmar que a

classe estava "unida e ligada" aos estudos dos seus próprios problemas "sem quaisquer barreiras a dividi-la", constituindo tal situação um factor determinante para a defesa que empreendeu de Keil Amaral e para reafirmar quando lhe foi novamente colocada a mesma questão que qualquer acção contra o presidente do Sindicato "seria de lastimar e desastrosa nos seus efeitos".

Relatou ainda que ao ser "surpreendido" com o despacho do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social que retirava a sanção a Keil Amaral, "procurou imediatamente indagar das causas de tal resolução e veio a ter conhecimento de que aquelas seriam as de não merecer aquele architecto confiança política para poder continuar a ser presidente do Sindicato". Pardal Monteiro afirmava então que "mais uma vez tentou (...) quanto poudes para evitar que fosse mantida tal resolução. Porém sem resultado". No cumprimento do Estatuto do Sindicato mas "esperando que o tempo (pudesse) contribuir para ajudar a vencer tão grande dificuldade", providenciou para que o secretário da Direcção, I. Peres Fernandes assumisse interinamente a presidência até à eleição do novo elemento daquele órgão associativo. Ao mesmo tempo, enviou um officio a Keil Amaral dando-lhe conhecimento do referido despacho, "agradecendo-lhe todos os bons serviços prestados e solicitando-lhe que continuasse a dar a sua colaboração".

Keil Amaral encontrava-se então fora do país, motivo pelo qual Pardal Monteiro decidiu não convocar de imediato uma Assembleia Geral. Defendendo a sua opção, acrescentou ainda outros argumentos: o período de férias (o despacho foi emitido em Agosto) e ainda o facto de lhe parecer "imprudente e inconveniente que assunto de tão alta importância para a classe" fosse tratado numa reunião com reduzido número de participantes. Logo após o regresso do presidente demitido, ambos conversaram "largamente sobre o assunto", tendo Pardal Monteiro resolvido solicitar uma audiência ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social "para tentar uma solução que desse satisfação aos architectos". Todavia,

"nada conseguiu dessa entrevista". No final do ano, dado que tinha a consciência de que "a impressão causada na classe era a de sincera mágoa pelo afastamento" do presidente que tinham elegido, "estava ainda na disposição de aguardar mais algum tempo para realizar a Assembleia e tentar outras diligências".

Contudo, um novo acontecimento levou a que Pardal Monteiro convocasse aquela reunião, no início de Dezembro: a reforma do ensino das Belas Artes. O projecto encontrava-se já elaborado e em breve seria apresentado à Assembleia Nacional, sendo então necessário que o Sindicato tivesse o seu representante na Câmara Corporativa "para intervir no estudo do problema que tanto (interessava) aos architectos". Solicitava então à Assembleia que "sem prejuízo do apreço em que todos (tinham) o architecto Keil Amaral se (desse) conta da situação melindrosa em que a classe se (encontrava), tanto no que (respeitava) às suas reivindicações e naturais prerrogativas, como ao ambiente que (cercava) os architectos" e ainda para a "crise de trabalho que já se (fazia) tão largamente sentir". Pedia a todos os presentes que procurassem "proceder como em sua consciência" entendessem que melhor poderiam "servir os altos interesses da colectividade e da Nação, procurando sem paixão resolver o assunto para que foram convocados", a eleição de um novo membro da Direcção.

A primeira e única nota dissonante às longas explicações de Pardal Monteiro foi feita pelo então presidente interino do Sindicato, I. Peres Fernandes, que lamentou que as circunstâncias anteriormente mencionadas tenham "forçado" o presidente da Mesa da Assembleia Geral "a protelar" a convocação daquela, o que na sua opinião "desactualizou" uma proposta da Direcção que de outro modo teria sido levada ao conhecimento da classe logo após a ter sido emitido o despacho do referido subsecretário de Estado. Tratava-se de propor que antes de se proceder à eleição do novo membro da Direcção, a Assembleia acordasse numa exposição a dirigir ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, na qual solicitassem daquele "a anulação do despacho que retirou a sanção superior ao

presidente eleito da Direcção, cuja actividade, do ponto de vista associativo, só contribuiu para o prestígio da classe e, consequentemente, do País", o que foi aprovado com uma abstenção, não identificada em Acta.

Verificam-se assim duas concepções diferentes do próprio trabalho associativo, uma em clara persistência de um estilo até então preconizado e várias vezes posto em prática no Sincicato, outro, anunciando uma transformação que lentamente emergia. De um lado Pardal Monteiro, que agiu individualmente, manobrando-se nos bastidores seus conhecidos, com discrição, com prudência, como ele próprio entendia ser seu dever no âmbito das suas atribuições; do outro, I. Peres Fernandes, comprometido com uma nova dinâmica associativa, peão de uma diferente estratégia de "assalto" aos poderes constituídos e mantidos, não só mas também, pela marginalização dos discordantes.

Uma fundamentada exposição foi então enviada a 20 de Dezembro de 1949 ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, entregue por uma comissão nomeada em Assembleia Geral e da qual faziam parte Carlos Ramos, Pardal Monteiro, L. Cristino da Silva, I. Peres Fernandes e R. Chorão Ramalho (11). A resposta, dada em 1 de Maio de 1950, limitou-se a transcrever os termos do despacho de 18 de Agosto do ano anterior: "a retirada da sanção ao architecto Keil Amaral resulta de factos directa e exclusivamente ligados à sua actividade política e nada tem que ver nem com a idoneidade moral e profissional do mesmo senhor, nem muito menos com a dignidade e prestígio do Sindicato ou da classe dos architectos, que quer pelo nível intelectual dos seus membros, quer pelos serviços prestados ao País, merece a melhor consideração do Governo" (12).

Naquela Assembleia Geral, durante a qual intervieram sempre em apoio da dignidade pessoal, profissional e sindical de Keil Amaral, Carlos Ramos, Paulo Cunha, Bernardino Coelho, Fernando Mesquita, Alberto Soeiro, Formosinho Sanchez e Jorge Segurado, para além de Pardal Monteiro e I. Peres Fernandes,

ficou ainda decidido que uma delegação - constituída por Carlos Ramos e Pardal Monteiro - se avistasse com Keil Amaral no intuito de saber a sua intenção de continuar ou não na presidência do Sindicato, caso fosse favoravelmente atendida a exposição a enviar ao subsecretário de Estado. Por impossibilidades particulares daquele, tal encontro não se veio a realizar tendo este optado por enviar uma carta sobre o assunto que foi lida na Assembleia Geral. Keil Amaral afirmava a sua disponibilidade para continuar a ser presidente da Direcção se a Assembleia o entendesse "capaz de continuar a fazê-lo" e ainda se a exposição entregue ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social "não (significasse) a solicitação de um perdão, de um favor para a pessoa que desempenhava esse cargo, mas sim, de certo modo, o desgosto da classe por ver tratado um membro da Direcção que tinha eleito de maneira injustificada pela sua actuação no Sindicato e por verificar que a categoria social e profissional dos seus membros e os serviços por ele prestados ao País nem sequer os tornam credores de um mínimo de consideração e de respeito pelas suas pessoas e decisões". (13)

Importa acrescentar que logo após ter tomado conhecimento do despacho que o obrigara a demitir-se do cargo para que fora eleito, Keil Amaral enviou uma carta-circular a todos os sócios do Sindicato esclarecendo, a título pessoal, o sucedido. Justificava a sua atitude devido ao facto do ofício enviado a Pardal Monteiro pelo subsecretário de Estado das Corporações não ser explícito nem fundamentado, dizendo a propósito: "Assim, tão enxuto de explicações, deixa campo aberto a suposições maldosas, que não admito. Principalmente as que se referem à minha honradez, ou à de que tenha traído, de qualquer modo, o compromisso tácito que assumi de zelar pelos superiores interesses dos arquitectos e da Arquitectura, abstenho-me por completo de envolver o Sindicato em quaisquer actividades alheias à sua orgânica. Deixarei a Presidência da Direcção do Sindicato, mas quero fazê-lo de cabeça erguida, orgulhosamente, até. Nada de confusões com os

motivos porque têm saído de outros Organismos Corporativos vários *bons portugueses*". (14)

As várias Actas da Assembleia Geral referentes a este assunto deixam transparecer um cuidado extremo nas palavras utilizadas pelos oradores que mesmo entre colegas, se tomaram por vezes ambíguas. Para além disso, elas são reveladoras da presença inequívoca de duas gerações, ainda que tal alinhamento não permita estabelecer uma simples linha divisória nas ideias subjacentes às intervenções efectuadas. Elas reflectem por esta via o diferente entendimento da função social do arquitecto, ou seja, para o conjunto de arquitectos afectos ao regime era possível dissociar o arquitecto do cidadão que exprimia opiniões sobre uma realidade que não era, na sua óptica senão por via indirecta, a profissional, enquanto que para a maioria dos activistas do Congresso de 48, ser arquitecto era mais do que projectar. Era também intervir num determinado meio sócio-económico, era a possibilidade de melhorar a qualidade de vida das populações mais carenciadas, era opôr à solução oficial de individualismo a de colectivismo, a fim de tentar solucionar o problema da habitação. Em suma, e para além destes pressupostos, era ser solidário com a sociedade em que se inseriam numa busca de ajustar formulações conducentes a uma gradual transformação do todo que os envolvia.

De alguma forma ambas as situações se adequam a uma caracterização mais genérica das figuras anteriormente referidas, independentemente da qualidade da sua produção arquitectónica: na primeira situação poderá então encontrar-se Pardal Monteiro e na segunda, por óbvia dedução, Keil Amaral. Não deixa de ser curioso verificar o facto de figuras tão distantes do ponto de vista profissional e cívico, se encontrem nos meios para atingir determinados fins associativos. Uma rigorosa análise comparativa das propostas efectuadas por aqueles enquanto exerciam o cargo de presidente da Direcção do Sindicato, devidamente assinaladas ao longo deste trabalho, se por um lado evidencia a pertinência continuada dos

problemas fundamentais da classe, por outro, é reveladora do mesmo empenhamento pela causa do exercício da profissão e da Arquitectura, divergindo, como não poderia deixar de ser, nos objectivos últimos a atingir apesar de, repita-se, serem sempre ditados pelas mesmas preocupações. Porém, tal constatação, possível através de um maior distanciamento histórico e afectivo da própria historiografia do Estado Novo, não visa "reabilitar" Pardal Monteiro e retirar a Keil Amaral o sentido carismático que teve para toda uma geração de arquitectos e que, nos breves oito meses em que presidiu à Direcção do Sindicato se preocupou mais em trazer ao Sindicato novos elementos e transformar a função daquele, do que empreender a adequação das perspectivas reivindicativas da classe aos condicionalismos oficiais.

Mais do que nunca, dentro das balizas cronológicas deste trabalho, foi neste período de vida associativa que se assistiu a uma bipolarização de prestígios: Keil Amaral impedido de ser presidente do Sindicato estava impossibilitado de representar aquele organismo na Câmara Corporativa onde era discutida a reforma do ensino de Belas Artes. Em sua substituição foi escolhido pela Assembleia Geral, Pardal Monteiro, sugestão que partindo de Cristino da Silva, veio a ser aprovada por maioria, com um único voto contra, de Paulo Cunha. De alguma forma tal nomeação parece traduzir o prestígio que Pardal Monteiro tinha entre os seus colegas, isto numa altura em que acabara de dar provas de colocar os interesses associativos acima de divergências pessoais. Porém, e ainda na continuação da estratégia utilizada para as eleições do triénio de 1948/1950 e no intuito de manter quanto possível o equilíbrio de forças alcançado, Alberto J. Pessoa foi eleito na Assembleia Geral de 29 de Maio de 1950, para completar a Direcção associativa devido à interdição oficial de Keil Amaral exercer as suas funções.

O acto eleitoral de Março de 1948, a realização em Maio/Junho do mesmo ano do 1º Congresso Nacional de Arquitectura e depois, em Agosto de 1949 o despacho do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, foram factores de

clivagem interna na vida associativa dos arquitectos portugueses. Ironias da prepotência do regime que, tal como em outros planos da vida política nacional, sugeriu através do sistema que ele próprio instituíra, alternativas possíveis de estar *contra e fazer por*, que já nos anos 50 se (re)afirmaram irreversíveis.

Todavia, uma espécie de embrião fora já gerado ao longo do decénio de 40, sobretudo na sua segunda metade. Este, pontuando e gerando a esperança necessária de alterar o rumo da evolução política do País e animado pelo fim da II Guerra, teve efeitos directos na vida do Sindicato Nacional dos Arquitectos, já que muitos daqueles profissionais, ao lado de artistas plásticos, escritores e outros intelectuais, participaram no Movimento de Unidade Democrática (M.U.D.) que, fundado em 1945 ano de eleições para a Assembleia Nacional, congregou todas as forças políticas de oposição ao regime, desde os sectores comunistas aos anarquistas, constituindo o maior movimento de massas organizado contra o Estado Novo. No ano seguinte mobilizou grande número de jovens democratas em torno do M.U.D. Juvenil, extinto durante o decénio seguinte. 1945 foi também o ano da criação da Casa dos Estudantes do Império que apesar de ser uma estrutura associativa sem conotações partidárias teve, nos finais dos anos 50 mas sobretudo nos anos 60, um importante papel no apoio que deu e fomentou aos movimentos de libertação das então colónias portuguesas. Naquele ano, Almada Negreiros terminara os seus logo célebres frescos na Gare Marítima de Alcântara, projecto do seu amigo Pardal Monteiro e com o qual já colaborara na igreja de Nossa Senhora de Fátima (1938) e no edifício do jornal "Diário de Notícias" (1939-1940).

No ano seguinte foi fundado por um grupo de arquitectos, entre os quais se encontrava como seu principal dinamizador Keil Amaral, o I.C.A.T. (Iniciativas Culturais de Arte e Técnica) e teve início a 2ª série da revista "Arquitectura" cujos direitos editoriais foram adquiridos por aquele agrupamento. Em 1946 realizou-se também a 1ª Exposição Geral de Artes Plásticas (E.G.A.P.), contraponto aos Salões de Arte Moderna organizados desde 1935 pelo Secretariado Nacional de

Informação e que eram veículos de promoção da cultura oficial, em cuja secção de Arquitectura participaram, entre outros, Keil Amaral, J. Faria da Costa, Adelino Nunes, M. Jacobetty Rosa e F. Conceição Silva. Em 1947, no Porto, formou-se a O.D.A.M. (Organização dos Arquitectos Modernos), tendo lugar em Lisboa a 2ª E.G.A.P. que contou entre outros com a presença de I. Peres Fernandes, J. Almeida Segurado, Arnénio Losa e Cassiano Barbosa, C. Palma de Melo e João Simões. Este ano coincidiu também com a já aludida realização do IV Congresso da Federación de Urbanismo y de la Vivienda, organizado em Portugal pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos.

O ano que precedeu as eleições presidenciais de 1949, foi particularmente rico em acontecimentos culturais, partindo quase todos eles de iniciativas oficiais, em geito de pré-campanha eleitoral. O único marginal a tudo isto mas reforçando um processo eleitoral paralelo, foi a 3ª E.G.A.P. na qual participaram Celestino de Castro, Paulo Cunha, F. Nobre de Figueiredo, J. Huertas Lobo, Alberto J. Pessoa e outros arquitectos. Até 1953, realizaram-se ainda mais três destas exposições que tiveram sempre grande participação de arquitectos, todos eles então activos no meio sindical, quer em Lisboa, quer no Porto. Efectivamente, em 1948, a oposição estava unida em torno da candidatura do general Norton de Matos a Presidente da República, da qual desistiu no ano seguinte por falta de condições. Militar de grande prestígio em 1912 tinha sido nomeado governador geral de Angola, cargo de que foi demitido em 1915 pelo Governo de Pimenta de Castro apesar de ter ocupado o de ministro das Colónias e depois da Guerra, vendo-se afastado do poder em 1917 devido à revolução de Sidónio Pais, exilou-se em Londres, sendo dois anos mais tarde nomeado delegado português à Conferência de Paz. Voltou a Angola em 1921, desempenhando até 1923 o cargo de alto comissário da República. Foi também grão mestre da Maçonaria.

Apesar de ter consentido tal candidatura, a resposta repressiva do Governo não se fez esperar, ilegalizando o M.U.D. e perseguindo muitos dos seus aderentes e

simpatizantes, reforçando a aparelho repressivo do Estado e promovendo uma ofensiva de maior impacto e expressão, exibindo o seu trabalho no domínio das Obras Públicas com a exposição "15 Anos de Obras Públicas (1932-1947)" em simultâneo com dois congressos que patrocinara, o 1º de Arquitectura e o 2º de Engenharia e no domínio do espírito, também através de uma exposição, esta intitulada "14 Anos de Política de Espírito", concebida por António Ferro, director do Secretariado Nacional de Informação e que dois anos depois viria a ser afastado deste cargo.

Os arquitectos, enquanto classe profissional, ligados ou não ao Sindicato, tomaram parte, com maior regularidade, em manifestações públicas. Também as recentes movimentações políticas de oposição ao regime, alimentadas pela derrota de quase todas as ditaduras europeias devido ao fim da II Guerra, alertaram consciências e favoreceram a circulação de informação e o estreitar de intercâmbios profissionais. Os problemas específicos do exercício da profissão delimitaram-se com maior clareza e reflectiram-se desde logo no programa de trabalho estabelecido pela Direcção do Sindicato para o triénio de 1950/1953, então presidida por I. Peres Fernandes: fazer reviver as reuniões entre sócios; tentar resolver aspectos de ordem económica tais como o imposto profissional, a tabela de honorários e os contratos de trabalho; promover uma campanha de vulgarização da profissão de arquitecto; propor superiormente para que nas zonas de protecção a monumentos nacionais só fossem aprovados projectos assinados por arquitectos; tratar de problemas relacionados com a fiscalização de obras; e ainda a revitalizar a revista do Sindicato. (15)

Pardal Monteiro continuava então como presidente da Mesa da Assembleia Geral, ainda eleito por maioria de votos, colaborando e apoiando as iniciativas empreendidas pela Direcção em exercício. A 4 de Março de 1954 realizou-se nova Assembleia Geral para eleição dos novos corpos gerentes. Antes de dar início ao acto eleitoral, Pardal Monteiro leu uma longa exposição, a qual solicitou que fosse

integralmente transcrita em Acta, mostrando-se então firme na decisão de que seria a última vez que teria a "honra" de dirigir os trabalhos da Assembleia da classe (16). Embora já não tão convicto do seu nome ser votado - "Embora nada me assegurasse que viria a ser eleito para este ou para qualquer outro cargo (...)" - manifestava ser seu desejo afastar-se, "senão para sempre, pelo menos por algum tempo, de toda a actividade associativa". Todavia, e dado que a Assembleia "tantas vezes" o honrara "com a sua confiança e o seu apoio", entendia ser seu dever dar explicações sobre a sua decisão. Em primeiro lugar apontava "razões de saúde", só depois as "enormes responsabilidades profissionais que (lhe absorviam) todo o tempo" e, por último, "a simples circunstância de já ter dado à classe mais de trinta anos de serviço, por vezes muito activo", o que pensava contar em seu favor "para justificar o pedido de deferimento" daquele seu desejo. Garantia, porém, que "a (sua) porta (continuava) sempre aberta" para todos os colegas.

Um dos sintomas de rejuvenescimento dos membros do Sindicato, foi o facto de Pardal Monteiro ao recordar que "a classe atravessou fases muito difíceis", ter acrescentado que "a maioria dos presentes não chegou, felizmente" a conhecê-la. Lembrava-lhes então que "tempos houve em que a profissão de arquitecto não tinha, nem de longe", o significado que então alcançara, sendo esses os "tempos em que os arquitectos viviam angustiosamente, quase apenas de aspirações", designando-os por "ominoso passado". Para ele a situação que então se vivia era motivo para que os mais novos se "regozijassem", cabendo-lhes continuar a luta iniciada "a partir, praticamente, do zero" com a mesma "mistica e tenacidade" que animou os seus antecessores, mas com "todo o entusiasmo da sua juventude e da sua fé, com ardor e persistência (...), por mais dura que (fosse) tão gloriosa tarefa".

No seu discurso de despedida Pardal Monteiro referiu-se ao "momento de compreensível perturbação geral" que se vivera no Sindicato, parecendo até que a classe "corria o grave risco de se desunir", numa clara alusão aos acontecimentos ocorridos em torno de Keil Amaral. Sobre este assunto declarou ainda: "não ficaria

de bem com a minha consciência se não confessasse, neste momento da mais séria importância da minha vida, a satisfação com que, mercê da perfeita noção dos nossos direitos e deveres e da inteligente e entusiástica dedicação dos que a dirigem, vejo a nossa classe apresentar-se com aquela coesão que será a sua maior força na luta pela defesa dos seus ideais. Era também a oportunidade que aguardava para dar, tranquilamente, outro rumo à minha vida".

No balanço efectuado da sua longa actividade associativa, declarava ter sido "algumas vezes incompreendido" e outras "injustamente tratado", não lhe acusando porém "a consciência de ter alguma vez agido" de modo a desprestigiar a classe. Pedia então que lhe perdoassem "a imodéstia de afirmar que (vivia) pelo menos na ilusão de não contar um único passo da (sua) vida profissional", quer em Portugal quer no estrangeiro, "que não tivesse sido dado com o alto objectivo de servir, honrar e dignificar a corporação" à qual todos os presentes pertenciam.

Evocava então Mestre Ventura Terra "pela mão" do qual entrara na Sociedade dos Architectos Portugueses e que considerava como seu "segundo pai e que como (aquele) nunca (esquecia)", dizendo a seu propósito: "No meu sentimento estiveram sempre presentes o respeito e a gratidão que devo à memória do meu saudoso Mestre Ventura Terra, o primeiro dos nossos que corajosamente no meio mais hostil aos architectos, empenhou, com superior inteligência e incomparável galhardia, o pendão do respeito pela nossa classe e pela nossa obra". Justificava tais memórias naquele que designou por um "momento solene" da sua vida, porque fora o exemplo daquele que "estimulou sempre todos os (seus) insignificantes actos ao serviço" daquela colectividade. Afirmou ter prosseguido no cumprimento do que considerava ser seu dever "até onde as (suas) faculdades o permitiram, por vezes até beber o amargo fel da injustiça, do que não (guardava) no (seu) coração qualquer ressentimento".

Pardal Monteiro quis deixar bem claro que se afastava da actividade associativa "agradecido pela amizade e confiança com que em todas as ocasiões" muitos o tinham honrado e ainda "com a mais sincera alegria por ter visto realizarem-se, ainda na (sua) vida, duas das mais belas e velhas aspirações" - o 1º Congresso Nacional de Architectura e o III Congresso da União Internacional dos Architectos - manifestações nas quais considerava que os architectos portugueses "souberam dar ao Pais a nota bem nítida da sua maturidade social, a que um dia se fará justiça".

Declarava ainda que a sua "voluntária retirada", não representava o alheamento dos problemas que preocupavam a classe, nem tão pouco o "abandono de atitude ou das doutrinas" com que tinha "queimado os nervos e a saúde", sendo antes "uma nova fase" da sua actividade, durante a qual pretendia dedicar-se "ao estudo de certas ideias de interesse geral" e também à "assistência aos (seus) dedicados colaboradores" que constituíam "como que o prolongamento da (sua) própria família".

Certo da boa compreensão de todos face às razões apresentadas, Pardal Monteiro terminava o seu discurso com palavras de alento para os seus sucessores: "E é nesta convicção que com a mesma mística que sempre me dominou e naturalmente só se apagará com a minha própria existência, neste dia que marca na minha vida a meta duma corrida que se completa já cansado, formulo este voto perante todos aqueles que tenham a felicidade de disporem de saúde e dum largo futuro na sua frente e sejam iluminados pela fé nos nossos ideais: que não um apenas, mas um grande número - pois seria utópico aspirar a que fossem todos - continuem sempre a manter a grande altura, com o mais perfeito espirito de solidariedade e mútuo respeito, a bandeira das nossas reivindicações, estudando, trabalhando, cumprindo briosamente a sua nobre missão de artistas construtores, de verdadeiros architectos, para honra da nossa classe e glória da Architectura portuguesa".

Em seguida, I. Peres Fernandes sugeriu que todos os presentes "aclamassem" Pardal Monteiro "em sinal do muito apreço em que a classe (tinha) a sua pessoa", sendo então "muito aclamado".

Cerca de quatro anos depois, por razões que para sempre ficarão desconhecidas mas que já foram atribuídas a questões de saúde ou a outras relacionadas com a construção do seu projecto para o Hotel Ritz (Lisboa), Pardal Monteiro, em acto voluntário, entre a vida e a morte, escolheu a segunda, gesto de antítese à sua dedicação do que ele próprio designou por *mística que sempre o dominou e que, ainda segundo as suas palavras só se apagaria com a sua própria existência*. A morte accidental ou deliberada, reuniu então, e por fim, três das quatro principais figuras que foram referidas ao longo deste capítulo: Tertuliano Marques, Cottinelli Telmo e Pardal Monteiro.

Mas, a transitoriedade da vida não se compadece com a perenidade dos ideais quando estes radicam em causas que todos reconhecem justas e como suas. Por isso, o movimento reivindicativo dos arquitectos portugueses pela dignificação da sua profissão continua ainda... Em novas formulações, pela voz de outras figuras, dirigidas a outros poderes. Mas essa é outra história que ficará para contar...

NOTAS

(1) Numa carta enviada ao tesoureiro do Sindicato, Pardal Monteiro afirmava: "A circunstância de exercer este cargo não por escolha do Governo, mas por escolha dos meus ilustres colegas, impõe-me o dever de fazer reverter em benefício do Sindicato as verbas correspondentes áqueles vencimentos, pois entendo que o desempenho daquele cargo, tirando-me tempo para o exercício da minha actividade profissional, é no entanto uma incumbência que me foi cometida pela nossa classe, da qual não desejo tirar o menor proveito material. (...). Não pretendo, no entanto, com a minha decisão estabelecer doutrina a este respeito, pois entendo que outros dignos colegas que posteriormente venham a ocupar o cargo que durante este ano tive a honra de ocupar, devem ter o direito de proceder como em sua consciência entenderem. Procedi deste modo, porque isso me dá prazer e porque como presidente da Direcção do Sindicato entendo que tenho para com a colectividade a obrigação moral de contribuir com todo o meu esforço para conquistar para ela os maiores benefícios possíveis e nunca, para mim, quaisquer que não sejam aqueles que por constituírem regalias gerais da classe, a eles tenha direito por força das disposições dos Estatutos do Sindicato", in Carta de Pardal Monteiro ao tesoureiro do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 3.Fev.1937.

(2) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 64, 12.Jan.1944, p. 5-8.

(3) *Idem*, Acta nº 65, 15.Fev.1944, p. 10. Lamentavelmente, esta carta que parece ter circulado entre os sócios do Sindicato a fim de que estes a subscrevessem, não foi localizada no conjunto dos documentos consultados.

(4) *Ibidem*, Acta nº 67, 6.Nov.1944, p. 44.

(5) *Ibidem*, Acta nº 65, 15.Fev.1944, p. 22.

(6) *Ibidem*, Acta nº 68, 10.Jan.1945, p. 50.

(7) *Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949, Acta nº 329, 1.Maio.1945, p. 71.

(8) *Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1945 [dact.], p. 2.

(9) Em 1949, Pardal Monteiro propôs a nomeação de Pierre Vago, Auguste Perret e Sir Patrick Abercrombie para sócios honorários do Sindicato, proposta que foi aprovada em Assembleia Geral. Justificando a sua proposta pelo papel por aqueles desempenhado no âmbito da consolidação dos organismos internacionais, em relação a cada um deles afirmava: "Pode-se dizer que sem Pierre Vago nada se teria feito de prático neste capítulo da cooperação internacional". A. Perret era designado como uma "figura notável [que] se tem destacado e que já pela sua grande autoridade de Mestre, já pelo seu papel de percursor da Arquitectura Moderna, já porque desde os primeiros passos acompanhou todo o movimento das R.I.A. e da organização da U.I.A., também é credor do reconhecimento dos arquitectos". Quanto a Sir P. Abercrombie afirmava que aquele "deu à criação da U.I.A. uma extraordinária cooperação, a ponto de ter sido eleito, também por unanimidade, no Congresso de Lausanne, para o cargo de presidente da U.I.A.", in Carta de Pardal Monteiro a Keil Amaral, presidente do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 4.Jan.1949.

(10) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 85, 13.Dez.1949, p. 145-158; 20.Dez.1949, p. 158-165; 16.Jan.1950, p. 165-170; 3.Abr.1950, p. 172-174.

(11) Ver Vol. II - Documentação, Doc. nº 16.

(12) Carta do Gabinete do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social para o presidente da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1.Maio.1950. Parece que o pretexto para tal decisão se fundamentava num artigo publicado por Keil Amaral sobre o problema da habitação. Cf. SILVA, J. Antunes da - "Um grande homem discreto", in *Keil Amaral, arquitecto, 1910-1975*, p. 17.

(13) Carta de Keil Amaral a P. Pardal Monteiro e Carlos Chambers Ramos, 19.Dez.1949.

(14) Carta-circular de Keil Amaral, s.d. [1949], que nos foi amavelmente cedida pelo arquitecto N. Teotónio Pereira, o que muito agradecemos.

(15) *Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Março de 1954, Acta nº 89, 24.Out.1951, p. 182.

(16) Idem, Acta nº 93, 4.Mar.1954, p. 193-198.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

- ABERCROMBIE, Sir Patrick - 294
- ABRANTES, A. Emídio - 557
- ABREU, António do Couto - 84, 99, 556
- _____, Augusto Cancela de - 278, 285, 291, 454, 458, 529
- AGACHE, Alfred - 434
- ALMEIDA, António José de - 64, 77, 84, 104, 105, 189
- _____, Francisco José de - 13
- _____, J. Bento de - 223
- _____, Leopoldo de - 498, 509, 511
- _____, Simões de - 36, 498
- ALVES JÚNIOR, Eduardo da Costa - 32, 85, 178, 180, 185
- AMARAL, F. Keil - 222, 223, 293, 294, 295, 296, 306, 307, 310, 316, 319, 347, 355, 359, 368, 369, 376, 377, 383, 531, 554, 582, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623
- ANDRADE, Abel de (filho) - 362, 364
- _____, Artur - 223
- _____, Carlos Rebelo de - 102, 152, 334, 368, 436, 437, 438, 439, 444, 445, 458, 504, 508, 511, 513, 517, 562, 576
- _____, Guilherme Rebelo de - 102, 303, 313, 368, 458, 459, 508, 511, 576
- ANTUNES, João - 100, 313, 502
- ARAGÃO, A. C. Teixeira de - 15
- ARRIAGA, Manuel de - 67, 77
- ÁVILA, L. Caetano Pedro d' - 34
- AZEVEDO, A. Pedro de - 15
- _____, Aníbal Lúcio de - 87
- _____, Rogério de - 189, 222, 319

B

- BARBOSA, Cassiano - 623
- _____, I. Vilhena - 15
- BARREIRA, Manuel - 378
- BARRETO, Álvaro de Salvação - 580
- BASTOS, Paulo José - 378
- BATALHA, Fernando - 470
- BELCHER, John - 56

BENAVENTE, Luís - 313, 330, 512

BERMUDES, A. R. Adães - 17, 18, 19, 31, 32, 33, 34, 35, 44, 45, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 67, 69, 70, 72, 84, 89, 92, 103, 149, 150, 151, 152, 178, 179, 83, 185, 186, 195, 436, 437, 438, 439, 498, 555, 556

BERSKAHN - 365

BETTENCOURT, Gastão - 309

BEY, M. Fahmy - 365

BIERBAUER, Virgil - 364

BIZARRO, Júlio César - 32, 34

BOTELHO, Abel - 69, 88

BRANCO, Cassiano - 450, 451, 513

BRAVO, António - 178

C

CABEÇADAS, Mendes - 95, 135, 138

CABRAL, Fortunato - 222, 352

CABREIRA, Tomás - 564

CÂMARA, E. Bianchi da - 197

CAMELO, A. M. Veloso Reis - 290, 301, 313, 326, 451, 458, 459, 511, 576

CAMPOS, Alfredo M. da Costa - 36, 51, 52, 57, 58, 59

CARMONA, O. Frágoso - 101, 135, 136, 350, 365, 498

CARVALHEIRA, Rosendo - 17, 19, 20, 31, 33, 36, 51, 52, 58, 70, 85, 379

CARVALHO, E. Rodrigues de - 570, 571

_____, João Lino de - 52, 55, 58, 63, 71, 74, 96, 179, 193, 194, 195, 196, 199, 201, 204

CASTRO, Baltazar de - 103, 186

_____, Canto e - 84

_____, Celestino - 623

_____, Francisco de Melo e - 461

_____, José de - 77

_____, José Urbano de - 149, 150, 152, 286, 437, 438, 465, 502, 503, 504, 510, 514, 515, 562

_____, Pimenta de - 77, 623

_____, Silveira e - 437

CAYOLLA, Júlio - 266, 513

CEREJEIRA, Gonçalves - 137

CHAGAS, João - 67

CHUSO, S. - 56

CINTÊS, Augusto - 34

COELHO, Bernardino Luís - 254, 257, 458, 459, 618
 _____, José da Purificação - 85, 97, 102, 188, 206, 210, 257, 361, 500, 502, 510
 COLARES, Manuel Nunes - 380
 COLLARES, Mário - 380
 CORDES, Sinel de - 137
 CORREIA, Eugénio - 100, 151, 503
 _____, Feliciano de Sousa - 6, 7
 _____, Norberto - 89, 98, 381
 _____, Valentim José - 6, 7, 15, 16
 _____, Velhinho - 87
 CORT, César - 291, 305, 306, 307, 319, 320
 CORTEZ, José - 509
 COSTA, Afonso - 67, 71, 77, 79
 _____, Fernandes - 80
 _____, Francisco - 380
 _____, Gomes da - 94, 135
 _____, J. C. Ferreira da Costa - 504, 572, 574, 576
 _____, J. Faria da - 320, 340, 344, 347, 580, 623
 _____, Lucio - 294
 _____, Paulo José Ferreira da - 6, 7, 12, 13
 _____, Ramos - 564
 _____, Veríssimo José da - 6
 _____, Viegas da - 551
 COSTA JÚNIOR, José António da - 189
 COUTO, António do - 31, 32, 91, 192, 195, 196, 309, 444, 456, 498, 503, 514, 515
 CRUZ, Lucínio G. - 458
 CUNHA, António José Brito e - 326
 CUNHA, Luís A. - 98, 206, 258, 505, 510
 _____, Paulo H. de C. - 308, 333, 334, 335, 336, 339, 340, 344, 345, 347, 348, 376, 377, 378, 450, 451, 517, 521, 618, 621, 623

D

DAUMET - 70
 DIAS, Carlos Florêncio - 266, 573
 _____, H. Fonseca - 353
 _____, Homero Ferreira - 611
 _____, Sousa - 136, 137
 DUARTE, Ricardo Esquível Teixeira, 461

DUDOK, W. M. - 294
DURÃO, A. Augusto Portugal - 559

E

EGÉA, António Gomes - 313

F

FARIA, Teófilo Leal de - 461
FEIJÓ, João Maria - 16
FERNANDES, Inácio Peres - 291, 293, 308, 318, 320, 324, 325, 338, 339, 343, 344, 348, 352, 376, 378, 554, 581, 582, 611, 612, 616, 617, 618, 623, 624, 628
FERRAZ, Artur Ivens - 136
FERREIRA, Aurélio da Costa - 73
_____, Carlos Madeira - 561
_____, Francisco de Oliveira - 178, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 199, 214, 527
_____, José da Silva - 34
FERRO, António - 139, 373, 443, 444, 512, 624
FIGUEIREDO, Filipe Nobre de - 623
_____, Nestor de - 277, 309
FONSECA, Quirino da - 560
FONTE, João Pires da - 6
FORESTIER, J. C. N. - 98, 557
FRANCO, Francisco - 365
_____, José de Lima - 320
FREIRE, Anselmo Braamcamp - 89
FREITAS, José Vicente de - 136, 557

G

GAIA, Leonel - 31, 32, 69, 72, 77, 79, 85, 99, 499, 556
GALHARDO, Herculano - 80
GALVÃO, Henrique - 136
GAMEIRO, Rui - 508
GASPAR, José António - 31
GODINHO, Januário 317, 319
GOMES, Frederico Evaristo da Silva - 52, 498
_____, Sérgio Botelho de Andrade - 344, 348, 353, 378, 460, 611
_____, Teixeira - 94
GRANJA, Francisco - 527

GROER, Etienne - 305, 306

GUIMARÃES, António Peres Dias - 34, 35, 178, 180, 183, 187, 189

H

HITLER, A. - 142

HOLSTEIN, Marquês de Sousa - 13, 14

HORSFIELD, J. Nixon - 56

I

IPPOLITO, Girolamo - 271, 304

J

JACOBETTY (ROSA), Miguel - 313, 319, 326, 340, 344, 347, 623

K

KORRODI, Ernesto - 288

KRIEKINGE, Van - 365

L

LAGINHA, Manuel - 611

LALLEMENT, Luciano - 36

LAPRADE, Albert - 364

LE CORBUSIER - 294, 354

LEITE, Francisco de Paula - 278

_____, Jorge Pereira - 99

LEITUGA, João - 185

LIMA, Magalhães - 498

_____, R. Rodrigues - 450

LIMA JÚNIOR, Augusto - 304, 309

LINO, António - 511

_____, Raul - 99, 102, 104, 500, 511

LOBO, J. Huertas, 623

LOCKE, W. John - 56

LOPES, José Teixeira - 34, 55, 85, 178, 180, 185

LOSA, Arménio - 308, 528, 623

M

MACEDO, Luís Pastor de - 255, 558, 565, 566

MACHADO, A. de Assunção - 498

_____, **Alfredo de Ascensão** 57, 71, 96

_____, **Álvaro A.** - 31, 32, 33, 34, 44, 51, 52, 69, 286, 499, 500, 562, 563

_____, **Bernardino** - 77, 80, 94

MADUREIRA, Joaquim - 214

MALHOA, José - 36

MARCONI, Plínio - 365

MARQUES, Manuel - 528

_____, **Tertuliano de Lacerda** - 52, 101, 104, 105, 151, 152, 253, 281, 438, 465, 505, 506, 510, 511, 514, 562, 604, 628

_____, **Vasco de Lacerda** - 511

MARTINS, António do Couto - 103, 268, 320, 324, 326, 352, 375, 456, 523, 572, 575, 580, 581

_____, **Oliveira** - 142

MATA, Caeiro da - 287

MATOS, Mello - 379, 380

_____, **Norton de** - 138, 580, 623

MAURRAS - 142

MELO, Cândido Palma de - 623

MENEZES, Sá - 512

MESQUITA, Fernando - 308, 611, 618

MONTEIRO, José Luís - 49, 56, 58, 75, 88, 90, 91, 102, 103, 280, 303, 304, 309, 341, 366, 497

_____, **P. Pardal** - 86, 89, 91, 92, 102, 189, 192, 212, 213, 215, 217, 219, 220, 223, 256, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 328, 329, 330, 334, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 343, 344, 345, 347, 353, 355, 360, 361, 370, 373, 375, 376, 377, 378, 436, 437, 438, 440, 441, 442, 444, 448, 450, 451, 452, 453, 454, 456, 458, 459, 460, 461, 468, 469, 472, 500, 501, 509, 510, 513, 517, 518, 519, 521, 532, 553, 572, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 612, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 624-627, 628

MONTÊS, Paulino A. P. - 100, 203, 258, 513

MORAIS, Leandro de - 180, 185, 189, 190, 191, 192

MOREIRA, António Corvinel - 560

_____, **J. E. da Silva** - 191, 207, 213, 455

MOTA, Costa - 36

MUGURUZA, Don Pedro - 313, 314, 315, 318, 320

MUSSOLINI - 142

N

NAGY, Virgil - 56

NEGREIROS, Almada - 444, 511, 622

NEVES, Serafim de Sousa - 31

NOGUEIRA JÚNIOR, Miguel J. - 89, 92, 498, 500

NORTE JÚNIOR, Manuel J. - 514

NOVAES, Mário - 383

NUNES, Adelino A. - 320, 355, 505, 510, 516, 576, 610, 623

NUNES JÚNIOR - 36

O

OLIVEIRA, Domingos - 137

_____, Joaquim Gonçalves de - 191, 192

_____, Manuel José de - 8

_____, Mário de - 326, 334, 339, 345, 346

_____, Veríssimo Borges de - 189, 190

P

PACHECO, Duarte - 105, 106, 255, 265, 284, 366, 368, 370, 434, 448, 450, 457, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 498, 512, 551, 553, 554, 558, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 576, 579

PAIS, Sidónio - 80, 84, 564, 575, 623

PALLA, Victor - 223

PARENTE, Francisco Carlos - 31, 33, 34, 35, 36, 37, 43, 44, 51, 52, 58, 59, 63, 70, 71, 74, 92, 179, 180, 181, 360, 500, 555

_____, Francisco Soares - 99, 180, 185, 186

PASCOAL, Able da Silva - 103, 470

PERDIGÃO, José de Azerêdo - 101

PEREIRA, Lucas José dos Santos - 6, 13

PERRET, Auguste - 294, 610

PESCHL, Hans - 56

PESSANHA, D. José - 35, 36, 380

PESSOA, Alberto José - 296, 308, 344, 621, 623

PILOTO, João António - 328, 514

_____, Vitor Manuel de C. - 103, 502

PIMENTEL JÚNIOR, João - 210

PINTO, Amílcar da Silva - 320, 504

_____, Augusto Carvalho da Silva - 32

_____, Francisco de Paula Leite - 454

R

RAMALHO, Raul Chorão - 308, 618

RAMOS, Carlos Chambers - 300, 308, 313, 318, 319, 322, 323, 330, 353, 366, 373, 438, 440, 450, 451, 458, 459, 460, 464, 465, 504, 505, 511, 512, 513, 514, 578, 577, 578, 604, 607, 611, 618, 619

RATO, Artur M. - 70, 88, 89, 96, 188, 498

(REGALEIRA), Vasco de Moraes Palmeiro - 212, 266, 320, 361, 505, 515

REIS, L. Câmara - 362

RIBEIRO, Emanuel - 99, 178, 185, 190, 191, 192

_____, J. Silvestre - 15

ROBALO, Jacinto Marques - 264, 456, 573

ROCHA, Augusto Alberto Correia, 214

ROSAS, António Joaquim - 470

ROTH - 303

S

SALAZAR, António de Oliveira - 59, 101, 106, 135, 136, 137, 138, 142, 265, 267, 275, 277, 325, 365, 442, 443, 444, 498, 507, 508, 509, 511, 557

SALDANHA, D. José de-16

SALGADO, Veloso - 36, 89

SANCHEZ, Sebastião Formosinho - 618

SANT'ANA, Eduardo Cosmelli de - 88, 188, 189, 328

SANTOS, Adelino dos - 362, 363, 364, 366, 371, 375, 376, 378

_____, Alfredo - 99, 189

_____, Aucindio Ferreira dos - 191

_____, Eugénio dos - 322, 609

_____, Francisco dos - 89, 98, 101, 498

_____, J. Inácio dos - 70, 185

_____, L. Reis - 363, 364

_____, Machado dos - 135

SEGURADO, Jorge de Almeida - 301, 308, 313, 319, 337, 338, 344, 345, 361, 376, 377, 378, 381, 437, 459, 503, 504, 510, 512, 513, 514, 562, 618, 623

SEQUEIRA, José da Costa - 6, 7, 13

SICLIS, Charles - 305

SILVA, A. Marques da - 78, 95, 97, 101, 102, 361, 499, 500, 501
 _____, António Correia da - 178, 189
 _____, António Maria - 94
 _____, Conceição - 36
 _____, David Moreira da - 352
 _____, Domingos Parente da - 51
 _____, F. Conceição - 623
 _____, J. Marques da - 70, 83, 103, 180, 189, 195, 341, 348
 _____, Joaquim Possidónio Narciso da - 3, 4, 6, 7, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 21
 _____, Luís Cristino da - 105, 266, 291, 303, 306, 309, 315, 316, 318, 319, 321, 325, 326, 344, 368, 369, 442, 451, 458, 459, 460, 469, 514, 517, 561, 562, 576, 581, 582, 583, 604, 611, 618, 621
 _____, Rui Ribeiro da - 362, 363
 SILVA JÚNIOR, A. R. da Silva - 380
 SIMÕES, João - 293, 438, 458, 612, 623
 SOARES, Henrique Taveira - 254, 257, 461, 471, 503, 573
 _____, José Alexandre - 32, 35, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 70, 82, 83, 93, 179
 SOEIRO, Alberto - 618
 SOREL - 142
 SOUSA, Carlos de - 178
 _____, Daniel de - 569
 _____, Mário de Pais - 573
 _____, Passos e - 137
 _____, Serafim Martins de - 195, 205, 211, 212, 213
 SPEER, Albert - 278, 303

T

TAINHA, Jovito - 383
 _____, Manuel - 383
 TEIXEIRA, Eduardo Henrique Read - 279, 457
 _____, Júlio César de Carvalho Teixeira - 567
 TELMO, J. A. Cottinelli - 151, 152, 210, 218, 221, 223, 253, 257, 267, 270, 276, 286, 287, 289, 291, 292, 293, 307, 313, 318, 319, 321, 323, 324, 325, 326, 327, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 342, 343, 344, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 355, 356, 361, 362, 364, 366, 367, 368, 369, 375, 376, 381, 441, 445, 469, 472, 504, 509, 510, 517, 528, 529, 576, 580, 581, 582, 608, 609, 612, 613, 628
 TERRA, Miguel Ventura - 31, 32, 33, 34, 49, 51, 55, 58, 69, 70, 85, 89, 496, 559, 563, 609, 626
 TOJAL, Raul Francisco - 313, 320, 458, 573, 610
 TORRES, Moreno - 322

U

ULRICH, J.F. - 290, 331

V

VAGO, Pierre - 294, 365, 609, 610

VALOIS - 142

VARELA, António - 513

VAZ JÚNIOR, Júlio - 500

VEIGA, Mota - 613

VIDIGAL, Rogério, 191

VIEIRA, Dario Silva - 293, 313, 320, 375, 378, 458, 610

VILAR, Rogério Rodrigues - 205

VIOLET-LE-DUC, E. - 15

W

WAGNER, Otto - 56

WRIGHT, Frank Lloyd - 294

X

XAVIER, Raul - 265

BIBLIOGRAFIA

I. FONTES

A) SOCIEDADE DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES

Carta da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa para a Sociedade dos Architectos Portugueses, ofício nº 1141, 8.Maio.1926.

Carta da Sociedade dos Architectos Portugueses, ofício nº 306, 26.Dez.1914 [enviada a António Peres Dias Guimarães, Eduardo Costa Alves Junior, José Teixeira Lopes, Leandro de Moraes, Francisco de Oliveira Ferreira, Joaquim Gonçalves de Oliveira, C. Fernandes Leituga, Emanuel Ribeiro, C. Vieira de Carvalho, Carlos de Sousa, Veríssimo Borges de Oliveira e A.C. da Silva Pinto).

Carta da Sociedade dos Architectos Portugueses para o ministro do Comércio e Comunicações, 19.Maio.1932.

Carta da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, 27.Dez.1932.

Carta da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente da Direcção da Sociedade Nacional de Belas Artes, 16.Out.1926.

Carta da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente da Direcção da Associação dos Engenheiros Cívicos, 10.Maio.1932.

Carta de Adães Bermudes, s.d. [Mar.1899].

Carta de Augusto Cintês para Álvaro Machado, 28.Jul.1898.

Carta de António Peres Dias Guimarães, 30.Set.1898.

Carta de António Peres Dias Guimarães para Adães Bermudes, 3.Nov.1901.

Carta de D. José Pessanha para Adães Bermudes, 6.Out.1898.

Carta de Francisco Carlos Parente para Adães Bermudes, 9.Mar.1899.

Carta de Francisco Soares Parente para a Sociedade dos Architectos Portugueses, 21.Mar.1913.

Carta de José Marques da Silva para Miguel Ventura Terra, 8.Out.1898.

Carta de José Alexandre Soares ao presidente da Mesa Provisória da Sociedade dos Architectos Portugueses (em formação), 11.Nov.1898.

Carta de José Teixeira Lopes para Adões Bermudes, 3.Out.1898.

Carta de José da Silva Ferreira, 8.Out.1898.

Carta de Júlio César Bizarro, 30.Set.1898

Carta de Luís Caetano Pedro d'Ávila, 4.Out.1898.

Carta do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses para José Marques da Silva, 1.Fev.1911.

Carta do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa, 25.Ago.1925.

Carta do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa, 9.Mar.1926.

Carta do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa, 19.Maio.1926.

Carta do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa, 9.Dez.1933.

Carta do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa, officio nº 35, 30.Dez.1933.

Carta do secretário do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses para António Peres Dias Guimarães, 2.Mar.1911.

Circular da Sociedade dos Architectos Portugueses, 2.Mar.1911

Circular da Sociedade dos Architectos Portugueses, 30.Maio.1911.

Circular da Sociedade dos Architectos Portugueses,4.Jun.1927.

Circular da Sociedade dos Architectos Portugueses, 6.Jul.1927.

Circular da Sociedade dos Architectos Portugueses, 27.Set.1927.

Circular da Sociedade dos Architectos Portugueses, 15.Out.1927.

Exposição da Sociedade dos Architectos Portugueses enviada ao vereador do Pelouro das Edificações Urbanas da Câmara Municipal de Lisboa, 21.Ago.1933.

Livro de Actas da Assembleia Geral da Sociedade dos Architectos Portugueses, de 25 de Maio de 1928 a 3 de Abril de 1934.

Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, de 7 de Janeiro de 1903 a 30 de Junho de 1910.

Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, de 7 de Julho de 1910 a 30 de Junho de 1915.

Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, de 7 de Julho de 1915 a 22 de Janeiro de 1923.

Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, de 11 de Março de 1925 a 26 de Janeiro de 1927.

Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, de 30 de Março de 1927 a 9 de Julho de 1930.

Livro de Actas do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, de 7 de Abril de 1932 a 29 de Novembro de 1933.

Livro de presenças de sócios nas Assembleias Gerais, de 10 de Julho de 1903 a 30 de Julho de 1934.

Livro de tomada de posse dos corpos directivos da Sociedade dos Architectos Portugueses.

Relatório do Conselho Director de 1902-1903, 6 p. [manusc.].

Relatório do Conselho Director de 1903-1904, 9 p. [manusc.].

Relatório do Conselho Director de 1904-1905, 7 p. [dact.].

Relatório do Conselho Director de 1905-1906, 8 p. [dact.].

Relatório do Conselho Director de 1906-1907, 8 p. [manusc.].

Relatório do Conselho Director de 1907-1908, 5 p. [manusc.].

Relatório do Conselho Director de 1908-1909, 9 p. [manusc.].

Relatório do Conselho Director de 1909-1910, 11 p. [manusc.].

Relatório do Conselho Director de 1910-1911, 15 p. [dact.].

Relatório do Conselho Director de 1911-1912, 7 p. [dact.].

Relatório do Conselho Director de 1912-1913, 10 p. [manusc.].

Relatório do Conselho Director de 1913-1914, 6 p. [manusc.].

Relatório do Conselho Director de 1914-1915, 7 p. [manusc.].

Relatório do Conselho Director de 1915-1916, 10 p. [manusc.].

Relatório do Conselho Director de 1916-1917, 10 p. [manusc.].

Relatório do Conselho Director de 1917-1918, 11 p. [manusc.].

Relatório do Conselho Director de 1918-1919, 7 p. [manusc.].

Relatório do Conselho Director de 1919-1920, 16 p. [dact.].

Relatório do Conselho Director de 1924, 9 p. [dact.].

Relatório do Conselho Director de 1926, 6 p. [dact.].

Relatório do Conselho Director de 1927-1928, 19 p. [manusc.].

Relatório do Conselho Director de 1929-1930, 10 p. [manusc.].

Relatório do Conselho Director de 1930-1931, 3 p. [manusc.].

Relatório do Conselho Director de 1932-1933, 3 p. [manusc.].

B) SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS

Carta-circular de Keil Amaral, s.d. [1949].

Carta da Agência Geral das Colónias para a Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, ofício nº 4770, 20.Dez.1934.

Carta da Agência Geral das Colónias para a Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, ofício nº 113, 12.Jan.1935.

Carta da Agência Geral das Colónias para o secretário da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, ofício nº 435, 1.Fev.1935.

Carta da Agência Geral das Colónias para o secretário da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, ofício nº 1640, 22.Abr.1935.

Carta da Agência Geral das Colónias para o secretário da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, ofício nº 2227, 23.Maio.1935.

Carta da Agência Geral das Colónias para o secretário da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, ofício nº 2425, 31.Maio.1935.

Carta da Agência Geral das Colónias para a Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, ofício nº 2432, 1.Jun.1935.

Carta da Agência Geral das Colónias - Divisão de Casas da Metrópole e do Ultramar para o presidente do Sindicato Nacional dos Arquitectos, ofício nº 2854, 24.Jun.1935.

Carta da Câmara Municipal de Luanda para o secretário da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, ofício nº1458/28, 21.Nov.1934.

Carta da Câmara Municipal de Luanda para o presidente do Sindicato Nacional dos Arquitectos, ofício nº 594/28, 7.Maio.1935.

Carta da Direcção dos Inválidos do Comércio para a Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, ofício nº 429, 11.Out.1935.

Carta da Direcção dos Inválidos do Comércio para o presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, ofício nº 2408, 6.Ago.1936.

Carta de Augusto da Costa, director de Serviços da Repartição do Trabalho e Corporações do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência para a Direcção da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, 26.Jan.1934.

Carta de Keil Amaral para Pardal Monteiro e Carlos Ramos, 19.Dez.1949.

Carta de Pardal Monteiro para o tesoureiro da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 3.Fev.1937.

Carta do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência Social para o presidente do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 13.Abr.1945.

Carta do presidente da Câmara Municipal de Lisboa para o presidente do Sindicato Nacional dos Arquitectos, ofício nº 2690, 29.Out.1940.

Carta do presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras para o presidente do Sindicato Nacional dos Arquitectos, nº 10, 3.Ago.1937.

Carta do Sindicato Nacional dos Arquitectos para o chefe de Gabinete do Ministro do Interior, ofício nº 55, 30.Ago.1939.

Carta do Sindicato Nacional dos Arquitectos para a Agência Geral das Colónias, ofício nº 141, 17.Jan.1935.

Carta do Sindicato Nacional dos Arquitectos para Alexandre Pereira, presidente da Direcção dos Inválidos do Comércio, ofício nº 260, 27.Dez.1935.

Carta do Sindicato Nacional dos Arquitectos para Alexandre Pereira, presidente da Direcção dos Inválidos do Comércio, ofício nº 377, 22.Jun.1936.

Carta do Sindicato Nacional dos Arquitectos para Alexandre Pereira, presidente da Direcção dos Inválidos do Comércio, ofício nº 405, 1.Jul.1935.

Carta do Sindicato Nacional dos Arquitectos para o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, ofício nº 185, 11.Jul.1940.

Carta do Sindicato Nacional dos Arquitectos para o presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, ofício nº 521, 28.Jul.1937.

Carta do Sindicato Nacional dos Arquitectos para o presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, ofício nº 528, 14.Ago.1937.

Carta do Sindicato Nacional dos Arquitectos para o presidente da Câmara Municipal do Porto, ofício nº 217, 15.Jul.1935.

Carta do Sindicato Nacional dos Arquitectos para o presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Luanda, ofício nº 78, 7.Nov.1934.

Carta do Sindicato Nacional dos Arquitectos para o presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Luanda, ofício nº 153, 8.Fev.1935.

Carta do Sindicato Nacional dos Arquitectos para o presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Luanda, ofício nº 170, 3.Abr.1935.

Carta do Sindicato Nacional dos Arquitectos para o presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Luanda, ofício nº 215, 12.Jul.1935.

Carta da Sindicato Nacional dos Arquitectos para Jorge Segurado, Carlos C. Ramos, C. Rebelo de Andrade, Amílcar da Silva Pinto e J. C. Ferreira da Costa, ofício nº 199, 29.Maio.1935.

Carta do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social para o presidente da Mesa da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1.Maio.1950.

Circular da Comissão Executiva do 1º Congresso Nacional de Arquitectura, 28.Nov.1947.

Circular do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 30.Jul.1936.

Circular do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 4.Dez.1937.

Circular do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 9.Abr.1938.

Circular do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 30.Abr.1938.

Circular do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 30.Ago.1939.

Circular do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 9.Maio.1940.

Circular do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 16.Maio.1940.

Circular do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 2.Nov.1940.

Circular do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 6.Ago.1941.

Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos, de 27 de Julho de 1934 a 30 de Novembro de 1943.

Livro de Actas da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos, de 1 de Dezembro de 1943 a 4 de Abril de 1954.

Livro de Actas da Comissão Executiva do 1º Congresso Nacional de Arquitectura, de 19 de Maio de 1947 a 6 de Outubro de 1947.

Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, de 29 de Agosto de 1934 a 15 de Fevereiro de 1939.

Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, de 22 de Fevereiro de 1939 a 29 de Novembro de 1943.

Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, de 4 de Janeiro de 1944 a 7 de Outubro de 1949.

Livro de Actas da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, de 14 de Outubro de 1949 a 26 de Maio de 1950.

Livro de presenças de sócios nas Assembleias Gerais, de 28 de Julho de 1934 a 11 de Maio de 1956.

Livro de tomada de posse dos órgãos directivos, de 11 de Agosto de 1934 a 19 de Junho de 1970.

Livro Caixa do 1º Congresso Nacional de Arquitectura, 1948.

Parecer de Augusto da Costa, director de Serviços da Repartição do Trabalho e Corporações do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, 23.Jan.1934.

Parecer dos Serviços de Acção Social do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, 5.Nov.1937.

Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos de 1934, 3 p. [dact.].

Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos de 1935, 3 p. [dact.].

Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos de 1936, 15 p. [dact.].

Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos de 1937, 17 p. [dact.].

Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos de 1938, 13 p. [dact.].

Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos de 1939, 16 p. [dact.].

Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos de 1940, 17 p. [dact.].

Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos de 1941, 19 p.[dact.].

Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos de 1942, 14 p. [dact.].

Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos de 1943, 10 p. [dact.].

Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos de 1944, 13 p. [dact.].

Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos de 1945, 16 p. [dact.].

Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos de 1946, 4 p. [dact.].

Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos de 1947, 6 p. [dact.].

Relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos de 1948 e 1949, 10 p. [dact.].

Representação do Sindicato Nacional dos Arquitectos ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, 28.Jul.1937.

Representação do Sindicato Nacional dos Arquitectos ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, ofício nº 42/12, 14.Fev.1945.

C) DELEGAÇÃO NORTE DA SOCIEDADE DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES / SECÇÃO DISTRITAL DO PORTO DO SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS

Carta assinada por Alberto Azevedo Leite, Alfredo dos Santos Rufino, António Bravo, António Fernandes, António Martins Rosas, António Pereira Afonso, Aucíndio Ferreira dos Santos, César Borges [?], Emanuel Paulo Vitorino Ribeiro, João Torres Vilas, José Emílio da Silva Moreira, Leandro de Moraes, Rogério Rodrigues Vilar e Veríssimo Borges de Oliveira para o Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, 30.Jun.1923.

Carta da Comissão de Arquitectos do Porto para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, 17.Fev.1924.

Carta da Comissão Administrativa da Delegação Norte da Sociedade dos Arquitectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, 9.Out.1926.

Carta da Comissão Instaladora da Delegação Norte da Sociedade dos Arquitectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, 29.Abr.1924.

Carta da Delegação Norte da Sociedade dos Arquitectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, 18.Dez.1924.

Carta da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos para Serafim de Sousa, 12.Out.1934.

Carta da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos para Serafim de Sousa, 29.Nov.1934.

Carta da Sociedade dos Arquitectos do Norte para o Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, 14.Abr.1922.

Carta da Sociedade dos Arquitectos do Norte para o Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, 11.Jul.1923.

Carta da Sociedade dos Arquitectos do Norte para o Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, 27.Set.1923.

Carta de António do Couto a Francisco de Oliveira Ferreira, 26.Set.1925.

Carta de Francisco de Oliveira Ferreira para o Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, 2.Out.1924.

Carta de João Lino de Carvalho para Francisco de Oliveira Ferreira, 24.Abr.1925.

Carta de João Lino de Carvalho para Francisco de Oliveira Ferreira, 26.Jan.1926.

Carta de João Lino de Carvalho para Serafim Martins de Sousa, 15.Jun.1925.

Carta de José Emílio da Silva Moreira para a Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 21.Maio.1940.

Carta de um grupo de arquitectos do Porto para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, 19.Nov.1923.

Carta do Conselho Director da Delegação Norte da Sociedade dos Arquitectos Portugueses para o Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, officio ref^a nº 926-Ofc.N.2, 28.Jan.1926.

Carta do presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos para a Comissão Organizadora da Secção Distrital do Porto do Sindicato Nacional dos Arquitectos, officio nº 381, 22.Jun.1936.

Carta do presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos para Francisco de Oliveira Ferreira, officio nº 345, 27.Maio.1936.

Carta do presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos para Francisco de Oliveira Ferreira, officio nº 353, 3.Jun.1936.

Carta do presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos para Francisco de Oliveira Ferreira, officio nº 357, 10.Jun.1936.

Carta do presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos para José Emílio da Silva Moreira, officio nº 292, 20.Mar.1936.

Carta do presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos para Luís Benavente, officio nº 354, 5.Jun.1936.

Carta do presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos para Serafim de Sousa, officio nº 146, 22.Jan.1935.

Carta do presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos para Serafim de Sousa, officio nº 164, 13.Mar.1935.

Carta do presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos para Serafim de Sousa, officio nº 189, 8.Maio.1935.

Carta do presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos para Serafim de Sousa, 28.Out.1935.

Carta do presidente do Conselho Director da Delegação Norte da Sociedade dos Arquitectos Portugueses para António do Couto, 20.Out.1925.

Carta do presidente do Conselho Director da Delegação Norte da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade dos Architectos Portugueses, 26.Out.1925.

Carta do presidente do Conselho Director da Delegação Norte da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, 12.Abr.1925.

Carta do presidente do Conselho Director da Delegação Norte da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, 20.Out.1925.

Carta do presidente do Conselho Director da Delegação Norte da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, officio nº 66, 2.Dez.1925.

Carta do presidente do Conselho Director da Delegação Norte da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, officio nº 69, 2.Dez.1925.

Carta do presidente do Conselho Director da Delegação Norte da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, officio nº 15, 3.Mar.1926.

Carta do presidente do Conselho Director da Delegação Norte da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, officio nº 17, 15.Mar.1926.

Carta do presidente do Conselho Director da Delegação Norte da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, officio nº 22, 21.Jun.1926.

Carta do presidente do Conselho Director da Delegação Norte da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, officio nº 8-929, 5.Maio.1927.

Carta do presidente do Conselho Director da Delegação Norte da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, officio nº 14, s.d. [Nov.1927].

Carta do presidente do Conselho Director da Delegação Norte da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, 14.Jan.1928.

Carta do presidente do Conselho Director da Delegação Norte da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, 18.Maio.1929.

Carta do secretário da Delegação Norte da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, 13.Abr.1929.

Carta do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses para a Delegação Norte da Sociedade dos Architectos Portugueses, s.d. [Out.1933].

Carta do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses para Leandro de Moraes, 1.Abr.1924.

Carta do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos do Norte, 12.Out.1925.

Carta do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos do Norte, 19.Out.1923.

Carta do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos do Norte, 28.Out.1925.

Carta do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos do Norte, 5.Nov.1925.

Carta do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos do Norte, officio nº 514, 10.Fev.1926.

Carta do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos do Norte, 10.Mar.1926.

Carta do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos do Norte, 7.Abr.1926.

Carta do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos do Norte, 10.Mar.1926.

Carta do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos do Norte, 30.Jun.1926.

Carta do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos do Norte, officio nº 99, s.d. [Ago.1927].

Carta do presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos do Norte, officio nº 156, 15.Dez.1927.

Carta do secretário do Conselho Director da Sociedade dos Architectos do Norte para o presidente do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses, 30.Dez.1933.

Carta do secretário do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses para Leandro de Moraes, 1.Mar.1924.

Carta do secretário do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Delegação Norte da Sociedade dos Architectos Portugueses, 22.Dez.1926.

Carta do secretário do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Delegação Norte da Sociedade dos Architectos Portugueses, 3.Nov.1933.

Carta do secretário do Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portugueses para o presidente do Conselho Director da Delegação Norte da Sociedade dos Architectos Portugueses, officio refº S.162, 20.Nov.1933.

Carta do tesoureiro da Delegação Norte da Sociedade dos Architectos Portugueses a Francisco dos Santos, 21.Mar.1927.

Livro de Actas da Direcção da Delegação Norte da Sociedade dos Architectos Portugueses, de 28 de Agosto de 1924 a 19 de Maio de 1929.

Livro de Actas da Comissão Administrativa da Secção Distrital do Porto do Sindicato Nacional dos Architectos, de 12 de Junho de 1937 a 8 de Outubro de 1941.

Livro de Actas da Direcção da Secção Distrital do Porto do Sindicato Nacional dos Architectos, de 21 de Julho de 1944 a 30 de Maio de 1947.

Livro de Actas da Direcção da Secção Distrital do Porto do Sindicato Nacional dos Architectos, de 27 de Junho de 1947 a 27 de Fevereiro de 1953.

Secção Distrital do Porto do Sindicato Nacional dos Architectos: Livro de Posses, 1944.

Sindicato Nacional dos Architectos, Secção Distrital do Porto: matrícula de sócios, s.d.

D) GRÉMIO ARTÍSTICO

Livro de Actas da Assembleia Geral do Grémio Artístico, de 27 de Março de 1890 a 8 de Novembro de 1893.

Livro de Actas da Direcção do Grémio Artístico, de 13 de Outubro de 1899 a 5 de Junho de 1902.

Lista de sócios do Grémio Artístico: 1890-1895.

II. BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

(monografias, artigos em publicações periódicas e catálogos)

AAVV - *Cassiano Branco : uma obra para o futuro*. Porto : Edições Asa, 1991.

ACCIAIUOLI, Margarida - A utopia de Duarte Pacheco. In Catálogo da exposição *Os Anos 40 na Arte Portuguesa*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, Vol. 1, p. 49-53.

- *Os anos 40 em Portugal : o país, o regime e as artes : "restauração" e "celebração"*. Lisboa : Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1991. Tese de doutoramento. 2 vol.

ALMEIDA, Pedro Vieira de - Carlos Ramos : uma estratégia de intervenção. In *Carlos Ramos : exposição retrospectiva da sua obra*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

- *Da utilidade social da arquitectura*. "Análise Social". Lisboa : Gabinete de Investigações Sociais, nº 6 (1964), p. 237-248.

ALMEIDA, Pedro Vieira de ; FERNANDES, José Manuel - *História da arte em Portugal : a arquitectura moderna*. Lisboa : Publicações Alfa, 1986. vol. 14.

ALMEIDA, Pedro Vieira de ; FERREIRA, Fátima - *Testemunhos : João Simões : uma serenidade objectiva*. "Jornal Arquitectos". Lisboa : Associação dos Arquitectos Portugueses, nº 77-78 (1989), p. 7-11.

- *Testemunhos : Jorge Segurado : arquitecto do modernismo em Portugal*. "Jornal Arquitectos". Lisboa : Associação dos Arquitectos Portugueses. nº 76 (1989), p. 15-18.

- *Testemunhos : Paulo Cunha : o pioneiro do planeamento portuário*. "Jornal Arquitectos". Lisboa : Associação dos Arquitectos Portugueses. nº 82 (1989), p. 23-27.

AMARAL, Francisco Keil do - *O problema da habitação*. Porto : Livraria Latina Editora, 1945.

AMARAL, Francisco Pires Keil do, coord. - *Keil Amaral : arquitecto : 1910-1975*. Lisboa : Associação dos Arquitectos Portugueses, 1992

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS CIVIS PORTUGUESES - *Estatutos da Associação dos Architectos Civis Portuguezes*. Lisboa : Typ. Franco Portuguesa, 1864.

ASSOCIAÇÃO DOS CONDUTORES DE OBRAS PÚBLICAS - *Estatutos*. 2ª ed. Lisboa : Imprensa Lucas, 1901.

ATTI del IX congresso internazionale degli architetti : Roma, 2-10 Ottobre 1911. Roma : Tipografia Coop. Diocleziana, 1914.

BARBOSA, Cassiano, comp. - *ODAM : Organização dos Arquitectos Modernos : Porto, 1947-1952*. Porto : Edições Asa, 1972.

BAREY, André - *L'architecture franquiste*. "Archives d'Architecture Moderne". Bruxelas, nº 24 (1982), p. 7-12.

BORSI, Franco - *The monumental era : european architecture and design : 1929-1939*. New York : Rizzoli. 1987.

BRANDÃO, Pedro - *A ética dos concursos*. "Jornal Arquitectos". Lisboa : Associação dos Arquitectos Portugueses, nº 108 (1992), p. 14-15.

CALADO, Maria - José da Costa Sequeira arquitecto e professor. In SEQUEIRA, José da Costa - *Noções teóricas de arquitectura civil (1839) ; Breve tratado das cinco ordens de arquitectura de Jacomo Borozzio de Vignola (1841)*. Lisboa : Edição da Faculdade de Arquitectura de Lisboa, 1989.

- *O ensino da arquitectura em Portugal : abordagem histórica*. "Jornal Arquitectos". Lisboa : Associação dos Arquitectos Portugueses, nº 55 (1987).

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - *Actas das sessões : ano de 1925*. Lisboa, 1941.

CAMPOS, Alfredo M. da Costa - *O architecto Domingos Parente da Silva*. "A Construção Moderna". Lisboa, nº 45 (1.Dez.1901), p. 7.

CARDOSO, António - *O architecto José Marques da Silva e a arquitectura no norte do país na primeira metade do século XX*. Porto : Faculdade de Letras do Porto, 1992. Tese de doutoramento. 3 vol.

CASTELO-BRANCO, Fernando - *Luís Pastor de Macedo*. "Revista Municipal, Lisboa". Lisboa : Câmara Municipal de Lisboa, nº 130/131 (1971), p. 40-46.

- *Jaime Cortesão : vereador da Câmara Municipal de Lisboa*. "Lisboa Revista Municipal". Lisboa : Câmara Municipal de Lisboa, nº 12 (1985), p. 32-46

CARVALHEIRA, Rosendo - *Domingos Parente da Silva*. "A Construção Moderna". Lisboa, nº 46 (16.Dez.1901), p. 3-4.

- *Domingos Parente da Silva*. "Anuário". Lisboa : Sociedade dos Arquitectos Portugueses. Ano I (1905), p. 31-34.

CONCURSO de projectos para o monumento ao Infante D. Henrique em Sagres. Lisboa : Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1957.

COSTA, Maria Lucília Verdelho da - *Ernesto Korrodi : 1889-1944 : arquitectura, ensino e restauro do património*. Lisboa : Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1985. Tese de mestrado.

CUSTÓDIO, Jorge - *Salvaguarda do património : antecedentes históricos : de Alexandre Herculano à carta de Veneza*. In *Dar futuro ao passado*. Lisboa : Secretaria de Estado da Cultura-Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1993. p. 33-71.

DUARTE, Carlos S. - La arquitectura portuguesa : de los años treinta a la actualidad. In Catálogo da exposição *Tendências de la arquitectura portuguesa*. Col·legi d'Arquitects de Catalunya, 1987, p. 9-25.

Entrevista com o arq. F. Keil do Amaral. "Arquitectura". Lisboa, nº 125 (1972), p. 46-48.

Entrevista com o arq. Formosinho Sanchez. "Arquitectura". Lisboa, nº 130 (1974), p. 4-7.

Entrevista com o arq. Francisco Conceição Silva. "Arquitectura". Lisboa, nº 120 (1971), p. 42-47.

Entrevista com o arq. Luís Cristino da Silva. "Arquitectura". Lisboa, nº 119 (1971), p. 2-8.

FEDERACION DE URBANISMO Y DE LA VIVIENDA - *IV Congreso de la Federación de Urbanismo y de la Vivienda : Lisboa : 1947.* Madrid : s.n., 1948.

FERNANDES, José Manuel - *A arquitectura.* Lisboa : Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.

- *Prémios Valmor. "Jornal Arquitectos".* Lisboa : Associação dos Arquitectos Portugueses. nº 35/36 (1985).

FERNANDEZ, Sérgio - *Percursos : arquitectura portuguesa, 1930/1974.* 2ª ed. Porto : Edições da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1988.

FERREIRA, Fátima Cordeiro G. - *Mestre José Luiz Monteiro na arquitectura da transição do século : monografia.* Lisboa : Associação dos Arquitectos Portugueses, 1990.

FERREIRA, Maria Paula - *O papel do SPN/SNI nas artes plásticas portuguesas. "História".* Lisboa : Publicações Projomal. nº 153 (1992), p. 4-23.

FERREIRA, Raul Hestnes - Keil Amaral e a arquitectura. In *Keil Amaral : arquitecto : 1910-1975.* Lisboa : Associação dos Arquitectos Portugueses, 1992. p. 35-97.

FERREIRA, Vítor Matias - *A cidade de Lisboa : de capital do império a centro da metrópole.* Lisboa : Publicações D. Quixote, 1987.

- *O mito de Duarte Pacheco e a urbanística fascista. "Arquitectura".* Lisboa, nº 151 (1983).

FILGUEIRAS, Octávio Lixa - *A Escola do Porto (1940/69).* In *Carlos Ramos : exposição retrospectiva da sua obra.* Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

FRANÇA, José-Augusto - *A arte em Portugal no século XIX.* 3ª ed. Lisboa : Bertrand Editora, 1990. 2 vol.

- *A arte em Portugal no século XX : 1911-1961.* 2ª ed. Lisboa : Bertrand Editora, 1985.

- *Há cinquenta anos os Independentes de 1930*. "Colóquio-Artes". Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian. nº 46 (1980), p. 24-35.

- *Os anos vinte em Portugal*. Lisboa : Editorial Presença, 1992.

GOMES, Paulo Varela - *O paradoxo do Rossio : a propósito do centenário do nascimento de Le Corbusier*. "Prelo". Lisboa : Imprensa Nacional-Casa da Moeda, nº 16 (1987), p. 83-102.

GONÇALVES, Fernando - *A mitologia da habitação "social" : o caso português*. "Cidade/Campo". Lisboa : Ulmeiro, nº 1 (1978), p. 21-83.

- *Duarte Pacheco e os encantos da megalomania*. "Arquitectura". Lisboa, nº 151 (1983).

- *Formação e qualificação dos urbanistas em Portugal*. "Cidade/Campo". Lisboa : Ulmeiro, nº 2 (1979), p. 156-181.

- *Urbanística à Duarte Pacheco*, "Arquitectura", nº 142 (1981), p. 20-37.

GOODOLPHIM, Costa - *Biographia do socio fundador, architecto Joaquim Possidonio da Silva, lida em sessão solemne de 17 de Junho de 1894*. Lisboa : Typ. Universal, 1894.

GRÉMIO ARTÍSTICO - *Novos estatutos do Grémio Artístico*. Lisboa : Typ. Casa Portuguesa, 1895.

GROS, Marielle Christine - *O alojamento social sob o fascismo*. Lisboa : Edições Afrontamento, 1982.

HANN, Hilde de ; HAAGSMA, Ids - *Architects in competition : international architectural competitions of the last 200 years*. London : Thames and Hudson, 1988.

INSTITUT FRANÇAIS D'ARCHITECTURE - *Colloque Architecture-Architectes, 8-9-10 Octobre 1981*. Paris : Institut Français d'Architecture, 1981.

JACQUES, Annie - *La carrière de l'architecte au XIXème siècle*. Paris : Editions de la Réunion des Musées Nationaux, 1986.

LEITE, Ana Cristina - *Arquitectura premiada em Lisboa : prémio Valmor, prémio municipal de arquitectura*. In *Catálogo da Exposição comemorativa do 50º aniversário da criação do prémio municipal de arquitectura*. Lisboa : Câmara Municipal de Lisboa-Museu da Cidade, 1988.

LOBO, J. Huertas ; DIAS, Francisco da Silva - *Associações de arquitectos em Portugal (1602-1988)*. "Revista Arquitectos". Lisboa : Associação dos Arquitectos Portugueses. nº 0 (1988), p. 4-8.

LOUVET, Albert - *L'art d'architecture et la profession d'architecte*. Paris : Librairie de la Construction Moderne, Éditeur, s.d. 2 vol.

MANUEL, Caetano da Câmara - *Joaquim Possidonio Narciso da Silva : biographia*. "Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes". Lisboa, nº 8 (1897).

MARQUES, Maria da Conceição Oliveira - *Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa : 1879-1938*. "Arquitectura". Lisboa, nº 112 (1969); nº 113 (1970); nº 119 (1971); nº 120 (1971); nº 142 (1972); nº 125 (1972).

MATOS, Mello de - *Sociedade dos Architectos Portuguezes : Annuario 1905 : Ano I*. "A Construção Moderna". Lisboa, nº 180 (10.Out.1905), p. 191-192.

MONTEIRO, José Luis - *O chamado concurso das fachadas em Paris*. "Anuário". Lisboa : Sociedade dos Architectos Portuguezes, Ano I (1905), p. 42-43.

MOSSER, Monique ; RABREAU, Daniel - *L'Academie Royale et l'enseignement de l'architecture au XVIII ème siècle*. "Archives d'Architecture Moderne". Bruxelas, nº 25 (1983), p. 47-67.

NEGREIROS, Almada - *Obras completas : textos de intervenção*. Lisboa : Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993. Vol. VI.

ORDEM DOS ENGENHEIROS - *Estatuto*. Lisboa : Gráfica Santelmo, s.d. [1936].

- *Regulamentos : da Assembleia Geral, do Conselho Director, da Comissão Revisora de Contas, da Delegação do Porto, das eleições para os Corpos Directivos, das Secções, Subsecções e agrupamentos secundários*. Lisboa : s.n., 1955.

- *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1937*. Lisboa : Papelaria Fernandes, s.d.

- *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1938*. Lisboa : Papelaria Fernandes, 1939.

- *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1940*. Lisboa : Papelaria Fernandes, 1941.

- *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1941*. Lisboa : Gráfica Santelmo, 1942.

- *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1942*. Lisboa : Gráfica Santelmo, 1943.

- *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1943*. Lisboa : Gráfica Santelmo, 1944.

- *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1944*. Lisboa : Gráfica Santelmo, 1945.

- *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1945*. Lisboa : Gráfica Santelmo, 1946.

- *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1946*. Lisboa : s.n., 1947.

- *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1947*. Lisboa : Papelaria Fernandes, 1948.

- *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1948*. Lisboa : Papelaria Fernandes, 1949.

- *Relatório do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros relativo ao ano de 1949*. Lisboa : Gráfica Santelmo, 1940.

PARENTE, Francisco Carlos - *Fundação da Sociedade*. "Anuário". Lisboa : Sociedade dos Architectos Portugueses. Ano I (1905), p. 2-3.

PEDREIRINHO, José Manuel - *A arquitectura do fascismo ao Estado Novo*. "História". Lisboa : Publicações Projomal. nºs 45 a 48 (1982).

- *História do Prémio Valmor*. Lisboa : Publicações D. Quixote, 1988.

- *Memória dos concursos de Sagres*. "Jornal Architectos". Lisboa : Associação dos Architectos Portugueses, nº 77/78 (1989), p. 19-21.

PEREIRA, Gabriel - *Para a memoria do architecto Possidonio da Silva*. "Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses". Lisboa, nº 6/7 (1896).

PEREIRA, Nuno Teotónio ; FERNANDES, José Manuel - *A arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959*. In *O Estado Novo : das origens ao fim da autarcia (1926/1959)*. Lisboa : Edições Fragmentos, 1997. Vol. 2, p. 323-357.

PINON, Pierre - *L'archeologie comme projet*. "Archives d'Architecture Moderne". Bruxelas, nº 29 (1985), p. 23-36.

POPULI, Filius - *Os construtores civis tomarenses e o desenvolvimento da construção urbana em Lisboa*. Lisboa : Imprensa Portugal-Brasil, 1946.

PORTAS, Nuno - *A evolução da arquitectura moderna em Portugal : uma interpretação*. In ZEVI, Bruno - *História da arquitectura moderna*. Lisboa : Arcádia, 1973. Vol. 2, p. 687-746.

- *Arquitectura e urbanística na década de 40*. In *Catálogo da exposição Os Anos 40 na Arte Portuguesa*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, Vol. 6, p. 33-41.

PORTELA, Artur - *Salazarismo e artes plásticas*. Lisboa : Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS CIVIS E ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES - *Estatutos da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. Lisboa : Typ. de Christovão Augusto Rodrigues, 1879.

REGULAMENTO do Sindicato Nacional dos Architectos : Secção Distrital do Porto. Gaia : Tipografia Castro Silva, 1937.

REPRESENTAÇÃO a sua excelência o Presidente do Ministério Doutor António de Oliveira Salazar para que seja construído em Sagres o monumento digno dos descobrimentos e do infante. Lisboa, 1935.

SAIAL, Joaquim - *Estatuária portuguesa dos anos 30 : 1926-1940*. Lisboa : Bertrand Editora, 1991.

SILVA, Joaquim Possidónio N. da - *Memória histórica da fundação, progresso e trabalhos da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, desde a sua instituição até ao anno de 1889, em que completou XXV annos da sua existência em Lisboa*. Lisboa : Typ. da Companhia Nacional Editora, 1889.

- Paulo José Ferreira da Costa. "Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes". Lisboa : Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes. nº 1 (1880), p. 16.

SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS - *Estatuto*. Lisboa : Tipografia Ideal, s.d. [1934].

- 1º Congresso Nacional de Architectura : relatório da comissão executiva : teses : conclusões e votos do congresso. Lisboa : s.n. , s.d. [1948].

SOCIEDADE DOS ARQUITECTOS DO NORTE - *Estatutos*. Porto : Typ. Empreza Guedes, 1920.

SOCIEDADE DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Estatutos da Sociedade dos Architectos Portuguezes (associação de classe)*. Lisboa : Typ. Lallémant, 1903.

SOCIEDADE dos Architectos Portuguezes. "A Construção Moderna". Lisboa, nº 88 (1.Mar.1903), p. 28-29

SOCIEDADE dos Architectos Portuguezes. "A Construção Moderna". Lisboa, nº 170 (1.Jul.1905), p. 3.

SOCIEDADE dos Architectos Portuguezes : associação de classe. "A Construção Moderna". Lisboa, nº 46 (16.Dez.1901), p. 5-6.

SOROMENHO, Miguel ; SILVA, Nuno Vassalo e - Salvaguarda do património : antecedentes históricos : da Idade Média ao século XVII. In *Dar futuro ao passado*. Lisboa : Secretaria de Estado da Cultura-Instituto Português do Património Architectónico e Archeológico, 1993, p. 22-32.

TELMO, Cottinelli - *Um grande homem de acção*. "Panorama". Lisboa, nº 19 (1944).

TENREIRO, A. ; FERNANDES, José Manuel - *Prémios de architectura em Lisboa*. "Arquitectura". Lisboa, nº 139 (1980), p. 32-53.

ZANTEN, David van - *Le système des Beaux-Arts*. "L'Architecture d'Aujourd'hui". Paris, nº 182 (1975), p. 97-106.

III. BIBLIOGRAFIA GERAL

(monografias, artigos em publicações periódicas e catálogos)

CAETANO, Marcelo - *Manual de Direito Administrativo*. 10ª ed., rev. e act. pelo Prof. Doutor Diogo Freitas do Amaral. Lisboa : Coimbra Editora, Limitada, 1973. 2 vol.

- *O município na reforma administrativa*. Lisboa : Empresa Universidade Editora, 1936.

CAMPINOS, Jorge - *A Ditadura Militar : 1926-1933*. Lisboa : Publicações D. Quixote, 1975.

CERDEIRA, Maria da Conceição ; PADILHA, Maria Edite - *As estruturas sindicais portuguesas : uma análise evolutiva, 1933 a Abril 1987*. Lisboa : Serviço de Informação Científica e Técnica, Ministério do Emprego e Segurança Social, 1988. 3 vol.

CORREIA, Araújo - *Portugal económico e financeiro*. Lisboa : Imprensa Nacional, 1938. 2 vol.

FERRO, António - *Salazar : o homem e a obra*. Lisboa : Edições Fernando Pereira, 1982.

GALLAGHER, Tom - *Os oitenta e sete ministros do Estado Novo de Salazar*. "História". Lisboa : Publicações Projomal. nº 28 (1981), p. 3-16.

GOODOLPHIM, Costa - *A Associação : história e desenvolvimento das associações portuguesas*. Lisboa : Seara Nova, 1974.

LIMA, S. Magalhães - *Episódios da minha vida*. Lisboa : Perspectivas & Realidades, s.d. 2 vol.

LOURENÇO, Eduardo - *O labirinto da saudade*. 2ª ed. Lisboa : Publicações D. Quixote, 1982.

MADUREIRA, Amaldo - *"O 28 de Maio" : elementos para a sua compreensão*. Lisboa : Editorial Presença, 1978. 2 vol.

MARQUES, A. H. de Oliveira - *A Primeira República Portuguesa : alguns aspectos estruturais*. 2ª ed. Lisboa : Livros Horizonte, 1975.

- *História de Portugal*. Lisboa : Palas Editores, 1981. 3 vol.

- coord., *Nova História de Portugal : Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa : Editorial Presença, 1991. Vol. XI.

MARTINS, Rocha - *Lisboa : história das suas glórias e catástrofes*. Lisboa : Editorial Inquérito Limitada, 1947. 2 vol.

MEDINA, João - *Salazar em França*. Lisboa : Ática, 1977.

NUNES, Adérito Sedas - *Situação e problemas do corporativismo*. Lisboa : Gabinete de Estudos Corporativos, 1954.

NUNES, João Arsénio - *Fascismo e Estado Novo*. "Vértice". Lisboa. II série, nº 1 (1988), p. 57-66.

- *Salazar e os fascismos*. "Vértice". II série, nº 13 (1989), p. 9-19.

NUNES, João Paulo Avelãs - *O conceito de fascismo na história recente de Portugal*. "Vértice". Lisboa. II série, nº 52 (1993), p. 53-66.

OLIVEIRA, César - *A evolução política*. In *Nova História de Portugal : Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Lisboa : Editorial Presença, 1992. Vol. XII, p. 21-85.

- *No centenário do nascimento de Oliveira Salazar*. "História". Lisboa : Publicações Projornal. nº 117 (1989), p. 4-11.

PINTO, António Costa - *O salazarismo e o fascismo europeu : problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa : Editorial Estampa, 1992.

PINTO, Mário ; MOURA, Carlos - *Estruturas sindicais portuguesas : contributo para o seu estudo*. "Análise Social". Lisboa : Gabinete de Investigações Sociais. Vol. IX, nº 33 (1972), p. 140-190.

ROSAS, Fernando, coord. - *Nova História de Portugal : Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Lisboa : Editorial Presença, 1992. vol. XII.

SERRANO, Armando - *Breve relance sobre o movimento sindical (conclusão) : depois de 1926 : os sindicatos corporativos*. "História". Lisboa : Publicações Projornal. nº 15 (1980), p. 74-81.

SERRÃO, Joel - *Cronologia geral da história de Portugal*. 3ª ed. Lisboa : Iniciativas Editoriais, 1977.

- dir., *Dicionário de História de Portugal*. Porto : Livraria Figueirinhas, 1979, 6 vol.

- *Os anos 40 : condicionalismos gerais : um testemunho : uma aproximação*. In *Catálogo da exposição Os Anos 40 na Arte Portuguesa*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1992, p. 13-30.

TORGAL, Luís Reis - *Salazarismo, fascismo e Europa*. "Vértice". Lisboa, II série, nº 52 (1993), p. 41-52.

IV. CATÁLOGOS

Alvaro Siza : architectures : 1980-1990. Centre de Création Industrielle / Centre Georges Pompidou, 30 mai-3 septembre 1990.

Arquitectura : pintura : escultura : desenho : património da Escola Superior de Belas Artes do Porto e da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Porto, Museu Nacional Soares do Reis, Janeiro/Fevereiro 1987.

Carlos Ramos : exposição retrospectiva da sua obra. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, Janeiro/Fevereiro 1986.

Cassiano Branco. Lisboa : Associação dos Arquitectos Portugueses, 1986.

Catálogo da exposição de bellas-artes promovida pelo Gremio Artistico em 1891. Lisboa : Typ. da Companhia Nacional Editora, 1891.

Catálogo do I Salão dos Independentes : ilustrado com desenhos e comentários dos artistas e dos escritores modernistas & uma breve resenha do movimento moderno em Portugal. Lisboa : [Sociedade Nacional de Belas Artes], Maio 1930.

Catálogo ilustrado da exposição de bellas-artes promovida pelo Grémio Artístico em 1892. Lisboa : Typ. da Companhia Nacional Editora, 1892.

Catálogo ilustrado da 7ª exposição de arte promovida pelo Grémio Artístico : 1897. Lisboa : Typ. da Companhia Nacional Editora, s.d. [1897].

Exposição de bellas-artes do Grémio Artístico em 1893 : catálogo ilustrado. Lisboa : Typ. da Companhia Nacional Editora, 1893.

Exposição de bellas-artes do Grémio Artístico em 1894 : catálogo ilustrado. Lisboa : Typ. da Companhia Nacional Editora, 1894.

Exposição de bellas-artes do Grémio Artístico em 1895 : catálogo ilustrado. Lisboa : Typ. da Companhia Nacional Editora, 1895.

Exposição de bellas-artes do Grémio Artístico em 1896 : catálogo ilustrado. Lisboa : Typ. da Companhia Nacional Editora, 1896.

Exposição de bellas-artes do Grémio Artístico : 1899 : catálogo ilustrado. Lisboa : Typ. da Companhia Nacional Editora, 1899.

Exposição comemorativa do 50º aniversário da criação do prémio municipal de arquitectura. Lisboa : Câmara Municipal de Lisboa-Museu da Cidade, 1988.

Exposição comemorativa do cinquentenário do prémio Valmor. Lisboa : Câmara Municipal de Lisboa, 1952.

Grémio Artístico : exposição extraordinária comemorativa do 4º centenario do descobrimento do caminho marítimo da Índia : catálogo ilustrado. Lisboa : Typ. da Companhia Nacional Editora, 1898.

J. Marques da Silva : arquitecto : 1869-1947. Porto : Secção Regional do Norte da Associação dos Arquitectos Portugueses, 1986.

Livro de Ouro : quinze anos de obras públicas : 1932-1947. Lisboa : Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, s.d.. 2 vol.

Os anos 40 na arte portuguesa. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 30 de Março a 17 de Maio de 1992. 6 vol.

Sociedade Nacional de Belas Artes : exposição documental : 1860-1971. Lisboa : Sociedade Nacional de Belas Artes, 9 a 24 de Junho 1951.

Tendencias de la arquitectura portuguesa : obras de Alvaro Siza, Hestnes Ferreira, Luiz Cunha, Manuel Vicente, Tomás Taveira. Col·legi d'Arquitects de Catalunya, Janeiro, 1987.

VI. PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

A Construção : publicação mensal de defesa dos interesses da construção civil. Lisboa : Cooperativa Geral dos Industriais da Construção Civil. 1938-1944.

A Construcção Moderna : revista quinzenal illustrada sob a direcção de um grupo de constructores. Lisboa. 1900-1919.

Anais da Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa : Câmara Municipal de Lisboa, 1943

Análise Social. Lisboa : Gabinete de Investigações Sociais. 1963-.

Anuario da Sociedade dos Architectos Portuguezes (associação de classe). Lisboa : Typ. do Commercio, 1905-1911.

Anuario do Gremio Artistico relativo ao anno de 1890. Lisboa : Typ. Franco-Portugueza, 1891.

Anuario do Gremio Artistico relativo ao anno de 1891. Lisboa : Typ. Franco-Portugueza, 1892.

Anuario do Gremio Artistico relativo ao anno de 1892-93. Lisboa : Typ. Franco-Portugueza, 1893.

Anuario do Gremio Artistico relativo ao anno de 1893-94. Lisboa : Typ. Franco-Portugueza, 1895.

Anuario do Gremio Artistico relativo ao anno de 1894-95. Lisboa : Typ. Franco-Portugueza, 1896.

Anuario do Gremio Artistico relativo ao anno de 1895-96. Lisboa : Typ. Franco-Portugueza, 1896.

Anuario do Gremio Artistico relativo ao anno de 1896-97. Lisboa : Typ. Franco-Portugueza, 1897.

Anuario do Gremio Artistico relativo ao anno de 1897-98. Lisboa : Typ. Franco-Portugueza, s.d. [1898].

Anuário da Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa : Câmara Municipal de Lisboa, 1935.

Arquitectos : revista oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos. Lisboa : Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1938-1942.

Arquitectura. 1ª à 4ª série. Lisboa. 1927-1984.

Arquitectura portuguesa. Lisboa, 1908-1925.

Arquitectura portuguesa cerâmica e edificação (reunidas). Lisboa. 1935-1955.

Binário : revista de arquitectura, construção e equipamento. Lisboa, 1958-1976.

Boletim da Ordem dos Engenheiros. Lisboa : Ordem dos Engenheiros, 1938-1973.

Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal. Lisboa : Sociedade Propaganda de Portugal, 1907-1913.

Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes. Lisboa : Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, 1874-1909.

Boletim de Architectura Civil : jornal dos architectos portuguezes e archeologos. Lisboa : Associação dos Arquitectos Civis Portugueses. 1865-1867.

Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência. Ano V, nº 7 ([1938]). Lisboa : Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, [1938].

Cidade/Campo. Lisboa : Ulmeiro, 1978.

Colóquio-artes. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian. 1971-.

História. Lisboa : Publicações Projornal. 1978-.

Jornal Arquitectos. Lisboa : Associação dos Arquitectos Portugueses, 1982-.

Prelo : revista da Imprensa Nacional-Casa da Moeda. nº 16 ([1987]). Lisboa : Imprensa Nacional-Casa da Moeda, [1987].

Rádio Nacional, Ano I, nº 33 ([1938]). Lisboa : "O Jornal do Comércio e das Colónias", [1938].

Revista Arquitectos. Lisboa : Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988-1989.

Revista de Obras Públicas e Minas : órgão da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses. Lisboa : Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, 1870-1936.

Revista Turismo. Ano IX, nº 62 ([1945]). Lisboa, [1945].

Vértice. II série. Lisboa : Editorial Caminho. 1988-.

